MARCIO LAURIA MONTEIRO (Org.)

TRÓTSKI em PERMANÊNCIA

Leon Trotsky

Práxis.
Editorial

MARCIO LAURIA MONTEIRO (ORG.)

TRÓTSKI EM PERMANÊNCIA

ANAIS DO EVENTO ONLINE DE 2021

1ª edição
PRÁXIS EDITORIAL
São José do Rio Preto - 2023

Creative Commons: Atribuição + NãoComercial + CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) by Marcio Lauria Monteiro

1ª edição
Revisão: Marcio Lauria Monteiro
Arte da capa: Morgana Romão
Desenho na capa: Morgana Romão
International Standard Book Number: Câmara Brasileira do Livro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trótski em permanência [livro eletrônico] :
anais do evento online de 2021 / organização
Marcio Lauria Monteiro. -- 1. ed. --
São José do Rio Preto, SP : Ed. dos autores,
2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-62417-5

1. Trotski, Leão, 1879-1940 2. Trotski, Leão,
1879-1940 - Crítica e interpretação I. Monteiro,
Marcio Lauria.

23-145257 CDD-320.5323

Índices para catálogo sistemático:

1. Trotskismo : Ciência política 320.5323

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

“Encarar a realidade de frente; não buscar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade às massas, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser verdadeiro nas pequenas como nas grandes coisas; basear o programa na lógica da luta de classes; ousar quando chegar a hora da ação – tais são as regras da Quarta Internacional.”

— Leon Trótski,
***O Programa de Transição*, 1938.**

SUMÁRIO

PREFÁCIO 12
Marcio Lauria Monteiro

COMITÊ ORGANIZADOR DO EVENTO 19

LINKS DE INTERESSE 20

PARTE I – DEBATES SOBRE ARTES

Leon Trotsky e Andre Breton à sombra do Popocatepetl (México, 1938)..... 22
Micahel Löwy

"The Iron Heel" de Jack London: profecia do fascismo para Leon Trotsky 29
Mariana Luppi Foster

Lunes de Revolución e a publicação do manifesto "Por uma arte revolucionária independente" em Cuba..... 51
Sílvia Cezar Miskulin

A fidelidade inabalável do artista ao seu eu interior e a luta contra a burocratização 81
Felipe Araujo Fernandes

PARTE II – A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Desenvolvimento desigual e combinado na Argentina: Milcíades Peña e a pseudoindustrialização nacional 110
Renato Fernandes

A influência de Leon Trótski sobre o dependentismo 143
Seiji Seron Miyakawa

PARTE III – QUESTÕES DE ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA E A REVOLUÇÃO PERMANENTE

"O conselho de deputados trabalhadores (operários) e a revolução", por Leon Trotsky 171
Jean Paulo Pereira de Menezes

A estratégia soviética e as palavras de ordem democráticas na segunda revolução chinesa 195
André Bof

A Revolução Permanente na América Latina 212
João Aragão Neto

A Revolução Permanente de Trotsky no século XXI 220
Savvas Matsas

PARTE IV – A QUESTÃO SOVIÉTICA E A TEORIA DO ESTADO OPERÁRIO BUROCRATIZADO

Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-1991) 234
Marcio Lauria Monteiro

PARTE V – A QUESTÃO NACIONAL

Trotsky e a questão nacional: nas revoluções russas de 1917 e no caso georgiano 284
Wanderson Fabio de Melo

Os escritos de Trotsky sobre o México e sua importância hoje..... 315
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

PARTE VI – FASCISMO, EDUCAÇÃO, SINDICALISMO

Leon Trotsky e a ascensão do nazifascismo..... 333
Matheus de Carvalho Barros

Trotski e as tarefas da educação comunista..... 350
Vinícius Azevedo

Algumas notas sobre as contribuições do pensamento de Leon Trotsky para a organização do movimento sindical no Brasil hoje 374
Fernando Henrique Sousa Araújo,
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior

PARTE VII – HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL

Antecedentes e atuação da Oposição de Esquerda no Brasil (1930-1933)..... 401
Giovani Bertolazi Brazil

Os trotskistas brasileiros e os debates sobre a IV Internacional em 1933..... 432
Carlos Prado

O Partido Socialista Revolucionário e a alternativa trotskista ao PCB e à "União Nacional" (1945-1947) 454
Henrique de Bem Lignani

A "Questão Russa" no jornal Orientação Socialista (1946-48) 478
Ícaro Rossignoli

Trotskistas contra a Ditadura Militar: a história da Organização Comunista 1º de Maio (1970-1976)..... 505
Tiago de Oliveira

A crise na Democracia Socialista e o Secretariado Unificado da IV Internacional (2003-2006) 515
Mauro Vinicius de Souza Floriano

PARTE VIII – HISTÓRIA DO TROTSKISMO EM OUTROS PAÍSES

Trotsky, Krupskaya e a tradição bolchevique 539
Paul LeBlanc

El trotskismo en la Revolución Portuguesa 1974-75 547
Marcelo Novello

El trotskismo en la Argentina: análisis de una sub-cultura política dentro del campo de las izquierdas 591
Martín Mangiantini

ENCERRAMENTO

¿Para qué leer hoy a Trotski en Cuba? 621
Frank García Hernández

PREFÁCIO

Marcio Lauria Monteiro[1]

Uma **Mesa de Abertura** e outra de **Encerramento**; quatro **Mesas Redondas**, totalizando dez convidados de sete organizações políticas diferentes e três independentes; dez **Seminários Temáticos**, totalizando quarenta e uma comunicações apresentadas; pessoas de sete países diferentes (Brasil, Argentina, EUA, Cuba, França, Grécia e Colômbia); cerca de trinta horas de transmissões ao vivo, que, no momento da escrita deste texto (junho de 2022) totalizam cerca de oito mil e quinhentas visualizações no YouTube. Esses são os números do **Evento Online Trótski em Permanência 2021**, realizado entre os dias 2 e 6 de agosto, em um momento em que ainda vivíamos as agruras da pandemia de COVID-19, donde seu formato *online*.

Muito provavelmente, tratou-se do maior evento dedicado a Leon Trótski e ao trotskismo já realizado – ao menos nesse formato, de mesas redondas e apresentação de comunicações baseadas em trabalhos de pesquisa. Certamente, o formato *online* contribuiu para o tamanho do evento, porém, isso não lhe retira mérito, especialmente se considerarmos que foi realizado sem nenhum tipo de apoio financeiro para além de contribuições voluntárias de alguns dos participantes (aos quais agradecemos imensamente) e que a divulgação foi feita no "boca a boca", ainda que algumas poucas organizações políticas

---

[1] Doutor em História Social pelo PPGH UFF e professor de História na Rede Municipal de Niterói (RJ). Pesquisador da história do movimento trotskista internacional e da história das revoluções sociais do século XX, em particular da Revolução Soviética e da história da URSS. É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: marciolmonteiro@gmail.com

tenham dado uma contribuição, repercutindo o evento em seus sites e redes sociais.

Independentemente desses números, contudo, o que mais importa foi a enorme qualidade dos debates ali travados, seja nas Mesas ou nos Simpósios Temáticos – tanto entre os apresentadores, quanto também da parte do público, que participou ativamente através de questões e comentários por escrito. Encerrado o evento, nós organizadores nos sentimos extremamente satisfeitos com o que havíamos alcançado: a construção de um espaço de ricas reflexões sobre o legado de Trótski e do trotskismo.

As **Mesas** foram montadas com temas que traziam a reflexão sobre a atualidade do legado de Trótski e do trotskismo e priorizaram entre os convidados militantes com reflexões sobre tais temas, independentemente de vinculação a universidades ou institutos de pesquisas:

- **Mesa de Abertura**, com Ântonio Rago Filho (PUC-SP, ativista independente), que apresentou a palestra **"Da Comuna de Paris à Trótski"**;
- **O trotskismo hoje**, com Diana Assunção (MRT), João Machado (Comuna/Psol) e Vera Lúcia (PSTU);
- **Stalinismo e neostalinismo**, com Felipe Demier (Resistência/Psol), Robério Paulino (independente no Psol) e Sean Purdy (então independente no Psol);
- **História do Trotskismo**, com José Castilho de Marques Neto (historiador e ativista independente), Mercedes Petit (UIT-CI) e Serge Goulart (Esquerda Marxista/Psol);
- **Mesa de Encerramento**, com Frank Hernandez García (blog/revista Comunistas, Cuba), que falou sobre "**A situação de**

Cuba hoje”.

Por sua vez, os **Simpósios Temáticos** seguiram o mesmo princípio, de priorizar temas que trouxessem para a atualidade as reflexões sobre o trotskismo, para que se evitassem reflexões desvinculadas de uma preocupação com a *praxis* revolucionária, e sem necessidade de vinculação dos comunicadores a instituições universitárias ou de pesquisa, bastando, para serem selecionados, terem apresentado uma proposta bem embasada. As quarenta e uma comunicações apresentadas versaram sobre os mais diversos temas, vinculados a Trótski e ao trotskismo: artes; educação; ciência e tecnologia; questão nacional; questão sindical; fascismo e como combatê-lo; opressões específicas e luta contra o machismo e o racismo; questões de estratégia revolucionária; conceito de bonapartismo; teoria do desenvolvimento desigual e combinado e teoria da revolução permanente; questão dos Estados operários e do stalinismo; atuação de trotskistas em processos revolucionários (Bolívia, Vietnã, Cuba, Portugal); história do movimento trotskista no Brasil, na Argentina e a nível internacional.

Cabe ressaltar que se tratou de um evento bastante plural do ponto de vista político dentro do campo do trotskismo, tanto na composição das Mesas de convidados quanto na dos Simpósios Temáticos de comunicações. Ter essa pluralidade foi desde o início uma intenção dos organizadores. Não poderia ser diferente, dado que a proposta era promover debates e reflexões sobre o legado de Trótski e do trotskismo que contribuíssem para o necessário balanço do que houve com tal legado, que hoje é formalmente reivindicado por uma miríade de pequenas (muitas vezes, microscópicas) organizações nacionais e internacionais muito diferentes entre si.

Como surgiu a iniciativa do evento? O **Evento Online Trótski em Permanência** teve sua primeira edição realizada em agosto de 2020. Tratou-se, inicialmente, de uma forma de compensarmos, muito parcialmente, a impossibilidade de realizarmos o **II Encontro Internacional Leon Trotsky**, que estava previsto para ocorrer em julho daquele ano, em São Paulo, porém foi suspenso devido à pandemia de COVID-19. Essa edição de 2020 foi consideravelmente menor, consistindo de três Mesas Redondas com alguns dos convidados que já haviam confirmado presença para o II Encontro Internacional. Com o sucesso desse evento e a continuidade da pandemia, optamos por fazer uma segunda e mais ousada edição em 2021.

Por sua vez, o evento que estava originalmente planejado para 2020 seria uma continuidade do **I Encontro Internacional Leon Trotsky**, ocorrido em Havana, Cuba, em maio de 2019. Impulsionado por **Frank García Hernandez**, militante comunista cubano e pesquisador da história do trotskismo em Cuba, esse evento reuniu pessoas de diversos países para debaterem o legado de Trótski e do trotskismo, bem como sua importância para a compreensão da realidade cubana. Uma compilação de quase todas as comunicações lá apresentadas pode ser encontrada no livro ***Trotskismos em Cuba, Retrato de um Encontro***, organizada por Flo Menezes e publicada em 2021, na forma de *e-book*, e disponibilizada em formato físico em 2022, ambas pela Nojosa Edições (ver *link* adiante).

Durante o evento em Cuba, houve uma rica troca de experiências e saberes entre os que lá estavam, perpassada pelas inevitáveis, saudáveis e necessárias polêmicas em torno do legado de Trótski e do trotskismo e dos sentidos da sua atualidade como guia para a interpretação da realidade e para ação revolucionária socialista.

A partir das trocas lá ocorridas, um grupo de brasileiros deixou a ilha com a tarefa de organizar uma segunda e ainda maior edição, em São Paulo, no ano seguinte.

Quando a pandemia teve início, o II Encontro já estava sendo organizado, com convidados confirmados para as Mesas Redondas e com quase cinquenta propostas de comunicações, vindas de seis países diferentes, para serem avaliadas para comporem os Simpósios Temáticos do evento. Foi o desejo de manter viva a chama do I Encontro e não deixar totalmente de lado a proposta de realizar um II que levou à organização dos eventos *online* de 2020 e 2021. A tarefa foi levada à cabo pelo **Comitê Organizador Mário Pedrosa**, originalmente composto pelos brasileiros que se encontraram em Cuba e que foi sendo expandido ao longo do tempo.

Com a presente publicação, esperamos preservar e divulgar a memória do Evento Online de 2021 e as muitas e ricas contribuições que circularam pelos seus dez Simpósios Temáticos. Com esse livro, pretendemos, tal qual na empreitada de organizar o evento, contribuir humildemente para a hercúlia, porém incontornável, tarefa de reorganização das forças socialistas revolucionárias. Pois, conforme a pandemia mais uma vez o demonstrou, só há dois caminhos possíveis: a revolução socialista ou a barbarização imposta pelo capitalismo.

Não há revolução vitoriosa sem partido e sem programa revolucionário. Diante da necessidade de construção destes, avaliar o legado da Revolução Soviética, da Oposição de Esquerda e da Quarta Internacional é um passo fundamental para que não recomecemos do zero. Há muito o que aprendermos com as análises, posições e batalhas travadas pelos revolucionários que vieram antes de nós – o que não significa, de forma alguma, uma transposição mecânica de seu legado

para o presente, reduzindo-o a fórmulas de pronta aplicação (nada poderia ser menos dialético do que isso, ainda que seja esse o caminho seguido por muitos que se reivindicam trotskistas).

Há muito não existe mais a Quarta Internacional, e os que reivindicam seu legado possuem posições muito diversas e, frequentemente, avessas aos fundamentos dela, quais sejam: uma linha inegociável de independência de classe; um método programático que não caia nem no maximalismo abstrato nem no economicismo reformista (o método do Programa de Transição); o internacionalismo proletário como princípio político, método analítico e forma organizativa; a noção básica de que a burguesia há muito se encontra impedida de cumprir qualquer papel revolucionário, mesmo na periferia capitalista, cabendo ao proletariado a realização das tarefas "nacional democráticas" pendentes, em combinação com as propriamente socialistas (a estratégia da Revolução Permanente); a defesa incondicional frente à contrarrevolução capitalista externa ou interna daquelas formações sociais que se originaram de revoluções do pós-Segunda Guerra (os Estados operários burocratizados); e a defesa da revolução política contra as ditaduras burocráticas que se instalaram nessas formações sociais.

Esperamos, com o Evento Online Trótski em Permanência, termos contribuído, em alguma medida, com o resgate, balanço crítico e instrumentalização para o presente dessas e outras contribuições fundamentais de Trótski e do trotskismo.

Viva Leon Trótski!

Viva o socialismo revolucionário!

N.B.: Ao longo deste livro o nome de Trótski aparece grafado de

diferentes formas (Trótski, Trotsky, Trotski etc.). Optamos por preservar a grafia escolhida por cada autor, ao invés de impor uma padronização, pois as múltiplas formas de grafia não atrapalham a compreensão e não há, de fato, um padrão reconhecido e bem estabelecido, por mais que haja normas de transliteração (as quais, diga-se de passagem, se forem seguidas, levam a uma grafia bastante incomum para o leitor brasileiro).

Comitê Organizador do Evento
"Comitê Mário Pedrosa"

Antônio Rago Filho

Carlos Prado

Daniel Cardoso Perseguim de Oliveira

Edson Luis de Oliveira

Flo Menezes

Frank García Hernández (Cuba)

Henrique de Bem Lignani

João Batista Aragão Neto

Marcio Lauria Monteiro

Morgana Romão

Paula Vaz de Almeida

Paulo Pedrini

Seiji Seron

Vinicius Souza

Comitê Científico do Evento

Antônio Rago Filho

Carlos Prado

Flo Menezes

João Batista Aragão Neto

Henrique de Bem Lignani

Marcio Lauria Monteiro

Morgana Romão

Paula Vaz de Almeida

Seiji Seron

Vinicius Souza

LINKS DE INTERESSE

Site do "Encontro Internacional Leon Trotsky" e dos eventos online "Trótski em Permanência"

https://encontrotrotski.noblogs.org/

Livro do I Encontro Internacional Leon Trotsky (Cuba, 2019)

https://encontrotrotski.noblogs.org/post/2021/08/05/livro-do-i-encuentro-internacional-leon-trotski-2019/

Canal dos eventos no YouTube ("Encontro Trotsky")

https://www.youtube.com/c/EncontroTrotsky

Playlist com os vídeos do Evento Online 2021

https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRRAFxNpF6R7vOTtdcHcbzWC

Caderno de Resumos do Evento Online 2021

https://ia601401.us.archive.org/16/items/cadernost/Caderno%20de%20resumos.pdf

Playlist com os vídeos do Evento Online 2020

https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRSM-WuY41e8e-m-uasizwBz

PARTE I

DEBATES SOBRE ARTES

Leon Trotsky e Andre Breton à sombra do Popocatepetl (México, 1938)

Micahel Löwy[1]

Durante o verão de 1938, Breton e Trotsky se encontraram no México, aos pés dos vulcões Popocatepetl e Ixtacciuatl. Este histórico encontro foi preparado por Pierre Naville, ex-surrealista, dirigente do movimento trotskista na França. Apesar de uma violenta controvérsia com Breton em 1930, Naville escrevera a Trotsky em 1938, recomendando Breton como um homem corajoso que não hesitou, ao contrário de tantos outros intelectuais, em condenar publicamente a infâmia dos Processos de Moscou. Trotsky tinha, portanto, concordado em receber Breton e este, com sua companheira Jacqueline Lamba, embarcaram para o México. Trotsky vivia na época na Casa Azul, que pertencia a Diego Rivera e Frida Kahlo, dois artistas que compartilharam suas ideias e que o receberam com calorosa hospitalidade (infelizmente, eles se desentenderiam poucos meses depois). Foi também nesta enorme casa localizada no distrito de Coyoacán que Breton e seu companheiro foram hospedados durante a estada.

Foi um encontro surpreendente, entre personalidades aparentemente situadas nos antípodas: uma, herdeira revolucionária do Iluminismo, a outra, instalada na cauda do cometa romântico; um, fundador do Exército Vermelho, o outro, iniciador da Aventura Surrealista. A relação entre eles era bastante desigual: Breton tinha enorme admiração pelo revolucionário de outubro, enquanto Trotsky,

[1] Tradução de Artur Scavone. Contato do autor: michael.lowy1@gmail.com

embora respeitasse a coragem e a lucidez do poeta – um dos raros intelectuais franceses de esquerda a se opor ao stalinismo – tinha algumas dificuldades para entender o surrealismo… Ele pedira ao seu secretário, Van Heijenoort, que lhe fornecesse os principais documentos do movimento e os livros de Breton, mas esse universo intelectual era estranho a ele. Seus gostos literários o levaram mais aos grandes clássicos realistas do século 19 do que às experiências poéticas incomuns dos surrealistas.

No início o encontro foi muito caloroso: segundo Jaqueline Lamba – companheira de Breton, que o acompanhou ao México, entrevistada por Arturo Schwarz: "Todos ficamos muito emocionados, até Lev Davidovich. Sentimo-nos imediatamente bem-vindos de braços abertos. L.D. ficou muito feliz em ver o André. Ficou muito interessado". No entanto, essa primeira conversa quase deu errado… Segundo o testemunho de Van Heijenoort: "O velho rapidamente começou a discutir a palavra surrealismo, para defender o realismo contra o surrealismo. Ele entendeu por realismo o significado preciso que Zola deu a esta palavra. Ele começou a falar sobre Zola. Breton a princípio ficou um tanto surpreso. No entanto, ele ouviu com atenção e soube encontrar as palavras para destacar certos traços poéticos na obra de Zola." (Entrevista de Van Heijenoort com Arturo Schwarz). Outros assuntos polêmicos surgiram, notadamente sobre o tema do *"hasard objectif"*, caro aos surrealistas. Foi um mal-entendido curioso: enquanto para Breton era uma fonte de inspiração poética, Trotsky a via como um questionamento do materialismo…

E, no entanto, a corrente passou, o russo e o francês encontraram uma linguagem comum: internacionalismo, revolução, liberdade. Jacqueline Lamba fala com razão de uma *afinidade eletiva* entre os

dois. As conversas ocorreram em francês, que Lev Davidovich falava fluentemente. Eles viajarão juntos pelo México, visitando os lugares mágicos das civilizações pré-hispânicas e praticando, imersos nos rios, a pesca à mão. Nós os vemos conversando amigavelmente em uma foto famosa, sentados próximos uns dos outros em um matagal, descalços, após uma dessas pescarias.

Deste encontro, da fricção dessas duas pedras vulcânicas, surgiu uma fagulha que ainda brilha: o Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente. De acordo com Van Heijenoort, Breton apresentou uma primeira versão e Trotsky recortou esse texto colando sua própria contribuição (em russo). É um texto comunista libertário, antifascista e alérgico ao stalinismo, que proclama a vocação revolucionária da arte e sua necessária independência em relação aos Estados e aos aparatos políticos. Ele propunha a criação de uma Federação Internacional de Arte Revolucionária Independente (FIARI).

A ideia do documento partiu de Leon Trotsky, que foi imediatamente aceita por André Breton. Foi um dos poucos, senão o único documento a quatro mãos, escrito pelo fundador do Exército Vermelho. Produto de longas conversas, discussões, trocas e, sem dúvida, alguns desentendimentos, foi assinado por André Breton e Diego Rivera, o grande pintor mural mexicano, na época fervoroso defensor de Trotsky (eles se desentenderão logo depois). Essa pequena mentira inofensiva se devia à crença do velho bolchevique de que um Manifesto sobre a arte deveria ser assinado apenas por artistas. O texto teve forte tom libertário, notadamente na fórmula, proposta por Trotsky, proclamando que, em uma sociedade revolucionária, o regime dos artistas deveria ser *anarquista*, ou seja, baseado na liberdade ilimitada. Em outra passagem famosa do documento, é proclamada “toda

licença na arte". Breton propôs acrescentar "exceto contra a revolução proletária", mas Trotsky propôs eliminar este acréscimo! Conhecemos a simpatia de André Breton pelo anarquismo, mas curiosamente, neste Manifesto, é Trotsky quem escreveu as passagens mais "libertárias".

O Manifesto afirma o destino revolucionário da arte autêntica, isto é, aquela que "opõe os poderes do mundo interior" contra "a realidade presente e insuportável". Foi Breton ou Trotsky quem formulou essa ideia, sem dúvida extraída do repertório freudiano? Pouco importa, já que os dois revolucionários, o poeta e o lutador, conseguiram chegar a um acordo no mesmo texto.

O documento guarda, em seus princípios fundamentais, uma atualidade surpreendente, mas não sofre menos de certas limitações, talvez devido à conjuntura histórica de sua redação. Por exemplo, os autores denunciam, com grande acuidade, as restrições à liberdade dos artistas, impostas pelos Estados, em particular (mas não apenas) pelos Estados totalitários. Mas, curiosamente, perde uma discussão, e uma crítica, dos obstáculos que resultam do mercado capitalista e do fetichismo da mercadoria… O documento cita uma passagem do jovem Marx, afirmando que o escritor "não deve em caso algum viver e escrever só para ganhar dinheiro"; no entanto, em seu comentário sobre essa passagem, em vez de analisar o papel do dinheiro na corrupção da arte, os dois autores se limitam a denunciar as "restrições" e "disciplinas" que se tenta impor aos artistas em nome da "razão de Estado". É ainda mais surpreendente que não se possa duvidar do anti-capitalismo visceral dos dois: não teria Breton qualificado Salvador Dali, que se tornou um mercenário, como um "Avida Dollars"? Encontramos a mesma lacuna no prospecto da revisão da FIARI (*Clé*), que clama pelo combate ao fascismo, ao stalinismo e …

à religião: o capitalismo está ausente.

O Manifesto concluiu, como vimos, com um apelo à criação de um amplo movimento, uma espécie de Internacional dos Artistas, a Federação Internacional para uma Arte Revolucionária Independente (FIARI), incluindo todos aqueles que se reconhecem no espírito geral de documento. Em tal movimento, escrevem Breton e Trotsky, "os marxistas podem andar aqui de mãos dadas com os anarquistas (…) desde que ambos rompam implacavelmente com o espírito policial reacionário, seja representado por Joseph Stalin ou por seu vassalo Garcia Oliver". Esse apelo à unidade entre marxistas e anarquistas é um dos aspectos mais interessantes do documento e um dos mais atuais, um século depois.

Entre parênteses: a denúncia de Stalin, qualificada pelo Manifesto como "o mais pérfido e perigoso inimigo" do comunismo, era essencial, mas seria preciso tratar o anarquista espanhol García Oliver, companheiro de Durruti, o dirigente histórico da CNT-FAI, o herói da resistência antifascista vitoriosa em Barcelona em 1936, de seu "vassalo"? É certo que foi ministro (renunciou em 1937) do primeiro governo da Frente Popular (Largo Caballero); e seu papel em maio de 1937, durante a luta em Barcelona entre stalinistas e anarquistas (apoiados pelo POUM), negociando uma trégua entre os dois campos, era muito questionável. Mas isso não o torna um capanga do Bonaparte soviético…

A FIARI foi fundada logo após a publicação do Manifesto; conseguiu reunir não apenas os partidários de Trotsky e os amigos de Breton, mas também anarquistas e escritores ou artistas independentes. A Federação tinha uma publicação, a revista *Clé*, editada por Maurice Nadeau, na época um jovem militante trotskista com grande interesse

pelo surrealismo (tornou-se autor, em 1946, da primeira *Histoire du Surréalisme*). O gestor foi Léo Malet e o Comité Nacional era composto por: Yves Allégret, André Breton, Michel Collinet, Jean Giono, Maurice Heine, Pierre Mabille, Marcel Martinet, André Masson, Henry Poulaille, Gérard Rosenthal, Maurice Wullens. Entre os participantes encontramos: Yves Allégret, Gaston Bachelard, André Breton, Jean Giono, Maurice Heine, Georges Henein, Michel Leiris, Pierre Mabille, Roger Martin du Gard, André Masson, Albert Paraz, Henri Pastoureau, Benjamin Péret, Herbert Read, Diego Rivera, Léon Trotsky… Esses nomes dão uma ideia da capacidade da FIARI de associar personalidades políticas, culturais e artísticas bastante diversas.

A revista *Clé* só teve 2 edições: o nº 1 apareceu em janeiro de 1939 e o nº 2 em fevereiro de 1939. O editorial do nº 1 intitulava-se "Pas de patrie!", e denunciava a repressão e internamento de imigrantes estrangeiros pelo governo Daladier: uma questão muito atual em 2020 ! A FIARI foi uma bela experiência "marxista libertária", mas de curta duração: em setembro de 1939, o início da Segunda Guerra Mundial pôs fim, de fato, à Federação.

***Post-scriptum*:** em 1965, meu amigo Michel Lequenne, na época um dos dirigentes do PCI, o Partido Comunista Internacionalista, seção francesa da Quarta Internacional, propôs ao Grupo Surrealista uma refundação da FIARI. Parece que a ideia não desagradou André Breton, mas acabou por ser rejeitada por uma declaração coletiva, datada de 19 de abril de 1966 e assinada por Philippe Audoin, Vincent Bounoure, André Breton, Gérard Legrand, José Pierre, Jean Schuster – pelo Movimento Surrealista.

***Post-Scriptum bis*:** peço licença para uma nota pessoal. Meu primeiro artigo publicado no Brasil, em 1960 numa pequena revista literaria ("Espiral"), foi dedicado ao 32 aniversario de fundaçâo da FIARI. Este evento me fascina jáa há 60 anos.

Nota bibliográfica: o livro de Arturo Schwarz, *André Breton, Trotsky et anarchie* (Paris, 18/10/1974) contém não apenas o texto do Manifesto FIARI, mas também todos os escritos de Breton sobre Trotsky, bem como uma introdução histórica substancial de 100 páginas pelo autor, que foi capaz de entrevistar o próprio Breton, Jacqueline Lamba, Van Heijenoort e Pierre Naville. Um dos documentos mais comoventes desta coleção é o discurso feito por Breton no funeral em Paris em 1962 para Natalia Sedova Trotsky. Depois de prestar homenagem a esta mulher cujos olhos viveram "as batalhas mais dramáticas entre a sombra e a luz", concluiu com esta esperança obstinada: chegará o dia em que não só se fará justiça a Trotsky, mas também "às ideias pelas quais deu sua vida ".

"The Iron Heel" de Jack London: profecia do fascismo para Leon Trotsky

Mariana Luppi Foster[1]

Leon Trotsky, pensador e revolucionário russo, contribuiu de forma fundamental para a compreensão do fenômeno do fascismo sob um ponto de vista marxista. A partir dessa perspectiva, Trotsky enfatizou o momento histórico capaz de engendrar o fascismo, bem como as relações entre as classes sociais que permitiram sua ascensão. Tal método se diferencia evidentemente daquele de pensadores como Umberto Eco, que busca elementos "eternos" no fascismo, ou Giles Deleuze e Félix Guattari, que se distanciam de uma perspectiva de classe ao pensar "microfascismos" (SABATKE, 2018, p.25). Ernest Mandel critica também a conceituação de Ernst Nolte, que afirma que o fascismo exprimiria "a agressividade enraizada na natureza humana" – para Mandel, assim como para Trotsky, o fundamental era compreender a historicidade do fascismo, enquanto "uma forma particular, social, política e militar que nunca existiu anteriormente." (MANDEL, 1976, p. 23).

Dada essa perspectiva, é interessante refletir sobre a análise que Trotsky faz acerca do romance *The Iron Heel* (1907), do escritor estadunidense Jack London: "in 1907 Jack London already foresaw and described the fascist regime as the inevitable result of the defeat of the proletarian revolution"[2] (TROTSKY, 1937, apud LONDON,

---

[1] Doutoranda no programa de literatura em língua inglesa da FFLCH-USP e militante ecossocialista. Contato: mluppi606@gmail.com

[2] "Em 1907 Jack London já previu e descreveu o regime fascista como resultado inevitável da derrota da revolução proletária" (tradução minha).

1939, p.315). Considerando tal afirmação, o presente artigo visa tratar da teoria de Trotsky sobre o fascismo a partir de seu diálogo com o romance *The Iron Heel*.[3]

Assim sendo, esse artigo se absterá de desenvolver os elementos especificamente literários da construção do romance, embora seja importante ressaltar que eles têm uma importante função no sentido aparentemente "preditivo" da obra. Na mesma carta à Joan London citada acima, Trotsky considera a forma do romance como mera "couraça" para a análise política (TROTSKY, 1937, apud LONDON, 1939, p. 313). Apesar disso, pode-se considerar que a historicidade do romance depende dessa forma.

The Iron Heel se compõe de um documento fictício, um "manuscrito" elaborado por Avis Cunnigham-Everhard, que relata como, entre 1912 e 1932, ela, filha de um professor universitário, adere ao socialismo, casa com uma liderança operária e participa da resistência à ascensão de um regime autoritário nos Estados Unidos, alternadamente chamado de *Iron Heel* ou regime da Oligarquia. Esse manuscrito é recuperado 700 anos depois, por um historiador que vive em um regime socialista, o qual prefacia e faz notas ao documento. A intervenção desse "historiador do futuro" é um dos elementos que fortalece a historicidade da obra, e seu sentido crítico, advindo do estranhamento em relação à realidade dos leitores contemporâneos do romance. (FOSTER, 2020, p.17)

O regime do *Iron Heel* é, então, aproximado por Trotsky do regime fascista que ascenderia na Itália apenas quinze anos depois

[3] Em minha dissertação de mestrado, "*The Iron Heel* de Jack London: consciência do presente e profecia do fascismo", trabalho com a teoria de Trotsky sobre o fascismo para fazer a análise do romance. O presente artigo recupera e sintetiza os elementos analisados, dando maior ênfase às reflexões de Trotsky.

da publicação do romance. Por isso mesmo, para o pensador russo, é impressionante que o romance tenha sido escrito antes da Primeira Guerra Mundial. De fato, o romance é capaz de apreender as tensões geopolíticas de seu período histórico, e inclui em seu enredo uma ameaça de guerra entre Alemanha e Estados Unidos, durante a ascensão do regime oligárquico. No romance, a guerra não ocorre, impedida pela organização internacional entre os socialistas estadunidenses e alemães, que articulam uma greve geral em ambas as nações até a garantia da paz.

Sabe-se que Jack London superestimou a reação de seus co-partidários alemães[4] às ameaças de guerra imperialista. A Primeira Guerra Mundial foi aprovada no Parlamento Alemão sem a oposição dos socialistas em 1914, o que precipitou a ruptura de diversas lideranças marxistas, como Lênin e Rosa Luxemburgo, com a Segunda Internacional. Lênin, inclusive, em escritos críticos à posição das lideranças alemãs, refere-se ao Manifesto do Congresso da Internacional ocorrido na Basileia, em 1912: "onde estava evidenciada sua oposição a qualquer guerra desencadeada pelos interesses da burguesia e caracterizados como imperialismo capitalista. A resposta à guerra deveria ser a proposição da revolução. Mas isso não aconteceu (DEL ROIO, 2014). A Internacional Comunista, ou Comintern, formada a partir dessa ruptura, explandiu-se muito nos anos seguintes.

Essas duas correntes do movimento internacional dos trabalhadores, os comunistas e os social-democratas, então, responderam de diferentes formas à ascensão do fascismo nas décadas seguintes. Os social-democratas mostraram-se apegados aos

[4] London pertencia a partidos socialistas que tinham afinidades com a Segunda Internacional (FOSTER, 2020, p. 141-143).

aparelhos de Estado e iludidos com as vias democráticas que ao final levaram Hitler ao poder. Para Trotsky: "The Social Democrats with their peculiar conservative limitations hoped, along with the other parliamentary parties, to 'educate' fascism gradually."[5] (TROTSKY, 1972, p.134)

As alas da direção da Internacional Comunista, ou Comintern, por outro lado, ao denunciar a social-democracia acabaram por igualá-la ao fascismo, criando a absurda teoria do social-fascismo, que será tratada mais à frente.

Primeiramente, é interessante observar a posição da social-democracia, pois a crítica às ilusões eleitorais é um ponto importante do romance *The Iron Heel*.

Em particular, sobre a diferença de percepção entre o protagonista Ernest Everhard e o restante dos socialistas, alguns trechos do romance são interessantes. No capítulo *The Vortex*, após grande perseguição aos jornais operários e esmagamento da classe média, Ernest se mostrava sem esperança em relação às eleições do outono:

> "It's no use," he said. "We are beaten. The Iron Heel is here. I had hoped for a peaceable victory at the ballot-box. I was wrong. Wickson was right. We shall be robbed of our few remaining liberties; the Iron Heel will walk upon our faces; nothing remains but a bloody revolution of the working class. Of course we will win, but I shudder to think of it."
> And from then on Ernest pinned his faith in revolution. In this he was in advance of his party. His fellow-

[5] "Os social-democratas com suas limitações conservadoras peculiares tinham esperança, junto com outros partidos parlamentares, de 'educar' o fascismo aos poucos." (tradução minha)

> socialists could not agree with him. They still insisted that victory could be gained through the elections (…) There was no room in their theoretical social evolution for an oligarchy, therefore the Oligarchy could not be.
> "We'll send you to Congress and it will be all right," they told him at one of our secret meetings.
> "And when they take me out of Congress," Ernest replied coldly, "and put me against a wall, and blow my brains out — what then?"[6] (LONDON, 1908, pp.175-176)

Trata-se, no trecho acima, da figuração de um problema central de estratégia dos socialistas no início do século XX — a possibilidade da vitória eleitoral do socialismo, ou a necessidade da construção de uma alternativa revolucionária. O grau de repressão e controle do regime sobre as classes subalternas é o que convence o protagonista do romance de que apenas a alternativa revolucionária seria viável. Ernest, personagem construída com características proféticas, é o primeiro a perceber que as alternativas eleitorais estariam esgotadas e que havia o risco de mudança de regime, para um regime autoritário.

---

[6] "— É inútil — disse ele. — Estamos derrotados. O Tacão de Ferro está aqui. Eu tinha esperança em uma vitória pacífica nas urnas, mas estava errado. Wickson é quem tinha razão. Nós seremos despojados da pouca liberdade que nos resta; o Tacão de Ferro pisará em nossas cabeças; nada resta a não ser uma revolução sangrenta da classe trabalhadora. Certamente venceremos, mas tenho medo até de pensar nisso.
E a partir de então, Ernest depositou suas esperanças na revolução. Nisso, ele estava bem à frente de seu partido. Seus companheiros socialistas não puderam concordar com ele. Continuavam insistindo que a vitória seria alcançada por meio das eleições. (...) Não havia lugar em sua evolução social teórica para uma oligarquia, logo a oligarquia não podia existir.
— Nós o colocaremos no Congresso e tudo ficará bem — disseram-lhe em uma de nossas reuniões secretas.
— E quando eles me tirarem do Congresso — replicou Ernest friamente —, e me colocarem contra a parede e me estourarem os miolos, o que será?". As traduções do romance são citadas a partir da tradução que consta em "LONDON, Jack. *O Tacão de Ferro*. São Paulo: Boitempo, 2011".

O trecho revela, ainda, que as ilusões eleitorais dos companheiros de Ernest relacionam-se com a ideia de que não haveria "lugar" para um regime oligárquico dentro da "evolução social". Essa ideia de evolução social reflete uma leitura excessivamente linear e evolutiva dos regimes políticos (e dos modos de produção) que caracteriza uma certa versão do marxismo (FOSTER, 2020, p.126), como será tratado a seguir.

Em outra passagem do romance é possível identificar a relação entre a ideia de "evolução social" e a falta de compreensão sobre a ascensão do regime oligárquico, na voz do historiador "do futuro" que faz notas ao manuscrito de Avis Everhard:

> The rise of the Oligarchy will always remain a cause of secret wonder to the historian and the philosopher. Other great historical events have their place in social evolution. They were inevitable. Their coming could have been predicted with the same certitude that astronomers to-day predict the outcome of the movements of stars. Without these other great historical events, social evolution could not have proceeded. Primitive communism, chattel slavery, serf slavery, and wage slavery were necessary stepping-stones in the evolution of society. But it were ridiculous to assert that the Iron Heel was a necessary stepping-stone. [7] (LONDON, 1908, p. XI)

Observa-se aqui a perspectiva da inevitabilidade dos eventos

[7] "A ascensão da oligarquia será sempre um fator de espanto para o historiador e para o filósofo. Outros grandes eventos históricos tiveram seu lugar na evolução social. Eram inevitáveis. Sua chegada pôde ser prevista com a mesma certeza que os astrônomos de hoje preveem o movimento das estrelas. Sem esses outros grandes eventos históricos, a evolução social não tomaria seu curso: o comunismo primitivo, a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado representaram passos dados no caminho da evolução da sociedade. Mas seria ridículo afirmar que o Tacão de Ferro

históricos, e como o regime oligárquico foge dessa inevitabilidade e, portanto, cria particulares dificuldades de interpretação. London prevê, dessa forma, as dificuldades que posteriormente existiriam na interpretação do fascismo histórico. Segundo Ernest Mandel:

> A história do fascismo é simultaneamente a história da análise teórica do fascismo. A simultaneidade de aparição de um fenômeno social e das tentativas feitas para o compreender é mais evidente no caso do fascismo do que em qualquer outro exemplo da história moderna. Esta simultaneidade explica-se pelo facto do aparecimento súbito deste novo fenômeno parecer vir a desviar o curso da história para o "progresso". O choque sentido pelos observadores atentos foi ainda maior por esta modificação da história ser acompanhada pelo exercício da violência física direta sobre os indivíduos (MANDEL, 1976, p.9).

Vê-se, aqui, a ideia do curso histórico direcionado ao "progresso" dificultando a compreensão do fenômeno do fascismo, da mesma forma que, no romance *The Iron Heel,* a ideia da evolução social impede a maior parte dos socialistas de aceitar a possibilidade de um regime oligárquico. Para Mandel, no entanto, a questão sobre o que é o fascismo teria fascinado "tanto os principais teóricos do movimento operário como a *intelligentsia* burguesa." (MANDEL, 1976, p. 10), não sendo, portanto, as dificuldades de análise uma exclusividade dos marxistas. Apesar disso, é destacável a existência, no período contemporâneo a London, de uma "versão" do marxismo que dialoga com ideias do "evolucionismo" ou com o "darwinismo social", a qual é discutida por Eric Hobsbawm, que associa tal versão ao social-democrata alemão Karl Kautsky (HOBSBAWM, 1992,

---

tivesse sido um passo necessário."

p.369).

A relação entre perspectivas "evolucionistas" dentro do marxismo e a sua dificuldade de interpretação do fascismo, leva o escritor inglês George Orwell a generalizar:

> Their [dos marxistas] interpretation of history has been so mechanistic that they have failed to foresee dangers that were obvious to people who had never heard the name of Marx. It is sometimes urged against Marx that he failed to predict the rise of Fascism. I do not know whether he predicted it or not — at that date he could only have done so in very general terms — but it is at any rate certain that his followers failed to see any danger in Fascism until they themselves were at the gate of the concentration camp. A year or more *after* Hitler had risen to power official Marxism was still proclaiming that Hitler was of no importance and 'Social Fascism' (i.e. democracy) was the real enemy. [8](ORWELL, 1969a, p.31).

Apesar da generalização, existe uma indicação, com o uso do termo "marxismo oficial", de que essa não seria a posição de todos os marxistas. De fato, Trotsky representa um campo crítico também à ideia de social-fascismo, desenvolvida pelas direções do Comintern, que igualava o fascismo à social-democracia — não exatamente à democracia em geral, como diz Orwell, mas às direções social-

[8] "Sua [dos marxistas] interpretação da história foi tão mecanicista que eles não conseguiram prever perigos que eram óbvios para pessoas que nunca ouviram o nome de Marx. Às vezes se argumenta contra Marx que ele falhou em prever a ascensão do fascismo. Não sei se ele o previu ou não — naquela época ele só poderia tê-lo feito em termos muito gerais —, mas de qualquer forma é certo que seus seguidores não viram nenhum perigo no fascismo até que eles mesmos estivessem às portas do o campo de concentração. Um ano ou mais depois de Hitler ter subido ao poder, o marxismo oficial ainda proclamava que Hitler não tinha importância e que o 'social--fascismo' (i.e., a democracia) era o verdadeiro inimigo." (tradução minhas)

democratas, devido às traições que de fato ocorreram. Para Trotsky:

> The policy of the Communist Party has been thoroughly wrong. Its leaders started from the absurd axiom that the Social Democrats and National Socialists represented "two varieties of fascism,that they were, in Stalin's formula, "not opposite poles but twins". It is undoubtedly true that the Social Democracy, like fascism, stands to defend the bourgeois regime against the proletarian revolution. But the methods of the two parties are entirely different. The Social Democracy is unthinkable without parliamentary government and mass organizations of the workerff in trade unions. The mission of fascism, however, is to destroy both. A defensive union of Communists and the Social Democrats should have been b ased on this antagonism. But blind leaders refused to take this approach. (TROTSKY, 1972, p. 134)

O trecho acima sintetiza a crítica de Trotsky à teoria do social-fascismo, baseada na diferença fundamental de método entre os dois partidos, o fascista e o social-democrata, que, de fato, buscam assegurar os interesses da grande burguesia, mas não podem ser igualados. Além disso, o trecho apresenta a defesa de uma frente única com a social-democracia no contexto da ascensão do fascismo, uma das principais táticas formuladas por Trotsky nesse contexto.

Voltando ao romance *The Iron Heel*, é perceptível como Ernest Everhard parece ser o único entre os socialistas que não recai em subestimação do inimigo de classe. Esse parece também ter sido um problema de muitos opositores do fascismo histórico. Nos trechos tanto de Mandel quanto de Orwell, a violência física aparece como um elemento fundamental do fascismo, um retrocesso político que não era esperado.

É interessante observar como Jack London, bem antes da ascensão do fascismo, considerava a violência física das classes dominantes como uma possibilidade concreta: "History shows that no master class is ever willing to let go without a quarrel. The capitalist own governments, the armies and the militia. Don't you think the capitalists will use these institutions to keep themselves in power? I do"[9] (LONDON apud FONER, 1947, p. 96). Nesse sentido, seria possível argumentar que o romance *The Iron Heel* é menos uma previsão de um possível futuro fascista, como defende Trotsky, e mais uma constatação da situação contemporânea do capitalismo.

A recepção do romance dá uma ideia de como a perspectiva pouco otimista de London encontrou resistência dos socialistas nos Estados Unidos:

> The socialists were divided in their reactions. The more militant leaders like Eugene Debs, Bill Haywood and Mary Marcy praised it unstintingly and urged that its lessons be taken to heart by the entire movement. But the middle class leaders of the Party were even more vehement in their denunciations than the bourgeois critics. Here the Socialist Party was making headway at the pools and along came Jack London and took the edge of these victories with the pessimism and black despair of The Iron Heel. What would happen to those who had joined the movement because they were led to believe that in this country socialism was a matter of a few years of peaceful transition from capitalism and who were convinced that thought the capitalists would

[9] "A história mostra que nenhuma classe dominante está disposta a deixar-se vencer sem uma briga. Os capitalistas têm os governos, os exércitos e as milícias. Você não acha que os capitalistas usarão essas instituições para se manterem no poder? Eu acho" (tradução minha)

> resist, the will of the voters in the ballot box would prevail? [10] (FONER, 1947, p. 96)

É notável, aqui, o contexto das discussões sobre estratégia que cercavam o período de escritura do romance, revelando que parte dos socialistas consideravam a transição pacífica do capitalismo para o socialismo uma desenvolvimento provável, poucos anos antes da Primeira Guerra e mesmo após a Revolução Russa de 1905, que, é importante lembrar, foi violentamente esmagada pelo czarismo.

A estratégia baseada nas eleições e tomada das instituições, e certo otimismo que impedia a percepção das tendências violentas das elites, levaram particularmente a social-democracia alemã tanto a não se opor aos créditos de guerra em 1914, quanto a não se voltar a iniciativas de autodefesa contra os fascistas, aspecto denunciado por Trotsky. Ele ainda observa como justamente a restrição às vias institucionais favoreceu a ascensão do fascismo:

> They [os social-democratas] gave the position of chief drill sergeant to Hindenburg, the field marshal of the Hohenzollerns; 138 they voted for him. The workers had the right instincts and wanted to fight. But the Social Democrats held them back, promising to give the signal when Hitler should have finally abandoned legal methods. Thus the Social Democracy not only

[10] "Os socialistas estavam divididos em suas reações. Os líderes mais militantes como Eugene Debs, Bill Haywood e Mary Marcy elogiaram sem hesitar e pediram que suas lições fossem levadas a sério por todo o movimento. Mas os líderes da classe média do Partido foram ainda mais veementes em suas denúncias do que os críticos burgueses. Ali, o Partido Socialista avançava eleitoralmente e veio Jack London e tirou a vantagem dessas vitórias com o pessimismo e o desespero sombrio de *The Iron Heel*. O que aconteceria com aqueles que se juntaram ao movimento porque foram levados a acreditar que neste país o socialismo era uma questão de alguns anos de transição pacífica do capitalismo e que estavam convencidos de que mesmo que os capitalistas resistissem, a vontade dos eleitores nas urnas iria prevalecer?" (tradução minha)

> summoned the fascists to power through Hinden burg but allowed them to carry out the governmental revolution by stages.[11] (TROTSKY, 1972, p.134)

Outro aspecto importante para a aproximação entre o regime figurado por Jack London no romance e o fascismo histórico é sua relação com uma profunda crise no sistema capitalista. E é mais uma vez Trotsky que analisa o fascismo como resultado do aprofundamento das contradições do capitalismo monopolista.

Ernest Mandel busca resumir os principais elementos da análise de Trotsky sobre o fascismo, começado exatamente dessa relação com a crise do capitalismo:

> O ascenso do fascismo é a expressão da grave crise social do capitalismo decadente, uma crise estrutural que pode coincidir – como nos anos 1929-1933 – com uma crise econômica clássica de sobreprodução, mas que é muito mais ampla que uma simples flutuação na conjuntura. Fundamentalmente é uma crise de reprodução do capital: é a impossibilidade de continuar uma acumulação "natural" de capital dadas as condições de concorrência no mercado mundial (isso é, com o nível dos salários reais, de produtividade do trabalho, de disponibilidade de matérias primas e de mercados). A função histórica da tomada do poder pelo fascismo é a alteração pela força e pela violência, a favor dos grupos decisivos do capital

[11] "Eles [os social-democratas] deram o cargo de comandante para Hindenburg, o marechal de campo dos Hohenzollerns; 138 votaram nele. Os trabalhadores tiveram os instintos certos e queriam lutar. Mas os social-democratas os detiveram, prometendo dar o sinal quando Hitler finalmente abandonasse os métodos legais. Assim, a social-democracia não apenas convocou os fascistas ao poder através do Hindenburg, mas permitiu que eles realizassem a revolução governamental por etapas." (tradução minha)

> monopolista, das condições de reprodução do capital. (MANDEL, 1976, p.29)

No trecho, Mandel destaca de aspectos econômicos da crise estrutural – tanto a episódica crise de sobreprodução, quanto a crise profunda no modo de acumulação do capitalismo. É interessante enfatizar ainda que, para Trotsky, a crise política em que a democracia se encontra faz parte desse quadro amplo de crise estrutural do modo de produção capitalista: "There is one common reason for the collapse of democracy: capitalist society has outlived its strength."[12] (TROTSKY, 1972, p.133). É essa correlação, inclusive, que permite a crítica da social-democracia:

> What is called the crisis of parliamentarism is the political expression of the crisis in the entire system of bourgeois society. Democracy stands or falls with capitalism. By defending a democracy which has outlived itself, social democracy drives social development into the blind alley of fascism.[13] (TROTSKY, 1975, p. 383)

A social-democracia, recusando-se a pensar na autodefesa da classes trabalhadora, recaindo em apelos pacifistas e "democráticos"[14], mostra-se assim incapaz de combater o fascismo, justamente por não o compreender como expressão dessa crise na totalidade do sistema capitalista.

---

[12] "Há uma razão comum para o colapso da democracia: a sociedade capitalista ultrapassou seu momento de força." (tradução minha)

[13] "O que se chama de crise do parlamentarismo é a expressão política da crise em todo o sistema da sociedade burguesa. A democracia permanece ou decai com o capitalismo. Ao defender uma democracia ultrapassada, a social-democracia leva o desenvolvimento social ao beco sem saída do fascismo." (tradução minha)

[14] Mandel seleciona, em sua coletânea de textos de Trotsky sobre o fascismo, o texto "A Milícia operária e seus adversários", o qual defende essa tática de autodefesa na França contra os argumentos de social-democratas e comunistas (MANDEL, 1976, p.121-134).

Também no romance de London, o regime da Oligarquia ascende como resultado de uma crise estrutural do capital, e a partir de violência extrema contra a classe trabalhadora em geral, contra seus setores organizados e contra a classe média. No que se refere ao tratamento de tal crise, fica evidente que não há propriamente uma "previsão", por London, mas uma constatação das contradições do capitalismo contemporâneo[15]. Em longo debate no capítulo *Mathematics of a Dream,* o personagem Ernest Everhard busca convencer setores das classes médias de que o sistema capitalista está fadado ao fracasso, pois se tornará cada vez menos capaz de redirecionar seus excedentes (LONDON, 1908, p. 141-162) – trata-se, assim, da mesma contradição que faz Mandel se referir "a impossibilidade de continuar uma acumulação 'natural' de capital dadas as condições de concorrência no mercado mundial".

Mandel segue seu sumário: "e) Para que a ditadura fascista possa cumprir a sua função histórica, o movimenta operário tem de ser previamente derrotado e esmagado; mas isto só é possível se antes da tomada do poder, o equilíbrio se deslocar a favor dos bandos fascistas e em detrimento da classe operária" (MANDEL, 1976, p. 34).

Para Trotsky, a violência era uma reação esperada, pois o fascismo seria a alternativa da classe burguesa contra a possibilidade, cada vez mais premente no início do século XX, de revoluções socialistas a nível mundial:

> Fascism is the second authorized agent of the bourgeoisie. Like the social democracy, and to an

[15] Nesse sentido, é possível tratar o romance *The Iron Heel* como um experimento mental, seguindo a análise de Ursula K. Le Guin, escritora estadunidense, sobre esse tipo de construção. Para Le Guin, o propósito do experimento mental não seria prever o futuro, mas fazer uma descrição do presente. (LE GUIN, 1976, n.p.)

> even greater extent, fascism has its own army, its own interests, and its own logic of operation. We know that in order to save and consolidate bourgeois society, fascism in Italy was forced to come into violent conflict not only with the social democracy but also with the traditional parties of the bourgeoisie. The same can be observed in Poland. It should not be imagined that all the agencies of bourgeois rule function in complete harmony. Fortunately it is not so. Economic anarchy is supplemented by political anarchy. Fascism, fed by the social democracy, is forced to crack the latter's skull in order to come to power. [16] (TROTSKY, 1975, p. 387)

Observa-se que, no trecho acima, a social-democracia aparece como agente da burguesia, o que se relaciona com seu papel de controlar e bloquear as tendências revolucionárias da massas trabalhadoras. Apesar disso, essa atuação da social-democracia mostrou-se insuficiente para garantir a manutenção do controle político sobre os trabalhadores, de forma que o fascismo, violento e antidemocrático, tomou essa tarefa de impedir o ascenso revolucionário, passando por cima de forma violenta inclusive de partidos aliados das elites, como a própria social-democracia.

No romance, Ernest Everhard é primeiro a perceber que as elites usarão a violência – o que ocorre após um grande industrial ameaçar

[16] "O fascismo é o segundo agente autorizado da burguesia. Como a social-democracia, e em medida ainda maior, o fascismo tem seu próprio exército, seus próprios interesses e sua própria lógica de operação. Sabemos que para salvar e consolidar a sociedade burguesa, o fascismo na Itália foi forçado a entrar em conflito violento não só com a social-democracia, mas também com os partidos tradicionais da burguesia. O mesmo pode ser observado na Polônia. Não se deve imaginar que todas as agências do domínio burguês funcionem em completa harmonia. Felizmente não é assim. A anarquia econômica é complementada pela anarquia política. O fascismo, alimentado pela social-democracia, é obrigado a quebrar o crânio desta para chegar ao poder." (tradução minha)

o uso da força de forma direta, devido a um discurso revolucionário de Ernest [17]. O romance segue então, tratando as diversas formas de esmagamento da luta da classe trabalhadora: a repressão aos jornais operários, perseguições, prisões e compra de lideranças sindicais.

Outro aspecto importante da teoria de Trotsky sobre o fascismo refere-se à base social dessa ideologia e partido político. Para ele, o fascismo se distingue de outras ditaduras por ser um movimento "plebeu", com caráter de massas:

> O movimento fascista italiano era um movimento espontâneo e massivo, com novos dirigentes saídos das massas. Trata-se de um movimento plebeu na sua origem, dirigido e financiado por grandes potentados capitalistas, que se destacou da pequena burguesia, do lumpemproletariado, e mesmo, em certa medida das massas proletárias [...] (TROTSKY, 1931, apud MANDEL, 1976, p. 85)

O que torna o fascismo tão ameaçador para a classe trabalhadora, então, é que ele exerce a destruição da organização da classe trabalhadora de uma forma que seria impossível para um Estado policial, a partir não de forças de repressão institucionalizadas, mas da base do movimento fascista, proporcionalmente muito maior.

A pequena burguesia foi fundamental para a criação dessa massa fascista, devido a sua posição na sociedade capitalista. Segundo Marx:

> As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguês porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas

[17] Trata-se de um discurso inflamado do protagonista sobre o crescimento dos socialistas nos Estados Unidos. Jack London, no ano de 1906, tratou as mesmas questões em discursos para diversos públicos (FOSTER, 2020, p.61-65).

> conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. (MARX; ENGELS, 2017, p.14)

Mandel ainda adiciona que a pequena burguesia, sendo muito atingida pela crise do capitalismo, pode desenvolver sentimentos de desespero, rancores e reminiscências ideológicas que a coloquem contra o proletariado, o que contribui para que ela seja uma importante base do fascismo (MANDEL, 1976, p. 32).

Trotsky também ressalta como a pequena burguesia desde as primeiras fases do capitalismo assume ideologias que favorecem a burguesia, dentro de uma linha de análise de impossibilidade de independência política da pequena burguesia: ela assumiu o jacobinismo, em uma fase revolucionária da burguesia, o reformismo no auge da democracia burguesa, e o fascismo no período de crise e decadência capitalista (TROTSKY, 1932, apud MANDEL, 1976, p.107).

Para Trotsky, então, o levante pequena burguesia contra o proletariado é a principal diferença entre o fascismo e a reação capitalista em geral (TROTSKY, 1932, apud MANDEL, 1976, p.107). Aí entra, também, outro debate caro à tradição marxista, a necessidade de obter apoio dos setores médios da sociedade: "Para que da crise social possa nascer a Revolução Proletária é necessário que, para além de outras condições, se verifique a viragem decisiva das classes pequeno-burguesas em direção ao proletariado" (TROTSKY, 1932, apud MANDEL, 1976, p.107).

É interessante como diversos elementos dessa teorização sobre o fascismo são figurados no romance *The Iron Heel*. As ações de repressão à classe trabalhadora, por exemplo, ficam sob responsabilidade de organizações massivas, particularmente as

"Black Hundreds"[18], os mercenários e os "strikebreakers"[19], e não de forças policiais ou militares diretamente. Ernest Everhard, durante o romance, tenta garantir a "a viragem decisiva das classes pequeno-burguesas em direção ao proletariado" a partir do convencimento de setores dos pequenos empresários a não criar um partido próprio, e a se juntar aos socialistas. Sua falha significa que esses setores são duramente derrotados.

Além disso, é a virtual compra das camadas sindicalizadas do proletariado pelos grandes magnatas que garante a vitória decisiva do regime da oligarquia. Trotsky, em sua análise do romance, observa a agudez da visão de London sobre o processo de burocratização dos sindicatos. A constituição de camadas privilegiadas da classe, a aristocracia operária, em uma nova classe média que também é base para o regime autoritário corresponde a visão de Trotsky sobre a ascensão do fascismo (TROTSKY, 1932, apud MANDEL, 1976, p. 108)[20].

A perspectiva sobre a leitura do romance, no entanto, não pode ser anacrônica. Não se trata propriamente de uma profetização do futuro

---

[18] Multidões violentas. Uma nota explica que elas surgiram a partir de agentes provocadores. (LONDON, 1908, 172-173)

[19] Fura-greves.

20 Lenin também indicava, já em 1916, esse setor como possível base de um regime reacionário: "This stratum of workers-turned-bourgeois, or the labour aristocracy, who are quite philistine in their mode of life, in the size of their earnings and in their entire outlook, is the principal prop of the Second International, and, in our days, the principal social (not military) prop of the bourgeoisie. For they are the real agents of the bourgeoisie in the working-class movement, the labour lieutenants of the capitalist class, real vehicles of reformism and chauvinism. In the civil war between the proletariat and the bourgeoisie they inevitably, and in no small numbers, take the side of the bourgeoisie, the 'Versaillais' against the 'Communards'. (LENIN, 2008, p. 31). Tradução minha: "Essa camada de operários aburguesados ou de 'aristocracia operária', inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal

fascista, mas de uma especulação sobre possíveis desenvolvimentos de fatores fundamentais do capitalismo contemporâneo. Entre eles, está a ascensão do capitalismo monopolista e o consequente acirramento da luta de classes, a qual urge as camadas intermediárias a se posicionarem.

Se há aproximações importantes do romance em relação ao desenvolvimento histórico, há também divergências. Para Trotsky, uma característica do fascismo seria a auto-expropriação da burguesia do poder – ou seja, o poder não fica diretamente nas mãos da grande burguesia, mas sim da liderança "plebeia"[21]. Isso de forma alguma ocorre no romance, no qual a única figura individualmente poderosa parece ser um magnata, Mr. Wickson.

Tal aspecto se reflete nas características do regime após seu estabelecimento. Trotsky destaca que o fascismo se aproxima, após assumir o poder, de outras formas de ditadura militar e policial, deixando de possuir a sua base social anterior (TROTSKY, 1932, apud MANDEL, 1976, p. 90-91). É importante, nesse debate, que a ideologia fascista tenha a autonomia mencionada em relação à grande burguesia – ela serve para agitar as massas pequeno-burguesas e garantir o esmagamento da classe trabalhadora. Cumprida sua missão, no entanto, ela deixa de ter tanta importância na manutenção do regime. Ainda caracterizando a teoria de Trotsky sobre o fascismo, Mandel aponta:

---

apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no movimento operário, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas, reais veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos 'versalheses' contra os 'communards'.

[21]Por isso, em trecho tratado acima, Trotsky refere-se a conflito entre o fascismo e partidos tradicionais da burguesia.

> f) Se o fascismo conseguir "esmagar o movimento operário sob as suas investidas", terá cumprido o seu dever do ponto de vista do capitalismo monopolista; o seu movimento de massas acaba por burocratizar-se e é em grande parte absorvido pelo aparelho de Estado burguês; isto é possível apenas na medida em que as formas extremas de demagogia plebeia pequeno-burguesa, presentes nos "objetivos do movimento", desapareçam e acabem por ser apagadas pela ideologia oficial. (MANDEL, 1976, p.36)

Ainda desse ponto de vista há aspectos comparáveis entre o romance e o processo histórico posterior. O regime oligárquico do *Iron Heel* no romance estabelece um Estado burocratizado, o qual a narradora Avis caracteriza a partir da descrição do aparato estatal. Tal descrição é compatível com uma ditadura militar ou policial genérica, mas, justamente, é desses regimes que Trotsky vê o fascismo se aproximar após sua estabilização.

A conclusão da análise comparativa entre o romance *The Iron Heel* e a teoria de Trotsky sobre o fascismo não pode recair, como já apontado, em anacronismos. Kelton Sabatke corretamente enfatiza que "London por óbvio não escreveu sobre fascistas, conquanto fascistas não houvesse em 1907, ano durante o qual redigiu o romance" (SABATKE, 2018, p.12). Apesar disso, certamente não é à toa que Trotsky identificou, na obra de London, elementos proféticos em relação aos desenvolvimentos políticos das décadas seguintes – afinal London identifica algumas das contradições essenciais do capitalismo em seu momento histórico, inclusive as contradições dos setores que buscavam superar o capitalismo. A crise estrutural, as ilusões eleitorais e "progressistas" dos socialistas e a posição dúbia das classes médias estão entre essas contradições.

Pode-se indicar, por fim, que London especula a partir de sua aguda consciência acerca dessas contradições, e acaba por figurar um regime que expressaria a crise estrutural do capital. Segundo Trotsky, o fascismo é esse regime, que ascende nas décadas seguintes na Europa. Ainda em sua carta a Joan London, Trotsky ressalta o uso de hipérboles, por Jack London, para tratar das tendências do capitalismo (TROTSKY, 1937, apud LONDON, 1939, p. 315) – enfatizando a concentração de renda, violência, crises, conflitos de classe, controle sobre o trabalho etc. De fato, o fascismo aparece historicamente, e é assim analisado por Trotsky, como hipérbole de todas essas tendências destrutivas da fase imperialista do capitalismo.

Referências:

DEL ROIO, Marcos. Apresentação de "O Oportunismo e a Bancarrota da II Internacional". *Novos Rumos*, Marília, v.51, n.01, 2014. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8213. Acesso em: 20 abr. 2022.

FONER, Philip. *Jack London: American Rebel.* New York: The Citadel Press, 1947.

FOSTER, Mariana L. *The Iron Heel de Jack London: consciência do presente e profecia do fascismo*. Dissertação (Mestrado) em Letras. USP. São Paulo, 2020.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914).* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LE GUIN, Ursula K. *The Left Hand of Darkness*. New York: Ace Books, 1976, E-book.

LONDON, Jack. *The Iron Heel*. New York: Grosset & Dunlap, 1908

_____. *O Tacão de Ferro*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LONDON, Joan. *Jack London and His Times: an unconventional biography*. New York: Doubleday, Doran & Company, 1939

MANDEL, Ernest. *Sobre o Fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir Ilitch. *Manifesto Comunista; Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SABATKE, Kelton Bruno. *Sob solados de ferro: o pesadelo distópico de Jack London e a ascensão do nazifascismo (1907-1933)*. Dissertação (Mestrado) em História. UFPR. Curitiba, 2018.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky [1932-33]*. New York: Pathfinder Press Inc., 1972.

TROTSKY, Leon. *Writings of Leon Trotsky [1929]*. New York: Pathfinder Press Inc., 1975.

Lunes de Revolución e a publicação do manifesto "Por uma arte revolucionária independente" em Cuba

Sílvia Cezar Miskulin[1]

Lunes de Revolución, suplemento semanal do jornal *Revolución*, foi uma importante publicação cultural no primeiro triênio da Revolução Cubana, contribuiu na difusão da literatura cubana e universal, e na conformação de políticas culturais. Um espaço aberto para debates culturais e políticos, defendeu as principais transformações da Revolução, polemizando com muitos intelectuais que apresentavam distintas concepções de culturas revolucionárias.

Lunes de Revolución surgiu em 23 de março de 1959, quase quatro meses depois do triunfo da Revolução, distribuído nas segundas feiras, como encarte cultural do jornal *Revolución*, órgão do Movimento Revolucionário 26 de Julho[2]. Guillermo Cabrera Infante e Pablo Armando Fernández eram o diretor e subdiretor do suplemento, respectivamente.

O suplemento publicou produções de muitos intelectuais, escritores, artistas e fotógrafos cubanos, com colaborações estrangeiras, sobre os mais variados temas, abrindo espaço para artigos, poesia,

---

[1]Professora de História, Doutorado e o Pós-Doutorado em História da USP. Esse texto é um desdobramento da pesquisa do Metrado em História Social na USP, com bolsa da FAPESP. As traduções das citações são todas de minha autoria. Contato: silmiskulin@uol.com.br

[2] O Movimento 26 de Julho foi um dos movimentos guerrilheiros (juntamente com o Diretorio Revolucionário, entre outros grupos menores) responsáveis pelo triunfo da Revolução em Cuba. Seu jornal *Revolución* começou a ser publicado clandestinamente durante a ditadura de Fulgencio Batista ainda na Sierra Maestra e foi dirigido por Carlos Franqui. Após 1959, *Revolución* tornou-se o porta voz do governo revolucionário.

prosa e reportagens. Entretanto, um grupo de escritores mais restrito teve uma freqüência maior de colaboração no suplemento. Formado por Guillermo Cabrera Infante, Pablo Armando Fernández, Virgilio Piñera, Antón Arrufat, José Alvarez Baragaño, Rine Leal, Oscar Hurtado, Heberto Padilla, Calvert Casey e Humberto Arenal, esse grupo foi fundamental na direção editorial do suplemento e, em grande parte, responsável por sua organização prática cotidiana.

Desde o seu início, *Lunes* editou textos culturais e políticos, abriu espaço para obras ficcionais, ensaios, análises históricas, registros de eventos contemporâneos, de Cuba e do mundo. Dentre seus objetivos, estava a publicação das vanguardas, imbuído do propósito de tornar a cultura universal acessível à população cubana.

A definição das linhas gerais da publicação estava presente no primeiro editorial, *Una posición*, que apresentou o suplemento como "o magazine-suplemento do periódico 'Revolución' que é também uma revista literária" (*LR*, n.1, 23/3/1959: 2). A composição e a ideologia de *Lunes* foram explicitadas no primeiro editorial:

> Nós não formamos um grupo, nem literário nem artístico, mas simplesmente somos amigos e gente da mesma idade mais ou menos. Não temos uma decidida filosofia política, embora não rechaçamos certos sistemas de aproximação a realidade – e quando falamos de sistemas nos referimos, por exemplo, a dialética materialista ou a psicanálise ou ao existencialismo. (*LR*, n.1, 23/3/1959, p. 2).

O editorial mostrava que o suplemento não tinha uma posição política definida, mas os editores revelaram a sua aproximação

com certas correntes do pensamento, buscando uma interpretação do marxismo que não excluía as contribuições de Freud e de Jean-Paul Sartre. A visão soviética do marxismo estava implicitamente descartada, já que não permitia conciliar o marxismo com a psicanálise e o existencialismo. A obra de Sartre muito se destacou em *Lunes*, que juntamente com a equipe de *Revolución* patrocinou sua visita a Cuba, motivando a edição de um número especial, discutindo o papel do intelectual no processo revolucionário.

Lunes propunha, em seu primeiro editorial, colaborar na criação de uma "verdadeira cultura cubana". Os editores do suplemento acreditavam que era necessário elaborar a identidade cultural cubana a partir de 1959. Entretanto, a criação da nova cultura cubana era sempre relacionada à cultura universal. Uma marca de *Lunes* foi a preocupação com a edição do pensamento contemporâneo, também expressa neste primeiro editorial. O suplemento dedicou muito espaço para a publicação de escritores, artistas e intelectuais que se destacavam cultural ou politicamente ao longo do século XX. O primeiro editorial fazia um balanço do passado cubano e trazia importantes definições que guiariam a sua linha editorial.

No editorial do número três, *Una posición. Haciendo lo que es necesario hacer*, *Lunes* assumiu uma posição política de esquerda, e criticou as posições do comunismo na União Soviética, sobretudo a política cultural. Para os editores, a Revolução não era comunista, e a definição ideológica do suplemento acompanhava as diretrizes do Movimento 26 de Julho e do discurso de Fidel Castro, de maio de 1959: "nem comunista, nem anticomunista": "Somos, isso sim, intelectuais, artistas, escritores de esquerda – tão de esquerda que as vezes vemos o comunismo passar pelo lado e situar-se à direita em muitas questões

de arte e literatura" (*LR*, n.3, 6/4/1959, p. 3).

Esse editorial fazia parte do número dedicado a debater a Revolução, o pensamento e a ação de muitos revolucionários. O editorial preocupou-se em divulgar os intelectuais que combateram, com suas armas, em prol da revolução e em defesa da liberdade de expressão, e explicitaram ainda outro objetivo do suplemento, de despertar interesses de militância e de comprometimento dos intelectuais com a Revolução. A publicação neste número do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels; do *Manifesto por uma arte revolucionária independente*, de Trotsky e Breton; e de um pequeno trecho da obra de Trotsky sobre a Revolução Russa, relacionava-se diretamente com a concepção de intelectual comprometido defendida no editorial e reforçava, ainda mais, o caráter de manifesto deste editorial número três (*LR*, n.3, 6/4/1959).

Lunes de Revolución tornou-se um espaço para a luta ideológica e as contradições políticas presentes no período inicial do processo revolucionário. Politicamente, apoiou e divulgou as principais transformações desencadeadas com o seu triunfo, dando espaço para a divulgação de diferentes concepções políticas que defendiam a Revolução.

O suplemento teve grande importância como centro de difusão cultural e impulsionou outras iniciativas, como a *Ediciones R*, que foi criada em maio de 1960. Primeiramente, foi dirigida por Guillermo Cabrera Infante e depois por Virgilio Piñera, entre 1961 e 1964. A editora tinha o objetivo de publicar novos autores cubanos. O programa *Lunes en TV*, que também semanalmente passou a veicular as principais proposições dos editores na televisão desde o final de 1960, significou a conquista de um novo espaço para a divulgação do suplemento. As

visitas de diversos intelectuais estrangeiros, patrocinadas por *Lunes* e por *Revolución*, eram ações que transcendiam os limites da publicação, colaborando para a conformação de uma nova política cultural. *Lunes* fazia questão de editar em Cuba obras de intelectuais estrangeiros que, até então, não haviam sido traduzidas no país. O suplemento também divulgou distintas concepções revolucionárias de cultura e arte, que defendiam as experimentações estéticas em oposição ao realismo socialista[3].

O surrealismo e o manifesto "Por uma arte revolucionária independente"

As conexões entre o surrealismo e *Lunes de Revolución* são múltiplas, já que obras dos surrealistas foram publicadas no suplemento. O editorial do primeiro número citava explicitamente a importância de Breton, em uma epígrafe sugerida pelo escritor para a publicação: "o ponto de vista da revolução lhes observa" (*LR*, n.1, 23/3/1959, p. 2). A epígrafe não foi incorporada à publicação, mas *Punto de Mira* (ponto de vista) acabou denominando a seção que se destinava a resenhar livros ou destacar acontecimentos culturais e políticos.

Ao abrir espaço para que as diversas correntes de "vanguarda" tivessem expressão em *Lunes de Revolución,* os editores defendiam concepções culturais e estéticas que valorizavam a experimentação. Dentre todas as correntes vanguardistas europeias, o movimento

[3]O realismo socialista, política cultural implementada por Jdanov na União Soviética nos anos 30 e 40, buscou enquadrar as produções intelectuais dentro de normas patrióticas, otimistas, populares, com uma linguagem que fosse acessível ao povo. Conforme analisou criticamente Boris Schnaiderman, o realismo socialista foi definido como "a representação verídica da realidade em seu desenvolvimento." (SCHNAIDERMAN, 1997, p. 176).

surrealista estabeleceu relações com as vanguardas latino-americanas e se diferenciou das demais, pois tinha fortes preocupações sociais e propunha a revolução social, segundo avaliação de Jorge Schwartz (SCHWARTZ, 1995, p. 387). Primeiro manifesto surrealista, publicado em 1924, propunha-se a abrir novas possibilidades à expressão artística por uma consciência transformada da vida, em que o papel do sonho e da obra de Freud eram de extrema relevância.[4] A atuação política de alguns membros do grupo cresceu e culminou com a filiação em 1927 de André Breton, Paul Éluard, Louis Aragon e Benjamin Péret ao Partido Comunista Francês.

Segundo manifesto surrealista, de 1930, expressou uma adesão do surrealismo ao materialismo dialético, sem, no entanto, significar que o grupo apoiasse o realismo socialista. Jacques Baron, Robert Desnos, Ribemont-Dessaignes e Roger Vitrac romperam com o grupo, assinando um panfleto intitulado Un Cadavre, em que discordavam das questões políticas presentes no segundo manifesto. Esse manifesto refletia simpatias por Trotsky, rejeitadas pelos comunistas oficiais, já que ele fora expulso por Stálin do Partido Comunista da União Soviética, em 1927 (BRETON, 1969, p. 9).

Entre os anos 1930 e 1933, Breton dirigiu a revista Le surrealisme au service de la Révolution, quando se evidenciou um maior engajamento do grupo, aderindo aos princípios do marxismo. Entretanto, Breton e Éluard se desligaram do PCF, em 1933 e no Congresso de escritores em defesa da cultura, organizado em Paris em 1935, Breton rompeu definitivamente com o stalinismo, aproximando-se cada vez mais de Trotsky e da Oposição de Esquerda (LÖWY, 2002,

[4] Não entrarei nesse texto em uma análise da história do surrealismo e de suas rupturas. Estudos sobre o surrealismo foram elaborados por Maurice Nadeau (1948) e Löwy (2002).

p. 14 - 34).

Durante os anos 1930, muitos intelectuais europeus foram viver ou visitaram o México, devido à Guerra Civil Espanhola, destacando-se os escritores e pintores surrealistas, como Antonin Artaud, Benjamin Péret, Paul Éluard, entre outros. Breton foi ao México em 1938, e lá permaneceu por seis meses. A experiência da estadia de Breton e outros artistas e poetas surrealistas em países da América Latina foi importante para o desenvolvimento e disseminação dos pressupostos do surrealismo no continente.

André Breton, em sua estadia no México, conheceu Trotsky através de Diego Rivera. Os três redigiram o Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente (BRETON; TROTSKY, 1985), divulgado em 25 de julho de 1938, em que denunciavam como o fascismo e o regime totalitário da União Soviética estavam eliminando os artistas que ousavam expressar sua liberdade e discordavam dos regimes repressivos. O manifesto apontava a necessidade de se fortalecer uma oposição artística, criticava a arte oficial do stalinismo, que contava com o apoio de intelectuais e artistas servilistas e mercenários. Seu objetivo era desmascarar as farsas dos regimes nazista e stalinista, que almejavam escravizar a atividade intelectual e lhe impunha finalidades externas, como as normas elaboradas pelos Estados, que determinavam os temas para a criação artística.

A liberdade de criação para os artistas e escritores não deveria ser cerceada sob nenhum pretexto e o manifesto reconhecia que o Estado revolucionário tinha o direito de se defender da reação burguesa, que também se dava nos campos das ciências ou das artes, mas isto não deveria ser usado como uma maneira de exercer um domínio sobre a elaboração intelectual. Não se tratava tampouco de defender a

arte "pura", que negava qualquer influência na sociedade, mas sim de afirmar que a arte tinha uma função de participar socialmente em prol da Revolução, e que o artista deveria desenvolvê-la livremente, através do conteúdo social e individual que lhe fosse mais conveniente. Cito o próprio manifesto:

> O objeto deste apelo é encontrar um terreno para reunir a todos os mantenedores revolucionários da arte, para servir à revolução pelos métodos da arte e para defender a própria liberdade da arte, contra os usurpadores da revolução. Estamos profundamente convencidos de que a união nesse terreno é possível para os que representem estéticas, filosofias e políticas razoavelmente divergentes. (...) O que queremos: A independência da arte – pela revolução; A revolução – pela liberdade definitiva da arte! (BRETON; RIVERA, apud, SCHWARTZ , 1995, p. 459-460)

Por questões políticas e encontrar-se no exílio, o manifesto foi assinado apenas por André Breton e Diego Rivera, mas foi elaborado principalmente por Leon Trotsky. O chamado de união dos artistas e escritores na Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente (FIARI) significou uma congregação de intelectuais marxistas, anarquistas, libertários e independentes. Entretanto, o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939 e o assassinato de Trotsky por agentes de Stálin no México, em 1940, abortaram a atuação da FIARI. Contudo, o manifesto tornou-se um marco importante na história do surrealismo, já que Breton, o seu principal expoente, assumiu publicamente uma posição estética de total liberdade artística e de uma crítica radical ao regime soviético, e delimitou uma posição importante,

que não se vinculava nem a "arte pela arte", nem se aproximava do realismo socialista da União Soviética.

A elaboração do manifesto inseriu-se em uma disputa bastante presente nos anos 1920 e 1930 na América Latina, entre os adeptos da "arte pela arte" e os defensores da "arte engajada". O desafio proposto pelo manifesto era conciliar a liberdade de criação artística, garantir que os escritores e artistas participassem do processo de luta pela revolução e criassem uma arte revolucionária.

As propostas dos editores de Lunes aproximavam-se em muitos artigos e editoriais da concepção desenvolvida no manifesto: no suplemento predominava o incentivo às experimentações estéticas, ao surrealismo, mas havia também um tom bastante crítico ao realismo socialista. As críticas ao stalisnismo na União Soviética não significavam o desprezo pela realidade cubana no suplemento, pelo contrário, os colaboradores defendiam enfaticamente a Revolução, a arte e a literatura revolucionárias e a liberdade total de criação e de expressão. Os editores estavam imbuídos da concepção do manifesto, editado no número 3 (BRETON; TROTSKY, LR, n.3, 6/4/1959, p. 10-11), e tentaram, de sua maneira, propor em Lunes a "arte revolucionária independente".

O fechamento de *Lunes de Revolución*

As tensões entre os diversos setores da intelectualidade cubana foram se tornando cada vez mais intensas com o decorrer da Revolução, já que diferentes concepções de arte e cultura revolucionária eram formuladas. O espaço aberto na publicação para o surrealismo, a literatura do absurdo, a arte moderna e abstrata e os *beatniks,* era visto

como uma provocação pelos setores intelectuais ligados ao Partido Socialista Popular (PSP), denominação do partido comunista na época. Esses últimos acreditavam que estas manifestações culturais não estavam de acordo com as exigências formuladas pelo momento revolucionário. *Lunes* foi acusado de estrangeirizante por estes setores, já que destinava um grande espaço para a divulgação dos intelectuais de outros países. Para os editores do suplemento, sua proposta não era incompatível à perspectiva de se desenvolver a cultura cubana, que deveria responder às questões colocadas pela realidade nacional, sem se fechar aos acontecimentos e à cultura de outras partes do mundo.

O enfrentamento dos intelectuais comunistas com o grupo de *Lunes* tornou-se explícito com a proibição do documentário *P.M.,* em maio de 1961, pela comissão revisora do *Icaic*[5], responsável pela autorização de exibição dos filmes. O curta, filmado por Sabá Cabrera Infante (irmão de Guillermo Cabrera Infante) e Orlando Jiménez-Leal, foi considerado licencioso, obsceno e difusor de imagens de trabalhadores bêbados. O documentário, cujo nome era a abreviatura de *Post-meridiem*, mostrava a noite de Havana na região do porto: restaurantes, bares e seus freqüentadores e foi realizado com o financiamento de *Lunes*, nos estúdios de televisão de *Revolución*.

Definido como uma autêntica jóia do cinema experimental cubano pelo fotógrafo Néstor Almendros, o documentário *P.M.* retratou os bares populares, o porto de Havana, mostrou a festividade e a sensualidade noturna da cidade e deu espaço para personagens populares e desconhecidas. Ao explicar em um artigo de *Lunes* o significado do cinema experimental, Almendros caracterizou este tipo

[5]O *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficas (Icaic)* teve sua história investigada por Mariana Martins Villaça (2010), desde sua criação em 24 de março de 1959 até os anos 1990.

de cinema como o único que permitia a expressão individual do artista, que através da montagem poderia construir uma linguagem própria e opunha-se ao trabalho de equipes do grande cinema. Na sua visão, o importante para o cineasta experimental moderno era a atenção a ser dada ao povo, que deveria ser registrada com liberdade. Não se tratava de fazer um cinema propagandístico ou social, mas um cinema voltado para a sociedade, que enfocasse a vida dos "homens reais" (ALMENDROS, *LR*, n.53; 4/4/1960, p. 21).

Um debate sobre *P.M.* ocorreu na *Casa de las Américas*[6], depois da projeção do curta, quando Néstor Almendros defendeu o direito de exibição do filme (SERRANO, 1995, p. 266). Nesta ocasião, Mirta Aguirre, crítica de cinema do jornal *Hoy* (periódico do PSP), denunciou o filme como contra-revolucionário e comparou-o aos "acontecimentos reacionários da Hungria", que levaram à invasão soviética do país em 1956, segundo versão relatada muitos anos depois por Pío Serrano (1995, p. 266). O *Icaic* proibiu a exibição pública do documentário, acusando-o de contra-revolucionário tanto política como esteticamente e apreendeu a cópia do filme. O *Icaic* não tinha uma boa relação com *Lunes de Revolución*, que era considerado decadente, burguês, vanguardista e cosmopolita e esta disputa influiu na decisão (BARRETO, 1996, p. 149). Alfredo Guevara, presidente do *Icaic*, expressou sua opinião sobre *P.M.* : mostrava o pior dos mundos, a prostituição, o alcoolismo e o tráfico de drogas, o que era inadmissível e incompatível com a sua visão de cinema cubano revolucionário (GUEVARA, *apud*, CHANAN, 1985, p. 101)

---

[6]A instituição *Casa de las Américas* foi fundada em 28 de abril de 1959, com o objetivo de promover intercâmbio cultural com a América Latina e Caribe. Idalia Morejón Arnaiz (2010) pesquisou a sua revista bimestral, criada em julho de 1960 e seus embates com a revista *Mundo Nuevo.*

Lunes saiu em defesa de *P.M.,* recolheu assinaturas de protesto contra sua proibição e apreensão; acusou o *Icaic* de fazer arte realista socialista, voltada exclusivamente para os alfabetizadores e milicianos. Esta atitude de censura fez com que Guillermo Cabrera Infante brigasse com Alfredo Guevara, dizendo que a proibição era expressão de stalinismo e fascismo, segundo versão de Guevara (GUEVARA, *apud*, CHANAN, 1985, p. 103). Para Cabrera Infante (1996, p. 91), a censura de *P.M.* significava a adoção de uma política cultural cubana muito próxima da estabelecida pelo stalinismo, como relatou em artigo de 1981.

Um dos autores do documentário, Orlando Jiménez-Leal, relacionou nos anos 1980 a censura de *P.M.* com uma política stalinista e dogmática da Revolução Cubana:

> Quando em 1961, meu filme *P.M.* foi proibido e requisitado sob os auspícios da burocracia de turno, dando origem a uma célebre controvérsia e ao conseguinte escândalo político cultural, nem Saba Cabrera – coautor do filme – nem eu , podíamos imaginar que estávamos sendo sancionados pelo que mais tarde se conheceria como "Conduta imprópria". (ALMENDROS; JIMÉNEZ-LEAL, 1984, p. 9)

Jiménez-Leal, ao denunciar a tentativa do governo de controlar indivíduos que apresentassem uma "conduta imprópria", desmascarava a perseguição aos homossexuais, que se acentuou nos anos 1960 e 1970. O governo fiscalizou a conduta sexual dos cubanos, visando principalmente os homossexuais e, entre eles, os intelectuais. Uma política de perseguição individualizada transformou-se em 1965 numa

política massiva de perseguição, com buscas e internamentos dos homossexuais (reais ou presumidos) nas *Unidades Militares de Ayuda a la Producción* (*Umap*), que funcionavam como campos de trabalho forçados para os "desviados" ideológicos ou sexuais e incluíam todos os dissidentes, os *hippies*, os religiosos e os intelectuais (MISKULIN, 2009). Neste momento, debatia-se em Cuba a construção do "homem novo" (GUEVARA, 1991), em que os atributos da virilidade e da masculinidade foram exaltados, e os homossexuais não se enquadravam dentro deste projeto.

Para denunciar esta perseguição, que mais tarde se intensificaria com as leis repressivas do *Congresso de Educación y Cultura* de 1971, que impediria os homossexuais de exercerem qualquer função educacional ou cultural em Cuba[7], Nestor Almendros e Jiménez-Leal filmaram em 1984 o documentário *Conducta Impropia* e registraram depoimentos de exilados perseguidos por serem considerados dissidentes, ou por apresentarem uma "conduta imprópria" frente aos padrões estabelecidos pelo governo.[8]

A apreensão e censura de exibição do documentário *P.M.* significou um primeiro passo no cerceamento da liberdade de expressão e criação em Cuba, que se intensificaria ainda mais nos

---

[7]As resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura em Cuba eram bem explícitas quanto a repressão aos intelectuais homossexuais: "...não se pode permitir que por seus 'méritos artísticos', reconhecidos homossexuais influenciem a formação de nossa juventude. Como consequência, é necessário analisar como se deverá encarar a presença de homossexuais nos diversos organismo da frente cultural. Sugeriu-se o estudo de medidas que permitam o encaminhamento para outros organismo daqueles que, sendo homossexuais, não devam ter participação direta na formação de nossa juventude a partir de atividades artísticas ou culturais" (*Resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura*, 1980, p. 29).

[8]O documentário *Conducta Impropia* foi dedicado a Virgilio Piñera e ganhou o primeiro prêmio do Festival dos Direitos Humanos em Estrasburgo, em 1984. O roteiro do filme e as entrevistas não utilizadas no documentário foram publicados em livro

meses seguintes, culminando com o fechamento de *Lunes*. O caso foi resolvido com as reuniões na *Biblioteca Nacional José Martí,* em 16, 23 e 30 de junho de 1961, em que participaram os principais dirigentes, entre eles Fidel Castro, o Presidente Osvaldo Dorticós, o Ministro da Educação Armando Hart, a Presidente da *Casa de las Américas* Haydée Santamaría, e intelectuais ligados ao PSP, como Carlos Rafael Rodríguez, Edith García Buchaca, Vicentina Antuna e Alfredo Guevara. Carlos Franqui, os colaboradores mais freqüentes de *Lunes* e importantes intelectuais cubanos, como José Lezama Lima, também participaram destes encontros.

Essas reuniões deliberaram sobre o caso *P.M* e efetivaram o cerceamento da liberdade de expressão em Cuba. Na primeira reunião, o documentário foi exibido e o presidente Dorticós pediu que o público expressasse sua visão sobre *P.M.* e sobre sua proibição (BARRETO; GIANERA; SAMOILOVICH, 2000, p. 149). Virgilio Piñera foi o primeiro a se manifestar nos encontros da Biblioteca e explicitou claramente os seus receios quando declarou: "Eu tenho medo, muito medo." (PIÑERA, *apud*, BARRETO, 1996, p. 149). Diversos escritores e intelectuais pronunciaram-se na defesa do documentário *P.M.,* de *Lunes* e do jornal *Revolución*. Carlos Franqui, Lezama Lima, Pablo Armando Fernández, Roberto Fernández Retamar, Lisandro Otero e Haydée Santamaría expressaram-se contra qualquer tipo de censura e direcionamento na cultura, defendendo o caráter revolucionário do jornal e do seu suplemento.

A censura ao documentário foi ratificada, e *Revolución* e *Lunes* foram atacados por Alfredo Guevara e outros membros do *Icaic*, segundo versão relatada por Carlos Franqui anos depois (FRANQUI,

---

(ALMENDROS; JIMENEZ-LEAL, 1984).

1981, p. 133). Alfredo Guevara acusava o jornal e o suplemento de contra-revolucionários, além do próprio documentário, segundo versão de Carlos Franqui. Carlos Rafael Rodríguez atacou somente o *Lunes* e afirmou que os textos modernos, novos e herméticos deveriam ser publicados lentamente, para que o povo pudesse ser educado a lê-los, sem que houvesse um desperdício de papel, conforme relato de Franqui.

No fechamento do encontro, Fidel Castro realizou o discurso histórico *Palabras a los intelectuales,* em que estabeleceu a política cultural da Revolução, definiu os direitos e deveres de cada indivíduo, dos intelectuais e do governo, e limitou a liberdade de criação e manifestação. Fidel realizou uma autocrítica em relação ao governo, que havia deixado de lado os problemas culturais, e admitiu que um "incidente" acabou por acelerar seu pronunciamento. O "incidente" não mencionado explicitamente era a proibição do *Icaic* à exibição do documentário *P.M.* Fidel fez um balanço dos encontros realizados na Biblioteca, e avaliou que alguns intelectuais haviam sido pessimistas e teriam receios de que a Revolução fosse acarretar em cerceamento da liberdade de expressão. Estes intelectuais pessimistas não seriam genuinamente revolucionários na visão de Castro, que se referia implicitamente aos colaboradores de *Lunes*, acusados de não estar em conformidade com os parâmetros do intelectual revolucionário (CASTRO, 1961 p. 6).

Os revolucionários deveriam se preocupar em primeiro lugar, com a garantia de que a Revolução continuasse vitoriosa e se fosse preciso, sacrificariam sua vocação artística pela Revolução, na visão de Fidel. Ao dividir a discussão sobre a liberdade de criação em duas partes, Fidel Castro declarou não ter dúvidas que todos estariam de acordo

quanto aos aspectos da liberdade formal, e que a liberdade de conteúdo seria um ponto polêmico, já que alguns intelectuais defendiam uma liberdade absoluta de conteúdo, pois temiam proibições, regulamentos e limitações sobre esta questão. Pode-se concluir que suas palavras eram dirigidas especialmente aos colaboradores do suplemento que se manifestaram nestas reuniões e expressaram seus receios quanto à garantia da liberdade de expressão em Cuba (CASTRO, 1961, p. 8-9).

Fidel Castro afirmou que haveria espaço para estes escritores em Cuba, desde que se manifestassem dentro da Revolução. A definição de limites para a expressão dos intelectuais seria estabelecida nesse discurso e implicaria em cerceamento da liberdade de criação:

> A Revolução tem que compreender essa realidade e, portanto, deve atuar de maneira que todo esse setor de artistas e de intelectuais que não sejam genuinamente revolucionários, encontre dentro da Revolução um campo onde trabalhar e criar e que seu espírito criador, ainda quando não sejam escritores ou artistas revolucionários, tenham oportunidade e liberdade para expressar-se, dentro da Revolução. Isto significa que dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução nada. (CASTRO, 1961, p. 11)

Definia-se a liberdade de expressão dos artistas e escritores cubanos neste momento, já que Fidel delimitava claramente as fronteiras e as funções dos intelectuais na Revolução. A produção intelectual, para responder aos anseios do movimento revolucionário, deveria se pautar nos interesses do povo e da nação cubana. Um dos

objetivos da Revolução seria o desenvolvimento da cultura e da arte, tornando-as um patrimônio do povo. Para Fidel Castro, esta política cultural não significaria que o artista deveria sacrificar o valor e a qualidade das suas criações, mas, sim, preocupar-se em produzir para o povo, da mesma maneira que o povo deveria elevar o seu nível cultural e aproximar-se dos intelectuais. Voltar a sua produção para os seus contemporâneos, não seria renunciar a produzir obras para a posteridade, ter um valor histórico ou universal, mas comprometer-se com as necessidades da Revolução.

Ainda nestes encontros, Castro defendeu o trabalho de desenvolvimento cultural realizado pelo *Consejo Nacional de Cultura*, pela *Imprenta Nacional* [9]e pelo *Icaic.* Em relação ao *Consejo Nacional de Cultura* (CNC), Fidel declarou que a existência de uma autoridade na ordem cultural seria um dever do governo, que questionou aqueles que temiam que esta autoridade ameaçasse a liberdade dos escritores e artistas (CASTRO, 1961, p. 14). O CNC tornara-se cada vez mais importante para a centralização dos projetos e dos financiamentos que o governo iria destinar para o desenvolvimento da cultura.

Com relação ao *Icaic*, Fidel Castro defendeu a função desta instituição em selecionar os filmes que seriam veiculados em Cuba, como um direito do governo. Ao revelar que o problema do "filme" fora muito discutido nestas reuniões da Biblioteca, referia-se ao documentário *P.M.*, sem mencionar seu nome. Ressaltou a importância do cinema e da televisão como meios fundamentais de educação e formação ideológica do povo, criticando enfaticamente os intelectuais

[9]A editora *Imprenta Nacional* foi criada no início da Revolução e ficou sob a direção de Alejo Carpentier. Seu objetivo era publicar obras de escritores e teóricos cubanos, além de obras de intelectuais estrangeiros, criando edições populares que fossem acessíveis à população.

que questionaram o direito que o governo tinha em dirigi-los e de controlar os filmes que seriam veiculados (CASTRO, 1961).

Diferentes pontos de vista vieram a tona durante as reuniões da Biblioteca e Fidel Castro reconheceu a divisão dos intelectuais em distintas correntes (CASTRO, 1961, p. 18). Em sua visão, os artistas e escritores deveriam se esforçar por atender as necessidades do povo e construir uma obra de arte revolucionária. Isto não significaria que o governo revolucionário diria o que deveria ser produzido artística ou literariamente, não haveria nenhuma proibição de temas, mas uma ampla liberdade de criação e expressão apreciada pelo governo sob o prisma revolucionário. Fidel Castro declarou que o otimismo fazia parte do revolucionário, e rechaçou qualquer tentativa de aproximar as realizações da Revolução Cubana com o stalinismo (CASTRO, 1961, p. 29).

O elogio de Fidel Castro, durante seu discurso, ao *Consejo Nacional de Cultura*, ao *Icaic* e a *Imprenta Nacional,* era uma maneira de minimizar o trabalho de *Lunes de Revolución* e da *Ediciones R*. Com estas considerações do líder máximo da Revolução, o destino de *Lunes* estava traçado. Não havia espaço para a continuidade da publicação, que claramente foi julgada como dissonante com as necessidades culturais da época. Castro em seus argumentos já indicaria o fechamento de *Lunes* e usava seu poder para enclausurar a publicação. A censura ao documentário *P.M.* acabou sendo um pretexto para debates mais profundos, que definiram as diretrizes da política cultural cubana e cercearam a liberdade de criação artística e intelectual.

A realização do *Primer Congreso Nacional de Escritores y Artistas,* em agosto de 1961, levou os editores de *Lunes* a publicarem um número com discursos, informes e resoluções. Essa edição trouxe

apenas os discursos oficiais do Congresso, omitiu as polêmicas que foram travadas e a própria opinião dos editores sobre o evento. O discurso de encerramento de Fidel, em 22 de agosto de 1961, foi publicado na íntegra em *Lunes* (CASTRO, *LR*, n.120, 28/8/1961, p. 38-39), quando criticou alguns intelectuais que ainda não teriam entendido a Revolução e pensariam que o Congresso amordaçaria a produção artística. A tarefa mais importante a ser realizada pelos artistas e escritores seria a preparação do futuro através da educação, que buscaria melhorar as condições culturais da maioria da população. O surgimento do *Partido Unificado de la Revolución Socialista* foi anunciado por Castro, que declarou que do trabalho deste partido constituiriam-se os quadros políticos da Revolução.[10]

O papel do intelectual teria um grande valor na Revolução, sobretudo diante as tarefas colocadas naquele momento, como a Campanha de Alfabetização, de 1961. Suas palavras não deixavam dúvidas que esta era a prioridade para os intelectuais (CASTRO, *LR*, n.120, 28/8/1961, p. 38-39). Ao enfatizar a importância do projeto de alfabetização, Fidel saudou os delegados visitantes presentes no Congresso, em sua maioria jovens da *Escuela de Instructores de Arte*, que preparava cerca de quatro mil instrutores para ensinar nas granjas, cooperativas e associações de camponeses. A grande tarefa do momento seria participar do ensino no campo, para descobrir, entre os camponeses, as futuras vocações artísticas. O Congresso, ao recomendar em suas resoluções que as manifestações culturais

[10]A primeira fusão entre Movimento 26 de Julho, PSP e Diretório Revolucionário deu origem a *Organizaciones Revolucionarias Integradas* (ORI), da qual surgiu o *Partido Unificado de la Revolución Socialista* (*PURS)*. Em 3 de janeiro de 1965, o PURS transformou-se em *Partido Comunista de Cuba* (PCC), o único partido permitido oficialmente até hoje em Cuba.

deveriam ser "voltadas para o povo cubano", dava seu aval ao projeto de alfabetização.

Ao saudar a criação da *Unión de Escritores y Artistas de Cuba (Uneac),* como fruto da união dos artistas e escritores, Fidel afirmou que todo o povo cubano encontrava-se organizado em associações e que havia entre os intelectuais a disposição de se entregar à causa revolucionária, renunciando a egoísmos, personalismos e ambições. A criação da *Uneac* refletiria uma necessidade de centralização das atividades culturais em Cuba e seguia os moldes das Associações de Escritores e Artistas que existiam na União Soviética. Esta centralização das produções dos intelectuais não poderia ser desenvolvida plenamente se *Lunes de Revolución* continuasse a existir; um grupo de promoção cultural que agia paralelamente e autônomo quanto aos esforços estabelecidos pelo governo. Neste momento, seu fechamento já era colocado em pauta, não estava explícito nos discursos e resoluções publicadas, mas era percebido implicitamente, principalmente quando se observou as resoluções adotadas no Congresso e a política cultural que passaria a ser implementada.[11]

Bastante significativo foi o fato de Nicolás Guillén, Presidente da mesa executiva durante o Congresso, ter sido escolhido Presidente da *Uneac*. Intelectual militante do PSP, implementaria sem hesitações a política cultural e educacional "voltada para o povo cubano", com a recuperação de "elementos da cultura nacional cubana". Os intelectuais do PSP contavam não só com a representação de Guillén e de José Antonio Portuondo, no Comitê Diretor, mas também de Alfredo Guevara no Comitê Nacional. Suas posições culturais coincidiam

[11]Segundo Pablo Armando Fernández afirmou anos depois (*apud,* LUIS, 1982, p. 57), o fechamento de *Lunes* foi estabelecido no Congresso, mas a data da última edição foi decidida pelos editores do suplemento.

muito com as decisões tomadas no Congresso e tornava-se cada vez mais significativa a presença de seus membros nos órgãos culturais, o que revelava uma grande aproximação entre os intelectuais militantes do PSP e a composição do governo.

Com o surgimento da *Uneac*, duas publicações passaram a ser organizadas: o jornal quinzenal *La Gaceta de Cuba* e a revista *Unión* (bimestral). Estas publicações deveriam congregar todos os escritores e evidenciava que a decisão de fechar *Lunes de Revolución* já havia sido deliberada.[12] Os editores de *Lunes* não teriam mais a oportunidade de dirigir uma publicação, de ditar sua linha editorial no mundo cultural, com uma proposta universal e experimentalista, ao se chocarem com a política cultural definida em 1961, preocupada em desenvolver as "raízes cubanas que conformariam a identidade nacional".

A última edição de *Lunes* dedicou-se totalmente à obra de Pablo Picasso, que comemorava 80 anos na ocasião. O número não possuía editorial, nem tampouco uma nota explicativa sobre o porquê do seu fechamento. Apenas a inscrição *Número final* foi inserida na capa, juntamente com a data do último suplemento: 6 de novembro de 1961. O primeiro artigo, *La herida inmortal,* de Guillermo Cabrera Infante, analisou a importância da obra de Picasso e declarou que a homenagem ao seu aniversário realizava-se em todo o mundo, por todas as tendências e partidos, com exceção do fascismo (CABRERA INFANTE, *LR*, n. final, 6/11/1961, p. 4). A decisão de publicar a vida e a obra de Picasso como número final mostrou a importância deste artista e de sua obra para o suplemento. Picasso representava com sua obra as experimentações estéticas, a presença do universal, que foram

[12]O suplemento cultural *Hoy domingo*, do jornal *Hoy*, também deixou de ser publicado, já que as edições da *Uneac* deveriam centralizar as revistas e suplementos literários em Cuba (ROSQUETE PULIDO; MORENO BALLESTEROS, 1992, p. 15).

pontos fundamentais na linha editorial de *Lunes*. A escolha de seu nome como tema do último número sintetizava a visão de cultura e de intelectual que os editores mais participativos de *Lunes* tinham como referência. Pablo Picasso, apesar de ter declarado que não poderia ir a Cuba, devido as suas dificuldades de saúde, estava elaborando uma obra para ser enviada à ilha, que seria uma pomba da paz, conforme revelou o artigo de Carlos Franqui (*LR*, n. final, 6/11/1961, p. 30)[13]

Novamente, o silêncio dos editores neste número escondia um grande debate que ocorreu entre a intelectualidade cubana, que envolvia diretamente os editores de *Lunes*, já que a decisão de fechar o suplemento não partiu dos seus colaboradores, mas de setores intelectuais comunistas que discordavam da política editorial da publicação, e conseguiram ter uma posição hegemônica na política cultural definida em 1961. No jornal *Revolución,* também, não havia nenhuma explicação ou artigo comentando o fim de *Lunes.*[14] Estas ausências poderiam significar que os editores não quiseram, ou se viram impedidos de se manifestarem publicamente sobre o porquê do suplemento cultural deixar de sair.

O fechamento de *Lunes* significou um controle da produção e expressão artística em Cuba, um ato de censura do governo, que visava dispersar o grupo de escritores que se reunia no suplemento, com grande autonomia em relação à linha editorial, além de dirigir também o programa de televisão *Lunes en TV* e a *Ediciones R*. Todas as atividades que os colaboradores mais freqüentes desenvolviam,

[13]Esta obra de Picasso, que seria colocada no *malecón* em Havana, nunca chegou a Cuba.

[14]O jornal *Revolución* continuou a ser publicado até 1965, quando também deixou de circular o jornal *Hoy.* Uma fusão dos dois jornais deu origem a *Granma*, o jornal do Partido Comunista de Cuba, que se mantém como periódico oficial até os dias de hoje.

permitiam que tivessem um grande peso na implementação de um projeto cultural completamente independente do governo. Os intelectuais de *Lunes* eram favoráveis à Revolução, mas propunham uma política cultural eclética, não dogmática, com perspectivas internacionais, e o governo não permitiu que um grupo com tais contornos continuasse a ter repercussão e influência na vida cultural.

O encerramento de *Lunes* foi efetuado pouco depois, em novembro de 1961: o motivo oficial alegado foi a falta de papel. É fundamental entender as razões extra-oficiais de seu fechamento, e ver como um suplemento inovador, estética e literariamente, perdeu espaço no meio cultural e passou a ser considerado uma publicação decadente, burguesa, vanguardista e cosmopolita, todos adjetivos apresentados negativamente, já que a política cultural estabelecida visaria o desenvolvimento de "elementos nacionais da cultura local direcionados ao povo".

Conforme Cuba firmava no plano internacional acordos políticos e comerciais com a União Soviética e países do Leste Europeu, o governo cubano organizava internamente a centralização política das instituições de poder e dos organismos que dirigiam a política cultural. Os dirigentes do PSP assumiram um espaço cada vez maior na direção, ocupando postos que no início da Revolução estavam nas mãos de membros do Movimento 26 de Julho.[15] A centralização das políticas culturais em torno da *Uneac* e do *Consejo Nacional de Cultura* significou que o controle das atividades culturais era exercido pelos intelectuais do PSP: Nicolás Guillén era o presidente da *Uneac*

[15]Carlos Franqui (1981, p. 69-71) avaliou que Alfredo Guevara, Edith García Buchaca, o presidente Dorticós, o Ministro da Defesa Raúl Castro e o Ministro do Interior Ramiro Valdés foram fundamentais para a hegemonia do PSP no governo e para sua aproximação com a União Soviética.

e Edith García Buchaca e Vicentina Antuña, as diretoras do *Consejo Nacional de Cultura*. Outras duas instituições culturais se firmaram no mundo cultural: o *Icaic*, dirigido por Alfredo Guevara, também um intelectual do PSP, e *Casa de las Américas*, em que a direção estava a cargo de Haydée Santamaría, que era membro do Movimento 26 de Julho.

O fechamento do suplemento significou uma dispersão dos colaboradores mais freqüentes de *Lunes*. Pablo Armando Fernández passou a secretário de redação da revista *Casa de las Américas* em 1961 e, no ano seguinte, foi enviado à Inglaterra para trabalhar como conselheiro cultural da embaixada cubana, permanecendo nesta função até 1965. Guillermo Cabrera Infante foi enviado em 1962 a Bruxelas, como adido cultural na embaixada cubana. Heberto Padilla continuou colaborando no jornal *Revolución*, e viajou em 1965 a Praga e Moscou, para ocupar cargos oficiais. Os demais colaboradores de *Lunes* permaneceram em Cuba: Virgilio Piñera dirigiu as *Ediciones R* até 1964, Antón Arrufat dirigiu a revista *Casa de las Américas*, de 1960 a 1964, e Calvert Casey também trabalhou no conselho de redação da revista *Casa de las Américas*.

Alguns anos depois, certos colaboradores exilaram- se, outros permaneceram em Cuba, e muitos destes escritores jamais voltaram a se ver. O trabalho intelectual coletivo que realizaram em *Lunes* não pode ser realizado novamente. *Lunes* aglutinou um grupo de escritores e intelectuais que se dispersou. Guillermo Cabrera Infante exilou-se em 1965 na Espanha e posteriormente na Inglaterra, Carlos Franqui saiu de Cuba em 1968 e exilou-se na Itália. Calvert Casey exilou-se em 1965 na Suíça e suicidou-se alguns anos mais tarde, em 1969, em Roma. Heberto Padilla exilou-se em 1980 nos Estados Unidos, depois

de ter sido preso em 1971 e obrigado a declarar-se publicamente culpado, em episódio que ficou internacionalmente conhecido como "caso Padilla".[16] Padilla faleceu recentemente, em 2000, nos Estados Unidos. José Alvarez Baragaño morreu pouco tempo depois do fim da publicação, em 1962, em Havana. Virgilio Piñera faleceu no ostracismo em Cuba em 1979, e durante toda a década de 1970 a única função que lhe foi permitida exercer foi a de tradutor. Rine Leal exilou-se na Venezuela, onde faleceu nos anos 1990. Oscar Hurtado morreu em um asilo na ilha, Humberto Arenal faleceu em Havana, em 2012. Pablo Armando Fernández e Antón Arrufat vivem até hoje em Cuba.

A censura ao documentário *P.M*, o fechamento de *Lunes de Revolución* e a repressão aos homossexuais podem ser vistos como momentos de rupturas no processo revolucionário e marcos no cerceamento da liberdade de expressão e criação artística e intelectual em Cuba, pois se definia que a produção cultural deveria seguir as

---

[16]Os problemas de Heberto Padilla iniciaram-se em 1967, com a publicação de um artigo polêmico no suplemento cultural *El Caimán Barbudo* (MISKULIN, 2009) e em 1968, quando seu livro de poemas *Fuera del juego* foi premiado no concurso da *Uneac*, por decisão do júri. A direção da *Uneac* tentou impedir que o livro ganhasse o prêmio. Entretanto, ao ganhar o prêmio o livro foi publicado, com um prólogo da *Uneac* que explicitava as divergências com a escolha do júri, avaliando a obra como contra-revolucionária. Em 1971, Padilla foi preso e obrigado a fazer uma autocrítica em que confessou ter conspirado contra a Revolução, envolvendo sua esposa Belkis Cuza Malé e muitos outros escritores. Sua autocrítica foi lida publicamente na *Uneac*, no dia 17 de abril de 1971, diante dos intelectuais que para lá foram convocados. O caso ganhou repercussão internacional. Escritores de esquerda que até então haviam defendido a Revolução, como Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Italo Calvino, Marguerite Duras, Juan Goytisolo, Octavio Paz, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, García Márquez, Vargas Llosa, publicam uma carta no *Le Monde*, em 9 de abril de 1971 e questionam a prisão de Padilla. Outra carta foi publicada no jornal *Madrid*, em 21 de maio, em que sessenta intelectuais protestaram enfaticamente diante da confissão pública de Padilla, que se redimia de crimes políticos que tinham sido forjados (BARRETO; GIANERA; SAMOILOVICH, 2000, p. 151-154; PADILLA, 1998; COSTA, 2013).

diretrizes da política cultural oficial. Para os intelectuais e artistas, significou o direcionamento da arte por parâmetros que lembravam muito o realismo socialista. Para os homossexuais significou um cerceamento da liberdade sexual, e para setores da juventude rebelde, a restrição das liberdades civis. A política cultural oficial que se consolidou a partir de 1968 (MISKULIN, 2008), culminando nos anos 1970 com os "anos cinza" (MISKULIN, 2009), não dava mais espaço aos ideais de Breton e Trotsky, eliminando oespaço em Cuba para um projeto cultural como o defendido no manifesto da "arte revolucionária independente."

Referências:

ALMENDROS, Néstor. "Orientaciones para un cine experimental cubano." In: *Lunes de Revolución*, n.53. Havana, 4/4/1960, p. 21.

ALMENDROS, Nestor; JIMENEZ-LEAL, Orlando. *Conducta Impropia*. Madri: Playor, 1984.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Marti a Fidel.* A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARQUET, Jesús J. *Teatro y revolución cubana – subversión y utopia en Los siete contra Tebas de Antón Arrufat.* Lewiston/Queenston/ Lampeter: The Edwin Mellen Press, 2002.

BARRETO, Teresa Cristófani. *A libélula, a pitonisa. Revolução, homossexualismo e literatura em Virgilio Piñera*. São Paulo: Iluminuras/ Fapesp, 1996.

------; GIANERA, Pablo; SAMOILOVICH, Daniel. "Virgilio Piñera. Cronologia." Trad. de Teresa Cristófani Barreto. In: *Revista Usp*, n.45.

São Paulo, mar/mai 2000, p. 129-157.

BRETON, André. *Manifestos do Surrealismo*. Trad. de Pedro Tamen. Rio de Janeiro: Moraes, 1969.

BRETON, André; TROTSKY, Leon. *Por uma arte revolucionária independente*. Org. Valentim Facioli. São Paulo: Paz e Terra/ CEMAP, 1985.

------ "Por un arte revolucionario independiente". Trad. de Anita Silveiro. In: *Lunes de Revolución,* n. 3. Havana, 6/4/1959, p. 10-11.

CABRERA INFANTE, Guillermo. "La herida inmortal." In: *Lunes de Revolución*, número final. Havana, 6/11/1961, p. 4.

------ *Mea Cuba.* Trad. de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTRO, Fidel. *Palabras a los intelectuales.* Havana: Consejo Nacional de Cultura, 1961.

------ "Palabras de Fidel Castro." In: *Lunes de Revolución*, n.120. Havana, 28/8/1961, p. 38-39.

CHANAN, Michael. *Cuban Image: Cinema and Cultural politics in Cuba.* Londres: British Film Institute, 1985.

CHOMSKY, Aviva. *História da Revolução Cubana.* Trad. de Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2015.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina.* São Paulo: Alameda, 2013.

"Editorial Una posición". In: *Lunes de Revolución*, n.1. Havana, 23/3/1959, p. 2.

"Editorial Una posición. Haciendo lo que es necesario hacer." In: *Lunes de Revolución*, n.3, Havana, 6/4/1959, p. 3.

FAVATTO JR., Barthon. *Entre o doce e o amargo.* Memórias de exilados cubanos Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. São

Paulo: Alameda/Fapesp, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução cubana.* São Paulo: Queiros, 1979.

FRANQUI, Carlos. "Cuando Picasso cantó una décima cubana". In: *Lunes de Revolución*, número final. Havana, 6/11/1961, p.30.

------ *Retrato de família com Fidel.* Trad. de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GUEVARA, Ernesto Che. "El socialismo y el hombre en Cuba." *Marcha*. Montevideo, 12 de março de 1965. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Obras escogidas (1957-1967).* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991, p. 367- 384.

LÖWY, Michael. *A estrela da manhã. Surrealismo e marxismo.* Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

------ (org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Trad. de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUIS, William. "Autopsia de Lunes de Revolución. Entrevista a Pablo Armando Fernandez." In: *Revista Plural*, n.126. México, mar. 1982, p.52-62.

"Manifiesto de los intelectuales y artistas." In: *Lunes de Revolución*, n.109. Havana, 11/6/1961, p. 17.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Manifiesto Comunista." In: *Lunes de Revolución,* n. 3. Havana, 6/4/1959, p. 4.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada*: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã/Fapesp, 20003.

------ *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1971-1975)*. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2009.

------ "O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural." *Esboços, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, n. 20, Florianópolis, segundo semestre de 2008, p. 47-66.
------ La revolución cubana y el caso Padilla en las revistas Plural y Vuelta. *Estudios, Revista del Centro de Estudios Avanzados da Universidad Nacional de Córdoba.* Córdoba, n. 23-24, p.159-171, jan./dez. 2010.

MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política y polémica en América Latina: Las revistas Casa de las Américas* y *Mundo Nuevo.* México: Educación y Cultura, 2010.

NADEAU, Maurice. *Historia del surrealismo.* Trad. de Raúl Navarro. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1948.
PADILLA, Heberto. *La mala memoria.* Barcelona: Plaza & Janes, 1989.
------ *Fuera del juego*. Miami: Ediciones Universal, 1998.
Resoluções do I Congresso Nacional de Educação e Cultura de Cuba. São Paulo: Livramento, 1980.
ROJAS, Rafael. "Anatomía del entusiasmo. Cultura y Revolución en Cuba." In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. Buenos Aires/Madri: Katz Editores, 2010, p. 45-61.

ROSQUETE PULIDO, Ibis; MORENO BALLESTEROS, Ricardo. *Orbita de Lunes. Aproximaciones para un estudio del magazine Lunes de Revolución (1959-1961).* Havana, Universidade de Havana, Faculdade de Jornalismo, 1992. Trabalho de Diploma.
SERRANO, Pío E. "La Habana era uma fiesta." In: MACHOVER,

Jacobo (org.). *La Habana 1952-1961. El final de un mundo, el principio de una ilusión*. Madri: Alianza editorial, 1995, p. 244-270.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Os escombros e o mito. A cultura e o fim da União Soviética.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas. Polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras/ Edusp/ Fapesp, 1995.

TROTSKY, Leon. "La revolución Rusa". In: *Lunes de Revolución,* n. 3. Havana, 6/4/1959, p.9.

------ *Literatura e Revolução.* Trad. e apresentação de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

------ *La revolución traicionada. Que és y a donde va la Unión Soviética.* Barcelona: Fontamara, 1977.

VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano. Revolução e política cultural.* São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2010.

A fidelidade inabalável do artista ao seu eu interior e a luta contra a burocratização

Felipe Araujo Fernandes[1]

> A luta pelas ideias da revolução na arte deve começar novamente pela luta pela VERDADE artística, não no sentido de tal ou tal escola, mas no sentido da FIDELIDADE INABALÁVEL DO ARTISTA A SEU EU INTERIOR. Sem isso não há arte. "Não mentirás", essa é a formula da salvação.
>
> (Leon Trotsky, in BRETON & TROTSKY, 1985, p. 49)

Introdução

Leon Trotsky foi um revolucionário que teve um papel fundamental na Revolução Russa de 1917. Ele foi responsável pelo "ministério das Forças Armadas" e criador do Exército Vermelho, que anos mais tarde enfrentou os nazistas, na Segunda Guerra mundial. Durante vários anos de sua vida militante enfrentou o processo de burocratização da União Soviética.

Em maio de 1922 Lênin tem seu primeiro derrame, e Stalin torna-se secretário-geral do Partido Comunista, formando uma aliança com Gregori Zinoviev e Lev Kamenev (a chamada *tróika*), que visava enfraquecer a influência de Trotsky. Lênin morre em janeiro de 1924 e quem assume o poder é a *tróika*, enquanto Trotsky organiza a Oposição de Esquerda, uma fração para combater a burocratização da União

[1] Professor de Filosofia e Doutorando em Filosofia no PPGF/UFRJ. Contato:felipearaujo.fernandes87@gmail.com

Soviética, bem como defendia os princípios do internacionalismo e a revolução em escala mundial, como uma alternativa para o apoio da Revolução Russa, bem como a única forma de enfrentar os movimentos contrarrevolucionários, tais como o fascismo que cresceria anos mais tarde.

Em 1925, Trotsky é forçado a renunciar ao cargo de Comissário do Povo para o Exército e a Marinha e no ano seguinte ele será afastado do comitê central do partido, e expulso em seguida. Em 1928 ele é exilado no Cazaquistão e, desde então, vive exilado com a alcunha de traidor apátrida.

Em 1933 ele rompe com a III Internacional, após a derrota da Revolução Alemã, na qual o Stalinismo teve um papel criminoso, conciliando com o imperialismo e perseguindo todos que se opunham a seu governo. Em 1936 recebe asilo político no México e nesse mesmo ano Stalin executa Zinoviev e Kamenev, que haviam se aproximado de Trotsky para combater os desmandos de Stalin.

Sendo a principal liderança a combater as posições contrarrevolucionárias de Stalin, Trotsky foi perseguido, exilado e assassinado, em 1940 no México, por um agente secreto de Stalin. Antes de sua morte ele busca fundar uma nova organização Internacional dos trabalhadores, em 1938, a chamada IV Internacional, para combater a degeneração do Estado Soviético e a capitulação das direções traidoras.

Além disso, combateu também através da teoria, produzindo obras como *A revolução desfigurada,* (escrita em 1929), A *História da revolução Russa* (1930) e *A revolução traída* (publicada em 1937). Escreveu também uma biografia, inacabada, sobre Stalin, na qual ele faz críticas às posições políticas traidoras de Stalin e seus apoiadores, bem como denuncia as ações de perseguição de Stalin a Trotsky e seus

apoiadores.

Além dessas obras, também escreveu, entre 1922 e 1923, um livro que tratava especificamente sobre as artes, intitulado *Literatura e Revolução*. Nesta obra, apesar dele ter como foco a literatura e a arte, estão presentes suas críticas ao processo de burocratização da União Soviética, que já se davam em elementos como a definição do que seria uma genuína "arte proletária" e uma espécie de aparelhamento da produção artística por parte do *Proletkult*, que era uma espécie de movimento. Assim, esta obra tem uma relevância não apenas para os interessados em pensar a relação entre arte e revolução, mas também é uma obra-prima para entender como a degeneração do Estado soviético se deu inclusive no cerceamento da criação artística e literária.

Neste artigo, nos concentraremos nesse elemento, que apesar de parecer marginal à questão da burocratização já preanunciava a batalha sangrenta que seria travada pelo revolucionário no seio do estado soviético. Assim, o tema da burocratização se expressava de várias formas, inclusive, na questão da arte, na forma como eram colocadas amarras na criatividade artística. Assim, apresentaremos os motivos pelos quais o revolucionário nem acreditava na chamada "arte proletária" e muito menos que um estilo ou "escola" artística pudesse ser elaborada artificialmente em um "laboratório", por mais que tivesse uma aparência de "proletário" Não bastasse essa artificialidade e castração da arte, isso ainda era feito com a justificativa de que era originalmente proletário e sob os interesses da revolução.

Para Trotsky, o partido não tinha o direito de definir sobre qual tema deveria tratar uma obra de arte ou ainda de que forma deveria expressar tal tema. O papel do partido não era o de eleger determinada escola artística e atacar outras, nem de fomentar certos grupos

literários restritos e dizer o que a classe trabalhadora deveria produzir e consumir. O papel do partido era o de defender os interesses históricos da classe trabalhadora em seu conjunto, que, na visão de Trotsky, implicava abrir caminho para que a classe trabalhadora acessasse tudo o que havia de mais belo, profundo e rico produzido pela humanidade. Ou seja, o partido deve contribuir para dar as melhores condições para que a classe trabalhadora tenha total liberdade para acessar o que há de mais avançado criado e de produzir de forma livre, seja na arte e na ciência, de modo a enriquecer a humanidade. Ou seja, o centro era defender uma "fidelidade inabalável do artista a seu eu interior".

A liberdade de criação artística

Trotsky era um defensor feroz da liberdade artística. Para ele nem mesmo o partido deveria legislar sobre a liberdade de criação artística. E essa crítica não se dava apenas conta os partidos de direita. Para ele essa concepção deveria ser enfrentada inclusive quando realizada pelos partidos que se pretendem representar classe trabalhadora. Seu combate era contra o aparelhamento dos partidos sobre a liberdade artística, que iria se intensificar nos anos 30, sobretudo nas organizações fascistas que também usavam a arte como forma de propagar suas ideias políticas. Mas, de igual forma também ocorria no Estado soviético e que mais tarde ficou conhecido como "realismo socialista". A posição de Trotsky era firme:

> O Partido dirige o proletariado, não os processos da história. Sim. Há domínios nos quais ele dirige de forma direta e imperativa. Há outros em que apenas inspeciona e ajuda. E, por fim, alguns nos quais somente se orienta. A arte não é um domínio que se chame o

> Partido a comandar. Ele pode e deve protegê-la, estimulá-la e só indiretamente dirigi-la. Deve conceder sua confiança aos grupos que aspiram sinceramente a aproximar-se da Revolução e encorajar sua formulação artística. Não pode, em hipótese alguma, colocar-se na posição de um círculo literário e competir com outros. Não pode e não deve. O Partido defende os interesses históricos da classe operária no seu conjunto. Prepara o terreno, passo a passo, para a nova cultura, a nova arte (TROTSKY, 2007, p. 168).

O partido não deveria cumprir uma função controladora e paternalista no que diz respeito à criação artística e muito menos substituir os próprios grupos artísticos. Por isso ele combatia o movimento Proletkult (*proletarskaya kultura* – cultura proletária), que era um movimento fundado pouco antes da revolução de outubro de 1917, tendo como alguns de seus intelectuais Anatoly Lunatcharsky, o poeta Mikhail Gerassimov, o filósofo e cientista Aleksandr Bogdanov, entre outros teóricos e artistas. A organização buscava incentivar a produção e publicação dos escritores operários, no sentido de construir uma produção intelectual de operários, como poesias, murais e saraus, por exemplo, e acreditavam que esses "temas" eram fundamentais para esse novo espírito proletário em formação "disputar espaço".

Porém, tanto Trotsky quanto Lênin eram contra as ideias defendidas pelo movimento. Lênin, chega a ser mais radical e sugere pôr fim ao movimento, enquanto Trotsky segue a linha de que, em certa medida, eles cumpriam um papel relevante em alguns aspectos, ainda que possuíssem uma visão dogmática, idealista e até castradora da arte.

O argumento de Trotsky, como já mencionado, era justamente no sentido de combater todas as "camisas de força" que pudessem

ser colocadas na criação artística, e que era exatamente o que ele via tomando forma com essa linha do *Proletkult*. Se é verdade que Trotsky não tenha elaborado uma definição acabada de arte, ao menos ele aponta algumas características importantes para realizar essa tarefa. Uma delas é a liberdade e sinceridade. (FERNANDES, 2020, p. 76)

Trotsky defendia com muito vigor a formação e educação da classe trabalhadora, assim, a educação era um elemento essencial para a formação de uma produção artística e científica cada vez mais rica e profunda. Assim, ele entendia que era preciso fornecer as ferramentas necessárias para a classe poder se desenvolver e não tutelar a classe e substituí-la em seu papel de criar. Assim, por trás desse discurso que se declarava defensor da classe se escondia uma posição profundamente castradora, porque buscava substituir a classe. No fundo, parecia soar como uma defesa da classe, mas era uma total falta de confiança na classe trabalhadora e sua capacidade genuína de produzir. Para Trotsky a arte não deveria ser feita "em laboratórios ou salas de reuniões" e depois impor um carimbo de "arte proletária", definindo o que era e o que não era genuinamente proletário, no que diz repito à produção artística.

William Keach, professor universitário nos EUA, responsável pela apresentação do *Literatura e Revolução*, apresenta a discussão da seguinte maneira:

> A confiança de Trotski no autodidatismo e na criatividade do operariado é a base de seu repúdio a qualquer tentativa de evitar que os operários fossem "contaminados" pelos produtos literários da cultura capitalista. Além disso, a classe operária "não pode edificar uma nova cultura antes de absorver e assimilar os elementos das antigas culturas". Quanto à tentativa

> de o Partido Comunista dizer aos operários o que estes podiam ler, declarava ele: "… a arte não é um domínio que se chame o Partido a comandar. Ele pode e deve protege-la, estimulá-la e só indiretamente dirigi-la", de modo a defender "os interesses históricos da classe operária no seu conjunto". Para Trotski, esses interesses abrangiam o máximo de instrução, educação, liberdade de expressão e autodidatismo (KEACH, 2007, p. 13).

Defender a classe trabalhadora e seus interesses implica confiar na classe. E, necessariamente, dar as condições para que ela atue e não, pelo contrário, castrá-la, como sempre fez a burguesia. A questão era enriquecer a classe e não castrar ela. Sobretudo quando se pretendem que essas normas não sejam estabelecidas com o conjunto da classe trabalhadora, mas por uma camarilha de intelectuais, muitas vezes afastados da vida real da classe trabalhadora, ignorando sua realidade, por mais que proclamassem o realismo e o socialismo. Assim, a ideia de uma arte proletária além de ser uma ideia arrogante, de uma pequena burguesia mesquinha, era também contraditória, porque esse comportamento de "pequenos círculos" é típico da sociedade de classes, enquanto que na sociedade socialista as classes serão extintas, logo, não falaremos de uma cultura de uma certa classe. No capítulo *A cultura e a arte proletária*, o autor elucida sua posição:

> Termos como literatura proletária e cultura proletária são perigosos quando comprimem artificialmente o futuro cultural no quadro estreito do presente, falseiam as perspectivas, violentam as proporções, desnaturam os critérios e cultivam de modo muito arriscado a arrogância dos pequenos círculos.
>
> Se rejeitamos o termo cultura proletária, que fazer então com o Prolekult? Convenhamos então que Proletkult significa atividade cultural do proletariado, isto é, a

> luta encarniçada para elevar o nível cultural da classe operária. Tal interpretação, na verdade, não diminui em nada sua importância (TROTSKY, 2007, p. 163).

Novamente, aparecem a questão da formação cultural e intelectual, da educação, e não das camisas de forças e manuais do que é ou não o *pedigree* da arte operária. Se é verdade que o partido cumpre um papel de direção, sobretudo em períodos revolucionários, também é verdade que o partido não pode ter controle sobre todos os aspectos da vida humana, como uma função paternalista e controladora. E, obviamente, essa crítica não estava dirigida apenas aos partidos que se denominavam de esquerda, também valia para os partidos de direita, e qualquer tipo de ação burocrática no sentido de castra a liberdade da classe em ampliar sua humanidade.

Como aponta Luiz Alberto Moniz Bandeira, tradutor do *Literatura e Revolução* para o português, no prefácio da obra:

> Como se previsse a degenerescência do stalinismo — que posteriormente criou uma arte oficial, na verdade acadêmica e burocrática, sob o epíteto de "realismo socialista" —, Trotski proclamaria: a arte não constitui um terreno no qual o Partido possa ser chamado a mandar. O Partido pode e deve conceder um crédito de confiança aos diversos grupos que procurem sinceramente aproximar-se da Revolução, a fim de ajudá-los em sua realização artística. (MONIZ, 2007, p. 23)

Sobre a existência de uma "Arte Proletária"

O principal pressuposto de Leon Trotsky na obra *Literatura e Revolução* era combater a concepção equivocada, a seu ver, da existência

de uma "arte proletária", seja pós-revolução ou pré-revolução, posição defendida sobretudo pelo movimento *Proletkult*. Seu argumento era o de que após a revolução, e a consequente construção do socialismo, essa hipótese não faria qualquer sentido uma vez que o socialismo não se baseia no poder de uma classe sobre a outra, no caso, o poder do proletariado sobre a burguesia, por exemplo. Na realidade, o socialismo seria justamente a extinção da sociedade de classes, o fim de todas as classes. Ou seja, não é possível uma arte proletária porque não haverá mais sequer proletários, enquanto uma classe. Em suas palavras:

> Pode-se concluir, portanto, que não haverá cultura proletária. E, para dizer a verdade, não existe motivo para lamentar isso. O proletariado tomou o poder precisamente para acabar com a cultura de classe e abrir caminho a uma cultura da humanidade. Ao que parece, esquecemos isso com muita frequência (TROTSKY, 2007, p. 150).

Essa posição, de que haveria uma arte proletária, enfeitiça muitas pessoas, afinal, para aqueles que defendem a classe trabalhadora pode parecer evidente defender uma arte genuinamente do proletariado, contra uma suposta arte burguesa. Assim, em um olhar apressado, parece que defender a chamada arte proletária seria defender o próprio proletariado. Contudo, o que está por trás disso é uma visão idealista e romântica do que é o proletariado, como se tudo que os oprimidos fizessem fosse necessariamente bom ou defensável, pelo simples fato de ser feito pelos oprimidos.

Trotsky combate essa concepção que além de idealista é perniciosa tanto para o proletariado, quanto para a revolução e, inclusive, para própria humanidade. A defesa dele é por uma cultura da humanidade. Essa seria, a seu ver, uma posição antimarxista, uma vez que abre mão do método materialista dialético e o substitui por

um essencialíssimo idealista. A ditadura do proletariado seria uma necessidade histórica para que a classe trabalhadora pudesse realizar sua revolução e construir o socialismo, logo, se tratava de uma transição e não de uma condição permanente de poder de uma nova classe sobre a outra.

Como explicam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007, p. 47), "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes". A classe que dominar os meios de produção materiais, dispõe dos meios para dominar espiritualmente, ideologicamente, aqueles que não dispõem desses meios. Assim, não é possível haver uma modificação real na ideologia que domina uma sociedade, sem modificar também os meios de produção, e quem os controla. A classe trabalhadora, enquanto classe oprimida, nunca teve liberdade plena para criar artisticamente de forma livre. Sua potência artística sempre foi abafada e limitada pela sua condição de classe oprimida e explorada. De modo que para haver uma produção genuinamente da classe trabalhadora seria necessário que ela dominasse os meios de produção, o que não ocorre dentro do capitalismo.

No capítulo "A cultura e a arte proletárias", Trotsky aponta o que estava por vir após a Revolução de 1917:

> Só o fato de que, pela primeira vez na história, dezenas de milhões saberão ler, escrever e fazer as quatro operações constituirá um acontecimento cultural da mais alta importância.
>
> A nova cultura, por essência, não será aristocrática, não estará reservada às minorias privilegiadas, mas será uma cultura de massa universal e popular. Aí também a quantidade se transformará em qualidade: o crescimento do caráter de massa da cultura elevará o seu nível e modificará todos os seus aspectos. Esse

> processo só se desenvolverá por meio de uma série de etapas históricas. Cada sucesso enfraquecerá o caráter de classe do proletariado e, por conseguinte, o terreno para a cultura proletária desaparecerá. (TROTSKY, 2007, p. 155)

E, uma vez que ela fizesse a revolução e dominasse em escala mundial os meios de produção, não faria mais sentido falar de uma arte do proletariado, afinal, a humanidade não seria mais dividida socialmente em classes, de modo que não seria necessário definir a arte em termos de suas "origens de classes".

O controle dos meios de produção não é, portanto, apenas uma vontade de poder, mas, trata-se antes de uma necessidade da humanidade pela garantia da própria continuidade de humanidade, uma vez que o capitalismo é tão predatório que pode colocar em risco a própria humanidade. A continuidade da humanidade exige, em primeiro lugar, as condições vitais de existência, como alimentação, moradia e saúde. Mas, sobretudo das condições espirituais, ou seja, a externação da humanidade em toda sua potência e plenitude, o que inclui as ciências e as artes, bem como as relações humanas.

Nesse sentido, Trotsky explica que a classe trabalhadora ainda tinha muito o que conquistar, a começar pelos direitos mais básicos, tão fundamentais para que, de fato, pudesse haver toda liberdade para se expressar artisticamente. Podemos dizer que,

> diferente da burguesia, que teve séculos para desenvolver sua cultura, sua arte e sua ideologia, a classe trabalhadora não terá esse tempo, uma vez que quando a classe trabalhadora tomar o poder, o seu papel histórico não é o de se manter no poder, enquanto classe dominante, mas, pelo contrário, será justamente o de dissipar o caráter classista da sociedade. Assim, em vez de uma "cultura de classe",

> se abrirá o caminho para a cultura humana. Em vez de uma arte burguesa e uma arte proletária, haverá que ter um terreno fértil para que a espécie humana tenha total liberdade de criação artística, intelectual, científica, logo, cultural. (FERNANDES, 2020, p. 72)

Em resumo, a ditadura do proletariado visa a destruição do próprio proletariado. A ditadura é apenas o meio, uma vez que a classe dominante nunca permitirá perder seus privilégios facilmente, mas, de modo algum, o objetivo da ditadura do proletariado é a própria ditadura.

Se pensarmos o cenário que vivemos hoje no Brasil, a tarefa dos marxistas é organizar a luta para que a classe trabalhadora tenha acesso a essa arte e a essa ciência, ela deve se organizar e se apropriar delas e, a partir delas, enriquecer-se culturalmente, artisticamente, espiritualmente. De maneira que a saída não é demonizar e destruir a arte burguesa, mas torná-la acessível para toda classe trabalhadora, do campo e da cidade. Além de garantir todas as condições materiais para que a classe trabalhadora se aproprie de todas as ferramentas necessárias para se apropriar culturalmente do que foi produzido pela humanidade até aqui e ir além, de modo a conhecer o que há de mais rico na própria humanidade que é mutilado na sociedade capitalista e sua divisão em classes antagônicas.

Essa apropriação cultural defendida pelos marxistas, se difere totalmente da apropriação cultural que faz a burguesia, que nega o direito à liberdade e castra as outras classes, tomando-as apenas como máquina, como mercadoria, como fruto de exploração. Diferente da lógica burguesa que saqueia e massacra os povos em todo o mundo, rebaixando sua cultura e enterrando sua trajetória histórica, o papel da classe trabalhadora no poder é o inverso; tornar acessível o que há de

mais avançado e sofisticado artisticamente e cientificamente e colocar à disposição de toda humanidade, de modo que toda as barreiras (espaciais, étnicas, econômicas, linguísticas) sejam derrubadas em favor de que toda humanidade tenha acesso ao que há de mais belo, genuíno e criativo produzido pela humanidade, desde o passado até hoje. Ou seja, um projeto global contra o imperialismo, negando a lógica de colonização; de saque e pilhagem e instaurando a lógica comunal, de uso comum das riquezas produzidas. Um projeto que exige a tomada dos meios de produção, e a planificação da economia, e não apenas um "combate de ideias", uma disputa de "narrativas". (FERNANDES, 2020, p. 72-73)

Novamente insistimos que a ideia de poder e a luta contra a burocratização não é apenas um fetiche, mas uma necessidade para a dilatação de toda potência da humanidade, reprimida pela burguesia, não apenas nas relações sociais, mas na produção científica e artística. A luta contra a colonização, em uma perspectiva marxista, não se limita a um combate no "campo das ideias" como é tão recorrentemente defendido pelos academicistas, mas, antes é um combate da economia, afinal, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, como já apontamos, o que quer dizer que a luta pela ideologia implica uma luta pelo controle dos meios de produção.

A importância da luta por educação

A luta pela educação tem um papel fundamental, não apenas pelo direito que todos devem ter de acessar o que a humanidade produziu. Mas, porque essa luta implica na educação política da sociedade, enquanto que o abandono da luta por educação, e sua substituição por

uma total aceitação acrítica ao que é produzido pela sociedade pode guerra problemas graves, como por exemplo o aumento vertiginoso que vemos de total desconhecimentos básicos, e linhas que defendem "terraplanismo" ou posições anti-vacina.

A luta pela universalização da educação, bem como da saúde e do transporte, de forma gratuita e publica, representam hoje no Brasil o que Trotsky formulou como uma reivindicação transitória, em sua obra *O Programa de Transição*.

Uma reivindicação transitória é uma reivindicação que está entre as reivindicações mais básicas, das necessidades mais urgentes (o programa mínimo) e o programa máximo, ou sejam a sociedade sem classes do socialismo. Em geral, as pessoas lutam pelas questões mais sentidas, mais urgentes, é isso que as mobiliza. Por outro lado, apenas lutar por essas reivindicações é uma luta sem fim, porque sempre que há uma crise do capitalismo a classe dominante pode arrancar direitos conquistados, como vemos hoje no Brasil e em várias partes do mundo.

Assim, as reivindicações transitórias cumprem o papel de apresentar questões que têm a potência de mobilizar a classe trabalhadora e, ao lutar por elas, ela se mobiliza e enfrenta as contradições da própria sociedade. Ou seja, essas reivindicações acabam por expor os limites do capitalismo, os limites da própria luta por reformas. A luta pela universalização da educação, de forma pública e gratuita, tem o poder de educar a classe trabalhadora nessa luta e expor os limites desse sistema, uma vez que ele se coloca contra esse direito tão básico, garantido até pela Constituição burguesa. Nesse processo a classe trabalhadora vai precisar enfrentar não só a burguesia, que é contra essa bandeira, mas, enfrentará até mesmo suas direções "operárias" ("de esquerda"), uma vez que grande parte das

direções operarias abandonaram essas reivindicações.

No Brasil, hoje, não há uma mobilização profunda por parte dos dirigentes partidários e sindicais da classe trabalhadora pela universalização do ensino público, em todos os níveis. Até a reivindicação do fim do vestibular parece ter sido abandona pelos movimentos partidários, como se fosse uma reivindicação impossível de ser realizada, enquanto que a Argentina, para citar apenas um exemplo, conquistou essa vitória em 2015.

Assim, os pseudo-defensores da classe trabalhadora (ou dos "marginalizados", dos "periféricos") aceitaram a ideia de que não há espaço para todos dentro da universidade "burguesa" (chamada elitista). Então, se contentam com alguns poucos de origem trabalhadora que conseguiram "ocupar esse espaço de privilégio" e lá dentro seguem "disputando" para que esse lugar seja mais "diverso, popular e inclusivo". Ou seja, muitos abandonaram a luta para que a classe trabalhadora esteja em massa dentro da universidade, produzindo arte, ciência e cultura, sucumbindo à ilusão de uns poucos devem combater, de dentro, o "elitismo acadêmico". Assim, em vez de lutarem pelo acesso irrestrito à educação, pelo fim do vestibular, cobram dos acadêmicos (que são eles próprios) que as pesquisas falem "a língua do povo", que seja acessível. Ao invés de abrirem as portas da academia para a própria classe trabalhadora decidir por si, se autoproclamam como os defensores da classe, que irão tornar a universidade popular, porque ela irá "simplificar" sua linguagem rebuscada, acreditando que sua pesquisa irá assim chegar na "periferia", nas favelas. (FERNANDES, 2020, p. 77)

Vemos que há uma espécie de contradição, porque ao mesmo tempo em que parte da esquerda brasileira defende uma universidade

"popular, inclusiva e diversa", uma universidade que tenha pobres, negros e indígenas, ao mesmo tempo o principal mecanismo que impede o acesso à Universidade não é combatido, que é o vestibular. O vestibular é o mecanismo que legitima o fato de que não há vagas para todos, de modo que aqueles que não conseguem passar no vestibular parecem ser obrigados a aceitar seu impedimento de estudar, como se a culpa fosse do próprio estudante que não se esforçou, e não do sistema que decide não investir todo o dinheiro necessário em educação. E, na prática, quem é impedido de acessar são justamente as parcelas mais oprimidas da sociedade, que no caso do Brasil são os negros e indígenas, filhos da classe trabalhadora mais explorada.

Não é possível uma universidade "inclusiva, popular e diversa" enquanto houver vestibular. Nesse sentido as chamadas ações afirmativas não são capazes de solucionar o problema, afinal, dos milhões de pessoas que fazem Enem, por exemplo, só há vagas para uma ínfima parcela. Assim, a maioria esmagadora da classe trabalhadora é proibida de fazer universidade. Se pegarmos, por exemplo, o Enem de 2014 "havia cerca **6.193.565** pessoas concorrendo. Mas o número de vagas foi de **171.401**, ou seja, apenas **2,7 %** dos inscritos conseguiram uma" (FERNANDES, 2016, online, grifos do autor). Enquanto que uma grande parcela dos ativistas dessa causa comemora o fato de que cada ano há mais inscritos no Enem, como se isso indicasse algo positivo, quando, na verdade, esse elemento expõe um fenômeno devasto na sociedade de classes.

Mesmo se pensarmos nas faculdades particulares, onde se encontram cerca de 80% de todos os matriculados no Ensino Superior no Brasil hoje, ainda assim uma grande parcela da popular não tem esse direito básico garantido. Ou seja, em verdade a maioria dos mais

pobres está na rede particular e não na rede pública, afinal, ela é uma pequena fração das vagas de ensino superior. Isso quer dizer que a classe trabalhadora mais pobre, que é de origem negra e indígena, está pagando para estudar, alguns contraindo dívidas e pegando empréstimos em programas "sociais" como Fies[2].

Novamente nos perguntamos: Como ter uma universidade "popular, inclusiva e diversa" enquanto houver vestibular? Parece que há um abismo entre teoria e prática, ou melhor dizendo, um abismo entre o discurso sobre o que se pretende e o método real para alancar o que se pretende.

Dessa maneira, há um discurso que critica a Universidade de ser elitista, que é muito perigoso, porque ele faz uma caracterização da Universidade buscando expor que ela é excludente, mas, que não vai na raiz do problema que é a falta de vagas para todos (e o vestibular como mecanismo de impedimento).

Assim, se combate um espantalho. Afirma-se combater o elitismo da Universidade, mas, enquanto ela só puder ser acessada pela minoria da classe trabalhadora ela seguirá sendo excludente e, tendo em vista que são poucos os que desfrutam desse direito, isso implica e pouca força para lutar contra os ataques. É preciso ampliar massivamente o número de vagas, para cada dia mais os estudantes e professores tenham mais força para lutar contra os ataques à educação, à Ciência e à pesquisa.

É baseado nesse espantalho, de que a universidade é para "privilegiados", para a "elite", que há movimentos da burguesia e seus apoiadores para cobrar mensalidade nas universidades, afinal,

---

[2]Para saber mais sugerimos o artigo: https://www.marxismo.org.br/entendendo-o-e-nem-parte-2-quem-alcanca-as-melhores-notas/

supostamente quem está na Universidade teria condições de pagar por ela[3], quando a maioria dos estudantes são oriundos da classe trabalhadora e passam todo tipo de dificuldade para se manter la dentro, muitos desistindo durante esse doloroso processo. O que implica que a luta por educação exige não apenas mais vagas, mais, mais contratação de professores e funcionários, mais bolsas de estudos, mais restaurantes e moradias universitárias, creches e transporte para os estudantes, enfim, exige investimento em educação.

Sem uma luta firme por esses direitos, aqueles poucos que podem desfrutar dele acabam soando como "privilegiados" quando, na verdade, são direitos básicos que todo trabalhador deveria acessar. Assim, a luta se dá entre os próprios oprimidos e não entre oprimido e opressor.

Outro risco é o de que esses intelectuais se considerem de uma classe distinta da classe trabalhadora, reforçando a divisão social do trabalho entre "teóricos e práticos", "intelectuais e operários". No caso, os intelectuais elegem a si mesmos como representantes legítimos da classe trabalhadora, quando são, na verdade, afastados totalmente da classe. Em nome de seu "lugar de fala", acabam por se tornarem como que porta-vozes de milhões de trabalhadores, mas, são profundos desconhecedores da classe, totalmente alheios às suas demandas, desejos, gostos, psicologia e métodos históricos. Acabam criando uma versão imaginaria da classe, que só funciona em suas tores de marfim, de modo a colocar "a classe dentro de uma 'lâmpada mágica' e evocar sempre que fosse preciso, para realizar seu desejo de falar em nome de um todo, para legitimar a fala que era tão somente

[3]Para saber mais sugerimos o seguinte artigo: https://www.marxismo.org.br/bispo-crivella-e-a-sua-ma-fe-com-a-educacao-publica/?fbclid=IwAR0ohir-QXILWNRvPOh_98xO89kl-UaznSoCy8k6aUpwQMXnmd3BXxOQNGaw

deles próprios, e não de toda a classe da qual alegavam representar" (FERNANDES, 2020, p. 78).

Esse comportamento, que podemos ver dentro da Academia atualmente, já se dava entre o grupo conhecido como os Cosmistas. Nas palavras de Trotsky:

> O cosmismo parece ou pode parecer muito atrevido, poderoso, revolucionário, proletário. Encontram-se porém no cosmismo elementos de deserção: foge-se dos difíceis assuntos terrestres — em particular graves no domínio da arte — para se exilar nas estrelas. O cosmismo mostra aí inesperado parentesco com o misticismo. Querer introduzir na concepção artística do mundo o reino das estrelas — e não somente de modo contemplativo, mas ativamente —, eis uma tarefa muito árdua, independentemente mesmo do que se conheça de astronomia. Não é, em todo caso, tarefa inadiável. E afinal percebe-se que os poetas se tornam cosmistas não porque a população da Via Láctea bata à sua porta exigindo uma resposta, mas porque os problemas da Terra dificilmente se prestam à expressão artística que os incitam a pular para o mundo do além (TROTSKY, 2007, p. 166).

Ou seja, se aventuram de forma tão exacerbada nas questões abstratas que acabam por ser perder no "mundo da lua" e parecem se afastar o mundo real, concreto. Não conseguindo, na materialidade, respostas para suas questões, acabam por fugir para o mundo dos "corpos celestes" das ideias e dos conceitos. Se afastaram dos problemas reais da vida, assim, se afastam, necessariamente, da própria classe trabalhadora, por mais que possam sonhar estar contribuindo para orientá-la.

Nos parece que muitos ativistas academicistas sofrem desse

mesmo "mal". Por exemplo quando rejeitam a luta primordial pela universalização do ensino público e, ao mesmo tempo, insistem em defender que a Universidade excludente que temos, feita para pouquíssimos, seja acessível, quando a lógica do vestibular não é enfrentada.

Por outro lado, pensamos que justamente a luta pelo acesso irrestrito à educação, que era bandeira história do movimento negro e da UNE, por exemplo, é o que tem o maior potencial de mobilizar e educar politicamente a juventude. Assim, em vez de esperar que alguns poucos entrem para "inspirar" as gerações futuras, nos parece que é preciso resgatar a luta do acesso irrestrito como uma ferramenta de mobilização que fará justamente essa tarefa. Assim, não será um pequeno grupo seleto de "sortudos" que fará a luta "por dentro", mas, uma grande mobilização de jovens e demais apoiadores que exigirão esse como um direito seu, para que a Universidade seja sua. Assim, é preciso denunciar que p vestibular foi um mecanismo criado para excluir os mais pobres, mas nem sempre foi assim e em outros países não é assim que funciona. Essa é uma decisão da burguesia atual para negar um direito e culpabilizar a vítima por essa exclusão violenta.

Vemos que a luta por educação pública, gratuita e para todos tem um forte potencial de educar politicamente a classe trabalhadora. Além do papel mais evidente de formação cultural que o próprio ensino superior pode garantir. Em um período de pandemia Educação Superior, a pesquisa, cumpriu um papel sem o qual estaria em risco a própria humanidade. Enquanto que em países colonizados como o Brasil os governantes diminuíram os investimentos em educação, pesquisa e saúde e aumentaram os investimentos em repressão[4].

---

[4] Para saber mais sugerimos o seguinte artigo: https://www1.folha.uol.com.br/mer-

Assim, a luta contra a burguesia não pode se dar apenas "no discurso", mas, implica em uma luta real, que implica um processo de enfrentamento não apenas das elites (no caso, as elites reais, que controlam os meios de produção) e, ao mesmo tempo, um enfrentamento de posições que parecem ser antielitistas, mas que na prática não enfrentam as bases materiais que mantêm a elite como classe privilegiada.

Vê-se que o problema que Trotsky e os marxistas combateram não está morto, ainda reverbera no pensamento pequeno-burguês. Ainda há um conjunto de intelectuais militantes que, de fato, acredita que é preciso combater as teorias e artes "burguesas" (intituladas hoje de "elitistas") porque elas não falam a "língua do povo". Assim, atuam para que as classes oprimidas adotem a ideia equivocada de que o problema está no que é produzido dentro do ambiente acadêmico, e não que o problema é justamente o fato de que o que é produzido academicamente é limitado a uma pequena parcela da sociedade. E, mais espantosamente ainda, acreditam que mesmo sendo uma ínfima minoria de críticos dentro desse espaço, irão combater e modificar essa estrutura "elitista", "colonial" e "incorrigível" por dentro. Há como que uma missão messiânica de expurgar o "pecado original" e confeccionar em laboratório a verdadeira cultura "dos oprimidos", por mais que a maioria esmagadora dos oprimidos esteja excluída desse processo e do próprio debate. (FERNANDES, 2020, p. 77-78)

O problema não se resolve, portanto, com a defesa de uma suposta arte proletária ou de um saber proletário, abstrato e idealista. Da mesma forma que não se resolve com um ataque moral à burguesia,

---

cado/2022/02/defesa-assegura-investimento-maior-que-obras-educacao-e-saude.shtml

como se a produção de origem das camadas mais pobres fosse melhor e mais genuína que a produção burguesa. Assim, não defendemos uma defesa romantizada de uma suposta "arte e ciência negra" ou "periférica", ou "decolonial". A questão está, novamente, sobre deter os meios de produção. Definir quem são os donos dos laboratórios que fazem as vacinas, das empresas que produzem máscaras e álcool em gel, das grandes editoras e livrarias, dos supermercados, do transporte público, ou seja: quem decide como se dá a produção dos bens mais vitais à sociedade, uma pequena parcela de burgueses ou a esmagadora maioria da classe trabalhadora?

Assim, o combate à burguesia e ao capitalismo não se dá em uma base moralista, porque os explicados merecem mais. Mas, se dá de forma científica, baseado na compreensão materialista de que só a classe trabalhadora pode conduzir essa tarefa de superar a sociedade de classes e derrubar esse sistema podre. Assim, o que foi produzido de proveitoso deve ser mantido. Trotsky combate essa visão preconceituosa:

> Marx e Engels saíram das fileiras da democracia pequeno-burguesa, e foi a cultura desta que os formou, e não uma cultura proletária. Se não existisse a classe operária, com suas greves, lutas, sofrimentos e revoltas, não existiria o comunismo científico, porque não existiria a necessidade histórica. A teoria do comunismo científica formou-se sobre a base de uma cultura científica e política burguesa, ainda que lhe declarasse uma luta de morte. Sob os golpes das contradições do capitalismo, o pensamento universalizante da democracia burguesa se elevou entre os seus representantes mais audaciosos, honestos e clarividentes até uma genial negação de si mesma, armada com todo o arsenal crítico da ciência burguesa. Tal é a origem do marxismo (TROTSKY,

2007, p. 157).

O marxismo não nega a ciência burguesa, como um capricho ressentido. Em verdade o marxismo é fruto dessa ciência, mas, com a diferença que, dialeticamente, a enfrenta para superá-la e libertar a humanidade dos limites que agora se colocam, frutos dessa mesma ciência. A questão é, portanto, não de combater o que a burguesia produziu de avanço para a sociedade em sua fase progressista. A questão é que a burguesia esgotou toda sua fase progressista e em uma profunda crise ela apodrece e, assim, contamina toda a sociedade. É ilusório defender uma saída para os trabalhadores dentro dessa sociedade, a única coisa que ela pode oferecer é sofrimento, exploração, guerra e morte. E a classe trabalhadora, por sua vez, responde com revoluções e luta. Essa é a previsão de Lênin sobre a fase imperialista do capitalismo, em sua obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916.

Considerações finais

Buscamos com esse artigo apresentar um debate muito importante sobre a possibilidade, ou não, de uma "arte proletária", baseado na posição de Trotsky de que esta é uma concepção equivocada e que pode levar a erros graves, não só porque indica uma incompreensão do que a classe trabalhadora dentro do mundo capitalista e de como o socialismo implica a não existência mais das classes, logo, não haveria uma classe proletária (ou burguesa). Por outro lado, esse equívoco, ao ser levado a cabo, ainda pode incorrer em equívocos igualmente perniciosos, que apesar de haver uma máscara de defender a classe trabalhadora, na prática, se trataria de uma forma

castradora da produção humana, repleta de uma arrogância que em vez de potenciar a liberdade de criação em verdade age mais como aparelho censura do que não se encaixaria nos padrões do que seria o legitimamente proletário. Podendo inibir a produção, e deixando na mão de pequenos círculos de intelectuais um papel que não pode ser engessado e preso por amarras.

Essa crítica se dirige a qualquer grupo ou instituição, mesmo os partidos. De modo que há em Trotsky (bem como Lênin) um combate aberto ao cerceamento por parte dos partidos à liberdade artística; não apenas dirigida aos partidos de direita, mas, sobretudo os partidos que se dizem de esquerda, como foi o caso do Estado soviético sob a direção de Stalin.

Assim, as raízes da questão da limitação artística implicam em uma problemática muito mais ampla do que apenas a liberdade de expressão artística e si. Trata antes de um enfrentamento ao processo de burocratização que ocorria no Estado soviético, não apenas no campo das artes e das ciências, mas, também dentro da liberdade de atuação do próprio partido.

De maneira que a questão da burocratização, que se apresenta na obra *Literatura e Revolução*, transborda para muito além da liberdade artística, mas, trata de um método contrarrevolucionária de gestão da sociedade, com fins a castrar a sociedade e a potencialidade humana, de modo a manter uma restrita camarilha no poder e impedir que o conjunto da classe assume o papel de dirigentes de suas vidas, logo, dirigentes da sociedade. Tudo isso com a justificativa hipócrita de estar fazendo o melhor para a classe e tendo como “álibi” o fato de ser feito “para os trabalhadores” o que seria, por si só, justificativa para as ações mais incabíveis.

Quanto a isso, na obra *O Manifesto por uma arte revolucionaria independente*, escrita por Leon Trotsky e André Breton (militante anarquista e artista surrealista), a proposição dos seus formuladores é a de que a arte deve, inclusive, ser anarquista, no que diz respeito a sua liberdade de criação (BRETON & TROTSKY, 1985, p. 42). Ou seja, há no manifesto uma recusa aberta de que a arte obedeça qualquer autoridade. A arte não pode aceitar nenhuma regra que a limite, a única regra é: toda liberdade para a arte. Esta é uma crítica dirigida a toda uma casta de usurpadores que enjaularam o ímpeto humano de criar e de viver, como por exemplo as investidas stalinistas, que sabotaram e negaram os princípios comunistas, bem como as experiências fascistas, mutilando a liberdade e a dignidade humana.

Isso implica em que a luta pela liberdade, a liberdade plena, exige uma guerra contra as amarras que limitam a humanidade. Ou seja, o capitalismo se coloca como uma barreira para que haja a liberdade não só da arte, como de toda a espécie humana. A luta pela derrubada do sistema de classes é um requisito para a liberdade da criação artística, e da vida.

Nesse sentido, o verso do poeta Cazuza dialoga com essa ideia marxista, quando canta "Enquanto houver burguesia, não vai haver poesia". Só haverá poesia, verdadeiramente livre, quando as estruturas capitalistas forem definitivamente superadas. Pois o capitalismo é contrário à criação artística livre. Um novo nível de liberdade precisa ser alcançado, uma liberdade que não esteja sujeita à lógica capitalista, nem ao modo de produção alienante e muito menos à opressão e repressão que faz com que as criações humanas sejam cada vez mais alienadas, objetificadas e vulgarizadas. (FERNANDES, 2020, p. 82)

Essa liberdade não se conquista, portanto, por dentro das

regras do sistema, através das leis e dos processos eleitorais. É uma luta que exige um profundo processo de mobilização social, de uma consciência aprofunda do papel da classe trabalhadora na construção do mundo.

E, nesse sentido, a bandeira da elevação educacional e cultural é fundamental, o que remonta à relevância da bandeira histórica da luta por Educação pública, gratuita e para todos, em todos os níveis. Essa educação irrestrita não vai apenas elevar o nível educacional da classe, mas, o próprio fato de se mobilizar para esta luta educará politicamente a classe. Este é o poder da luta pelas reinvenções transitórias, como elaboradas por Trotsky.

A teoria do programa de transição não e apensa uma tática para conquistar reivindicações, é uma fermenta para educar as massas na tarefa de se organizar e lutar e enfrentar tanto as direções burguesas quanto as direções da classe trabalhadora que atuam como traidoras, utilizando de aparelhos burocratizados para travar lutas e deixar a classe em uma situação de apatia e inércia.

É preciso entender como o processo de burocratização de partidos, sindicatos e demais instrumentos de luta da classe atuam para frear a indignação de classe, desanimar e deseducar a classe trabalhadora. De modo que ela aceite as condições deploráveis que a burguesia pode nos colocar, sempre que ela entra em alguma de suas crises cíclicas.

Referências:

BRETON, André, & TROTSKI, Leon. *Por uma arte revolucionária independente*. Paz e Terra: CEMAP, 1985.

ENGELS, Friedrich, & MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich, & MARX, Karl. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Felipe Araujo. Trotsky e a questão da arte: a fidelidade inabalável do artista a seu eu interior. *Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global* 1(2), 2020, p. 68-84. Disponível em: https://doi.org/10.46652/pacha.v1i2.26. Acesso em: 15 de maio de 2022.

FERNANDES, Felipe Araujo. *Entendendo o ENEM (parte 2): Quem alcança as melhores notas?*, 2016a. Disponível em: https://www.marxismo.org.br/entendendo-o-enem-parte-2-quem-alcanca-as-melhores-notas/. Acesso em: 15 de maio de 2022.

FERNANDES, Felipe Araujo. *"Bispo" Crivella e a sua má fé com a educação pública, 2016b*. Disponível em: https://www.marxismo.org.br/bispo-crivella-e-a-sua-ma-fe-com-a-educacao-publica/?fbclid=IwAR0ohirQXILWNRvPOh_98xO89kl-UaznSoCy8k6aUpwQMXnmd3BXxOQNGaw. Acesso em: 15 de maio de 2022.

LENIN, Vladimir. *On proletarian culture*, 1920. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/oct/08.htm#fw01. Acesso em: 15 de maio de 2022.

LENIN, Vladimir. *On party organization and party literature*. 1965. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/nov/13.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Expressão popular, 2010.

LUNATCHÁRSKI, Anatoli. *Revolução, arte e cultura*. Expressão popular, 2018.

MONIZ, Luiz Alberto. O marxismo e a questão cultural. In, L. Trotsky. *Literatura e revolução* (p. 21-31). Zahar, 2007.

PLEKHÁNOV, Georgi. *A arte e a vida social*. Brasiliense. 1964

TROTSKY, Leon. *Testament*, 1940. Disponível em:

https://www.marxists.org/history/etol/newspape/fi-is/no7/testaments.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

TROTSKY, Leon. *Literature and revolution*. Haymarket Books, 2005.

TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Zahar, 2007.

WOODS, Alan. *Marxism and art: introduction to Trotsky's writings on Art and Culture*, 2000. Disponível em: https://www.marxist.com/marxism-art-trotsky.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

WOODS, Alan. *For revolutionary art! On the anniversary of the death of André* Breton, 2005. Disponível em: https://www.marxist.com/death-andre-breton-revolutionary290905.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

WOODS, Alan. *In memory of Leon Trotsky*, 2020. Disponível em: https://www.marxist.com/memory-legacy-leon-trotsky.htm

PARTE II

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Desenvolvimento desigual e combinado na Argentina: Milcíades Peña e a pseudoindustrialização nacional

Renato Fernandes

O presente artigo pretende apresentar a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky a interpretação do processo de industrialização argentino desenvolvida por Milcíades Peña, principalmente em seus artigos nas revistas *Estrategia (1957-1958) e Fichas de Liberación Nacional (1963-1965).*

Milcíades Peña (1933-1965) foi um marxista argentino que militou na corrente "morenista" entre os anos 1940-1950 e desenvolveu uma atividade intelectual autônoma a corrente. Suas obras, a grande maioria publicada em revistas ou editadas postumamente, procuraram partir da interpretação trotskista do desenvolvimento desigual e combinado para compreender a história e a economia, com especial atenção para o processo de formação das classes dominantes do país e o processo de industrialização.

Nesse artigo exploramos principalmente seus escritos publicados em vida. A maior parte da obra do autor foi publicado postumamente e tem diversos textos inéditos que não foram publicados. Consideramos que há uma organicidade nos textos de Peña e inclusive um trabalho de revisão e ampliação dos artigos ao longo do tempo, como faremos as referências aqui. Porém, como uma forma de apresentar as principais ideias do autor sobre o tema, decidimos fazer esse recorte e deixar esses textos apenas como referências.

O principal problema levantado por Peña na interpretação do processo de industrialização era sobre o tipo de industrialização e suas

transformações: o que é a industrialização? A industrialização nos países imperialistas e semicoloniais é a mesma? As transformações econômicas são a mesma? A industrialização nos países semicoloniais transformará o país em uma nação soberana?

Dividimos o artigo em pequenas subpartes para apresentar, de forma resumida, as principais ideias do autor sobre a industrialização como a questão das classes sociais, a relação com os investimentos imperialistas, a diferença entre pseudoindustrialização e industrialização, entre outros temas.

Esse artigo é parte da minha tese de doutorado, na qual investiguei a questão do desenvolvimento combinado argentino na obra de Milcíades Peña.

O desenvolvimento desigual e combinado

O desenvolvimento desigual e combinado foi formulado por Leon Trotsky na sua interpretação da história da revolução russa. De acordo com Trotsky,

> O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. (TROTSKY, 2007b, p. 21. Sublinhado pelo autor)

A imbricação entre a desigualdade do processo de

desenvolvimento com as diferentes "formas arcaicas e modernas" gera uma particularidade que diferencia o processo histórico nos países atrasados (coloniais e semicoloniais). Esse amálgama de forças de produção, estágios econômicos, classes sociais e instituições políticas gera contradições novas e específicas que faz com que o processo histórico não seja uma repetição, tal como previra Marx , mas um caminho específico e particular de contradições e lutas.

Foi partindo dessa compreensão, que Peña desenvolveu sua análise sobre o processo de industrialização dos países semicoloniais. Para compreendermos esse desenvolvimento combinado, partiremos das análises realizadas na *Revista Estratégia e depois na Revista Fichas, buscando compreender o que chamamos da dialética da pseudoindustrialização.*

A dialética da *pseudoindustrialização*

No segundo número da *Revista Estrategia,* Peña publicou o artigo *El imperialismo y la industrialización argentina*. Não é o primeiro escrito de Peña sobre o tema, porém é o resultado da elaboração que havia sido deixada subterrânea nos anos anteriores.

O ponto de partida de Peña foi a definição da política do imperialismo e do capital financeiro a partir de Lenin. Criticando a compreensão do imperialismo apenas como "exploração dos países industriais sobre os países rurais", Peña insistiu que um dos conteúdos essenciais era a exportação de capitais – sem que isso significasse o desprezo das outras características do imperialismo. A crítica dele se dirigia à tese de que a industrialização dos países atrasados fosse uma forma de construção da soberania nacional

frente ao imperialismo. Contrariamente ao que afirmava Kautsky e também Jorge Abelardo Ramos para o caso da Argentina, Peña não compreendia que a industrialização dos países atrasados (ou "rurais") seria o fim do domínio imperialista. O problema colocado na relação entre imperialismo e industrialização era que *tipo* de industrialização ocorria nos países atrasados, considerando que boa parte dela era dependente do investimento imperialista.

Partindo desta questão, Peña procurou interpretar o significado econômico e social para o processo de industrialização. Para isso, ele recupera suas elaborações do livro inédito (ver nota 3), principalmente quando debateu as novas tendências do imperialismo e sobre a industrialização socialista. Para Peña, o processo de industrialização pode ser definido, em *sentido estrito*, como um "aumento da composição técnica do capital" (PEÑA, 1957, p. 48). Em *sentido amplo*, esse processo significa "um processo de 'produção para a produção', o que permite que constantemente se ponha à disposição de cada operário mais meios de produção (ampliação de capital) e melhores meios de produção (aprofundamento de capital)." (Ibidem).

Para que esse processo ocorra, a industrialização implica duas condições fundamentais: o desenvolvimento técnico da agricultura e a necessidade de uma mobilidade cada vez maior de todos os recursos humanos e materiais da nação. Nesse sentido, a industrialização não é simplesmente a instalação de fábricas em um determinado país, não é apenas uma "clareira" no meio da floresta, mas a alteração do conjunto do sistema econômico que faz com que o desenvolvimento nacional se transforme e se adeque às novas necessidades.

Além do conteúdo econômico, para Peña existia também um componente social da industrialização, pois ela era um processo

que significava a modificação das relações de propriedade com a "expropriação das velhas classes proprietárias e a chegada de novas classes ao poder", isto é, a destruição das relações agrárias atrasadas e a hegemonia de uma nova classe social, a burguesia industrial (Ibidem, p. 49).

Neste sentido, a instalação de fábricas nos países dependentes, fruto da exportação dos capitais imperialistas, não podia ser considerada como um processo de industrialização em sentido pleno, pois elas deixavam "em pé as antigas relações de propriedade e entre as classes" (Ibidem, p. 51). A industrialização capitalista dos países dependentes significava apenas a inserção de indústrias no interior da estrutura de atraso econômico que já existia. Por isso, Peña afirmou que esse era um processo de *pseudoindustrialização* pelo qual passaram países como Argentina, Brasil, Índia, Egito, entre outros, a partir dos anos 1930 – a Rússia também teria passado, mas antes da revolução de 1917. O problema da *pseudoindustrialização* era que ela significava apenas a inserção de indústrias no país, em sua maioria produtora de bens de consumo, sem modificar as estruturas do atraso, nem as relações de propriedade e de classe do país. O resultado dessa *pseudoindustrialização* era fazer coexistir uma grande indústria com um atraso geral da economia (do campo, da produção de máquinas, dos transportes, etc.) da qual as antigas classes dominantes se beneficiavam por meio do *superlucro* – fincado, principalmente, na alta exploração da mão de obra. Recuperando as elaborações de Trotsky sobre a economia russa (TROTSKY, 2007b, p. 21), Peña considerava que a *pseudoindustrialização* era um processo de desenvolvimento combinado, isto é, de mescla entre setores com alto e com baixo desenvolvimento econômico numa mesma estrutura nacional.

O processo de *pseudoindustrialização* para Peña tinha cinco características principais: a) Não aumenta a composição técnica do capital social, se desenvolvendo fundamentalmente com o aumento da exploração da mão de obra e com o desgaste das instalações disponíveis; b) não se desenvolve amplamente as indústrias básicas de produção de máquinas; c) a produtividade do trabalho no país permanece baixa e a maior parte das indústrias continuam a ter pequena produção; d) a produção de bens de consumo predomina sobre a de meios de produção; e) a agricultura permanece estancada e não se tecnifica (Ibidem, p. 51). O fundamental nessas características foi tentar demonstrar como o processo de *pseudoindustrialização* mantinha a permanência das velhas estruturas econômicas e não representava um desenvolvimento amplo das forças produtivas nacionais. Era um processo de deformação do desenvolvimento econômico nacional.

A análise desse processo entrava em choque com duas interpretações predominantes no campo intelectual argentino: os *peronistas*, que considerava o governo de Perón como industrialista e desenvolvimentista; e os *cepalistas* como Raúl Prébisch que elaborou o plano de desenvolvimento econômico da ditadura pós-*Libertadora (1955) e defendia a política econômica de substituição das importações*. Diferentemente desses setores, Peña se apoiou nas formulações de Trotsky de que o desenvolvimento da burguesia nacional dos países atrasados, mesmo com o processo de industrialização, significava não uma forma de independência dessa, mas de uma crescente dependência (TROTSKY, 2005b, p. 528).

Outro problema abordado por Peña foi o da relação do capital financeiro com o processo de industrialização do país. Nesse sentido, ele destacou que o capital financeiro, mesmo investindo nos países

dependentes e semicoloniais, realizava uma descapitalização do país por meio do comércio internacional e da remessa de lucros. Esse processo deformava o desenvolvimento do país, investindo em grandes áreas econômicas lucrativas e deixando a maior parte no atraso – na Argentina, a concentração ocorreu na região de Buenos Aires (e em parte no litoral) que era "plenamente desenvolvida" em termos industriais, porém tinha um nível de desigualdade econômica gigantesca com o resto do país, principalmente com o interior. Para Peña, a Argentina poderia ser considerada, recuperando as formulações do industrial Alejandro Bunge, como um "país anão" devido a essa desigualdade no desenvolvimento (Ibidem, p. 73-74).

Frente a esse processo de *pseudoindustrialização*, qual seria o programa dos socialistas revolucionários? Para Peña, a questão chave era o processo de transformação da economia de conjunto e das relações de propriedade. Considerando a unidade de interesses entre latifundiários e industriais, entre os setores nacionais e imperialistas , e a dependência do país em relação ao capital imperialista, ele afirmou que não era possível desenvolver o processo de industrialização sem que a classe trabalhadora, junto aos chacareiros e aos pequenos produtores, tomassem o poder por meio de uma revolução socialista. As classes dominantes só podiam, no máximo, desenvolver a *pseudoindustrialização. Somente* com a tomada do poder, a sociedade argentina poderia desenvolver o processo de "produção para produção", realizar a transformação das relações de propriedade agrárias, promovendo o desenvolvimento tecnológico do campo e do sistema de transporte do país. A disjuntiva para Peña era entre a *industrialização socialista ou a colonização imperialista* , sem possibilidades de meio termo entre estes dois tipos de caminho

para o desenvolvimento econômico (Ibidem, p. 89).

As classes sociais na dialética da *pseudoindustrialização*

A *Revista Fichas foi o grande projeto intelectual de Milcíades Peña. Publicada entre 1963-1966, é nela que encontramos a maior parte da elaboração de Peña publicada em vida. São reflexões no campo da economia, da história ou da teoria marxista mais geral.*

Em relação ao processo de industrialização, dois números de *Fichas* são fundamentais para compreendermos a teoria de Peña: o primeiro e o quarto. No primeiro número, intitulado *La evolución industrial y la clase empresaria argentina*, foram publicados textos inéditos com textos reescritos. Entre os inéditos estão *Crecimiento (1935-1946) y Estancamiento (1947-1963) de la Producción Industrial Argentina* e *Energía, Mecanización e Ineficiencia en la Industria Argentina.* Na revista *Estrategia* nº 2, Peña havia escrito *El imperialismo y la industrialización argentina, como vimos.* Nesse número 1 de *Fichas*, ele dividiu o artigo em dois: o primeiro intitulado *Industrialización, Pseudoindustrialización y Desarrollo Combinado* e o segundo *Imperialismo e Industrialización de los Países Atrasados* – estranhamente, ele só indicou o primeiro texto como reescrito, porém é perceptível a repetição de subtítulos e parágrafos inteiros nesse segundo artigo. Apesar de serem reescritos, houve a incorporação de novos dados, de tabelas, etc., que confirmavam as teses já elaboradas – porém, não há de conjunto nenhuma nova tese nesse texto reescrito.

Para Peña, o processo de desenvolvimento capitalista se confundia com o processo de industrialização (1957, p. 47–48, 1964c, p. 33–34), isto é, há uma identidade entre o desenvolvimento de um

e outro, pois a indústria é a característica central do modo capitalista de produção. Poderíamos resumir a teoria da industrialização de Peña nos seguintes eixos: aumento da composição orgânica do capital; desenvolvimento técnico da agricultura, do transporte, das comunicações; desenvolvimento da indústria de máquinas como eixo da industrialização. Porém, mesmo concebendo todos esses aspectos do desenvolvimento das forças produtivas em determinado país, para Peña, o centro estava em quais classes e relações de propriedade predominavam em determinada formação sócio-econômica. Essa pergunta, de fundo, não era nada mais do que uma passagem do problema das forças produtivas para o problema das relações de produção e, em última instância, para as relações de classe que predominam no país.

Considerando isso, o problema fundamental da industrialização era compreender quais as relações de classe que dominam o país: quais interesses de classe são hegemônicos e controlam o Estado? Por isso, por mais que a interpretação de Peña esteja associada com a análise técnica de dados econômicos, o qual é a base de seus argumentos, o fundamento da sua teoria são as relações de classe. Há uma primazia teórica na perspectiva de Peña das relações de produção (e no interior dela, das relações de classe) sobre as forças produtivas no processo de desenvolvimento capitalista.

Considerando a formação histórica das classes dominantes argentinas, Peña afirmava a unidade entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária (PEÑA, 1964c, p. 43), assim como a dependência dessa burguesia em relação ao investimento do capital financeiro. Ao contrário do que predominava na explicação dos setores peronistas, apesar da política e da retórica da industrialização, a burguesia

industrial era plenamente antiperonista devido as suas ligações com o próprio imperialismo (XXXX).

Por último, era justamente a condição de atraso, retratada pela predominância do latifúndio e da mão-de-obra barata no mercado, que gerava a condição para o *superlucro da burguesia industrial. Dessa forma, a burguesia industrial, segundo Peña, era uma das mais feroz defensoras da manutenção do atraso no desenvolvimento nacional.*

> En efecto, el atraso de la agricultura, suministra a la industria materia prima *(o alimentos) y mano de obra a bajo precio, aumentando así la cuota de ganancia del capital industrial. La explotación del campesino permite obtener materias primas y alimentos baratos, y esa misma explotación obliga al campesino a abandonar la tierra enrolándose en el proletariado industrial. De tal modo, se crea y recrea constantemente el ejército industrial de reserva que mantiene en bajos niveles el salario de los obreros industriales. (PEÑA, [1963], p. 25)*

Industrialização, pseudoindustrialização e produtividade

É com essa tese básica, que já havia sido desenvolvida em seus artigos anteriores, que devemos analisar as elaborações contidas em *Fichas* sobre industrialização. A novidade do artigo que abre o primeiro número, *Crecimiento y Estancamiento*, está em estabelecer critérios e fases para pensar a industrialização argentina. Para Peña, entre 1937-1962, ocorreram três fases na expansão industrial argentina: "uma primeira etapa de vertiginosa expansão (1937-46); outra de relativo estancamento (1946-54) e uma última de declínio (1954-62)" (PEÑA, 1964A, P. 7. Tradução nossa). Para chegar a essas tendências, Peña trabalhou com diversos dados (ocupação, produção industrial,

investimento, etc.). Sobre a ocupação industrial, por exemplo, entre 1937-46, a produção aumentou 46%, enquanto entre 1946-54, esse aumento foi de apenas 17% - entre 1954-62, esse número caiu ainda mais (Ibidem, p. 8).

Porém, de todos os dados analisados e comparações realizadas por Peña, duas conclusões dele podem ser consideradas mais importantes. Elas são "conclusões opostas por completo às ideais predominantes em diversos grupos intelectuais":

> La **primera** es que uno de los períodos de más fuerte ascenso de nuestra evolución industrial se produjo durante los gobiernos conservadores, a partir, aproximadamente, del año 1935. (…) La **segunda** conclusión que se desprende es el estancamiento de la industria en la postguerra. ¿Qué el peronismo favoreció a los industriales? Habrá sido inflando el monto de sus ganancias. Pero la producción industrial permaneció rigurosamente detenida en su crecimiento. (Ibidem, p. 8-9. Grifos do autor)

A análise tem como alvo direto Jorge Abelardo Ramos, da *Izquierda Nacional*, que considerava que o peronismo girou todos os seus recursos para a industrialização. No entanto, ela poderia ser direcionada para muitos outros teóricos e economistas, como Raúl Prebisch (que é citado no artigo), Rodolfo Puiggrós, entre outros.

Para Peña, a industrialização peronista foi uma industrialização "semi-artesanal", pois apesar de aumentar o número de indústrias (entre 1950-54 aumentou 63% o número de estabelecimentos industriais), a produção industrial cresceu menos de 1% (Ibidem, p. 11). Dessa maneira, o aumento do número de indústrias durante o peronismo (fenômeno real), não alterou de conjunto a produção industrial, já que ela estava concentrada nas grandes indústrias. Por isso, Peña afirmou que o "crescimento da indústria argentina se produz sobre

dois polos: por um lado, estabelecimentos gigantes que concentram a produção; por outro, grande número de pequenas oficinas com baixa produtividade" (Ibidem. Tradução nossa).

Contudo, outro dado importante da industrialização peronista é que mesmo que a produção industrial estivesse estancada, houve um aumento do número de operários empregados nas fábricas. Em outras palavras, durante os governos peronistas mais trabalhadores industriais estiveram empregados do que nos governos anteriores. O cruzamento entre esses dados: o aumento da produção ficou abaixo do crescimento do número de operários ocupados e do de estabelecimentos industriais novos. Nesse sentido, a industrialização peronista representou um crescimento do emprego industrial e da quantidade de indústrias, mas não da produção industrial – que cresceu em ritmo mais lento que os dois primeiros. Um retrato da *pseudoindustralização argentina.*

Além disso, na produção industrial total, o peso dos estabelecimentos mais antigos ainda eram bastante altos. De acordo com Peña, em 1954, 54% da produção industrial estava concentrada em indústrias fundadas antes de 1935, representando apenas 21,2% dos estabelecimentos industriais e ocupando 47,8% da mão de obra operária (Ibidem, p. 22). Dessa forma, as indústrias mais avançadas e com maior produtividade eram as mais antigas e não as novas que se instalaram durante a década peronista.

Um outro dado interessante analisado por Peña era o peso de cada ramo industrial na Argentina. Em 1954, as principais indústrias, comparando o valor de produção, estavam ligadas ao ramo alimentício e de confecção (47,9%), enquanto setores como o de Petróleo e Carvão (3,8%), Extrativos (1,7%), Eletricidade e Gás (2,1%) e Química (6,7%) tiveram um peso reduzido na economia do país. Já outro setor

que ele considerou importante para pensar a industrialização do país, o setor de Metais (8,6%) e o de Veículos e Maquinarias (11,4%), apesar de terem subido sua participação na renda industrial, possuíam uma maior participação na mão de obra (ocupando 27,7% de operários) do que na renda (Ibidem, p. 14).

Esse estudo empírico foi acompanhado por uma investigação sobre a energia e mecanização da indústria argentina. Em outro artigo, Peña utilizou a comparação entre a capacidade elétrica do país e seu desenvolvimento com outros países de industrialização já avançada, principalmente EUA e Inglaterra. Ao analisar o processo de industrialização, chegou à conclusão de que a maior parte da indústria argentina se baseou não na utilização e ampliação da rede elétrica, mas na utilização de geradores e de combustíveis fósseis (Idem, 1964b, p. 24).

Outro processo relevante era a questão do maquinário. Com os dados obtidos a partir de diversas fontes, Peña considerou que entre o período de 1937-1955, a indústria tinha dobrado o número de operários e triplicado a maquinaria instalada, porém

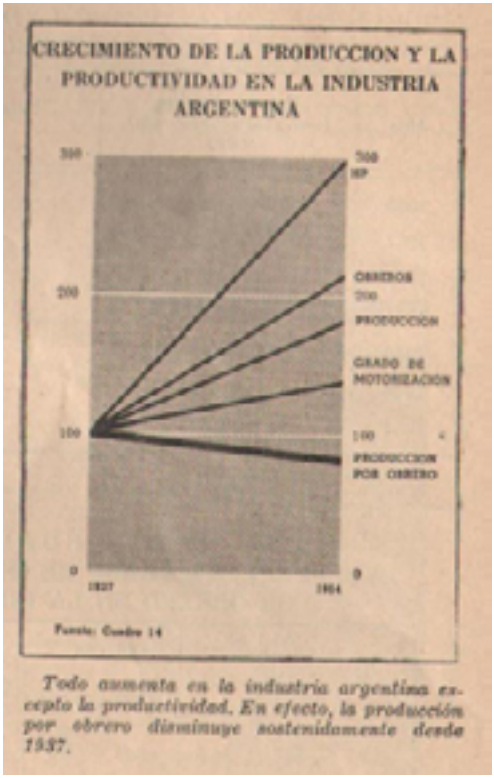

Figura 1: Crescimento da produção e da produtividade na indústria argentina

a produção industrial não chegou a duplicar-se (Ibidem, p. 28). Daí a conclusão da ineficiência e do estancamento industrial argentino. O gráfico final publicado no artigo pode resumir essa situação.

Conforme podemos observar, tomando como índice 100 em 1937, somente a produção por operário, a produtividade, não aumentou em 1954. A energia consumida, o número de operários, a produção e o grau de motorização (nível de eletromecanização da indústria) subiram no período considerado.

Mas por que a produtividade era importante para pensar a industrialização? Para Peña não só é importante, como é o elemento central da medida da industrialização, pois ele nada mais é do que o aumento da composição orgânica do capital, já que o crescimento da produtividade significaria "aumento na quantidade de bens produzidos no mesmo tempo de trabalho e com igual esforço por parte do operário" (IDEM, 1964C, P. 34). Assim, a industrialização peronista não era plena, mas um processo de *pseudoindustrialização, a inserção de indústrias sem um crescimento da composição orgânica do capital. Representa um crescimento, mas não um desenvolvimento econômico soberano.*

A dialética da *pseudoindustrialização e o imperialismo*

Um segundo problema na questão da industrialização estava na relação entre o capital nacional e o capital imperialista. Como vimos, Peña considerava a exportação de capitais como um elemento fundamental da determinação da arquitetura imperialista. Essa exportação, para além de uma relação econômica, é também uma relação entre classes sociais: uma burguesia imperialista e burguesia nacional e se expressa no número de propriedades, associações e de

investimentos na economia industrial.

No artigo intitulado *Significación del capital internacional en la industria argentina: el capital norteamericano*, Peña analisou o peso destes investimentos. A primeira questão está na diferenciação entre dois tipos de exportação de capital: o investido no capital produtor de juros (Carteira) e o investido no capital produtor de lucros (Investimento Direto). Dentre aqueles que são investimentos estrangeiros diretos, Peña afirmou que eles têm a preferência "pelas indústrias que produzem para o mercado interno", com a magnífica taxa de 99,8% localizada nesse setor na Argentina em 1959 (PEÑA, 1964E, P. 58).

Investigar a importância do capital estrangeiro na indústria nacional tem suas dificuldades particulares, pois não é fácil determinar a nacionalidade de uma empresa. Muitas das empresas com registro nacional argentino são controladas por capitais estrangeiros. Por isso, Peña assume como critério que não se pode levar em conta apenas a **propriedade**, mas também o **controle** sobre a empresa. E nesse sentido, era necessário investigar as estruturas de cada empresa para determinar qual a sua nacionalidade (Ibidem, p. 59).

Um primeiro dado levantado por Peña, é que com exceção dos frigoríficos (ramo importante da indústria argentina), as empresas estadunidenses preferem os ramos que apresentam maior índice de crescimento: Química, Farmácia, Veículos e Maquinarias e Aparelhos Elétricos. Em relação a participação, as indústrias automobilísticas (28,2%) e os frigoríficos (22,2%) são as que detinham o maior nível de comercialização entre as indústrias estadunidenses na Argentina e também as que mais empregavam (20,2% e 20,4% respectivamente).

Com relação à origem, Peña fez uma comparação entre os

dados que estava trabalhando, de 1961, e a análise de Dorfman (1942), e concluiu:

> Las cifras señaladas evidencian que las empresas norteamericanas se han radicado en el país en la década del treinta y a veces antes, desde entonces se desarrollaron de acuerdo a las posibilidades del mercado, participando activamente en el crecimiento industrial del país. En los años que con mayor evidencia se patentizó el dominio inglés en la Argentina a través de los pactos Roca—Runciman y siguientes, se estaban creando las bases para el actual control norte-americano de la economía del país. Desde hace tres décadas todo crecimiento de la industria se produjo juntamente con una mayor participación estadounidense. (Ibidem, p. 64)

Sobre essa inserção, Peña destacou que o "fenômeno mais importante provocado pelo investimento norteamericano é o desenvolvimento da indústria automotriz, que se transformou em poucos anos no eixo da indústria metalúrgica" (Ibidem, p. 65. Tradução nossa).

A partir de todos esses dados, Peña realizou uma crítica a dois setores político-intelectuais. O primeiro era o setor desenvolvimentista, ao qual Peña traz para o debate o ex-presidente da República Arturo Frondizi. O segundo setor foi o *Partido Comunista Argentino*, na figura do intelectual e dirigente Jaime Fuchs. Para Peña, apesar de localizações políticas diferentes, os dois autores defendiam que "o imperialismo se contrapunha ao crescimento do mercado interno e ao desenvolvimento da indústria dos países atrasados". Pois, de acordo com esses teóricos, as "grandes potências estariam interessadas em reduzir os países coloniais e semicoloniais a simples fontes de matérias primas que uma vez processados nas metrópoles se exportariam para a periferia agrária" (Ibidem, p. 67. Tradução nossa). Nesse sentido,

qualquer desenvolvimento industrial e do mercado interno seria um avanço nacional e anti-imperialista.

Os números analisados por Peña demonstravam outra realidade. De acordo com ele, "trabalham para o mercado interno 93,5% das empresas industriais norteamericanas instaladas no país", sendo os frigoríficos a principal exceção, ainda que 50% de sua produção fique na Argentina (Ibidem, p. 69. Tradução nossa)[1].

A conclusão do artigo de Peña procurou aprofundar essa não contradição entre os investimentos diretos estadunidense e o processo de *pseudoindustrialização* argentino. Nenhuma das grandes indústrias estadunidenses que necessitavam exportar capitais[2] se prejudicavam com a instalação dessas indústrias nos países atrasados, pois essas são indústrias que "crescem constantemente com o desenvolvimento industrial dos países atrasados" (Ibidem, p. 71), isto é, indústrias para as quais o processo de *pseudoindustrialização* aumenta a demanda dela na metrópole imperialista.

A industrialização nos países dependentes

Um outro debate proposto por Peña foi a análise de outros processos de industrialização. Assim, a revista *Fichas* publicou textos próprios e traduzidos de outros autores sobre a questão.

Um dos textos interessantes é o do debate teórico da industrialização soviética. Nos números 2 e 5 foram publicados um

---

[1]Peña compara esses dados obtidos por ele em 1961, da Câmara de Comércio Norte-americana na Argentina, com um estudo publicado pela Secretaria de Comércio dos Estados Unidos em 1957. Neste último, a produção industrial estadunidense para o mercado interno era de 88%. Esta taxa era muito mais alta do que a média para a América Latina que era de 55% (PEÑA, 1964D, P. 69).

[2]Peña cita aqui a de maquinarias, automóveis e equipamentos elétricos.

capítulo do livro de Alexander Erlich, *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928*, lançado em 1960 em Londres. No livro, Erlich analisou a posição de cinco dirigentes soviéticos sobre o processo de industrialização: Preobrazhenski, Bukharin, Shanin, Bazarov e Sokolnikov. Porém, a revista *Fichas* traduz apenas a parte que retrata a posição de Preobrazhenski. Considerando que o debate era sobre a necessidade de uma política econômica voltada para a industrialização, é interessante refletir sobre essa escolha, pois foi justamente Preobrazhenski quem expressou uma posição análoga à de Peña em seu país: os dois defenderam que para sair da crise produtiva enfrentada pelos tipos de industrialização em cada país, era necessário investir prioritariamente nas indústrias de base, isto é, na produção de máquinas e equipamentos para proporcionar uma melhoria na produtividade da indústria de bens de consumo e assim ampliar a expansão da composição orgânica do capital no país (ERLICH, 1964, P. 74). Além disso, um dos grandes problemas colocados para Preobrazhenski era justamente a baixa produtividade da indústria soviética com respeito à ocidental (IDEM, 1965, P. 41).

Outros artigos da revista também trabalhavam com os conceitos de industrialização e analisaram países diferentes. Manuel López, que foi diretor de *Fichas,* publicou um longo artigo analisando a China de Mao e seu processo de industrialização nos nº 5 e 6 da revista. E no número 9, foram publicados artigos de Manuel López e de Jorge Sagastume [Schvarzer] sobre o Egito e Nasser.

Um elemento interessante incorporado por Peña em sua teoria do desenvolvimento capitalista – dada a identidade entre desenvolvimento e industrialização – era a diferenciação entre dois tipos de países atrasados. Incorporando os termos do economista Ernst

Wagemann, Peña afirmou que existiam os países “neocapitalistas” e

	Países semicapitalistas (o de capitalismo parcial)	*Países neocapitalistas (o de cap. incipiente)*
CASOS TIPICOS	India, China	Argentina, Sudáfrica
POBLACION	Grande o regular	Escasa
COMERCIO EXTERIOR	Escaso	Grande
USO DE MAQUINARIA	Escaso	Escaso
CAPITAL REAL POR HABITANTE	Escaso	Escaso

Figura 2: Países semicapitalistas e neocapitalistas.

os “semicapitalistas”. Como resumo das características, ele apresenta este quadro:

A descrição é mais ampla do que a do quadro. O atraso é caracterizado pela “falta de industrialização integral” (PEÑA, 1964B, P. 24). Porém, entre esses países ocorreram diferentes desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção. Por exemplo, na China, quando surgiu o capitalismo, havia anos de desenvolvimento de uma economia local, com baixa divisão de trabalho e com uma escassa rede de transportes e urbana. Do ponto de vista das classes sociais, muitas vezes os camponeses estavam vinculados por relações pessoais aos latifundiários, existiam sistemas de castas (no caso indiano, p. ex.). Nesses países, denominados *semicapitalistas*, incluindo alguns países latino-americanos como Bolívia e Peru, Peña admitiu a existência de um tipo específico de feudalismo e também de uma burguesia local, principalmente comercial[3].

Já nos países denominados *neocapitalistas*, como a Argentina,

[3]O que não implicou, para o autor, na defesa de uma revolução democrático-burguesa

na qual a população indígena foi em sua maioria exterminada, a ocupação e a organização da economia foi obra do imigrante europeu que ocupou o país e, desde o início, produziram uma economia que girava "em torno ao mercado mundial" (Ibidem). Nesse sentido, não há travas "feudais" em suas economias para o desenvolvimento capitalista mundial.

A questão colocada por Peña nesse processo de formação do capitalismo nos países atrasados se relacionava ao problema das classes dominantes: as classes dominantes dos países *neocapitalistas* nasceram associadas às classes dominantes metropolitanas[4]. Faz parte da sua gênese enquanto classe. Esse processo é fundamental, para entender como a burguesia industrial, irmã da oligarquia latifundiária, está conectada diretamente com as classes dominantes metropolitanas.

Burguesia nacional, movimentos nacionais e peronismo

Uma das formas da escrita de Peña foi a polêmica com outros autores. Ela teve um lugar específico na revista *Fichas, principalmente a polêmica com o autor da Izquierda Nacional Jorge Abelardo Ramos.*

Ramos publicou uma crítica ao número 1 da Revista Fichas. A crítica de Ramos é teórica, isto é, se centrou na perspectiva marxista adotada pela revista. Para Ramos, Peña era um marxista que desprezava a realidade nacional e utilizava de "categorias abstratas e estrangeiras" para explicar a história e o desenvolvimento do país (RAMOS, 1964,

---

ou nacional em contraposição a combinação da revolução democrática e socialista preconizada pela teoria da revolução permanente.

[4]Essa era a tragédia nacional da Argentina e dos países latino-americanos: "convocadas" a se transformaram-se em nações no século XIX, não tinham nenhuma classe verdadeiramente nacional (PEÑA, 2012, p. 118).

p. 112).

A crítica de Peña a Ramos foi organizada em diversos artigos ao longo da revista e, posteriormente, organizada em um livro (PEÑA, 1974). Ela não é apenas uma resposta ao artigo de Ramos, mas uma crítica a teoria da Izquierda Nacional que misturava uma compreensão marxista com elementos de uma concepção peronista. Considerando o escopo desse artigo, vamos retomar apenas o debate sobre o processo de industrialização.

Para Ramos, Peña estava errado em considerar a burguesia nacional argentina como classe contrarrevolucionária e também errava quando confundia a burguesia nacional com os movimentos nacionais e negava os conflitos entre burgueses e latifundiários.

Partindo das elaborações de Ramos, Peña fez uma caracterização do que seria a "famosa" burguesia industrial para a *Izquierda Nacional*:

> 1) que la burguesía industrial es necesaria e irreconciliablemente antiimperialista, y que su antagonismo con el imperialismo es mayor cuanto más crece la industria; 2) que el hecho de que la mayoría de los burgueses industriales estén asociados y/o en búsqueda de asociación con el capital extranjero no afecta lo afirmado en el punto anterior, pues la burguesía industrial está integrada… por los talleristas y los pequeños industriales carentes de vinculaciones internacionales; 3) que por lo demás la burguesía industrial no está constituida por los propietarios de fábricas sino por las empresas estatales; 4) que de todos modos el "nacionalismo" de la burguesía grande o pequeña, privada o estatal –, sino de los "movimientos nacionales", que expresan e impulsan los intereses de la burguesía pese a que la burguesía se opone a esos "movimientos nacionales" y es incapaz de percibir los beneficios que le reportan. (Ibidem, p. 98)

O primeiro problema residia na caracterização de que Ramos fazia de que a industrialização significava contrariar os interesses do

imperialismo. A resposta de Peña, apoiada em diversos dados, buscava reafirmar que o capital imperialista predominou nos investimentos industriais do país, isto é, era o capital mais forte nas indústrias nacionais (Ibidem, p. 31) e que a contradição só acontecia entre determinados setores burgueses exportadores de mercadorias nos países imperialistas e a burguesia industrial das nações dependentes (Ibidem, p. 22). Por outro lado, Peña afirmou que os setores da burguesia imperialista que exportavam capitais eram beneficiados não somente com as taxas de lucro altíssimas nos países dependentes e suas remessas ao exterior, mas também com a criação de um mercado cativo para suas próprias empresas:

> Pues las ganancias y los dividendos girados a la metrópoli son sólo una parte del valor extraído por el capital imperialista. Al levantar o adquirir industrias en el país, los monopolios internacionales establecen un lucrativo mercado para productos que producen en las metrópolis, y ponen en movimiento una corriente de pagos en forma de regalías y honorarios por servicios técnicos, uso de patentes y marcas, etcétera. Muchas de las firmas internacionales, norteamericanas en particular, se preocupan no tanto por el monto de las ganancias que pueden remitir al exterior sus subsidiarias argentinas cuanto por la venta de materias primas y productos intermedios que las subsidiarias importan desde la metrópoli como un componente básico del producto que manufacturan. (Ibidem, p. 138)

Em relação ao segundo ponto, Peña fez uma diferenciação entre os pequenos industriais e a burguesia industrial:

> La posesión de un capital que les permite emplear mano de obra asalariada identifica a los pequeños industriales con la burguesía industrial; pero el reducido monto de ese capital los diferencia netamente de ella (basta recordar aquí que 61 establecimientos con más de 100 millones de pesos de capital producen tanto como 110.715 establecimientos con capital no superior al

> millión de pesos). (Ibidem, p. 100)

Essa diferenciação era importante e Peña se apoiava em textos clássicos do marxismo: a pequena burguesia industrial (Marx), os "pequenos industriais" (Engels) não podem ser igualados aos modernos burgueses (Marx), a "classe dos grandes capitalistas" (Engels) ou àquela classe que detinha a "moderna grande indústria altamente concentrada" (Trotsky) (Ibidem, p. 101). Nesse sentido, para Peña, os proprietários das pequenas oficinas e indústrias (que representavam a maioria dos estabelecimentos industriais na Argentina, porém que empregava muito pouco e detinham pouco capital) não poderiam ser considerados burgueses industriais, mas os "estratos médio e superior da classe média" (Ibidem, p. 100).

O terceiro problema estava relacionado ao papel do Estado na questão da industrialização, com o debate sobre o papel do "capitalismo de Estado" no desenvolvimento industrial. Ramos afirmava que o capitalismo de Estado era fundamental na industrialização e na independência nacional contra o imperialismo (RAMOS, 1964, p. 130). Peña claramente se incomoda com o termo, utilizando sempre entre aspas. Trotsky também não fazia uma boa apreciação do termo:

> Para novos fenômenos, os seres humanos procuram frequentemente velhas palavras. Uma tentativa feita para explicar o enigma soviético foi usar o termo "capitalismo de Estado". Este termo tem a vantagem de que ninguém sabe exatamente o que significa. Originalmente serviu para designar os casos em que o Estado burguês assume a gestão dos meios de transporte ou de empreendimentos industriais. A necessidade de semelhantes medidas é um dos sintomas das forças produtivas do capitalismo ultrapassarem o próprio capitalismo, levando, em parte, a negar-se na prática. Mas o sistema desgastado sobrevive e permanece capitalista, apesar dos elementos de autonegação.

(TROTSKY, 2005a, p. 221)

A polêmica de Trotsky era com quem designava a URSS como um sistema capitalista de Estado. Porém, para Trotsky, a possibilidade de existir um sistema capitalista no qual o Estado era o único proprietário dos meios de produção, era uma abstração sem qualquer possibilidade real (Ibidem). Com isso, o "capitalismo de Estado" não servia para explicar nada. Por outro lado, o termo utilizado pelos intelectuais franceses de "estatismo" seria mais apropriado para entender as intervenções do Estado na economia capitalista (Ibidem, p. 222). Para Trotsky, a diferença entre os dois termos era que enquanto o capitalismo de Estado descreveria a "substituição da propriedade privada pela propriedade estatal", o segundo "significa a intervenção do Estado nas bases da propriedade privada, para salvá-la" e isso significava "frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias" (Ibidem)[5]. Parece-nos que quando Peña e Ramos se referiam ao "capitalismo de Estado" estavam na verdade falando sobre o processo de estatismo descrito por Trotsky[6]. Isso fica claro, para Peña, quando ele identifica "as empresas pertencentes ao Estado" como "capitalismo de Estado" (PEÑA, 1974, p. 102).

Para Peña, a intervenção do Estado na economia, na

[5]Trotsky identifica fenômenos parciais do estatismo em países tão diferentes na época como o fascismo italiano (o qual dá mais atenção), o nazismo alemão e as democracias francesa e estadunidense (TROTSKY, 2005a, p. 222).

[6]Em relação a URSS, a política estatista ou capitalista de Estado aparece para Trotsky como "reacionária" (TROTSKY, 2005, p. 222-223). Porém, em um artigo escrito anos depois, Trotsky utilizou o termo "capitalismo de Estado" numa chave positiva para descrever a nacionalização de Cárdenas no México como uma forma de resistência ao imperialismo que dependia do apoio da classe trabalhadora. Porém, ainda que considerasse progressiva, recomendava aos revolucionários utilizarem-se dessa política para lutar por uma política socialista (TROTSKY, 2007, p. 171).

propriedade privada, não tinha um sinal progressivo em si mesmo. Portanto, o grande problema da política estatista era a composição de classes sociais que governava a sociedade e aplicava a política, pois era "certo que em alguns países atrasados o 'capitalismo de Estado' é um instrumento de crescimento econômico e de resistência diante do imperialismo. No entanto, o 'capitalismo de Estado argentino' cumpre precisamente a função oposta" (Ibidem, p. 105. Tradução nossa). Entre os países em que essa política era progressiva, para Peña, estava o Egito de Nasser:

> En Egipto, por otra parte, asistimos a la evolución de un "capitalismo de Estado" que actúa cada vez más como instrumento de crecimiento económico y de la emancipación nacional. Pues el Estado egipcio – que desde 1963 posee el 80% de la industria en general y la totalidad de la industria fabril – se halla en manos de un conglomerado social en estado aluvional que ha expropiado a los núcleos decisivos de la burguesía egipcia y, por el momento, sólo puede conservar sus privilegios a condición de operar la economía al margen del imperialismo. La marcha de la lucha de clases en Egipto y en el mundo decidirá si ese "capitalismo de Estado" es la incubadora de una sociedad capitalista atrasada y dependiente del imperialismo, como Turquía, o si marca el comienzo de una sociedad en transición hacia el socialismo. (Ibidem)[7]

Já na Turquia, Índia e Argentina, o "capitalismo de Estado" longe de promover o desenvolvimento econômico e a emancipação nacional, representava uma perpetuação da dependência e do atraso desses países, pois a dinâmica dele era salvar a propriedade privada imperialista e da burguesia nacional.

[7]Vale lembrar que a revista *Fichas nº 9 de abril-maio de 1966 foi dedicada ao tema do Nasserismo e que este texto de Peña foi publicado em Fichas nº 6, de junho de 1965.*

Um outro problema era sobre o papel que a burguesia industrial cumpria no desenvolvimento nacional. Para Ramos, a burguesia, em suas diferentes frações e regiões, nunca havia sido revolucionária (RAMOS, 1964, p. 114). Como resposta, Peña afirmava que a "burguesia europeia foi revolucionária porque em procura de seus interesses de classe revolucionou a estrutura econômica e social das velhas sociedades agrárias da Europa medieval, criou as nações modernas e o moderno estado democrático" e acrescentava que

> La lucha de la burguesía contra la nobleza feudal es la lucha de la ciudad contra el campo, de la industria contra el terrateniente, de la economía basada en el dinero contra la economía natural, y las armas decisivas esgrimidas en esta lucha por el burgués fueron sencillamente sus recursos de poder económico, constantemente reforzados mediante el desarrollo de la industria, primero artesana y luego manufacturera, y por difusión del comercio. (PEÑA, 1974, p. 45)

Assim, a burguesia havia cumprido um papel progressivo ao lutar pelo poder de Estado e ao desenvolver a indústria e o comércio mundial. Não só progressivo, mas revolucionário. A burguesia unificou o mundo por meio do mercado mundial e, posteriormente, pela exportação de capital na época imperialista.

O problema era justamente que esse papel progressivo e revolucionário da burguesia já havia passado. Para Peña, a burguesia nacional havia se transformado em uma classe contrarrevolucionária. Ramos discordava dessa caracterização, principalmente, porque Peña estendia ela até a caracterização de que os movimentos nacionalistas também eram contrarrevolucionários em relação às tarefas democráticas e nacionais das revoluções nos países semicoloniais e coloniais.

Para Peña, a burguesia argentina, nascida como compradora e voltada para o mercado externo, também era contrarrevolucionária.

Porém, essa não é uma afirmação ontológica, mas estrutural, ou seja, a tendência que predominava, ao examinar a composição e estrutura e as posições conjunturais das burguesias semicoloniais, era de que estas cumpriam um papel contrarrevolucionário "desde o ponto de vista de sua posição diante da missão histórica revolucionária da nação" (Ibidem, p. 112. Tradução nossa). Nesse sentido, como juízo de probabilidade, era uma aposta política que Peña fazia e que, para ele, estava comprovada pela análise histórica, econômica e política dos países latino-americanos e demais países atrasados e dependentes.

Partindo desta crítica, Peña considerava a definição de Ramos como contraditória ao afirmar que as revoluções burguesas ou os movimentos nacionais não foram liderados pela burguesia mas que tinham a hegemonia dessa classe. O problema para Peña, seguindo as interpretações de Trotsky, não era se a burguesia era o sujeito majoritário nas revoluções burguesas, mas se ela era a direção e se seu programa era hegemônico na frente político-social que realizou essas revoluções (Ibidem, p. 46).

Para Peña, não existiu na história nenhum partido ou movimento social de massas que não teve em seu seio as classes sociais subalternas como elemento majoritário (pequena burguesia, setores médios e proletariado). A presença dessas classes, era um dos argumentos de Ramos para negar o caráter revolucionário da burguesia. Porém, a questão não era a composição social do movimento, mas sim qual era a cúpula e seu programa. Para ele, mesmo que a composição social dos movimentos nacionais não fosse burguesa, a direção e o programa eram burgueses (Ibidem, p. 108). Com isso,

> La burguesía no es en los "movimientos nacionales", como en la sociedad, más que una pequeña esfera. Pero es la esfera superior, poderosa por su capital, sus

> relaciones y amistades, la posibilidad que tiene siempre de apoyarse en las metrópolis imperialistas, por sus condiciones y su influencia en el Estado y en las fuerzas armadas, y por la presencia envolvente e impregnante de su ideología y de sus valores. (Ibidem, p. 109)

Foi com essa compreensão que Peña analisou o peronismo enquanto movimento nacional. Ramos considerava o peronismo como um movimento nacional progressivo, principalmente por causa da sua composição social e da sua política anti-imperialista e industrialista. Essa consideração era totalmente diferente da realizada por Peña. Em sua crítica, Peña buscou demonstrar suas posições em relação ao peronismo:

> Los autores de este artículo hemos sabido luchar contra el movimiento antinacional y antiobrero denominado "revolución libertadora" antes, durante y después del 16 de septiembre de 1955. Incluso, pensamos en algún momento que militando dentro del peronismo era posible construir en la Argentina un partido obrero y revolucionario. Pero jamás depositamos la menor confianza en la dirección peronista, jamás idealizamos a ese gobierno bonapartista profundamente conservador que aparecía como si fuera revolucionario; ni a su política de estancamiento que se presentaba como si fuera a industrializar al país; ni a su política de díscola sumisión al capital internacional, que se anunciaba como si fuera a independizar a la Nación. (Ibidem, p. 143)

Após essa "declaração de posição", Peña acrescentou que:

> Las fantasías, los mitos e ilusiones acerca de esa farsa histórica llamada "revolución peronista", son el opio o cemento con que se alimenta y mantiene la confianza de las masas trabajadoras argentinas en un movimiento político que, desde el gobierno tanto como desde la oposición, ha sido en esencia un servidor prepotente, díscolo y costoso, pero servidor más allá de toda duda, de las clases dominantes criollas y de sus socios

extranjeros. (Ibidem)

Um ponto que vale ressaltar, é que nessa definição, nos parece clara a ruptura com Moreno, que defendia que o regime peronista tinha uma contradição permanente que era "reaccionario en la medida que defiende la vieja estructura del país" e que era "progresivo en la medida que defiende al país y al gobierno de la colonización yanqui" (MORENO, 2012, p. 59)[8]. Essa ruptura já estava presente na revista *Fichas* nº 3, nos textos de *El legado do Bonapartismo* e também nos textos sobre a história do peronismo.

Um dos grandes problemas na compreensão de Ramos e de Moreno estava na confusão entre os conceitos de "semicolônia" e "dependência". Não havia dúvidas de que a Argentina continuava a ser uma economia atrasada e dependente do investimento imperialista durante a época peronista e Peña demonstrava isso ao analisar o processo de industrialização, as nacionalizações da época peronista, entre outros aspectos. A questão estava no nível de soberania política nas relações internacionais. Sem dúvida alguma, na época peronista, a soberania foi maior do que em governos anteriores, ainda que um conjunto de medidas tenha sido realizado da forma como o imperialismo britânico quis. Considerando isso Peña afirmou que:

> Lo que sí se redujo durante la década peronista fue el peso específico del capital británico dentro de la economía argentina, como resultado de la liquidación de las inversiones viejas y deficitarias (ferrocarriles, gas, tranvías) y de la incapacidad británica para realizar nuevas inversiones masivas en los sectores lucrativos de la economía. Pero para un juicio histórico sobre el peronismo toda la esencia de la cuestión reside en

[8]Em seu curso de 1965, Moreno ampliou essa caracterização e disse que no governo peronista, a Argentina "dejó de ser una semicolonia" e "inició una etapa de independencia relativa" (MORENO, 2008, p. 184)

> que esa liquidación de inversiones británicas se hizo al ritmo y en las condiciones fijados por Inglaterra, descapitalizando al país en beneficio de la Metrópoli inglesa. (PEÑA, 1986, p. 152)

Em outro texto, Peña escrevia que enquanto "ingressava com relutância no sistema panamericano, o governo peronista assinava com a Inglaterra convênios bilaterais que descapitalizavam crescentemente o país e prejudicavam a concorrência norte-americana no mercado argentino" (PEÑA, 2012, p. 506).

Nesse sentido, o peronismo enquanto movimento nacional era interpretado de forma díspares entre os autores. Enquanto para Ramos, o peronismo desenvolveu um capitalismo de Estado, promoveu a industrialização e a soberania do país, para Nahuel Moreno, ainda que no marco da subordinação ao imperialismo, o peronismo gozou de uma maior independência política. Já para Peña, criticando a ambos, considerava que o peronismo era o resultado do conflito entre os dois imperialismos (EUA e Inglaterra) e que o bonapartista Perón oscilava entre ambos (e a classe operária) como forma de desenvolver sua política, que não era nem industrialista (mas *pseudoindustrialista) e nem soberana.*

Considerações finais

Procurarmos abordar os diversos elementos da compreensão de Peña sobre o processo de industrialização: desde a sua definição, como "produção para produção", até as relações econômicas e de classe que predominaram no processo de industrialização argentino.

Uma das questões centrais é sobre o alcance dessas elaborações de Peña: sua interpretação da dialética da *pseudoindustrialização* pode

ser generalizada como uma compreensão da dependência dos países atrasados? Em nosso entendimento sim, por duas razões.

A primeira é pela análise teórica da industrialização e da pseudoindustrialização. Como procuramos demonstrar, Peña não faz apenas uma análise empírica (que é importante) do processo de industrialização, mas formula uma teoria para compreender as diferenças entre os dois processos, demonstrando as razões da dependência e do atraso da pseudoindustrialização como um novo conceito-processo.

A segunda razão é justamente que a explicação sobre o processo é uma forma de desdobramento da teoria da revolução permanente e do desenvolvimento desigual e combinado (principais elaborações teóricas de Trotsky). Não é possível entender a pseudoindustrialização sem compreender o sistema imperialista, as combinações entre o latifúndio e a grande indústria e a dinâmica das classes dominantes dos países atrasados. É no interior das teses trotskistas que Peña formulou sua teoria.

Por essas razões, ainda que expusemos as teses de Peña de maneira limitada, nos parece que a contribuição do marxista argentino é fundamental para a compreensão do caráter de dependência das nações latino-americanas, especificamente, e das nações atrasadas no geral.

Referências:

DORFMAN, Adolfo. *Evolución industrial argentina*. Buenos Aires: Losada, 1942.

ERLICH, A. El Debate sobre la Industrialización Soviética, 1924-1928. I. La posición de Preobrazhenski. *Fichas de investigación económica y social*, v. 2, p. 72–77, jul. 1964.

ERLICH, A. El Debate sobre la Industrialización Soviética, 1924-1928. *Fichas de investigación económica y social*, v. 5, p. 40–42, mar. 1965.

FERNANDES, R. *O desenvolvimento combinado na Argentina: Milcíades Peña e a questão nacional.* 2019. 474 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LENIN, V. I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. *Obras Escolhidas*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986b. v. 1. p. 575–671.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 1., 2ª ed.

MORENO, N. *Método de interpretación de la historia argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Fundación Pluma, 2008.

NOVACK, G. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.

PEÑA, M. *Características del desarrollo combinado*. Buenos Aires, [1963]. Localizado em: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CeDInCI), Fondo Milcíades Peña, AR ARCEDINCI ARCEDINCI FA_036-20.

PEÑA, M. Crecimiento (1935-1946) y Estancamiento (1947-1963) de la Producción Industrial Argentina. *Fichas de investigación económica y social*, v. 1, p. 5–23, abr. 1964a.

PEÑA, M. El imperialismo impede la industrialización de los paises atrasados. *Revista de La Liberación*, v. 2, p. 33–39, 1963.

PEÑA, M. El imperialismo y la industrialización. *Estrategia*, v. 2, p. 43–93, Diciembre 1957.

PEÑA, M. Energía, Mecanización e Ineficiencia en la Industria Argentina. *Fichas de investigación económica y social*, v. 1, p. 24–32, abr. 1964b.

PEÑA, M. *Historia del Pueblo Argentino*. 1. ed. Buenos Aires: Emecé, 2012.

PEÑA, M. *Industria, burguesía industrial y liberación nacional*.

Buenos Aires: Fichas, 1974.

PEÑA, M. Industrialización, Pseudoindustrialización y Desarrollo Combinado. *Fichas de investigación económica y social*, v. 1, p. 33–44, abr. 1964c.

PEÑA, M. *Industrialización y clases sociales en la Argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

PEÑA, M. Naturaleza de las Relaciones entre las Clases Dominantes Argentinas y las Metrópolis. *Fichas de investigación económica y social*, v. 4, p. 3–25, 40, Diciembre 1964d.

PEÑA, M. Significación del capital internacional en la industria argentina: El capital norteamericano. *Fichas de investigación económica y social*, v. 2, p. 58–71, jul. 1964e.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago: CEPAL, 2013. Disponível em: <http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>.

RAMOS, J. A. El marxismo y la cuestión nacional. *La lucha por un partido revolucionario*. Buenos Aires: Pampa y Cielo, 1964. p. 109–136.

SCHVARZER, J. Presentación. In: PEÑA, M. *Industria, Burguesía Industrial y Liberación Nacional*. Buenos Aires: Fichas, 1974. p. 7–10.

TARCUS, H. *El marxismo olvidado en la Argentina: Silvio Frondizi y Milcíades Peña*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996.

TROTSKY, L. *A revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005a.

TROTSKY, L. *Escritos Latinoamericanos*. 3ª ed. Buenos Aires: IPS, 2007a.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007b.

TROTSKY, L. *La teoría de la Revolución Permanente*. 2ª ed. Buenos Aires: CEIP, 2005b.

A influência de Leon Trótski sobre o dependentismo

Seiji Seron Miyakawa[1]

I.

Por "teoria da dependência", entende-se a produção de um conjunto de intelectuais latino-americanos a respeito do porquê de os países do subcontinente não terem se tornado economicamente desenvolvidos a despeito da industrialização resultante das políticas de substituição de importações, prescritas a tais países pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948. Segundo Beigel (2014), esses intelectuais convergiram para Santiago do Chile, cidade que se tornou o "laboratório" da teoria da dependência, por efeito dos golpes militares de 1964, no Brasil, e de 1966, na Argentina.

> Vistos como conjunto, os "dependentistas" foram uns trinta cientistas sociais, nascidos entre fins da década de 1920 e meados da de 1940. À exceção de Celso Furtado, a grande maioria tinha entre 27 e 37 anos; a metade era formada por economistas e a outra metade por sociólogos, advogados ou cientistas políticos. Tirando André Gunder Frank, Franz Hinkelammert e Armand Mattelart, os demais eram latino-americanos. Noventa por cento eram sul-americanos; a metade composta por brasileiros. (Beigel, 2014; p. 79)

---

[1]Bacharel em Ciências Econômicas – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O autor pesquisou assunto correlato sob orientação da profª. Drª. Mônica Landi, do Departamento de Economia da PUC-SP, e recebeu, para este fim, recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho de Ensino e Pesquisa (PIBIC-CEPE) da mesma Universidade. Todavia, o presente artigo não foi escrito no âmbito de tal pesquisa e expressa somente opiniões do próprio autor.

Ainda segundo Beigel, não há uma única teoria da dependência, ou um único "enfoque analítico" aceito pela totalidade ou pela ampla maioria desses intelectuais, que compartilham apenas de um mesmo problema teórico. No entanto, é comum aos dependentistas o rechaço: a) às teorias da modernização estadunidenses, que concebem o processo de desenvolvimento como uma sequência unilinear de etapas, idêntica em todos os países, e o subdesenvolvimento como uma destas etapas, previamente atravessada pelos países desenvolvidos; b) ao estruturalismo cepalino, que contrapõe os setores "modernos" e "arcaicos" das economias subdesenvolvidas, reputando estes setores como obstáculo à expansão daqueles; e c) à doutrina dos Partidos Comunistas (PCs), stalinistas, para a colonização da América Latina teve um caráter "feudal". Outros fatores geradores do dependentismo, além dos golpes militares supracitados, foram a Revolução Cubana e a profissionalização das ciências sociais latino-americanas (Silva e Costa, 2018).

Uma primeira leva de dependentistas formou-se entre os próprios cepalinos, principalmente, entre os quadros do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), afilhado à CEPAL. Este é o caso de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, co-autores do célebre *Dependência e desenvolvimento na América Latina* ([1969], 1975), assim como o de Osvaldo Sunkel, entre outros. Tanto na CEPAL quanto na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a sociologia de Max Weber tornou-se, por intermédio de José Medina Echevarría, uma importante referência teórica dos dependentistas. Além da CEPAL e da FLACSO, outros notáveis centros de produção do pensamento dependentista foram o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN), da Universidade Católica,

e o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), da Universidade do Chile (Beigel, op. cit.). Seja como for, as duas formulações mais célebres da teoria da dependência são a de Cardoso e Faletto, dita weberiana,[2] por um lado, e a da "corrente radical" da dependência, dita marxista, por outro. Pertenceram a esta segunda André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Orlando Caputo, Roberto Pizarro (Beigel, op cit.; Silva e Costa, op. cit.; Wasserman, 2017).[3]

Por negar a capacidade das burguesias locais de realizar as transformações necessárias ao desenvolvimento das economias latino-americanas, a teoria da dependência é costumeiramente associada à lei do desenvolvimento desigual e combinado e à teoria da revolução permanente de Leon Trótski. Tal associação é feita, por exemplo, por Ronald Chilcote (2012) e Guido Mantega. Para este último, a influência de Trótski sobre o dependentismo "radical" é comparável a dos economistas "neo-marxistas" Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff, fautores da prestigiada revista estadunidense *Monthly Review* (Silva e Costa, op. cit.). Tanto a teoria da revolução permanente quanto a lei do desenvolvimento desigual e combinado aparecem pela primeira vez em 1906, em *Balanços e Perspectivas*, mas é só em 1930

[2] A rotulação "weberiana" de Cardoso e Faletto é questionada por Franklin (2016).

[3]"Em setembro de 1973, o golpe de Estado desmantelou os centros interdisciplinares criados no Chile, forçando muitos acadêmicos ao exílio. A análise do subdesenvolvimento e da mudança social, que tinha sido a prioridade para os cientistas sociais latino-americanos radicados em Santiago, foi substituída paulatinamente pela preocupação em torno da democracia. Por volta de 1990, a 'teoria da dependência' era considerada no âmbito acadêmico como uma perspectiva *demodée*, envelhecida pela globalização, além de ineficaz para explicar a 'desaparição' das fronteiras nacionais. Esta reação contra o dependentismo foi registrada, paradoxalmente, quando a dependência econômica e política dos países latino-americanos foi reforçada, graças ao impacto da dívida externa e ao Consenso do Washington." (Beigel, 2014; p. 85)

que esta lei será exposta de maneira mais acabada por Trótski, no primeiro capítulo de *A história da Revolução Russa*, intitulado "Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia" (Löwy, 1998; Demier, 2007; Trotsky, 2017).[4] Escreve Trótski:

> Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.
>
> A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. (Trotsky, 2017; p. 33-4)

[4] A expressão "revolução permanente" foi usada pela primeira vez por Marx e Engels, na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* ([1850]).

E, logo adiante, conclui:

> As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (idem; p. 34)[5]

Ademais, tal lei é a premissa da teoria da revolução permanente. Na introdução de *A revolução permanente*, Trótski distingue três aspectos desta teoria, quais sejam: *i*) a transformação da revolução democrática em socialista por força da incapacidade das burguesias dos países atrasados de realizarem tarefas democráticas, como a reforma agrária; *ii*) o caráter permanente da revolução em si, ou a transformação contínua da sociedade pós-revolucionária, em variados âmbitos, inclusive, os da cultura, da família, dos hábitos, costumes, etc.; e *iii*) o caráter internacional da revolução socialista e a consequente impossibilidade da construção do socialismo em um só país (Trotsky, 2010).

[5] Segundo Demier (2007), é de Lênin a lei do desenvolvimento desigual, da qual Trótski infere a dimensão propriamente *combinada* dos processos de desenvolvimento capitalista retardatário que essa desigualdade dos ritmos do desenvolvimento de cada localidade acarreta.

II.

De fato, há um artigo de Theotônio dos Santos que se refere explicitamente à lei do desenvolvimento desigual e combinado, embora seja omitida qualquer menção a Trótski:[6]

> Ao analisar o processo de constituição de uma economia mundial que integra as assim chamadas "economias nacionais" em um mercado mundial de mercadorias, capital, e até de força de trabalho, nos vemos que as relações produzidas por este mercado são desiguais e combinadas – desiguais porque o desenvolvimento de partes do sistema ocorre à expensa de outras partes. As relações de troca são baseadas no controle monopolístico do mercado, que leva à transferência de excedentes gerados nos países dependentes para os países dominantes, baseados em empréstimos e na exportação de capitais, que lhes permite receber juros e lucros; assim, aumentando seus excedentes domésticos e reforçando seu controle sobre as economias de outros países. Para os países dependentes, estas relações representam uma exportação de lucros e juros que carregam para fora parte do excedente gerado domesticamente e levam a uma perda de controle sobre seus recursos domésticos. A fim de permitir essas relações desvantajosas, os países dependentes precisam gerar grandes excedentes de modo a criar não níveis mais altos de tecnologia, mas sim mão de obra superexplorada. O resultado é a limitação do desenvolvimento de seus mercados internos e de suas capacidades técnicas e culturais, assim como da saúde moral e física de seus povos. Nós chamamos isso de desenvolvimento combinado porque é a combinação destas dessas desigualdades e a transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes para os mais avançados e dominantes que explica a desigualdade, aprofunda-a e a transforma em um elemento necessário e estrutural da economia mundial. (dos Santos, 1970; p.

[6] Dos Santos rejeitava as asserções de afinidade entre suas ideias e as de Trótski (Chilcote, 2012).

231 – tradução nossa)

Percebe-se que os dependentistas também confluem com Trótski na compreensão da economia mundial como uma totalidade.

> Ao ligar países e continentes em distintos estágios de desenvolvimento em um sistema de dependências e contradições, aproximando seus níveis de desenvolvimento e imediatamente os afastando, contrastando os países de modo irreconciliável, a economia mundial se tornou uma poderosa realidade que domina a economia dos diversos países e continentes. (Trótski, 2020; p. 135)

Em outras palavras, a economia mundial é considerada pelo marxismo

> [...] não como simples soma de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. (Trotsky, 2010; p. 135)

Em *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, lê-se que

> [...] a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentarem graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. (Cardoso e Faletto, 1975; p. 25-6)

Já a seguinte passagem encontra-se em *O capitalismo dependente latino-americano*:

> o "atraso" dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo *a condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (Bambirra, 2013; p. 44 – ênfases no original)

A dependência é definida por dos Santos e por Vânia Bambirra (op. cit.) como uma situação *condicionante*, que estabelece não só os limites, mas também as possibilidades do desenvolvimento capitalista periférico. A natureza condicionante da situação de dependência implica que a economia mundial é determinante "em última instância".

> Visando a esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX, os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República ou o Império, como no caso do Brasil –, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência. (Bambirra, 2013; p. 41)

Em *O capitalismo dependente...*, Bambirra elabora uma nova tipologia dos países do subcontinente e critica tipologias precedentes, em especial, a de Cardoso e Faletto. A despeito de tais críticas, as análises de uma e outros acerca do desenvolvimento capitalista da América Latina são, no mínimo, similares. Embora haja discrepâncias na classificação de alguns países específicos, as economias que Bambirra denomina de "tipo A" ou "tipo B" correspondem, grosso modo, àquelas que são, para Cardoso e Faletto, economias nacionais e economias

de enclave, respectivamente. O critério da tipificação é o controle nacional ou estrangeiro do setor exportador da economia do país, quando este se torna politicamente independente de sua antiga metrópole. Por empregar mão de obra assalariada, este setor amplia o mercado interno à medida que cresce, estimulando o crescimento da indústria leve, e também de serviços como transporte, comunicações, etc., e gerando uma diversificação, ainda que parcial, da estrutura produtiva do país.

Contudo, a ampliação do mercado interno só acontece onde o "moderno" setor exportador é controlado nacionalmente. Nas economias de enclave, o controle estrangeiro do setor exportador provoca a transferência de tais estímulos, no todo ou em parte, para fora do país, de modo que estas economias se tornam meros prolongamentos das economias centrais. Logo, a maior parte da América Latina irá se industrializar somente após a Segunda Guerra Mundial, à qual se segue o processo de "integração monopólica mundial", segundo Bambirra, ou de "internacionalização do mercado interno", segundo Cardoso e Faletto, trivializando o investimento direto de capitais dos países centrais na indústria dos países periféricos, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando estes capitais eram investidos indiretamente e em atividades relacionadas, via de regra, à exportação de matérias-primas e alimentos para os próprios países centrais e à construção da infraestrutura necessária ao escoamento destes produtos.

Em contrapartida, a pré-existência de um mercado interno incipiente e a disponibilidade de divisas permitiram a alguns países latino-americanos, como Brasil, Argentina e México, diversificarem ainda mais a sua estrutura produtiva em ocasiões como a da Primeira Guerra Mundial e, em particular, a da crise de 1929 e da subsequente depressão econômica global dos anos 1930. Consequentemente, tais países

puderam internalizar até mesmo parte da produção de bens de capital ao longo das décadas posteriores. Entretanto, o processo de desenvolvimento capitalista destes países não acarretou nenhuma "revolução burguesa", especialmente, no sentido de uma redistribuição radical da propriedade da terra, pois o prosseguimento da industrialização destes países dependia da importação de bens de capital que não podiam ser adquiridos nacionalmente e, por conseguinte, da capacidade do setor primário-exportador de arrecadar divisas. O intuito dos "populismos" latino-americanos era, portanto, tentar acomodar os interesses mutuamente contraditórios das várias frações da burguesia, das oligarquias rurais, das classes médias urbanas e, inclusive, do proletariado industrial e das massas trabalhadoras e oprimidas.

Assim, *Dependência e desenvolvimento...* e *O capitalismo dependente...* assemelham-se, ambos, às teses da Liga Comunista Internacionalista, a seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional, acerca da formação econômico-social do país. Em maio de 1933, a I Conferência Nacional da Liga aprovou o *Projeto de teses sobre a situação nacional*, baseado no *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de Mario Pedrosa e Livio Xavier (Abramo e Karepovs, 2015). Os dois documentos ressaltam que a burguesia brasileira nasceu no campo, e não na cidade, e que o Brasil não conheceu a figura do colono livre. A abundância de terras era o "câncer anticapitalista" do Novo Mundo, onde foi preciso usar de meios "artificiais" para sujeitar o produtor direto aos proprietários dos meios de produção, a saber, a escravidão e a apropriação das terras pelo Estado a fim de transformá-las em propriedade privada, de modo a encarecê-las, evitando que trabalhadores se transformassem em pequenos proprietários por meio da aquisição de um lote de terra.

> No Brasil, a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravagista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de "uma simples troca de forma". (Pedrosa e Xavier, 2015; p. 63)

A comutação da escravidão pelo salariato decorreu também da necessidade de mercados para absorver a produção manufatureira da Inglaterra, que ainda era credora das ex-colônias ibero-americanas. "Os novos Estados [...] ligaram-se pela dupla corrente da importação de mercadorias e de capitais ao mercado mundial." (LCI, 2015; p. 131) A cafeicultura brasileira foi organizada de maneira tipicamente capitalista, e foi esta a atividade que engendrou "todas as formas de desenvolvimento capitalista, na escala nacional: crédito, dívida pública, sistema hipotecário, comércio importador, rede ferroviária, desenvolvimento urbano etc." (idem; p. 132) A hegemonia da burguesia cafeicultora paulista consolidou-se sob o regime republicano, que precisou assumir, contudo, uma forma federativa por causa da extensão territorial do país e das desigualdades regionais que tal extensão implica, tornando necessário conciliar os distintos interesses das oligarquias locais. Ademais, a expansão das indústrias e a crescente penetração do capital imperialista tornavam imperiosa a ampliação do mercado interno e a centralização do poder político para este fim,[7] mas faziam aumentar, concomitantemente, as desigualdades regionais, de modo

[7] A dívida pública e os déficits da balança de pagamentos, que elevavam tal dívida, tendiam a comprimir o mercado interno na medida em que os impostos eram majorados para servir a dívida. Assim, o imperialismo não podia prescindir de alguma expansão do mercado interno brasileiro, mas, contraditoriamente, o próprio imperialismo obstaculizava esta expansão. A majoração dos tributos, no entanto, açodava a instauração de uma divisão de classes propriamente capitalista no campo, o que

que o poder central era objeto de uma disputa cada vez mais acirrada entre as oligarquias.[8]

Silva e Costa (op. cit.) frisam ainda a convergência entre as análises dos dependentistas a respeito do "populismo" e o que constatara Trótski um ano antes de ser assassinado, a mando de Stálin, no México, país que foi, como se sabe, o último a conceder asilo político a Trótski, sob o governo de Lázaro Cárdenas.

> Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado *nacional*. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. (Trotsky, 2009; p. 139 – ênfases no original)

III.

---

favorecia a ampliação do mercado interno (Pedrosa e Xavier, 2015).

[8] Embora Caio Prado Jr. seja conhecido como o principal responsável pela impugnação das teses stalinistas acerca do suposto "passado feudal" do Brasil, foi a LCI que refutou estas teses pela primeira vez de fato. A correspondência entre o renomado historiador pecebista e Lívio Xavier (Prado Jr., 1933) é prova de que aquele conhecia as análises trotskistas a respeito da formação econômico-social do país e dissimulou a importância deste contato com os trotskistas para sua própria produção intelectual. Sobre esta relação entre Caio Prado e o trotskismo brasileiro, cf. Matos e Urbano ([2007]).

Tanto Bambirra (op. cit.) quanto Cardoso e Faletto (op. cit.) atribuem o golpe de 1964 à incapacidade do "populismo" de continuar acomodando, e arbirtrando sobre, um conjunto de interesses sociais cada vez mais divergentes. Segundo Demier (op. cit.), o golpe provocou uma radicalização da intelectualidade brasileira. Parte desta irá, então, apropriar-se de alguns aspectos do pensamento de Trótski, seja de maneira aberta ou, mais comumente, velada, no afã de demonstrar que, em alguma medida, o golpe fora consequência dos equívocos teórico-políticos da CEPAL, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que preceituavam, cada uma à sua maneira, o apoio do proletariado à burguesia "nacional" contra o "imperialismo", entendido como um entrave "externo" ao desenvolvimento capitalista do país. Entre esses intelectuais, Demier situa Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Chico de Oliveira, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Boris Fausto, além de personalidades de ambas as correntes dependentistas mais insignes.

> Segundo Ernst [sic] Mandel, a idéia [sic] do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial é – com a exceção da concepção de Marx sobre a determinação econômica da luta de classes – a tese marxista mais amplamente assimilada desde há meio século, mesmo que raramente seja feita referência ao seu autor. Esta influência – direta ou difusa – exerceu-se particularmente no domínio da economia política, mas também, de forma mais limitada, em outras ciências sociais, como a história, a sociologia ou a antropologia. (Löwy, 1998; p. 79)

Um dos debates em que a lei do desenvolvimento desigual e combinado se tornou mais relevante diz respeito à natureza feudal ou capitalista da colonização latino-americana, debate este que aproxima tanto quanto afasta os dependentistas de Trótski. Assim como este,

aqueles rejeitam a existência de uma suposta etapa "nacional", "democrática" ou "anti-feudal" da revolução, a ser encabeçada pelas burguesias "nacionais" latino-americanas, a fim de que um longo processo de desenvolvimento capitalista, de duração indeterminada, preparasse a região para a revolução socialista. No entanto, os dependentistas tendem a unilateralizar a definição do caráter capitalista das economias coloniais, enquanto os partidários de Trótski ressaltam a *combinação*, ou o amálgama, de elementos semi-feudais, escravistas e capitalistas, sob a predominância destes últimos. Dentre os dependentistas, André Gunder Frank foi quem mais enfatizou essa natureza *exclusivamente* capitalista das colônias. (Demier, op. cit.; Lowy, op. cit.) Todavia, Mantega alega que as teorias de Gunder Frank e Ruy Mauro Marini são "variantes" do desenvolvimento desigual e combinado e desdobram-se da tese de Trótski de que as forças produtivas da humanidade pararam de crescer (Chilcote, op. cit.).

De fato, Marini e a "corrente radical" da dependência como um todo foi recorrentemente tachada de catastrofista, estagnacionista, ou de proponente da "inviabilidade" do capitalismo periférico (Katz, 2020; Silva e Costa, op. cit.; Wasserman, op. cit.). Entretanto, nenhuma acusação semelhante pode ser imputada a Trótski, quer os dependentistas sejam, de fato, culpados de tais acusações, quer não. Trótski (2020), aliás, insistia que o capitalismo tende tanto a diminuir, a nivelar, as desigualdades entre as economias nacionais quanto a aumentar tais desigualdades. É verdade que, em *O programa de transição* (PdT), Trótski afirma que as forças produtivas da humanidade pararam de crescer (Trotsky, 2008). Porém, esta afirmação não deve ser interpretada de maneira dogmática, livresca. O sentido da estagnação das forças produtivas era bastante literal na década de 1930, quando foi escrito

o PdT. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um desenvolvimento "parcial" e excepcional das forças produtivas,[9] engendrado pela própria destruição inaudita de forças produtivas que o conflito provocou, e propiciado pelos pactos, celebrados em Yalta e Potsdam, entre o imperialismo e o stalinismo, cuja traição aos processos revolucionários que ocorreram imediatamente após o fim da conflagração, em países como França, Itália e Grécia, foi crucial para o reestabelecimento do equilíbrio capitalista (Albamonte e Castillo, 2008).[10] Mas o essencial do PdT não é aquela afirmação, e sim o fato de que as premissas objetivas da revolução proletária amadureceram *mundialmente*, tornando errônea a contraposição entre países "maduros" e "não-maduros" para a revolução socialista feita pela Internacional Comunista (IC) stalinizada (Trotsky, 2008, 2010). Assim como Lênin (Lenin, 2012), Trótski

[9] Este desenvolvimento das forças produtivas estende-se até os primeiros anos da década de 1970 e é descrito como "parcial" por Albamonte e Castillo (2008) por não contrariar a caracterização de Lenin (2012) do imperialismo como o "estágio superior do capitalismo", isto é, como um estágio de "parasitismo" e "decomposição" do capitalismo. Esta caracterização não implica ausência de crescimento econômico, de avanços tecnológicos ou de elevação da produtividade, e se relaciona diretamente a uma famosa passagem do prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* (Marx, 2008) segundo a qual épocas revolucionárias sobrevêm quando as relações sociais de produção sob as quais se desenvolviam as forças produtivas da humanidade tornam-se limitadoras deste desenvolvimento.

[10] "O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz este equilíbrio, o rompe, restaura-o novamente para rompê-lo de novo, simultaneamente estendendo os limites de sua dominação. Na esfera econômica esses constantes rompimentos e restaurações do equilíbrio tomam a forma de crises e booms. Na esfera das relações inter-classes, o rompimento do equilíbrio assume a forma de greves, locautes, luta revolucionária. Na esfera das relações inter-Estados, o rompimento do equilíbrio significa a guerra ou – em forma menos intensa – guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios. O capitalismo assim assume um equilíbrio dinâmico, no qual sempre se está no processo de ruptura ou restauração. Mas ao mesmo tempo esse equilíbrio tem um grande poder de resistência, cuja maior prova disso é o fato de que o mundo capitalista não foi derrubado até hoje." (Trotsky, 2008; p. 9-10)

(2020) não negava que certos países ou ramos econômicos continuariam crescendo e, inclusive, poderiam crescer mais aceleradamente do que antes. No entanto, tais ramos e países se desenvolveriam de maneira cada vez mais espasmódica e desigual, uns em detrimento dos outros.

Mais convincente é a argumentação de João Manoel Cardoso de Mello (1982) de que o dependentismo "radical" representa apenas uma radicalização da problemática cepalina. Embora Cardoso de Mello só se refira nominalmente a Gunder Frank, é flagrante a estreita relação que existe entre as categorias da *Dialética da dependência* (Marini, 2011), como a troca desigual, a superexploração e a cisão do ciclo do capital, por um lado, e as principais constatações dos economistas desenvolvimentistas, sobretudo, mas não exclusivamente, os da CEPAL, como a deterioração dos termos de troca, os efeitos do "excesso" de oferta de mão de obra e do uso de tecnologias poupadoras de trabalho sobre os níveis de emprego e de salário das economias subdesenvolvidas, a heterogeneidade das estruturas produtivas destas economias, resultante de uma difusão intersetorialmente desigual do progresso técnico, além dos efeitos do consumo de luxo sobre o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, etc., por outro. Em grande medida, *Dialética...* é uma tentativa de elucidar estes mesmos fenômenos por meio da teoria do valor de Marx.[11]

Segundo Chilcote (op. cit.), é comum os intelectuais latino-a-

[11] É óbvio que a concordância com a argumentação de Cardoso de Mello acerca do dependentismo legatário da fórmula do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" de Gunder Frank não implica uma aceitação indiscriminada das conclusões de Cardoso de Mello, muito menos uma consideração das análises deste a respeito do desenvolvimento capitalista latino-americano, em geral, e brasileiro, em particular, como superadoras de, ou dotadas de maior grau de acerto que, as dos dependentistas "radiciais". A reformulação de temas tradicionais da economia do desenvolvimento

mericanos que se aproximam do entendimento de Trótski acerca do desenvolvimento desigual e combinado terem pouca familiaridade com o pensamento do próprio Trótski. Este seria o caso de ninguém menos que Raul Prebisch, o "pai fundador" do estruturalismo cepalino. Cardoso de Mello (op. cit.) nota que o desenvolvimento desigual encontra-se no cerne de uma das fontes seminais do pensamento cepalino, o *Estudio económico de América Latina*, ou *Economic survey of Latin America*, de 1949. Evidentemente, o que a CEPAL chama de "desenvolvimento desigual" é a difusão internacionalmente desigual das técnicas de produção modernas, e não das *relações sociais* de produção capitalistas, que se imbricam com as relações de produção pré-capitalistas existentes na periferia, resultando em uma complementariedade, ao invés de uma oposição, entre o "arcaico" e o "moderno", como assinala Trótski. Ainda assim, aspectos da lei do desenvolvimento desigual e combinado que constam do primeiro capítulo de *A história...*, como o "privilégio" do atraso e o caráter contraditório do processo de assimilação das conquistas dos países adiantados pelos atrasados, são perceptíveis no *Estudio...*:

> Nos países desenvolvidos, a técnica produtiva exige um alto grau de capital por homem; mas o desenvolvimento paulatino da produtividade, devido precisamente a tais técnicas, permitiu a estes países possuir uma renda "per capita", mediante a qual realizam a poupança necessária para formar o capital requerido. Ao contrário, na maior parte dos países latino-americanos a poupança é

---

por Marini é identificada também por Katz (2020). Silva e Costa (2018), por sua vez, glosam que as duas vertentes do dependentismo, a "marxista" e a "weberiana", mantêm-se igualmente atreladas ao cepalinismo. Ainda sobre a afinidade de Marini com o pensamento desenvolvimentista clássico, cf. Miyakawa ([2021a], [2021b], [2021c]). Uma síntese razoavelmente inteligível deste pensamento encontra-se em Cardoso (2018). cf. também a crítica de Shaikh (1979, 1980) à categoria de troca desigual.

> escassa, dado o baixo nível de renda. Quando os que hoje são os grandes centros industriais estavam em situação comparável à que apresentam agora os países periféricos e sua renda era relativamente pequena, a técnica produtiva exigira também um capital, por homem, relativamente pequeno. Se refletirmos bem, a poupança não é grande ou pequena em si mesma, senão em relação à densidade de capital resultante do progresso técnico. Neste sentido, a poupança da América Latina é, em geral, muito escassa em relação à técnica moderna [...] Em consequência, os países que empreenderam recentemente seu desenvolvimento industrial desfrutam, por um lado, a vantagem de encontrar nos grandes centros uma técnica que lhes custou muito tempo e sacrifício; mas tropeçam, em troca, em todas as desvantagens inerentes ao fato de seguir tardiamente a evolução dos acontecimentos (CEPAL *apud* Cardoso de Mello, op. cit.; p. 17-8 – elipse no original)

IV.

Mantega reconhece ainda as influências de Nikolai Bukhárin e Rosa Luxemburgo, além das de Trótski e dos "neo-marxistas", sobre a "corrente radical" da dependência (Chilcote, op. cit.). Mas não são poucas as divergências entre as várias referências do dependentismo "radical" elencadas por Mantega, às quais seria preciso acrescentar o próprio desenvolvimentismo cepalino, ao qual se opunha a teoria da dependência. É questionável, portanto, a importância atribuída usualmente a Trótski para os "radicais". Por exemplo, a semelhança entre a teoria do subimperialismo de Marini e a do imperialismo de Luxemburgo é admitida tanto por simpatizantes quanto por críticos daquela teoria. (Katz; op. cit.; Silva, 2019). Para Luxemburgo, a demanda "endógena" de uma economia capitalista "pura", em que só há capi-

talistas e trabalhadores assalariados, seria insuficiente para absorver a totalidade do produto desta mesma economia. Logo, a acumulação do capital seria possível apenas se houver fontes de demanda "exógenas", isto é, regiões onde o modo de produção capitalista ainda não se desenvolveu e para as quais pudessem ser exportados, então, aqueles bens de consumo que não fossem adquiridos nem pelos capitalistas, nem pelos assalariados. O imperialismo objetivaria a conquista destes mercados externos, cujo esgotamento comprometeria severamente a acumulação capitalista.

O subimperialismo, por sua vez, seria uma consequência da superexploração, ou seja, do pagamento de salários menores que o valor da força de trabalho, que é a maneira como os capitais das economias dependentes se ressarcem das perdas ocasionadas pelas trocas desiguais. Um país dependente que logra uma industrialização significativa precisará, portanto, adotar uma política agressiva de exportação de bens industrializados para outros países dependentes, comparativamente menos industrializados; caso contrário, a industrialização daquele primeiro país poderá regredir em razão da insuficiência de demanda doméstica que a superexploração acarreta (Marini, 2021; Bambirra, op. cit.). Em ambas as teorias, as exportações são a solução *deus ex machina* dos problemas de subconsumo de que padeceria o capitalismo, quer central, quer periférico (Silva, op. cit.). Tudo isso é simplesmente alheio a Trótski!

Ainda segundo Mantega, subjaz a teoria "radical" da dependência a ideia de que a sobrevivência do capitalismo mundial dependeria fundamentalmente da extração de excedentes das economias periféricas, já que as forças produtivas estancaram. Esta ideia se originaria daquilo que Mantega alega haver de comum entre Luxemburgo e Tró-

tski. Para estes, as nações periféricas teriam uma suposta capacidade "estratégica" de provocar o colapso do imperialismo ao deterem, por meio da revolução socialista, a extração de tais excedentes (Chilcote, op. cit.; Silva e Costa, op. cit.). Os juízos de Mantega a respeito do dependentismo "radical" baseiam-se, por conseguinte, em uma vulgarização da teoria da revolução permanente, em uma incompreensão do caráter de "grande estratégia" desta teoria, que enfatiza os nexos entre: a revolução socialista, na esfera internacional; as lutas democráticas e de libertação dos povos oprimidos; e as revoluções políticas, em países onde a transição ao socialismo foi interrompida pelo stalinismo, isto é, pela burocratização do Estado operário. Estes três processos são partes constitutivas de uma totalidade: a luta de classes internacional, cujo desenvolvimento é também desigual e combinado.[12]

Marini, Bambirra e dos Santos foram membros da Organização Marxista Revolucionária – Política Operária, mais conhecida como Polop, e Marini foi ainda dirigente do *Movimiento de Izquerda Revolucionária* (MIR) chileno. Indivíduos e grupos afins ao trotskismo participaram da fundação de ambas as organizações, de composição social predominantemente juvenil e pequeno-burguesa e orientação estratégica guerrilheira, inspirada na Revolução Cubana. Chamadas de "nova esquerda" latino-americana, estas e outras organizações militantes do subcontinente pleiteavam-se como alternativa não só ao stalinismo, mas também ao trotskismo (Silva e Costa, op. cit.). Em entrevista a Chilcote (op. cit.), Marini afirma que traduziu textos de Trótski e que a influência deste sobre a Polop é evidente, mas não preponderante. Para a Organização, foi muito maior a importância teóri-

[12] Acerca da teoria da revolução permanente como "grande estratégia", cf. o capítulo 7 de Albamonte e Maiello (2017).

ca, programática e estratégica de August Thalheimer, dirigente alemão da "oposição de direita", encabeçada por Nikolai Bukhárin, Aleksei Rikov e Mikhail Tomski. Um dos fundadores da Polop, Erich Sachs, foi companheiro de militância de Thalheimer. Os dois discordavam fortemente de Trótski, sobretudo, em relação à natureza termidoriana, contrarrevolucionária, do stalinismo (Meyer, s/d; Sagra, 2010; Silva e Costa, op. cit.; Trotsky, [1929]).

Luiz Alberto Moniz Bandeira, que foi membro do Comitê Central da Polop e editor da revista teórica da organização, redigiu o manifesto intitulado *O caminho da revolução brasileira*, em que se lê:

> A lei do desenvolvimento desigual, como base de uma outra, a do desenvolvimento combinado, é que condiciona o sentido socialista da revolução brasileira. Se bem que o ponto mais explosivo, do ângulo imediato da revolução, seja o campo, sejam as regiões em que predominam formas arcaicas e relações semi-feudais e pré-capitalistas de produção, não se pode perder de vista o conjunto da economia brasileira, marcado pelo progresso industrial. [...] A revolução nos países atrasados ou pré-desenvolvidos como o Brasil, uma vez desencadeada, tende a prosseguir ininterruptamente, passando das tarefas democrático-burguesas às medidas de caráter socialista, e só termina com a liquidação completa da sociedade dividida em classes e com o advento da nova ordem, tanto no plano nacional quanto no plano internacional. Esse caráter da revolução no Brasil deriva não só do atual estágio de sua evolução histórica, como, também, do fato de ser a economia mundial um todo, uma realidade superior, viva, potente, e não um amálgama de partículas nacionais, o que possibilita aos países atrasados queimar etapas e atingir, em curto prazo, os graus de civilização mais altos da civilização. [sic] (Moniz Bandeira *apud* Matos e Urbano, [2007]; s/p – elipse no original)

Esta clareza não impediu que a prática política da Polop fosse, contudo, de adaptação às alas esquerdas do nacionalismo burguês e

do stalinismo (Matos e Urbano, [2007]). Já o MIR, sob a direção de Miguel Enríquez, expulsou de suas fileiras os trotskistas, como Luis Vitale, Enrique Sepúlveda e Humberto Valenzuela, ex-integrantes do Partido Operário Revolucionário (POR), dissolvido no processo de conformação dessa organização da "nova esquerda" chilena. Na contramão da teoria da revolução permanente, o MIR considerava o "povo" em si como sujeito social da revolução, ao invés do proletariado, ou seja, da *classe* que teria de hegemonizar o conjunto das massas trabalhadoras e oprimidas da nação a fim de conquistar o poder político. Ademais, a finalidade político-estratégica da principal consigna mirista, "poder popular", não era transferir o poder de Estado para os cordões industriais, organismos análogos aos sovietes, os emblemáticos conselhos operários da Revolução Russa, e sim pressionar Allende a romper com as classes dominantes e com o imperialismo (Silva e Costa, op. cit.). Como nota Puelma ([2019]), esta política de pressão sobre o governo Allende era justificada teoricamente por meio de uma distorção da tática do "governo operário", sistematizada pelo IV Congresso da IC.

Em suma, a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente exerceram grande influência sobre o pensamento social latino-americano, e a teoria da dependência é uma das vertentes deste pensamento na qual tal influência é mais perceptível. Assim como Trótski, os dependentistas rejeitaram a tese de que o desenvolvimento capitalista da América Latina iria percorrer as mesmas etapas ou ser, de uma forma ou de outra, semelhante ao dos países centrais, inclusive, no que concerne ao suposto papel das burguesias locais de extirpar, por meio de uma revolução de caráter nacional-democrático, os resquícios da colonização, que obstaculizariam o desen-

volvimento capitalista da região. Porém, a coincidência dos dependentistas com tais aspectos do pensamento de Trótski não significou uma adesão, ou mesmo uma aproximação, das conclusões político-programáticas de tal pensamento, nem sequer no caso da "corrente radical" da dependência, cuja produção teórica alvitrou, em maior ou menor medida, a prática política de organizações da "nova esquerda", como a Polop e o MIR (Silva e Costa, op. cit.). Mantega e Chilcote interpretam erroneamente as teses de Trótski e, por conseguinte, exageram o nível de identidade entre estas e as dos dependentistas "radicais".

Referências:

ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (orgs). **Na contracorrente da história:** *documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

ALBAMONTE, Emilio; CASTILLO, Christian. *Seminário* A 70 anos do Programa de Transição. In: TROTSKY, León. **O programa de transição:** *documentos da IV Internacional*. São Paulo: Iskra, 2008; 85-101.

ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matías. **Estratégia socialista e arte militar**. São Paulo: Iskra, 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BEIGEL, Fernanda. **"A teoria da dependência em seu laboratório"**. *Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 72-89, dez 2014.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí: Paco, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** *ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio:** *contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHILCOTE, Ronald H. **"Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento"**. *Crítica Marxista*, n. 34, p. 87-110, 2012.

DEMIER, Felipe. **"A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira"**. *Outubro*, n. 16, p. 74-107, 2º sem 2007.

FRANKLIN, Rodrigo Strasseli Pinto. **"Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?"**. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, p. 189-219, 2016.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência:** *50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** *ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA (LCI). *Projeto de teses sobre a situação nacional*. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (orgs). **Na contracorrente da história:** *documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015; p. 123-142.

LÖWY, Michael. **"A teoria do desenvolvimento desigual e combinado"**. *Outubro*, n. 1, p. 73-80, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI,

Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini:** *vida e obra*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-172.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **"Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas"**. [1850] Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000064.pdf>. Acesso: jul 2021.

MATOS, Daniel; URBANO, Edison. **"O processo revolucionário que culmina no golpe de 1964 e as bases para a construção de um partido revolucionário no Brasil"**. [2007] Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-processo-revolucionario-que-culmina-no-golpe-de-64-e-as-bases-para-a-construcao-de-um-partido>. Acesso: jul 2021.

MEYER, Victor. **"Érico Sachs – nota biográfica"**. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>. Acesso: mai 2022.

MIYAKAWA, Seiji Seron. **"Crítica às categorias de Ruy Mauro Marini (Parte 1)"**. [2021a] Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Critica-as-categorias-de-Ruy-Mauro-Marini-Parte-1>. Acesso: jul 2021.

MIYAKAWA, Seiji Seron. **"Crítica às categorias de Ruy Mauro Marini (Parte 2)"**. [2021b] Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Critica-as-categorias-de-Ruy-Mauro-Marini-Parte-2>. Acesso: jul 2021.

MIYAKAWA, Seiji Seron. **"Crítica às categorias de Ruy Mauro Marini (Parte 3 – final)"**. [2021c] Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Critica-as-categorias-de-Ruy-Mauro-Marini--Parte-3-final>. Acesso em: jul 2021.

PEDROSA, Mario; XAVIER, Livio. *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (orgs). **Na contracorrente da história:** *documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015; p. 62-74.

PRADO Jr., Caio. Correspondência. Destinatário: Lívio Xavier. São Paulo, 20 de setembro de 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/junior/1933/09/20.pdf>. Acesso: abr 2022.

PUELMA, Fabián. **"El MIR y el Gobierno de Allende: apuntes para un balance estratégico"**. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/El-MIR-y-el-gobierno-de-Allende-apuntes-para-un-balance-estrategico-138738>. Acesso: jul 2021.

SAGRA, Alicia. **A Internacional:** *um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann, 2010.

SHAIKH, Awnar. **"Foreign Trade and the Law of Value: Part I"**. *Science & Society*, v. 43, n. 3, p. 281-302, outono (boreal) de 1979.

SHAIKH, Awnar. **"Foreign Trade and the Law of Value: Part II"**. *Science & Society*, v. 44, n. 1, p. 27-57, primavera (boreal) de 1980.

SILVA, Luiz Fernando da; COSTA, Gisele Cardoso. **Teoria da dependência e América Latina:** *análise crítica na perspectiva da revolução permanente.* São Paulo: Sundermann, 2018.

SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros da. **"Subimperialismo brasileiro? Subimperialismo sul-africano? O retrospecto do comércio externo automotivo contra a hipótese de Ruy Mauro Marini"**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 53, p. 28-53, mai-ago 2019.

dos SANTOS, Theotônio. **"The Structure of Dependence"**. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, mai 1970.

TRÓTSKI, Leon. **Stálin, o grande organizador de derrotas:** *a Terceira Internacional depois de Lênin*. São Paulo: Iskra, 2020.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa:** *vol. 1 – A queda do tsarismo*. Brasília: Senado Federal, 2017.

TROTSKY, Leon. *A indústria nacionalizada e a administração operária*. In: **Escritos Latino-Americanos**. São Paulo: Iskra/Buenos Aires: Centro de Estudios, Publicaciones y Investigaciones (CEIP) Leon Trotsky, 2009; p. 139-142.

TROTSKY, Leon. *A situação nacional*. In: **O imperialismo e a crise da economia mundial:** *textos sobre a crise de 1929*. São Paulo: Sundermann, 2008; p. 9-62.

TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.

TROTSKY, Leon. **"Once Again: On Brandler and Thalheimer"**. [1929] Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1929/06/brandthal-alt.htm>. Acesso: mai 2022.

TROTSKY, León. **O programa de transição:** *documentos da IV Internacional*. São Paulo: Iskra, 2008.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência:** *do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

PARTE III

QUESTÕES DE ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA E A REVOLUÇÃO PERMANENTE

"O conselho de deputados trabalhadores (operários) e a revolução", por Leon Trotsky

Jean Paulo Pereira de Menezes[1]

Apresentação

A tradução que apresentamos aqui foi objeto de nossa comunicação em simpósio temático no evento "Trótski em permanência" em 2021. O texto de Trotsky que socializamos aos camaradas é uma publicação que trata da importância dos conselhos de trabalhadores e seu papel na organização da classe. Não é fruto de uma imaginação ou inventividade, mas a constatação do que existia no mundo objetivo, concreto e real. Após o massacre de 1905, o Domingo Sangrento, na cidade de São Petersburgo, a classe trabalhadora russa desenvolve uma arma poderosa de organização e luta contra o czarismo. Esta arma tornou-se uma ferramenta fundamental como método de organização do futuro Partido Bolchevique e ainda hoje é reivindicada como forma de organização dos trabalhadores na luta contra a burguesia: os *Soviets*. Em português: conselhos. Uma forma de organização de vanguarda que foi responsável por criar um ensaio de organização de duplo poder na Rússia czarista e que marca o início, na longa duração, da maior Revolução Socialista até hoje: a Revolução Russa de 1917.

O texto está originalmente dividido em VI partes. Foi escrito em 1906, sob o título "Conselho e Revolução: cinquenta dias" (em

[1] Ex-operário metalúrgico, professor de História, militante no Comitê de Enlace e pesquisador PNPD/CAPES/UEMS. Contato: fafica_95@yahoo.com.br

russo: *Sovet i revolyutsiya: Pyatdesyat dnei*), não foi possível o acesso ao texto original. Sua edição foi publicada inicialmente em alemão (TROTZKI, 2022a), no *Neue Zeit* (Novo Tempo) em 1907. Nossa tradução se deu a partir da versão em espanhol (*El consejo de los diputados obreros y la revolución*) publicado por *Marxists Internet Archive*, 2000 (TROTSKY, 2022b). Para esta tradução em língua Portuguesa no Brasil, fora realizado o cotejamento com a edição francesa, de onde vem a tradução para o espanhol (TROTSKY, 2022c) e a edição alemã. Há em português uma versão desenvolvida por Monique Faleck "O soviete de 1905 e a revolução" (TROTSKY, 1981, p. 102) a partir do texto em italiano, porém não se trata de todo o artigo, mas apenas da primeira parte do texto de Trotsky. Esta versão incompleta se encontra publicada na "Coleção Grandes Cientistas Sociais" – Política -, vol. 22; publicada em 1981 pela editora Ática, sob organização de Orlando Miranda e coordenação de Florestan Fernandes.

Trotsky utilizou grande parte deste artigo para a composição do capítulo final de seu livro "A revolução de 1905", publicado no Brasil pela Global Editora, esgotado há décadas (TROTSKY, 1987, p. 254-276). Diante disso, procuramos colaborar para que os leitores tivessem acesso integral ao texto de Trotsky.

Neste artigo Trotsky[2] nos mostra que a classe trabalhadora foi plenamente capaz de governar sem a burguesia, sem o czar! Isso desmascara um universo de ideologias que até o nosso tempo presente é disseminada pelos cantos do mundo. A verdade é que a classe trabalhadora não necessita da burguesia para viver e é suficiente para conduzir a produção com o trabalho associado, ou seja, a classe

[2] Neste mesmo ano Leon Trotsky foi eleito presidente do *Soviet* de Petrogrado.

é capaz de fazer exatamente tudo aquilo que a burguesia não deseja e não nos permite: ditar revolucionariamente o poder de acordo com as necessidades da classe trabalhadora.

Nosso trabalho foi motivado pela importância da contribuição de Trotsky para a nossa formação política permanente no sentido de entendermos a Revolução de 1905, com seus avanço e limites diante daquele contexto.

A maioria esmagadora da classe trabalhadora que ingressa nas fileiras das organizações políticas revolucionárias não são educadas em outros idiomas e desta forma, o acesso ao texto já traduzido em outras línguas como alemão, francês, russo, italiano, inglês e espanhol torna-se inacessível. Mesmo o espanhol, idioma que equivocadamente, muitas vezes é tratado "naturalmente" como uma suposta segunda língua para os alfabetizados em português. Um erro brutal, que mais expressa o caráter de classe média de parte de militância revolucionária, quando não, a mentalidade pequeno burguesa e a mais repleta ignorância das determinações da realidade da maioria de nossos camaradas. A tradução para o português e a possibilidade de acesso à leitura/debate, a partir do texto de Trotsky, sobre um fato histórico tão importante para a classe trabalhadora mundial não pode ser um privilégio de um grupo minoritário. Ignorar essa problematização é assumir um caráter limitado da nossa atuação enquanto revolucionários e a mais direta demonstração de arrogância intelectual que assola, inclusive, o movimento trotskista desde meados do século passado. Usamos o recurso de notas do tradutor (N.T.) todas a vezes que julgamos importante. Dada essas considerações iniciais, segue o texto de Leon Trotsky.

***

I

A história do conselho (*soviets*) dos deputados[3] trabalhadores (operários) de São Petersburgo é a história de cinquenta dias. De 13 de outubro de 1905, em que se celebrou a sessão fundacional até 3 de dezembro, quando foi dissolvido pelas tropas governamentais.

Como conseguiu em tão pouco tempo uma posição indiscutível, não só na história do proletariado russo, mas também na da revolução russa?

O Conselho organizava as massas, dirigia as greves políticas e as manifestações, armava os trabalhadores...

Outras organizações haviam feito o mesmo antes, faziam ao mesmo tempo e continuaram fazendo até a sua dissolução. Porém a diferença consistia em que o conselho era, ou ao menos inspirava a ser, um órgão de poder. O proletariado, e a imprensa reacionária, denominavam o conselho como "governo operário", e de fato o conselho representava realmente um embrião de governo revolucionário. O conselho exercia o poder onde quer que já estivesse em suas mãos e lutou por ele onde ainda residia nas mãos do estado policial-militar. Antes do conselho já existiam organizações revolucionárias proletárias, em sua maior parte socialdemocratas. Porem se tratava de organizações que evoluíram em seu meio e cuja luta visava como objetivo intentar conquistar influência entre as massas. O conselho em si era a organização do proletariado e seu objetivo era a luta pelo poder

[3] Deputados aqui é no sentido de delegados, representantes escolhidos para representação, aquele que deputa. O sentido é radicalmente oposto do uso desta palavra nos parlamentos da burguesia. Os deputados aqui são eleitos pelos trabalhadores, sem patrões, os representantes são amovíveis a qualquer momento, ou seja, são "tarefas" revogáveis e que não se assemelham aos deputados ou delegados que conhecemos na sociedade burguesa. (N.T.)

revolucionário.

Ao mesmo tempo, o conselho era a expressão organizada da vontade de classe do proletariado. Na luta pelo poder, aplicava os métodos que implica o fato de o proletariado ser uma classe: seu papel na produção, sua massa, sua homogeneidade social. Ademais, vinculava a luta pelo poder a direção imediata de toda atividade social autônoma da massa trabalhadora; muitas vezes se encarregava de resolver os conflitos entre os representantes individuais do capital e o trabalho.

Porém, assim mesmo, conduziu à vitória diversas greves e mediou com êxito em diversos conflitos entre trabalhadores e patrões, não foi porque existia expressamente para estas tarefas. Ao contrário, ali, onde existia um sindicato potente este se mostrava tão disposto quanto o conselho para dirigir a luta sindical; a intervenção do conselho só tinha importância em função da autoridade universal que gozava. Uma autoridade que se devia ao fato de cumprir com suas tarefas fundamentais, as tarefas da revolução, que iam muito além dos limites de cada ofício e de cada cidade e conferiam ao proletariado, como classe, um lugar entre as primeiras filas de combatentes.

O instrumento principal do conselho foi a greve política de massas. Uma greve deste tipo tem a virtude de desorganizar o poder do Estado. E quanto maior for a "anarquia" que se produzir, mais próxima está a greve de conseguir seus objetivos. Porém, isso só é certo se esta anarquia chega por meios não anarquistas. A classe que dias atrás fez funcionar o aparato de produção e ao mesmo tempo a maquinaria do poder, a classe que parando de trabalhar em bloco não só paralisa a indústria, mas todo o aparato estatal deve estar suficientemente organizado para não converter-se na primeira vítima da anarquia que

originou. Quanto em maior medida a greve estrangular a organização estatal existente, em maior medida deve assumir a organização da greve as funções de Estado.

O conselho dos deputados trabalhadores proclamou a liberdade de imprensa. Organizou patrulhas de rua para garantir a segurança dos cidadãos. Dominava quase que por completo o correio, o telégrafo e as ferrovias. Pretendeu instaurar a jornada de oito horas com caráter obrigatório. Paralisando, mediante a greve, o Estado absolutista, introduzindo sua própria ordem democrática na vida das classes trabalhadoras da cidade.

II

Depois de 9 de janeiro de 1905, a revolução demonstrou o que predominava na cabeça das massas obreiras. Em 14 de junho demonstrou, com a rebelião do encouraçado "*Potemkin Tavrichesky*"[4], que poderia se converter em uma força material. Com a greve de outubro, demonstrou que podia desorganizar, paralisar e colocar de joelho o inimigo. E fazendo surgir por todas as partes os conselhos operários, mostrou que era capaz de criar uma forma de poder. Neste caso, um poder revolucionário não pode apoiar-se mais do que sobre uma força revolucionária ativa. O desenvolvimento da revolução russa demonstrou que exceto o proletariado, nenhuma classe social está disposta ou é suscetível de apoiar o poder revolucionário. O primeiro ato da revolução foi a luta que opôs o proletariado à monarquia na rua. A primeira vitória importante da revolução se conquistou mediante

[4] Referência a tripulação de marinheiros que se rebelaram no maior navio de guerra russo, contra os maus tratos do governo. (N.T.)

uma verdadeira ferramenta de classe do proletariado, a greve política. E o primeiro organismo embrionário do poder revolucionário foi um órgão de representação do proletariado. Na história russa moderna, o conselho é a primeira forma de poder democrático. O conselho representa o poder organizado da massa, sobre cada uma de suas partes. Constitui a verdadeira democracia, sem espetáculos, sem duas câmaras, sem burocracia profissional, em que os eleitores possuem direito a reconvocar a seus representantes quando entenderem oportuno. O conselho dirige sem intermediários, mediante seus membros, deputados obreiros eleitos, todas as manifestações sociais do proletariado em seu conjunto e de seus diferentes setores, organizam suas ações de massa, fornecendo-lhes suas consignas e sua bandeira. Esta direção organizada das massas autônomas foi vista pela primeira vez a luz em solo russo.

O absolutismo dominava as massas, porém não as dirigia. Criava de forma mecânica um marco externo para a atividade das massas e obrigava passar por ela os elementos desbotados da nação. O exército era a única massa que o absolutismo dirigia. Porém, dirigir, não era senão outra coisa que mandar. Amontoados aos elementos que compunham o exército, o absolutismo anulava entre eles todo vínculo moral. O substituía pela igualdade de condições físicas e submetia sua vontade à hipnose embrutecedora do quartel. Porém agora, incluso a direção desta massa atomizada e hipnotizada escapa cada vez mais da influência do absolutismo.

O liberalismo, por sua vez, carecia de suficiente força entre nós para dar ordens às massas e não tinha suficiente iniciativa para guia-las. Quando as massas faziam uma aparição pública, por mais que se reforçasse diretamente, reagiam como diante de um fenômeno natural

cheio de perigos, como um terremoto ou uma erupção vulcânica.

O proletariado entrou no terreno da revolução como uma massa autônoma, com uma total independência política frente ao liberalismo burguês.

"O conselho era a organização de classe dos operários" – e aí residia a fonte de sua potência na luta. Sucumbiu no primeiro período de sua existência, não podia ser de oura forma, não porque as massas urbanas o abandonaram, mas porque geralmente a revolução nas cidades está reduzida a alguns limites. As razões de sua queda devem ser buscadas na passividade do campo e na inércia dos elementos campesinos do exército. Sua posição política entre a população urbana foi tão sólida como se podia desejar.

O censo de 1897 apontava uma população "ativa" de cerca de 820.000 pessoas em São Petersburgo, sendo que 433.000 eram operários e empregados domésticos. Ou seja, o proletariado constituía 53% da cidade. Se tivéssemos incluído a população não ativa a cifra, teria sido um pouco inferior (50,8%), já que a maioria de proletários carecia de família. Em todo caso o proletariado constituía mais da metade da população peterburguesa.

O conselho de deputados operários não era o representante oficial de quase meio milhão de pessoas que formavam a população da capital. Organizava cerca de 200.000, na maioria operários que trabalhavam na indústria, e apesar de sua influência política, direta e indireta, ser muito ampla, setores importantes do proletariado (operários da construção, domésticos, diaristas, caminhoneiros) poucos ficaram por completo fora de seu raio de ação.

Entretanto, não cabe a menor dúvida de que o conselho expressava os interesses desta massa proletária "em seu conjunto". Se

nas fábricas existiam também elementos reacionários, todo mundo via como seu número diminuía, não só dia após dia, mas também de hora em hora. Entre as massas proletárias de São Petersburgo só podia existir partidários do domínio político do conselho, não inimigos. A única exceção eram os criados privilegiados, os criados dos lacaios cobertos de condecorações da alta burocracia, os cocheiros dos ministros, os especuladores da Bolsa e das *cocottes*[5], todos conservadores e monarquistas de profissão.

Entre a intelectualidade, tão numerosa em São Petersburgo, o conselho tinha mais amigos que inimigos. Milhares de estudantes reconheciam a direção política do conselho e apoiavam suas iniciativas.

A intelectualidade diplomada e assalariada estava completamente do seu lado, salvos os elementos que se haviam deixado levar irremediavelmente pela inércia. O apoio ativo que recebeu a greve dos correios e telégrafos também atraiu a atenção das camadas inferiores do funcionalismo para o conselho. Todos os explorados da cidade, as pessoas honestas, que conservavam alguma energia, se sentiam, instintivamente ou conscientemente, atraídos pelo conselho.

Quem se oporia a ele? Os representantes do bandoleirismo capitalista, os especuladores da Bolsa que jogam com a alta dos preços, os patrões, os negociantes e os exportadores para quem a greve representa perdas, os provedores do submundo de colarinho branco, a banda de conselho municipal peterburguês, essa máfia de proprietários imobiliários, a alta burocracia, os *cocottes* mantidos à custa do Estado, os dignatários, personagens públicos pagos generosamente,

---

[5] Preferimos não traduzir esta palavra, provavelmente trata-se de um galício, presente na tradução alemã, francesa e espanhola. Pode ser entendida como prostituta; meretriz; pessoa de companhia, na lógica cafetina; pessoa que se vende. (N.T.)

os partidários da "*Novoye Vremya*"[6], o departamento de polícia, e, em geral, tudo que era voraz, grosseiro, dissipado e condenado a desaparecer. Entre o exército do conselho e seus inimigos existiam também elementos politicamente indiferentes, duvidosos ou inseguros. Os setores mais atrasados da pequena burguesia, que se mantinham à margem da política, não tiveram tempo para observar suficientemente o conselho e interessar-se por ele. Todavia, pela natureza de seus próprios interesses, se encontravam mais próximos ao conselho do que ao antigo poder.

Os políticos profissionais que existiam entre a intelectualidade, os jornalistas radicais que não sabem o que querem, os democratas roídos pelo asceticismo, proferiam grunhidos condescendentes para o conselho, enumeravam seus erros e, em geral, deixavam entender que, em caso de que eles tivessem estado na cabeça desta instituição, teriam conseguindo a felicidade eterna para o proletariado. Vamos pensar que a total impotência destes senhores os desculpa.

De qualquer forma, o conselho era efetivamente o órgão da maioria significativa da população. Seus inimigos na capital não representavam perigo algum para seu poder político se não tinham mais a proteção do absolutismo, ainda bem vivo, que por sua vez se apoiava nos elementos atrasados de um exército composto de camponeses. "A debilidade do conselho não era inerente a ele" se não, "a debilidade de uma revolução puramente urbana". Esses cinquenta dias representaram o período de maior vigor da revolução e

---

[6] Do russo para o português: Novo Tempo. Inicialmente um jornal liberal; no final do século XIX chega a divulgar a publicação de "O Capital" de Marx, mas se alinha de forma subserviente aos donos do poder. No início do século XX até mesmo os liberais se afastam do jornal. Embora de grande circulação, no que tange aos bolcheviques, com o tempo, apenas conquistava a crítica cada vez mais profunda dos revolucionários. (N.T.)

o conselho foi seu instrumento na luta pelo poder. O caráter de classe do conselho estava determinado pela rigorosa divisão em classe da população urbana e a profunda antinomia política entre o proletariado e a burguesia capitalista – inclusive no marco historicamente limitado da luta contra o absolutismo. Depois a pequena burguesia se revelou bastante insignificante para poder jogar um papel autônomo. O proletariado foi o chefe incontestável da revolução urbana e "sua" organização de classe foi seu instrumento na luta pelo poder.

III

Quanto mais desmoralizado estava o governo, mais forte se sentia o conselho. Conforme crescia a desorientação e incapacidade do antigo poder do Estado, crescia a atração do conselho sobre as massas não proletárias. A greve política de massas (geral) era o principal instrumento que o conselho contava. Unindo todos os setores do proletariado por um vínculo revolucionário direto e mantendo a energia dos operários de todas as empresas graças à autoridade e força da classe, o conselho podia paralisar toda a vida econômica do país. Embora os meios de produção e transporte ainda seguissem sendo propriedade privada dos capitalistas, e em parte do Estado, o poder estatal continuava nas mãos da burocracia; o conselho "dispunha" dos meios de produção e transporte nacional, ao menos na medida em que se tratava de "paralisar" a vida econômica e política regular. Precisamente, foi sua capacidade demonstrada em fatos, para organizar a vida econômica e política regular. Foi precisamente sua capacidade, demonstrada com fatos, para organizar a vida econômica e mergulhar na anarquia os assuntos oficiais do Estado que fez do conselho o que

ele era. Nestas condições, teria sido a mais desesperada das utopias ao buscar um meio de fazer coexistir o conselho e o antigo governo. No entanto, se se quiser resumir o verdadeiro fundo de todas as objeções que se manifestaram contra a tática do conselho, se observará que todas partem de uma mesma ideia quimérica: depois de outubro e apoiando-se em todas as conquistas arrancadas com o absolutismo, o conselho deveria ter se preocupando em organizar as massas e abster-se de qualquer outra iniciativa agressiva.

Agora, em que consiste a vitória de outubro?

Embora o proletariado tenha o direito de reclamar todo o mérito histórico da vitória, isto não impede que seu partido aprecie claramente os resultados obtidos.

Não cabe dúvida alguma, que após o assalto de outubro o absolutismo abandonou a partida. Mas propriamente falando, não havia perdido a batalha, somente havia evitado o enfrentamento. Não fez qualquer tentativa séria para colocar o seu exército camponês às cidades em revolta. Claro que não se absteve por razões humanitárias, mas porque tinha perdido todos os vestígios de coragem e de domínio de si mesmo. Os elementos liberais da burocracia, que esperavam pacientemente a sua vez, ganharam a vantagem e quando a greve começou a dar sinais de esgotamento, publicaram o manifesto de 17 de Outubro, a abdicação de princípios do absolutismo. Mas toda a organização material do poder, a hierarquia dos serviços públicos, a polícia, a justiça, o exército, seguiam sendo, como antes, propriedade pessoal da monarquia. Nestas condições, que táticas deveria e poderia seguir o conselho?

Sua força residia no fato de que, ao apoiar-se no proletariado produtivo, era capaz de privar o absolutismo da possibilidade de

usar o aparato material de poder. Deste ponto de vista, a ação do conselho significou a organização da "anarquia". Se continuava existindo e desenvolvendo-se, significava o aumento da "anarquia". A coexistência permanente era impossível. O conflito futuro já estava inscrito na semivitória de outubro, sua base material.

O que o conselho poderia fazer? Ele deveria fingir que não havia previsto a inelutabilidade do conflito? Ele deveria fingir ter organizado as massas para celebrar um regime constitucional? Quem teria acreditado nele? Claro que nem o absolutismo nem as massas obreiras!

Mais tarde, o exemplo da Duma[7] nos mostrou como a defesa mesquinha representa uma correção superficial, uma forma vazia de lealdade, na luta contra o absolutismo. Para se prestar a uma tática de hipocrisia constitucional, seria necessário que o conselho fosse feito de outra pasta. Mas mesmo que fosse assim, o que teria acontecido? A mesma coisa que mais tarde aconteceu com a duma. O conselho não podia fazer mais do que "reconhecer que o confronto direto era inevitável" a curto prazo e não tinha outra tática senão "preparar-se para a insurreição".

E em que poderiam consistir esses preparativos senão estender e consolidar os atributos do conselho que lhe permitiram paralisar o poder do Estado e constituir sua força? Evidentemente, os esforços -inscritos em sua natureza- que o conselho fazia para consolidar e ampliar seu poder, inevitavelmente aceleraram o conflito.

O conselho cuidou -cada vez mais- de estender sua influência entre o exército e o campesinato. Em novembro, ele chamou os obreiros

---

[7] Duma (дума), significa: pensamento. A palavra vem de Dumat (думать): pensar. Assembleia legislativa criada após a revolução de 1905. (N.T.)

a mostrar ativamente sua solidariedade fraterna com um exército que estavam começando a despertar de sua letargia. Não ter feito isso seria não se preocupar em aumentar suas forças. Fazê-lo corretamente era ir ao encontro do conflito.

Haveria, por acaso, uma terceira via? Teria ele que apelar para a suposta "razão de Estado" do governo? Poderia, deveria ter observado a fronteira que separa os direitos do povo dos privilégios da monarquia e parar diante desse limite sagrado? Mas, quem teria garantido que a monarquia não ultrapassaria esse limite? Quem estaria encarregado de preparar a paz, ou ao menos um armistício provisório, entre os dois adversários? O liberalismo? Uma de suas comissões propôs em 18 de outubro ao conde Witte[8], como sinal de reconciliação com o povo, retirar as tropas da cidade.

"É melhor ficar sem eletricidade nem água do que sem tropas", respondeu o ministro.

É bastante evidente que o governo não tinha intenção alguma de depor as armas. Que chance tinha o conselho? Ou retirar e deixar todos os assuntos nas mãos da câmara conciliatória, a futura Duma do Império - o que o liberalismo realmente queria. Ou tinha que se preparar para defender, de armas na mão, tudo o que havia conquistado em outubro e, se possível, organizar novos assaltos. Certamente agora temos a completa evidência de que a câmara conciliatória tinha se convertido em cenário de um novo conflito revolucionário. Portanto, o papel objetivo da Duma não fez mais do que confirmar a correção da hipótese pela qual o proletariado deduziu sua tática. Mas não é necessário chegar tão longe. É legítimo perguntar: o que poderia e

[8] Membro do conselho de Estado, negociador do czar Nicolau II quando dos termos do fim da Guerra da Rússia contra o Japão em 1905. (N.T.)

deveria garantir a reunião desta "câmara conciliadora" que não conciliar a nada? Novamente a razão de Estado da monarquia? Ou uma promessa solene de sua parte? Ou a palavra de honra do Conde Witte? Ou as procissões da nobreza rural até Peterhof[9], recebidos pelas portas dos fundos? Ou as advertências de Mendelssohn[10]? Ou o famoso "curso natural das coisas" pelo qual o liberalismo se livra de todos os seus problemas, já que a história confia sua solução à sua iniciativa, a sua energia, a sua razão.

IV

Se se reconhece - e é impossível não fazê-lo - que depois da semivitória de outubro as coisas se apresentaram como acabamos de dizer, deve-se ainda perguntar se o conselho se preparou como deveria para esse conflito inevitável. A este respeito, a imprensa burguesa democrática lançou várias acusações que desgraçadamente tiveram algum eco na imprensa do partido.

Se acreditarmos neles, o principal fracasso do conselho e dos partidos revolucionários consistiu em agitar muito e organizar pouco. Por isso, o ataque contrarrevolucionário não pôde ser repelido com força suficiente. Mas não entendemos completamente que tipo de organização tem em mente esses acusadores.

O conselho organizava cerca de 200.000 trabalhadores. Todas as fábricas tinham seu centro organizativo: o colégio de deputados de fábrica. Todos os bairros são deles: a assembleia dos deputados

---

[9]Referência aos jardins do czar Pedro, palácio imperial, governo. (N.T.)

[10] Trotsky se refere a Mendelssohn em seu livro, A revolução de 1905, como: "o viking entre os vikings, o grande, o internacional Mendelssohn, introduziu a Rússia no campo da bolsa" (TROTSKY, 1987, p.38). (N.T.)

distritais. E, finalmente, todo o conjunto do proletariado de Petersburgo tinha o seu: o conselho. Se tratava de uma vasta organização, livre, influente e dotada de iniciativa. Se desdobrou simultaneamente uma intensa atividade para fundar sindicatos, que aspiravam vivamente a se unir. Eles tinham um órgão de coordenação: o birô[11] central dos sindicatos. A partir da delegação das diversas empresas, o próprio conselho assumiu a representação das organizações do ramo. No seu último período de existência estavam representados dezesseis sindicatos.

Naturalmente, o conselho pode ser responsabilizado/censurado por ter organizado apenas duzentos mil trabalhadores e não quatrocentos ou quinhentos mil. O Conselho e a social-democracia podem ser culpados por não terem organizado mais de dezesseis, e não trinta ou quarenta sindicatos ou por não terem organizado todo o proletariado nesses sindicatos. Mas tenha em mente que para toda esta tarefa a história não concedeu mais do que "cinquenta dias"! A social-democracia fez muito, mas não podia fazer milagres.

O trabalho de organização interna do partido foi bem sucedido? Não deixou passar esses cinquenta dias sem aproveitá-los bem? Na medida em que se tratava de armar centenas de milhares de trabalhadores no menor tempo possível, o partido não podia fazer melhor do que empenhar todas as suas forças na organização e consolidação do conselho. Ao fim e ao cabo, o conselho era inteiramente "seu" trabalho. No que diz respeito à sua própria organização, ao partido foi apresentado duas opções: o caminho conspiratório e o caminho aberto. Em nossas fileiras, ninguém com meio cérebro duvidava que o ataque da contrarrevolução contra as organizações operárias abertas

[11] Comitê executivo, do francês: *Bureau*. (N.T.)

era inevitável. No entanto, em uma época em que a vida política das massas era intensa e aberta, teria sido pura estupidez conduzir toda a organização partidária na clandestinidade. Para que o trabalho de agitação prosperasse, era indispensável que o partido saísse aos olhos do público por meio de seções e clubes social-democratas. Mas era evidente que essas organizações sofreriam em dezembro o mesmo destino que o conselho de deputados operários, a federação camponesa e todos os outros sindicatos, com as federações ferroviárias, postais e telegráficas à frente. Dezembro deriva de outubro como a conclusão da hipótese. O resultado de dezembro explica-se naturalmente pelo fato de que naquele momento do desenvolvimento revolucionário a reação foi mecanicamente mais forte que a revolução. O liberalismo, está claro, considera que em todas as circunstâncias se deve suprir a falta de força com o bater em retirada (cair fora). Para ele, a tática realmente corajosa, madura, reflexiva e adaptada consiste em desertar no momento decisivo. Claro que pode fazê-lo porque tem a imensa vantagem de retirar-se, já que não carrega a confiança das massas e não é responsável por elas. Mas se a social-democracia ou o Conselho tivessem cedido sem lutar em dezembro, teriam despojado o conteúdo não só a manifestação de novembro, mas todos os esforços desperdiçados e a vitória alcançada em outubro. Teria significado, juntamente com a derrota material resultante da relação de forças, a derrota moral produto da traição que era a deserção.

Dissemos que dezembro foi uma consequência direta e inevitável de outubro. Deste ponto de vista, as divergências de opinião na apreciação sobre a greve de novembro e a luta pela jornada de oito horas tem uma importância secundária. Atualmente, quando se observa retrospectivamente a atuação do conselho, a luta pela jornada

de oito horas suscita várias opiniões divergentes. O fato da greve de novembro não deve ser questionado, mas alguns social-democratas influentes questionaram sua oportunidade. De nossa parte, afirmamos o seguinte: se a greve de novembro foi um erro, se a instauração da jornada de oito horas pela força foi um outro maior - opiniões que não compartilhamos de forma alguma - foram dois erros de menor importância. Não modificaram a situação política, pois não foram esses dois erros que originaram a oposição entre o poder que depende dos soldados e aquele que depende dos trabalhadores. Com ou sem erros, o conflito de dezembro já estava inscrito nessa situação contraditória. A derrota de dezembro estava prefigurada na correlação de forças. Mas ao sul, nos países bálticos, no Cáucaso, não houve greve de novembro nem a introdução forçada da jornada de oito horas. E, no entanto, as coisas sucederam da mesma forma que em todos os lugares e em dezembro ocorrera o conflito e a derrota.

V

Como as razões da derrota não podem ser encontradas nas táticas seguidas, por acaso, elas estariam na "composição" do conselho? Foi dito que o pecado original do conselho foi seu caráter de classe. Para se tornar o órgão da revolução nacional, diz-se, que era preciso que o conselho ampliasse sua base e ter "todos" os estratos sociais representados nele. Isso teria consolidado a influência do conselho e reforçado seu poder.

É verdade?

A força do conselho vinha do papel que tem o proletariado na economia capitalista. A tarefa do conselho não consistia em

transformar-se em uma paródia de Parlamento, nem criar as condições do parlamentarismo. Tampouco teve que organizar a representação equitativa dos interesses dos diferentes grupos sociais, mas sim organizar a luta revolucionária do proletariado. Sua principal arma era a greve política de massa, um método exclusivo da classe dos trabalhadores assalariados, do proletariado. A unidade de classe eliminava os atritos internos no conselho e lhe conferia a capacidade de iniciativa revolucionária.

Como a composição do conselho poderia ser ampliada? Representantes de profissões liberais poderiam ter sido admitidos. Mesmo que eles não tivessem contribuído com nada para o conselho, podemos supor que eles não o teriam incomodado muito. É inútil acrescentar que isso não teria mudado em nada a fisionomia de classe do conselho.

Que outros grupos sociais poderiam ter sido representados? O congresso dos "zemstvos"[12]? Comércio e indústria?

O congresso dos "zemstvos" reuniu-se em Moscou em novembro para deliberar sobre a questão das negociações com o ministério do conde Witte, mas não lhes ocorreu levantar a questão das negociações com o conselho operário.

Durante as sessões do congresso estourou a insurreição de *Sebastopol*[13], que imediatamente deslocou os representantes dos

---

[12] Forma de organização municipal instituída pelo czar Alexandre II em 1861, como parte das reformas conservadoras, as primeiras leis dos *zemstvos* passou a vigorar a partir de 1864. Após a Revolução de 1917, os conselhos de trabalhadores (*soviets*) superaram esta forma de representação onde os eleitos eram efetivados com os votos dos mais ricos. (N.T.)

[13] Referência a insurreição dos marinheiros, Porto ao sul da península da Criméia em 1905. (N.T.)

zemstvos para a direita. Miliukov[14] teve que acalmar o congresso com um discurso que dizia em substância que, graças a Deus, a insurreição já havia sido esmagada. Como poderiam levar a cabo uma ação revolucionária comum estes senhores e os deputados obreiros que saudaram os insurretos de Sebastopol? Um dos dogmas meio sinceros e meio hipócritas do liberalismo é a exigência de que o exército se mantenha à margem da política. O conselho, por sua vez, exibiu intensa atividade para conduzir o exército à política revolucionária. Com base em que poderia ter sido alcançada uma ação comum neste terreno? O que esses senhores poderiam ter contribuído para a atividade do conselho, exceto oposição sistemática, debates intermináveis e desmoralização interna? O que eles poderiam ter nos dados, além de advertências e conselhos como os que abundam na imprensa liberal? É bem possível que os cadetes e os outubristas tivessem à sua disposição a verdadeira "razão de Estado", mas isso não implicava que o conselho tivesse que se transformar num clube de debate político e de educação mútua - tinha que ser um órgão de "luta", e foi.

Enquanto, para o conselho, a greve geral era a única pré-condição para a insurreição, onde os elementos não proletários podiam encontrar seu lugar ao lado dos trabalhadores, e enquanto o conselho pedia a todos os grupos revolucionários que preparassem a greve direta e imediatamente, o liberalismo burguês via na greve política, da qual não podia participar ativamente, um método de luta que havia perdido toda eficácia e exigia a parte do leão[15] na direção de uma luta cujo peso recaia exclusivamente sobre o proletariado. O que os representantes do

---

[14] Pavel Nikolayevich Miliukov, viveu entre 1859 e 1943. Historiador liberal, foi um dos fundadores do Partido Constitucional-democrata (*Kadet*). (N.T.)

[15] Uma referência a fábula atribuída a Esopo (escritor Grego, séculos VII e VI a.C., iniciador do gênero fabular), onde o leão atribui para si a melhor parte da caça. (N.T.)

liberalismo e da democracia burguesa poderiam acrescentar ao poder do conselho? Como poderiam ter enriquecido seus métodos de luta? Basta lembrar o papel que desempenharam em outubro, novembro, dezembro, ou lembrar a resistência que esses elementos opuseram à dissolução de sua duma, para entender que o conselho poderia e deveria continuar sendo uma organização de classe, ou seja, uma organização de luta. Alguns deputados burgueses podiam aumentar sua importância "numérica", mas eram absolutamente incapazes de aumentar sua "potência".

VI

A tarefa central da revolução é a luta pelo poder. Estes cinquenta dias e sua sangrenta conclusão não só tem mostrado que na Rússia as cidades constituem uma base bastante estreita para esta luta, senão que, nos limites da revolução urbana, uma organização local não pode assumir a direção do proletariado. A batalha do proletariado em nome de tarefas "nacionais" exigia uma "organização de classe de envergadura nacional". O conselho de Petersburgo era uma organização local. Porém a necessidade de uma organização central era tal que, de bom grado ou não, teve que assumir as tarefas que a história impunha. Desde esta perspectiva, fez tudo o que pode, porém, seguiu sendo antes de tudo o conselho de deputados de "Petersburgo". Já na época do primeiro conselho se manifestou claramente a necessidade de um congresso de trabalhadores panrusso, que inevitavelmente envolveria a fundação de um órgão central. A derrota de dezembro impediu que essa tarefa se concretizasse. Ficou como um legado desses cinquenta dias. A ideia do conselho deixou raízes na mente dos trabalhadores,

assim como a necessidade prévia da irrupção revolucionária das massas. A experiência mostrou que o aconselhamento não estava adaptado, nem era possível em todas as circunstâncias. A organização do conselho significa objetivamente que surge a possibilidade de desorganizar o governo, significa a organização da "anarquia", portanto a condição necessária para um conflito revolucionário. A organização do conselho significa, objetivamente, que surge a possibilidade de desorganizar o governo, significa a organização da "anarquia", portanto, a condição necessária para um conflito revolucionário. Se um período de calmaria na revolução e um triunfo desproporcional da reação excluem a possibilidade de um órgão de massas público eleito e influente, não há dúvida de que o próximo ataque da revolução significará a constituição de conselhos operários em todos os lugares. O conselho operário de toda a Rússia, organizado pela união de todos os trabalhadores do país, assumirá a direção das organizações locais eleitas pelo proletariado. É claro que o essencial não é o nome ou os detalhes das organizações, mas sua atividade: a direção democrática e centralizada do proletariado na luta para colocar o poder nas mãos do povo. A história jamais se repete, e o novo conselho não terá que passar novamente pelos mesmos acontecimentos desses cinquenta dias, mas desse período poderá extrair um programa completo de ação. E este programa está perfeitamente claro: cooperação revolucionária com o exército, o campesinato e as camadas populares da população urbana; abolição do absolutismo; destruição de sua organização material: parte mudança radical, parte dissolução imediata do exército, dissolução do aparato policial burocrático; jornada de oito horas; armamento da população, sobretudo o proletariado; transformação das prefeituras municipais em órgãos de autoadministração das cidades; fundação

de conselhos de deputados camponeses como órgãos da revolução agrária; organização de eleições para a Assembleia constituinte e campanha eleitoral com base num determinado programa de trabalho de representação popular.

Um plano deste tipo é mais fácil de formular do que colocar em prática. Mas, se a revolução deve vencer, o proletariado russo se verá obrigado a seguir precisamente este programa. Se desdobrará uma atividade revolucionária como jamais se viu no mundo. A história desses cinquenta dias não será então mais do que uma página menor no grande livro da luta e vitória do proletariado.

Referências:

TROTSKY, Leon. ***A Revolução de 1905***. Tradução de Salvador Obiol de Freitas. São Paulo: Global Editora,1987.

TROTSKY, Leon. ***El consejo de los diputados obreros y la revolución***. Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1906/19060000.htm?fbclid=IwAR08PqrYapMlJvKzZE6jsRDmb-BcgD7UrjhlX56ieVHBLHHwlJG-NG-U6RI>. Acesso em: 21 de Abr. de 2022b.

TROTSKY, LÉON. ***Le conseil des députés ouvriers et la révolution***. Marxists Internet Archive. Disponível em: < https://www.marxists.org/francais/trotsky/oeuvres/1906/12/lt19061200a.htm>. Acesso em: 21 de Abr. de 2022c.

TROTSKY, Leon. ***O soviete de 1905 e a revolução***. In: MIRANDA,

Orlando (Org.). Leon Trotski: Política. São Paulo: Ática, 1981. p. 102-107. Tradução de Monique Faleck. Reproduzido de TROTSKY, Leon. *Scelta di scritti* - 1905-1940. Roma: *Samonà* e *Savelli*, 1968, p. 41-47.

TROTZKI, Leo. ***Der Arbeiterdeputiertenrat und die Revolution***. Sozialistische Klassiker 2.0. Disponível em: < https://sites.google.com/site/sozialistischeklassiker2punkt0/trotzki/1906/leo-trotzki-der-arbeiterdeputiertenrat-und-die-revolution>. Acesso em: 21 de Abr. de 2022a.

A estratégia soviética e as palavras de ordem democráticas na segunda revolução chinesa

André Bof[1]

Em 1928, Trotsky, a essa altura já expulso, desde 1927, do Partido Comunista (PC) da URSS, abre o debate de estratégias sobre a experiência da chamada segunda revolução chinesa, trazendo luz à discussão acerca da caracterização da burguesia dos países coloniais, a inter-relação entre as classes atuantes, o próprio caráter de classe do processo revolucionário chinês, bem como sobre os erros estratégicos e táticos levados a frente pelo bloco Stalin-Bukharin, então hegemônico na condução da política da 3ª Internacional no período.

Tal debate se encontra, em grande parte, na compilação de artigos, cartas e folhetos, presentes no livro chamado, em edição brasileira, "Stalin, O grande organizador de derrotas - A 3ª Internacional depois de Lênin".

Os acontecimentos, suas consequências e as lições estratégicas da segunda revolução chinesa são abordados como parte da crítica geral que Trotsky faz ao projeto de programa da Internacional Comunista (IC), apresentado algumas semanas antes do sexto congresso da IC.

Tal crítica se foca tanto nos pontos programáticos presentes no projeto, como, principalmente, nas experiências concretas da luta de classes dos anos anteriores, as quais deixavam evidentes os equívocos de análise e consideração, pelo bloco burocrático, à frente do aparato da IC e do PC da URSS.

As experiências históricas de zigzags entre o oportunismo e aventureirismo da burocracia, evidenciados pela derrota da revolução

[1]Graduado em ciências sociais/USP. Contato: Kharkov1917@gmail.com

alemã em 1923, graças a capitulação dos comunistas alemães aos socialdemocratas de esquerda; pela traição do chamado "Comitê anglo russo", em 1926, com a adaptação insistente dos comunistas ao bloco oportunista com os liberais trabalhistas do chamado "Conselho Geral" que, por fim, traíram, no momento de progressão do movimento revolucionário, as greves mineiras e a greve geral inglesa; e, finalmente, pela sequência de derrotas da segunda revolução chinesa, de 1925 a 1927, promovidas pela orientação menchevique da IC de submeter os comunistas e operários chineses, organizativa e politicamente, ao Kuomintang, o partido da burguesia "nacionalista", minando a independência e atando as mãos do proletariado chinês, constituem o cerne da reflexão estratégica exposta por Trotsky nesta obra. Deste conjunto, nos focaremos no problema estratégico enfrentado pelos revolucionários na china de 1925 a 1927 abordando, também, a experiência bolchevique, tal como apresentada por Lênin e Trotsky, sobre a relação das bandeiras democráticas e a busca pela constituição de um poder dos trabalhadores.

A China antes da revolução nacionalista (Xinhai) até a segunda revolução: os antecedentes

Desde o século 17, o controle do território chinês recaia sob as mãos da chamada dinastia Qing, de origem manchu, povo nômade originário da região da Manchúria no nordeste da Ásia, que se alçou ao poder após derrubar a anterior dinastia Ming.

Seus 268 anos de domínio (1644-1912) foram marcados por uma administração rígida e corrupta dos assuntos da sociedade, bem como por uma crescente onda de revoltas, crescente dominação

estrangeira e pela miséria generalizada da vida da maioria de sua população.

É durante o governo Qing que ocorrem as duas "guerras do ópio", como consequência da pressão estrangeira ocidental, principalmente inglesa, francesa e alemã, pela disputa e controle do, então restrito e resistente, mercado chinês, seus portos e, por fim, de territórios inteiros.

Já no século XIX, a subordinação chinesa aos países ocidentais era tamanha que, como reparação após a derrota dos Qing, nas guerras mencionadas, porções inteiras de seu território foram entregues como "concessões" territoriais em que o império abdicava ao direito de exercer qualquer tipo de soberania.

Entre 1876 e 1879, nas províncias de Hebei, Shandong e Shanxi ocorreu a chamada "Grande fome chinesa do norte", em que, como consequência de uma grave seca resultante do, hoje conhecido, fenômeno El Niño se deu a perda das colheitas por anos sucessivos, levando a morte de 9 a 13 milhões de chineses.

Por conta dos conflitos, como a "Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-95)", cuja derrota chinesa custa ao império a posse de Taiwan e a influência sob a Coréia, além da fome, milhões de camponeses protagonizam ao longo do século 19 ondas de migração para distintas regiões do império e, também, para outras nações.

A grande penúria e miséria da maioria da população camponesa, com uma renda per capita baixíssima, combinadas com os privilégios acumulados pelos estrangeiros e suas companhias, além do controle territorial direto exercido por suas tropas em algumas regiões importantes, fortaleceu grandemente o sentimento nacionalista bem como deu origem a uma série da revoltas de caráter variado, ao longo

do século XIX e o começo do século XX.

Uma das mais importantes sendo a rebelião de Taiping, que durou cerca de 14 anos, sendo esmagada por uma coalizão de forças dos Qing, ingleses e estadunidenses; a rebelião das minorias islâmicas do sul da China; e, por fim, a revolta dos Boxers, que eclodiu em 1900, apoiada por parte da dinastia e que expressava uma reação nacional ao controle estrangeiro, contando com métodos de perseguição e destruição de propriedades de cidadãos ocidentais, empresários e cristãos. O levante dos Boxers se desenvolveu em uma grande revolta esmagada por uma coalizão de 8 países estrangeiros, aprofundando o controle sob o território chinês e convertendo a China, na prática, em uma colônia repartida pelas potencias capitalistas de seu tempo.

Esta onda de rebeliões expressava a já arrastada decadência dos Qing que, através de tentativas de reforma por parte desta mesma dinastia, tendo na figura do imperador Guangxu seu maior entusiasta, tentavam abrir caminho a uma modernização política e econômica que permitisse aliviar o controle estrangeiro ao mesmo tempo em que se mantinham no poder.

Frustrados em seu intento pelas alas conservadoras do império, os caminhos para qualquer saída reformista pacífica se fecharam e os nacionalistas seguiram a trilha da destruição das propriedades, sequestros e perseguição aos estrangeiros como método de luta principal.

Em 1905, é fundado, pelo médico nacionalista Sun Yat Sen, o embrião do futuro partido nacionalista conhecido como Kuomintang, o qual ficou conhecido como Liga Revolucionária. Como agrupação dos estudantes nacionalistas, comerciantes e burgueses republicanos, em 1919 vai se formar o partido.

Seu programa desde as ligas se baseava na exigência do fim da dinastia Qing, a expulsão dos estrangeiros, uma democracia parlamentar em oposição a monarquia constitucional e o fim do espólio das riquezas nacionais por suas companhias, expressando o intento de vida ou morte da burguesia chinesa em proteger o mercado de produtos estrangeiros mais baratos, ao mesmo tempo em que se livrava do peso da dinastia imperial.

Este agrupamento das forças e ideias nacionalistas se mostraria fundamental para a disseminação de um impulso revolucionário entre as tropas e oficiais dos novos exércitos organizados segundo padrões ocidentais pelos Qing como parte das tentativas de contrabalancear o poderio estrangeiro.

Sendo assim, como resultado dessa influência crescente, em 1911 eclode a chamada revolta de Wuchang, onde se concentrava o pólo industrial militar destes novos exércitos. A rebelião contava com oficiais e tropas influenciados pelas ideias de Sun Yat Sen, a esta altura em viagem pelos Estados Unidos, que, tendo sido descobertos pela polícia dos Qing, se sublevaram e, ao longo dos meses, até fevereiro de 1912, ganharam o apoio de vários governos das províncias do sul da China contra a dinastia.

Esta revolta marca o início da revolução nacionalista ou Xinhai, que se concretiza com o retorno de Sun Yat Sen que, após assumir brevemente o cargo de "presidente das províncias unidas da China", abdica, por não possuir força militar capaz de enfrentar as oligarquias rurais, em favor do general comandante das tropas do Norte, Yuan Shikai, a quem o último imperador manchu entrega o poder.

Assim, Yuan assume o cargo de primeiro presidente da nova República da China, no qual permanecerá até 1916 quando, após breve

tentativa de reconstituir uma ordem imperial, morre.

Sua morte abre caminho ao que ficou conhecido como o "período dos senhores da guerra", em que a unidade nacional chinesa é comprometida dando lugar a dispersão de tipo feudal dos territórios, dominados pelas elites rurais e militares (senhores da guerra), as quais impunham toda uma série de impostos e dominação arbitrários a população camponesa e das cidades.

Este período vai terminar apenas com o fim da chamada "expedição do norte", cujo objetivo era a derrota dos senhores da guerra e que foi realizada, com apoio soviético, pelo chefe militar do Kuomintang, primeiro comandante da academia militar de Huangpu e aliado de Sun Yat Sen até sua morte, o direitista Chiang Kai Shek.

A primeira "frente única" e a segunda revolução chinesa (1925-1927)

Como resposta à divisão territorial causada pelo vácuo de poder, em 1924 é formada a "primeira frente única", uma coalizão envolvendo o Kuomintang e o Partido Comunista da China (PCCh) com o suposto objetivo de combater os senhores da guerra.

Tal coalizão, no entanto, iria se demonstrar, como analisa León Trotsky, um exemplo de oportunismo aberto sob a forma de colaboracionismo. Para o bolchevique, as consequências dessa política seriam as da imposição de uma política menchevique em uma época revolucionária, ao estabelecer uma linha de orientação que conscientemente impedia a ação independente do partido revolucionário, das massas trabalhadoras e da vanguarda operária em relação à burguesia nacional chinesa.

Ao longo dos anos de desenvolvimento, a segunda revolução chinesa permitiu analisarmos a profundidade do caráter reacionário e oportunista da burguesia de um país colonial como a China. Ao mesmo tempo, a política dominante levada a frente pela IC demonstrou todo o erro de apreciação histórica deste caráter por parte do bloco Stalin-Bukharin, este último, autor da definição de que a burguesia liberal chinesa, organizada ao redor do kuomintang, cumpriria um papel "objetivamente revolucionário" na luta contra o imperialismo.

Afirmação infundada, bastando se observar que mesmo a queda da dinastia, quando da revolução nacionalista inspirada por Sun Yat Sen, se dá com a participação direta das distintas nações imperialistas, ora japonesa, ora francesa, ora estadunidense, as quais os nacionalistas buscavam esperançosos como apoio para o desenvolvimento chinês, como Trotsky remarca[1] sobre os relatos das memórias de Sun Yat Sen.

Podemos afirmar que a coalizão PCCh/Kuomintang parte da fundação, em 1924, da academia militar de Huangpu, com auxílio material, político e aconselhamento de oficiais militares soviéticos, até a derradeira ruptura ocorrida logo após o massacre de Xangai, em 1927.

Esta coalizão passa pelos notáveis eventos conhecidos como o "golpe de Cantão" de 1926, quando Chiang Kai Shek estabelece uma ditadura militar no território e esmaga a greve geral que constituía uma verdadeira situação de duplo poder em Cantão e Hong Kong, iniciando o expurgo e as perseguições de comunistas dentro do Kuomintang. Como consequência, ficariam proibidos quaisquer comunistas de assumirem cargos de direção dentro do Kuomintang ou no exército nacionalista, estabelecendo uma verdadeira camisa de forças contra o PCCh.

É crucial remarcar que em 1923, sob orientação da IC, o terceiro congresso do PCCh havia decidido pela entrada individual dos comunistas no Kuomintang, sob o argumento de que o caráter da revolução chinesa seria "democrático-burguês" e este partido seria o "partido único das massas operárias e camponesas", uma espécie de partido de duas classes. Nas palavras de Stalin (Stalin, problemas do leninismo), o Kuomintang era um "bloco entre operários e a pequena burguesia sob a forma de partido".

Tal decisão é aceita pela cúpula do Kuomintang, interessada no apoio soviético diante dos senhores da guerra, em seu congresso de 1924, o mesmo ano em que se reúne o quarto congresso do PCCh, onde se expressam as primeiras vozes resistentes a dissolução dos comunistas dentro do partido nacionalista, como a de Peng Shu Tsé e Wang Fanxi.

Chiang Kai Chek, ferrenho anticomunista, demonstrava todo o caráter ambíguo de seu combate ao imperialismo, em primeiro lugar respondendo a necessidade vital da burguesia chinesa (sobretudo a do sul) por um mercado unificado, sendo levado a enfrentar os senhores da guerra que impunham uma ordem feudal à China (oligarquias rurais militaristas que dividiam o território e se baseavam sobretudo ao norte), apenas depois se inclinando a um choque com os agentes e setores ligados aos imperialistas ingleses.

Como apontam relatos de comunistas da época[2], sua postura, no entanto, em relação ao imperialismo japonês e os demais era quando muito vacilante, sempre pronta a se chegar a um acordo, privilegiando os choques com o imperialismo britânico.

Trotsky vai apontar como, na apreciação do caráter da burguesia nacional, o central é a análise de sua postura em relação as tarefas

históricas revolucionárias de seu país.

A libertação do jugo imperialista era, na China dos anos 20, uma destas tarefas revolucionárias mais centrais, diante da disputa feroz por mercado e da posse territorial, mantida sob a força das armas, de portos e regiões pelas potências imperialistas, particularmente a inglesa.

O problema agrário, por outro lado, era uma tarefa urgente diante da grande concentração de terras, sobretudo quando da fragmentação do poder, característica do período dos senhores da guerra, que nada mais eram que grandes proprietários rurais.

Em relação a ambas, a burguesia chinesa demonstrava seu caráter vacilante quando não diretamente reacionário.

Após o golpe de Estado desferido em Cantão em 1926, conhecido como incidente de Zhongshan, como consequência da movimentação atípica de um navio da frota nacionalista por um comandante comunista, interpretada por Kai Shek como um preparativo para uma tentativa de golpe, as relações entre o PCCh e o Kuomintang se deterioraram fortemente.

Consultores soviéticos e comunistas no exército e no partido nacionalista foram expulsos e presos. Como era de interesse de Chiang Kai Shek e da burguesia chinesas a vitória sob os senhores da guerra, costurou-se o acordo mencionado entre o bloco dirigente da IC e Kai Shek, impedindo os comunistas de assumirem posições de direção, o que se demonstraria crucial para seu esmagamento nos acontecimentos seguintes, com o início da expedição ao norte.

Em junho de 1926 parte a expedição e se iniciam os combates contra as três forças principais de senhores da guerra, seguindo até 1928.

Privados de seus postos de direção e acossados pelas tentativas das alas direitistas de terminar a colaboração entre PCch e o Kuomintang, os comunistas, através de Borodin, enviado de Stalin para a China, então em focados em influenciar a ala esquerda do Kuomintang, dirigida pelo desafeto de Kai Shek e líder do governo nacionalista de Wuhan, Wan Tin Wei, se encontraram em situação precária em 1927.

Como resposta as vitórias que se obtinham ao longo da expedição, como a conquista de Wuhan e avanços para Nanchang, os operários em Shangai, cujos sindicatos estavam sob influência do PCCh, realizam um levante contra os senhores da guerra controlando a cidade. A insurreição é bem sucedida e, com exceção dos assentaments internacionais, toda a cidade se mantém sob controle dos operários, até a chegada do exército nacionalista.

Ao chegar, o exército nacionalista se instala na cidade. Wang Tin Wei também se dirige a cidade e se encontra com o líder comunista Chen Duxiu reafirmando a cooperação com o PCCh.

Após sua partida, Chiang Kai Shek, expressando o temor da ala direita do Kuomintang, da burguesia nacional chinesa e das delegações imperialistas, determina em lei secreta o expurgo dos comunistas de todas as províncias e, inclusive com apoio de seitas secretas de criminosos, inicia a prisão e o massacre de milhares de militantes do PCCh em Shangai, a dissolução de seu governo provisório, dos sindicatos e a expulsão, em todas províncias, dos comunistas do Kuomintang.

Inicialmente Wang Tin wei e diversos membros do comitê central do Kuomintang condenam a ação de Kai Shek, levando a uma ruptura entre as alas direita e esquerda do partido, expressas nos

governos de Nanquing e Wuhan.

Tal ruptura, no entanto, dura muito pouco, com a ruptura de Wang Tin Wei com o PCCh e com Stalin, diante da tentativa de formação de um exército de camponeses e operários para resistir aos ataques dos direitistas.

O resultado do conhecido "Massacre de Shangai" foi o de cerca de 10 mil comunistas presos ou assassinados em menos de 20 dias, ao longo de diversas províncias, como Cantão, Nanquing, Fujon, entre outras.

Diante da tragédia, não restou muita saída ao bloco Stalin-Bukharin, a não ser decretar o fim da cooperação com o Kuomintang, levando aos "acessos de golpismo e aventureirismo", que motivaram no período de refluxo das forças revolucionárias e estabilização da dominação do Kuomintang, a tentativa de insurreição e formação de um soviete por cima, sem eleição, artificialmente criado pela direção do PC, em Cantão. Tal episódio levou ao decreto de uma "data para a insurreição" em uma situação inoportuna, no final de 1927, levando-a a ser esmagada rapidamente.

Desta forma, se concretiza a imposição de um situação contrarrevolucionária nesta terceira "etapa" da segunda revolução chinesa que, após a primeira, em que vigora a subordinação comunista à burguesia nacional a frente do Kuomintang e sua teoria do "bloco das 4 classes", e a segunda, da criação do governo em Wuhan pela efêmera ala esquerda do KMT, de Wan Tin Wei, na qual a IC buscou inutilmente se refugiar, sela, com um giro aventureiro em momento inoportuno, o refluxo geral das forças revolucionárias.

As bandeiras democráticas e a estratégia soviética na dinâmica da

situação

Para Trotsky, assim como para Lênin, o problema da orientação do partido está intimamente ligado à analise das relações de força numa situação específica. O diagnóstico correto, fruto da análise da inter-relação entre as classes, é crucial para a determinação do prognóstico revolucionário. Não se utiliza o mesmo cartel de posições políticas em uma situação revolucionária e em uma situação não revolucionária.

Deste modo, o autor nos apresenta o mosaico de erros fatais cometidos pela orientação proposta pela IC e levada a frente pela direção do PCCh, frutos de uma apreciação teórica equivocada, tanto em relação as características da revolução chinesa, quanto em relação à correlação de forças nos momentos de sua implementação.

Já em 1925-27, no auge da luta revolucionária em Shangai e do surgimento da greve geral com comitês auto-organizados em Cantão, se o partido chinês tivesse se constituído como organização e se orientado de maneira independente do Kuomintang, formando soviets como a via para liderar as massas "*através dos estágios necessários", desde, inclusive, o início da marcha para o norte,* **implementando o programa socialista nas regiões liberadas***,* era possível o fortalecimento da posição comunista, a formação de seu exército e, assim, a tomada do poder.

Ocorre que tal caminho foi bloqueado pela falsa definição de que a Revolução chinesa possuía um caráter exclusivamente democrático-burguês, o que levou, assim, os operários e camponeses a subordinação obrigatória à direção burguesa do KMT e ao amordaçar da ação comunista: os operários estariam proibidos de tomar o poder enquanto um "governo democrático" não estivesse na direção da

China.

Desse modo, a direção do Bloco Stalin-Bukharin proibia e dificultava a adoção da bandeira de formação de Soviets ou conselhos operários, para agitação e para prática, durante todo o auge revolucionário, uma vez que estes deveriam apenas ser fomentados "às vésperas" da insurreição, durante a transição para a revolução proletária. De maneira mais absurda, ainda afirmavam sua validade "apenas quando um sólido êxito estiver assegurado (sic)".

Em Stalin - o Grande organizador de Derrotas, Trotsky aponta como desta posição oportunista em essência, após o giro golpista de Chiang Kai Shek, concretizado com a mordaça (1926) e posterior massacre dos comunistas (1927), a resposta posterior foi o giro ultra-esquerdista da direção da IC e chinesa, como tentativa de compensar seus erros passados e "eletrizar as massas" em debandada.

A convocação do Soviet "por procuração" em 1927, em Cantão, foi o exemplo tácito deste giro, cujo único efeito foi facilitar o trabalho de esmagamento da vanguarda revolucionária, que ainda resistia na situação de refluxo aberta com o fortalecimento da posição de Kai Shek e do KMT.

Após tal evento, dizia Trotsky, se abriria um novo momento de **estabilização,** em que a burguesia nacional do KMT, se vendo segura politicamente, se esforçaria pela recomposição de estradas, estabilização cambial, recomposição dos transportes e, assim, a um aumento da circulação comercial que lhe propiciaria um fôlego para as tarefas de manutenção da unificação Chinesa, industrialização e consolidação de sua dominação política.

Nesse cenário, o partido comunista teria de partir quase do zero, provavelmente sofrendo as penúrias de uma vida clandestina,

tendo de buscar se fundir, através de todas as lutas defensivas, dos sindicatos, das organizações rurais, à massa proletária e camponesa que veria uma ascensão numérica devido ao crescimento econômico.

Nestas circunstâncias, uma alteração total de prognóstico se opera e, assim, a luta pelas bandeiras democráticas mais elementares, num país cuja experiência com a democracia liberal e o parlamentarismo é escassa, ganha enorme destaque como as vias para a recomposição da influência e relação dos comunistas com as massas proletárias.

A bandeira de Soviet, ou seja, a via para a tomada do poder, adquire um caráter propagandístico, cujo papel é abrir uma perspectiva e apontar o objetivo principal, a tomada do poder. No entanto, nestas circunstâncias, a luta pela jornada de 8 horas, pelas liberdades de imprensa, organização, reunião, de greve, assim como aquelas referentes às tarefas democráticas não resolvidas, como a distribuição de terras aos camponeses e a unificação nacional, ganham evidência como as vias para conquistar as massas e separá-las da influência das correntes políticas "democrático burguesas", que vendem a ilusão da resolução de tais problemas pelas vias normais da legalidade e em respeito a propriedade burguesas.

Trotsky, após a derrota da insurreição e do Soviet fantoche de Cantão, retoma a resolução do delegado chinês no Sexto congresso, Strakhov, para ilustrar as consequências catastróficas do giro da IC: nela, afirma-se que na China apenas os oportunistas querem substituir a palavra de ordem de Soviets pela de Assembleia Nacional (constituinte).

Desta forma, se evidencia o equívoco total quanto ao diagnóstico da situação contrarrevolucionária e se preparam novas derrotas. O autor demonstra como na situação contrarrevolucionária aberta após

27, a tarefa de preservar o proletariado da influência dos democratas pequeno-burgueses e reconquistar os laços e influência do partido entre as massas, só pode passar pela defesa resoluta de todas as bandeiras democráticas e, inclusive, de uma Assembleia Nacional. Tal experiência é coerente com a linha Bolchevique durante todo o período posterior a 1905, que lhe garantiu a autoridade e laços diante da classe para fomentar o surgimento de soviets e rumar para a insurreição em 1917.

Assim, **a bandeira da "terceira revolução chinesa"**, **os soviets**, cuja existência deve se dar como "forma organizativa" das forças "centrípetas", de unidade, que um auge de luta proletária colocam em movimento, **não se opõe as bandeiras da democracia formal (burguesa), inclusive em sua forma suprema, uma Assembleia Nacional, que decorrem da derrota da "segunda revolução chinesa"**, em que, por conta de uma direção falsa, o auge revolucionário se perdeu e se abriu um momento de recomposição de forças, influência e direção comunista entre os operários, situação na qual predominam as "forças centrífugas" entre os proletários.

Desto modo, se torna evidente que não apenas nesta situação desempenha um papel estratégico a defesa das bandeiras democráticas, como deve ter papel privilegiado na agitação do partido. Essa agitação, não deve rivalizar com o programa socialista e a perspectiva soviética de organização para a luta e para a insurreição. Seu valor está justamente na perspectiva que abre para camadas mais amplas dos trabalhadores.

Trotsky vai nos lembrar ao final de seus comentários sobre a questão chinesa, que a importância das palavras de ordem democráticas está em que permitem desembocar numa

via revolucionária e, em relação ao objetivo principal, a tomada do poder, não possuem um caráter senão secundário e episódico. Seu foco deve ser o de combater todos os elementos da pequeno burguesia que tentem vender a ilusão de resolver os problemas fundamentais da nação através do parlamento e da legalidade burguesa, demonstrando que o poder não se apoia em votos ou formas da democracia liberal, mas no monopólio das armas e da propriedade.

Nesse caminho, desde o início dos possíveis momentos altos da luta revolucionária, o partido deve lutar para fomentar a criação de conselhos (soviets) como órgãos da luta aberta das massas, centralizando suas forças, articulando os diversos setores de proletários em luta, assumindo tarefas cada vez maiores e rivalizando com o poder burguês, o que, cedo ou tarde, pode levar à insurreição e a tomada do poder. No pior dos casos, se daria a ampliação da experiência dos trabalhadores com os órgãos "supremos" de luta e frente única proletária e futuros órgãos de poder de um Estado dos trabalhadores, elemento crucial para futuros levantes bem sucedidos.

Um exemplo desta inter-relação dinâmica pode ser visto na Rússia em 1918. Por lá, a revolução democrática, ou seja, a questão da terra, da guerra e das nacionalidades, foi resolvida pela democracia direta soviética, após a tomada do poder. Ainda assim, os bolcheviques foram favoráveis à manutenção da Assembleia Constituinte (AC), eleita em 1917 e com maioria dos oportunistas conciliadores. Sua ocorrência cumpriu uma função propagandística única: Em seu único dia de duração, a posição majoritária da AC se opunha a entrega de terras aos camponeses e defendia a manutenção da participação russa na Guerra Mundial.

Não poderia haver, então, lição mais nítida da superioridade da democracia dos Soviets em relação à democracia burguesa perante as massas, o que levou a dissolução da AC, sem nenhuma dificuldade, após um dia de existência.

Referências:

BENTON, G. *Prophets Unarmed*: Chinese Trotskyists in Revolution, War, Jail, and the Return from Limbo, Historical materialism book series. 2017.

ISAACS, H. *The tragedy of the chinese revolution*. Haymarket Books. 2010.

TROTSKY, L. *Stalin*: o Grande Organizador de Derrotas. Editora Sundermann. 2010.

___ *Problems of the Chinese Revolution*, MIA, 1928.

___ *Peasant War in China and the Proletariat*, MIA, 1933.

A Revolução Permanente na América Latina

João Aragão Neto[1]

A Revolução Permanente na América Latina é um tema muito abrangente. Neste estudo, abordaremos as experiências mais significativas, mais importantes.

Inicialmente, vamos recapitular algumas teses da Teoria da Revolução Permanente, enunciada por Karl Marx e desenvolvida por Leon Trotsky, relativas aos países atrasados, semicoloniais, como os latino-americanos:

"1. A teoria da revolução permanente exige, na atualidade, a maior atenção da parte de todo marxista, uma vez que o desenvolvimento da luta ideológica e da luta de classes fe o problema sair definitivamente do domínio das recordações das velhas divergências entre os marxistas russos, para apresenta-lo em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da revolução permanente internacional em geral.

2. Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadora só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas componesas.

3. Tanto a questão agrária quanto a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a

[1] É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: joaoaragaoneto@gmail.com

aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizara numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal." (Leon Trotsky, "A REVOLUÇÃO PERMANENTE", pág. 205/206, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007).

Cabe uma observação com relação ao campesinato pobre, o qual vem se transformando em trabalhador rural, com o desenvolvimento dos países atrasados, sobretudo países mais industrializados, como a Argentina e o Brasil, isto é, com o processo de urbanização, que implica na redução da população rural.

Prosseguindo, a Revolução Permanente na América Latina está marcada pela política de frentes populares, ou seja, frente populistas de conciliação e colaboração de classes, a política de subordinar a luta dos trabalhadores aos interesses da burguesia, portanto um política eminentemente menchevique, conforme a concepção de Georg Dimitrov.

Inicialmente, tivemos a experiência do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), de Víctor Raúl Haya de la Torre, a partir de 1929.

Tivemos a experiência na Argentina, com o morenismo subordinando-se ao nacionalismo burguês do General Perón, ao defender a palavra de ordem "sob a disciplina do General Perón".

No Brasil, tivemos primeiro a experiência do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que depois do período ultra-esquerdista do terceiro período da Internacional Comunista (quando houve a "Intentona Comunista", em 1935), deu uma guinada para a política frente populista, em conformidade com a virada da IC, adotando a

política de seu teórico, Gerg Dimitrov.

Ainda em nosso País, tivemos as experiências do PT (Partido dos Trabalhadores), primeiro com Lula e José de Alencar, a partir de 2002, e depois com Dilma e Temer, a partir de 2010 até 2016, quando ocorreu o golpe que derrubou Dilma Rousseff.

Na Bolívia, em 1952, ocorreu a Revolução Boliviana, que destruiu o exército e o Estado burguês, mas infelizmente a classe operária, com a sua vanguarda revolucionária, os mineiros, não lograram tomar o poder em razão da política frente populista da direção do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia (o POR boliviano), que apoiou a ala esquerda do Movimento Nacionalista de Esquerda (MNR), de Paz Estensoro e Siles Suaso, subordinando a política dos trabalhadores aos interesses da burguesia, o que permitiu que a revolução fosse golpeada e o Estado burguês reconstruído.

Essa política do POR boliviano foi eminentemente menchevique. O POR estava dividido, mas todas as tendências do mesmo e da IV Internacional apoiaram a ala esquerda do MNR.

A IV Internacional a partir dessa derrota na Bolívia deixou de existir enquanto partido mundial da revolução proletária. Com isso não negamos a luta dos trotskistas após 1952, mas ela, enquanto Internacional, enquanto organização bolchevique centralizada, deixou de existir.

Depois, ainda na Bolívia, em 1971, tivemos a experiência da Assembleia Popular, o primeiro soviete da América Latina (Conselhos Operários, com funções deliberativas e executivas, órgãos de duplo poder, ou seja, órgão que visam a tomada do poder). Todavia, mais uma vez o POR boliviano, com a sua política frente populista e menchevique, agora apoiando o governo nacionalista do General Torres, com ilusão

grave de que este fosse entregar armas aos trabalhadores, conforme a desorientação de seu principal líder Guillermo Lora. Essa política do POR foi denunciada pela fração Vern-Rayan da Califórnia, do Socialist Works Party (SWP).

O POR defende a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA). Essa política vem do IV Congresso da Internacional Comunista, de acordo com as Teses Gerais do Oriente, elaboradas por Gerg Zinoviev. Tais teses são eminentemente etapistas e mencheviques. Basta dar um lida nas mesmas e constata-se facilmente o seu caráter burguês.

Cuba: a experiência vitoriosa

A única exceção na América Latina, foi a Revolução Cubana, onde inicialmente, embora fosse adotada a política de frente populista, houve posteriormente uma ruptura com a mesma, com o proletariado cubano e a maioria oprimida nacional indo além do programa pequeno-burguês da direção castrista e expropriando a burguesia, ou seja, apoderando-se dos meios de produção.

Essa hipótese foi prevista por Trotsky, no Programa de Transição:

> "É possível a criação de um governo dessa espécie pelas organizações operárias tradicionais? A experiência pregressa mostra-nos, como já foi dito, queé, para dizer-se o mínimo, altamente improvável. Não podemos, no entanto, negar categoricamente de antemão a possibilidade teórica de que, sob a influência de circunstâncias completamente excepcionais (guerra, derrota, *crash* financeiro, pressão revolucionária das massas, etc.), o partidos pequeno-burgueses, inclusive os stalinistas, possam ir além do que desejem na via da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa

> está fora de dúvida: mesmo que essa variante altamente improvável se tornasse, em algum lugar e em algum momento, uma realidade e o "governo operário e camponês", no sentido mencionado acima fosse estabelecido de fato, isso representaria meramente um curto episódio na via da verdadeira ditadura do proletariado." (Leon Trotsky, Programa de Transição, págs. 58/59, Tradução e notas de Rui Costa Pimenta, Edições Causa Operária, Outubro de 2019).

Logo após a insurreição, Fidel Castro em Nova Yorque, fez um discurso onde disse que a Revolução era obra de todas as classes. Todavia, isso não era verdade, pois embora setores da burguesia participasse da frente popular (como sempre esperando uma oportunidade para golpear a revolução e promover a contrarrevolução), concretamente quem impulsionava Revolução era o Movimento 26 de Julho, o Partido Comunista Cubano e o movimento operário e popular com os camponeses radicalizados, que promoveram greves gerais e lançaram uma ofensiva, fazendo com que fosse realizada a Reforma e Revolução Agrária, o que desembocou na expropriação da burguesia e na expulsão do imperialismo.

Colômbia e Nicarágua: as experiências que ficaram no meio do caminho

Na Colômbia, há mais de 60 anos, existe um movimento guerrilheiro que chegou a dominar boa parte do território colombiano, todavia não chegou a tomar o poder. As Forças Armadas Revolucionárias (Farcs) e Exército de Libertação Nacional (ELN) travam uma luta heroica, mas infelizmente, em razão da limitação de seu programa foquista pequeno-burguês, não consegue adotar uma estratégia revolucionária, que propicie a tomada do poder na Colômbia.

Apenas o programa operário marxista revolucionário, colocando a necessidade da expropriação da burguesia e do imperialismo, a socialização dos meios de produção, poderá traçar a tática e estratégia da revolução proletária na Colômbia, apontando as limitações da "teoria do foquismo", uma vez que não basta "atuação heroica, exemplar e individual", mas ter a perspectiva que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, como ensinou Karl Marx.

A experiência de Che Guevara na Bolívia, em 1967, demonstrou a limitação do foquismo, isto é, a guerrilha isolada do movimento de massas não propicia perspectiva para os trabalhadores. A guerrilha é um método de luta, como a guerra civil, as mobilizações, as greves, os protestos, podendo ser adotada em conformidade com a situação política concreta, como, por exemplo, fizeram os guerrilheiros iugoslavos. Ela não pode ser erigida a uma panaceia. Outra coisa, a guerrilha colombiana deve rechaçar os "acordos de paz" do governo colombiano, pois o objetivo dele é apenas implementar uma caçada, visando o extermínio físico dos guerrilheiros. As Farcs e o ELN colombianos necessitam fazer esse balanço para mudar sua estratégia de luta, adotando o marxismo revolucionário para sua inserção no movimento de massas colombiano.

Em 1979, houve a experiência da Revolução Nicaraguense, todavia a direção guerrilheira da frente sandinista, liderada por Daniel Ortega, praticamente entregou o poder à burguesia, com um governo de coalizão com os empresários, liderados por Alfonso Robelo Callejas.

A nova estratégia do imperialismo: "capturar" movimentos populares legítimos

A partir da Revolução Nicaraguense, em 1979, o imperialismo passou a adotar uma política mais "sofisticada" de contrarrevolução, mudando seus métodos de atuação. Antigamente, o imperialismo agia de forma direta, como fez, apenas para exemplificar, no Brasil em 1954/1964, Bolívia em 1971, no Chile em 1973, na Argentina em 1976, etc. Agora, o imperialismo além de se infiltrar e atuar diretamente, também "impulsiona" (usa oportunisticamente) movimentos populares, implementando a sua estratégia, como fez, por exemplo, no Brasil, em 2016, na derrubada de Dilma Rousseff.

Isso aconteceu também, por exemplo, na Líbia, com a derrubada de Muamar Kaddafi, em 2011, quando o imperialismo apoiou, a partir de 1980, o movimento do Sindicato Solidariedade, dirigido pelo sindicalista católico, Lech Valensa, que levou à restauração capitalista na Polônia, em 1989, assim como o imperialismo apoiou o governo de Boris Ieltsen, em 1991, propiciando a restauração capitalista na ex-URSS, etc...

Infelizmente, enquanto o imperialismo a cada dia se organiza ainda mais, por outro lado os trabalhadores se ressentem da falta de uma internacional comunista, operária e revolucionária, cuja construção defendemos como fundamental para a revolução proletária mundial, para a emancipação da classe trabalhadora, visando a construção do Socialismo.

As perspectivas da Revolução Permanente nos dias de hoje

A classe trabalhadora latino-americana trava hoje uma batalha de suma importância em Cuba, sendo fundamental a sua defesa

incondicional.

> "Stalin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stalin eliminado pelos imperialistas: é a contra-revolução que triunfa. Tal é o sentido preciso de nossa defesa da URSS em escala mundial, trata-se de uma orientação análoga de nossa defesa da democracia em escala nacional." (Leon Trotsky, **Uma Vez Mais: A União Soviética e Sua Defesa**, **4 de Novembro de 1937).**

A Ilha após mais de 60 anos de bloqueio norte-americano, encontra-se em uma situação política e econômica dramática, evidenciando o absurdo da "Teoria do Socialismo em um só país".

Cuba necessita de uma revolução política para que a burocracia seja substituída pela classe trabalhadora. Todavia, é importante assinalar que para a burocracia ser substituída não é suficiente a classe em si, mas a classe para si, ou seja, a expressão consciente da classe trabalhadora cubana, isto é, o seu partido operário marxista revolucionário, seção da Internacional comunista, operária e revolucionária.

A Revolução Permanente de Trotsky no século XXI

Savvas Matsas[1]

1. A humanidade passa por um ponto de grande inflexão histórica. Quarenta anos de globalização do capital financeiro após 1980 foram interrompidos por dois tremendos choques globais: a ainda não resolvida crise global capitalista que eclodiu em 2008 e a pandemia de Covid 19, ainda inacabada, em 2020.

Ambos os eventos em suas diversidades são unificados em sua fonte. O prolongado processo de globalização do capital financeiro pós 1980 globalizou todas as contradições internas do capital e implodiu em 2008. O mesmo processo levou a uma destruição tão gigantesca dos ecossistemas e do metabolismo social entre a natureza e a sociedade que produziu a "epidemia das epidemias", culminando agora com a catástrofe humanitária da pandemia, um prelúdio de ameaça da vida e a aproximação da catástrofe das mudanças climáticas. O Capitalismo Decadente prova-se ser incompatível com as necessidades mais urgentes do atual processo de vida em si mesmo.[2]

2. Problemas globais requerem soluções globais - e o capitalismo não pode fornecê-las. A "mão invisível do mercado" ficou completamente paralisada para enfrentar os desafios da crise

---

[1]Veterano do trotskismo grego, dirigente do EEK (Partido Revolucionário dos Trabalhadores). Contato: savvasmatsas@gmail.com

[2]Ver Savvas Michael-Matsas, The Post Covid World, Moscow Economic Forum 2021, International Political Economy Congress, 27-29 de maio, 2021 e The death agony of "free market" and Socialism, in Non Capitalist Mixed Economies (Theory, History and Future), Conferência organizada por Karl Polanyi Center, Eszmélet Journal e Social Theory College em Budapest, 23-26 jun., 2021.

pós-2008 e da pandemia, bem como para oferecer uma saída e uma bem-sucedida solução a eles, apesar das extraordinárias medidas "heterodoxas" utilizadas pelos bancos centrais e governos. O papel reforçado da intervenção do Estado em2008/09 e particularmente em 2020/21 enquanto operação contenção,atrasou a queda no abismo, mas não conseguiu superar nem a crise capitalista global nem os estragos da pandemia. No nível socioeconômico, a intervenção dos bancos centrais e governos exacerbou a crise de superendividamento, a instabilidade financeira, ampliou a zumbificação de bancos e empresas não sustentáveis, elevando as pressões inflacionárias — e aprofundando enormemente todas as desigualdades sociais dentro países e entre os países, especialmente o abismo existente entre o Norte Global e o empobrecido e faminto Sul Global, onde vivem dois terços da humanidade. Em relação à pandemia, adestruição dos serviços públicos de saúde por quarenta anos deneoliberalismo, a competição entre a voraz Big Pharma, o egoísmo vacinal e o nacionalismo das classes dominantes na América e na Europa, a subordinação generalizada da saúde e sobrevivência dos trabalhadores às necessidades de sobrevivência e lucro da economia capitalista produziram um desastre humanitário inacabado.

Em nível histórico, a contradição entre o próprio *Estado-Nação* e a *Globalização* em crise atingiu seu clímax, justamente porque o caráter mundial da divisão do trabalho, das forças produtivas, da interconexão global da vida socioeconômica colide com os limites do capital e do Estado nacional. O Estado-Nação é totalmente incapaz de dar soluções globais para os problemas globais mais urgentes, como a vacinação universal, ou protocolos de saúde para erradicar a pandemia em escala mundial, ou planejar e implementar medidas urgentes contra

as mudançasclimáticas.

Assim, uma crise estrutural multiforme do Estado se manifesta em conflitos sociais e crises de regime político em um país após o outro. Todas as características específicas, a combinação particular de formas deopressão na formação histórica de cada país (brutalidade das forças repressivas, racismo sistêmico, patriarcado, discriminação étnica, religiosa, sexual etc.) vêm à tona, agudizando todos os conflitos sociais, desestabilizando a situação política e intensificando a crise de governabilidade.

Esse impasse provoca polarização social, explosões de raiva em massa e rebeliões populares, desde o centro do capitalismo global, os EUA, com ogigantesco movimento Black Lives Matter, mobilizando 25 milhões de pessoas nas ruas após o assassinato de George Floyd, até o vulcão latino- americano e o Oriente Médio em chamas.

Por outro lado, o impasse sistêmico produz a ascensão da extrema direita e das tendências fascistas, que exacerbam os antagonismos nacionais e imperialistas, escalando o impulso de guerra imperialista, que agora mira abertamente, como "*concorrentes estratégicos*" do imperialismo dos EUA, a China e a Rússia.

3. O avançado caráter **globalizado** das contradições que conduzem ahistória hoje, seu desenvolvimento desigual e combinado em escala mundial, tornam mais atual do que nunca a **teoria da Revolução Permanente de Leon Trotsky**.

A teoria de Trotsky, justificada na prática histórica durante o séculopassado, não tem nada a ver com as vulgares distorções stalinistas sobre "*revolução simultânea em todos os países*" ou "*exportar a revolução socialista*", "*ignorar tarefas democráticas incompletas do*

desenvolvimento histórico" etc.

Por outro lado, não deve ser calcificado em uma fórmula mecânica supra-histórica ou reduzido a apenas um de seus aspectos, mais frequentemente somente relacionados à transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista nos países subdesenvolvidos da periferia do capitalismo.

Além disso, ataques mais sofisticados, porém igualmente errôneos a Trotsky e à revolução permanente como sendo "*uma generalização das condições do Oriente em 1917, mas inaplicável no Ocidente*", "*uma extensão mecânica da guerra de movimento ou guerra de manobra, de ataque frontal*" etc., desenvolvidos por Antonio Gramsci, devem também ser rejeitados.

Gramsci, em nota bastante conhecida em seus Cadernos do Cárcere, considera "*o conceito político da chamada "Revolução Permanente", que surgiu antes de 1848 como uma expressão cientificamente evoluída da experiência jacobina de 1789 ao Termidor*". O que corresponde a uma sociedade e Estado capitalista precoce, ainda imaturo e "*fluido*". "*No período posterior a 1870 [...] a fórmula de quarenta e oito da "Revolução Permanente" é expandida e transcendida na ciência política pela fórmula da 'hegemonia civil'*".[3]

Argumentamos que, na realidade, o Conceito de Revolução Permanente reflete a modernidade burguesa, evoluindo e amadurecendo ao longo de todo o seu desenvolvimento histórico. Desde a época da ascensão burguesa, quando, na Grande Revolução Francesa, "*a luta mundial da burguesia pela dominação, pelo poder e pelo triunfo indiviso encontrou sua expressão clássica*"[4] e do chamado Jacobino

[3]Antonio Gramsci, Q13, #7, in Selections from the Prison Writings Lawrence and Wishart 1971, p.242-243.
[4]Leon Trotsky, Results and Prospects, 1906.

pela *Révolution en permanence*, ao apogeu e ponto de virada do capitalismo, em meados do século XIX com a Revolução Europeia de 1848 e o Discurso de Marx e Engels em 1850, até a época imperialista do declínio capitalista e a reelaboração teórica de Trotsky da Revolução Permanente na Revolução Russa de 1905, sua reivindicação em 1917 e seus desdobramentos posteriores na luta contra a doutrina de "socialismo em um único país" de Bukharin e Stalin.

Utilizando a leitura materialista dialética de Lênin sobre Lógica de Hegel, o que era, inicialmente um *Begriff*, um *Conceito*, entre jacobinos radicais como Saint-Just, evolui mais tarde, por Marx e Trotsky, alcançando um nível mais elevado e adquirindo um conteúdo muito mais rico enquanto "*unidade entre Conceito [Begriff] e Realidade*"[5] com o apogeu e o declínio do capitalismo.

A força motriz, a contradição fundamental que dá um caráter ***permanente*** ao processo revolucionário nos Tempos Modernos é apreendida com precisão e profundamente formulada por Marx em seus *Grundrisse*. O capital como valor autoexpansível tende a superar todas as barreiras externas e limites internos com os quais se choca permanentemente:

> "A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, as quais, em um determinado estágio de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, portanto, conduzirá a sua própria suspensão".[6]

A modernidade, a irresistível tendência à universalidade

[5]V.I,. Lenin, Philosophical Notebooks, vol. 38 of Collected Works, Moscow-Progress p.170, 1972.
[6]K. Marx, Grundrisse, Penguin 1973, p.410.

nascida do capitalismo e em confronto, frequentemente violento, com seus limites finitos, atinge um ponto histórico em que se torna incompatível com as condições capitalistas que a deram origem. Uma época de transição começa a superar o capitalismo, a última forma antagônica da sociedade de classes, rumo à emancipação humana universal, o comunismo mundial.

Trotsky entendeu no início do século XX que a sociedade humana entrou nesta época de transição e, a partir desta transformação de época mundial,ele estrutura, já em 1905, a concepção marxista da Revolução Permanente. ***A Revolução Permanente torna-se a auto-reflexão dialéticada época.***

Em junho de 1905, Trotsky escreveu:

> "Unindo todos os países ao seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político. Assim como o crédito moderno une milhares de empreendimentos através de laços invisíveis e dá ao capital uma incrível mobilidade que evita diversas pequenas falências, mas ao mesmo tempo é a causa da extensão sem precedentes de crises econômicas gerais, então todo o esforço econômicœ político do capitalismo, seu comércio mundial, seu sistema de monstruosas dívidas estatais e os agrupamentos políticos de nações que drenam todas as forças de reação para uma espécie de sociedade anônima mundial, não apenas resistiram a todas as crises políticas individuais, mas também preparam as bases para uma crise social de dimensões inéditas. Conduzindo todos os processos de doença para baixoda superfície, evitando todas as dificuldades, adiando todas as questões profundas da política interna e internacional e encobrindo todas as contradições, a burguesia conseguiu adiar o desenlace, mas com isso preparou uma liquidação radical de seu governo em escala mundial".[7]

[7]L. Trotsky, Foreword to F. Lassalle's Address To the Jury, citado em Results and

Estas proféticas palavras elucidaram a mudança da época histórica mundial no início do século XX, cujo primeiro momento crucial foi a Revolução Russa de 1905 e se manifestou com mais força em outubro de 1917.

Em certo sentido, estas palavras soam ainda mais esclarecedoras e proféticas agora, no século 21. Nos últimos quarenta anos, a globalização do capital financeiro, tentando escapar da crise global após o colapso do acordo keynesiano internacional do Bretton Woods do pós-guerra, trouxe a "*tendência à universalidade*" aos seus extremos – e aos cataclismos das primeiras décadas do Século 21, o choque capitalista global de 2008 que escala para uma catastrófica "tempestade perfeita" com risco de vida em 2020.

4. A centralidade dada pela teoria da Revolução Permanente de Trotsky ao caráter mundial do processo histórico na época imperialista de declínio capitalista não reduz a universalidade a um todo abstrato, formal, homogêneo, esvaziado de toda diversidade, especificidade, contradições entre as partes e sem vida. Pelo contrário, Trotsky critica duramente Stalin, o DiaMat/IstMat stalinista, bem como o chamado "*marxismo ortodoxo*" da Segunda Internacional por tal formalismo mortal.

A primazia do internacional sobre o nacional e o local em nossa época não anula a lei fundamental do desenvolvimento histórico desigual e combinado, representando respectivamente as forças centrífugas e centrípetas que aprofundam as diferenças de nível histórico, aguçam suas contradições e ao mesmo tempo interligam todas as partes contraditórias e as múltiplas temporalidades em um

---

Prospects op.cit.

único todo. *Sem a dialética do desenvolvimento combinado e desigual, nenhuma teoria marxista da Revolução Permanente é possível*.

A concepção de Trotsky rompe com toda concepção linear da história, com todo o gradualismo reformista ou das "revoluções por etapas", mecanicamente separadas.

5. É a partir desse ponto de vista dialético que Revolução Permanente adquire toda sua vitalidade, atualidade e urgência enquanto teoria, método, perspectiva, estratégia e programa para a vanguarda operáriaorganizada na atual situação histórica mundial no século XXI.

Sem dúvida, essa "tempestade perfeita" mundial de uma crise capitalista global sem precedentes, combinada com uma pandemia ainda descontrolada e uma mudança climática catastrófica, desempenha um papel determinante geral que afeta todas as relações sociais e políticas dentro e entre os países. Ao mesmo tempo, aprofunda as desigualdades e tornam intransponíveis todas as desigualdades em todos os lugares, no centro, na semiperiferia e na periferia do capitalismo, dentro e entre países, regiões e continentes.

O abismo que separa o Norte e o Sul Global não deixa qualquer espaço para ilusões nas elites burguesas nacionais dos "*países emergentes*" deum "*alcançar*" as economias capitalistas avançadas. Ao mesmo tempo, nenhuma "*dissociação ou desvinculação*" é possível em uma economia capitalista mundial insoluvelmente interconectada, dominada pelo capital financeiro global e pelo imperialismo. O impasse é absoluto e os desastres intermináveis: o desastre humanitário pela pandemia e falta de vacinação ou quaisquer protocolos de saúde, o desemprego em massa, a inflação em espiral, a fome, as novas medidas

draconianas do FMI, a corrupção das classes dominantes, a repressão do Estado, as agressões imperialistas e as guerras. O desespero social e a miséria permanente alimentam um estado permanente de rebelião, bem como gigantescas e ininterruptas ondas de migração em massa para o Norte Global. Mas, desta vez, o movimento migratório não se dirige a centros em expansão econômica, mas a países metropolitanos devastados por crises e depressões. Milhares de migrantes desesperados e suas famílias encontram a morte no Mediterrâneo e no Mar Egeu, em frente à "Fortaleza Europa" ou nas fronteiras militarizadas da América. Aqueles que finalmente entram, são presos em campos de concentração ou enfrentam ódio racial e xenofobia patrocinados pelo Estado.

Surge um novo proletariado nômade. Este proletariado apenas pode encontrar futuro e emancipação na solidariedade e na luta unida com o movimento operário e as massas proletarizadas dos países metropolitanos, bem como junto ao novo proletariado industrial nos centros urbanos da Ásia, América Latina e África, vanguarda dos camponeses pobres em lutadas zona rurais.

As dinâmicas de classe nos antigos países coloniais e semicoloniais confirmaram as previsões de Trotsky e as perspectivas da Revolução Permanente. Mais de cem anos de experiências provaram sem sombra de dúvida a falência política do nacionalismo burguês, seja secular ou religioso, enquanto a divisão entre nações opressoras e oprimidas permanece e se intensifica como uma característica estrutural da época imperialista do capitalismo mundial em declínio. A luta anti-imperialista pode ser vitoriosa e a libertação nacional alcançada pela revolução socialista dos trabalhadores e camponeses pobres tomando o poder e estabelecendo Federações Socialistas em

suas regiões e continentes. Nenhuma colaboração de classe com as corruptas elites burguesas locais acaba com o imperialismo, mas sim a luta de classes revolucionáriamundial é o caminho para a emancipação nacional e social.

6. Um caso particularmente complexo envolve países do antigamente chamado "socialismo realmente existente", principalmente a China e a Rússia, que avançam no caminho da restauração capitalista após 1989-91. Presos às contradições do processo de restauração, estes países estãoenfrentando agora uma escalada da pressão militar, econômica e política imperialista para impor-lhes, por todos os meios, subjugação total, afragmentação e impor um novo tipo de colonização imperialista sob o domínio semi-fascista do comprador, mascarado enquanto uma "mudançade regime democrático".

Regimes restaurativos e oligarcas não são capazes nem sequer estão dispostos a derrotar a ofensiva imperialista. Eles buscam um compromisso improvável e uma acomodação impossível com o inimigo agressor de seus povos, em nome da "cooperação internacional", "multipolaridade", um "acordo ganha-ganha" etc., todos os avatares das velhas fórmulas fracassadas de "coexistência pacífica" e do "socialismo "burocrático em um único país".

Sem qualquer apoio de regimes restaurativos, oligarcas ou Bonapartes, a classe trabalhadora internacional e sua vanguarda não devem permanecer neutras em face da agressão imperialista, mas lutar para derrotá-la. Deve- se manifestar a solidariedade em ação apoiando as mobilizações políticas das próprias massas nesses países para derrotar o imperialismo. A luta anti-imperialista, para ser vitoriosa, necessariamente deve não estar presa a um nacionalismo cego que

serve às elites dominantes, mas deve adquirirum caráter ***permanente*** até *a derrota do próprio processo de restauração capitalista, que abre o caminho para o imperialismo e a colonização, e até a expropriação das oligarquias para uma reconstrução socialista da economia sob controle de trabalhadores, todo o poder aos genuínos soviets sem burocratas, completa democracia dos trabalhadores e uma política internacional ativa de apoio a todos os movimentos revolucionários e de libertação no mundo*.

7. A tese central de Trotsky de que a vitória final decisiva de uma revolução permanente mundial deve ser a derrubada do capitalismo em seus centros que controlam a economia mundial e as forças produtivas sociais mundiais permanecem válidas como sempre.

Neste estágio avançado do declínio capitalista do século XXI, a decadência do núcleo imperialista, especialmente em seu coração, a América, torna-se aparente, terrível e sinistra. A arrogância de 1991, quando a "vitória final e completa do capitalismo" foi celebrada após o desaparecimento da URSS, e a fúria do Império foi lançada contra a ex- Iugoslávia, o Afeganistão e o Iraque, já recebeu dois golpes devastados por Nemesis em 2008 e 2020. O demasiado irresistível "progresso" do Ocidente avançado parece mais e mais como aos olhos do *Angelus Novus* nas Teses Sobre o Conceito de História de Walter Benjamin, como "*uma catástrofe única*" amontoando "*destroços sobre destroços*".[8]

Mas este naufrágio histórico, o mais recente episódio do Declínio e da Queda do Ocidente imperial, cria uma desestabilização generalizada, polarização, radicalização, rebeliões massivas como o

[8] Walter Benjamin, Teses sobre o Conceito de História, tese IX.

Black Lives Matter, mas também insurreições fascistas, tais como a invasão do Capitólio dos EUA em 6 de janeiro de 2021. Talvez, pela primeira vez na história do capitalismo, há uma convergência desigual mas crescente de escaladas de confrontos, tanto no Norte Global quanto no Sul, de Washington DC a Bogotá, Santiago do Chile ou a Jerusalém ocupada.

Qualquer avanço ou recuo em qualquer frente internacional interage coma outra. Mas é claro que nenhum problema global pode ser resolvido sem a derrubada de seus responsáveis e a tomada do controle de forças produtivas mundiais. Nenhuma solução para o desemprego de massas, fome, falta de moradia e para a "epidemia das epidemias" pode ser dada sem a expropriação dos expropriadores. Nenhuma solução para o pesadelo das mudanças climáticas pode ser administrada por preços ou impostos sobre o carbono, mas apenas por um planejamento socialista internacionalmente coordenado sob controle dos trabalhadores. As soluções globais não podem ser fornecidas pelos estados nacionais burgueses, apenas por sua abolição e pelo estabelecimento de uma Comuna mundial.

Para avançar, os trabalhadores e oprimidos precisam de organização revolucionária e uma liderança marxista baseada no método histórico- dialético e nas lições de todas as experiências estratégicas dos desdobramentos da revolução socialista mundial de 1917 até hoje — incluindo as lições das lutas recentes, antes e especialmente após a crise global de 2008.

Os mitos do "fim da história", da "vitória final e completa do capitalismo liberal" etc., foram enterrados sob as ruínas da crise em andamento. Mas a desorientação histórica após os colapsos de 1989-1991 ainda domina ideologicamente, espalhando confusão e

ilusões. O ciclo histórico mundial iniciado em 1917 é considerado definitivamente encerrado, juntoa todas as perspectivas de revolução.

Todos os tipos de substitutos para promover a política emancipatória têm sido pesquisados tanto no fetichismo dos movimentos em si, sem desafiar os poderes políticos existentes ou às expectativas do eleitoralismo parlamentar como na formação de governos burgueses reformistas deesquerda. As esperanças vãs por uma repetição da falência política da experiência governamental do Syriza na Grécia ou do Podemos na Espanha e do Bloco de Esquerda, em Portugal, apoiando os governos social-liberais podem somente conduzir a novas derrotas e maisdesmoralização.

A ousada luta de uma vanguarda revolucionária de trabalhadores organizados dentro das massas internacionais para realizar a revolução permanente não é uma utopia abstrata. Como auto-reflexão das mais profundas demandas da época, é a única perspectiva viável de quebrar todas as barreiras que estrangulam o processo real da vida - e mudar o mundo.

O legado mais valioso de Trotsky é a arma para a vitória da revolução permanente: ***a historicamente necessária, historicamente justificada, mas ainda não históricamente concluída tarefa de construir a quarta internacional.***[9]

[9]The EEK and the Fourth International, Resolução do 17º Congresso da EKK, 11-13 de Junho, 2021. Disponível em: <https://www.neaprooptiki.gr/17th-congress-of--the-eek-eek-and-fourth-international/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

PARTE IV

A Questão Soviética e a Teoria do Estado Operário Burocratizado

Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-1991)

Marcio Lauria Monteiro[1]

> *Nos [tempos reacionários] a tarefa da vanguarda é antes de tudo não se deixar levar pelo refluxo: deve nadar contra a corrente. Se uma relação de forças desfavorável a impede de ocupar as posições que conquistou, deve ao menos conservar suas posições ideológicas, porque nelas se expressa a experiência caríssima do passado. Os tolos vão considerar esta política "sectária". Na verdade, é o único meio de se preparar para uma nova onda tremenda com a maré histórica que se aproxima.*
>
> — Leon Trotski, 1937.

O trotskismo é uma das principais vertentes do socialismo do século XX. Um dos seus pilares teórico-programáticos, ademais da reivindicação da herança dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista / Terceira Internacional, da teoria da revolução permanente e do programa transitório, são as análises de Leon Trotski

[1] Doutor em História Social pelo PPGH UFF e professor de História na Rede Municipal de Niterói (RJ). Pesquisador da história do movimento trotskista internacional e da história das revoluções sociais do século XX, em particular da Revolução Soviética e da história da URSS. É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. O presente texto é fruto de pesquisa de doutorado parcialmente desenvolvida com recursos do CNPq. Contato: marciolmonteiro@gmail.com

e da Oposição de Esquerda Internacional / Quarta Internacional sobre o que era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tais análises buscavam compreender os desvios entre o que se tornara a URSS e o projeto original da Revolução Soviética, sobretudo a formação de um regime político conservador e de ditadura da burocracia, ao invés do regime revolucionário-internacionalista e de democracia proletária dos *soviets. Elas também buscavam dar respostas políticas à questão de* como superar essa ditadura da burocracia e fazer avançar a revolução socialista mundial.

Tais análises e as posições políticas a ela vinculadas formam o que chamaremos aqui de teoria do Estado operário burocratizado, uma vez que tinham como conceito central o de que a URSS havia se transformado, na virada dos anos 1920-30, em um "Estado operário burocraticamente degenerado".

A teoria do Estado operário burocratizado e a falta de estudos sobre seu desenvolvimento pós-Trotski

O conceito de Estado operário burocraticamente degenerado designa uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo que, apesar de preservar as "conquistas sociais" da revolução social de 1917 (a tomada do poder estatal pelo proletariado e a posterior socialização dos meios de produção), passou a ter, em dado momento, um regime político equivalente ao bonapartismo das formações sociais capitalistas, baseado no monopólio do poder político por uma burocracia dotada de autonomia relativa frente ao proletariado. Tal regime foi nomeado de "stalinismo" pelo papel de Joseph Stalin enquanto principal organizador e líder dessa burocracia.

Conforme a teoria do Estado operário burocratizado, esse regime era fruto das contradições decorrentes do isolamento internacional da URSS, do atraso de suas forças produtivas e da devastação humana e material causada pela guerra civil. Ademais, tal regime bloqueava a concretização da transição ao socialismo, por perpetuar o isolamento internacional devido a seu conservadorismo contrarrevolucionário no plano internacional ("coexistência pacífica" com o imperialismo / "socialismo em um só país") e por assumir papel de freio ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do momento em que elas se tornam mais complexas (pelo seu caráter ditatorial e hipercentralizado, contraditório com as necessidades de inovação tecnológica e gestão flexível e democrática demandadas pela propriedade socializada).

Assim, tal regime deveria ser removido, através de uma "revolução política", que reestabelecesse o poder político ao proletariado e a seus órgãos de autogoverno (*soviets*). A revolução política, contudo, não resolveria sozinha o problema, sendo também necessário o avanço da revolução mundial, para remover a URSS do seu isolamento. Caso esses elementos não se concretizassem, o regime stalinista (ditadura da burocracia) poderia levar, por vias diversas, a uma contrarrevolução que restaurasse o Estado burguês e a propriedade privada dos meios de produção, ao prolongar o isolamento internacional do Estado operário, bloquear o desenvolvimento das suas forças produtivas e gerar o surgimento de setores da própria burocracia interessados em uma conversão em burguesia, para assegurarem sua forma de vida privilegiada.

Em poucas linhas, essa é a teoria do Estado operário burocratizado em sua forma original, desenvolvida para explicar

a URSS dos anos 1930 e para delinear um programa de ação para a oposição proletária e socialista-revolucionária à ditadura da burocracia / stalinismo.[2] Contudo, sua elaboração não ficou limitada aos escritos de Trotski, menos ainda à década de 1930. Tal teoria é fruto de elaborações coletivas, dos membros da Oposição de Esquerda Internacional / Quarta Internacional, e seguiu sendo desenvolvida nas décadas posteriores para dar conta de novos fenômenos.

Não obstante, a bibliografia existente sobre o tema tende a se limitar às elaborações pessoais de Trotski e desconsidera, assim, as formas pelas quais elas foram apropriadas pelo movimento trotskista internacional, especialmente do período pós-Segunda Guerra Mundial, que buscou aplicá-las e atualizá-las diante de novos fenômenos. Tais apropriações são marcadas pela aparição de formações sociais equivalentes à URSS no Leste Europeu e outras partes do mundo (China, Coreia do Norte, Vietnã e Cuba) e pelos desenvolvimentos posteriores da própria URSS, que apresentaram novos elementos para a teoria do Estado operário burocratizado. Essas apropriação, ademais, são marcadas pela grande fragmentação organizativa e teórico-programática que afetou o movimento trotskista após o assassinato de Trotski (em 1940), levando a releituras diversas do arcabouço original da Quarta Internacional.

Portanto, abordar a teoria do Estado operário burocratizado sem levar em conta tal desenvolvimento significa desconsiderar a historicidade dessa teoria, que, desde o início, foi elaborada com o objetivo político de ser um "guia para ação" e, por consequência, é

[2] Essa forma "original" da teoria se faz presente em diversos documentos da Oposição de Esquerda Internacional e da Quarta Internacional. Para uma síntese a partir das palavras do próprio Leon Trotski, ver Trotsky (2009) e também os materiais presentes em Trotsky (2011).

dotada de dinâmica para responder à própria realidade contraditória e em desenvolvimento da URSS e do stalinismo. Não se trata, portanto, de uma análise engessada, do tipo "modelo sociológico" ou "tipo ideal". Sem levar isso em conta, não é possível realizar um balanço aprofundado da sua validade explicativa e programática.

Ademais, desconsiderar as formas pelas quais os diferentes grupos trotskistas surgidos ao longo do pós-guerra se apropriaram do arcabouço teórico-programático original e buscaram aplicá-lo diante de situações concretas impede uma compreensão mais apurada de suas identidades políticas reais, isto é, para além das suas declarações formais de adesão a tal arcabouço. Impede, portanto, uma compreensão sobre as diferenças existentes entre esses grupos e o processo de fragmentação do trotskismo "pós-Trotski", no que os debates acerca dos Estados operários têm grande importância, ainda que não sejam o único elemento a ser considerado.[3]

Não obstante, na bibliografia existente sobre o trotskismo e, de forma mais geral, sobre o marxismo no século XX, no que tange à questão da URSS, predomina uma análise limitada às ideias de Trotski, deixando quase que completamente de lado a apropriação posterior pelo movimento trotskista do pós-guerra. Quando muito, se leva em conta as elaborações de algumas figuras desse movimento que obtiveram certo destaque acadêmico, em particular Ernest Mandel. Porém, mesmo isso é feito de forma em geral superficial, ao não levar

[3] Outro elemento a nosso ver fundamental é o impacto dos processos revolucionários do pós-guerra sobre os trotskistas e as releituras por eles realizadas acerca da estratégia revolucionária originalmente delineada pela Quarta Internacional, em particular a questão da "revolução permanente". Sobre isso, desenvolvemos uma dissertação de mestrado que aborda os debates travados no seio do movimento trotskista internacional no período 1944-63 – ver Monteiro (2016a) e, para uma síntese das conclusões principais, ver Monteiro (2016b).

em conta seu pertencimento a uma organização política internacional, que possuía elaboração própria, não limitada à de tal figura.[4]

Essa situação, muito provavelmente, é fruto tanto de um certo "academicismo", que tende a valorizar mais as contribuições de figuras de inserção acadêmica em detrimento das elaborações coletivas das organizações políticas às quais elas pertenciam, quanto pelo estágio ainda muito incipiente dos estudos sobre a história do movimento trotskista internacional pós-Trotski.[5]

O presente texto é fruto de nossa tese de doutorado, que teve o intuito de contribuir para superação de tal problema, de ausência de um estudo histórico e bem documentado sobre as apropriações da teoria do Estado operário burocratizado pelo movimento trotskista internacional pós-Trotski e o que elas nos dizem sobre as identidades teórico-programáticas dos diferentes grupos que disputam o legado do trotskismo.[6] Para tal, mapeamos e analisamos tais apropriações feitas por algumas das principais organizações trotskistas internacionais dos anos 1950-80, a partir de um volumoso trabalho com fontes primárias, nas quais estão as análises e posições dessas organizações em relação

---

[4] Ademais, a própria abordagem do arcabouço original desenvolvido por Trotski costuma ser deficitária, ao não atentar para as mudanças pelas quais ele passou até atingir o que podemos chamar de uma forma madura, na segunda metade dos anos 1930. Para uma análise desse desenvolvimento da forma "original" da teoria ao longo dos anos 1923-40, ver Romão e Monteiro (2020).

[5] Pretendemos abordar essa bibliografia, suas contribuições e seus problemas em uma publicação futura. Destacamos, não obstante, duas das raras obras que apresentam uma análise da teoria do Estado operário burocratizado que leva em conta suas apropriações por grupos trotskistas: a tese de doutorado de Mordecai Bubis (1985) e o livro de Marcel van der Linden (2007). Contudo, o estudo de Bubis é limitado aos grupos trotsksitas dos EUA dos anos 1937-51 e o livro de Linden é superficial devido a seu caráter enciclopédico (ele aborda diferentes teorias de base marxista sobre a URSS e seu desenvolvimento ao longo do século XX, sem se aprofudar em nenhuma delas).

[6] Ver Monteiro (2021).

a alguns eventos-chave ocorridos nesses anos tanto na URSS como em alguns países do chamado "bloco soviético" no Leste Europeu que colocaram em questão a possibilidade de uma mudança do regime de ditadura da burocracia (stalinismo).[7]

Dividimos esse recorte temporal em três períodos. Os anos 1950-60, marcados por tentativas de reformas limitadas por parte da burocracia, por um lado, e revoltas populares e proletárias por um socialismo democrático, por outro, incluindo uma genuína revolução (derrotada, na Hungria). Os anos 1970-80 na Polônia, que é um caso emblemático de passagem da oposição de massas de um programa claramente socialista (nos anos 1960) a um programa pró-capitalista, ainda que marcado por muitas contradições (na forma do "Solidariedade") – o prelúdio do que viria a ocorrer adiante no conjunto do bloco soviético. A segunda metade dos anos 1980, marcada por uma nova rodada de tentativas das burocracias em reformar seus regimes (em especial o mecanismo de planejamento econômico), com destaque para as reformas de Gorbachev na URSS, e pela entrada em cena de oposições de massas pró-democráticas, porém sem terem mais o socialismo como um norte e compartilhando de muitas ilusões numa restauração capitalista, a qual acabou por se efetivar, na forma de uma reação democrática combinada à conversão de setores da burocracia em burguesia.

Buscamos, com isso, avaliar a validade da teoria tanto em

[7] Trabalhamos, mais especificamente, com textos e documentos públicos produzidos pelos grupos internacionais selecionados para a pesquisa, publicados à época dos eventos. Tais materiais foram obtidos através do escrutínio dos principais periódicos publicados por tais grupos, através de seus órgãos internacionais de direção. Também fizemos uso complementar de documentos internos e materiais publicados pelos periódicos das principais seções nacionais desses grupos quando não encontramos dados suficientes em seus periódicos internacionais.

sua forma original, quanto nessas apropriações posteriores, bem como ressaltar as diferenças teórico-programáticas que fizeram parte do processo de fragmentação do trotskismo pós-Trotski. Também levantamos algumas hipóteses sobre as possíveis raízes sociais dessas apropriações diversas.

Os grupos abordados foram a Quarta Internacional "propriamente dita", no período 1953-63; o principal racha do pós-guerra, surgido em 1953, o "Comitê Internacional da Quarta Internacional" (posteriormente identificado como o tronco "healyista" do trotskismo internacional, a partir dos anos 1970); a organização surgida da reunificação parcial desses dois grupos, em 1963, o "Secretariado Unificado da Quarta Internacional" (posteriormente identificado como o tronco "mandelista", a partir dos anos 1970); a "Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional" (o tronco "morenista"), fundada em 1982; e o "Comitê de Organização e Reconstrução da Quarta Internacional" (1971-79) e seu sucessor, o "Centro Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional" (1982-93) (o tronco "lambertista"). Também fo*ram abordadas organizações nacionais de alguns desses agrupamentos (Quarta Internacional, Comitê Internacional e Secretariado Unificado) nos períodos em que eles eram mais heterogêneos, os anos 1950-60.*

A conclusão a que chegamos é que, apesar de alguns problemas, na sua essência a teoria do Estado operário burocratizado em sua forma "original" se mostra como o melhor arsenal conceitual e analítico para explicar o desenvolvimento da URSS e das demais formações sociais surgidas das revoluções sociais anti-burguesas do século XX.[8] O mesmo, contudo, não pode ser dito da maior parte das apropriações

[8] Esse balanço pretendemos desenvolver em uma publicação futura.

dela feitas pelos grupos trotskistas internacionais do pós-guerra. Por mais que, em vários sentidos, os grupos abordados tenham realizado análises adequadas dos aspectos mais gerais das situações em foco (ao menos até 1988), as suas respostas políticas com frequência se desviaram daquilo que condizia com o arcabouço teórico-programático original, e se mostraram inadequadas frente às situações nas quais buscavam incidir. Ademais, houve ocasiões – em especial o período 1989-91 – em que até mesmo as análises das situações concretas se mostraram bastante inadequadas, ainda que levando em consideração as muitas dificuldades de uma análise feita no calor do momento.

A nosso ver, essa apropriação inadequada da teoria do Estado operário burocratizado é parte integrante da crise do trotskismo no pós-guerra, ou seja, a sua crescente fragmentação teórico-programática e organizativa, e constitui um elemento indispensável para a devida compreensão dessa crise, ainda que não seja seu único componente.

Uma síntese das apropriações da teoria pelos trotskistas "pós-Trotski"

Apresentamos a seguir uma síntese grupo a grupo dos achados da nossa pesquisa, mas alertamos que a leitura da nossa tese apresenta um quadro muito mais rico do que o que se segue, pois nela é possível acompanhar o desenvolvimento detalhados das análises e posições de cada grupo ao longo do tempo e melhor relacionar tal desenvolvimento com o contexto em que ele ocorreu e os eventos aos quais ele buscou responder. Inclusive, para não sobrecarregar o texto, faremos referência apenas aos documentos de síntese das posições aqui expostas, ao passo que na tese há referências a um grande número de fontes históricas,

abordadas de forma detalhada para sustentar nossas análises e avaliações (procedimento que se mostrou necessário, inclusive, por conta das muitas polêmicas que cercam o passado das organizações abordadas e que seguem sendo travados entre a militância trotskista no presente).

Dos setores do movimento trotskista que analisamos, aquele que mais claramente se distanciou do arcabouçou teórico-programático original do movimento foi justamente seu setor majoritário, a Quarta Internacional "propriamente dita", que ficou conhecida como QI (Secretariado Internacional) a partir do racha de 1953 e como QI (Secretariado Unificado) a partir da reunificação parcial de 1963. Em nossa avaliação, tal distanciamento não significou uma atualização ou correção adequada, mas uma adaptação objetivista, cujas posições práticas se mostraram equivocadas diante do desenrolar dos eventos em foco.

Em nossa dissertação de mestrado já havia sido identificado um abandono da estratégia revolucionária original do trotskismo por esse setor, em prol de uma estratégia gradualista, que passava por fazer alianças com forças políticas não-marxistas com influência de massas, na perspectiva de que estas chegassem ao poder e pudessem ser "empurradas" para concluir um processo de expropriação da burguesia e construção de um Estado operário. Também em nossa dissertação de mestrado, já havia sido identificada uma postura de apoio político às forças stalinistas, sempre que estas se distanciavam de posições mais canônicas emanadas desde Moscou (como na condução, numericamente excepcional, de revoluções sociais triunfantes), por considerar que, com isso, deixavam de ser stalinistas de fato. Desvios semelhantes foram detectados nesta pesquisa em relação à questão da

revolução política e da possibilidade de uma autorreforma dos regimes stalinistas.

No primeiro período analisado, os anos 1950-60, foi possível ver que a QI (SI) / QI (SU), ainda que reivindicando formalmente a revolução política como solução para o stalinismo, adotou a noção de autorreforma da burocracia diante da aparição de alas reformadoras nos PCs e regimes do Leste.

Diante das revoltas alemã de 1953 e polonesa de 1956 e da Revolução Húngara de 1956, esse setor do trotskismo apostou em uma estratégia de democratização dos partidos stalinistas através da pressão das massas, e na possibilidade de setores reformadores da burocracia de fato eliminarem o regime ditatorial, deixando de lado a estratégia de construção de um partido trotskista independente da burocracia para liderar uma ruptura revolucionária do aparato estatal burocrático. Isso foi feito de forma bastante explícita a partir da iniciativa de Michel Pablo e seus aliados, em 1953 (ver DÉCLARATION, 1953, sobre a revolta alemã, e BILAN, 1956, sobre a Revolução Húngara de 1956), mas se manteve ainda que de formas atenuadas a partir do maior peso obtido pelo trio Ernest Mandel - Pierre Frank - Livio Maitain na liderança internacional, alguns anos depois.

Em relação à Revolução Húngara, ainda que tenha defendido uma derrubada do regime burocrático, esse grupo apostou na democratização do PC, ao invés da formação de um partido trotskista (ver LONG, 1956). De forma semelhante, em relação à Primavera de Praga (1968), defendeu um “autogoverno” das massas, mas sem uma estratégia de como conquistá-lo, tendo, num primeiro momento, apoiado a figura de Dubček, crendo que ele seria capaz de alterar qualitativamente o regime ditatorial a partir de reformas, além de

também ter apostado na democratização do PC tchecoslovaco (ver DÉCLARATION, 1968 e CZECHOSLOVAKIA, 1968).

Assim, é possível afirmarmos que, quando o enfrentamento das massas com o regime se intensificava, esse setor do trotskismo tendia a apostar menos numa estratégia de autorreforma, ainda que mantendo elementos de apoio político às forças stalinistas reformadoras.

Isso se fez presente de forma mais marcante no segundo período analisado, o caso polonês da virada dos anos 1970-80. Como não só houve um intenso enfrentamento entre a oposição de massas e o regime, como também o surgimento de uma influente organização independente da burocracia (o Solidariedade), a QI (SU) "mandelista" não apresentou ilusões em uma autorreforma do regime, nem em uma reforma do partido que o sustentava, tendo mantido uma postura de firme oposição, denunciando o regime burocrático como causador de graves problemas econômicos e defendendo sua superação.

Não obstante, oscilou entre uma estratégia de revolução e uma de reforma (gradualismo – democratização através do espalhamento de órgãos de autogestão). Ademais, a mesma secundarização da necessidade de uma liderança marxista se fez presente nesse caso, com a organização tendo assumido uma postura de apoio entusiasmado em relação à liderança do Solidariedade, a despeito da hegemonia nesta de forças pró-capitalistas (ver EDITORIAL, 1980; MACDONALD, 1981; ALLIO, 1981a).

Um elemento novo de grande importância foi desconsideração ao abandono da defesa do socialismo por parte dos principais líderes oposicionistas – já perceptível com o KOR, em contraste com a oposição dos anos 1950-60, e depois mais claramente com o programa econômico pró-mercado adotado no I Congresso do Solidariedade.

Por vezes a organização minimizou a relevância desse elemento, mas, na maior parte do tempo, simplesmente negou tal fato, não enxergando a mudança pela qual passara a oposição a partir do fracasso das experiências anteriores de reformas limitadas e revoltas populares (ver DEFENSE, 1981; ALLIO, 1981b). Assim, apostou no Solidariedade como sujeito político da revolução política. Com base nessa caracterização, condenou sua supressão pela burocracia em 1981 (ver EDITORIAL, 1982a; RÉVOLUTION, 1982).[9]

Com o tempo, esse último elemento assumiu a forma de negação de que mobilizações de massas pudessem servir a uma contrarrevolução, pois esta não seria dos interesses objetivos das massas. A QI (SU), portanto, operou com uma visão objetivista, não só por secundarizar o elemento do "fator consciente" na luta pela democracia socialista (o partido trotskista) como negar que as massas pudessem ser levadas a defender projetos contrários a seus interesses históricos. Também operou com uma postura subistitucionista, de apoio a forças não comprometidas com uma estratégia revolucionária e com o socialismo, se deixando levar pelo teor democrático de seu programa.

Quando dos eventos do terceiro período analisado, a QI (SU) "mandelista", por um lado, se mostrou inicialmente cética em relação às promessas de reforma de Gorbachev, denunciou o regime burocrático como responsável pela economia cada vez mais deficiente, e defendeu que era essencial a democratização da gestão econômica

[9] Cabe mencionar que o SWP dos EUA, então no interior da QI (SU), apresentou uma linha muito mais clara e direta que a direção majoritária da organização: a de acumular reformas graduais e mudar o PC por dentro para alterar o regime burocrático. Ademais, para o SWP, o Solidariedade era uma liderança adequada para o que via enquanto uma revolução política em curso na Polônia. Ver FRANKEL, 1981 e HARSCH, 1981.

para que as forças produtivas pudessem se desenvolver adequadamente (ver MANDEL, 1985). Por outro, viu com entusiasmo as reformas políticas ao longo de 1988, quando elas se aprofundaram, acreditando estar em curso uma superação do stalinismo (ver, p. ex., SEPPO, 1987 e MANDEL, 1988).

A QI (SU) corrigiu essa orientação ao final de 1988, e afirmou que apenas uma revolução política poderia findar a ditadura da burocracia, sendo uma autorreforma do regime impossível (REFORMS, 1989). Porém, ela tardou até pelo menos 1990 a enxergar as contradições dos "grupos sociais" e dos movimentos nacionais que haviam entrado em cena na URSS, cujas lideranças e programas iam de uma defesa contraditória do socialismo e de relações de mercado até posições mais abertamente pró-capitalistas (ver SEPPO, 1990).

Mesmo percebendo os riscos envolvidos nas lideranças e programas de setores da oposição e nas ilusões das massas mobilizadas, a QI (SU) seguiu defendendo as demandas por independência nacional, sem nenhuma vinculação dessa defesa com a manutenção dos Estados operários (ver, p. ex., FOLEY, 1990). Também, quando do golpe de agosto de 1991 na URSS, se posicionou do lado de Ieltsin e seus aliados, mesmo reconhecendo serem restauracionistas, por encarar que a derrota do golpe salvaguardaria as liberdades democráticas conquistas do período anterior (UNITED, 1992).

Assim, tal grupo colocou a defesa de direitos democráticos em primeiro plano, acima e desvinculados da defesa do conteúdo social do Estado operário. Essa secundarização da defesa do Estado operário, ainda que não intencional e não declarada, também pode ser vista no fato de que a organização defendia o desarmamento mesmo que unilateral da URSS como forma de enfraquecer a corrida armamentista

(KLEIN, 1985), e na sua defesa da desocupação do Afeganistão, mesmo que isso desse lugar às organizações fundamentalistas ligadas ao imperialismo dos EUA (UNITED, 1988).

Parece ter pesado para tais posições a consideração de que seria impossível que as massas trabalhadoras pudessem se engajar em movimentos que tivessem como objetivo uma contrarrevolução restauracionista, pois isso iria contra seus interesses materiais. Dessa forma, a entrada em cena de tais massas, independentemente da liderança à sua frente e do programa por ela defendido, tenderia a ter caráter progressista – ou, no mínimo, não poderia representar um risco ao Estado operário (ver, p. ex. MANDEL, 1989a; MANDEL, 1989b).

O processo de restauração na RDA parece ter sido a causa da mencionada mudança de percepção em relação à oposição na URSS, uma vez que foi apoiado por grandes massas, através da demanda de reunificação nacional imediata. Percebendo os riscos que isso representava, a QI (SU) se posicionou contra a reunificação naquele momento e defendeu a necessidade de forjar uma liderança marxista para lutar contra as ilusões populares no capitalismo e nacionalismo (MILLIONS, 1989). Nesse caso, teve uma postura mais condizente com a defesa do Estado operário e da revolução política.

Contudo, o mesmo não ocorreu em relação à Polônia. O contato mais próximo com setores socialistas da oposição no país ao longo dos anos 1980 levou a QI (SU) a ser muito mais crítica da liderança do Solidariedade, reconhecendo seu caráter pró-capitalista e subordinado ao imperialismo (p. ex., WILKINS, 1986). Não obstante, a organização seguiu encarando que o Solidariedade deveria ser o sujeito político da revolução política no país e não levou em conta as ilusões no capitalismo por parte das massas mobilizadas (p. ex.,

SMUGA, 1989). Ademais, quando o Solidariedade chegou ao poder, a QI (SU) tratou como prioritário remover os elementos restantes da burocracia no Estado, mesmo reconhecendo que os membros do Solidariedade estavam encaminhando uma restauração capitalista (p. ex., MANDEL, 1989b; SMUGA, 1990a).

Assim, ademais do objetivismo e de um apego formal à democracia, desvinculada de conteúdo social, nesse terceiro período analisado, a QI (SU) tratou a burocracia em bloco como o inimigo principal e principal fonte de risco restauracionista, mesmo quando eram outros setores que a impulsionavam (caso da Polônia), ou quando havia divisões no interior da burocracia que poderiam ser exploradas para dar uma sobrevida ao Estado operário (caso da URSS). Ao mesmo tempo, a QI (SU) teve um colaborador participando do governo contrarrevolucionário tchecoslovaco, Petr Uhl.

Por fim, a QI (SU) não reconheceu a mudança qualitativa que houve ao nível do poder político nos Estados operários burocratizados do Leste, tendo avaliado que estava em curso na região um processo de restauração gradual. No lugar de enxergar contrarrevolução como mudança no poder político, a organização focou em aspectos econômicos, sobretudo na privatização das grandes empresas. Isso pode ser visto como uma posição espelhada em relação aos seus desvios acerca da possibilidade uma revolução social ou revolução política feita de forma gradual, ao invés de necessitarem de uma ruptura do aparato Estatal (UNITED, 1992; MANDEL, 1992; MANDEL, 1994; SMUGA, 1990b). A exceção foi a RDA, onde a absorção pela RFA tornou mais explícito a existência de um momento de mudança qualitativa ao nível do poder de Estado (ON, 1991).

Muito provavelmente, parte dessas posições da QI (SU)

foram fruto da combinação do fato da organização não ter ligações sólidas com setores da oposição no interior dos Estados operários, o que certamente dificultava avaliações mais precisas da situação, com pressões para romper mais rapidamente o isolamento ao qual os trotskistas foram historicamente submetidos, se adaptando a posições de maior aceitação nos meios em que os "mandelistas" atuavam, como movimentos pacifistas, ecologistas e estudantis / de juventude na Europa ocidental. Nestes movimentos tendia a predominar a defesa de direitos democráticos de forma desvinculada de um conteúdo de classe e também ilusões na possibilidade de reformar o capitalismo ou os Estados operários burocratizados, elementos que permearam as posições da QI (SU).

Por sua vez, os setores que romperam com a Quarta Internacional em 1953 para formar o "Comitê Internacional", alegando defender a "ortodoxia" e o arcabouço teórico-programático original do trotskismo, por mais que tenham, de fato, tido uma proximidade maior desse arcabouço durante o primeiro período aqui analisado, não estiveram isentos de desvios relevantes em relação a ele. Já nos dois períodos posteriores, seus "sucessores" apresentaram desvios maiores em relação a tal arcabouço, ainda que diferentes daqueles da QI (SU).

Em nossa dissertação de mestrado já havia sido identificado esse problema, de um afastamento gradual do arcabouço original por parte desses setores, até culminar em um abandono da estratégia revolucionária original do trotskismo, ainda que, da parte de alguns dos componentes originais do CI, isso tenha se dado por uma via diferente daquela da QI (SI) / QI (SU) – ao invés de uma adaptação centrista ao stalinismo, teve lugar uma rejeição das suas contradições que levou a posturas sectárias.

No primeiro período analisado, os anos 1950-60, foi possível ver que o CI-QI teve uma postura mais condizente com o arcabouço teórico-programático do trotskismo pré-guerra. A organização manteve uma firme oposição às burocracias do Leste diante dos eventos abordados, incluindo às suas alas reformadoras, insistindo na necessidade de uma revolução política, na forma de uma ruptura revolucionária do aparato estatal, dirigida por um partido trotskista, para que a democracia socialista fosse alcançada. Assim, não se iludiu com as concessões parciais feitas pela burocracia, que não alteraram seu monopólio do poder político, nem se iludiram com vias alternativas supostamente mais fáceis para findar o regime, que não a revolução política (sobre a revolta alemã de 1953, ver EDITORS, 1953; PROLÉTAIRES, 1953; SPRENGER, 1953; sobre a revolta polonesa de 1956, ver REVOLUTION, 1956; BRABANT, 1956; sobre a Revolução Húngara, ver COMITÉ, 1956; REVOLUTION, 1956; VIVE, 1956; HEALY, 1966).

Não obstante, houve alguns casos de equívocos e desvios por parte de alguns componentes do CI-QI – que, é bom lembrar, não era, nesse momento, uma organização internacional coesa e centralizada, mas um tipo de fórum internacional de grupos nacionais com algumas posições-chave em comum.

Diante das reformas limitadas e parciais feitas pela burocracia na URSS e seus países-satélites nos anos 1950, o SWP dos EUA negou dogmaticamente que o stalinismo pudesse prescindir do terror, de forma que encarou tais mudanças como concessões temporárias às massas, que logo seriam revertidas. Com isso, não reconheceu a possibilidade de os regimes stalinistas terem certas variações, que não afetavam seu elemento essencial (o monopólio do poder político pela

burocracia) (ver AGAINST, 1953).

Em chave diferente, também houve desvios pontuais de grupos do CI-QI, na forma de apoio político a setores da burocracia, ou uso de um programa meramente democrático.

Diante do caso polonês de 1956, o PCI francês (*La Vérité*) apoiou a figura de Gomulka, encarando que ele e seus aliados não eram parte da burocracia, e que poderiam conduzir uma luta revolucionária contra ela (ver VIVE, 1956). Isso ecoava posições adotadas pelo PCI francês nos anos 1940, de ver mudanças no interior da burocracia como uma ruptura com o stalinismo, como fora o caso com o regime iugoslavo no final dos anos 1940, saudado pelo PCI (e outros setores da Quarta Internacional) como anti-stalinista por romper com Moscou.

Outro equívoco foi observado diante do caso húngaro de 1956, com a SLL inglesa tendo colocado a conquista da soberania nacional frente à URSS como uma tarefa anterior à revolução política, inclusive a ser conduzida junto a setores não-socialistas (GELDEREN, 1957).

Isso mostra que mesmo os autoproclamados trotskistas "ortodoxos" não estavam a salvo de contradições na busca por uma solução mais rápida para o problema do stalinismo no Leste Europeu. O caso mais claro disso é o do SWP dos EUA, que, a partir da Revolução Cubana, passou a adotar posições muito próximas àquelas da QI (SI) no sentido de secundarização do fator subjetivo na estratégia revolucionária (como na sua atuação no movimento negro dos anos 1960) e seu entusiasmo cada vez maior em relação ao regime cubano – o que culminou em sua saída do CI-QI e formação da QI (SU).

Diante do caso tchecoslovaco de 1968, os setores remanescentes da CI-QI mantiveram uma postura mais próxima dos princípios trotskistas originais, pois não depositaram confiança em Dubček,

inclusive o tendo denunciado como restauracionista (o que nos parece um exagero), caracterizaram o PC local como centrista, como forma de dar conta das mudanças pelas quais ele passava, mas não abandonaram a defesa da necessidade de um partido trotskista independente da burocracia e seus aparatos, e defenderam uma estratégia de ruptura revolucionária (ver POLITICAL, 1968-1969).

Ademais, cabe destacar que, ao longo desse primeiro período, a questão nacional foi abordada pelo CI-QI e seus grupos como central para a revolução política no bloco soviético, mas sem com isso aderirem a um programa meramente democrático. Ao invés disso, vinculavam a defesa de independência / soberania nacional desses países à manutenção da propriedade social, na forma da defesa de repúblicas socialistas autônomas. Esse elemento, contudo, se perdeu no terceiro período abordado.

Já em relação ao caso polonês na virada dos anos 1970-80, o que restara do CI-QI teve postura bastante diferente. Então hegemonizado pela SLL / WRP da Inglaterra, que tornara o grupo uma internacional centralizada, o CI-QI "healysta" apoiou a figura de Walesa, não enxergando os riscos contrarrevolucionários que ele representava e mesmo sua postura de moderação das lutas operárias. Tampouco enxergou os riscos representados pelo programa econômico adotado pelo Solidariedade. Ao invés disso, o grupo viu no Solidariedade um importante ponto de apoio para a revolução política. Assim, condenou a sua supressão pela burocracia em 1981. Não obstante, manteve a defesa de que apenas uma revolução política, no sentido de ruptura revolucionária, poderia eliminar o regime stalinista, e que era necessário um partido trotskista à sua frente (ver EDITORIAL, 1981; EDITORIAL, 1982b).

O que podemos ver, portanto, é que, apesar de manter formalmente a defesa dos Estados operários burocratizados e a estratégia original do trotskismo, o CI-QI "healysta" se deixou levar pelo caráter de massas do Solidariedade e pela popularidade de Walesa enquanto líder sindical, ignorando os riscos que representavam. Podemos ver nisso um objetivismo, no sentido de crença de que o caráter proletário das massivas bases do Solidariedade o tornava, por si só, progressista, bem como o caráter "sindicalista" de Walesa e seus aliados asseguravam que ele não seria avesso aos interesses históricos do proletariado polonês.

Ainda que a falta de informação devido à distância possa ter sido um elemento nesses desvios, o fato de que à época o WRP, principal seção do CI-QI, havia estabelecido uma relação de apoio político e dependência material com regimes nacionalistas árabes indica que pode haver raízes sociais mais profundas e que sua reivindicação da ortodoxia trotskista já havia se tornado uma mera formalidade.

Devido à posterior explosão do WPR e do CI-QI, não foi possível analisar a postura dos "healystas" em relação aos eventos do terceiro período abordado.

Já da parte de um dos principais componentes do CI-QI pós-1963, o "lambertista" PCI francês (renomeado OCI no período entre 1966-81), vimos que, após romper com o CI-QI e formar o breve Comitê Paritário / QI-CI junto às forças latino-americanos lideradas por Nahuel Moreno (1980-81), bem como após formar a QI (CIR), em dezembro de 1981, os "lambertistas" também mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da estratégia de revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente, em contraste com o que foi visto da parte da QI

(SU). Contudo, essa reivindicação formal não impediu sérios erros de análise e de posicionamento por parte do grupo.

Em relação ao caso polonês da virada dos anos 1970-80, os "lambertistas", tal qual seus antigos aliados ingleses, mantiveram firme oposição ao regime burocrático, mas não viram riscos contrarrevolucionários no programa adotado pelo Solidariedade, nem na figura de Walesa e seus aliados, criticados apenas por sua moderação e postura conciliatória. Ao invés, igualmente viram no Solidariedade um importante ponto de apoio para a revolução política na Polônia. Assim, condenaram sua supressão pela burocracia em 1981 (ver FAVRE, 1982 e REVOLUÇÃO, 1982). Tal qual em relação aos "healystas", podemos ver nisso uma forma de objetivismo.

Os "lambertistas", ademais, apesar de reivindicarem uma ruptura revolucionária do aparato estatal burocrático, liderada por um partido trotskista, introduziram um elemento até então novo na estratégia da revolução política: a convocação de uma Assembleia Constituinte. Com isso, mesclaram de forma contraditória a estratégia original, de uma insurreição baseada em órgãos de duplo poder proletários, com um elemento parlamentar de teor reformista – pois não pressupõe a destruição do aparato burocrático para findar a ditadura (ver PROYECTO, 1981 e RESOLUÇÃO, 1982).

Podemos supor que esse desvio democrático-reformista em relação à estratégia "soviética" original do trotskismo era uma forma de buscar romper rapidamente o isolamento das forças socialistas, pois o próprio QI (CI), no qual estavam então os "lambertistas", o justificou como sendo uma forma de se aproximar de setores não-proletários e não-socialistas da oposição.

Esses elementos (ignorar os riscos contrarrevolucionários

representados por setores da oposição de massas e dar uma nova forma, contraditória, à estratégia da revolução política) voltaram a se repetir, com maior intensidade e profundidade, diante dos eventos do terceiro período abordado.

Nesse período, os "lambertistas", então agrupados na QI (CIR), mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente. Coerentemente, não se iludiram com a figura de Gorbachev e suas promessas de reformas, denunciando-as como um risco contrarrevolucionário (QUE, 1987). Idem para Ielsin e outras figuras burocráticas de oposição (G., 1989).

Contudo, a QI (CIR) não teve a mesma percepção em relação aos movimentos de oposição de massas e aos movimentos nacionais na URSS, a despeito das muitas contradições que perpassavam ambos e da defesa explícita e cada vez mais forte de uma restauração por setores de peso em seu interior. O grupo se limitou a criticar aqueles setores que tinham ilusões em uma reforma do regime stalinista (SUR, 1987). Mesmo reconhecendo a existência do que nomeava de "tendências burguesas" nos movimentos nacionais, não via neles uma ameça contrarrevolucionária, mas sim a "alavanca" da revolução política (DÉBAT, 1988). O único risco contrarrevolucionário que a QI (CIR) enxergou, ademais do imperialismo, foi em relação à própria burocracia, tida como restauracionista no seu conjunto (MARIE, 1990; RESOLUÇÃO, 1991).

Vimos, assim, que a organização claramente se pautou por uma percepção objetivista, de que as massas em luta contra o regime stalinista por demandas democráticas não poderiam impulsionar uma contrarrevolução, pois isso iria contra seus interesses de classe. Com

isso, desconsiderou as lideranças e programas à frente dos movimentos de massas dos anos 1988-91 no bloco soviético. Assim, tomou o lado das manifestações lideradas por Ieltsin contra o golpe de agosto, pois foi o lado que parte significativa das massas então mobilizadas seguiu (EDITORIAL, 1991).

Outra face desse objetivismo foi um democratismo, no sentido da defesa em abstrato de demandas democráticas, sem considerar seu conteúdo social. Nesse sentido, defendeu as independências nacionais sem vinculá-las à manutenção da propriedade social e de um norte socialista (DÉBAT, 1988). De forma similar, na questão afegã, colocou em primeiro plano a defesa da autodeterminação nacional do povo afegão, ao invés da defesa das fronteiras do Estado operário burocratizado (FORGUE, 1989).

Apesar de não ter comemorado a dissolução da URSS (como fizeram os "morenistas), a QI (CIR) encarou que a destruição do aparato stalinista, por si só, garantiria um salto das lutas proletárias a nível mundial, ao eliminar uma das principais barreiras a elas – a "cooperação contrarrevolucionária" com o imperialismo, de forma que não viu tal fato como uma derrota histórica (REPROCLAMADA, 1993).

Essa visão unilateral da burocracia aliada ao imperialismo como sendo a única fonte de risco contrarrevolucionário dentro e fora dos Estados operários vinha de longe, de debates dos anos 1940, em que os setores que posteriormente formaram a QI (CIR) – sobretudo sua seção francesa – passaram a caracterizar a burocracia como intrinsecamente contrarrevolucionária, apagando as contradições que a teoria do Estado operário burocratizado reconhecia.

Tal visão foi ainda associada a uma negação de que a restauração

capitalista seria possível nos Estados operários burocratizados, por uma suposta incapacidade do sistema capitalista em absorver suas forças produtivas. Assim, a QI (CIR), de forma semelhante à QI (SU), passou os anos 1990 não reconhecendo que a destruição dos aparatos estatais do bloco soviético significara uma contrarrevolução, encarnado que o lento avanço da privatização das economias da região o provavam, de forma que aquelas formações sociais seguiriam sendo Estados operários burocratizados (REPROCLAMADA, 1993; GLUCKSTEIN, 2004). Ademais, junto a isso estava uma visão impressionista de que o capitalismo enfrentava uma crise terminal e que havia um ascenso revolucionário em curso a nível mundial nos anos 1980 (REPROCLAMADA, 1993).

Em relação ao caso polonês, a QI (CIR) seguiu ignorando os riscos contrarrevolucionários representados por Walesa e seus aliados à frente do Solidariedade até pelo menos 1989 (p. ex., RÉSOLUTION, 1986) e, mesmo após reconhecê-los, minimizou seu peso, encarando que outros setores do Solidariedade tinham maior peso e eram contra a linha pró-capitalista – o que não procedia (p. ex., LANGEVIN, 1989).

Ainda que reconhecendo essa fonte de risco contrarrevolucionário, a QI (CIR) seguiu ignorando seu real peso dentro da oposição de massas, e dando maior ênfase à burocracia e sua relação com o imperialismo como fontes principais de risco. Ademais, seguiu encarando que o Solidariedade deveria ser a estrutura a encabeçar a revolução política na Polônia (LANGEVIN, 1990). Vemos, assim, a força dos referidos desvios objetivistas da QI (CIR), a despeito da sua reivindicação formal da revolução política.

Em relação ao caso alemão, os desvios da QI (CIR) se fizeram presentes de forma muito mais intensa, pois a organização ignorou

qualquer risco contrarrevolucionário representado pela reunificação nacional da forma como estava sendo conduzida, ainda que tenha defendido que ela fosse feita em chave socialista e revolucionária (CORRESPONDANT, 1989; XXXIVe, 1989). Mesmo após o triunfo da contrarrevolução, com a absorção da RDA pela RFA, a organização seguiu negando que a reunificação tivera tal significado, pois supostamente o capitalismo não seria capaz de absorver as forças produtivas da RDA e haveria uma situação revolucionária na RFA, com as massas de ambas as Alemanhas como as protagonistas da reunificação (p. ex., FORGUE, 1990). Assim, o objetivismo, ao não ser corrigido, se tornou pura negação da realidade.

Outro desvio relevante foi em relação à estratégia defendida pela QI (CIR) para a combinação da revolução política com a suposta revolução social na RFA. A organização, além de reivindicar o elemento democrático da Assembleia Constituinte como parte central da sua estratégia, incorrendo, pois, em um desvio reformista, também colocou no centro a demanda de um governo do SPD em toda a Alemanha – mesmo esta organização sendo abertamente pela restauração capitalista na RDA (XXXIVe, 1989).

Essa demanda em relação à socialdemocracia nos parece ser fruto da política seguida por várias seções da QI (CIR), em especial a francesa, de adaptação política à socialdemocracia como forma de romper seu isolamento.

Por sua vez, as forças latino-americanas lideradas por Nahuel Moreno, tendo composto o Comitê Internacional a partir de 1954 e depois participado da formação da QI (SU), em 1963, compuseram, nos anos 1980-81, o breve Comitê Paritário / CI (QI), antes de formarem a “morenista” LIT-QI, no final de 1981 e início de 1982.

Essa trajetória peculiar, dos autoproclamados trotskistas "ortodoxos" do CI à reunificação com os "revisionistas" da QI (SI), não impediu as forças "morenistas" de se apresentarem como uma organização "ortodoxa" ao longo dos anos 1980.

De fato, elas tinham uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da estratégia de revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente. Todavia, assim como os "lambertistas", os "morenistas" incorreram em graves erros de análise e posição, que configuravam desvios em relação ao arcabouço teórico-programático original do trotskismo.

Em relação ao segundo período analisado, o caso polonês da virada dos anos 1970-80, vimos que, após romperem com os "lambertistas" e formarem a LIT-QI, os "morenistas" passaram a denunciar Walesa e a direção do Solidariedade como contrarrevolucionários restauracionistas. Contudo, se pautaram por um desvio objetivista, de encarar que o ascenso das massas e do proletariado não poderia levar uma contrarrevolução, a despeito do caráter e programa da sua liderança. Por isso, encaravam que o Solidariedade era um elemento fundamental da revolução política, que deveria se guiar pela consigna de "todo o poder ao Solidariedade", a despeito da sua liderança, de forma que foram contra sua supressão pela burocracia. Não obstante, a LIT-QI defendia a necessidade de formação de um partido trotskista, a partir da ala esquerda do Solidariedade, para conduzir a revolução política polonesa (ver MORENO, 1982).

De forma muito semelhante aos "lambertistas", tal objetivismo se fez presente com intensidade e profundidade muito maior em relação os eventos do terceiro período abordado. Por um lado, os "morenistas" da LIT-QI não conferiram apoio político a Gorbachev e suas

promessas de reformas em nenhum momento, denunciando-o como dependente do imperialismo e, a partir de meados de 1987, também como restauracionista (EDITORIAL, 1986; SETENTA, 1987). Tampouco conferiram apoio a Ieltsin e outros setores da burocracia que tentaram se apresentar enquanto uma oposição democrática, vendo-os como igualmente restauracionistas e pró-imperialistas (p. ex., MASSA, 1990). Assim, mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente (CONYUNTURA, 1988).

Por outro lado, durante quase todo o período, a LIT-QI enxergou riscos restauracionistas apenas na burocracia e na sua relação com o imperialismo, ignorando, na maior parte do tempo, as ilusões no capitalismo por parte das massas mobilizadas e o programa e caráter pró-mercado das lideranças de parte da oposição pró-democracia e dos movimentos nacionais (p. ex., LUNA, 1988). Também de forma semelhante aos "lambertistas", o grupo apoiou de maneira incondicional das demandas por independência dos movimentos nacionais, sem vinculá-las à manutenção da propriedade social e de uma perspectiva socialista (p. ex., SECRETARIADO, 1988; REPÚBLICAS, 1988). No caso do Afeganistão, por mais que tenha defendido que o Exército Soviético conduzisse uma expropriação da burguesia antes de se retirar, colocou em primeiro plano a defesa da autodeterminação nacional afegã, defendendo a saída das tropas (CARRASCO, 1989).

Ainda que sem afirmá-lo de maneira explícita, a LIT-QI também se pautou por uma perspectiva objetivista, segundo a qual a mobilização das massas não poderia levar a uma restauração. Para

o grupo, e isso afirmava com clareza, uma contrarrevolução seria, necessariamente, uma guerra civil sangrenta (p. ex., TESES, [1990]; CUELLO, 1990a).

Esse objetivismo tinha, entre os "morenistas", uma forma mais elaborada do ponto de vista teórico-programático: a noção, desenvolvida por Moreno, de que revoluções sociais ocorrem em duas "fases". Uma "inconsciente" / "democrática", onde o proletariado derruba regimes políticos ao se mobilizar por um programa democrático junto a forças não-socialistas ou mesmo não-proletárias, que são as que tomam o poder nesse primeiro momento, formando regimes débeis ("kerenkistas"), que buscam encerrar o processo revolucionário e retroceder nas conquistas obtidas pelas massas. Outra "consciente" / "socialista", onde o proletariado toma o poder para si, rompendo com tais forças, graças à liderança do partido trotskista, o qual se torna de massas ao longo da primeira fase, conforme o proletariado rompe suas ilusões a partir da experiência concreta com o regime que ajudou a erguer na primeira fase e também ao se fundir com forças centristas com influências de massas, na forma de uma "Frente Única Revolucionária".

Essa lógica objetivista, que secundariza sobremaneira o fator subjetivo na revolução social na sua suposta "primeira fase", e que prevê a unidade política com forças não-marxistas, foi transposta à revolução política ainda no começo dos anos 1980, diante da situação polonesa (MORENO, [1984]), mas foi diante dos eventos referentes ao terceiro período abordado que a LIT-QI a utilizou de forma sistemática para os Estados operários burocratizados. Com isso, estaria "resolvido" o problema das ilusões das massas no capitalismo e do programa e caráter restauracionista de boa parte das lideranças da

oposição de massas – isso seria algo esperado na "primeira fase" da revolução política, após a qual é que se daria uma diferenciação entre socialistas e restauracionistas e um avanço de consciência das massas.

Ademais, durante parte de 1989-90, a LIT-QI descartou até mesmo a necessidade de um partido marxista para a superação da crise de direção e vitória das revoluções políticas. Através de uma análise extremamente otimista da situação no bloco soviético e no mundo como um todo, formalizada nas chamadas "Teses de 90" (mas presentes também em diversos outros documentos e artigos do período), a organização encarou que as massas, a partir da experiência prática nas mobilizações que compunham um suposto ascenso revolucionário a nível global, estavam construindo de forma espontânea novas organizações revolucionárias e órgãos de poder proletário (TESES, [1990]). Esse otimismo exacerbado foi momentaneamente corrigido, em meados de 1990, a partir de uma disputa interna (PRIMEIRA, [1990]), mas logo voltou a se fazer presente nas publicações da organização, tendo sido pivô de intensos conflitos ao longo dos anos seguintes.

Pautados por essa visão objetivista, e pelos desvios democratistas que ela impunha, uma vez que o programa da "primeira fase" da revolução deveria ser, segundo a própria LIT-QI, apenas democrático, os "morenistas" confundiram contrarrevolução com "fase democrática" da revolução política. Assim, comemoraram a vitória dos setores liderados por Ieltsin em agosto de 1991 e a dissolução da URSS como revoluções democráticas vitoriosas (GRAN, 1991; EDITORIAl, 1991; GONZÁLEZ e CUELLO, 1992). Inclusive, adotando uma postura eufórica e triunfalista, ignorou a ausência de uma liderança trotskista, encarando que a crise de direção já estava se

resolvendo com a própria ação das massas e que a vitória final estava próxima.

Também vimos ter tido um grande peso nessas posições uma visão unilateral da burocracia, como intrinsecamente contrarrevolucionária, de forma que sua eliminação foi vista pela LIT-QI como um grande triunfo, independentemente da forma como se deu, pois supostamente liberaria forças revolucionárias a nível mundial (TESES, [1990]; MINUTA, 1990). Forças essas que, segundo uma visão impressionista, já estariam mobilizadas em um poderoso ascenso desde o começo dos anos 1980 (SITUACIÓN, [1985]).

Esses elementos se fizeram igualmente presentes no caso polonês, uma vez que os "morenistas", apesar de, nesse caso, terem reconhecido desde cedo os riscos contrarrevolucionários representados pelo Solidariedade e sua liderança, seguiram defendendo a consigna de "todo poder ao Solidariedade" (EDITORIAL, 1989) e comemoraram a chegada da organização ao poder como uma revolução democrática, vendo tal evento como parte integrante do processo da revolução política (CUELLO, 1990b). Seria a sua primeira "fase", de passagem por um governo contrarrevolucionário débil / "kerenkista", que logo seria derrubado, assim que as massas superassem a crise de direção (processo que já estaria em curso, na avaliação das "Teses de 90").

Idem para o caso alemão, em que a LIT-QI, ademais de objetivismo em relação às mobilizações das massas, ignorando os riscos de suas ilusões e do caráter e programa restauracionista de suas direções, negou a realidade, ao encarar que eram as massas que estavam conduzindo a reunificação, e que ela significaria a fusão de uma revolução política (na RDA) com uma social (na RFA) (ESTE, 1990). Por conta disso, o grupo demandou uma reunificação imediata

e sem pré-condições, não subordinando o direito democrático à reunificação nacional à manutenção da propriedade social e do norte socialista (FE, 1990).

Apesar de ter aplicado a lógica da revolução em "fases" e visto na queda do Muro e de Honecker uma "revolução democrática", a LIT-QI, contudo, reconheceu, em meados de 1990, que a reunificação significara uma contrarrevolução restauracionista (MINUTA, 1990). Contudo, não extraiu daí lições para repensar a situação na URSS, Polônia e restante da região, mantendo seu otimismo objetivista de que, nesses locais, "revoluções democráticas" haviam triunfado e que marchavam para a conclusão da revolução política (ESTE, 1990; RESOLUCIÓN, 1992).

Por fim, em relação ao conjunto do bloco soviético, à exceção da RDA, a LIT-QI encarou, também de forma objetivista, que a restauração capitalista não poderia triunfar, pois a crise econômica e política do imperialismo o impedia de absorver a região e os trabalhadores estavam resistindo às medidas de privatização dos governos "kerenkistas" (p. ex., CUELLO, 1990a). Assim, também como os "mandelistas" e "lambertistas", os "morenistas" ignoraram a mudança qualitativa ao nível do poder de Estado como um triunfo da contrarrevolução, focando apenas em elementos econômicos. Por isso, assim como estes outros setores do movimento trotskista, por longos anos os "morenistas" caracterizavam que os Estados operários burocratizados do bloco soviético seguiam existindo e que a restauração acontecia de forma gradual (RESOLUCIÓN, 1992). Isso só foi alterado em 2005, através de uma nova análise do processo de restauração, que localiza seu início com a chegada de Gorbachev ao poder, de forma que encara que o colapso do bloco soviético teria sido

um processo de revolução democrática contra ditaduras capitalistas (HERNÁNDEZ, 2008).

Apesar dos muitos problemas que perpassam a apropriação e aplicação da teoria do Estado operário burocratizado pelos principais grupos internacionais do movimento trotskista no segundo e terceiro períodos abordados, houve grupos que encaramos terem se destacado positivamente, em termos de terem apresentado uma apropriação e aplicação ao nosso ver adequadas para diante dos eventos em foco, tal qual o CI-QI em relação ao primeiro período.

Nos referimos em primeiro lugar à *Spartacist League* dos EUA (SL) e sua "internacional", a "tendência Espartaquista internacional" (iSt), que durante os anos 1960-70 e parte dos 1980 manteve a defesa de uma estratégia de ruptura revolucionária para os Estados operários burocratizados, sem conferir apoio político a alas reformadoras da burocracia. Em contraste com outros grupos trotskistas da época, a SL / iSt tampouco se entusiasmou com e conferiu apoio político a movimentos de massas que, apesar de pró-democráticos, não tinham um compromisso com a propriedade social e demais conquistas da revolução social.

Em relação ao caso polonês da virada dos anos 1970-80, vimos que a SL / iSt identificou corretamente os riscos contrarrevolucionários representados pela liderança do Solidariedade, de forma que defendeu criticamente sua supressão pela ação da burocracia, quando esta implementou a Lei Marcial. Ao mesmo tempo, não deixou de defender, desde o início do processo de formação do Solidariedade e também durante a vigência da Lei Marcial, a necessidade de formação de uma partido trotskista que combatesse tanto a liderança do Solidariedade como também a burocracia stalinista, com objetivo de ganhar as bases

proletárias do Solidariedade para o programa de defesa da propriedade social e do Estado operário, bem como de revolução política para instaurar um regime de democracia proletária (SOLIDARNOSC, 1981).

Contudo, a partir dos anos 1980, a SL / iSt apresentou inclinações contrárias a tais posições, no sentido de apostar primariamente na burocracia para a defesa do Estado operário burocratizado contra forças restauracionistas, ao invés de ver no proletariado o principal grupo social que deveria atuar pela defesa das conquistas da revolução social. Com essa posição, a SL / iSt assumiu, em certos momentos, uma reivindicação quase acrítica de certas ações repressivas por parte da burocracia stalinista contra forças restauracionistas, como no próprio caso de supressão do Solidariedade polonês, em 1981 (SOLIDARNOSC, 1981).

A nosso ver, essa "stalinofilia" era uma reação ao ambiente opressivo da Guerra Fria nos EUA, que fez com que boa parte da esquerda abandonasse a defesa do bloco soviético – ao que a SL / iSt parece ter reagido apagando as necessárias nuances que a complexidade do tema exigia em algumas ocasiões. Ademais, tal grupo passou por um processo de estagnação e transformação burocrática de sua vida interna no contexto de crescente isolamento que sofreu durante o refluxo da luta de classes nos EUA nos anos 1970-80, tendo assumido postura errática com relação a certos eventos políticos estadunidenses e mundiais.

Foi o caso de suas análises e posições contraditórias em relação aos eventos do terceiro período abordado – as quais, infelizmente, não houve tempo hábil para serem analisadas em profundidade no que tange o terceiro período abordado. A SL / iSt adotado uma postura

de crítica à Gorbachev e Ieltsin, denunciando que suas promessas reformadoras e democráticas não significavam uma ruptura de fato com o regime de monopólio político da burocracia (stalinismo), mas um rearranjo de forças para salvaguardar tal regime. De forma semelhante, a organização foi crítica aos grupos sociais e movimentos nacionais surgidos na URSS ao longo da segunda metade dos anos 1980, denunciando suas lideranças e programas pró-capitalistas como riscos contrarrevolucionários que deveriam ser suprimidos (WHERE, 1987-1988).

Contudo, quando uma ala da burocracia agiu para remover Gorbachev e outros "reformadores" do poder, a SL / iSt adotou uma posição de neutralidade (WORKERS, 1991). Ademais, ela demorou a reconhecer o triunfo da contrarrevolução restauracionistas que significou a vitória do contragolpe de Ieltsin e seus aliados (WORKERS, 1994).

Ademais, a SL / iSt adotou uma postura de exagerado entusiasmo com os eventos na RDA, enxergando neles uma revolução política em curso, a despeito da ausência de lideranças e programas revolucionários, não tendo atentado para os riscos contrarrevolucionários em cena (p. ex., WORKERS, 1989; WORKERS, 1990).

Algumas dessas ponderações críticas com relação às posições da SL / iSt diante dos eventos no bloco soviético foram feitas à própria época pela Tendência Bolchevique Internacional (IBT), que se formou a partir de ex-membros dessa organização no início dos anos 1980 – organização que também não foi possível ser analisada em profundidade na Parte IV. A IBT é a segunda experiência política que acreditamos ter mantido maior coerência em relação à teoria do Estado operário burocratizado diante dos eventos aqui abordados.

Tal qual a SL / iSt, a IBT não conferiu apoio político a alas reformadoras da burocracia e defendeu a necessidade de uma revolução política nos moldes da formulação original do trotskismo, porém sem perder de vista os riscos contrarrevolucionários em cena durantes as mobilizações populares da segunda metade dos anos 1980 na URSS e demais países do bloco soviético. Ademais, a IBT não conferiu apoio político à burocracia para suprimir tais riscos, ainda que tenha defendido a "unidade de ação" pontual com setores da burocracia que pudessem agir, pelos seus próprios interesses, contra tais riscos.

A IBT criticou o que via como desvios "estalinofílicos" por parte da SL / iSt, de forma que, ao caracterizar os movimentos pró-democráticos e nacionalistas surgidos no interior do bloco soviético ao longo dos anos 1980 como potencialmente contrarrevolucionários apostou primariamente no proletariado como força social que deveria ser mobilizada para eliminar tal ameaça, ainda que aventando a possibilidade de alianças táticas com setores da burocracia que pudessem ajudar em tal tarefa política (WORLD, 1989; EASTERN, 1990; NATIONAL, 1991).

Tais posições podem ser vistas em sus críticas à Gorbachev, Ieltsin e outros "reformadores" como sendo apenas variantes do stalinismo (WORLD, 1989; EASTERN, 1990). Também no apoio crítico dado pela organização à supressão do Solidariedade polonês em 1981, que não envolveu concessões políticas nem nenhum nível de confiança na burocracia, diferentemente da SL / iSt (SOLIDARNOSC, 1988), bem como em seu apoio crítico ao golpe de agosto de 1991 na URSS, o qual a organização acreditava que, se vitorioso, poderia dar uma sobrevida ao Estado operário burocratizado e dar tempo, assim, para que o proletariado se organizasse para realizar uma revolução

política (DEFEND, 1992; THREE, 1992).

Tal organização também teve posições e análises ao nosso ver mais adequadas diante dos eventos do período 1989-91, uma vez que denunciou os riscos contrarrevolucionários dos grupos sociais e movimentos nacionalistas devido às suas lideranças e programas, tendo defendido a necessidade de um partido trotskista disputar suas bases para um programa de defesa do Estado operário e de revolução política. Ademais, reconheceu o triunfo da contrarrevolução na URSS quando da vitória do contragolpe de Ieltsin, na RDA quando da queda do Muro e colapso do SED e na Polônia com a chegada do Solidariedade ao poder (EASTERN, 1990; DEFEND, 1992).

Portanto, a nosso ver, a IBT manteve maior coerência em face aos eventos de 1980-91 no bloco soviético, tendo desenvolvido análises e posições muito semelhantes às que contrapusemos aos demais grupos trotskistas ao longo desta tese.

Infelizmente não nos foi possível, por razão de tempo, analisar esses dois grupos de forma pormenorizada na Parte IV, mas acreditamos ser importante deixarmos claro que suas análises e posições serviram, ao menos em parte, de inspiração e referência para nossa própria análise. Esperamos, num futuro próximo, poder complementar esse trabalho com uma análise mais detalhada de suas contribuições à teoria do Estado operário burocratizado.

Considerações finais

Com esse trabalho, esperamos ter contribuído em alguma medida para o resgate crítico da teoria do Estado operário burocratizado, que acreditamos ter não só relevância para a compreensão da história

do bloco soviético, como também ter mantido vitalidade para explicar outras formações sociais fruto de revoluções ocorridas no século passado e das contradições e desafios que elas enfrentam, quais sejam, Cuba, Coreia do Norte, Laos, Vietnã e China.

Esperamos, também, ter contribuído para um balanço crítico da história do trotskismo, que permita seu resgate e necessária atualização para os desafios do século XXI, pois acreditamos que tal vertente do movimento socialista foi a forma mais coerente assumida pelo marxismo a partir da degeneração da experiência soviética, em que pese não ter conseguido romper o isolamento na maior parte dos países em que atuou.

Somente com o resgate crítico do que o marxismo produziu de melhor no século XX é que poderemos avançar para outra forma de sociabilidade no século XXI, que não o capitalismo e a barbarização da vida que ele apresenta como único futuro possível e que já se concretiza cada vez mais em nosso presente.

Referências:

BUBIS, Mordecai Donald. *The Soviet Union and Stalinism in the Ideological Debates of American Trotskyism (1937-51)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Londres, London School of Economics and Political Science, 1985.

LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union.* A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917. Leiden, Boston: Brill, 2007.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro. *Stalinismo, revolução política e contrarrevolução:* o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado

aplicada ao bloco soviético (1953-91). Tese (Doutorado em História Social). Niterói, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pósguerra*: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963). Dissertação (Mestrado em História). Niteŕoi, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2016a.

MONTEIRO, Marcio Lauria. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. *Revista Outubro*, n. 27, novembro de 2016b. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/07_Monteiro_2016.pdf.

ROMÃO, Morgana Moura; MONTEIRO, Marcio Lauria. O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky. *Aurora*, v. 13, n. 38, nov. 2020. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/48667.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída.* O que é e para onde vai a URSS? São Paulo: Sundermann, 2009.

TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011.

Fontes históricas:

EDITORIAL. Victory to the Political Revolution in Poland! *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 3-7, January 1982b.

LONG Live the Independent and Democratic Republic of Hungarian Workers' Councils! An Appeal of the Fourth International to the workers, poor peasants, and intellectuals of Hungary [30/10/1956]. In "DE-STALINIZATION", the Hungarian Revolution, and World

Trotskyism (Documents, 1955-57). The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63): Volume II. Education for Socialists Series. New York: National Education Department of the Socialist Workers Party, p. 61-63, 1978.

MANDEL, Ernest. A new stage of destalinization in the USSR. *International Viewpoint* n. 143, 13/06/1988, p. 3-6.

MASSA, Gabriel. URSS: Los mineros fundan su partido. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 22-23.

UNITED Secretariat of the Fourth International. The Soviet Union after 19 August 1991. *International Marxist Review* n. 13, Spring 1992, p. 27-40.

VIVE les Conseils ouvriers hongrois, en lutte contre la bureaucratie du Kremlin! Vive la Pologne socialiste indépendente! A bas l'infame intervention russe contre les proletaires hongrois! [30/10/1956]. *La Vèrite* - Supplément au n. 430 du 2 novembre 1956. n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956.

AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International* v. 14, n. 5, September-October 1953.

ALLIO, Jacqueline. Après la seconde session du I er Congrès National de Solidarité. Reportage de Pologne [15/10/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 111, p. 6-7, 26 octobre 1981b.

ALLIO, Jacqueline. Face à la paralysie du pouvoir et devant la combativité ouvrière, quelles perspectives pour Solidarité? *Inprecor - Intercontinental Press* n. 112, p. 4-8, 9 novembre 1981a.

BILAN de la révolution politique en Pologne, en Hongrie (rapport de Michel Pablo au XVIII Plénum du Comité Exécutif International [novembro 1956]. *La vérité des travailleurs* n. 52, p. 8-9, Decembre

1956.

BRABANT, Pierre [Pierre Broué]. Ce printemps de Pologne, notre printemps en octubre. *La Vèrite* n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956.

CARRASCO, Carmen. Afganistán. Una invasión que empezó mal y terminó peor. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 36-41.

COMITÉ International de la IVe Intle Salue le prolétariat hongrois, Le [27/10/1956]. *La Vérité* n. 433, p. 2, 23 Novembre 1956.

CONYUNTURA política mundial, La. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 44-47.

CORRESPONDANT. A Berlin, quando le Mur a craqué. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 2-3.

CUELLO, Hernan. ¿Socialismo con democracia o restauración capitalista? *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990a, p. 18.

CUELLO, Hernan. Polonia marcó el rumbo. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990b, p. 24-27.

CZECHOSLOVAKIA - First Balance Sheet, First Lessons [15/09/1968]. *Intercontinental Press*, n. 33, p. 849-856, 7 out. 1968.

DÉBAT sur la marche de la révolution politique. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 15.

DÉBAT sur la marche de la révolution politique. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 15.

DÉCLARATION du Secrétariat International de la IV ème Internationale sur les évènements d'Allemagne orientale et la situation générale actuelle dans les "démocraties populaires" européennes et em U.R.S.S [25/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, p. 17-21,

juillet 1953.

DÉCLARATION du Secrétariat unifié sur la l'évolution de la Tchécoslovaquie – La démocratie socialiste ne peut être définitivement consolidée sans pouvoir des conseils ouvriers [18 abr.] *La Quatrième Internationale* [PCI francês], n. 29, p. 8 e 7, mai. 1968.

DEFEND Soviet Workers Against Yeltsin's Attacks! Counterrevolution Triumphs in USSR [Sept. 1991]. *1917* n. 11, 3rd Quarter 1992.

DEFENSE de la révolucion politique en Pologne, En. Résolution du Secretariat unifiée de la Quatrième Internationale [3/04/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 100, p. 16-17, 27 avril 1981.

EASTERN European Regimes Implode: Death Agony of Stalinism. *1917* n. 8, Summer 1990.

EDITORIAL. Cambio de guardia en la URSS. *Correo Internacional* n. 18, abr. 1986, p. 3-4.

EDITORIAL. Full support for Solidarity! *Labour Review* v. 5, n. 7, p. 385-390, December 1981.

EDITORIAL. L'explosion polonaise et ses landemains [10/09/1980]. *Quatrième Internationale*, n. 2, anée 39e, 3e série (n. 151 do total), p. 3-9, octobre-noviembre-décembre 1980.

EDITORIAL. La Revolución de Agosto. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 1-6.

EDITORIAL. *La Verdad* n. 3, dic. 1991, p. 3.

EDITORIAL. Leçons de Pologne [05/03/82]. *Quatrième Internationale* 40e année, 3e série, n. 8 (n. 157 do total), p. 3-10, avril-mai-juin 1982a.

EDITORIAL. Un "castillo de naipes" en Polonia. *Correo Internacional*

n. 42, set. 1989, p. 3-4.

EDITORS, The. The East German Uprising. *Fourth International* v. 14, n. 3, p.67-70, May-June 1953.

ESTE sacude al mundo, El. [06/12/1989] *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 6-7.

FAVRE, Luis. Dime cuál es tu posición sobre Polonia y te diré quien eres [2/4/1982]. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 4, p. 9, mayo de 1982.

FE de erratas. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 49.

FOLEY, Gerry. "Lithuania cannot shift the Kremlin alone". *International Viewpoint* n. 185, May 1990, p. 9-10.

FORGUE, François. Afghanistan: la faillite et le "vide". *Informations ouvrières* n. 1405, fév. 1989, p. 15.

FORGUE, François. Diez meses de la revolución alemana. *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 26-37.

FRANKEL, David. The Polish revolution - how it developed, where it is going. *Intercontinental Press* v. 19, n. 14, p. 378-382, April 20, 1981.

G., D. Un meeting de Boris Eltsin à Moscou. *Informations ouvrières* n. 1411, mar.-avr. 1989, p. 15.

GELDEREN, C. van. The Lessons of Hungary [10/12/1956]. *Labour Review* v. 2, n. 1, p. 4-7, January 1957.

GLUCKSTEIN, Daniel. Revolução política e revolução social na ex-União Soviética. *A Verdade* n. 36, abr. 2004, p. 23-56.

GONZÁLEZ, Ernesto & CUELLO, Hernán. La ex Unión Soviética después del fracaso del golpe. *Correo Internacional* n. 57, feb. 1992, p. 1-4.

GRAN triunfo revolucionario en la URSS. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 34-39.

HARSCH, Ernest. Ranks of Polish Communist Party demand reforms. *Intercontinental Press*, v. 19, n. 18, p. 522-525, May 18 1981.

HEALY, Gerry. *Stalinism Unmasked.* Revolution and counter-revolution in Hungary [1956]. London: New Park Publications, 1966.

HERNÁNDEZ, Martín. *O veredicto da História.* Rússia, China e Cuba, da Revolução Socialista à restauração capitalista. São Paulo: Sundermann, 2008.

KLEIN, Angela. How far do Gorbachov's proposals go? *International Viewpoint,* n. 85, 28/10/1985, p. 3-5.

LANGEVIN, André. Editorial. *Informations ouvrières* n. 11449, déc. 1989-jan. 1990, p. 2.

LANGEVIN, André. Pologne: Une table ronde de plus en plus bancale. *Informations ouvrières* n. 1407, mar. 1989, p. 14.

LUNA, Ramon. Conferencia del PCUS. El espejo de la crisis. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 17-22.

MACDONALD, Oliver. Pologne: regards sur la révolution politique. Quatirème Internationale 39e anné, 3e série, n. 5 (n.154 do total), p. 49-57, julliet-août-septembre 1981.

MANDEL, Ernest. *Além da perestroika:* a era Gorbachov e o despertar do povo soviético. 2 v. São Paulo: Busca Vida, 1989a.

MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 25.

MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989b, p. 19-27.

MANDEL, Ernest. Gorbachov's reforms. *International Viewpoint*, n. 84, 14/10/1985, p. 13-17.

MANDEL, Ernest. *Socialism and the future.* Julho de 1992. Disponível em https://www.marxists.org/archive/mandel/1992/07/future.htm. Acessado em 01/06/2021.

MANDEL, Ernest. *The Struggle for World Socialist Revolution*. Novembro de 1994. Disponível em https://www.marxists.org/archive/mandel/1994/11/sparts.html. Acessado em 01/06/2021.

MARIE, Jean-Jacques. URSS: "Si ça ne marche pas, que'est-ce qui va se passer?". *Informations ouvrières* n. 1476, jul. 1990, p. 13.

MILLIONS demand an end to Stalinism. *International Viewpoint* n. 173, Nov. 1989, p. 3-4.

MINUTA para la discusión sobre la situación política mundial. [S.l.], 10/12/1990.

MORENO, Nahuel. Polonia. Algunas reflexiones sobre la revolución política polaca [março/82]. *Panorama Internacional* v. 5, n. 20, mayo 1982.

MORENO, Nahuel. Revoluciones del siglo XX. [1984] Versão digital disponível em https://archivoleontrotsky.org/view?mfn=2420. Acessado em 10/06/2020.

NATIONAL Question in the USSR, The. *19171* n. 10, 3rd Quarter 1991.

ON the capitalist reunification of Germany. *International Viewpoint* n. 198, Jan. 1991, p. 22-25.

POLITICAL revolution in Czechoslovakia (Statement by the International Committee of the Fourth International) [21/out]. Fourth International [SLL UK], v. 5, n. 3, p. 92-114, Winter 1968-69.

PRIMEIRA avaliação das teses mundiais: precisamos de um novo documento mundial. [S.l.], [1990].

PROLÉTAIRES de Berlin se lèvent, Les. Contre l'occupation, pour l'unité allemande. *La Vérité*, n. 317, [s.p.] 29 juin 1953.

PROYECTO de resolución presentado por el CEI al Consejo General de la IV Internacional (Comité Internacional). *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 4-6, abril de 1981.

QUE se passe-t-il en URSS? T*ribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, p. 4-7.

REFORMS in the Soviet Union, The. *International Viewpoint* n. 159, Mar. 1989, p. 26-28.

REPROCLAMADA a IV Internacional: abre-se uma nova etapa. *A Verdade* n. 7, out.-dez. 1993, p. 37.

REPÚBLICAS bálticas despiertan, Las. *Correo Internacional* n. 37, nov. 1988, p. 18.

RESOLUÇÃO política adotada pela Conferência Internacional. *Tribuna Internacional*, n. 59, mar. 1991, p. 5.

RESOLUÇÃO sobre a revolução política. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 14-17, setembro de 1982.

RESOLUCIÓN sobre situación mundial. RESOLUCIONES del

Cuarto Congreso Mundial. Boletin Internacional. [S.l.], mar. 1992, p. 6-7.

RÉSOLUTION sur la revolution polonaise. [jui. 1986]. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 53-65.

RÉSOLUTION sur la revolution polonaise. [jui. 1986]. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 53-65.

REVOLUÇÃO mundial e a IV Internacional, A. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 23-32, setembro de 1982.

REVOLUTION in Poland and Hungary. The Editors. *International Socialist Review* v. 17, n. 4, p. 12, Fall 1956.

RÉVOLUTION politique et contre-révolution en Pologne. Résolutiom du Comité executif international (CEI) de la IVe Internationale [27/05/82]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 130, p. 15-30, 12 juliet 1982.

SECRETARIADO Internacional LIT-CI. La revolución política en marcha. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988.

SEPPO, David. Economic reform and democratization. *International Viewpoint* n. 128, 26/10/1987, p. 17-21.

SEPPO, David. What are Soviet workers thinking? *International Viewpoint* n. 178, Feb. 1990, p. 13-15.

SETENTA Años de la Revolución Rusa. Resolución del Secretariado Internacional de la LIT-CI. *Correo Internacional* n. 31, nov. 1987, p. 30-31.

SITUACIÓN política mundial. In PRIMER Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São

Paulo: Editora Lorca S.A., 2012, p. 23-50.

SMUGA, Cyril. Solidarnosc: searching for a second wind. *International Viewpoint* n. 185, May 1990a, [s.p.].

SMUGA, Cyril. The consequenees of historic failure. *International Viewpoint* n. 169, Sep. 1989, p. 7-12.

SMUGA, Cyril. Walesa's hollow victory. *International Viewpoint* n. 197, Dec. 1990b, p. 25-26.

SOLIDARNOSC: Acid Test for Trotskyists. [S.l.]: [1988].

SOLIDARNSC: Polish Company Union for CIA and Bankers. New York: Spartacist Publishing Co., 1981.

SPRENGER, William. E. German Workers Shake Party Bosses. Struggles Reaching New Heights. *Socialist Outlook* n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953.

SUR la situation en URSS. *Tribune Internationale – La vérité* n. 42, dèc. 1987, p. 20-22.

TESES sobre a situação mundial. [S.l.], [1990]. Mimeografado.

THREE Days in August - Soviet Rubicon & the Left. *1917* n. 11, 3rd Quarter 1992.

UNITED Secretariat of the Fourth International. No Soviet deals with imperialism. [21/03/1988] *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 28.

UNITED Secretariat of the Fourth International. The Soviet Union after 19 August 1991. *International Marxist Review* n. 13, Spring 1992, p. 27-40.

WHERE is Gorbachev's Russia Going? *Spartacist* n. 41-42 Winter 1987-88, p. 20-29.

WILKINS, Arthur. New Developments in the Polish Left. *International Viewpoint,* n. 107, 27/10/1986, p. 17-19.

WORKERS Vanguard, 18 Feb. 1994.

WORKERS Vanguard, 26 Jan. 1990.

WORKERS Vanguard, 29 Dec. 1989.

WORKERS Vanguard, 30 Aug. 1991.

WORLD Revolution, Not 'Market Socialism'. Perestroika: A Pandora's Box. *1917* n. 6, Summer 1989.

XXXIVe Congès du PCI et la révolution en Allemagne, Le. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 5.

PARTE V

A QUESTÃO NACIONAL

Trotsky e a questão nacional: nas revoluções russas de 1917 e no caso georgiano

Wanderson Fabio de Melo[1]

O objetivo desta comunicação é discutir aspectos da questão nacional nas reflexões de Leon Trotsky. Vale destacar que o tema das nacionalidades esteve presente em várias passagens de sua intensa vida política e obra escrita, como no trabalho sobre a revolução de 1905, nos artigos acerca da questão balcânica, nas revoluções russas de 1917, nos eventos da guerra civil, nos debates acerca da questão chinesa dos anos 20 do século passado, nas avaliações sobre os movimentos dos povos coloniais e semicoloniais, na compreensão da especificidade do nacionalismo catalão e nas lutas anti-imperialistas de seu tempo. Em razão da amplitude e complexidade da discussão, neste texto será delimitado às observações de Trotsky acerca da questão nacional nas segunda e terceira revoluções russas e na sovietização da Geórgia, em 1921.

O pesquisador acadêmico estadunidense progressista Horance B. Davis, autor do livro *Para uma teoria marxista do nacionalismo*, escreveu que Leon Trotsky "não se destaca como defensor dos direitos das nacionalidades. Não tinha interesse especial pelo assunto e certamente não tinha uma teoria clara" (1978, p. 99). Com o intuito de fundamentar a sua posição, Horance Davis disse que Trotsky "era tão eurocêntrico quanto os outros principais marxistas do primeiro período". Em segundo lugar, para H. Davis, Trotsky foi o "Comissário

[1] Professor na UFF – Rio das Ostras, curso de Serviço Social. Contato: wfabiomelo@yahoo.com.br

de Guerra quando as nacionalidades das fronteiras estavam sendo reconduzidas às órbitas russa" (1978, p. 97).

Leon Trotsky foi a principal liderança do Exército Vermelho durante os ataques dos países imperialistas à Rússia Soviética, e durante à guerra civil entre os Vermelhos *versus* os Brancos, isto é, nos combates entre as forças revolucionárias e as tropas reacionárias dirigidas por Wrangel, Denikin, Kolchak e Yudenich.

Distintamente de H. Davis, entendemos que Trotsky trouxe a reflexão sobre o nacionalismo e desenvolveu a intervenção prática em relação ao movimento nacional para o socialismo. A sua análise acerca do problema das nacionalidades esteve permeada pelos elementos conjunturais e históricos-sociais concretos, na luta política de seu tempo. O revolucionário abordou a questão nacional vinculada ao problema agrário.

O sociólogo Michel Löwy – importante estudioso dentre outros temas, da questão nacional e da história do marxismo, intelectual vinculado ao Secretariado Unificado da IV Internacional (uma das correntes políticas que reivindica o legado teórico-político de Leon Trotsky) – criticou as posições do revolucionário acerca da sovietização da Geórgia do início dos anos 20 do século passado. Löwy afirmou que as intervenções acerca da Geórgia em 1921 pertencem ao "período mais radicalmente 'substitucionista'" (2017, p. 40) da vida de Trotsky, na fase em que se contrapôs veementemente a Karl Kautsky e a socialdemocracia, intervenções que teriam eliminado a consideração sobre a importância da democracia. Segundo o sociólogo, o Exército Vermelho e o Partido Comunista teriam substituído as ações dos trabalhadores georgianos na luta revolucionária, além disso, as realizações ocorreram independentes das vontades populares, que não

foram mediadas.

Entretanto, a nossa reflexão propõe problematizar as atitudes de Trotsky à luz do contexto de sua produção e os desafios da guerra civil, além dos dilemas que eram vivenciados em meio àquele conflito cruento. A chave para a compreensão das intervenções do principal fundador do Exército Vermelho durante a guerra civil envolve a questão da terra.

O marxismo e o problema nacional

Desde os trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, a problemática da questão nacional constou nas elaborações teóricas e práticas do internacionalismo proletário. Depois de 1848, ficou evidente que:

> os povos que haviam começado a luta pela sua independência nacional foram abandonados à prepotência da Rússia, da Áustria e da Prússia, mas ao mesmo tempo o destino destas revoluções nacionais ficou subordinado à sorte da revolução proletária e despojado da sua aparente autonomia, da sua independência em face da grande subversão social. Nem o húngaro, nem o polones, nem o italiano podem ser livres enquanto o operário continuar escravo! (MARX, s/d, p. 131-132)

A formação dos primeiros estados nacionais modernos teve lugar na história juntamente com a ascensão do capitalismo. O processo de superação da fragmentação feudal favoreceu, em concomitância, o desenvolvimento do capitalismo e o agrupamento nacional. Nesse passo, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, a formação da nação coincidiu com o momento inicial do estado moderno e potencializou a transformação do capital comercial em capital industrial. Após 1870, esses países de capitalismo avançado

passaram a exportar capitais, formando semicolonias por meio da busca de matérias-primas e consumidores, para a dominação do mercado mundial.

No Oriente europeu, a edificação do Estado centralizado foi distinta em relação ao lado Ocidental do continente. A centralização estatal não se fez em razão do desenvolvimento capitalista, mas por prioridade militar, seja contra a invasão turca, conflitos regionais, ou expansionismo em direção ao Cáucaso e Ásia, anexando nações. Desse modo, constituiu-se Estados multinacionais, composto por elementos de uma nação forte dominante e outras nações subordinadas. Caso da Áustria, Hungria e Rússia.

Após o término da onda repressiva e conservadora que se seguiu à derrota da Comuna de Paris, o movimento operário europeu conheceu a sua recomposição. Nesse sentido, em 1889, durante as celebrações do centenário Revolução Francesa, foi fundada a Internacional Operária e Socialista, ou II Internacional, a partir da associação de Partidos Social-Democratas e trabalhistas, no contexto da ascensão das lutas dos trabalhadores e de conquistas importantes, em especial do proletariado alemão.

Além da luta operária, a II Internacional se viu em meio aos desafios da questão nacional, colonial e o aumento das perseguições aos judeus a partir dos anos 1880, por meio dos *pogroms* (ataques violentos) antissemitas. Ademais, houve o aumento da exportação de capitais dos países avançados, o que exigiu as formulações políticas a respeito das nacionalidades e do problema colonial entre os lutadores internacionalistas. No encontro da Internacional Socialista de 1891, realizado em Bruxelas, foi divulgado o posicionamento contra o antissemitismo. O tratamento acerca da questão nacional só ganhou

atenção a partir do Congresso de Londres, ocorrido em 1896, quando houve as discussões e deliberou-se sobre o tema: "O congresso declara que é pelo pleno direito à autodeterminação de todas as nações e exprime as suas simpatias aos operários de todos os países que sofrem atualmente sob o jugo do absolutismo militar, nacional ou outro". No entanto, a decisão da II Internacional não foi acompanhada de medidas concretas de alcance político e social, não se desenvolveu um plano de ação concernente ao tema no movimento operário internacional, nos territórios das nações oprimidas ou nas colônias.

A seção russa da Internacional Socialista produziu uma decisão sobre o assunto das nacionalidades. O Partido Operário Social-Democrata Russo, em sua plataforma programática votada no II Congresso, no ano de 1903, antes da divisão nas frações Bolcheviques e Mencheviques, consta o parágrafo 9°: "Direito de autodeterminação para todos os povos que pertençam à federação do Estado". Assim sendo, o programa do POSDR defendeu o direito à separação das nações em relação ao Império russo.

Em uma linha programática distinta à que foi aprovada no Partido russo, o intelectual influente na II Internacional Otto Bauer, representante da corrente política da social-democracia que ficou conhecida como austro-marxismo – uma plataforma ideopolítica que surgiu a partir de várias formulações de dirigentes do Partido Social-Democrata da Áustria – publicou *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, em 1907. Em seu texto, Bauer (2020) defendeu, entre outros pontos, a autonomia cultural das minorias nacionais, tomando como ênfase os aspectos psicológicos e individuais para a compreensão e o encaminhamento do problema nacional.

Em 1913, Josef Stálin publicou *O Marxismo e a questão*

nacional, trata-se de um estudo do militante bolchevique georgiano durante o seu exílio em Viena, que saiu na revista *Prosveschenie* (*A Ilustração*), nos números 3, 4 e 5 (com o título: *A questão nacional e a social democracia*). O texto seguiu a linha política aberta pelo parágrafo 9° do programa do POSDR de 1903. Travou a polêmica declarada com Otto Bauer, contrapondo-se à proposta de autonomia nacional-cultural. O sentido da discussão se relacionou aos esforços nas disputas teórico-práticas com o *Bund* (Liga Geral dos Judeus Trabalhadores na Lituânia, Polônia e Rússia), que adotou a política de defesa da autonomia nacional-cultural, nos eixos pensados pelo austro-marxista.

Stálin fez a defesa da autodeterminação dos povos explicando que:

> O direito de autodeterminação significa que só a própria nação tem o direito de determinar seus destinos, que ninguém tem o direito de imiscuir-se pela força na vida de uma nação, de destruir suas escolas e demais instituições, de violar seus hábitos e costumes, de prosseguir seu idioma, menosprezar seus direitos. (1979, p. 17-18)

Ao mesmo tempo, embasado na leitura bolchevique da questão, ele frisou: "Isto não significa, naturalmente, que a socialdemocracia vá apoiar todos os costumes e instituições da nação" (STÁLIN, 1979, p. 18). Stálin bradava o direito de autodeterminação dos povos, contra a política de autonomia nacional-cultural; mas, ao mesmo tempo, enfatizava a necessidade da aliança unitária e voluntária dos povos por uma política socialdemocrata revolucionária, conforme a posição bolchevique no interior do POSDR.

A despeito de realizar a defesa da autodeterminação nacional, em seu trabalho Stálin expôs três elementos bastantes problemáticos.

São eles, o conceito de nação, a visão sobre os movimentos nacionais e a relação entre nacionalismo e socialismo.

A nação, segundo Stálin, deriva do amálgama dos itens: a existência da comunidade estável, idioma, território, conexão econômica e comunidade refletida na cultura – o "caráter nacional" (1979, p. 5-7). Peremptoriamente, ele frisou: "É necessário salientar que nenhum dos traços distintivos indicados, tomado isoladamente, é suficiente para definir a nação. Mais ainda: basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir" (1979, p.7).

Assim, como notou Michel Löwy (2000, p. 56), ao afirmar o "caráter nacional", "Stálin confere um caráter dogmático, restritivo e fixo" de nação, perdendo as dimensões sociais e políticas na análise da questão das nacionalidades.

A pauta nacional é vista como adversária do socialismo por J. Stálin, uma vez que registrou: "no nosso juízo, a superação do princípio socalista das lutas de classes pelo princípio burguês da nacionalidade" (1979, p. 32).

Acerca dos movimentos nacionais, o georgiano defendeu:

> Às vezes a burguesia consegue arrastar o proletariado ao movimento nacional, então a luta nacional se reveste na aparência de um caráter popular geral, mas só na aparência. Na essência esta luta não deixa nunca de ser uma luta burguesa, conveniente e grata principalmente à burguesia (STÁLIN, 1979, p. 16).

Torna-se importante observar que a plataforma de autonomia cultural é recusada por conduzir

> ao nacionalismo, pois favorece o ponto de vista da divisão dos homens por cúrias nacionais, o ponto de vista da 'organização' das nações, o ponto de vista da 'conservação', e incentiva 'peculiaridades nacionais', coisa completamente incompatível com a

socialdemocracia. (STÁLIN, 1979, p. 58)

Como se percebe, Stálin não diferenciou as formas das expressões nacionais, uma vez que concebeu o nacionalismo um fenômeno essencialmente burguês. Na posição dele, "Os social-democratas consequentes devem levar a cabo um trabalho coordenado e tenaz contra o nacionalismo, venha de onde vier" (1979, p. 4).

Nota-se que em sua análise, o georgiano desconsiderou o nacionalismo vinculado à questão democrática no despertar dos povos oprimidos no interior dos Estados multinacionais. Tampouco enxergou, no texto de 1913, as potencialidades transformadoras na radicalização da luta nacionalista dos subjugados enquanto caminho ao socialismo.

Assim, é importante lembrar de mais uma observação de Löwy, "Stálin não distinguia entre o nacionalismo dos opressores e aquele dos oprimidos, ou seja, entre o nacionalismo *grand-russe* do Estado czarista e o dos povos oprimidos - poloneses, judeus, tártaros, georgianos, etc". (2000).

Como bem afirmou Horace Davis (1979, p. 91-92), Stálin desenvolveu a crítica e o rechaço ao movimento nacionalista, não contribuiu na elaboração do entendimento das especificidades e particularidades do nacionalismo para o marxismo. Pode-se dizer que o seu estudo não favoreceu evidenciar o desenvolvimento das lutas nacionais, as suas contradições, as diferenciações, as possibilidades revolucionárias, ou os seus sentidos sócio-históricos.

Vladimir Lênin, em 1914, escreveu *Sobre o direito das nações a autodeterminação*, um estudo seminal sobre a temática. Nele, o líder dos bolcheviques polemizou com os autores da social-democracia acerca da questão nacional, defendeu a bandeira da autodeterminação dos povos, conforme o famoso parágrafo 9 do programa do POSDR,

de 1903. Ao mesmo tempo, demarcou a defesa da união voluntária, ao passo que ressaltou a importância da unidade política às nacionalidades na direção do projeto centralizado. Para Lênin, só o direito ao divórcio garante o casamento livre (1981, pp: 74-75).

De acordo com Lênin, diferente do que pensava Rosa Luxemburgo (e Stálin), a luta nacional-democrática não separa, ou tampouco atenua o embate dos trabalhadores em direção ao socialismo, uma vez que o socialismo é entendido como sendo a realização da democracia completa.

A reflexão leniniana sobre a questão nacional trouxe a diferenciação entre nação opressora e nação oprimida. Nesse sentido, segundo Lênin, o nacionalismo opressor, permeado do elemento aristocrático, "é precisamente o maior freio para a democracia e a luta proletária. Contudo, ao redor do nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e a este conteúdo prestamos um apoio incondicional" (1981, p. 64).

A dominação burguesa foi incapaz de encaminhar a resolução nacional dos povos oprimidos, visto que não favoreceu a completude das tarefas democrático-burguesas de acesso à terra aos camponeses, à educação, ou melhorias sociais. A democracia imperialista prorrogou a subjugação das nações oprimidas pelas nações opressoras, uma vez que a exploração econômica foi ampliada juntamente com a dominação política e cultural.

Em janeiro de 1918, após a Revolução de Outubro de 1917, a Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado foi redigida por Lênin, que estava atento às questões daquela fase da transformação revolucionária. No documento, em seu item 2 da primeira parte, encontra-se: "A República Soviética da Rússia é organizada sobre

a base da união voluntária de nações livres, como Federação de Repúblicas Soviéticas Nacionais" (1918).

Observa-se que, levando em consideração o contexto, a energia revolucionária e a incapacidade de o imperialismo garantir a libertação nacional dos povos oprimidos, Lênin lançou o apelo à formação de uma Federação de Repúblicas Soviéticas. Michel Löwy acertadamente observou que a partir da Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, os bolcheviques passaram a praticar uma política de autonomia cultural na prática, uma vez que na Rússia dos Sovietes o idioma *yiddish* obtém o estatuto de língua oficial, com escola e imprensa, configurando uma autonomia cultural na prática.

Nos anos da Internacional Comunistas, ou III Internacional (também chamada de Comintern) no seu Segundo Congresso, realizado em 1920, foi abordado o tema da questão nacional e colonial. O eixo central da temática para os comunistas, de acordo com Lênin, passava pela resposta da indagação:

> Qual é a ideia mais importante, a ideia fundamental de nossas teses? É a distinção entre nações oprimidas e nações opressoras. Nós colocamos esta distinção, em oposição à II Internacional e a democracia burguesa. Para o proletariado e para a Internacional Comunista tem particular importância na época do imperialismo observar os feitos econômicos concretos e tomar como base, a resolver os problemas coloniais e nacionais, não teses abstratas, mas sim fenômenos da realidade concreta (1978, p. 405).

Deve-se considerar que uma das grandes contribuições de Lênin a respeito da questão nacional foi a diferenciação entre nação opressora e nação oprimida. Formulação teórica que possibilitou a organização do proletariado revolucionário internacionalista a dialogar com os movimentos das nacionalidades dominadas, evidenciando

que somente com o socialismo as bandeiras democráticas-nacionais seriam efetivadas. A II Internacional, com as suas bases políticas na aristocracia operária dos países imperialistas, a parte mais bem paga dos trabalhadores no capitalismo avançado, não foi capaz de ações concretas no sentido da resolução dos problemas nacional e colonial. Os dirigentes de cada seção preferiram a aliança com as burguesias imperialistas de seus respectivos países, o que mantinha a dominação nacional e colonial. No tempo da Internacional Comunista, o movimento operário incorporou a questão nacional e colonial à estratégia prática social e política com vistas à revolução mundial. Segundo Leon Trotsky, "foi mérito de Lênin haver desenvolvido a estratégia revolucionária dos povos oprimidos" (2005, p. 167).

Diante do exposto, vale destacar que mais do que a ênfase no elemento político, as análises de Lênin se pautaram na consideração da totalidade concreta, isto é, na interação dialética das esferas do social, como a política, a economia e a cultura; portanto, não como somatório de fatores. Torna-se importante notar que outros teóricos abordaram a temática da questão nacional pela via da fatorialização dos elementos constitutivos do social, priorizando o item econômico, ou o cultural/ psicológico.

Para o líder comunista, o internacionalismo proletário em aliança com os camponeses pobres das nações oprimidas poderia realizar as reivindicações democráticas como o problema da terra, do acesso à educação e do desenvolvimento, em oposição à exploração e a barbárie imperialista.

O Império Russo e as nacionalidades

A política do czarismo para as nacionalidades estava determinada pela formação sócio-histórica do Império russo. Enquanto na Europa ocidental, a despeito das particularidades, ocorreu o desenvolvimento do Estado nacional e da burguesia industrial, no Oriente da Europa, sobretudo na Rússia, as condições foram distintas, visto que persistiu o elemento aristocrático e a predominância da forma do capital mercantil. Enquanto nos principais países ocidentais se pôs o capital industrial, a Rússia seguiu sendo um país essencialmente agrário, com métodos primitivos de cultivos e de exploração das terras, a acumulação de capital se realizava mediante a exploração do campesinato por meio de relações de servidão.

No caso russo não houve uma burguesia industrial, ao passo que a centralização do Estado se efetivou por forças militares de conquista, embasado na agricultura extensiva e no artesanato rústico. O czarismo edificou a máquina estatal que dominou outras nações e povos, com o intuito da apropriação de terras e a exploração agrária. Como notou Trotsky: "O comerciante, o proprietário, o funcionário deslocava-se do centro para a periferia, seguindo o camponês que se dispersava e, à procura de novas terras e de isenções fiscais, penetravam em outros territórios" (1980, p. 186), onde dominavam os povos autóctones, nativos, nações com técnicas ainda mais rudimentares ou que não conseguiam se proteger militarmente.

A expansão russa se fez aos interesses de latifundiários, do czar, dos militares e comerciantes sobre as terras dos povos subjugados. A expansão agrária vinha acompanhada da exploração predatória dos camponeses. Os povos dominados sofriam a exploração colonial com características próprias, entre elas, enquanto as colônias dos países ocidentais se encontravam distantes das metrópoles, os territórios

dominados pelos russos estavam no interior do Império czarista. Constituiu-se um Estado multinacional com a nação russa dominante.

O início da expansão moscovita remonta ao século XVI, quando se iniciou com base na superioridade militar em direção à Leste, rumo à Sibéria. Prosseguiu ao longo dos principais rios e nos territórios do Norte, por meio da busca de animais valiosos para as atividades de curtumes. Entre 1585 e 1605, os russos tomaram a bacia dos rios Irtish e Ob. Na sequência, em 1628, avançou pelos rios Ienissei e Tunguska Pedregoso, além do Rio Angara. Completaram a conquista do Rio Lena em 1640, do Amur em 1643 e entre 1638 e 1650, dominou a região do Lago Briskal.

No século XVIII, a expansão territorial russa adquiriu contornos mais consideráveis. Durante o reinado do czar Pedro, o Grande, a política de conquistas buscou aumentar as alternativas de saída para o mar, o que favoreceu o contato via operação marítima e comercial com outras nações. A expansão se estendeu às costas do Mar Báltico, apoderando da Estônia e parte da Lituânia, seguindo até a região siberiana do extremo Oriente, atravessando o Estreito de Behring, chegando ao Alasca, no continente americano. Ao Sul, as fronteiras do Império russo alcançaram o Mar Cáspio e a Turquia. No czarado de Catarina II, realizou-se a partilha da Polônia entre Rússia, Áustria e Prússia. Nessa fase, o czarismo anexou a Ucrânia. Em decorrência da guerra com a Turquia, ocorreu a anexação de Odessa, o que impulsionou o desenvolvimento econômico do Império.

A expansão imperial czarista transcorreu por meio da guerra contra Napoleão e dos conflitos asiáticos no século XIX. As forças russas foram fundamentais para a derrota napoleônica. Tais conflitos, desdobraram-se nas anexações da Bessarábia, Finlândia, Reino

da Polônia, Geórgia, Azerbaijão, parte da Turquia e da região dos Kirguises.

Na Primavera dos Povos de 1848, o czarismo russo serviu à contrarrevolução europeia. As forças do exército russo invadiram a Hungria com o intuito de apoiar os Habsburgos. Os revolucionários de 1848 odiavam tudo o que representava o czarismo, o seu reacionarismo e a brutalidade. Na segunda metade do século XIX, processou-se a conquista do Cáucaso, Daguestão e Armênia. Ademais, chegou-se às costas do Pacífico, tomando territórios da Manchúria e da Coreia.

Vale destacar que a política expansionista esteve articulada aos interesses dos grupos capitalistas, que eram favorecidos com a penetração russa nas sociedades agrárias dominadas, em busca de mercados e fontes de matérias-primas baratas. Nesse passo, o Império russo detinha o carvão e o trigo da Ucrânia, do Azerbaijão o petróleo, do Cáucaso e Turquestão o algodão. Seguindo a política imperial de expansão, o czar Nicolau II almejava levar as conquistas até Constantinopla. No último quartel do século XIX, o expansionismo russo também se articulou aos interesses dos países capitalistas avançados, imbricados nas relações do capital comercial e industrial, fatores que motivaram a participação Rússia na guerra imperialista de 1914 ao lado da *Entente* (Inglaterra e França).

A nação dominante russa no Império impunha a servidão nos territórios conquistados. No entanto, ela proporcionava o desenvolvimento do capital comercial, uma vez que integrava a produção das nações oprimidas na circulação capitalista, o que edificava laços entre os latifundiários das nações dominadas às estruturas de poder do czarismo, por meio de ganhos materiais. Ao mesmo tempo, o campesinato das nações subjugadas encontrava-se

numa relação brutal de exploração, dominação e ignorância. Assim, a questão nacional estava ligada ao problema agrário, na medida em que os proprietários rurais das nações dominadas não estavam dispostos a contestar o Império poderoso, porque não queriam correr o risco de perder os seus privilégios e ganhos materiais.

A administração imperial contava com a burocracia civil formada por cerca de quinhentos mil funcionários, no final do século XIX. Formada por várias gradações, sendo os oito níveis superiores eram reservados aos nobres.

As Forças Armadas, principalmente o exército, constituíam o principal instrumento da política expansionista do czarismo. Além da disposição para a agressão externa, prestavam-se aos serviços internos de vigilância e sufocamento de rebeliões camponesas e manifestações urbanas.

Também comprometida com a ordem czarista havia a alta hierarquia da Igreja Ortodoxa. Desde 1721, com Pedro, o Grande, até Nicolau II (1917), a Igreja foi administrada por um Santo Sínodo sob a estrita supervisão do Estado. Na interpretação dos cristãos ortodoxos russos, Roma teria caído na heresia e a segunda Roma, Constantinopla, foi dominada pelos turcos islâmicos em 1453. Portanto, naquele ramo do cristianismo, emergiu a visão religiosa de Moscou como a Terceira Roma, espaço de preservação das tradições e legados dos ortodoxos. O Czar tornou-se o protetor da ortodoxia, como havia sido o Imperador Bizantino em outros tempos. O credo ortodoxo foi alçado à religião oficial do Estado recebendo subsídios das estruturas imperiais.

No topo do Estado estava o Czar, a origem etimológica da palavra remete à César, do latim e da tradição romana, Imperador. O termo passou a ser adotado por Ivã IV, com o intuito de sinalizar a

continuidade em relação ao Império Bizantino, tomado pelos turcos. Desde 1613 a dinastia Romanov passou a ser a soberana da Rússia e do Império. Dominava por meio do poder absoluto, com a justificativa divina, sempre apoiado na alta hierarquia e nos regramentos da Igreja Ortodoxa.

Em linhas gerais, a política de nacionalidades do czarismo implantava a russificação, a exploração predatória e o sufocamento da cultura nacional dos povos oprimidos. Os instrumentos da opressão nacional foram as forças armadas, os funcionários burocráticos do Estado czarista e a religião ortodoxa imposta à força em vários casos.

Ao final do século XIX, o Império czarista contava com 22,3 milhões de quilômetros quadrados, o maior Império em dimensões territoriais. O centro administrativo e do poder ficava em Moscou. A extensão imperial russa seguia das fronteiras do Império Austro-húngaro até ao oceano Pacífico Norte. Do oceano Ártico às fronteiras com a Turquia. Segundo o recenseamento de 1897, a sua população contava com 132 milhões de habitantes. Devido à dominação brutal russa sobre as outras nacionalidades, os bolcheviques denunciavam o Império czarista como "a prisão dos povos".

As revoluções de fevereiro e de outubro e a questão nacional

As mobilizações das mulheres por melhores condições de vida e contra a guerra, em 23 de fevereiro de 1917, sofreram a dura repressão. No entanto, os atos violentos causaram revoltas nos soldados desde o *front*, que não aceitavam as autoridades oficiais. Na sequência, operários deflagraram greves, e juntamente com os soldados passaram a formar os sovietes (conselhos). Essa situação pôs fim ao czarismo

na Rússia.

A Revolução de Fevereiro instituiu, por um lado, o Governo Provisório, um governo oficial com vistas a organizar a administração até a Assembleia Constituinte, que edificaria a nova forma jurídica de poder. No início, o Governo Provisório foi dirigido pelo príncipe Lvov e Pavel Miliukov. Por outro lado, as mobilizações de fevereiro instituíram um governo não-oficial, embasado nos sovietes e nas comissões de fábricas, que pretendiam instituir o regime constitucional no local de trabalho. Torna-se importante destacar que a derrocada do czarismo desencadeou em toda a extensão do império a formação dos movimentos de emancipação nacional.

Os socialistas moderados (Mencheviques e Socialistas Revolucionários) apresentaram a política do "defensismo revolucionário", isto é, a defesa das conquistas da democracia e do povo em relação ao inimigo estrangeiro. Essa posição foi majoritária nos sovietes na fase inicial. O desdobramento político constituiu no apoio ao Governo Provisório, que mantinha o país na guerra imperialista.

Em 20 de março, Lvov assinou a lei que abolia todas as restrições legais embasadas em religião, nacionalidade e estamento, no percurso de um tratamento ocidental liberal das instituições. No pós fevereiro, houve a hiper-valorização das medidas jurídicas, o que causou certa confusão entre os socialistas. No artigo publicado em 26 de março, J. Stálin escreveu apreciando as novas resoluções sobre as nacionalidades: "A base social desta opressão, a força que a anima, é a caduca aristocracia agrária. E quanto maior é sua participação no poder, quanto mais firmemente o detenha, maior é a opressão nacional e mais monstruosas são as formas que toma" (1953, p. 8). Na

sequência, diferenciou a brutalidade czarista da forma da dominação inglesa, enfatizando a segunda como sendo "mais suave" (1953, p.8). No entanto, sem trazer qualquer referência à situação da Irlanda, ou ao domínio Britânico na Índia. Com isso, Stálin, de certo modo, expressou o otimismo no percurso jurídico de tipo Ocidental no encaminhamento do problema. "Ao varrer a aristocracia feudal", na visão de Stálin, o regime de fevereiro dava passos em direção à "criar as condições reais necessárias para a liberdade das nacionalidade", que os povos pudessem "respirar livremente e sentir cidadãos da Rússia" (1953, p. 8-9). Na sequência, reivindicou a autonomia política e o direito de autodeterminação nacional. Como se vê, nenhuma menção ao imperialismo no agravamento da opressão dos povos, muito diferente da reflexão de Lênin sobre o tema, sobretudo após 1914.

Contudo, a política bolchevique foi ajustada com "As teses de abril", um breve conjunto de formulações elaboradas por Lênin e aceita pelo partido. A orientação indicava:

> Nenhum apoio ao Governo Provisório. Explicar a completa falsidade de suas promessas, sobretudo a da renúncia de anexações. Desmascarar este governo, que é um governo de capitalistas, ao invés de propagar a inadmissível e ilusória "exigência" de que deixe de ser imperialista (1917).

Para Leon Trotsky, o único mérito da revolução de fevereiro consistiu no despertar político das nações oprimidas e do campesinato. Contudo, essas movimentações logo evidenciaram os limites, uma vez que, "as nações oprimidas do Império Russo tomaram como a sua revolução. No entanto, como tudo no Regime de Fevereiro e a sua democracia oficial subordinada ao imperialismo – mostrou-se incapaz de encaminhar os problemas das nacionalidades" (1980, p. 187).

Após a Revolução de Fevereiro, a intelectualidade das nações

oprimidas passou a levantar as bandeiras de emancipação nacional e a liderar o processo ativo para a sua efetivação, sem esperar o governo central. Nessa direção, na Finlândia foi organizado o *Seim*, uma forma de assembleia parlamentar dos finlandeses. Foram criados os "Conselhos Nacionais" na Lituânia, Estônia, Geórgia, Armênia, o *Rada* na Ucrânia, os *Kurultai* da Crimeia e Bashkiria. Esses conselhos traziam as reivindicações das burguesias locais, que, em vários casos, os seus anseios chocavam-se com os da burguesia russa, representada na cabeça do Governo Provisório.

A despeito da rebelião popular em fevereiro contra a guerra e que depôs o czarismo russo, os novos dirigentes do país defendiam o programa de conquistas e anexações, sem romper com a lógica do imperialismo. No mês de abril, Miliukov exortou a uma nova ofensiva russa na guerra ao lado da *Entente*, o que explicitou a disposição em continuar o expansionismo e o metabolismo social e econômico do czarismo, mas, desta vez, sem a autocracia Romanov.

Aos olhos dos burgueses das nações oprimidas do Império russo, as ordens de abril evidenciaram que o regime de fevereiro não resolveria o problema nacional não-russo. Assim sendo, a luta pela emancipação nacional foi ampliada, bem como os esforços para o fortalecimento das instituições democráticas desde as periferias.

Vale destacar que, em palavras, o Governo Provisório declarava favoravelmente aos direitos dos povos; no entanto, por seus atos, consolidava o domínio da burguesia e continuava a colonização militar latifundiária-czarista em sintonia aos interesses imperialistas. O principal representante do partido constitucionalista-democrático (cadete), que expressava os interesses da alta burguesia russa, bradou a unidade estatal da Rússia, o que significava tomar a reivindicação

de autodeterminação das nacionalidades oprimidas enquanto a desagregação do Estado. As jornadas de mobilizações do proletariado russo de abril de 1917 levaram à demissão de Miliukov, ato que teve o endosso das burguesias das nações dominadas do Império russo.

Alexander Kerensky foi o líder do gabinete governamental após a queda de Miliukov, para isso contou com o apoio dos mencheviques e dos Socialistas Revolucionários, este último expressava a organização política com ampla base entre o campesinato russo. Nicolay Chkheidze, menchevique georgiano que presidia o soviete de Petrogrado desde fevereiro, apoiou o governo, outro socialista de origem georgiana, Irakli Tserateli chegou a ser o Ministro do Interior. Para tratar da complexidade da questão nacional, exibia as credenciais de líder social-democrata e a condição de natural da Geórgia. Kerensky objetivava trazer as direções dos sovietes ao governo oficial, com o intuito de acabar com a situação de dualidade de poderes, vivida desde a queda do czar.

Em três províncias imperiais, as lutas pela emancipação nacional foram intensas durante o regime de fevereiro, foram elas: Polônia, Finlândia e Ucrânia. O Governo Provisório assinou a independência polonesa; no entanto, quando o país se encontrava sob o domínio dos alemães.

A situação finlandesa foi dramática. Segundo Trotsky, "A Finlândia transformou-se numa farpa metida no corpo do regime de fevereiro" (1980, p. 189). O *Seim* finlandês se proclamou soberano. No entanto,

> os ministros socialistas de Petrogrado: Kerensky, Chernov, Skobelev, Tsereteli decidiram liquidar, por meio da violência, o governo socialista de Helsingfors. O chefe do estado-maior do quartel-general, o

> monarquista Lukomsky, advertiu as autoridades civis e a população da Finlândia que, no caso de manifestação contra o exército russo 'as cidades, e em primeiro lugar Helsingfors, seriam devastadas'. Após ter, assim, preparado o terreno, o governo, em manifesto solene, cujo estilo parecia um plágio da monarquia, decretou a dissolução do *Seim* e, no mesmo dia em que se iniciava uma ofensiva no front, colocou às portas do Parlamento finlandês soldados russos retirados do front (1980, p. 189-190).

Em relação à Ucrânia, o regime rechaçou as aspirações de autonomia, proibindo reuniões dos ucranianos por meio da força, o que evidenciou não só o descompromisso com a democratismo-nacional, como também a disposição em reprimir os povos oprimidos. Portanto, o Governo Provisório dirigido pela coalizão mantinha a sobreposição dos grãos-russos em relação às outras nacionalidades.

O ascenso das lutas levou a transformações importantes na composição social nas lideranças das nacionalidades. Segundo Trotsky:

> Antes de Fevereiro de 1917, as direções dos movimentos nacionais eram formadas por mestre-escola, escrivão de justiça, oficiais e comerciantes. Posterior à revolução de fevereiro, as lideranças passaram a ser compostas por camadas jovens vinculadas aos lugarejos distantes, representando as massas profundas do campesinato. (1980, p. 196).

No I Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, em junho, a aprovação da matéria "direito de autodeterminação dos povos" ocorreu por unanimidade, o que demonstrou o apoio dos trabalhadores à essa pauta democrática. No II Congresso soviético, a decisão foi mais uma vez ratificada. Ademais, a consigna bolchevique de "paz, pão e

terra", abraçada pelos sovietes, impactou ao campesinato, o segmento social que sofreu terrivelmente com o conflito imperialista, pois era o principal fornecedor de soldados à carnificina. Ademais, a organização de sovietes rurais ampliara após junho, concomitante às ocupações de terras. Nas regiões distantes da Rússia, o apoio à luta agrária foi fundamental para a concretização da Revolução de Outubro.

A luta desenvolvida pelos bolcheviques no regime de fevereiro, em defesa da autodeterminação dos povos, possibilitou a conquista da confiança das nacionalidades oprimidas. Longe de fragmentar o combate social, a bandeira da autodeterminação potencializou o diálogo e a ação dos bolcheviques junto aos movimentos nacionais de cunho democrático contra o imperialismo e o poder dos latifundiários. Nas palavras de Trotsky, em vários casos dos movimentos das nacionalidades subalternas: "O nacionalismo oprimido revelou-se um invólucro de um bolchevismo pouco amadurecido" (1980, p. 198). A inoperância do regime de fevereiro conduziu o nacionalismo oprimido à revolução soviética, realizada em outubro de 1917.

Uma semana após a deflagração da Revolução de Outubro, tendo como referências as decisões soviéticas do I e do II Congresso, foi proclamada a *Declaração dos direitos dos povos da Rússia*, um documento com quatro pontos:

> 1. Igualdade e soberania dos povos da Rússia;
> 2. Livre direito de auto-determinação dos povos da Rússia, até o ponto da separação e formação de Estados independentes;
> 3. Supressão de todas e quaisquer prerrogativas e limitações nacionais e nacional-religiosas;
> 4. Livre desenvolvimento das minorias nacionais e grupos etnográficos que habitam o território da Rússia. (1918)

A declaração teve o efeito de reunir povos não-russos no apoio ao país dos sovietes. Estes itens fizeram com que povos das nações oprimidas lutassem ao lado dos revolucionários do Exército Vermelho, uma vez que os russos do Exército Branco não apontavam a autodeterminação, assim sendo, tiveram dificuldades no recrutamento de soldados às suas forças militares nas regiões periféricas.

O arcabouço jurídico soviético foi alimentado com a *Declaração de direitos dos trabalhadores e dos povos explorados*, aprovada no III Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, instaurando a federação sobre a base de nações livres, reconhecendo a independência da Finlândia. Mais do que palavras, os revolucionários concebiam a autodeterminação de fato. Depois da Finlândia, a Ucrânia decidiu pela separação, e o governo soviético também reconheceu a independência da Armênia, Geórgia, Azerbaijão, e dos países bálticos: Lituânia, Letônia e Estônia. A Revolução de Outubro instituiu o Comissariado do Povo, no qual contava com a pasta das Nacionalidades, cuja direção foi atribuída a J. Stálin.

A sovietização da Geórgia

Nos países do Cáucaso, na região entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, em meio à guerra civil, as forças políticas contrarrevolucionárias tentaram instituir as repúblicas democráticas burguesas. As "novas democracias" caucasianas para se viabilizarem, contaram com o apoio da Turquia, das tropas alemãs, inglesas e da contrarrevolução monárquica.

Após a Revolução de Fevereiro de 1917, vários quadros

dirigentes do país eram georgianos. Os mencheviques Chkheidze, Tsereteli e Tchkeli bradavam: "a única pátria é a Rússia". Na Geórgia, os mencheviques tiveram o apoio da maioria dos camponeses durante um período, assim, montaram um governo com Noe Jordânia à cabeça. No momento da guerra civil, os mencheviques intentaram acordos para concretizar a independência georgiana, contra as decisões do I e II Congressos dos Sovietes de Toda a Rússia. Eles recusaram a Revolução de Outubro e a direção bolchevique. De início, os mencheviques na Geórgia contaram com a proteção alemã. Ou seja, esses socialistas moderados traíram as deliberações soviéticas, promoveram a divisão do país – fazendo o contrário de que pregavam, e recorreram à proteção da Alemanha, isto é, apelaram ao país que meses antes eles propunham a ofensiva russa. Entendiam que o combate prioritário, em 1918, seria contra os bolcheviques. Com a assinatura do Tratado de Paz em Brest-Litovsk, os alemães abandonaram o apoio político militar à Geórgia. No entanto, a Inglaterra passou a incentivar o "nacionalismo georgiano" contra os soviéticos, no sentido de levar a contrarrevolução ao solo russo, e depor os bolcheviques.

Armênia e Geórgia eram países essencialmente agrários e vistos como fontes de matérias-primas pelos imperialistas. O Azerbaijão também era rural, entretanto, já havia iniciado a exploração petrolífera, sobretudo na capital Baku, que contava com o proletariado ativo politicamente, que havia formado o Soviete, e era a principal base de apoio dos bolcheviques no Cáucaso.

A região é rica em matérias-primas, portanto, cobiçada pelas nações imperialistas. A Alemanha se interessava pelo manganês georgiano. Depois da I Guerra, os ingleses passaram a objetivar o Cáucaso, com discurso de democracia e autodeterminação nacional. A

Turquia também se interessava por ocupar os países caucasianos, com o terrível histórico de dominação e massacres sobre a Armênia.

No entanto, houve o impacto revolucionário. Segundo Trotsky, "A notícia sobre a proposição de paz feita pelo governo soviético e a reforma agrária comoveram não só as massas de soldados, como a população trabalhadora transcaucasiana" (1973, p. 31). No Azerbaijão, foi instituído o poder soviético em abril de 1918, mas logo derrotado pela intervenção turca. As forças dos *paxás* puderam contar com a colaboração da Geórgia menchevique, uma vez que os georgianos puseram à disposição as suas vias férreas para os turcos chegarem à Baku.

De 1918 a 1920, o Partido Comunista georgiano, durante o governo dos mencheviques, estivera condenado à clandestinidade. A imprensa comunista estava proibida. Em abril de 1918, vários comunistas eram presos, insultados, torturados e enviados aos territórios controlados pelo Exército Branco (TROTSKY, 1973, p. 71). A partir de 1920, com a vitória do Exército Vermelho sobre Denikin, ampliaram-se as forças dos comunistas na região caucasiana. Ademais, na medida em que os mencheviques georgianos não encaminhavam a solução da questão agrária, os protestos campesinos foram crescendo em diversas regiões da Geórgia.

No Azerbaijão, em abril de 1920, é instaurada a República Socialista Soviética após a derrubada do governo iniciado em janeiro aliado das tropas britânicas, consolidando uma nova conjuntura favorável aos comunistas no Cáucaso. O impacto imediato foi sobre a Armênia. Em razão de disputas com a Turquia, a Armênia aproxima-se dos soviéticos, processo que desaguou na formação da República Soviética da Armênia em dezembro daquele ano.

Após evidenciar o refluxo da revolução socialistas no Ocidente, a Internacional Comunista organizou o Congresso dos Povos do Oriente, em setembro de 1920, em Baku. A partir do Azerbaijão, os comunistas atuavam para impactar o campesinato caucasiano e oriental. Segundo Pierre Broué: "podemos reconhecer que foi lá o começo de um longo desenvolvimento, de uma guinada na história do Oriente, em particular, e de um movimento de nacionalidade que se apoiava historicamente na revolução russa" (2007, p. 228).

Os mencheviques georgianos, no mesmo mês em que ocorria o encontro da Comintern na capital do Azerbaijão, receberam uma delegação com ilustres dirigentes da socialdemocracia, incluindo Karl Kautsky, Emile Vandervelde e Ramsay MacDonald, que elogiaram a experiência liderada por Jordânia. Entretanto, no encontro da III Internacional, era denunciada a pretensão expansiva georgiana em relação à Armênia, e os massacres sobre os camponeses ossetianos e da Abecásia promovidos pelo governo da Geórgia. Os acordos dos socialistas moderados com as classes dominantes locais e o imperialismo impediam o encaminhamento do problema da terra pelos mencheviques georgianos. Para Trotsky:

> os camponeses transcaucasianos se rebelavam não contra a revolução democrática, senão contra a sua lentidão, contra a sua indecisão e contra a sua pusilanimidade, sobretudo na questão agrária. [...] As massas camponesas, que formam a imensa maioria da população, atuavam como bolcheviques contra a "democracia" dos mencheviques (1973, p. 64).

Em fevereiro de 1921 foi deflagrada a revolução na Geórgia. Ao relatar sobre o processo, Trotsky reconheceu a importância do Exército Vermelho:

> Não temos a menor intenção de dissimular ou

> menosprezar a importância do papel do exército soviético nas vitórias dos sovietes no Cáucaso. Em fevereiro de 1921, este exército prestou um apoio eficaz à revolução, ainda que muito menor que havia prestado, durante três anos, aos mencheviques os exércitos turcos, alemães, ingleses, sem esquecer os guardas brancos russos (1973, p. 102).

Em meio à guerra, todos os lados no conflito se dispuseram à utilização das armas. Os movimentos das guerras nas montanhas do Cáucaso estavam indefinidos no começo da década de 20. As tropas ocidentais, o exército turco, a contrarrevolução mesmo derrotada ainda oferecia o perigo de recomposição. Havia a ameaça iminente de invasão das República Socialista Soviética do Azerbaijão e da Armênia. Assim sendo, como estratégia de defesa na guerra civil, realizou-se a revolução soviética na Geórgia com o apoio do Exército Vermelho.

Torna-se importante ressaltar que para V. Lominadze, Secretário Geral do Partido Comunista georgiano, "Nossa revolução no começo de 1921, foi a conquista da Geórgia por meio das baionetas do Exército Vermelho. A sovietização da Geórgia representa uma espécie de ocupação de tropas russas" (apud WEINSTOCK, 1970, p. 25).

Deve-se ponderar que na Geórgia, o apoio ao Exército Vermelho será constituído a partir da intervenção junto aos camponeses. O PC local estava buscando a sua estruturação junto ao proletariado urbano, que tinha a principal categoria profissional nos ferroviários, quanto ao peso político, e estes compunham a base dos mencheviques. O PC georgiano não havia se enraizado no campesinato, ao passo que ao proletariado urbano, a ação dos *Vermelhos* apareceu como um golpe de força. No entanto, para a compressão do processo de sovietização

daquele país do Cáucaso, realça-se os *esforços combinados*, entre os movimentos de tropas do Exército Vermelho e a mobilização popular e dos camponeses, a partir da apreciação de forças reais naquele local e contexto.

Considerações finais

Os argumentos foram explicitados ao longo do texto, cabe, agora, no plano da síntese, apontar as conclusões da reflexão. Leon Trotsky considerava a questão nacional com base no movimento real e concreto de seu tempo, enfatizando a importância dos elementos ligados ao problema agrário e do campesinato.

As forças do Exército Branco queriam restaurar o velho regime da possessão de terras, bem como o Império com a sua tradicional forma de dominação política e cultural. O encaminhamento da questão agrária soviética foi fundamental para o apoio aos comunistas, o que resultou na vitória Vermelha na guerra civil. O campesinato, inclusive muçulmanos, recalcitrantes ao comunismo passaram a aderir à proposta soviética.

O processo de sovietização da Geórgia não expressou o "substutivismo", mas sim os esforços combinados entre as ações do Exército Vermelho e às dos camponeses insatisfeitos com a incompletude da questão agrária, a imensa maioria da população naquele contexto, embora com pouca adesão do segmento urbano do proletariado.

Os limites da questão georgiana se farão presentes no período posterior à sovietização, isto é, na composição da República Soviética Transcaucásiana, quando se obrigou a integração entre

Azerbaijão, Armênia e Geórgia em uma única República Soviética na Federação russa. Lênin, em relação à Geórgia, entendia que para a edificação do poder soviético deveria seguir outro caminho. O PC Georgiano encaminhava nesta direção, com Budu Midvani. Mas, Stálin promoveu a centralização de Azerbaijão, Armênia e Geórgia em uma só Federação Transcaucasiana. Enquanto Lênin e os georgianos defendiam o ingresso direto de cada país na federação soviética.

Stálin promoveu a centralização e a violência contra a direção do Partido Comunista da Geórgia. O secretário geral do PC Russo enviou Ordjonikidze ao país, que destituiu vários quadros de suas funções. Demitiu, afastou e transferiu opositores. Um desses, Kobakhidze, chamou Ordjonikidze de "burro de carga de Stálin", e foi espancado (MARIE, 2011, P. 233). Lênin soube do caso, ficou horrorizado, rompeu relações com Stálin. Tal episódio evidenciava a construção do domínio grão-russo na URSS. O principal representante do domínio grão-russo soviético foi um georgiano, mas ligado à burocracia do partido russo, setor privilegiado devido à expropriação política do proletariado.

Referências:

BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista* (1919-1943). São Paulo: Sundermann, 2007.

CARR, E. H. *La revolucion bolchevique 1917-1923*. Alianza Editorial: México, 1977.

LENIN. V. I. "Informe de la comision para los problemas nacional y colonial, presentados al II Congresso de la Internacional Comunista".

In: *La lucha de los pueblos de las colonias y países dependentes contra el imperialismo*. Editorial Progrsso: Moscú, 1978. p. 405-411.

LENIN. V. I. *Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*. In. https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/01/17.html Acesso em jul. 2020.

LENIN. V. I. *Declaração dos povos da Rússia*. 1918. In. http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral151117.htm#:~:text=Todas%20as%20coisas%20vivas%20e,ser%20efetuada%2C%20resoluta%20e%20definitivamente. Acesso em nov. 2020.

LENIN. V. I. *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução* (teses de abril). 07 de abril de 1917. In. https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm. Acesso em jun. 2020.

LÖWY, M. "Uma livre federação socialista? A Revolução de Outubro e a questão nacional". In. JINKINGS, I. DÓRIA, K. *1917*: O ano que abalou o mundo. São Paulo: Boitempo, Ed. Sesc, 1917. p. 33-45.

LÖWY, M. *Nacionalismos e internacionalismos*. Da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.

MARIE, J-J. *Stálin*. São Paulo: Babel, 2011.

PARTIDO OPERÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA RUSSO. *Programa de 1903*. In: www.scientific-socialismo.de Acesso em nov. de 2020.

STÁLIN, J. "Sobre la abolicion de las restriciones nacionales". In.

Obras completas. Tomo III. Edicion Lenguas extranjeras: Moscú, 1953. In. https://www.marxists.org/espanol/stalin/obras/oe15/Stalin%20-%20Obras%2003-15.pdf acesso em 16 out. 2021.

STÁLIN, J. *O marxismo e o problema nacional*. In: O marxismo e o problema nacional e colonial. São Paulo: Livraria e Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, L. "O problema das nacionalidades". In. PINSKY, J. *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TROTSKY, L. 90 anos do Manifesto Comunista. In. MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo, 2005, p. 159-168.

TROTSKY, L. *Entre el imperialismo y la revolución*. Ediciones Roca: México, 1973.

WEINSTOCK, N. "Entre rouges et blancs". In. TROTSKY, L. *Entre l´imperialisme et la revolution*. La Taupe: Bruxelles, 1970. p. 9-31.

Os escritos de Trotsky sobre o México e sua importância hoje

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça[1]

Os escritos de Trotsky sobre o México ocupam uma posição excêntrica na sua obra, na medida em que decorrem de um derradeiro exílio que lhe foi imposto, por ausência de alternativas, num país ao qual não o ligavam quaisquer vínculos prévios, para ele até então desconhecido, onde a cultura política marxista e socialista era quase inexistente, e onde ele se encontrava limitado pela semirreclusão exigida pela perseguição de Stalin e por um asilo que lhe impedia a atividade política ativa. Por pouco numerosos que sejam, estes escritos são a tentativa de superar uma alienação, de observar o México "de fora".

Para entendermos a relevância destes escritos, seria, assim, que comecemos este trabalho, por assim dizer, da mesma forma: "de fora" – do seu tempo e lugar próprios.

Em 1934, bem antes da chegada de Trotsky ao México, o muralista Siqueiros – que chegaria, em 1940, a participar de um atentado ao velho líder revolucionário russo – numa polêmica escrita, censurava o "caminho contrarrevolucionário" da pintura do seu colega Diego Rivera, acusando-o de, nos seus murais históricos, haver, sob a capa de uma exaltação à Revolução Mexicana e à Revolução Proletária mundial, ter perpetuado, de fato, a imagem estereotipada de um México

[1] Professor Titular, ICS/UERJ. Engajado num comentário temático sobre a obra escrita de Trotsky, incluindo "Trotski e a Revolução Permanente" (Gaarammond/ Faperj, 2014). Contato: carloseduardorebellodemendonca@gmail.com

turístico, indígena e exótico, que poderia ser apreciado tranquilamente por turistas estrangeiros, políticos e burocratas nativos, que contemplassem tais murais colocados comodamente sobre as paredes de prédios públicos, afastados do acesso das massas trabalhadoras reais, de forma perfeitamente compatível com "o movimento das marés da demagogia oficial" (COFFEY, 2012, pg.48). Só que quando chegasse a vez do próprio Siqueiros executar comissões oficiais equivalentes- num México "revolucionário" dos anos 1950, já completamente "domesticado" pelas exigências internas da burguesia nativa, e pelas externas advindas da Guerra Fria e da proximidade dos EUA - ele também se contentaria com uma representação superficialmente modernizada de um México "macumba para turista"... Como dirá o crítico americano que estamos citando, os murais de Siqueiros, com seus nus em perspectiva, podem até ser plasticamente muito ousados, mas "o choque sexual não necessariamente produz efeitos políticos radicais"(COFFEY, 2012, pg.49).

O que serve como uma transposição , no plano artístico, da *perplexidade* que, no plano político, a Revolução Mexicana de 1910 e sua evolução posterior produziram sobre os seus contemporâneos: já em 1939, Octavio Fernández, ao escrever um artigo sobre o assunto na revista teórica marxista Clave, a partir das suas discussões com Trotsky, dizia que "em nenhum lugar como no México a palavra revolução [...] serviu para compreender objetivos e atitudes tão contraditórios [...] Tudo é 'revolução'. Todos são 'revolucionários' [...] dos camponeses médios aos grandes proprietários, do povo armado de 1914 à casta militar, dos dirigentes 'de esquerda' de ontem à burocracia voraz da atualidade" (FERNÁNDEZ, 2009, pg.203). Ora, se "todos" são revolucionários- se a "revolução" não suscita contra si, em princípio,

qualquer oposição- resulta daí que *ninguém* o é; a Revolução Mexicana seria apenas um mural na parede – uma representação ideológica (no pior sentido) de unidade nacional que sequer necessitaria ser levada à praça pública, pra fins de mobilização; seria apenas um *token,* um símbolo imaterial universalmente apreciado, mas sem lastro na realidade – a expressão da má consciência de uma sociedade periférica amargamente dividida.

O que nos leva ao caráter problemático da relação tardia de Trotsky com esta mesma Revolução. Os biógrafos canônicos de Trotsky jamais deram muita importância à sua relação concreta e política com seu último país de exílio: tanto Isaac Deutscher quando Broué concentram-se, ou em descrever o encurralamento final do velho revolucionário por Stalin, ou em narrar a *petite histoire* da sua relação com a fauna humana - de familiares, militantes e agregados - que o cercava, e sempre com ênfase no episódio do *affair* com Frida Kahlo, descrito estereotipicamente como um conto que reúne elementos de Gauguin com Conrad – o Macho Branco crepuscular e ilusoriamente revigorado pelo contato com o primitivismo da Mulher Nativa – que "emanava graça exótica [sic] e sonhadora ao mover-se com longos, drapejados e multicoloridos vestidos mexicanos, que ocultavam [sic] uma perna deformada" (DEUTSCHER, 2003, pg.292). Da multiforme – ainda que mais que discreta - atividade política de Trotsky voltada para questões especificamente mexicanas – a nacionalização do petróleo e a reforma agrária, entre outras – quase não há vestígios nestas biografias.

É claro que o eurocentrismo (e sexismo) dos biógrafos explica muito destas omissões, mas não tudo; entra também aí a dificuldade de entender as simpatias que Trotsky, nos seus últimos três anos de vida,

manifestou pelo projeto populista de Lázaro Cárdenas, o qual, com toda sua retórica reformista, teria por sua característica mais duradoura a domesticação do movimento operário mexicano sob a direção da burocracia semiestatal da CTM / Confederação dos Trabalhadores do México , sob a direção do arqui-inimigo de Trotsky, o simpatizante/ agente stalinista Lombardo Toledano – e que, sob a direção do sucessor de Toledano, o longevo Fidel Velázquez, subordinaria o sindicalismo mexicano à tutela corporativista do PRM/PRI[2], como parte do que Francisco Weffort chama de processo de *apagamento* da divisão de classes em favor da noção amorfa de "povo" – característica básica, para o professor da USP , do processo populista (*Apud* IANNI, 1989, pg. 32). O que explicaria precisamente o caráter folclórico - e vagamente nacionalista – que Octavio Fernández via na política do México "revolucionário", que pretendia reunir ilusoriamente, num plano ideal, "Zapata com seus assassinos, Carranza com os operários que fuzilou" (FERNÁNDEZ, 2009, pg.204)[3]. Tal "catolicidade" do rótulo revolucionário sendo, segundo Ianni, o principal marcador político diferenciando o Populismo de um Bonapartismo *strictu sensu*: se no Bonapartismo temos uma tutela autoritária *imposta* a uma coalizão de *antagônicos,* no Populismo tem-se que qualquer antagonismo potencial encontra-se cuidadosamente *borrado* sob a hipertrofia , tida por consensual, do elemento supostamente Nacional (IANNI, 1989, pg. 34).

E tal descrição seria especialmente aplicável ao caso histórico

---

[2] O Partido Revolucionário Institucional só adotaria este nome em 1940, daí que a atribuição deste nome ao partido de Cárdenas é anacrônica e adotada por simplicidade; o partido denominava-se, até então, Partido da Revolução Mexicana.

[3] Venustiano Carranza, presidente do México de 1917 a 1920 (e Chefe do Executivo desde 1914), representava a facção "constitucional" (i.e., puramente liberal) dos revolucionários de 1910.

do México, onde o Estado Populista, uma vez consolidado por cooptação da burocracia estatal (militares inclusos), dos sindicatos e movimentos sociais pelo PRI, jamais autorizou uma dimensão agônica da política como o trabalhismo e o peronismo impingiriam à política brasileira e argentina; a história do Estado populista mexicano é a história da constituição deste sistema corporativo-autoritário – e do lento, porém seguro declínio da sua (bem limitada) dimensão reformista e progressista – a começar, nos anos 1940, pela brusca parada do processo de reforma agrária[4]. Processo de declínio este que se aceleraria a partir do Massacre de Tlatelolco de 1968, mas que já se encontrava bem presente quando Cárdenas, em 1940, para "preservar as conquistas da Revolução" impôs a candidatura do notoriamente direitista Manuel Ávila Camacho a sua sucessão através de um simples *dedazo*...

É este elemento de "apagamento" da luta de classes sob a égide de um sistema burocrático-autoritário que torna intrigante as simpatias cardenistas de Trotsky – pois como poderia um líder e pensador revolucionário ver algo de positivo num tal projeto político burguês-corporativo? Se, como queria Octavio Fernández, a Revolução de 1910 apenas recrutou uma "nova" burguesia autóctone ao lado da velha oligarquia, "nova" burguesia esta "impotente desde o nascimento [...] ligada por um cordão umbilical à propriedade agrária e

[4] Para Francisco Zamora, economista nicaraguense próximo a Trotsky, o prosseguimento do processo de reforma fundiária mexicana, que pretendia dar as relações de propriedade no campo um caráter predominantemente comunal (*ejido*) implicava custos – financeiros e políticos em que nem a Burguesia nem a Direita do PRI desejavam incorrer, com o que Zamora considerava que o caminho mais "suave" (*llano*) que restava ao governo era abandonar o legado de Cárdenas – e tal "significava na realidade o fim da revolução democrático-burguesa" (*apud* GALL, 2012, pg.267).

ao campo imperialista" (FERNÁNDEZ, 2009, pg.206)– qual o sentido que Trotsky poderia ver em apoiar entusiasticamente uma suposta "medida de defesa nacional altamente progressista" (TROTSKY,2009, pg.96) como a nacionalização da extração petroleira (de passagem, comparando Cárdenas a Lincoln), nacionalização esta que apenas colocava a exploração capitalista nas mãos de uma burguesia "nacional" – mas, ainda assim, uma burguesia?

Mesmo no auge do seu *animus* reformista, o Populismo mexicano sempre teve – como o admite Fernández – um claro elemento de "inconsistência, vacilação e demagogia [próprio de uma] pequeno-burguesia radicalizante" – como expresso no Art. 3º da Constituição pós-revolucionária de 1917, reformado em 1934, que determinava que a educação mexicana tivesse um caráter "socialista", sem qualquer consideração para a verdade efetiva das coisas: "propriedade capitalista, Estado burguês, proletariado miserável [...] milhões e milhões de camponeses sem pão sujeitos ao mais completo atraso feudal" (FERNÁNDEZ, 2009A, pg.209). Um projeto político tão limitado, que faz mais bizarras as afinidades eletivas entre ele e o velho líder bolchevique.

Note-se que o velho amigo de Trotsky e responsável pela concessão de seu asilo, Diego Rivera, foi um dos primeiros a manifestar sua perplexidade a este respeito: à medida que se aproximavam as eleições de 1940 – e com elas, a sucessão de Cárdenas – Rivera começou a desejar ajudar a impor a candidatura do Ministro (Secretário) de Obras do mesmo Cárdenas, Francisco Múgica, alegando que se tratava do "primeiro chefe, militar ou civil, que durante a Guerra Civil oficializou a posse de terras a camponeses pobres" , o que tornava sua candidatura, de plano, mais progressista do que a de Ávila Camacho,

que Rivera incluía nas fileiras do "centrismo", da facção do PRI apoiada pela "aristocracia operária, as 'classes médias' da cidade e do campo e certos setores do capital industrial, agrícola e financeiro". Trotsky, no entanto, permanecia indiferente à escolha do candidato oficial e propunha concentrar a ação do trotskismo local no campo sindical, o que Rivera considerava um abstencionismo que para ele chegava às raias do "oportunismo puro" e da "atitude stalinista [sic]" (*apud* GALL, 2012, pgs.233/234). E efetivamente, o indiferentismo de Trotsky – que parecia movido pela preocupação de evitar criar obstáculos a Cárdenas – era tanto mais intrigante, na medida em que o mesmo Trotsky considerava que o esquema corporativo que estava sendo posto em pé pelo populismo mexicano – especialmente em setores recentemente nacionalizados como o das ferrovias e da indústria petrolífera – implicava em que "os líderes sindicais [sejam], na esmagadora maioria dos casos, agentes *políticos* da burguesia e seu estado. Na indústria nacionalizada podem tornar-se [...] seus agentes administrativos diretos" (TROTSKY, 2009A, pg. 141). Portanto, o (aparente) indiferentismo político diante da sucessão de Cárdenas implicaria em coonestar a cooptação do sindicalismo pelo Estado Populista – ou não?

É necessário lembrar que Trotsky tinha uma consciência mais ou menos clara do que representava o populismo em contraposição ao domínio oligárquico que o precedera – domínio oligárquico este entendido como um sistema de *repressão,* de exercício do poder "sem o consentimento [...] expresso pelo povo [que] aquiesce, por meios 'não-legais' tais como a tradição, a violência, a expectativa de favores ou a resignação ao *status quo*" (IANNI, 1989, pg.47). Tal processo de desenvolvimento "desde fora", a partir da exportação de

matérias-primas e do investimento estrangeiro, era, aliás tão limitado e fortuito a ponto de inviabilizar quaisquer mecanismos consensuais mais sofisticados de legitimação da oligarquia no poder; uma base econômica tão estreita exige que o principal mecanismo de legitimação seja a exclusão: "as classes e os grupos sociais que se acham fora do poder são desprezados e até mesmo tratados como inferiores" (IANNI, 1989, PG.47). Exclusão esta realizada através do uso de marcas sociais (principalmente a do racismo, pelo qual a ditadura de Porfírio Diaz havia-se notabilizado no seu empenho em ultrajar a cultura mexicana – IANNI, 1989, pg.45). Como dirá Trotsky, um governo de uma sociedade industrialmente atrasada, se não realizar um esforço decidido de desenvolvimento das bases produtivas nacionais, estará condenado a converter-se "em instrumento do capital estrangeiro [...] submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial" (TROTSKY, 2009 A, pg.139).

Independentemente da situação dos "de baixo", no entanto, interessa às burguesias nacionais de tais sociedades expandirem as bases do processo de acumulação; e neste sentido, a Depressão de 1929 representou um divisor de águas pela importância que deu ao desenvolvimento dos mercados internos, para o que – dirão Mário Pedrosa e Lívio Xavier - "todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial" (IN ABRAMO & KAREPOVS, 2015, pg.68). Só que, como dirá Trotsky, tal industrialização "desde dentro", por mais que se apoie instintivamente em instrumentos exclusivamente repressivos – "a divinização da ordem [...] a obsessão histérica da ordem do regime social" ABRAMO & KAREPOVS, 2015, pg.69)– não pode lançar mão apenas deles; pois a pressão exercida pelo capital externo privado acabará por exigir que, para que o progresso

seja continuado, que tal capitalismo de Estado apele para "o apoio ativo dos trabalhadores [...] Sem deixar que o poder escape das suas mãos, [o Estado] concede às organizações operárias uma considerável parte da responsabilidade na marcha da produção dos ramos nacionalizados da indústria" (TROTSKY, 2009 A, pgs.139/140). A nacionalização das ferrovias mexicanas – que internalizou as decisões de investimento em infraestrutura de transporte (ainda que à custa de nacionalizar as dívidas das antigas companhias concessionárias, cf. TREVIÑO, 2009, pg.190) – seria um exemplo emblemático deste processo.

É certo que Trotsky percebeu, como o perceberam na mesma época seus camaradas brasileiros, que a organização corporativa dos sindicatos mexicanos tivera efeitos similares aos dos sindicatos criados nos quadros da legislação varguista: "num país onde a organização sindical independente era precária [...] favoreceu e incrementou [...] novos sindicatos, que atingem corporações importantes e numerosas, até então não organizadas" (ABRAMO & KAREPOVS, 2015, pg.208). Em outras palavras, *perenizou* uma consciência de classe até então só afirmada por intermitências (o motim, a greve selvagem, etc.). O sindicalismo "oficial" criou um *locus tenens* para esta consciência; usando-se *ad hoc* uma observação de Slavoj Žižek, o Estado Populista, ao querer "domesticar" a classe operária para seus próprios fins, involuntariamente permitiu a esta classe passar de tema sociológico "objetivo" a uma posição subjetiva, do seu "em si" ao "para si"... (ŽIŽEK, 2005, pg.341,nota) .Neste sentido, quando Rivera propunha a candidatura de um general "progressista" como instrumento para a preservação das conquistas da Revolução, o seu radicalismo aparente era na prática um salto atrás na direção de Hegel e seu "Espírito do Mundo sobre um cavalo" – i.e., o Bonapartismo *sans phrase.*

Inversamente, um burocrata incolor e *encapuchado* seria a garantia da preservação de uma qualquer atividade política e econômica – ainda que concedida pela burguesia (TROTSKY, 2009 A, pg.141) - da classe trabalhadora enquanto tal.

Como Trotsky o vê, o Populismo Latino-americano é a expressão política de uma tentativa da Burguesia de relançar o processo de acumulação como reprodução ampliada pela via do desenvolvimento "de dentro" – via principalmente, de nacionalizações do estoque de capital disponível – para o que ele se apoia na classe trabalhadora previamente – e *ad hoc* - mobilizada. Ele não visa senão resultados capitalistas; "a participação dos sindicatos na direção de empresas [...] não pode dar resultados socialistas" (TROTSKY, 2009 A, pg.140). Só que esta participação, por si só, implica numa mudança *qualitativa* na posição política do proletariado, que deixa de estar na condição usualmente de "disponibilidade" que era a sua durante o processo de desenvolvimento anterior de uma economia agroexportadora e extrativa (IANNI, 1989, pg.72). Ele está agora numa posição economicamente *ativa* – ainda que continue, política, social e ideologicamente, numa posição subordinada. Como Trotsky coloca, tal proletariado não estará unido por um vínculo político de solidariedade ideológica obrigatória com a Burguesia; ele não governa, e sim administra "coisas". Ele não é solidário à gestão burguesa da sociedade como um todo. Ele não é parte de uma "coalizão de governo", como no caso do "ministerialismo" europeu de inícios do século XX, em que partidos socialistas conseguiam pastas em governos liberais – ficando responsáveis pela política do governo em conjunto. No caso da administração das empresas nacionalizadas, ao contrário, o operariado ele exerce funções claramente administrativas, não políticas; não se

solidariza ideologicamente ou programaticamente com a política geral da empresa (TROTSKY, 2009 A, pg.140).

Não se trata, aqui, de uma proposta de autogestão: o que Trotsky considera é que a existência de uma relação de assalariamento *formalizada* e mais ou menos *permanente,* implícita no processo de inclusão dos sindicatos na administração estatal ou paraestatal, determina o *reconhecimento* do proletariado enquanto tal – como tal, abrindo uma oportunidade para reivindicações classistas objetivas. Isso não inibe a possibilidade de que o Estado – que permanece capitalista – busque arregimentar e reprimir estes segmentos da classe trabalhadora às suas ordens; implica apenas numa classe trabalhadora que veja a si mesma como tal, e não como simples "pobres", "vagos", "disponíveis" – que *eleve a si mesma* de uma condição de objeto a de sujeito – ainda que, como diz Trotsky: "este novo campo de trabalho implica as maiores oportunidades e os maiores perigos" (TROTSKY, 2009 A, pg.142) – tanto no sentido do desenvolvimento de uma consciência radical (para Trotsky, revolucionária) ou de aceitação da condição de agente da Burguesia.

È interessante pensar que a análise, em certa medida intuitiva (apesar do fato de que Trotsky, sempre meticuloso, havia transformado numa prática quase diária a leitura matinal em voz alta da imprensa mexicana por Octavio Fernández, cf. GALL, 2012, pg. xxvi) do papel das massas no movimento populista pelo velho revolucionário russo dispõe antecipadamente, pelo descarte, da dicotomia entre *mobilização* e *manipulação* política, tão importante nas análises que Germani e Weffort – principalmente Germani[5] - fazem do peronismo e

[5] Germani, tido por fundador da Sociologia Científica na Argentina, desenvolveu a ideia de uma classe operária recente e de origem rural, disponível para uma integração perversa na Sociedade por projetos totalitários como o peronismo... Sobre

do trabalhismo, respectivamente. Quando Trotsky fala de uma unidade de oportunidade e perigo na política corporativa de Cárdenas e do PRM/PRI, ele coloca o problema da mobilização populista da classe trabalhadora como uma unidade dialética, na qual o proletariado, como classe dominada, ao mesmo tempo em que é manobrado pela Burguesia, busca utilizar oportunidades para afirmar seus próprios interesses, ajudado ou não por suas lideranças políticas: as massas operárias estão indistintamente disponíveis para a participação política quanto para a sua manipulação – uma e outra sendo, até certo ponto, indistintas (cf. WEFFORT. 1986, pg.142).

O que nos oferece um ponto de partida para estabelecermos qual seria a relevância *presente* destes escritos, que nos falam de um tempo histórico que não é o nosso. Bem ou mal, Trotsky não tinha quaisquer ilusões sobre o caráter de classe do projeto populista, não obstante seus "afetos", *pace* Laclau & Mouffe (cf. MOUFFE, 2019, pgs. 97/120); o populismo é um projeto político *burguês,* uma tentativa *in extremis* de uma burguesia periférica de relançar um processo de acumulação capitalista inclinando-se sobre si mesma, sobre o espaço econômico nacional. "O México semicolonial está lutando por sua independência nacional política e econômica. Este é o significado básico da revolução mexicana nesta etapa" (TROTSKY, 2009, pg.94). No entanto, "o proletariado [...] não tem nenhuma razão para identificar seu programa com o [...] do governo mexicano" (TROTSKY, 2009, pg. 96). Apenas, a estratégia de acumulação "de dentro" do populismo exige objetivamente a *mobilização formal* , em alguma escala, de uma classe trabalhadora que, no ambiente oligárquico prévio, estava

---

esta "explicação sociológica" (e projeto de país) e a carreira do próprio Germani , ver NEIBURG, 1997, Cap.5.

abandonada à precarização, à informalidade, e à repressão *sans phrase* – e portanto praticamente incapaz de organização própria. E é esta oportunidade histórica de organização – limitada e ambígua que fosse-que Trotsky percebia no projeto populista; neste ponto, como marxista, ele se inclina diante das condições realmente existentes: "No México não houve nenhuma revolução socialista [...] O país, repetimos, é pobre [...] Para construir o capitalismo [...] falta capital" (TROTSKY, 2009 B, pg.138). E, diante destas condições efetivamente existentes, a janela de oportunidade da classe trabalhadora resume-se a que esta possa simplesmente tomar consciência de si mesma, a partir da possibilidade de "colocar-se em pé" que a Burguesia nacional lhe oferecia. "Não se trata de construir o socialismo pelas mãos da burguesia, mas de utilizar as situações que se apresentam dentro do capitalismo de Estado e fazer avançar o movimento revolucionário" (TROTSKY, 2009 A, pg.140).

Neste sentido, Trotsky não só não tinha qualquer ilusão sobre o caráter limitado do projeto populista mexicano, como fazia deste caráter limitado a base de sua estratégia política. Como ele dirá numa discussão com militantes em 1938, o Populismo é a Frente Popular como partido, uma unidade política entre classes opostas, e como tal, tem duas caras: "pode ter um conteúdo reacionário, na medida em que esteja dirigido contra os operários, e pode ter um conteúdo progressivo na medida em que esteja dirigido contra o imperialismo" (TROTSKY, 2009 C, pg.120). Antecipa-se assim que, com a passagem do tempo histórico, que é claro que as condições hoje sejam totalmente outras: o que havia de progressista no projeto populista já foi de há muito dissolvido pelo progresso da globalização neoliberal na periferia do capitalismo – no México como alhures. Como já dizia Ianni já em finais da década de 1980, o populismo na América Latina, ou bem

é uma recordação histórica, ou é uma frase aposta a um conteúdo totalmente outro; o segundo governo de Perón não foi "peronista", como o Brizola de 1980 não era mais "trabalhista" (IANNI, 1989, pg.118) – e o PRI mexicano da década de 1980 nada tinha a ver com o PRM de Cárdenas.

No entanto, as janelas de oportunidade – mesmo em condições infinitamente mais desfavoráveis à organização dos "de baixo" – não desapareceram totalmente. Pois existe ainda um interesse, mínimo que seja, das burguesias periféricas em preservar um mínimo de "'coesão social' [...] recusando a polarização e os diferenciais crescentes de renda e riqueza" (DOMINGUES, 2011, pgs. 77/78). O que se traduz em esforços no sentido de formalização (ainda que minimalista) das relações trabalhistas, constituição de esquemas de renda mínima e de inserção no mercado de trabalho, etc. É de se acreditar que Trotsky provavelmente consideraria que seria necessários aos marxistas *trabalharem* em tais processos "de dentro", tomando-os como "o movimento real das coisas" – e buscando, principalmente, desenvolver a *consciência de si* dos "de baixo".

Seja como for, Trotsky está antecipando, ao modo marxista revolucionário, a questão que seria desenvolvida pela Teoria Crítica atual (SILVA, 2017, pg.): a da *intersubjetividade* como meio para a transformação social. Ou seja, o que ele diz é que, em si mesmas, as realidades sócio-econômicas das sociedades periféricas – desigualdade, questão agrária, nacional, operária – não são suficientes para que os "de baixo" reconheçam a si mesmos como sujeitos de uma práxis; eles necessitam ser, de alguma forma, *reconhecidos para reconhecerem-se*, através de da sua atividade coletiva; mas não se trata, para Trotsky, de uma questão normativa: as massas populares "forçam"

tal reconhecimento na medida em que são incluídas nos projetos históricos da Burguesia. Neste sentido, o reformismo populista , na medida mesmo em que disciplinava, instrumentalizava – e explorava, ao mesmo tempo reconhecia o objeto da sua atividade econômica, e permitia-lhe reconhecer-se como sujeito: trabalho e reconhecimento, em última instância, equivalem-se – *pace* Axel Honneth (SILVA, 2017, pg.).

Talvez resida aí a importância destes velhos escritos, tão negligenciados, que, de uma certa forma, antecipam de décadas certas questões da nossa época: a da "política de identidade" e do papel político dos rejeitados, precários – daqueles entre os "de baixo" definidos pela sua inclusão imperfeita no sistema econômico – e aos quais políticas de reconhecimento e redistribuição implicam a sua constituição como sujeitos e abrem o papel para um papel no sistema produtivo que fundamente sua ação política autônoma. Como escreveu Trotsky, o sentido último desta ação política está em aberto; o reconhecimento político pode tanto trazer consigo o perigo de ser um degrau no sentido da acomodação ao reformismo, quanto pode ser uma oportunidade de radicalização da práxis.

Acredito, aliás, que Trotsky concordaria, neste ponto, com Sartre, quando este dizia que "só é práxis o que é real". A ação política não se conforma exatamente ao material – mas para um marxista, é o material que é o ponto de partida necessário. E neste sentido, vale ainda a recomendação que Trotsky fazia a seus camaradas mexicanos: o caminho revolucionário real, não passa pela fraseologia radical retirada da história soviética; no México de 1940, passaria antes por uma agenda muito mais modesta: "completar a obra de Emiliano Zapata [o que, como programa,] é mais realista e, por isso mesmo,

mais revolucionário" (TROTSKY, 2009B, pgs.136 e 138).

E, neste sentido, os escritos de Trotsky estabelecem uma importante ligação entre a tradição marxista clássica e a teoria critica atual.

Referências:

ABRAMO, F. & KAREPOVS, D., eds. *Na Contracorrente da História: Documentos do Trotskismo Brasileiro 1930-1940*. S. Paulo: Sundermann, 2015

COFFEY, Mark K. *How a Revolutionary Art Became Official Culture: Murals, Museums, and the Mexican State*. Duke University Press, 2012.

DEUTSCHER, Isaac. *The Prophet Outcast: Trotsky 1929-1940.* Londres: Verso, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. "Vicissitudes e Possibilidades da Teoria Crítica Hoje". *Sociologia & Antropologia*, Vol. 01.01, 2011.

FERNÁNDEZ, Octavio. "O que foi e para onde vai a Revolução Mexicana". *Clave*, nov./dez. 1939]. IN TROTSKY. L. *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009.

---------- " A Regulamentação do Artigo Terceiro da Constituição". *Clave*, janeiro de 1940]. IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos*, *op.cit*., 2009 A.

GALL, Olívia. *Trotsky en México y la vida política en tiempos de Lázaro Cárdenas, 1937-1940.* México: Ítaca, 2012.

MOUFFE, Chantal. *Por um Populismo de Esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo.* São Paulo: Ed. USP, 1997.

SILVA, Josué Pereira. "O que é crítico na Teoria Crítica?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol32, no.93, fevereiro de 2017.

TREVIÑO, Rodrigo Costa. "As administrações operárias". IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos, op.cit.*, 2009.

TROTSKY, Léon. "O México e o Imperialismo Britânico" [05/06/1938] IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos, op.cit.*, 2009.

----------. "A Indústria Nacionalizada e a Administração Operária"[Publicado postumamente em agosto de 1946]. . IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos, op.cit.*, 2009A .

----------. "Algumas notas prévias sobre as 'bases gerais para o segundo plano sexenal no México'" [14/03/1939]. IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos, op.cit.*, 2009B.

----------. "Discussão sobre a América Latina" [04/11/1938]. IN TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos, op.cit.*, 2009C.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.

ŽIŽEK, Slavoj. *Às Portas da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARTE VI

FASCISMO, EDUCAÇÃO, SINDICALISMO

Leon Trotsky e a ascensão do nazifascismo

Matheus de Carvalho Barros[1]

Introdução

A discussão em torno do tema do fascismo retoma a sua atualidade quando observamos a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita em diversas partes do mundo. Contudo, em cada país e em cada contexto social, esta extrema-direita se expressa de formas diferentes e possui suas particularidades. A caracterização como fascista ou neofascista, por exemplo, pode se aplicar a alguns, mas não a todos. Como nos aponta Löwy (2019), algumas dessas forças emergentes têm características diretamente fascistas: é o caso do partido "Aurora Dourada" na Grécia, da CasaPound na Itália, e de vários outros partidos nacionalistas nos países bálticos. Nesse contexto, o surgimento dessa direita radical é certamente uma das características mais notáveis de nosso momento histórico.

O importante historiador italiano Enzo Traverso, em sua obra *The new fasces of fascism*, sustenta que o termo "fascismo" é insuficiente ou até mesmo inapropriado para se compreender esta nova realidade. Nessa perspectiva, Traverso propõe a utilização do conceito de *Pós-fascismo* para captar as especificidades desta extrema-direita ascendente. Com essa concepção, o historiador italiano quer descrever "um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado" (TRAVERSO, 2019, p. 14).

[1] Mestrando em sociologia pelo Programa de Pós-gradução em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF). Contato: carvalho_barros@id.uff.br

Nesse cenário, Traverso (2019) ainda salienta a importância de distinguir o *Pós-fascismo* do *Neofascismo*. Para o historiador, o neofascismo seria uma tentativa de perpetuar e regenerar o "velho fascismo", pregando abertamente uma continuidade ideológica com o chamado fascismo histórico. Um exemplo disso seria o surgimento de alguns movimentos e partidos na Europa central, como o *Jobbik* na Hungria. Por outro lado, o pós-fascismo, em muitos dos casos, nasce como uma herança do fascismo clássico, contudo, vem mudando as suas formas. Segundo Traverso, apesar de suas origens, esses movimentos classificados por ele como pós-fascista não apelam a essa "ancestralidade" e nem reivindicam a sua herança. E esse seria o fator fundamental que os distinguem do neofascismo.

Entretanto, o conceito de *Pós-fascismo* é criticado por Michael Löwy no seu texto *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. O sociólogo franco-brasileiro considera inadequada a utilização do termo para caracterizar determinados movimentos de extrema-direita. Segundo Löwy, o prefixo "pós" – como, por exemplo, "pós-modernidade" - teria pelo menos dois significados comuns: a passagem de uma época histórica e a ruptura com um modo de pensar. Desta forma, o conceito de pós-fascismo implicaria, implícita ou explicitamente, em uma hipótese que na visão do sociólogo marxista seria errônea: a ideia de que o fascismo pertenceria a uma época ultrapassada. No entanto, para Michael Löwy, o fascismo não é uma época, mas um modo de organização e uma ideologia política, que se manifesta e se manifestou de diversas maneiras após o fim do Terceiro Reich.

No texto *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*, Löwy define como *neofascistas* líderes, partidos e

movimentos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930, mas que possuem também as suas particularidades. Estes seriam fenômenos novos que não são idênticos aos do passado, justamente por carregarem as especificidades do século XXI. Como exemplo para a sua concepção de movimentos e partidos neofascistas, Michael Löwy (2019) cita o caso do partido Vlaams Belang na Bélgica, Salvini e a Legga Italiana, o FPÖ na Áustria e a figura de Jair Bolsonaro no Brasil. Desse modo, é possível identificar que na concepção do sociólogo franco-brasileiro, diferentemente de Enzo Traverso, esses movimentos, líderes e partidos não precisam necessariamente reivindicar a herança do fascismo histórico para se constituírem como fenômenos neofascistas. Nessa configuração, o fascismo consiste em um conceito – assim como bem definiu o historiador argentino Federico Finchelstein (2017) – transnacional, transatlântico e trans-histórico.

No Brasil, a discussão sobre fascismo e neofascismo veio à tona com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Esse debate foi colocado a público recentemente, por exemplo, quando Armando Boito Júnior se propôs a analisar a emergência de um movimento neofascista no Brasil (WEBER, 2019). Os artigos de Boito Júnior, publicados pelo jornal *Brasil de Fato*, foram inicialmente uma resposta a um texto de Atílio Borón publicado originalmente pela *Página 12*. Em seu artigo, Borón (2019) argumenta que é um erro grave classificar Jair Bolsonaro como um fascista. Segundo o sociólogo argentino, o fascismo é uma "categoria histórica", ou seja, possui características únicas cujas condições para o seu surgimento seriam próprias do período entre guerras. Portanto, tais condições seriam irrepetíveis no contexto atual. Em contraposição à Borón, Armando Boito (2019)

acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, e destaca que essa possibilidade não pode ser destacada principalmente no cenário brasileiro. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica.

Diante deste cenário global, se é verdade que, "a história do fascismo é ao mesmo tempo a história de sua teoria" (MANDEL, 1995, p. 147), uma elaboração teórica sistemática do fenômeno do fascismo era e continua sendo uma pré-condição para uma prática antifascista efetiva. Segundo Ernst Mandel (1995), em nenhum fenômeno social da era moderna vemos uma simultaneidade tão impressionante entre a emergência e os esforços explicativos, como ocorre no caso do fascismo. As razões dessa sincronia seriam óbvias. O fascismo surgiu repentinamente e se estabeleceu de forma quase imediata; ele ameaçou em primeiro lugar as condições de vida, e depois as próprias vidas de milhões de pessoas. A trajetória de inúmeros indivíduos se cruza subitamente. Nesse sentido, é perfeitamente compreensível que aqueles atingidos por esse infeliz destino quisessem desvendar tal fenômeno. Logo após o primeiro ataque incendiário das milícias fascistas na Itália, levantou-se imediatamente a questão: o que é este movimento? Há um século está indagação instiga e incomoda historiadores, cientistas sociais e militantes da classe trabalhadora, assim como intelectuais burgueses (MANDEL, 1995). Desse modo, faz-se necessário recuperar a contribuição de Leon Trotsky sobre o surgimento e a ascensão do "Nazifascismo".

É difícil dimensionar a importância política e intelectual de

Liev Trotsky (1879-1940). Presidente do Soviete de Petrogrado nas revoluções de 1905 e 1917, organizador do exército vermelho, líder da oposição à Stalin na Rússia e fundador da Quarta Internacional, Leon Trotsky se configura como um dos personagens mais importantes da história do movimento comunista e da história do século XX como um todo (BIANCHI, 2005).

No exílio, isolado em uma ilha turca, o revolucionário russo escreveu uma sequência de textos sobre a ascensão do nazismo na Alemanha que, como estudos concretos de uma conjuntura política, são de uma qualidade sem par no conjunto do materialismo histórico (ANDERSON, 1976).

A análise de Leon Trotsky sobre a ascensão do Nacional-Socialismo – e do fascismo em geral - destaca-se na literatura marxista da década de 1930 como uma das tentativas mais coerentes de descrever e prever as consequências desse fenômeno para o movimento dos trabalhadores (WISTRICH, 1976). Segundo Isaac Deustcher (1970), o organizador do exército vermelho foi um dos primeiros marxistas a compreender o delírio destrutivo que o nazismo iria estourar sobre o mundo.

Embora de modo algum o único, ou mesmo o primeiro escritor no campo do marxismo a produzir uma definição precisa sobre o fenômeno do fascismo, sem dúvidas é verdade que Trotsky percebeu mais claramente que muitos dos seus contemporâneos as dinâmicas e contradições que permitiram que o partido liderado por Hitler chegasse ao poder (WISTRICH, 1976). Desta forma, tendo em vista a discussão sobre o caráter dos movimentos de extrema-direita que surgem em diferentes países e o atual debate sobre o conceito de fascismo, o objetivo do presente artigo é recuperar a contribuição de Leon Trotsky

sobre o fenômeno fascista, mais especificamente a suas análises sobre a ascensão do nazismo na Alemanha, escritas entre 1930-1933 e publicadas recentemente no Brasil pela editora Autonomia Literária na coletânea intitulada *Como esmagar o Fascismo*.

A especificidade do fascismo: crise, pequena burguesia e movimento de massas

Após as eleições de setembro de 1930, Trotsky escreve seu primeiro texto sobre a conjuntura política alemã. Em *O Giro da Internacional Comunista e a Situação Alemã*, o revolucionário russo já identificava que, sob os golpes da crise, as eleições mostraram que a pequena burguesia estava se inclinando não para a revolução proletária, mas sim para uma reação imperialista extremada, arrastando consigo importantes camadas do proletariado. Analisando os resultados dos votos daquele ano, Trotsky (2018) argumenta que o crescimento gigantesco do Nacional-Socialismo é fundamentalmente expressão de dois fatos. Em primeiro lugar, da crise social profunda que lanças as massas pequeno burguesas para fora de seu equilíbrio e, por outro lado, expressa a ausência de um partido revolucionário que pudesse se apresentar as massas populares como agente transformador da realidade concreta.

Nessa perspectiva, é possível dizer que o "fascismo histórico", tanto na Itália quanto na Alemanha, é produto de uma severa e sistémica crise do capitalismo monopolista, onde a acumulação do capital sob os marcos da democracia burguesa é progressivamente minada. Em consequência dessa crise econômica e política há um descontentamento cada vez maior entre as camadas sociais médias,

mais especificamente entre a pequena burguesia que passa a se engajar em movimentos de massas (MANDEL, 1995).

Para Trotsky (2018), o caos do pós-guerra atingiu o artesão, o ambulante, e o funcionário público de forma não menos cruel que os trabalhadores. A crise econômica na agricultura levou os camponeses a ruina. A pauperização da pequena burguesia corroeu todas as crenças oficiais e antes de mais nada, a doutrina do parlamentarismo democrático. O comunista russo argumenta que, na atmosfera trazida pelo calor da guerra, derrota, reparações, inflação, ocupação do Ruhr, crise e desespero, a pequena burguesia se ergueu contra os velhos partidos que lhe haviam enganado. Nesse contexto, "as graves reclamações dos pequenos proprietários, nunca distantes da bancarrota, com seus filhos universitários sem cargos e clientes, exigiam ordem e mão de ferro" (TROSTSKY, 2018, p. 221).

Trotsky (2018) argumenta que durante o início da carreira política de Hitler, o austríaco teria se destacado apenas por possuir um grande temperamento, gritar mais alto do que os outros, e uma mediocridade intelectual. Ele não introduziu ao movimento um programa pré-elaborado, se deixarmos de lado "a sede por vingança do soldado ofendido" (TROTSKY, 2018, p. 222). Contudo, Trotsky aponta que Hitler se notabilizada através das queixas e reclamações sobre os termos de Versalhes, a alta no custo de vida, a falta de respeito para "merituosos" soldados e o complô de banqueiros e jornalistas judeus. Havia na Alemanha uma quantidade considerável de pessoas arruinadas e derrotadas com feridas abertas. Segundo Trotsky (2018), esse cenário lhe proporcionou a possibilidade de unificar todas as formas de frustração no entorno do "saco sem fundo" do Nacional-Socialismo, e de dirigir as massas na direção na qual ela lhe empurrava.

Quando a pequena-burguesia é tão fortemente afetada pela crise estrutural do capitalismo tardio – inflação, quebra de pequenos negócios, desemprego em massa entre universitários, técnicos e servidores públicos – uma parcela desta classe, sobretudo motiva por ressentimentos psicológicos e pelo medo da proletarização, aos poucos começa a adotar visões extremadas e engajar-se em ações violentas (MANDEL, 1995). Nessa perspectiva, numa carta escrita para Max Shachtman em novembro de 1931, Trotsky já identificava uma das especificidades fundamentais do fascismo. O comunista russo começa a correspondência destacando que a ditadura espanhola de Primo de Rivera (1923-1930) era descrita pela Internacional Comunista como uma ditadura fascista. Entretanto, Trotsky (2018) se contrapõe a essa definição da Comintern argumentando que o movimento fascista surgido na Itália foi um movimento de amplas massas e com novos líderes de base. O fenômeno italiano teria sido

> um movimento plebeu em sua origem, direcionado e financiado por grandes capitalistas. Ele surge da pequena-burguesia, dos setores mais marginais do proletariado e, até certo ponto, da massa proletária; Mussolini, um ex-socialista, é o empreendedor que surge deste movimento (TROTSKY, 2018, p. 12).

Trotsky (2018) aponta que diferentemente de Mussolini, Primo de Rivera era um aristocrata. Ocupou altos postos na hierarquia militar e na burocracia estatal. O ex-governador da Catalunha garantiu sua tomada de poder com a ajuda do Estado e das forças armadas. Mussolini teria tido, segundo Trotsky, dificuldades em reconciliar velhas instituições militares com a milícia fascista. Problema este que não existiu com Rivera. Desta forma, para o revolucionário russo, as ditaduras na Espanha e Itália são duas formas ditatoriais distintas.

No mesmo escrito, voltando os olhos para a conjuntura alemã,

Trotsky salienta que o movimento liderado por Hitler é análogo em geral ao italiano. Ou seja, o nazismo seria"um movimento de massas, com seus líderes usando grandes quantidades da retórica socialista. E isto é necessário para a criação de um movimento de massas" (TROTSKY, 2018, p. 12). Desse modo, o autor de *A História da Revolução Russa* é enfático ao dizer que: "A base genuína do fascismo é a pequena burguesia. Na Itália, ela tem uma base muito grande – a pequena burguesia das cidades e vilas, e do campesinato. Na Alemanha, igualmente, há uma ampla base para o fascismo" (TROTSKY, 2018, p. 12).

Portanto, é possível dizer que, para Leon Trotsky, o fascismo - diferentemente de outros movimentos contrarrevolucionários e regimes ditatoriais – seria em primeira instância um movimento reacionário de massas da pequena burguesia revoltada. Neste movimento – como nos aponta Ernst Mandel (1995), a partir de uma perspectiva trotskista – encontramos uma combinação de um nacionalismo extremo e uma manifestação verbal demagógica anticapitalista com uma hostilidade ainda maior contra o movimento operário organizado.

No texto intitulado *O que é Nazismo*, escrito em 1933,Trotsky faz um importante resumo sobre a conjuntura social e ideológica de ascensão da pequena burguesia reacionária:

> A pequena burguesia tira refúgio em seu último canto, em uma mitologia que se coloca acima da matéria e da história, protegida da competição, inflação, crise, e do leilão de bens. Para a evolução, o pensamento econômico, e o racionalismo – aquele do século XX, XIX e XVIII – se contrapõem em sua cabeça o idealismo nacional, fonte da origem heroica. A nação de Hitler é uma sombra mitológica da própria pequena burguesia, seu delírio patético de milênio na terra. Para ser colocado acima da história, a nação é vista pela raça. A história se dá com a emanação da raça. As qualidades

> da raça são entendidas sem relação com mudanças na condição social. Ao rejeitar na base o "pensamento econômico" o Nacional Socialismo cai de patamar – do materialismo econômico ele apela ao materialismo zoológico (...) O fascismo tornou acessível a política as profundezas da sociedade. Na verdade, não só nas casas camponesas, mas também os arranha-céus das cidades habitam ao lado do século XX, o século X ou XII. Centenas de milhões de pessoas usam a eletricidade e ainda acreditam no poder mágico dos símbolos e do exorcismo. Que intermináveis reservas de ignorância, escuridão e selvageria possuem! O desespero os colocou de pé, o fascismo lhes deu uma bandeira. Tudo que o desenvolvimento sem obstáculos da sociedade deveria ter eliminado naturalmente do organismo, na forma de excrementos da cultura, agora é vomitado: a civilização capitalista está vomitando uma barbárie não digerida. Tal é a fisiologia do nacional socialismo (TROSTSKY, 2018, p. 225).

Fascismo, o grande capital e a classe trabalhadora

Todavia, a autonomia do movimento de massas fascista da pequena-burguesia "choca-se contra barreiras intransponíveis que correspondem à relação social de forças existentes no capitalismo monopolista tardio" (MANDEL, 1995, p. 153). Ou seja, um grande movimento de massas com um considerável número de "oficiais" pagos, precisa de bastante dinheiro para se desenvolver. Nesse cenário, a única fonte possível para tamanha fluidez de investimento seria o grande capital.

Entretanto, só uma combinação muito particular de circunstancias fazem com que o grande capital invista em movimentos fascistas com algo mais do que pequenos subsídios. Essa conjuntura particular se apresenta quando a crise econômica se agrava, quando a

grande burguesia sente uma urgente necessidade de livra-se de certos componentes básicos da democracia parlamentar, e quando há uma necessidade pontual de concentração do poder político, possibilitando que as classes dominantes atinjam as metas econômicas mais urgentes (MANDEL 1995). Como nos aponta Osvaldo Coggiola (2009), nascido nas margens do exército, o partido nazista no início foi financiado timidamente por alguns setores burgueses, como por exemplo, o editor Bruckham e o fabricante de pianos Bechstein. Contudo, após a crise de 1929, o caixa nazista recebeu apoio dos chamados "Kozern", grupo empresarial representado entre outros por Kirdorf da indústria do carvão; Vorgler e Thyssen do aço e o banqueiro Schoeder.

Do ponto de vista dos interesses do grande capital, a longo prazo, o regime burguês parlamentar parece ser preferível a qualquer forma de ditadura, quanto mais à ditadura fascista. Segundo o trotskista belga Ernst Mandel (1995), a dominação de classe burguesa reside numa combinação específica de elementos repressivos e elementos de integração. Onde o elemento repressivo for preponderante, há um maior risco de instabilidade social a longo prazo. Nessa perspectiva, o fascismo e outras formas de ditadura burguesa são um prolongamento do estado de sítio, uma forma de guerra civil permanente. Em determinadas conjunturas, essas formas específicas de regimes podem ser perigosas para a formação social capitalista na medida em que elas tendem a aumentar a tensão social. Porém, em cenários de severas crises econômicas que dificultam o processo de valorizando do capital, esses regimes de exceção – como o fascismo – são instrumentos de preservação e estabilização da sociedade burguesa. No contexto do pós-Primeira Guerra e da crise de 1929, as classes dominantes não viam outra saída a não ser se livrar da própria democracia burguesa.

No texto *E agora? A revolução alemã e a burocracia*, escrito na primeira metade de 1932, Leon Trotsky argumenta que o fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de ato de força e de terror policial. O fascismo seria um "sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa" (TROTSKY, 2018, p. 55). Desse modo, para o revolucionário russo, a tarefa do fascismo não consistia apenas na destruição da vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe trabalhadora em estado fragmentário. Para tal empreitada, a eliminação física da fração mais revolucionária do movimento operário era insuficiente. Trotsky aponta que seria necessário também destruir todos os pontos de apoio e de organização do proletariado e exterminar os resultados de anos de trabalho da social-democracia, dos sindicatos e, claro, do Partido Comunista.

Trotsky é enfático ao dizer que "a social-democracia preparou todas as condições para a vitória do fascismo" (TROTSKY, 2018, p. 74). Nessa perspectiva, lançar sobre a democracia burguesa alemã "a responsabilidade do sistema de decretos-leis de Bruning e da barbárie fascista ameaçadora é inteiramente justo" (TROTSKY, 2018, p. 74). Entretanto, para o líder da Oposição de Esquerda, se reconhecer essa responsabilidade da social-democracia na ascensão do partido nazista era correto, identificá-la com o próprio fascismo seria no mínimo insensato. Trotsky será um dos grandes críticos da teoria do "social-fascismo", defendida pelos partidos comunistas e pela III Internacional na virada dos anos 1920 para 1930 (MATTOS, 2020).

Nesse contexto, Leon Trotsky argumenta que há uma contradição entre a democracia burguesa e o fascismo. Isso não quer dizer que esta contradição seja "absoluta", ou seja, não significa de

forma alguma que esses diferentes tipos de dominação representem classes sociais antagônicas. Mas significa, segundo Trotsky (2018), que são sistemas de dominação distintos de uma única e mesma classe. Entre democracia e fascismo não há diferença quanto ao "conteúdo" de classe. Ambos são regimes burgueses. Todavia, apesar de serem dois modelos de regime burguês, "esses dois sistemas, o sistema parlamentar democrático e o sistema fascista, apoiam-se em diferentes combinações das classes oprimidas e exploradas e se chocam inevitavelmente de forma aguda" (TROSTSKY, 2018, p. 65).

Para Leon Trotsky, a social-democracia, que naquele momento era o principal representante do regime parlamentar burguês, apoiava-se nos trabalhadores. O fascismo, porém, apoiava-se fundamentalmente na pequena burguesia. Sendo assim, o revolucionário russo argumenta que a social-democracia não poderia ter influência sem as organizações operárias de massas. Por outro lado, o fascismo não poderia se consolidar de outra maneira senão destruindo as organizações do proletariado. "A arena principal da social-democracia é o parlamento. O sistema do fascismo é baseado na destruição do parlamento" (TROSTSKY, 2018, p. 65).

Nesse sentido, Trotsky ressalta que para o grande capital, o regime parlamentar e o regime fascista não representam senão diferentes instrumentos de sua dominação. A burguesia monopolista "recorre a um ou a outro, segundo as condições históricas" (TROTSKY, 2018, p. 65).

> A hora do regime fascista chega no momento em que os meios militares – policiais "normais" da ditadura burguesa, com sua capa parlamentar se tornam insuficientes para manter a sociedade em equilíbrio. Por me meio da agência fascista, a burguesia põe em movimento as massas da pequena burguesia enfurecida,

> os bandos de "sem-classe",os lupem-proletários" desmoralizados, todas essas inumeráveis existências humanas que o próprio capital financeiro levou ao desespero e à fúria (TROTSKY, 2018, p. 65).

Apesar de estar fundamentado em suas bases de massa, uma vez no poder, tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão não foram os governos da pequena burguesia, mas, sim, os governos do grande capital monopolista (MATTOS, 2020). Em uma importante passagem do texto escrito em 1933, Leon Trotsky ilustra muito bem essa conjuntura:

> O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena-burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário, ele é a ditadura mais impositiva do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu coloca-los a serviço do capital. Slogans como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande (TROTSKY, 2018, p. 227).

Portanto, para Trotsky, a fascistização do Estado não significava apenas "Mussolinizar" as formas e os processos de direção. Mas, antes de tudo, a fascistização consistia em

> destruir as organizações operárias, reduzir o proletariado a um estado amorfo, criar um sistema de organismos que penetre profundamente nas massas e esteja destinado a

> impedir a cristalização independente do proletariado. É nisto que consiste a essência do regime fascista (TROTSKY, 2018, p. 66).

Considerações finais

Portanto, a partir desta brevíssima análise dos escritos de Leon Trotsky sobre a ascensão do nazismo na Alemanha, podemos concluir que, para o revolucionário russo, o fascismo seria fruto de uma severa e sistémica crise do capital monopolista, onde seu processo de valorização se encontra minado nos marcos da democracia parlamentar burguesa. Concomitantemente a esta crise social, política e econômica, há um notório descontentamento entre as camadas médias da sociedade, mais especificamente entre a pequena-burguesia que passa a se engajar em organizações e movimentos de massas fundamentalmente violentos e reacionários. Autônomos em um primeiro momento, com o desenrolar da conjuntura, esses movimentos passam a ser instrumentalizados em grau cada vez maior pelo grande capital em sua tentativa de aniquilar o movimento dos trabalhadores e salvaguardar a sociedade burguesa. Resumidamente, está seria a essência da teoria do fascismo de Leon Trotsky.

Referências:

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental***.** Edição: Edições Afrontamento – Rua de Costa Cabral, 859-4200 Porto, 1976.

BIANCHI, Alvaro. *"O primado da política: revolução permanente e transição. In Outubro* nº.5. São Paulo, 2001, pp. 101-115.

BOITO JR., Armando. *O neofascismo no Brasil***.** Boletim LIERI, UFRRJ, n.1, maio2019.Disponível:http://laboratorios.ufrrj.br/lieri/wp-ontent/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf.

BORON, Atílio A. *Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como "fascista" é um erro grave.* Brasil de Fato. 02 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>.

COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky, the rise of nazismand Stalin´s role***.** In: CHATTOPADHYAY, Kunal (Org.). *Fascism in a comparative perspective***.** Kolkata: Jadvapur University, 2009.

DEUSTCHER, Isaac**.** *The Prophet outcast: Trotsky 1929 – 1940.* (Oxford: Oxford University Press), 1970.

FINCHELSTEIN, Frederico. *From fascism to populism in history***.** University of California Press, 2017.

LOWY, Michael. *Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil.* Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

_____. *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*. Bresserpereira.org. 2019.

MANDEL, ERNST. *Trotsky como alternativa.* Editora: Xamã, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e*

autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

TRAVERSO, Enzo. *The new fasces of fascism***.** Verso, 2019.

TROTSKY, Leon. *Como esmagar o Fascismo***.** São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

WEBER, Mateus. *O neofascismo brasileiro: um debate sobre a sua possibilidade histórica***.** (Blog). ODELA - UFRGS. 2019

WISTRICH, Robert. Leon Trotsky's Theory of Fascism. *Journal of Contemporary History*, Vol. 11, No. 4, Special Issue: Theories of Fascism (Oct. , 1976), pp. 157-184.

Trotski e as tarefas da educação comunista

Vinícius Azevedo[1]

Introdução

É sabido que Leon Trotski[2] (1879-1940) não foi propriamente um teórico da educação e muito menos inaugurou uma nova teoria pedagógica. Essas são incumbências que o próprio pensador jamais quis empreender. Da mesma forma, é notável que o pensamento e as disputas em torno do legado de Trotski e de seus escritos ultrapassam o tempo histórico que o pensador e revolucionário ucraniano viveu, uma vez que alimentando-se do embate político e das ideias radicais, o pensamento de Leon Trotski preservou a riqueza da tradição marxista. Nessa perspectiva, este trabalho busca examinar o texto *Tarefas da educação comunista*, de autoria desse importante intelectual marxista para que se possa lançar mão de suas bases e teses sobre a educação e a intrínseca relação com a cultura e a formação de uma nova sociedade.

Com a intenção de subsidiar o debate em torno da educação como elemento primordial para se pensar tanto a tomada do poder pelas classes subalternas quanto a própria construção do socialismo,

---

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Graduado em Ciências Sociais, Unesp. Contato: vinicius.azevedo@unesp.br

[2] Na direção dos propósitos deste trabalho, quanto à grafia de nomes de origem russa, optamos pelo uso de Trotski em oposição a Trotsky. O mesmo vale para Tsar, tsares e tsarismo, em oposição a Czar, czares e czarismo ou Tzar, tzares e tzarismo, por essa ordem. Krupskaia ao invés de Krupskaya, e Lunatcharski à Lunacharsky ou Lunatcharsky. Igualmente, utilizamos Lenin como alternativa à Lênin, Lenine ou similares. Contudo, quanto às referências bibliográficas, preservamos a grafia original dos nomes utilizados nas fontes examinadas e estudadas.

é em Trotski que encontramos as polêmicas em torno da nova era inaugurada após o triunfo revolucionário de outubro de 1917 e vitória bolchevique na Guerra Civil (1917-1922). Para tanto, buscamos a fonte de seu pensamento educacional em documentos escritos ou proferidos por Trotski que relacionam e discutem, de alguma forma, a tarefa educacional como uma das bases para a edificação do socialismo na Rússia pós-1917.

Particularidades da formação sócio-histórica russa

A educação não pode configurar-se como elemento externo ao desejo de construir uma nova sociedade. A tarefa de construir sob as ruínas do tsarismo as novas bases do modo de produção e reprodução da vida é intrínseco ao trabalho educativo. As particularidades do desenvolvimento histórico e econômico de determinada sociedade é a chave para compreender o seu respectivo modo de sociabilidade. Em outras palavras, para compreender as tarefas da educação na Rússia pós-revolucionária, é necessário interpretar as particularidades da sua formação sócio-histórica.

Situado em três continentes, em um território que cobria algo próximo de um sexto da superfície terrestre, circunscrito entre a Europa ocidental e a Ásia oriental, o Império Russo era fruto de séculos de investidas militares de seus tsares. As gigantes estepes que velavam o território eram cruéis com aqueles que ali habitavam. Uma verdadeira cadeia de povos, etnias e culturas viviam sob o governo autocrático que a Igreja Ortodoxa nutria profunda relação. Como se não bastasse, aqueles que ali nasciam tinham suas vidas laceradas pelo clima inclemente e pelos invasores orientais.

A base de desenvolvimento russo estava assentada na agricultura. Os bosques eram cortados e queimados ao norte, enquanto despia-se as estepes virgens ao sul (TROTSKY, 2017). A grosso modo, os russos assenhoraram-se da terra apenas em extensão e dimensão, mas não em altura e profundidade. Enquanto os europeus ocidentais gestaram suas modernas sociedades industriais a partir da herança cultural dos romanos, os povos eslavos herdaram modos de vida mais adversos do que aqueles aos quais estavam condenados a viver. De acordo com Trotski, "o traço fundamental e mais constante da história da Rússia é o caráter lento de seu desenvolvimento, com atraso econômico, o primitivismo das formas sociais e o baixo nível de cultura, constituindo sua consequência obrigatória" (2017, p. 19).

A Rússia exportava de seus porões os cereais e grãos que abasteciam toda a Europa. Em contrapartida, nos aspectos de organização técnica-militar, o tsarismo inspirou-se nos mais desenvolvidos modelos da Europa ocidental. E não somente: a nobreza russa inspirava-se e aspirava ser como a nobreza ocidental. O Império Russo acomodava como parte de seu valoroso arsenal e numeroso exército as mais avançadas armas e tecnologias de guerra. Entretanto, não era capaz de produzir essas armas, e sequer tinha capacidade e malha ferroviária ou canais disponíveis para transportá-las. O tsarismo defendia de modo bélico as ambições e interesses das classes dominantes, mas, concomitantemente, repousava-se à sombra de bases econômicas mais primitivas do que seus oponentes e simpatizantes.

O desenvolvimento do capitalismo russo não se assemelha em nenhuma forma aos seus vizinhos ocidentais. A Revolução de 1848, as insurgências populares, a queda dos antigos regimes, a importação do modelo de revolução que abre caminho para o rearranjo das

classes dominantes e incorporação de seus valores liberais e modo de produção se mostraram inférteis em solos russos. Pelo contrário, tão logo o capitalismo se desenvolveu na Europa ocidental da manufatura à fábrica, primeiro sobre o traje comercial, mais tarde sob a feição financeira e industrial; na Rússia, o capitalismo se forma abruptamente no momento em que nem sequer o artesanato tinha se cindido da agricultura. O moderno aparato capitalista acompanhado de sua indústria nasce na Rússia cerceado pelo primitivismo econômico. O capitalismo russo é o mais primitivo comparado com os fronteiriços e o mais inacabado entre os europeus (TROTSKY, 2017).

Se por um lado, na virada do século XIX ao XX o capitalismo adentra na Rússia pelos caminhos traçados após um século inteiro de mudanças e reformas administrativas, que incluíam a abolição – formal – da servidão em ato legislativo assinado pelo tsar Alexandre II em 1861 e crescimento populacional ao final do período, a recente indústria capitalista coexistia com os mais pretéritos e rudimentares modos de vida. Os barracões comprados pelos belgas ou estadunidenses estavam na mesma terra em que os russos construíam casas de madeira ou palha – as chamadas *isbás*, que queimavam todos os anos – e ali estabeleciam aldeias (TROTSKY, 2017), sob circunstâncias de vida e trabalho quase inalteradas desde o século XVIII (WOOD, 1991).

Tão logo os camponeses foram abolidos da servidão, retornaram a esta mesma condição, mas agora como servos de dois senhores. Primeiramente, de modo violento, fizeram-se não mais como camponeses apenas, mas também como proletários, assegurando a partir de sua força de trabalho os lucros da classe média de industriais, financistas e banqueiros. Em segundo lugar, a "obrigação temporária" de servir os antigos amos e os "pagamentos compensatórios" pelas

terras adquiridas, pagas com altos juros e dívida de 49 anos com os antigos donos preservaram as condições da servidão. Não raro, a servidão feudal transformou-se em na servidão econômica. A essa altura, 80% dos russos eram camponeses que subsistiam em comunas e aldeias (WOOD, 1991), com apenas 24% da população alfabetizada (GRENOBLE, 2003).

Se no campo a antiga servidão aos moldes de sistema feudal converte-se em endividamento e períodos de fome sazonal, é na cidade que o incipiente proletariado russo – antes mesmo de se reconhecer como tal – conhece o maquinário capitalista, este que torna o antigo servo camponês em ferramenta para a extração do lucro, razão de sua nova servidão. As contradições gestadas no seio dessa sociedade desigual, contraditória e que, ao mesmo tempo, projetava-se como potência continental acentua-se na medida em que as forças de desenvolvimento capitalista se expandem e preenchem as cidades com fábricas e vapores capazes de transformar homens, mulheres e crianças em máquinas de extrair mais-valor.

As revoluções de 1905 e 1917

Os impactos da aridez da forma de vida fabricada nas cidades não demoram a surtir efeito. Como num recipiente vedado sob pressão não tarda a atingir o limite da tensão e empurra a válvula anunciando o seu limite, a Rússia imperial apitou pela primeira vez denunciando a ebulição em 1905. O "ensaio geral" – ou ainda, a primeira Revolução Russa – ocorre sob o pano de fundo da derrota ante a Guerra Russo-Japonesa, tida como a primeira grande guerra do século XX, que resultou na concessão de territórios aos japoneses. Consternados

com as penosas condições de vida, os trabalhadores saem às ruas para conclamar os direitos básicos de sobrevivência, direitos civis e das nacionalidades minoritárias que demandam liberdade política e cultural. Como resposta, o tsar é obrigado a recuar: assina o "Manifesto de Outubro" e cria o parlamento nacional (Duma Estatal), a fim de estabelecer uma monarquia constitucional.

Paralelo ao poder político da Duma, os trabalhadores organizam-se nos sovietes, conselhos operários organizados nas fábricas e nas cidades. Essa forma de democracia operária coordena as ações e auto-organiza politicamente os trabalhadores, atuando como poder paralelo à Duma. O Soviete de Petrogrado é presidido por Trotski nas duas revoluções. Anos mais tarde, em outubro de 1917, essa auto-organização dos trabalhadores substitui a autocracia tsarista e apresenta ao mundo o primeiro Estado operário da história. Sob a palavra de ordem *todo poder aos sovietes!* (LENIN, 2017, p. 72), o Império Russo sucumbe, os trabalhadores assaltam o céu e tomam para si as rédeas da própria história.

O triunfo revolucionário expôs e desvelou as contradições da formação social russa que, de certa forma, anunciou quais seriam os óbices iniciais para a educação, tal como anuncia Trotski

> E o nosso proletariado? Ele passou pela escola das confrarias de aprendizes medievais? Tinha as antigas tradições das corporações? Nada desse tipo. Foi atirado no caldeirão da fábrica arrancado diretamente da charrua. Daí a ausência de tradição conservadora, ausência de castas no próprio proletariado, a frescura revolucionária: daí – junto com outras causas – Outubro, o primeiro governo operário no mundo. Mas daí também o analfabetismo, o atraso, a ausência de hábitos organizacionais, a ausência de um sistema de trabalho, de educação cultural e técnica. Todas essas desvantagens em nossa estrutura cultural e econômica

são sentidas a cada passo. (2017, p. 458).

As tarefas da educação comunista

O Império inaugurado por Pedro I e os séculos de dominação autocrática dos tsares pereceram ante os trabalhadores urbanos e o campesinato. Apesar disso, a exploração moldada pelo tsarismo ainda se fez presente, embora internamente assimilada, ou como nos apresenta Máximo Górki "nós destruímos as velhas formas de vida apenas fisicamente; moralmente elas nos cercam e estão em nós mesmos" (REIS, 2017, p. 9). O ato histórico de fundar o socialismo no mais tardio capitalismo europeu compreendia criar sob novas bases as relações sociais de produção, tendo como palco os escombros do Império Russo e com os pés fincados na terra arrasada, tanto externamente pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quanto internamente pela Guerra Civil.

Essa incumbência os revolucionários tiveram que erigir pós-1917. No campo da educação, é notório que Nadejda Krupskaia, Moisey Pistrak, Anton Makarenko, Stanislav Shatsky e Anatóli Lunatcharski sejam as referências para os anos iniciais da luta socialista e reinvenção da escola, seja com as políticas públicas contra o analfabetismo, a aplicação do princípio politécnico ou com a ocupação de cargos oficiais do novo governo dos trabalhadores. Todavia, é de se destacar que outros revolucionários não ligados diretamente com a tarefa educacional soviética também exerceram papéis importantes na construção da pedagogia socialista, tais como Vladimir Lenin e Leon Trotski. Ainda que os escritos e inferências de Lenin sobre a educação tenham sido revisitados com o passar das décadas, os de Trotski

parecem não serem descobertos ou visitados ainda; é fato, no entanto, que a investigação sobre as formulações educacionais em ambos ainda não está devidamente esgotada.

É o caso do discurso intitulado *Tarefas da educação comunista* proferido por Trotski em 18 de junho de 1923 em ocasião do quinto aniversário da Universidade Comunista Sverdlov, encontrado na cuidadosa coletânea de textos *Problems of everyday life and other writings on culture & science* (1973), organizada pela tendência trotskista *Pathfinder*, que atua dentro do *Socialist Workers Party* (SWP). O curioso é que a primeira versão publicada em inglês desse discurso fora reduzida em menos da metade no volume 3, número 56 da *Imprecor*[3] na edição de 16 de agosto de 1923. Já a versão em russo desse documento apareceu pela primeira vez uma semana depois no *Pravda*[4] em 24 e 26 de junho de 1923.

No discurso, Trotski debate com algumas das teses iniciais defendidas pelos revolucionários e apresenta contribuições que relacionam a educação com a economia, a cultura e o partido, conforme apresentaremos nas subseções a seguir. A fim de preservar o mérito e a originalidade do discurso, escolhemos manter o título das subseções tal como este fora publicado originalmente, apenas traduzindo-as. Dessa forma, o conjunto de temáticas apresentadas segue o mesmo percurso de apresentação pretendido por Trotski.

A "nova pessoa"[5] e o revolucionário

[3] *Internacional Press Correspondence*, serviço de comunicação de imprensa da Internacional Comunista, que funcionou entre 1921 e 1938.
[4] Jornal do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).
[5] Frequentemente na literatura socialista o termo usado é "novo homem", mas, para

Logo no início, o revolucionário ucraniano apresenta que de forma recorrente é dito que o objetivo da educação comunista é criar o novo ser humano. A essa afirmação, Trotski discorda, alertando ao risco de assimilar essa afirmação de forma amorfa e, portanto, não dialética. Conforme o autor,

> Nós não precisamos permitir uma interpretação humanitária inconsistente da concepção de "novo ser humano" ou do objetivo da educação comunista. Entretanto, não resta dúvidas que a pessoa do futuro, o cidadão da comuna, será um ser extremamente interessante e atrativo e com a sua psicologia – os Futuristas terão de me perdoar, mas imagino que a pessoa do futuro possuirá uma psicologia [...] uma psicologia muito diferente da nossa. (1973, p. 107, tradução nossa).

Ao posicionar-se, ainda que de forma sutil, sobre a existência de uma psicologia nessa "nova pessoa" da comuna, Trotski polemiza com os defensores da teoria biomecânica que, inspirados no recente taylorismo estadunidense, agruparam-se em torno de uma vertente russa dos futuristas – e posteriormente nos construtivistas e produtivistas russos – na defesa de que futuramente homem e máquina se fundiriam, marcando o final da psicologia humana. A defesa dessa tese tem respaldo no pensamento do bolchevique Aleksei Gastev, engenheiro e poeta de vanguarda.

Nessa direção, a tarefa dos revolucionários daquele momento para a educação não era de formar o ser humano do futuro, como afirmavam os defensores desse ponto de vista humanitário-psicológico – ao qual primeiramente se forma o ser humano do futuro para que ele seja capaz de criar suas respectivas novas condições de vida.

---

os fins desse trabalho, priorizamos utilizar e traduzir "new person" – conforme utilizado na coletânea da *Pathfinder* – à "new man", presente na adaptação da *Imprecor*.

Na contramão dessa premissa, Trotski intervém: "os seres humanos são produtos das condições sociais" (1973, p. 107, tradução nossa) e, à vista disso, "existe uma relação complexa e de interação mútua entre condições e seres humanos" (1973, p. 107, tradução nossa), não permitindo, entre outras coisas, o salto entre as condições sociais e o desenvolvimento histórico, este último ao qual os próprios seres são instrumentos. Torna-se necessário, destarte, formar "seres humanos de nossa época, que ainda terão de lutar para criar as condições as quais esse harmonioso cidadão da comuna irá emergir" (1973, p. 108, tradução nossa).

Como consequência desse argumento, Trotski defendia numa unidade dialética que o desenvolvimento histórico e as ideias do cidadão da comuna não será um revolucionário – dado que as condições que o gestaram enquanto ser da comuna permeavam distintos momentos das ideias, da moral e da cultura da época em que essas condições combinaram-se quando formaram os revolucionários que inauguraram a época socialista, posto que o revolucionário é também um produto das condições históricas e da sociedade de classes. Com o desaparecimento da sociedade em que reina o antagonismo de classes, o tipo histórico concreto do revolucionário torna-se temporal e, por conseguinte, o fim dessa sociedade de classes marca o eclipse não somente dos antagonismos e das revoluções, mas também do próprio revolucionário. Não obstante, a tarefa incute-se em extinguir a sociedade de classes (TROTSKY, 1973).

A NEP, o cerco imperialista e a Internacional

Alinhando a tarefa educacional com a *atualidade* da Revolução

Russa, bem como o seu desenvolvimento histórico, Trotski nos apresenta as preocupações acerca da Nova Política Econômica (NEP) e a educação comunista com o questionamento "não é a educação do novo indivíduo inconcebível sob a NEP?" (1973, p. 109, tradução nossa). Como é sabido, a NEP adotada pela nascente União Soviética das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) em 1921 traçava como linha estratégica a recuperação de alguns traços do capitalismo – como a permissão e incentivo a empreendimentos capitalistas no ramo industrial e no comércio, a fim de criar uma eficiente casta tecnocrata disposta aos ensejos da revolução – com a intenção de alavancar o socialismo sob fortes bases produtivas.

Essa política econômica formulada por Lenin poderia custar, caso fracassasse, a derrota socialista e consequente restauração capitalista na Rússia. A derrota do socialismo igualmente consistiria em fracassar no projeto de educação comunista, uma vez que as condições históricas sob as quais os "novos indivíduos" defrontariam seriam a combinação do antigo regime tsarista com o capitalismo fortemente renovado e reestruturado. É nesse sentido que a Trotski defende que a fortificação dos chamados *NEPmen*[6] poderia resultar na capitulação do partido frente a essa nova dificuldade do desenvolvimento histórico, em virtude que "a burguesia, a propriedade privada, e o capital ainda são fortes fatos e fatores" (1973, p. 110, tradução nossa). Frente a essa ameaça, nacional e internacional, Trotski afirma

> Nós somos o proletariado – para usar a frase de Engels – organizados dentro de um Estado e cercados por burgueses organizados em um número de Estados, e a

[6] Indivíduos que durante o período da implementação da NEP estavam autorizados a formar e estabelecer negócios privados.

> nossas relações com outros Estados não é outra coisa senão a luta de classes assumindo diferentes formas: ou seja, em determinados momentos, formas abertamente revolucionárias ou militares; e em outros, reformista ou diplomática. (1973, p. 110, tradução nossa).

O internacionalismo se mostra imprescindível e necessário para essa forma de Estado instaurada pela Revolução de 1917 na União Soviética, e demonstra que o princípio educativo comunista deve apontar para a solidariedade internacional da classe trabalhadora "temos amigos atacando na retaguarda dos inimigos – o movimento mundial da classe trabalhadora. Laços com eles, para a nossa juventude revolucionária, são o componente fundamental de uma verdadeira educação comunista" (1973, p. 110, tradução nossa). Além do mais, a formação baseada numa sólida teoria – o marxismo – inseparável da prática social revolucionária presente no cenário internacional da luta de classes é traço substancial para a educação de uma época revolucionária, "em que até toda a política e toda a cultura, até mesmo às suas contradições mais diabólicas e sangrentas, tornam-se cada vez mais internacionais" (1973, p. 111, tradução nossa).

O revolucionário e o misticismo

A herança do tsarismo na Rússia não consistia apenas em séculos de dominação material; a Igreja Ortodoxa Russa – mas não só – cumpria esse mesmo papel, mas subjetivamente. O povo russo fora forjado pela servidão e pela promessa de uma vida melhor para além dessa. A sociedade de classes governada pela autocracia do representante divino, o tsar, encontrava na religião a sua justificativa para sua existência como tal. A figura do chefe do Império e do chefe

da Igreja fundiam-se de modo que a autocracia e submissão divina confundiam os sentimentos mais íntimos das almas russas. A religião e o Império pareciam barreiras intransponíveis. A educação para uma sociedade comunista tinha como tarefa suplantar não somente a dominação material, mas também a subjugação religiosa arraigada naquele povo.

Para Trotski, os revolucionários confrontam-se diariamente com a dura concretude dos fatos históricos, e lidam com os aspectos positivos e negativos para fazer o balanço político mais acertado. Contudo, se o revolucionário carregar e internalizar aspectos da religião, as ações e a interação com a realidade defrontada são entorpecidas pelo misticismo religioso, gerando preconceitos e, por essa razão, o revolucionário se torna "na melhor das hipóteses, apenas meio revolucionário" (1973, p. 111, tradução nossa). A educação comunista tem como tarefa, sobretudo, garantir a "emancipação de todos os legados de ignorância e superstição, que são frequentemente preservados em consciências muito 'sensíveis'" (1973, p. 112, tradução nossa).

Trotski se posiciona e discute a questão do lugar da religiosidade no marxismo se opondo a posicionamentos que afirmam que "misticismo ou sentimentos religiosos e estados de espíritos podem ser compatíveis com comunismo" (1973, p. 112, tradução nossa), argumentando que a visão de mundo materialista não está apartada do ateísmo, "consideramos o ateísmo, que é um elemento inseparável da visão materialista da vida, como um pré-requisito para a educação teórica do revolucionário. Aquele que acredita em outro mundo não é capaz de concentrar toda a sua paixão na transformação deste" (1973, p. 112, tradução nossa).

Darwinismo e marxismo

Trotski aproxima a teoria da evolução das espécies e da seleção natural de Darwin com a perspectiva histórica e dialética própria do marxismo. Esse paralelo já fora feito por Engels no famoso *Discurso diante da sepultura de Marx*, "assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana" (MARX; ENGELS, s/d, p. 349). Para Trotski (1973), o darwinismo é o precursor do marxismo, assim como o marxismo é a realização do darwinismo no mundo dos seres sociais, mas alerta: por mais tentador que possa parecer, a leitura de que o mercado é a lei universal "eterna" da luta pela existência humana não passa de uma apologia burguesa infantil[7].

Esse vínculo entre o darwinismo e marxismo, é realizável ao passo em que o curso do desenvolvimento humano se encontra com o intercâmbio entre sociedade e natureza, numa relação histórico-ontológica, tal qual defende Trotski

> É apenas na conexão interna entre o darwinismo e o marxismo que se torna possível apreender o fluxo vivo da existência em sua conexão inicial com a natureza inorgânica; na sua posterior particularização e evolução; na sua dinâmica; na diferenciação das necessidades da vida entre as primeiras variedades elementares dos reinos vegetal e animal; nas suas lutas; nas mudanças; no crescimento, à medida que sua forma se tornou mais sofisticada; na aparição do "primeiro" homem ou criatura humanoide, fazendo uso dos primeiros objetos semelhantes a ferramentas; no

[7] Nesse momento, Trotski replica os liberais da escola de Manchester que procuraram de modo oportunista justapor o darwinismo de modo mecânico à sociologia, chegando a essas conclusões.

> desenvolvimento da cooperação primitiva, com essas criaturas fazendo uso das ferramentas que eles mesmos fizeram; seguido da estratificação da sociedade com base no desenvolvimento dos meios de produção, isto é, dos meios de subjugar a natureza; na guerra de classes; e, finalmente, na luta pela abolição das classes. (1973, p. 113, tradução nossa).

Conquanto não nesses termos, a perspectiva defendida por Trotski, como já anunciada, tem respaldo no fundamento ontológico da obra marxiana em que a categoria que funda o gênero humano é o trabalho – o ato consciente de transformar a natureza – possibilitando o ser humano apreender o mundo e a si próprio à medida que cumpre o seu devir enquanto ser social. Esse intercâmbio material [*Stoffwechsel*] entre ser humano e natureza (MARX, 1962, p. 192; MARX, 1975, p. 202) torna e transforma *o ser enquanto ser* e modifica a natureza – esta, não mais estática, mas fruto da constante intervenção humana.

Teoria da luta revolucionária

A busca pela unidade entre teoria e prática é uma das características marcantes do marxismo, sendo a transformação da realidade material a essência da atividade prática do revolucionário a partir da experiência coletiva de uma classe. Esse movimento busca constantemente afastar-se das ilusões e teorias pautadas em generalizações e falsas consciências. Para isto, é necessário que essa prática revolucionária encontre amparo e base de sustentação em uma teoria igualmente revolucionária, que seja capaz de fornecer métodos de intervenção prática para a finalidade de sucesso na transformação da realidade enquanto realidade social, compreendida de forma histórico-social.

Isto posto, Trotski, atenta-se a desmistificar a falsa dicotomia entre teoria e prática, dispondo a capacidade de síntese que o marxismo propõe para esse conflito, estabelecendo um nexo entre as duas categorias. O autor demonstra que se por um lado dizer que a "prática ganha no final" está correto na direção em que a prática é capaz de revelar e sobrelevar a falsa ideologia, de outro lado e da mesma maneira, afirmar que a "teoria ganha no final" é interpretar que a teoria compreende a totalidade da experiência humana (TROTSKY, 1973). Logo, "visto desse ponto de vista, a contraposição entre teoria e prática desaparece, já que a teoria não é nada mais do que a prática corretamente considerada e generalizada" (1973, p. 113, tradução nossa). Continua, ainda, apontando não somente para essa unidade teórico-prática, mas também para a defesa do leninismo

> A teoria não se sobrepõe à prática, mas a atitude inconsiderada, puramente empírica e grosseira. [...] Para sermos capazes de avaliar as condições da luta, incluindo a própria situação de nossa classe, devemos possuir um método confiável para a orientação política e histórica. Esse método é o marxismo, ou com respeito a nossa época, leninismo. (1973, p. 114, tradução nossa).

Trotski, outrossim, admite que existiram períodos do desenvolvimento social russo em que houve a tentativa de retirar do marxismo o horizonte revolucionário. Trata-se dos assim chamados marxistas legalistas, grupo da Rússia pré-revolucionária da década de 1890 que desenvolveu uma forma de "marxismo" abstrato e não-revolucionário, o que garantiu a existência legal mesmo sob o tsarismo. Ulteriormente a Revolução de 1917, esse grupo liderado por Peter Struve opôs-se fortemente, em sua maioria, ao regime instaurado pelos bolcheviques. No discurso, Trotski coloca que se não há ânsia revolucionária no marxismo, então esse tipo de marxismo não passa

de pseudo-marxismo, como uma "faca de madeira que não apunhala nem corta" (1973, p. 115, tradução nossa). Esse aspecto presente nos marxistas legalistas fez com que gradualmente os transformassem em liberais (TROTSKY, 1973).

A memória de Sverdlov

Nessa seção do discurso, Trotski presta homenagem a Yakov Mikhailovich Sverdlov, revolucionário bolchevique. Nascido em 1885, Sverdlov entrou nas fileiras do POSDR muito jovem, aos 16 anos, e nele permaneceu até a sua prematura morte, em 1919. Sverdlov foi presidente do Comitê Executivo Central do Congresso dos Sovietes no período da Revolução de 1917 até 1919, secretário do Comitê Central do Partido Bolchevique, além de primeiro presidente da República Soviética Russa. Como tributo, a Universidade Comunista, criada em 1918 e localizada em Moscou, fora renomeada para Universidade Comunista Sverdlov.

Na ocasião de sua morte, Lenin, Trotski, Krupskaia e outros tantos revolucionários prestaram homenagens em forma de escritos e discursos. Lenin afirmou no discurso proferido na sessão extraordinária do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia que Sverdlov "conseguiu expressar, de modo mais completo e mais afetivo do que qualquer outra pessoa, a própria essência da Revolução Proletária" (1919, n.p.). Trotski no ensaio *Recordações de Sverdlov*, certificou que Sverdlov "era verdadeiramente inigualável: confiante, corajoso, firme, resoluto – o melhor tipo de bolchevique" (1925, n.p.). Já Krupskaia (1931), nas suas *Recordações de Lenin*, recordou o papel decisivo de Sverdlov para a insurreição de outubro de 1917. Por fim, Lunatcharski

descreveu Sverdlov como "o diamante bolchevique da Revolução Socialista Proletária de Outubro de 1917" (19-, n.p.).

O partido no Leste

A adversidade daquele momento histórico consistia, além das outras dificuldades já apresentadas, em edificar o socialismo fora do eixo do centro europeu e com estreitas relações culturais com os povos das mais variadas etnias que habitam o interior e extremo leste – como no Turquestão, Azerbaijão, Geórgia e Armênia –, povos por vezes nômades e que traziam consigo múltiplos costumes e crenças. Essas formações sociais não tinham na sua base social, diferente de Petrogrado, como afirma Trotski, um histórico de luta da classe trabalhadora e campesinato. Ou seja, no extremo leste, a classe revolucionária nem mesmo tinha tido experiências pré-revolucionárias em sua formação, o que significava, na prática, que aqueles povos, ainda que fossem autênticos revolucionários, tiveram um passado "privados da escolarização da luta de classes, da experiência de greves, levantes, batalhas de barricadas, do círculo de estudo para propaganda, imprensa própria ou em outras línguas, etc." (1973, p. 117, tradução nossa).

Esses povos, que naquela conjuntura contemplavam o Partido Comunista como um agente da libertação, descenderam de uma formação, de acordo com Trotski, "enraizada na barbárie semi-

nomádica, do lamaísmo[8], xamanismo[9] ou do domínio do Islã[10], e agora estão batendo na porta do Partido Comunista" (1973, p. 117, tradução nossa). Como proposta para estabelecer relações entre esses povos e o Partido, Trotski sugere a admissão desses quadros nas fileiras do Partido mesmo que ainda não tenham rompido com as respectivas religiões, mas "não para reconciliar o marxismo com o islã, mas com muito tato e persistentemente libertar os membros com as consciências atrasadas pela superstição, que em sua essência é o inimigo mortal do comunismo" (1973, p. 118, tradução nossa). A revolução é compreendida por Trotski como um processo que pode se estender por muitos anos e décadas e por esse motivo, a educação revolucionária deve formar aqueles que completarão essa grande tarefa e lembrar que "no final, a teoria [revolucionária] vence!" (1973, p. 119, tradução nossa).

A Universidade Sverdlov e Lenin

Encaminhando para o final do discurso, Trotski manifesta o seu estímulo para fortalecimento dos laços entre a Universidade Comunista Sverdlov, o Instituto Lenin e o Instituto Marx para a formação de intelectuais militantes do marxismo. A trajetória dessas três instituições e de seus curadores de certo modo coincidem com o trágico destino de Trotski. A Universidade Comunista Sverdlov ganhou fama pelos cursos de curta duração ministrados de 10 a 14

[8] Também conhecido como budismo tibetano, vertente que tem na figura do Dalai Lama a sua maior representação.
[9] Conjunto de crenças ancestrais características dos povos siberianos da Ásia setentrional e central, que tem como líder espiritual o xamã.
[10] Religião monoteísta representada por Alá e o profeta Maomé, bem como a seus sucessores, os Califas.

dias, na maioria voltados para a formação básica ou inicial e voltados para o trabalho de propaganda, funcionando de 1918 até 1937.

O Instituto Lenin, inicialmente coordenado por Lev Kamenev, e em seguida por Ivan Skvortsov-Stepanov, foi fundado com o objetivo de reunir as obras coletadas de Lenin, e publicou entre 1924 a 1933 cerca de 25 volumes desses escritos. Kamenev, antes presidente do Soviete de Moscou e vice-presidente do Conselho dos Comissários do Povo e do Conselho do Trabalho e da Defesa, sofreu diversas acusações pelos processos de Moscou, resultando no julgamento e execução em agosto de 1936. Mais à frente, a esposa e dois dos três filhos de Kamenev também foram executados. Somente o caçula sobreviveu às prisões e aos campos de trabalhos forçados. Kamenev foi inocentado apenas em 1988. Skvortsov-Stepanov, importante bolchevique, logo após a Revolução de 1917 foi nomeado primeiro Comissário do Povo de Finanças, o *Narkomfin*; faleceu em 1928.

O Instituto Marx sofreu mudanças periódicas, especialmente na nomenclatura. Estabelecido em 1919 e sob direção de David Riazanov, o instituto reunia uma rica coleção de mais de 400 mil livros e outros materiais impressos, além de 15 mil manuscritos e outras 175 mil cópias de originais. O acervo também reunia 55 mil manuscritos de Marx e Engels. Em janeiro de 1921 passou a se chamar Instituto Marx-Engels, e a essa altura, o instituto servia como uma verdadeiro centro de pesquisas marxistas e alçava, dentre os projetos, o audacioso *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), que consistia na organização e publicação dos escritos de Marx e Engels – muitos desses inéditos. Riazanov, nomeado para a Academia de Ciências e um dos mais importantes estudiosos do marxismo de sua época, destinou mais de quarenta anos de sua vida ao estudo e divulgação do marxismo.

Exonerado do cargo e expulso do partido, Riazanov foi condenado sem julgamento e fuzilado em janeiro de 1938 (CERQUEIRA, 2010).

Em 1931 os institutos Marx-Engels e Lenin fundiram-se, sendo renomeado para Instituto Marx-Engels-Lenin. Décadas depois, em 1956, após mais uma renomeação, passa a ser conhecido como Instituto Marx-Engels-Lenin-Stalin. Ao final da década de 50, muda o nome para Instituto do Marxismo-Leninismo do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Após a dissolução da URSS, o instituto passa a não mais carregar nomes e atualmente chama-se Arquivo Estatal Russo de História Sócio-Política.

Mesmo após todos os contratempos da história da União Soviética e os infaustos fados dos intelectuais e revolucionários com participação ativa e primordial naqueles dias de outubro de 1917, Trotski ainda em 1923 – e antes de todos os acontecimentos já aqui versados – encerra a fala com entusiasmo revolucionário, que deve permear e inspirar os revolucionários da nossa época: "nossos pulmões revolucionários respiram a atmosfera daquela melhor e mais superior doutrina que o desenvolvimento precedente do pensamento humano criou. Por isso estamos profundamente convencidos de que o amanhã nos pertence" (1973, p. 119, tradução nossa).

À guisa da conclusão

Visitar os escritos de Leon Trotski, mesmo após 82 anos de sua morte, é responsabilidade de todo e qualquer intelectual que tem como horizonte a emancipação social sob a bandeira do socialismo e do marxismo. A leitura da obra trotskiana permite observar o movimento contraditório do tempo histórico vivido pelo bolchevique

ucraniano, bem como as nuances, os entraves e os avanços – em suma, tudo aquilo que permeia a totalidade histórica. A formulação de novas contribuições ao arsenal teórico e prático do marxismo a partir da mais refinada e feroz crítica é atributo encontrado nas linhas dos registros assinados por Trotski.

Nas *Tarefas da educação comunista*, o autor nos apresenta, mesmo que de forma breve, não somente um índice de encargos ou incumbências a fim de fornecer subsídio aos revolucionários, mas questões norteadoras para reflexão coletiva. A custosa franqueza combina-se com o radical otimismo na convicção que finalmente a massa de trabalhadores e camponeses – ao inaugurar uma nova era do desenvolvimento histórico nunca antes visto –, conquistara o passaporte definitivo da *História*.

É de se pontuar que as circunstâncias históricas de junho de 1923 diferem, e muito, do nosso atual contexto. No entanto, não se trata de parodiar cenários anteriores com a intenção de replicá-los no tempo vigente, sob os mesmos diagnósticos e verificações, mas de estabelecer um diálogo com questões que atravessam o presente e que são capazes de iluminar ângulos ainda turvos.

Referências:

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels. *EconomiA*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 199-215, jan./abr. 2010.

GRENOBLE, Lenore Ann. *Language Policy in the Soviet Union*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

KRUPSKAYA, Nadejda. *Sverdlov e Lenin nos dias de outubro*. Moscou-Leningrado, 1931. Disponível em <http://www.scientific-socialism.de/SverdKrupskaya3.htm>. Acesso em 14 maio 2020.

LENIN, Vladimir. *Em memória de J. M. Sverdlov*. [S.I.], 18 de março de 1919. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/SverdDiscursoLenin.htm>. Acesso em 14 maio 2020.

LENIN, Vladímir; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista e Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUNATCHARSKY, Anatoly. *Jakob Mikhailovitch Sverdlov*: o diamante bolchevique da Revolução Socialista Proletária de Outubro de 1917. [S.I.], [19-]. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/SverdLunatcharsky.htm>. Acesso em 14 maio 2020.

MARX, K. *O Capital*: crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 (Livro 1, volume 1).

MARX, K. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. *In*: MARX, K; ENGELS, F. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1962. (Band 23).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. (Volume II).

REIS, Daniel Aarão (Org.). *Manuscritos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2017.

TROTSKY, León. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2017. (Tomo I e II).

TROTSKY, León. *Problems of everyday life and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1973.

TROTSKY, León. *Recordações J. M. Sverdlov*: o melhor tipo de bolchevique. [S.I.], 25 de março de 1925. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/SverdTrot130325.htm>. Acesso em 14 maio 2020.

WOOD, Allan. *As origens da Revolução Russa*: de 1861 a 1917. São Paulo: Ática, 1991.

Algumas notas sobre as contribuições do pensamento de Leon Trotsky para a organização do movimento sindical no Brasil hoje

Fernando Henrique Sousa Araújo[1]
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior[2]

A concepção hegemônica que marcou a prática do movimento sindical no Brasil a partir da década de 1990, frente ao período de aprofundamento da implementação da política neoliberal na economia e suas consequências na política e na vida cotidiana da população brasileira, foi caracterizada por três grandes expressões.

A primeira se refere ao chamado sindicalismo cidadão (Ver GALVÃO, 2006 e FRANÇA, 2008), na qual a prática sindical ignora a premissa básica de que na sociedade capitalista vivemos um antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, e busca uma concertação, uma conciliação, traduzida em um processo permanente de práticas de negociação sindical com representantes do capital, evitando mobilizações e confrontos diretos que afetem o processo de reprodução do capital.

A ação objetiva do capital sobre o movimento sindical pode ser exemplificado pela política de descentralização das negociações coletivas, restringido em muitos casos ao âmbito das empresas, de flexibilização da jornada de trabalho via "banco de horas", e pelas medidas provisórias que institucionalizam os sindicatos na

[1] Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: fhciro@hotmail.com
[2] Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: mariojunior@ufu.br

participação nos lucros/resultados das empresas (Ver Alves, 2006). O governo de Fernando Henrique Cardoso introduziu medidas que contribuíram para a fragmentação do processo de negociação coletiva do trabalho, como por exemplo, a Lei n° 9.601, de 21/1/1998 que instituía a suspensão temporária do contrato de trabalho (Ver Alves, 2006). Essa política de FHC impôs a prática da negociação individual, em detrimento da negociação coletiva intermediada pelo sindicato; colocando obstáculos para a organização coletiva e fortalecendo o ideário individual, propositivo e de conciliação de classes na vida cotidiana do movimento sindical.

A ofensiva neoliberal no campo da subjetividade e das expressões culturais afetou a concepção do sindicalismo defendido e praticado pelas direções nacional da CUT, já no início da década de 1990. Vale destacar, que diante da prática classista da CUT, referenciada por inúmeras mobilizações e greves unificadas no decorrer da década de 1980, os gestores do capital aqui no país[3] apoiaram a construção da Força Sindical (FS), uma Central Sindical que nasceu com um discurso baseado na lógica do mercado, do capital; uma Central que em seu nascimento utilizava a concepção de "conciliação entre as classes" em detrimento do ideal de "luta de classes". A FS com sua concepção neoliberal, surgiu para disputar o espaço e a consciência dos trabalhadores no campo do sindicalismo brasileiro. A questão, é que justamente nesse período a CUT começa a mudar a sua prática e seu discurso sindical, aos moldes expressos pela FS. Segundo Galvão (2006):

> Desde o início dos anos 1990 a direção da CUT vem

[3] Com o termo "gestores do capital", nos referimos às classes dominantes vinculadas ao capital industrial, agrícola, financeiro e os governantes, em especial o ex-presidente Fernando Collor de Melo que sofreu um Impeachment em 1992.

> operando mudanças em seu discurso e em sua prática. Essas mudanças ocorreram ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), em que a CUT começou a defender, junto com a Força Sindical, a proposta do sindicalismo-cidadão, que se caracteriza por oferecer ao trabalhador os serviços outrora mantidos pelo Estado (Grifos meus).

O termo "sindicalismo-cidadão" começou a aparecer nos documentos internos elaborados pela corrente que compunha o campo majoritário da direção nacional da CUT, a Articulação Sindical[4], que eram destinados aos congressos estaduais e nacionais, plenárias e encontros da Central. Nesses documentos[5], esse grupo político defendia que, ao contrário da conjuntura política brasileira do final da década de 1970[6], a década de 1990 era caracterizada pelo início de um regime democrático,[7] não apresentando espaço para o confronto direto, mas sim para o diálogo e para a negociação, devido esse momento possibilitar a prática dessa estratégia. Luis Marinho, então sindicalista

---

[4] Essa corrente é vinculada ao PT, e no campo interno da CUT e do PT, essa corrente possuía uma ligação política com então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), hoje presidente da República Federativa do Brasil em seu segundo mandato.

[5] Ver Resoluções do 5° Congresso da CUT, 1994; Resoluções do 6° Congresso da CUT, 1997. Sobre a mudança da prática sindical da CUT, ver também análise de França (2008).

[6] Essa década foi caracterizada pela ausência de liberdade política de expressão, de organização e por um intenso arrocho salarial, em que foram realizadas importantes greves e mobilizações de trabalhadores que possibilitaram além da reorganização do movimento sindical brasileiro, o fortalecimento da luta pelo fim do regime militar no país.

[7] Não realizaremos nesse momento, o debate sobre a essência da democracia construída nos marcos do capitalismo em países centrais desenvolvidos e em países periféricos que estão ou não em desenvolvimento. Julgamos importante expressar brevemente que enxergamos limitações na democracia burguesa, porque na relação entre capital e trabalho em que o último é submetido ao primeiro para possibilitar a sua aquisição do lucro, torna-se inviável a implementação simultânea de todo o conjunto de leis que garantiriam a criação de um Estado democrático por inteiro.

vinculado à Articulação Sindical e membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, em uma entrevista à Revista Veja em 1998, afirmou que

> [...] os movimentos do final dos anos 70 e da década passada contribuíram para um processo de democratização da sociedade brasileira e das relações trabalhistas dentro das fábricas. Trinta anos atrás, o sindicato não tinha com quem negociar, nem que quisesse. Por isso fazia greves[8] (Grifos nossos).

Conforme afirma Galvão (2006), o sindicalismo cidadão é caracterizado pelo fornecimento ao trabalhador de serviços que deveriam ser mantidos gratuitamente pelo Estado; nesse sentido esboçamos uma lista expressa no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo, com os convênios que esse sindicato realizou com diversos setores do comércio dessa região. Nessa lista, o sindicato expressa a necessidade de o trabalhador apresentar a "carteirinha do sindicato" para desfrutar das "conquistas" obtidas pela entidade sindical. Na lista encontramos convênios com clínicas e consultórios médicos e dentários, instituições de ensino e óticas.[9]

A prática do sindicalismo cidadão, ao ignorar que a sociedade é dividida por classes sociais com interesses políticos e econômicos

---

Um país não pode ser considerado democrático, quando existe a fome, a miséria, o desemprego, a violência, a ausência de saneamento básico, e do oferecimento de uma educação e saúde gratuitas.

[8] Revista Veja. 25/03/1998. p. 35. Citado por Teones França (2008) Op. Cit. P. 88; apud José Welmowicki. Op. Cit. p. 114.

[9] Não utilizamos esse exemplo com a intenção de vincular esse sindicato, com as práticas da corrente Articulação Sindical, que possui uma maioria de membros na Direção Nacional da CUT. No site desse sindicato, não encontramos nenhuma menção quanto a filiação desse sindicato à CUT ou a qualquer outra central. A intenção é demonstrar que os sindicatos que defendem a orientação metodológica do "sindicalismo cidadão" adotam como uma das estratégias principais o

antagônicos, nivela todas as pessoas construindo um discurso no qual, supostamente, as soluções são de interesse de todas as classes sociais, de todos os cidadãos, adotando para isso uma postura política que evita mobilizações dos trabalhadores caracterizadas por ações mais radicalizadas como greves, paralisações e piquetes. Assim, a concepção do confronto direto perde espaço para a idéia da conciliação, da negociação, do pacto social. Esse projeto de cidadania, ao buscar universalizar direitos e conquistas sociais, não apenas desconsidera a atual fase do desenvolvimento do capital, caracterizada por uma crise estrutural, mas, também, negligencia uma questão fundamental, qual seja, a de que uma efetiva universalização dos direitos e conquistas sociais só se torna viável com a construção de uma sociedade que modifique a lógica de organização prevista pelo próprio capitalismo.

No texto de Leon Trotsky "O Programa de Transição", publicado inicialmente em 1938, já analisando a conjuntura internacional do capitalismo monopolista, imperialista, e, portanto, seus efeitos no processo de luta de classes, o autor pondera sobre os efeitos e influências que tencionam as entidades da classe trabalhadora para a perspectiva conciliatória. Nesse sentido, afirma que:

> Como organização representativa das camadas superiores do proletariado, os sindicatos – como testemunha toda a experiência histórica, incluindo-se a recente experiência dos sindicatos anarco-sindicalistas da Espanha – desenvolvem poderosas tendências à

---

oferecimento de prestação de serviços aos sindicalizados. E entendemos também, que nem todos os sindicatos que oferecem benefícios e serviços aos sindicalizados, necessariamente adotam um método e uma análise política similar aos sindicatos vinculados à prática do "sindicalismo cidadão". A questão é que não é objetivo desse trabalho, debater sobre a prática específica desse sindicato citado. Para acessar a lista de convênios que esse sindicato oferece aos trabalhadores sindicalizados, ir em: <http://www.sindijornalistases.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=28>.

> conciliação com o regime democrático-burguês. Nos períodos agudos da luta de classes, os aparelhos da direção dos sindicatos esforçam-se para tornarem-se senhores do movimento de massas, a fim de neutralizá-lo. Isso já acontece em simples greves, sobretudo quando há greve de massa com ocupação de fábrica, que abala os princípios da sociedade burguesa. (TROTSKY, 1938, pp. 22-23) (Grifos nossos)

Avaliamos que após 55 anos de seu escrito, a sociedade burguesa frente ao desenvolvimento das forças produtivas e de seus aparelhos de dominação, tornaram a sociedade muito mais complexa do que a analisada pelo autor. Mas destacamos aqui, em perspectiva histórica, que na análise de Trotsky continha esse elemento que se desenvolveu hegemonicamente no Brasil no final do século XX e nos primeiros anos do século XXI.

A segunda expressão se refere ao processo de burocratização das direções sindicais que se desenvolveu de modo simultâneo à reestruturação produtiva toyotista no Brasil. Nesse processo a estrutura do movimento sindical ainda influenciada pela perspectiva fordista não conseguiu responder as mudanças impostas pela Reestruturação Produtiva toyotista, frente a descentralização das plantas fabris, o avanço da terceirização, o trabalho temporário. Além disso, as múltiplas influencias do neoliberalismo na cultura e no cotidiano, contribuíram para a constituição de um processo de afastamento das direções sindicais do trabalho de mobilização de base.

Sobre esse aspecto, nos chama a atenção algumas indicações apresentadas por Trotsky no texto "Os Sindicatos na Época da Decadência Capitalista" escrito em 1940, quando afirma a necessidade de *lutar para transformar os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária,* construindo

um processo de *independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista*. Nessa perspectiva, o autor ainda apresenta a necessidade de articular a luta por uma estrutura sindical democrática, que para se efetivar deve se pressupor a efetivação prévia da a independência total dos sindicatos em relação ao Estado imperialista ou colonial.[10]

Dentro da perspectiva de demonstrar a necessidade de se fazer a disputa política dentro das instituições da classe trabalhadora, para uma posição anticapitalista, destacamos os seguintes trechos que complementam a reflexão do autor:

> Os burocratas fazem todo o possível, em palavras e nos fatos, para demonstrar ao Estado "democrático" até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra. (...) (TROTSKY, 1940, 200)

O autor continua a reflexão afirmando que:

> Em outras palavras, os sindicatos atualmente não podem simplesmente ser os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se a servir as necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos do nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução, ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. (TROTSKY, 1940, 202)

Em outro texto escrito, anos antes, em 1933, Trotsky já

[10] Ver Trotsky (1940). Página 201.

apontava reflexões sobre essa questão afirmando que:

> O capitalismo só se mantém rebaixando o nível de vida da classe operária. Nessas condições, os sindicatos podem ou transformar-se em organizações revolucionárias ou se converter em auxiliares do capital na crescente exploração dos operários. (TROTSKY, 1933. 237)

A terceira expressão se refere ao processo de atrelamento do movimento sindical ao Estado, via recebimento de verbas do Imposto Sindical e do FAT; e via ascensão do de sindicalistas durante os Governos de Lula. Essa terceira expressão está combinada, entrelaçada, com as duas expressões citadas anteriormente, frente ao complexo sistema de dominação imposto pela lógica de reprodução do capital.

Segundo França (2008), ao aderir às teses do sindicalismo cidadão, no decorrer da década de 1990, a CUT, procurou buscar a ampliação da democracia no Estado e na sociedade civil, pela via da democratização do sistema financeiro e do regime judiciário, utilizando para isso os caminhos institucionais, regulamentados nas leis do Estado, sobretudo, na Constituição Federal. Aguena (2006) afirma que, a partir de 1994, a CUT, coerente com essa prática cidadã, começou a participar de programas que visava à qualificação profissional do trabalhador, que eram mantidos com recursos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que visava à geração de emprego e renda. Além dessa opção da CUT ser coerente com a concepção do sindicalismo-cidadão, essa prática submete a Central à ofensiva neoliberal propagada pelo empresariado brasileiro de que os trabalhadores estão desempregados devido a sua má formação profissional, ou a sua "desqualificação".

A CUT cumpre então um papel assistencialista em detrimento de uma postura voltada para a organização e mobilização dos

trabalhadores com reivindicação de superação do modelo social, político e econômico vigente, que é o verdadeiro responsável pela estabilização de um desemprego estrutural no interior da sociedade atual. Além dessa submissão à ofensiva neoliberal, a CUT caminha nesse momento em direção a um atrelamento ao Estado, inclusive no que diz respeito à sua independência financeira. Segundo Aguena (2006), a CUT recebeu do Estado, só em 1999, via recursos do FAT[11], mais de R$ 21 milhões de reais. No final do século XX e início do século XXI, a direção majoritária dessa Central expressava em documentos internos destinados às Plenárias e Congressos, a idéia de que no interior da sociedade capitalista, mesmo caracterizada por constantes crises e instabilidades econômicas, é "possível" que toda a população tenha acesso ao emprego, além da realização do processo de reforma agrária e urbana; e a busca desses objetivos deveria ser a motivação para a organização e para a luta social no país. Percebemos, portanto, que o discurso e a estratégia da CUT não contemplavam, em sua essência, o debate sobre a necessidade de superar a lógica organizacional do capitalismo. Com a adesão acrítica a essa lógica, deixa de ser prioritário o questionamento da concentração de terras, a necessidade de criação de mais empregos, a denúncia do trabalho precarizado, enfim, a busca de uma plena cidadania. Assim, no final dos anos 90 e no início do século XXI, a Articulação Sindical, como força hegemônica da CUT, dava a essa Central um perfil teórico e prático oposto ao da luta classista, se distanciando da imagem que

[11] O FAT foi criado pela Lei nº 7.998/1990 e é mantido pela arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) vinculado a Caixa Econômica Federal, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) vinculado ao Banco do Brasil. Ver Galvão (2007). O texto da lei que institui o FAT está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm>.

a CUT apresentou para a sociedade brasileira na sua criação e no decorrer dos anos 80.

Contudo, cabe destacar que existe uma relação de influência ou de múltiplas determinações (e não de uma única determinação) entre a vigência da prática do sindicalismo cidadão no movimento sindical brasileiro na década de 1990, com o fortalecimento da política neoliberal aqui no Brasil e com os fatores globais relacionados às consequências da queda do muro de Berlim. Nesse sentido, esses não são os únicos fatores que influenciaram a vigência da prática do sindicalismo cidadão no Brasil, a partir do início da década de 1990. Apesar de o texto contar a com a ausência do debate sobre outros elementos, é necessário considerarmos os fatores objetivos e concretos inerentes à própria classe trabalhadora que também contribuíram para que essa aderisse e legitimasse a predominância dessa prática sindical aqui no Brasil durante os últimos 30 anos. E esses fatores que propiciam uma identificação com a busca por resultados práticos e imediatos; e que retiram do horizonte imediato a necessidade de realizar ações que visam transformar estruturalmente a sociedade capitalista, não são irrelevantes para a reflexão sobre as condições e o cotidiano do movimento dos trabalhadores no Brasil no decorrer da década de 1990 e início do século XXI.

O Brasil no início do século XXI foi caracterizado por uma interessante conjuntura política diante da eleição de um candidato oriundo do movimento dos trabalhadores e das classes exploradas no interior do capitalismo. Foi a primeira vez na História do Brasil, que um trabalhador e líder sindical[12], assumiu o poder executivo no país que historicamente foi representado por integrantes das diferentes

[12] Referimo-nos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) eleito pela primeira

frações das classes dominantes. Como foi mencionada nesse capítulo, a vitória da candidatura do Lula, ocorreu após uma construção popular cotidiana no decorrer dos 20 últimos anos do século XX. Setores organizados da sociedade civil (sindicatos, movimentos populares do campo e da cidade, e o movimento estudantil) contribuíram na construção hegemônica do projeto político do PT nos diversos espaços da sociedade, que tinha como um dos objetivos táticos e estratégicos o alcance da vitória no processo eleitoral para presidência da república. Destacamos que nesse processo, setores não-organizados da sociedade civil vinculados à classe popular e média, após o desgaste da política econômica implementada pelo ex-presidente FHC que aumentou significativamente o índice de desemprego e sucateou os serviços públicos oferecidos pelo Estado, apoiaram devido ao descontentamento, a candidatura de Lula.

Nesse sentido, após a vitória de Lula, inúmeros dirigentes sindicais, que protagonizaram várias greves nos 20 anos anteriores à vitória do PT nas urnas em 2002, receberam convites para ocupar cargos administrativos no governo. Até 2004, cerca de 300 dirigentes sindicais já ocupavam cargos no governo federal[13], com remuneração média no valor de R$ 7 mil. Destaca-se com isso, a intenção de implementar o projeto político do PT. Luiz Marinho, ex-presidente da CUT nos anos anteriores ao início do primeiro mandato do Governo Lula, assumiu primeiramente o Ministério do Trabalho e, em 2007, assume o cargo de Ministro da Previdência Social; o ex-sindicalista Luiz Antonio Medeiros assumiu durante o período do Governo Lula o

vez no final do ano de 2002, e consecutivamente reeleito no final do ano de 2006.

[13] Esse dado é um número aproximado, visto que foi informado pelos próprios sindicalistas que nesse momento ocupavam cargos na estrutura política e administrativa do governo federal..

cargo de Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. LADOSKY (2009), apud BRANDT E TOSTA (2008), afirmam que:

> Em janeiro de 2003, dirigentes sindicais ligados à CUT assumiram cargos de destaque na administração pública. Além do próprio presidente, um dos fundadores da CUT, sete ex-dirigentes sindicais assumiram cargos de ministro. Vários sindicalistas ocuparam cargos de alto escalão em ministérios e órgãos federais. Além desses, ex-dirigentes sindicais assumiram postos de comando em conselhos de estatais e fundos de pensão, como na Previ, Petros, Sebrae, Sesi e Itaipu

Esses autores, baseados em uma pesquisa desenvolvida por Maria Celina D' Araújo, afirmam que 45% dos cargos de alto comando dentro do governo estão hoje nas mãos de ex-sindicalistas. Nesse sentido, no período mencionado no trecho acima, destacamos que Antonio Palocci assumiu o Ministério da Fazenda, Jaques Wagner o Ministério do Trabalho, Ricardo Berzoini assumiu o Ministério da Previdência, Miguel Rossetto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Olívio Dutra o Ministério das Cidades, Luis Gushiken assumiu a Secretaria de Comunicação e Luiz Dulci a Secretaria Geral. (Ver LADOSKY, 2009). Todos esses, foram dirigentes sindicais vinculados à CUT.

No decorrer dos 8 anos do Governo Lula (1º e 2º mandatos) o quadro conjuntural da equipe de governo não foi alterado, pois inúmeros ex-dirigentes sindicais vinculados principalmente à CUT, permaneceram ocupando cargos do 1º ao 3º escalão do Governo. Trabalhamos com a análise de que após a consolidação da concepção da prática do "sindicalismo-cidadão" no espaço majoritário do interior da CUT, bem como a aproximação realizada entre a Central e o Estado no decorrer da década de 1990 com o recebimento de verbas oriundas do FAT; a CUT aprofundou o seu atrelamento após a eleição

do Governo Lula, afetando estruturalmente a sua autonomia perante o Governo Federal. Destacamos para o subsídio dessa análise o processo de aprovação da Reforma da Previdência, no ano de 2003, sendo que inúmeros setores sindicais do serviço público avaliavam naquele momento e avaliam até hoje, que o teor da proposta do governo federal para a reforma da previdência se configurava como uma "contra-reforma previdenciária" por aprofundar o processo de mercantilização nesse setor bem como retirar direitos dos trabalhadores do serviço público federal. Nesse sentido, Paulo César de Souza, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS)[14], avaliou que a CUT, que em outros momentos da recente história do Brasil se posicionou contra medidas governamentais que retiravam direitos dos trabalhadores ou que diminuíam o caráter social e público da previdência, em 2003, se manteve acrítica em relação a proposta do Governo Lula para a Reforma da Previdência, mesmo contendo, nessa proposta, medidas que aumentam o teor privatizante do sistema previdenciário e que retiraram direitos sociais dos trabalhadores. Paulo César declarou que no decorrer do processo de aprovação da Reforma da Previdência:

> [...] a CUT não apoiou a greve dos servidores, - que já passa dos 18 dias e paralisou 70% do serviço público federal – omitiu-se na reforma, seu presidente tem sido vaiado em todas as manifestações, públicas e privadas e levou o movimento dos servidores a um racha de desastrosas conseqüências para o próprio PT[15].
>
> No início do ano de 2005, a assembléia geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-Sind), discutiu

[14] Ver em: <http://www.anasps.org.br/index.asp?id=691&categoria=29&subcategoria=50>. Acesso em: 10 mar. 2010.
[15] Ibidem.

> um texto elaborado por Marcelo Badaró[16], com o objetivo de aprovar encaminhamentos para serem defendidos pelos delegados eleitos naquela assembléia, para atuarem junto ao 24° Congresso Nacional da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), que ocorreu em Curitiba-PR, no período de 24 de Fevereiro a 1 de março de 2005. Ao analisar a propostas de desfiliação do ANDES-SN à CUT, uma das justificativas do autor é a de que houve uma mudança estrutural no interior da CUT. Segundo Badaró (2005).

O que mudou de 2003 para cá e que faz com que estejamos discutindo a desfiliação é que, de um lado, não há mais possibilidade de disputa de rumos na central e, de outro, o caminho que ela vinha tomando ao longo dos anos se acentuou muitíssimo com a chegada do Lula ao governo. As duas coisas estão conectadas. Com a chegada do Lula ao governo, a maioria da direção da central se tornou uma maioria muito mais expressiva. No Congresso de 1991 da CUT, o setor majoritário (articulação sindical) só se manteve majoritário porque fraudou o credenciamento de delegados, porque inverteu votações que tinham sido perdidas e foram retomadas para que seus resultados fossem mudados. Então havia uma disputa e nem tudo o que a articulação tentava passar ela conseguia. Já no congresso de 2003, o que vimos é que a chamada esquerda da CUT estava reduzida a cerca de 30% do congresso. A aglutinação em torno da idéia de que a CUT tinha de sustentar a governabilidade do governo Lula tinha levado setores que antes se colocavam à esquerda para o lado da maioria na direção da CUT. Isso nos deixou diante de uma dificuldade muito grande. Não tem influência possível. Tudo passa de rodo, conforme a

[16] Trechos do texto disponível em: <http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm>. Acesso em: 12 jul. 2010.

vontade da direção da CUT.

E o autor considera ainda que a mudança ocorrida na estrutura organizacional da CUT não é momentânea nem superficial, pois, segundo ele:

> Os rumos que a CUT tem tomado não são apenas de continuidade daquelas mudanças que já começavam na década de 90. São de completa subserviência para transformar a CUT em um braço sindical das propostas do governo. E que propostas são essas? São propostas justamente de continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais na linha de subordinação da política econômica brasileira aos organismos financeiros internacionais. E, se com alguma disputa interna, alguma coisa de bom havia surgido nos anos 90, era a chamada luta contra as reformas. Participamos de várias resistências nessa época em que a CUT teve papel destacado, junto com outros movimentos sociais, o MST, diversos parlamentares do PT e conseguimos impor limites nas reformas que FHC implementava. O que vemos agora é que a CUT não apenas não está disposta a colocar limites mas é um instrumento de apoio para as reformas neoliberais. Isso vimos bem explicitamente em 2003 quando a CUT se coloca contra o movimento dos servidores e a favor da reforma neoliberal da Previdência.

Além disso, Marcelo Badaró afirma que nesse período a CUT expressa apoio à reforma universitária, que aprofunda o teor mercadológico da educação superior do país ao invés de barrar ou reverter o processo de privatização da educação superior, em curso no país no decorrer da década de 1990. Segundo o autor, a CUT expressa também o seu apoio às reformas sindical e trabalhista, as quais representam a perca de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX. Para elucidar essa reflexão, Marcelo declara que:

> Nós das Universidades vemos isso mais diretamente e

> com muita tristeza cada vez que abrimos as listas de apoio à Reforma Universitária de Tarso Genro e de Lula. Na lista de apoio está o nome da CUT que, ao apoiar esta reforma neoliberal, apóia a concessão de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino abrirem vagas, o que ficou conhecido como PROUNI. Mas os sindicatos cutistas da área de educação não apóiam. Ou seja, a CUT encaminha uma decisão que não tem nada a ver com sua base. Pior ainda, a CUT assina o relatório do Fórum Nacional do Trabalho e encaminha proposta de reforma sindical que abre espaço para reforma trabalhista do governo Lula. Por essa proposta, as centrais sindicais que cumprirem os requisitos que estão colocados (hoje só a CUT cumpriria) passam a ter representação das bases a elas filiadas para assinaturas de acordos coletivos. Isso significa a perda de autonomia das entidades de base para a direção nacional das centrais sindicais as quais elas estejam filiadas. Outros direitos como o direito de greve também passam a ser limitados.

Percebe-se, portanto, que após a vitória eleitoral de Lula e PT nas eleições de 2002, é visível a ocorrência de mudanças estruturais na organização do movimento sindical no Brasil; devido ao impacto causado com a vitória de uma candidatura que foi construída cotidianamente no decorrer de um período de 20 anos pelos trabalhadores da base e da direção da CUT, bem como a ascensão de ex-sindicalistas aos cargos de 1º ao 3º escalão do governo federal para implementar o projeto de governo. Entende-se que é plausível a nomeação aos cargos no governo federal, de dirigentes sindicais que participaram nos últimos 20 anos na construção das campanhas, do partido e do projeto de governo no interior da sociedade; mas é visível que grande maioria dos ex-dirigentes sindicais bem como os atuais dirigentes sindicais da CUT não souberam preservar a autonomia da central em relação ao governo, visto que nos últimos 8 anos a CUT

modificou o seu discurso e sua postura política ao nível de defender ou se posicionar de forma acrítica às políticas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores além de reduzir o papel do Estado quanto à manutenção de uma educação, previdência e saúde pública. É sintomático observar que, no decorrer da década de 1990, essa mesma central sindical apresentou outro posicionamento quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou impor reformas com os mesmos objetivos dessas apresentadas por Lula nesses últimos anos.

Por isso, nesse debate sobre a proposta de ação sindical defendida pela CUT, cabe avaliar essa mudança de trajetória, que migra de uma posição classista para os parâmetros conciliatórios com a predominância do "sindicalismo-cidadão". A partir do segundo semestre de 2003, com a aprovação da reforma da previdência e diante da manutenção de uma política econômica conservadora por parte do governo Lula (que se manteve nos marcos da política econômica efetivada nos governos anteriores, Collor, Itamar Franco e FHC); o debate no interior do movimento sindical brasileiro transita no campo do que é primordial para a luta e para a organização dos trabalhadores, que é a questão da autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e a qualquer governo. A CUT, ao defender de forma intransigente as políticas governamentais citadas acima, bem como ao não acompanhar as mobilizações dos trabalhadores na luta contra as medidas políticas do governo atual que retiraram e retiram direitos sociais da população; expressou o nível de atrelamento dessa central com o governo federal, e a conseqüente perca de sua autonomia.

Na análise sobre o processo político e organizativo que o movimento sindical, no Brasil, vivenciou no decorrer da década de 1990 e na primeira década do século XXI, percebemos uma ofensiva

objetiva e subjetiva do neoliberalismo, respectivamente, na política e na hegemonia do pensamento social. Isso tem propiciado um refluxo organizativo do movimento sindical e popular do país, bem como a difusão da idéia de conciliação, em detrimento da oposição de classes, por parte das direções das organizações políticas, em especial a CUT. Mais do que isso, o posicionamento daquela central sindical fez com que muitos trabalhadores, sob a sua influência, diante da conjuntura desfavorável, colocassem como prioridade a luta pela manutenção dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, ao invés de lutarem pela conquista de novos direitos sociais. Nos últimos 20 anos, as lutas organizadas pelos trabalhadores se basearam na busca pela manutenção dos direitos sociais, ameaçados pelas "contra-reformas" na área da previdência, da saúde, da educação, do transporte, da comunicação, bem como na área trabalhista; e pelas privatizações de empresas estatais e da área administrativa de outros espaços, as quais, por ora, estavam ou ainda estão sob a responsabilidade do Estado. Até mesmo os trabalhadores rurais organizados nos movimentos de luta pela reforma agrária, em especial o MST, que são movimentos com um alto nível de organização e inserção na sociedade brasileira e que reivindicam a realização de uma reforma estrutural, que é a reforma agrária, não conseguiram diante de toda a pressão política realizada através de ocupações de terra, marchas, paralisações de rodovias, efetivarem uma política ampla para a realização da reforma agrária no Brasil. Sem dúvida, o pouco que avançou no processo de reforma agrária no país, ocorreu em virtude da pressão política realizada por esses movimentos, porém, percebe-se que além da criminalização que esses sofreram e sofrem nos últimos 30 anos, os movimentos de luta pela terra não conseguiram avançar no processo de distribuição de

terras; e hoje o governo optou politicamente por estruturar o plantio de monoculturas de cana-de-açúcar, soja e outros produtos ao longo do território brasileiro. Portanto, nesses últimos 20 anos, o movimento dos trabalhadores no Brasil atuou defensivamente, buscando a manutenção dos direitos conquistados em outros períodos históricos.

Algumas Hipóteses

Frente à combinação dos impactos do processo de burocratização, da perspectiva hegemônica de conciliação de classes e a reestruturação produtiva, compreendemos que o pensamento de Trotsky pode auxiliar na reflexão sobre o passado recente do movimento sindical no Brasil (conforme exposto nesse artigo), além de auxiliar na reflexão sobre hipóteses que podem ajudar na construção de uma prática anticapitalista que se torne hegemônica no movimento sindical, prática essa que de forma desigual e com percalços sempre esteve presente nas lutas das trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo.

Para iniciar um processo de construção de uma prática sindical oposta à hegemônica hoje, podemos resgatar um princípio de Trotsky que hoje é difícil de se incorporar frente a consolidação de uma perspectiva de "categoria". Primeiro, resgatando uma prática presente na própria fundação da CUT, denominada de Organização por Local de Trabalho (OLT), é possível a construção de uma militância sindical que proponha às entidades sindicais a organização política de todo conjunto da força de trabalho que atua no espaço de trabalho, para contrapor os efeitos provocados pelas terceirizações que dividiram/ fragmentaram a classe trabalhadora em um mesmo espaço, com

diversos contratos de empresas diferentes, com direitos e salários diferentes, para dificultar a constituição de uma identidade comum e de uma experiência comum.

Essa busca deve se aliar à necessidade de construir uma concepção junto às trabalhadoras e trabalhadores, que suas entidades representativas devem se vincular umbilicalmente com os movimentos populares organizados no campo e na cidade, com associações e grupos sociais que estão de fora dos seus locais físicos e formais de trabalho, mas que vivem na mesma região em que se localiza a empresa, fábrica, escola, etc. Trotsky, com essa perspectiva afirma que:

> É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de reivindicações transitórias, que parta das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado. (...) Todos os setores do proletariado, todas as suas camadas, profissões e grupos devem ser trazidos para o movimento revolucionário. Os sindicatos e as outras organizações de massas devem unir aqueles que têm trabalho e os desempregados através dos compromissos mútuos de solidariedade. (...) **é necessário criar organizações ad hoc que congreguem toda a massa em luta: os comitês de greve, os comitês de fábrica e, finalmente, os sovietes (conselhos)**. (...) O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios ao longo da marcha para a revolução proletária. (TROTSKY, 2008, 16 e 23)

A hipótese que apresentamos é que essa compreensão expressa por Leon Trotsky pode ajudar o movimento sindical a lutar com melhores armas contra os efeitos objetivos e subjetivos da reestruturação produtiva, que hoje se encontra em uma fase do capitalismo de plataformas, além de auxiliar na necessária luta contra

forte tendência que o sistema impõe de aproximação entre o Estado e o movimento sindical, auxiliar respectivamente na *luta pela total independência dos sindicatos e pela criação de um verdadeiro controle operário sobre a atual burocracia sindical*.[17]

As análises de Trotsky (2007) sobre a revolução russa e a ação sindical na revolução russa também podem servir de base para algumas hipóteses. O conceito de *ação direta* que adotamos são as ações sindicais de greve, manifestação, comício, formação de grupos de ação armados ou não, comitês de fábrica. As ações que não seriam diretas são as reuniões, as eleições e atividade nas instituições de representação como sovietes e os órgãos de representação. Trotsky aponta na sua análise da revolução russa duas formas de prática sindical contrapostas, o sindicalismo bolchevique em comparação com os socialistas-revolucionários e os mencheviques. Dentre as táticas de ação direta a tática central adotada no ano da revolução de 1917 foi a greve, de modo que as mesmas foram então tratadas pelos bolcheviques como a tática central de luta. A concepção bolchevique de priorizar a ação direta, colocar as trabalhadoras e os trabalhadores em movimento, se expressa por todo o ano de 1917 no campo sindical, enquanto o sindicalismo menchevique e socialista-revolucionário tende a refrear a tendência de greve e no seu lugar levar a ação para os organismos políticos de representação, sejam aqueles oficiais que compunham a formação do sistema de representação democrático institucional, sejam os organizados pelas/os trabalhadoras/es como o Pré-parlamento, os sovietes ou o Comitê Executivo do partido. Trotsky rejeitou esse esvaziamento da ação direta das massas e tratou a ação nessas organizações institucionais como secundária, sem desprezá-las

[17] Trotsky (1940). Página 206.

tratando a ação nesses espaços como meio para ampliar a ação direta.

Levantamos também, a partir da *História da Revolução Russa*, um questionamento, no qual não podemos aqui refletir com fôlego, mas que vale como questão de pesquisa. A tática central da ação sindical bolchevique antes da tomada do poder em 1917 vai em sentido contrário ao atrelamento do movimento a qualquer estrutura do aparato estatal russo, pautando uma perspectiva de organização independente; enquanto a prática majoritária do sindicalismo brasileiro se pautou por um progressivo atrelamento aos Estado, inclusive se apossando de cargos do 1º ao 3º escalão entre o período de 2003 à 2016. O que essa perspectiva antagônica pode contribuir para a reflexão e o fortalecimento do movimento sindical em uma perspectiva de transformação social frente a complexa estruturação do capitalismo brasileiro?

As hipóteses apresentadas nesse texto não são encaradas pelos autores como uma receita de bolo, ou como uma ideia que basta ser "plantada" na cabeça da classe trabalhadora. É importante ressaltar que Trotsky possuía a dimensão da dificuldade de lutar contra o reformismo, a conciliação de classes e a tendência de atrelamento ao Estado, quando em seu texto "Os Sindicatos na Época da Decadência Capitalista", o autor afirma que:

> Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a "estreitar vínculos" não é própria dessa ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos. (...) O capitalismo monopolista não se baseia na concorrência e na livre

> iniciativa privada, mas numa direção centralizada. As camarilhas capitalistas, que encabeçam os poderosos trustes, monopólios, bancos, etc, encaram a vida econômica da mesma perspectiva como o faz o poder estatal, e a cada passo exigem sua colaboração. Os sindicatos dos ramos mais importantes da indústria, nessas condições, vêem-se privados da possibilidade de aproveitar a concorrência entre as diversas empresas. Devem enfrentar um adversário capitalista centralizado, intimamente ligado ao poder estatal. Daí a necessidade que os sindicatos têm – enquanto se mantenham numa posição reformista, ou seja, de adaptação à propriedade privada – de adaptar-se ao Estado capitalista e de lutar pela sua cooperação. (...) A neutralidade dos sindicatos é total e irreversivelmente coisa do passado. Desapareceu junto com a livre democracia burguesa. (...) ***O capitalismo monopolista é cada vez menos capaz de conviver com a independência dos sindicatos.*** (TROTSKY, 1940, P. 196, 199-200, 202, 203) Grifos Nossos

E por fim, ainda no mesmo texto, afirma ainda sobre essa reflexão que:

> Na era de decadência imperialista, os sindicatos somente podem ser independentes na medida que sejam conscientes de ser, na prática, os organismos da revolução proletária. (TROTSKY, 1940. P. 204)

Frente aos desafios que o movimento sindical e popular no Brasil vai enfrentar, para que construa uma prática hegemônica anticapitalista, e que se configurem assim como instrumentos de apoio a luta pela revolução brasileira, deverá não apenas ser levado em consideração essas e outras reflexões de Leon Trotsky, como também as reflexões de outras autoras e outros autores que refletem sobre os dilemas, desafios e dificuldades das lutas da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Todavia, essas questões pontuadas nesse artigo, combinadas com um trabalho de base junto as/os trabalhadoras/es

dentro e fora dos locais de trabalho, podem ajudar significativamente na luta contra os efeitos da burocratização, da perspectiva da conciliação de classes e da reestruturação produtiva, que se impõe objetivamente e subjetivamente no imaginário e cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores no Brasil.

Referências:

ALVES, G. A. P. "Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: Dilemas da Era Neoliberal". In: Ricardo Antunes. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006, p. 461-474.

BRANDT, Ricardo; TOSTA, Wilson. "Era Lula consagra república sindical". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06 abr. 2008, p. A4.

BRASIL. LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm

BRASIL. Lei nº 9.601, de 21 de Janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9601.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.601%2C%20DE%2021%20DE%20JANEIRO%20DE%201998&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20contrato%20de,Art.

FRANÇA, Teones. "A CUT e o sindicalismo cidadão: crise e

reorganização do movimento sindical no Brasil a partir dos anos 1990". In: *Reorganização do Movimento Sindical no Brasil: a construção de um sindicalismo socialista e revolucionário*. Caderno de Debates, n. 4. São Paulo: Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE), 2008.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 14, São Paulo: Alameda, out. 2006.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil.* Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. *A CUT no Governo Lula. Da defesa da "liberdade e autonomia" à reforma sindical inconclusa*. 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de São Paulo.

TROTSKY, Leon. "Os Sindicatos na Grã-Bretanha". In: AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1933 (2008)].

_____. *O Programa de Transição para a Revolução Socialista*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [1938 (2008)].

_____. "Os sindicatos na época da decadência imperialista". In: AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. Marx,

Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, [1940 (2008)].

_____. *História da revolução russa*. Sundermann, São Paulo, 2007.

Fontes históricas:

Resoluções do V Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (5º CONCUT – 19/05/1994 a 22/05/1994). Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/118>.

Resoluções do VI Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (6º CONCUT – 13/08/1997 a 17/08/1997). Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/119>.

Revista Veja. 25/03/1998. Editora Abril.

Sítio da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-SSind) http://www.aduff.org.br

Sítio da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS)

http://www.anasps.org.br

Sítio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo – http://www.sindijornalistases.org.br/servicos/convenios/

PARTE VII

HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL

Antecedentes e atuação da Oposição de Esquerda no Brasil (1930-1933)

Giovani Bertolazi Brazil[1]

Este artigo tem como objetivo reconstruir os antecedentes e a trajetória dos grupos que constituíram uma corrente de oposição no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB), durante os anos 1920 e 1930. Esses militantes, autointitulados "bolchevique-leninistas" e chamados pela alcunha de "trotskistas" por seus oponentes, foram impelidos pelo objetivo de alterar a política da Internacional Comunista (IC) e de suas seções nacionais, como o PCB.

Os anos entre 1930 e 1933 representam o período em que os "trotskistas" atuaram como fração do PCB, buscando conscientizar sua militância acerca do que era considerado ser o rumo correto que o partido deveria tomar. O ano de 1933 marca o fim, tanto nacional como internacionalmente, da oposição interna e o início de um período de atuação independente. Esse recorte temporal também situa a luta dentro de um contexto global de crise do capitalismo. No Brasil, esse processo internacional teve influências na crise da Primeira República e no subsequente golpe de Estado de 1930, que deu início ao governo de Getúlio Vargas.

A constituição de dissidências internas nos partidos comunistas e na IC foi um processo que ocorreu no mundo todo e os motivos que levaram a isso são de ordem internacional e nacional. Assim, é fundamental reconhecer que existe uma relação dialética entre

[1] Mestrando em História na Universidade Federal de Pelotas. Contato: giovanibbrazil@gmail.com

as disputas que originaram na Rússia Soviética pós-guerra civil e ganharam projeção global e as contradições dos PCs nacionais. Portanto, para compreender o surgimento do trotkismo no Brasil, é preciso estudar a História da União Soviética no período, assim como o processo histórico brasileiro e como a leitura dele influenciou a atuação do PCB.

Compreender a origem, a organização e a atuação política e teórica das dissidências trotskistas é muito importante para se construir um panorama mais completo dos movimentos políticos no Brasil dos anos 1920 e 1930. Se a atuação política desses grupos foi reduzida, devido ao pequeno número de integrantes, sua contribuição teórica foi muito significativa para a intelectualidade brasileira devido ao seu nível de originalidade e pela tentativa até então quase inédita entre os comunistas de realizar uma análise marxista da realidade brasileira.

Anteriormente a dar atenção aos fatores e acontecimentos que levaram à constituição desses grupos, é essencial compreender as origens russas e internacionais da Oposição Internacional de Esquerda. Para tanto, é necessário um breve recuo no tempo para entender a situação russa nos anos 1920 e os dilemas que enfrentavam os comunistas naquele período.

As origens internacionais da Oposição de Esquerda

A Revolução Russa de 1917 alterou, por definitivo, a face do mundo desde a sua ocorrência. A primeira revolução proletária vitoriosa da História teve seu significado ecoado nos quatro cantos do planeta. No entanto, passada a tomada do poder pelo Partido Bolchevique e os sovietes, novos e ampliados desafios se colocavam à

nascente União Soviética. Após a saída da Primeira Guerra Mundial, uma guerra civil, travada entre os bolcheviques e a reação burguesa, legou ao país a penúria da fome e uma economia destruída. Vencido o conflito, o debate político no interior do PCUS tampouco significou menores dificuldades, com Vladmir Lênin e Leon Trotsky, dois dos principais dirigentes do processo revolucionário, defendendo um recuo das medidas centralizadoras e violentas do período anterior (MARQUES NETO, 1993). Após o afastamento de Lênin da política (devido a problemas de saúde decorrentes de um atentado à sua vida), em 1923, configurou-se um embate cada vez maior entre o secretário-geral do Partido, Josef Stalin e Trotsky.

Segundo Marques Neto (1993, p. 35): "No centro da divergência, a argumentação de Trotsky contra o excesso de centralismo e o crescimento da burocracia no Partido, criando um aparelho independente e diferenciado dos interesses da classe operária e do próprio Partido." O perigo da crescente concentração de poder e influência de Stalin, o principal expoente e beneficiado do processo de burocratização, já havia sido denunciado por Lênin durante seu afastamento do PCUS e veio a preocupar dezenas de antigos militantes bolcheviques. Liderados por Trotsky, esse grupo constituiu a chamada Oposição de 1923, que reivindicava uma maior democracia interna no Partido.

Outras tensões surgiram a partir dos esforços de recuperação econômica que levaram à Nova Política Econômica (*NEP*, na sigla russa). Proposta por Lênin, a *NEP* restabeleceu as práticas de mercado (ainda que submetendo-o ao controle do Estado), numa tentativa de gerar crescimento econômico. Segundo Broué (1996), à parte da retomada do crescimento econômico, a *NEP* veio a consolidar duas

camadas sociais, a dos *kulaks* – proprietários rurais enriquecidos – e a dos *nepmen*, novos comerciantes e negociantes cujo poder econômico cresceu. O surgimento de novas desigualdades sociais trouxe mais problemas internos para o partido bolchevique, levando a mais um choque entre Trotsky e outros bolcheviques, opositores da *NEP* e defensores da planificação econômica, com Stalin e seus aliados.

Em 1926, os partidários da Oposição de 1923, somados a outras correntes de oposição à direção do Partido centrada em Stalin, formaram a Oposição de Esquerda (OE), ou Oposição Unificada. O programa da OE, que se consolidou em 1927, reivindicava os seguintes pontos, conforme Pierre Broué:

> [...] aumento dos salários para os operários, reformas fiscais [...] e ainda a planificação para a industrialização. No plano político, o programa reivindica o fim da ditadura do aparelho sobre o Partido, com o retorno ao sistema de eleição dos responsáveis e a volta para a base e para a produção dos militantes profissionalizados pelo Partido. Para o funcionamento em geral, ele exige a restauração da democracia interna com base nas decisões do 10º Congresso (março de 1921). No terreno da política exterior, a Oposição Unificada condena a identificação que se delineava entre a política externa da URSS e a estratégia da Internacional Comunista [...] Condena, sobretudo, a teoria segundo a qual seria possível realizar o "socialismo um único país", tese essa que, diz a Oposição, servia de cobertura ao abandono da perspectiva da revolução mundial. (BROUÉ, 1996, p. 80)

A luta dos oposicionistas era pelo futuro do socialismo na União Soviética. O país encontrava-se isolado do restante do mundo, que passava por um período de estabilização do capitalismo e, portanto, de arrefecimento das luta operárias. Como já se considerava desde Marx, a revolução deveria se espalhar por todos os países do mundo,

sob o perigo de países socialistas isolados sofrerem uma restauração capitalista. No entanto, as perspectivas da revolução mundial eram pouco favoráveis no período, com derrotas revolucionárias na Alemanha, na Bulgária e na Estônia. A opção política adotada pelo partido bolchevique, sob a liderança de Stalin e à revelia dos clamores por mais debates internos, foi a defesa do socialismo num único país. Para os críticos dessa teoria, reunidos na Oposição de Esquerda, ela se tratava de um abandono dos ensinamentos de Marx e Lênin sobre o internacionalismo proletário.

Embora a Oposição Unificada não aderisse completamente a ela, Trotsky defendia a teoria da revolução permanente, desenvolvida por ele desde a derrota da Revolução de 1905 e que ainda se mostrava relevante naquele momento, por sua oposição frontal à teoria de Stalin. Trotsky argumentava que, em países "atrasados" (como a Rússia e ex-colônias como o Brasil), a burguesia nacional era incapaz de realizar uma revolução como fora a francesa de 1789. Conservadora, demasiado dependente do imperialismo e extremamente temerosa das massas de trabalhadores, a classe burguesa seria incapaz de realizar as reformas democráticas necessárias ao seu próprio desenvolvimento. Sendo assim, caberia ao proletariado urbano essa tarefa, através da via revolucionária, de onde sucessivas e ininterruptas reformas levariam à construção do socialismo. Trotsky também entendia que esse processo precisaria passar do campo nacional para a arena mundial.

A linha do socialismo num único país tinha reflexos para além da URSS, delineando a política seguida pela Internacional Comunista. Quase que paralelamente à Oposição na Rússia, começava a surgir a Oposição Internacional de Esquerda, com o objetivo de alterar a política da IC. O centro da crítica oposicionista era a instrumentalização

da IC como mera defensora da URSS, removendo-a de seu papel de guia da revolução mundial. As seções nacionais dos países periféricos do capitalismo eram orientadas a buscar alianças com as burguesias nacionais, além da recomendação de que os PCs passassem por uma "bolchevização", conceito que trazia a noção de um partido "monolítico" e de disciplina rígida, abrindo caminho para a eliminação de qualquer tipo de debate e oposição interna.

Outros dois episódios internacionais envolvendo a URSS contribuiram para a formação da OIE: o Comitê Anglo-Russo e a questão do Kuomintang, na China. O Comitê Anglo-Russo se tratou de uma aliança entre o Conselho Central dos Sindicatos (CCS) da URSS e o Conselho Geral das *trade unions* inglesas, ligado ao Partido Trabalhista, firmada pelo PCUS com o intuito de arregimentar o apoio dos trabalhadores ingleses à União Soviética e de protegê-la diplomaticamente. A greve geral inglesa de 1926 acabou expondo as contradições entre o bolchevismo e essa aliança, visto que o Conselho Geral das *trade unions* buscou apaziguar e negociar o fim da greve com os trabalhadores. A insistência da CCS na manutenção desse acordo, que os oposicionistas consideraram uma traição ao leninismo, foi fonte de grandes debates e um ponto de convergência entre os críticos da teoria do socialismo num único país.

É importante destacar que os Partidos Comunistas de países periféricos do capitalismo, como a China e o Brasil, tiveram como modelo de organização os partidos de países europeus que se desenvolveram primeiro. Embora houvessem diferenças em seu desenvolvimento, a política da IC para esses países foi muito semelhante, em função da leitura eurocêntrica dos partidos com maior influência na organização. A recomendação era o apoio do proletariado

à burguesia nacional de seus países, numa perspectiva de revolução por etapas. No caso chinês, o Partido Comunista da China (PCCh) deveria se submeter ao Kuomintang, partido nacionalista burguês.

Essa aproximação representou uma ruptura com a política dos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista, quando a questão da aliança com a burguesia nacional era apresentada como uma possibilidade, conquanto fosse mantida a independência da classe operária. Semelhante à postura adotada com relação às *trade unions* inglesas, essa política visava à proteção da URSS contra possíveis guerras travadas por potências imperialistas na Ásia, como o Japão e a própria Inglaterra. No entanto, na prática, a submissão dos comunistas ao Kuomintang levou os dois a se chocarem em diversos momentos, desde 1924, em ordem crescente de repressão política e violência. Os embates atingiram seu ápice no Massacre de Xangai, em que tropas comandadas pelo líder nacionalista Chiang Kai-chek mataram e prenderam milhares de operários, sindicalistas e membros do PCCh. Esse episódio suscitou fortes críticas da OE à IC, considerada responsável pelas derrotas na China. Os textos de Trotsky e outros acerca do ocorrido se espalharam pelo mundo através da imprensa oposicionista.

Foi, provavelmente, através dessas publicações que militantes do PCB como Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier e Mário Pedrosa tiveram um primeiro contato com as teses que a Oposição de Esquerda desenvolveu. Tendo acesso aos arquivos pessoais desses militantes, essa é uma das formas em que Marques Neto (1993) combate a noção, por muitos anos cultivada, da origem do trotskismo no Brasil ter sido fruto de um mero acaso – o adoecimento de Mário Pedrosa na Alemanha, numa de suas paradas no caminho para Moscou, a fim de

frequentar a Escola Leninista a mando do PCB. Segundo Marques Neto, os ecos das críticas oposicionistas no Brasil

> [...] não são artificiais ou simples transposições mecânicas de situações "alheias à nossa realidade" as análises de oportunismo, independência de classe, etc., que o pequeno grupo brasileiro faz ao se constituir. Inicialmente estimulados pela polêmica intelectual [...] os brasileiros evoluem no seu envolvimento militante com essa rede de relações internacionais. O que era apenas objeto de debate torna-se ideário comum, digno de se lutar por ele. As ideias cultivadas se chocam com a militância no PCB, provocando contradições extraordinárias e forjando, na prática política, fatos de inevitável cotejo com a crítica oposicionista de esquerda, liderada por Trotsky. (MARQUES NETO, 1993, p. 86)

Portanto, o conhecimento dos debates que ocorriam no interior da Internacional Comunista, assim como a adesão às teses da Oposição de Esquerda, são alguns dos fatores fundamentais para a constituição dos primeiros agrupamentos dissidentes do PCB. No entanto, uma série de acontecimentos internos, reflexivos da linha política adotada pelo partido e expressos mais significativamente em diversos momentos de cisão, são também essenciais para se compreender o processo de surgimento do trotskismo no Brasil.

Antecedentes da Oposição de Esquerda no Brasil

Tendo conhecimento do panorama geral de debates que ocorriam internacionalmente dentro dos partidos comunistas e da IC e que levaram à constituição de uma oposição de esquerda no seio destas organizações, é necessário voltar o olhar aos acontecimentos, problemas e discussões que acarretaram na organização dos primeiros

núcleos oposicionistas no Brasil. É necessário ressaltar que a divisão realizada tem fins meramente didáticos e que, de maneira alguma, é possível compreender a história da Oposição de Esquerda no Brasil sem estabelecer uma relação entre as questões internacionais e as nacionais. A dialética entre esses dois processos desafia uma possível leitura de que a Oposição de Esquerda e o trotskismo tivessem sido "importados" para o Brasil do exterior por intelectuais descompromissados com a construção interna do PCB.

Segundo Marques Neto (1993), a origem da Oposição de Esquerda no Brasil é complexa e exige um olhar cuidadoso, evitando generalizações a partir de um acontecimento ou outro. Os próprios participantes dessas organizações cometeram o erro de localizar sua origem em acontecimentos pontuais, muitas vezes se contradizendo em relação ao fato específico.

Um dos primeiros grandes pontos de contenda no debate interno do PCB foi relativo à política de alianças do Partido. Partindo de uma compreensão da realidade brasileira e dos cânones da III Internacional para países como o Brasil, a estratégia pecebista foi definida dentro dos parâmetros da aliança com a burguesia nacional. Essa leitura foi expressa, principalmente, pelos intelectuais pecebistas Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, este último autor do livro "Agrarismo e industrialismo", publicado em 1926. Com base nesse livro, entendia-se que, antes de liderar uma revolução social que visasse a construção do socialismo, os comunistas deveriam aliar-se com a burguesia nacionalista e a pequena-burguesia para realizar uma revolução democrática-burguesa. As tarefas que essa revolução deveria cumprir seriam as de combate às oligarquias que compunham a Primeira República e de luta contra a submissão do país ao imperialismo

representado, principalmente, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Segundo Marques Neto, "[f]rágil, a burguesia brasileira teria no nacionalismo uma confluência de interesses que a tornaria parceira ocasional dos pequenos burgueses e dos trabalhadores" (MARQUES NETO, p. 94).

O principal aliado do proletariado nessa contenda seria o pequeno-burguês nacionalista, representado principalmente pelos "tenentes", protagonistas das revoltas de 1922, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro e de 1924, em São Paulo. Argumentava-se que esse grupo seria protagonista, ao lado dos trabalhadores urbanos e da burguesia industrial, de uma "terceira revolta", que poderia culminar numa revolução democrática-burguesa. Uma das consequências mais imediatas desta política foi a constituição do Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1927, frente eleitoral de caráter anti-oligárquica e anti-imperialista.

A defesa da revolução democrática-burguesa surgiu de uma concepção do processo revolucionário socialista através de etapas. Conforme a visão predominante no PCB da época, era impossível a realização de uma revolução proletária nos moldes da russa no Brasil, sem antes romper com as oligarquias que, aliadas ao imperialismo, impediam o desenvolvimento independente do País. Essa concepção não está descolada dos acontecimentos e debates em nível internacional, como vimos anteriormente, com os casos da atuação da Internacional Comunista na China. A tática de aliança do PCB com a burguesia nacional é frequentemente referida por oposicionistas da época como o "Kuomintang brasileiro". Somente após o VI Congresso da IC, em 1928, onde ficou reconhecido o erro da tática de submissão dos comunistas chineses ao Kuomintang, é que os brasileiros revisaram a

sua própria tática. No entanto, a autocrítica foi feita de forma parcial, com o PCB reconhecendo o erro da perda da independência política no caso do BOC, mas reafirmando a concepção etapista de aliança com a pequena-burguesia.

Foi justamente a partir dos desdobramentos internacionais e nacionais da estratégia etapista que surgiu o primeiro grande conflito interno na Comissão Central Executiva (CCE) do PCB. O militante Rodolfo Coutinho, que mais tarde seria membro fundador da Oposição de Esquerda no Brasil, foi quem protagonizou o episódio.

Em reunião do CCE, em outubro de 1927, foi debatida a possibilidade de uma aliança entre o PCB e o líder tenentista Luiz Carlos Prestes, naquele momento exilado na Bolívia. É importante destacar que o partido passava, naquele momento, por uma grave crise, desencadeada pela Lei Celerada[2]. Portanto, além de situar-se nos marcos da estratégia de aliança com a pequena-burguesia nacionalista, a perspectiva de aproximação com a principal liderança da Coluna Prestes-Costa visava também ampliar as bases do partido. Essa proposição, defendida por Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, foi combatida por Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa, que alegavam que essa tática significava uma traição aos cânones do marxismo, que colocam o proletariado como protagonista central das lutas. Esse primeiro momento de oposição interna, no que pese o doutrinarismo de seus protagonistas, já é capaz de evidenciar pontos que seriam fundamentais à Oposição de Esquerda no Brasil: a crítica à estratégia etapista de aliança com a pequena-burguesia e a importância do estudo teórico do marxismo.

---

[2] Lei de autoria do deputado Aníbal de Toledo, a qual colocou o PCB e grande parte do movimento operário na clandestinidade (MARQUES NETO, 1993).

Outro eixo de controvérsias que contribuiu para o estabalecimento da Oposição de Esquerda no Brasil foi o da política sindical do PCB. A questão sindical, no entanto, passou longe de ser problema exclusivo aos comunistas brasileiros, tendo sido causadora de uma das primeiras rupturas internas no PC da Rússia, pós-revolução, com a formação da Oposição Sindical, em 1919. As discussões de fundo, lideradas por Alexander Shlyapnikov e Alexandra Kollontai, eram acerca do papel dos sindicatos na economia do país e da relação Estado-Partido-sindicato, com profundas críticas ao processo de burocratização pelo qual o partido bolchevique já estava passando. Embora tenha sido derrotado politicamente em 1922, parte do programa da Oposição Sindical seria incorporado à Oposição de Esquerda liderada por Trotsky, principalmente na questão da burocracia.

Outra disputa que se dava no interior do meio sindical era entre os chamados "economicistas" e os "vanguardistas". Os primeiros seriam os sindicalistas que primavam pela luta por melhorias de salários, condições de trabalho e ajuda mútua entre os trabalhadores. Os segundos se autodenominavam "revolucionários" e viam a luta "econômica" como um desvio do verdadeiro papel dos sindicatos, o de organizar os trabalhadores para derrubar as estruturas causadoras de seus problemas. Contudo, ainda no século XIX, Karl Marx defendia a importância da luta sindical por melhorias como uma "escola do comunismo", onde os operários aprendiam, na prática, sobre o dever histórico que deveriam cumprir.

Em meados dos anos 1920, dentro do meio sindical brasileiro, existiam três grandes correntes que disputavam entre si a direção do movimento nas grandes cidades: os anarcossindicalistas, os reformistas e os comunistas. Dentre esses, predominavam os reformistas, também

denominados "amarelos", e os anarquistas, que ainda detinham parte da forte influência que haviam construído nas décadas anteriores. Diante dessa situação, o PCB entrou na disputa das direções dos sindicatos. A maior conquista do partido foi a União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro (UTG-RJ), que, na época, era um sindicato combativo e que possuía uma grande área de influência política (MARQUES NETO, 1993).

Uma das principais lideranças da UTG foi João da Costa Pimenta, que mais tarde foi um dos fundadores da Liga Comunista. As razões do rompimento de Pimenta com o PCB vieram, principalmente, de um episódio no qual a atuação "vanguardista" do partido teria provocado grandes perdas para o movimento sindical (levando ao fechamento da UTG, pela polícia) e manchado a imagem do partido perante ao operariado. O ocorrido, envolvendo a liderança sindical reformista "Zé Doutor" (MARQUES NETO, 1993), serviu para trazer à tona as divergências entre Pimenta e a direção do PCB sobre sua política sindical. O militante era contrário à utilização do espaço sindical para o favorecimento do partido e tentou, diversas vezes, conter os conflitos que levaram ao fechamento do maior sindicato dirigido pelo PCB. Embora o caso não tenha levado imediatamente ao desligamento do sindicalista do partido, não surpreende o fato de que Pimenta esteve, posteriormente, entre os fundadores da Oposição de Esquerda no Brasil.

Por mais que os acontecimentos no Brasil não se relacionassem diretamente com os da União Soviética e a Oposição Sindical, o pano de fundo também era a questão da relação entre o Partido e os sindicatos. A atuação do PCB no sindicalismo era derivada da concepção de submissão dos sindicatos ao Partido Comunista, conforme se

defendida, anteriormente, por diversos líderes bolcheviques. Assim, é possível compreender o elo que conecta a chamada Oposição Sindical brasileira às teses da Oposição de Esquerda.

Dias após o episódio do fechamento da UTG, em fevereiro de 1928, o PCB se reuniu no Rio de Janeiro e definiu as diretrizes de sua atuação sindical. A política de submissão dos sindicatos ao partido foi reiterada e sofreu dura oposição de João da Costa Pimenta e Joaquim Barbosa, que escreveu uma carta aberta aos membros do partido, atacando sua política sindical e a atitude da direção em questões internas. Para o militante, além do problema da submissão dos sindicatos, o partido se encontrava distante do dia-a-dia da atividade sindical, preferindo promover a construção de grandes federações revolucionárias esvaziadas (como a Confederação Geral dos Trabalhadores).

A resposta do PCB à Joaquim Barbosa foi a sua expulsão do Partido. No entanto, as críticas de Barbosa acabaram ecoando em parte da militância pecebista. Se num primeiro momento, um pequeno grupo, que ficou conhecido como Oposição Sindical, dedicou seu a apoio a Barbosa, logo seu manifesto atraiu outros militantes que haviam presenciado os difíceis debates dos anos anteriores, não se detendo à questão sindical. Daí surgiu o primeiro grande rompimento da história do PCB, a Cisão de 1928. Alguns dias após a polêmica com Barbosa, a direção pecebista recebeu uma carta, assinada por cinquenta militantes, em que o grupo expressou sua insatisfação com a falta de democracia interna no Partido e com as violações dos direitos de seus membros, exigindo a convocação imediata de uma conferência para debater tais questões. Segundo Abramo e Karepovs (2014), o manifesto foi muito mal recebido no interior do PCB, principalmente

devido ao seu caráter de ultimato. O militante oposicionista Aristides Lobo, em artigo publicado em 1931, no jornal *A Luta de Classe*, comentou sobre o ocorrido: "Sem ter tido o cuidado de elaborar uma plataforma que definisse os seus pontos de vistas, esses camaradas, ainda inexperientes, cometeram uma série de erros de tática que lhes custou a derrota e, com esta, a dos princípios" (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 78).

A Cisão de 1928 foi o passo mais importante para a futura formação da Oposição de Esquerda na Brasil. Diversos dos cisionisas estiveram entre os fundadores do Grupo Comunista Lênin, como foram os casos de Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Wenceslau Escobar Azambuja e outros. Os próprios oposicionistas reivindicaram sua gênese na Oposição Sindical e na Cisão de 28, conforme documento enviado ao Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda, em 1930 (MARQUES NETO, 1993).

Na virada de 1928 para 1929, na ocasião do III Congresso do PCB, os cisionistas tentaram fazer ser lido um memorial, onde ficaram sintetizados os motivos que levaram ao rompimento. Apontando a falta de domínio teórico por parte dos dirigentes, os erros da política do BOC e da condução da política sindical do Partido, o documento foi uma tentativa do grupo de reabrir um diálogo com a militância do partido, principalmente em face à reação negativa que o manifesto-ultimato anterior teve. É possível atribuir essa atitude à percepção do cometimento de um erro tático, na ocasião anterior.

O III Congresso aprovou uma resolução que não sugeriu nenhum diálogo nem aceitação do trabalho dos cisionistas dentro do partido, apenas determinando que o retorno dos militantes que assim decidirem deveria ser mediante autocrítica e de maneira

individual. O resultado para os descontentes foi o isolamento do partido, a desmoralização e uma dispersão geográfica, o que dificultou seu trabalho de reagrupamento. Apenas a mudança na conjuntura brasileira, que viria em 1929, foi capaz de arregimentar mais adeptos às teses oposicionistas.

O III Congresso do PCB trouxe mais resoluções que são de extrema relevância quando se estudam as origens da Oposição de Esquerda no Brasil. Além da condução da polêmica da Cisão de 1928, o evento ratificou duas concepções que eram centrais à crítica oposicionista: a revolução por etapas (iniciando seu processo com a aliança entre operários, camponeses e pequeno-burgueses na revolução democrático-burguesa) e a tática de "classe contra classe".

Quanto ao etapismo, o pleito realizou uma breve atualização do que Octávio Brandão e Astrojildo Pereira já defendiam desde pelo menos 1926, a partir de sua análise do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. A diferença é o pressuposto da hegemonia do Partido Comunista sobre esse processo, conforme havia sido determinado pelo VI Congresso da Internacional Comunista em meados de 1928. Reconhecendo parcialmente os erros da tática do Kuomintang chinês, o VI Congresso lançou essa orientação aos PCs de países considerados "coloniais" ou "semicoloniais".

Em relação à política de "classes contra classe", a virada tática refletiu a avaliação da IC acerca do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial. Partia-se da concepção de que desde a revolução russa de 1917, o capitalismo teria passado por dois períodos: o "primeiro período" (1917-1924), de crise, e o "segundo período" (1925-1928), de recuperação e estabilização. O mundo estaria entrando, em 1928, no "terceiro período", onde as condições seriam favoráveis à derrocada

do capitalismo pelo proletariado, através do antagonismo entre classes (ABRAMO e KAREPOVS, 2014; FAUSTO, 1979). No caso brasileiro, por se tratar de um país "semicolonial", não havia escolha senão a aliança com a pequena-burguesia. A radicalização preconizada pela política do "terceiro período" teve seus efeitos no PCB, principalmente na sua política sindical, na medida em que a agitação pela revolução passou ao primeiro plano na atuação pecebista nos sindicatos.

Segundo Marques Neto (1993), essa guinada à esquerda não só representou a não-superação das críticas da Oposição Sindical e da Cisão de 1928, como marcou um ainda maior distanciamento do partido das lutas cotidianas dos operários, visando em primeiro lugar o uso político dos sindicatos. O terreno da luta sindical ganhou uma importância ainda maior no período, marcado pelo declínio da Primeira República e a ascensão de uma nova ordem pós-Golpe de 1930. Dois episódios ocorridos nessa arena de disputa política foram responsáveis por ainda mais críticas ao PCB e adesões às teses da Oposição de Esquerda: a greve dos gráficos de São Paulo, em março de 1929 e a expulsão da Célula 4R.

O caso da greve, iniciada pela União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), evidenciou as contradições da política sindical revolucionária do PCB. O impulso por expandir o movimento para outros setores, num momento em que a conjuntura não sugeria real possibilidade disso ocorrer, acabou por encerrar prematuramente a greve, causando danos aos trabalhadores gráficos e à imagem do partido. Já o episódio da expulsão da Célula 4R, de onde acabaram saindo diversos militantes que engrossaram as fileiras dos primeiros grupos da OE no Brasil, deixou claro o problema da inflexibilidade que a tática do "terceiro período" acabou por incorrer

à ala sindical do partido. Os militantes dessa célula, contrários a essa política, foram expulsos coletivamente do partido pelo CCE, sob a justificativa de que sofriam de desvios de direita. Esses militantes também reivindicavam maior democracia interna e reclamavam da burocratização nas diferentes instâncias do PCB, pautas que se aproximavam bastante das levantadas nas cisões anteriores e pela OE.

Em todos esses episódios ficam evidentes os elementos fundamentais que contribuem no surgimento de uma fração de oposição de esquerda no PCB, principalmente do ponto de vista de suas próprias contradições internas. A política sindical, a burocratização e a falta de democracia interna, além do crescente alinhamento do Partido com a III Internacional sob influência de Stalin, foram os pontos de maior disputa e cisão entre os comunistas brasileiros, no período da segunda metade dos anos 1920, no Brasil.

Formação e atuação da fração oposicionista

Os antecedentes da formação da Oposição de Esquerda no Brasil foram frutos de situações diversas, envolvendo diferentes militantes e sem que houvesse uma homogeneidade ideológica entre eles. No entanto, todos os casos estão conectados por debates que percorriam o Brasil e o mundo e marcavam um novo processo que ocorria no movimento comunista como um todo. Ainda assim, o trabalho de transformar esses descontentamentos, cisões e expulsões em um grupo organizado de oposição interna ainda não havia sido feito. Nesse sentido, cabe o destaque à figura de Mário Pedrosa, militante pecebista que retornou ao Brasil, em agosto de 1929, após uma estadia na Europa. Ele foi o principal articulador do Grupo Comunista Lênin,

a primeira organização oposicionista brasileira.

O pernambucano Mário Pedrosa estudou na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, onde conheceu Lívio Xavier e Rodolfo Coutinho. O trio foi aluno do professor Edgardo de Castro Rebelo, que teria sido um dos responsáveis por despertar o interesse no marxismo entre os três (ABRAMO e KAREPOVS, 2014). Em 1926, Mário Pedrosa se filiou ao PCB e iniciou sua militância no partido, cujo destaque o levou a ser enviado pela direção à Europa já no ano seguinte, a fins de estudar na Escola Leninista de Moscou. No caminho para a cidade russa, Pedrosa adoeceu e foi obrigado a permanecer em Berlim por um período. Foi nessa estadia que o militante decidiu não seguir viagem até Moscou, após romper politicamente com a III Internacional e o PCB.

A questão da temporada europeia de Mário Pedrosa carece de uma observação importante. O historiador Robert Alexander (1973) foi um dos responsáveis pela cristalização de uma narrativa em que Pedrosa teria tomado ciência das teses da Oposição de Esquerda na Rússia e seus desdobramentos pela Europa, durante esse período convalescente. Ainda de acordo com essa versão, o militante teria sido cooptado pelos oposicionistas e viria a cumprir um papel instrumental na transposição de suas teses para o Brasil. No entanto, segundo Marques Neto (1993), Pedrosa já tinha contato com publicações oposicionistas europeias como a *Clarté* e com seu editor, Pierre Naville, antes mesmo de sua viagem patrocinada pelo PCB. Além disso, o grupo de debates informal, formado ao entorno do professor Rebelo, foi também um grande fator de influência na adesão do militante às teses oposicionistas. Sendo assim, a tese da "cooptação" de Pedrosa por oposicionistas estrangeiros não encontra sustentação nas fontes.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, em agosto de 1929, Mário Pedrosa encontrou a militância oposicionista completamente dispersa e seus primeiros movimentos foram de contato e agrupamento dessas pessoas, que haviam participado da Oposição Sindical, da Cisão de 1928 e da célula 4R (LISBOA, 2014). Foi formado um pequeno núcleo de estudos, que contou com nomes como Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Wenceslau Azambuja, Aristides Lobo e Plínio Melo, a fim de buscar uma homogeneização teórica. Nesse sentido, o pensamento de Leon Trotsky e a produção da Oposição de Esquerda russa serviram como aglutinadores daquele grupo, até então unido apenas através das críticas ao PCB.

O lançamento oficial do GCL, com o início do seu trabalho militante, foi em 8 de maio de 1930, com a primeira edição do jornal *A Luta de Classe*. O períodico foi o grande órgão de imprensa oposicionista e trotskista do Brasil, tendo sido editado por todas as organizações pertencentes a essa corrente até 1939. Segundo Karepovs (1985, p. 3), a publicação foi a "porta-voz" de um "fio de continuidade política" entre esses diferentes grupos. *A Luta de Classe* figura como uma das principais fontes do trotskismo no Brasil, trazendo em suas páginas a razão de ser dos primeiros grupos oposicionistas do país, a partir de sua própria visão. No jornal traz também as críticas e elaborações teóricas sobre a realidade nacional e internacional, além de textos de Trotsky, Lênin e outros autores, traduzidos para o português.

A imprensa oposicionista teve sua circulação e periodicidade dificultadas por diversos fatores, como sua pequena tiragem, a repressão policial, a fragilidade organizativa das organizações e as dificuldades relacionadas à impressão. Os oposicionistas tinham inserção entre os trabalhadores gráficos, sendo eles próprios os responsáveis pela

confecção dos textos e por imprimir o jornal em horários paralelos aos de trabalho, de maneira clandestina. Convém destacar, no entanto, que esse não foi o único órgão da imprensa trotskista no período. Entre de janeiro de 1931 e maio de 1932, foram publicadas também quatro edições do *Boletim da Oposição*, jornal voltado à análise de situações internacionais.

É necessário traçar um panorama geral dos assuntos abordados em *A Luta de Classe*, visto que ele foi a principal via de ação do Grupo Comunista Lênin. Dada a intenção do grupo de realinhar a política do movimento comunista internacional ao que consideravam ser o verdadeiro caminho bolchevique, a crítica aos descaminhos do partido e da IC teve o maior destaque no jornal. Desde o primeiro editorial, na primeira edição, os oposicionistas deixavam claro que o seu objetivo de "conscientizar" o proletariado dos erros da direção de seu partido era uma missão e um dever histórico. As críticas realizadas se situavam em campos diferentes, mas interligados, como a atuação sindical do PCB (caracterizada como aventureira e inconsequente), a falta de democracia interna e o livre debate no partido e os seguidos erros táticos nacional e internacionalmente (via IC). É possível observar que se tratam das mesmas questões que levaram à constituição da própria Oposição de Esquerda no Brasil.

O jornal *A Luta de Classe* seguiu sendo publicado até outubro de 1930, quando o movimento golpista da Aliança Liberal provocou uma mudança na conjuntura política brasileira e nas perspectivas de atuação dos oposicionistas. A questão do Golpe de 1930 já foi alvo de extensos debates historiográficos, desde seu processo histórico em si, até sua própria caracterização como "golpe" ou "revolução". Nesse sentido, é necessário se levar em consideração o caráter ambíguo do

Estado que se estabeleceu na esteira desse acontecimento. Segundo Araújo (1998), o movimento de 1930 teria se caracterizado como uma revolução passiva, onde elementos de continuidade conviveram com rupturas da ordem até então vigente. De qualquer forma, é mais correto o uso da palavra "golpe" para se referir ao episódio, em função do fato de que a manutenção do poder das oligarquias, em compromisso com a burguesia urbana emergente, impossibilitam uma caracterização como "revolução", visto que as próprias estruturas que garantiam o poder das classes dominantes permaneceram largamente inalteradas.

Segundo Marques Neto (1993), os militantes do GCL, situados na capital da República, buscaram intervir entre as massas que iam às ruas na medida em que as tropas da Aliança Liberal marchavam pela cidade. Apesar do esforço de ação concreta dos oposicionistas, os meses que sucederam o golpe foram de desorganização do GCL. Dois fatores teriam contribuído para isso: 1) as ações imediatas do novo governo de Getúlio Vargas, que priorizaram reformas de "cunho social e modernizante" e buscaram maior controle do Estado sobre o movimento operário organizado e 2) o adoecimento de Mário Pedrosa, que causou seu afastamento temporário da militância (MARQUES NETO, 1993).

Desses dois fatores, o segundo teria sido o mais fundamental para a dissolução do GCL. Grande articular da fundação do grupo, Pedrosa era também peça essencial de seu funcionamento. A partir de 1931, um fato novo acabou reenergizando a Oposição de Esquerda no Brasil: a expulsão de Aristides Lobo do PCB, após retornar do exílio na Argentina e publicar uma carta aberta aos membros do partido. Não está nítido na literatura sobre o tema se o motivo da expulsão foi pela fundação da Liga de Ação Revolucionária (LAR; organização que

Lobo teria fundado, juntamente com Luiz Carlos Prestes, em 1930) ou por outro motivo, visto que, no momento do seu retorno ao Brasil, o grupo já havia sido extinto. O PCB havia condenado a LAR, por considerá-la "um partido político que luta contra o PC" (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 52), motivo semelhante da rejeição de Mário Pedrosa à essa tática (MARQUES NETO, 1993).

A carta aberta de Lobo expõe suas críticas acerca da relação do partido com o Secretariado Sul-Americano da IC, que teria imposto ao Partido as políticas de "classe contra classe" e do obreirismo[3]. Ao final do documento, em meio à diversas consignas revolucionárias, fica demonstrada sua adesão à Oposição de Esquerda: "Viva a oposição bolchevique-leninista de esquerda! Abaixo a burocracia dirigente, aventurista, policial e lacaia" (ABRAMO e KAREPOVS, 2014, p. 53).

Com o processo que incidiu no fim da Primeira República e iniciou uma nova ordem política no Brasil, as perspectivas de atuação do movimento operário sofreram uma ligeira alteração. O ponto focal da luta de classes no país, na visão dos comunistas, passou a ser a cidade de São Paulo, em detrimento do Rio de Janeiro. A isso atribuía-se o fato de que as tropas aliancistas que ali tomaram o poder eram decorrentes dos movimentos de 1922 e 1924 e associadas ao tenentismo (MARQUES NETO, 1993).

Outro fator determinante para esse deslocamento do eixo de lutas foi a nomeação do "tenente" João Alberto como interventor em São Paulo, que prontamente instituiu medidas como o limite de quarenta horas de trabalho semanais e desencadeou um forte antagonismo entre o governo e a burguesia paulista. O operariado também passou por

[3] Sobre o obreirismo, ou "proletarização", ver Abramo e Karepovs (2014, p. 50).

momentos de agitação, com a eclosão de diversas greves no período. Os movimentos chegaram a mobilizar 8400 trabalhadores em dado momento e, após a renúncia do interventor federal, cerca de 30 mil operários teriam saídos às ruas (MARQUES NETO, 1993).

A partir da leitura da nova relevância de São Paulo e de seu clima mais favorável à organização operária, os oposicionistas se reagruparam na cidade e articularam a fundação da Liga Comunista (Oposição Leninista do PCB). O núcleo inicial da Liga Comunista foi composto de nove pessoas, entre as quais estavam os nomes de Aristides Lobo, Lívio Xavier, Plínio Melo, Mário Pedrosa e João da Costa Pimenta. Segundo Marques Neto (1993), o censo interno da Liga Comunista revelou o pequeno tamanho do militância oposicionista no período em que a organização era ativa. Partindo de nove pessoas, o grupo teve um crescimento razoável, vindo a contar com aproximadamente cinquenta membros, no seu auge. Longe de visar se tornar uma organização de massas, a tarefa da LC era modificar os caminhos do PCB, e não rivalizar com ele.

A Liga Comunista, nos seus primeiros meses de existência, passou por uma série de desafios e se envolveu em diversas questões internas. Primeiramente, é preciso destacar a ausência de Mário Pedrosa do núcleo maior da organização, o de São Paulo. Apesar de estar na fundação do grupo na capital paulista, o militante foi enviado posteriormente de volta ao Rio de Janeiro, com a missão de organizar um núcleo oposicionista. Assim, a função de maior liderança e impulsionamento da Liga ficou nas mãos de Aristides Lobo, que foi eleito secretário-geral da organização. Segundo Marques Neto, Lobo possuía uma tendência a centralizar as tarefas organizativas em sua pessoa e a colocar em primeiro plano questões disciplinares, deixando

claras "semelhanças de método com o próprio PCB, aferrado também à prática de sobrepor questões organizativas e disciplinares aos problemas políticos" (1993, p. 175-176).

Apesar das dificuldades organizativas, a Liga Comunista foi capaz de levantar algumas bandeiras através de suas publicações e de sua atuação sindical, que contava com uma crescente influência na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (MARQUES NETO, 1993). As principais questões defendidas pelos oposicionistas foram a convocação de uma Assembleia Constituinte e a unidade sindical, abalada após os acontecimentos do Golpe de 1930 (LISBOA, 2014).

Os oposicionistas defendiam uma Constituinte com ampla participação popular, que fosse "a representação legítima e direta de todo o povo espoliado, onde não haja restrição de voto para ninguém, onde o soldado, o marinheiro, o camponês, o operário, o trabalhador estrangeiro e as mulheres possam votar" (A PALAVRA..., 1930, p. 1). Essa posição diferia tanto do PCB, que rejeitava a Constituinte com base no seu caráter de classe, quanto de setores da burguesia, que a defendiam como uma mera formalização de sua ordem já constituída através da violência. Diante dessa situação, abrir mão da participação naquele processo significava, para os oposicionistas, deixar a classe trabalhadora brasileira à mercê das ilusões da burguesia, que tentava dar um verniz democrático à sua dominação. Além das fortes críticas lançadas ao PCB por sua atitude perante a situação, a Liga Comunista lançou um projeto de teses para a Assembleia Constituinte.

O documento alertava sobre a possível ilusão de construir um governo proletário a partir de instrumentos burgueses como o Parlamento e a Assembleia Constituinte. A participação dos comunistas nesses espaços era justificada pela necessidade de

ocupá-los e convencer os setores do proletariado que, enganados, ainda colaboravam com a dominação burguesa. A crítica ao Estado burguês tinha um viés revolucionário, utilizando-se de citações de Lênin e Trotsky para reforçar a necessidade da destruição do poder da burguesia, localizado não somente nas instituições burocráticas, mas, principalmente, no poder econômico. Para os oposicionistas, a palavra-de-ordem da Constituinte deveria ser agitada paralelamente à construção do poder operário nos sovietes, tarefa que só poderia ser efetuada através da frente única entre as organizações proletárias.

Além da perspectiva da Constituinte, o movimento de 1930 trouxe alterações nas relações entre Estado e trabalhadores. Através de decretos e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o Governo Provisório de Vargas demonstrava um ineditismo acerca de políticas sociais, promulgando leis trabalhistas e a sindicalização oficial. Foi a marca de um governo que buscava alguma medida de conciliação de classes entre os trabalhadores e a burguesia. É importante ressaltar, concordando com Araújo (1998), que a iniciativa de incorporar a classe trabalhadora ao Estado brasileiro não foi uma via de mão única, em que as classes dominantes buscavam meramente cooptar o operariado urbano. O período de 1930-1932 foi marcado por uma intensa atividade grevista autônoma e independente, cujas reinvindicações foram parcialmente atendidas na legislação trabalhista e na sindicalização. Ademais, as lutas que se agudizaram no final da década de 1920 e início da década de 1930 têm precedentes num longo processo de mobilizações operárias e populares desde o início do século XX, simultâneas à própria aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Dada a tentativa de atrelamento dos sindicatos ao Estado, em

conjunto com uma forte repressão policial às lideranças sindicais, os oposicionistas defenderam a unidade mais ampla o possível dentro do movimento operário. Isso significava, na prática, a tentativa de unificar as principais correntes atuantes no meio sindical, propondo aos anarquistas o seu ingresso na Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), órgão recém fundado pelo PCB (LISBOA, 2014). A proposta também visava pôr fim ao isolamento que o partido sofria em decorrência de sua política de criar sindicatos "vermelhos" para rivalizar com os sindicatos oficiais, sem a presença de outras correntes e com uma orientação "vanguardista".

O início de 1933 trouxe uma nova situação que acendeu o alerta entre militantes de esquerda de todo o mundo: a vitória do Partido Nazista nas eleições e a ascensão de Adolf Hitler ao governo na Alemanha. O fato do fascismo ter assumido o poder em uma das maiores potências mundiais teria sido uma derrota para qual os comunistas alemães teriam contribuído, na medida em que, orientados pela política do "terceiro período" da IC, rejeitaram qualquer forma de aliança com os social-democratas no combate ao fascismo (CASTRO, 2002). O revés, combinado com a incapacidade da IC de realizar uma auto-crítica sobre o ocorrido, levou ao rompimento de Trotsky e da OIE com a organização, optando por construir uma via independente e, eventualmente, visando a formação de uma nova internacional (LISBOA, 2014).

Os acontecimentos na Alemanha tiveram reflexo no Brasil, onde aumentou o interesse dos comunistas na luta antifascista, até então hegemonizada pelos anarquistas e pelos socialistas italianos (CASTRO, 2002). No entanto, antes mesmo da ascensão nazista, o país já possuía sua própria organização de cunho fascista, a Ação

Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. A Liga Comunista cumpriu um papel, principalmente na cidade de São Paulo, de iniciativa na formação de uma frente única entre as esquerdas para o combate ao fascismo.

O resultado dessa política foi a fundação da Frente Única Antifascista (FUA) em junho de 1933, que contou com a presença de diversas organizações, de diferentes matizes dentro do espectro da esquerda, como tenentistas de esquerda, socialistas italianos e brasileiros, anarquistas e trotskistas (CASTRO, 2002). A FUA colocou os oposicionistas em posição de protagonismo na luta antifascista do período, o que se pode atribuir tanto à ausência do PCB na organização, quanto à atuação reduzida de anarquistas e socialistas.

Pouco tempo após a fundação da FUA, em meio à luta antifascista, a Liga Comunista passou por uma reorganização. Na sua II Conferência Nacional, em outubro de 1933, a organização deixa de se constituir como fração do PCB, assumindo a forma de partido independente. Essa mudança seguiu o movimento internacional da Oposição de Esquerda de rompimento definitivo com a IC e suas seções nacionais. O grupo passou a denominar-se Liga Comunista Internacionalista - Seção brasileira (LCI-b).

A fundação da LCI-b, marcou o início de um novo período na história do trotskismo no Brasil, no qual o abandono do objetivo de "corrigir" o rumo da política do PCB passou a dar um caráter diferente às organizações que rejeitavam as orientações da IC e suas seções nacionais. Assumindo a forma de partido, a designação "oposicionista" perdeu seu sentido e a LCI-b, aliando independência do PCB a uma política de diálogo com setores mais amplos da esquerda, fez crescer sua militância nos anos seguintes.

Desde o início, o objetivo dos oposicionistas foi de modificar o rumo da política do PCB, que consideravam o grande instrumento da classe trabalhadora no país. No entanto, mostrar aos seus militantes os erros de sua direção não foi tarefa fácil. A burocracia do PCB era a representante da Internacional Comunista e organização irmã do PC da União Soviética, o grande farol da classe trabalhadora do mundo inteiro. A estratégia traçada pelo PCB para combater os dissidentes tampouco facilitou o seu trabalho, lançando mão de diversos impropérios e desqualificações.

Apesar das dificuldades e do número extremamente reduzido de homens e mulheres ativos na militância oposicionista, seus agrupamentos foram capazes de reunir em seus quadros importantes intelectuais e lideranças sindicais da época, como foram Mário Pedrosa, Rodolfo Coutinho, João da Costa Pimenta e Plínio Melo. Esses militantes foram responsáveis por críticas contundentes à condução interna e externa do PCB, além de uma interpretação original e contrastante com a oficial do partido sobre a realidade brasileira. A tudo isso soma-se uma real crença não só na possibilidade, como na necessidade da revolução proletária e no papel fundamental que o Partido Comunista cumpriria nela.

Apenas a mudança brusca de conjuntura, juntamente com a repetida rejeição do partido às suas demandas fez com que os oposicionistas abandonassem o trabalho de "corrigir" o PCB. Se num plano internacional, Trotsky e seus correligionários não acreditavam mais na capacidade da Internacional Comunista de liderar a luta revolucionária pelo mundo, no Brasil não foi diferente, com o processo de transformação da Liga Comunista em partido político. A organização se voltou então à construção de uma nova Internacional e

ao trabalho de conquistar mais militantes para o trotskismo.

Referências:

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). *Na contracorrente da História*: Documentos do trotskismo brasileiro (1930 – 1940). São Paulo: Sundermann, 2015.

ALEXANDER, Robert. *Trotskyism in Latin America.* Stanford: Hoover Institution Press, 1973.

ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento*: Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

BROUÉ, Pierre. *União Soviética*: Da revolução ao colapso. Porto Alegre: Universidade; UFRGS, 1996.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. "A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)". *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00354.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*: historiografia e história. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KAREPOVS, Dainis. "Trotsky n'A Luta de Classe". *Boletim Bibliográfico CEMAP*, n. 5, São Paulo, CEMAP, fev. 1985.

LISBOA, Roberto Borges. *Revolução e realidade social na imprensa*

trotskista brasileira dos anos 1930. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFSM, Santa Maria, 2014.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Fontes históricas:

A palavra de ordem da Constituinte. *A Luta de Classe*, n. 6, Rio de Janeiro, fev./mar. 1930, p. 1.

Caricatura de oposição. *A Classe Operária*, n. 92, 3 de jul. de 1930, p. 3.

Memorial ao 3º Congresso. *A Luta de Classe*, Rio de Janeiro, n. 3, jul. 1930, p. 1.

Os trotskistas brasileiros e os debates sobre a IV Internacional em 1933[1]

Carlos Prado[2]

O *crash* econômico de 1929 promoveu uma gigantesca crise social e política na Alemanha que, diante da paralisia dos comunistas, acabou se tornando o cenário da ascensão nazifascista. O Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores apareceu na cena política no final de 1923 quando realizou o "*Putsch* de Munique". O golpe contra o governo Bávaro fracassou e Hitler foi para prisão. Mas quando foi libertado, retomou seu projeto político arregimentando militantes e conseguiu resultados eleitorais expressivos já no final da década de 1920.

Todavia, para a Internacional Comunista, sob comando de Stalin, o crescimento do partido de Hitler não era a maior ameaça. Orientados pela tese do Terceiro Período e do social-fascismo, os stalinistas apontavam que a social-democracia era o principal adversário, pois além de ser considerada irmã gêmea do fascismo ou sua ala moderada, os socialistas ainda tinham influência sobre o movimento operário. A burocracia stalinista, na direção da Internacional, argumentava que não seria possível barrar a crescente fascista sem antes derrotar os socialistas.

---

[1] Este artigo é uma adaptação de um subcapítulo do livro *História do trotskismo no Brasil (1928-1936),* lançado em 2022 pela editora Brazil Publishing.

[2] Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Atualmente é professor do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É integrante do Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas (Lepha) e atua na área de Teoria da História e historiografia marxista. É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: carlosprado1985@hotmail.com

Isto significou a recusa de qualquer aliança, mesmo que temporária, com o Partido Social Democrata da Alemanha (*Socialdemokratische Partei Deutschland* – SPD). Levando a cabo essa política, em 1931, o Partido Comunista da Alemanha (*Kommunistische Partei Deutschland* – KPD) participou, ao lado dos nazistas do plebiscito sobre *Landstag*, votando pela dissolução da assembleia representativa da Prússia que era majoritariamente social democrata.[3]

Entre 1930 e 1933, Trotsky acompanhou de perto os acontecimentos que abalavam a República de *Weimar* e publicou diversos artigos criticando a orientação sectária do KPD. Ele considerou que diante da ameaça nazista, a unidade na luta prática entre os comunistas e os socialistas era a orientação correta para barrar o avanço de Hitler.[4]

Não obstante, diante da política ultra esquerdista que não

---

[3] O VI Congresso da Internacional Comunista, ocorrido em 1928, estabeleceu a teoria do Terceiro Período. De acordo com a direção da Internacional, o Primeiro Período correspondeu ao pós-guerra, caracterizando-se pela fragilidade das economias capitalistas e ascensão do movimento operário em toda Europa. Esse momento se encerrou com a derrota da Revolução Alemã em 1923, quando se iniciou o Segundo Período, que foi marcado pela estabilização capitalista e pela adoção da frente única. Já o Terceiro Período, que começou em 1928, apontava para o amadurecimento das contradições do capital e para ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária. Nesse cenário, os comunistas deveriam adotar uma postura mais agressiva que foi intitulada, "Classe contra classe". Esta tática se caracterizou pela recusa de alianças ou colaborações com os socialistas. Estabeleceu-se a tática de "frente única pela base", ou seja, os PCs não aceitariam acordos com os líderes da social-democracia, mas apenas com os operários socialistas separados de suas organizações. A tese do social-fascismo foi aprovada em 1929, durante o X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Em linhas gerais, as teses do X Pleno apontaram que a social-democracia e o fascismo eram duas formas diversas do domínio burguês que se assemelhavam cada vez mais. Afirmou-se que, ao defender a ordem democrática e criticar o Estado Soviético, os socialistas se aproximavam do fascismo como garantidores do domínio capitalista.

[4] "O fascismo cairia verdadeiramente em pedações se o KPD fosse capaz de unir a classe operária, transformando-a em poderoso polo de atração de todas as massas

ofereceu resistência, o Partido Nazista ampliou suas bases sociais entre a pequena-burguesia e, em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado Chanceler Alemão, assumindo o posto de chefe de um governo de coalizão. A avalanche que enterrou o movimento operário alemão veio logo em seguida. Em 27 de fevereiro ocorreu o incêndio provocador do *Reichstag*, que serviu de pretexto para desencadear a repressão. No dia seguinte, milhares de militantes comunistas e socialistas foram detidos e encarcerados. O fechamento do KPD, em 6 de março, simbolizou o cataclisma do Partido Comunista mais poderoso da Europa.

Ainda em novembro de 1931, no artigo intitulado "A chave da situação internacional está na Alemanha", Trotsky (2011) apontou que a luta contra a ascensão do nazifascismo seria decisiva para o futuro do movimento revolucionário internacional. E de fato, o triunfo do partido de Hitler foi crucial não apenas para sacramentar a derrota do KPD, mas também para expor, uma vez mais, os equívocos do stalinismo. A queda dos comunistas alemães motivou Trotsky e os oposicionistas a revisarem a política pela regeneração dos Partidos Comunistas e da Internacional.

Consolidada a vitória de Hitler, Trotsky (1933c), em 14 de março de 1933, publicou um artigo intitulado "A tragédia do proletariado alemão", no qual destacou os inúmeros erros da direção stalinista e decretou a falência do KPD. Aos trabalhadores alemães se colocava a tarefa de construir um novo partido. Este era o resultado lógico da falência após a catástrofe. Mas destacou que ainda não era

---

oprimidas da população. Mas a política do KPD, desde as eleições de setembro, só tem feito agravar a sua inconsistência: frases declamatórias sobre o "social-fascismo", namoro com o chauvinismo, imitação do fascismo autêntico com o objetivo de fazer-lhe concorrência no mesmo mercado e essa aventura criminosa do "plebiscito vermelho". Tudo isso impede que o KPD se torne o guia do proletariado e do povo". (TROTSKY, 2011, p. 38-39).

o momento de se proclamar a derrocada da III Internacional, pois era preciso aguardar e ver qual seria a reação. Não houve reação. A burocracia stalinista insistiu em afirmar que a política traçada havia sido correta. Com efeito, em 15 de julho, em outro artigo, intitulado "É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional", Trotsky (1993a) defendeu a necessidade histórica de se preparar a fundação da IV Internacional.

O grau de degeneração burocrática havia avançado e penetrado nas estruturas partidárias dos Partidos Comunistas e da Internacional e tornava irreversível qualquer tentativa de reformá-los. Em 27 e 28 de agosto, em Paris, durante a I Conferência da Oposição Internacional de Esquerda (OIE), foi oficialmente proclamada a palavra de ordem pela construção da IV Internacional.

Ao longo de 1933, os oposicionistas discutiram se ainda era possível permanecer como fração ou se era o momento de construir partidos independentes e trabalhar pela fundação de uma nova Internacional. Estes debates alcançaram os trotskistas brasileiros que realizaram duas conferências nacionais neste período, nas quais a polêmica sobre a construção de novos partidos, a caracterização da União Soviética e a fundação de uma nova Internacional estiveram no centro das discussões.

O objetivo do presente artigo é apresentar como estes debates alcançaram os oposicionistas brasileiros. Durante este período, os membros da Liga Comunista[5], realizaram duas conferências nacionais, nas quais a polêmica sobre a construção de novos partidos,

[5] A Liga Comunista (LC) foi fundada em 21 de janeiro de 1931. Esta foi a segunda organização brasileira a se vincular à OIE e surgiu a partir da reunião de membros remanescentes do Grupo Comunista Lenine (GCL), que havia sido fundado em maio de 1930 e manteve suas atividades até novembro de 1930, publicando o jornal *A luta*

a caracterização da URSS e a fundação de uma nova Internacional estiveram no centro das discussões. Felizmente, boa parte dessa documentação foi preservada e o seu exame revela detalhes das discussões internas. O presente artigo está dividido em duas partes. Num primeiro momento, realiza-se uma caracterização das discussões a partir das atas da I Conferência Nacional da Liga Comunista, realizada em abril de 1933. Posteriormente, apresenta-se a discussão realizada na II Conferência Nacional (Extraordinária) da Liga, realizada em outubro de 1933.

A I Conferência Nacional da Liga Comunista

Os militantes da LC só conseguiram se reorganizarem após o fim da reação desencadeada pelo movimento constitucionalista de 1932. A necessidade de uma conferência já era discutida desde o período que antecedeu a onda repressiva e desestruturou as atividades da Liga. Julgavam que o grupo precisava se reunir para debater e avaliar as atividades da organização, a fim de extrair os ensinamentos para a retomada do trabalho. Programada inicialmente para abril de 1933, a I Conferência Nacional da LC aconteceu em São Paulo, de 6 a 10 de maio, ou seja, antes de Trotsky apontar a necessidade histórica de se construir novos Partidos Comunistas e uma nova Internacional.

A conferência da Oposição brasileira contou com 15 militantes e 1 simpatizante. Os membros presentes foram: Leônidas (Aristides Lobo); Camilo (Lívio Xavier); Miguel (Mário Pedrosa); Francisco

---

de classe e intervindo em sindicatos operários. Com o precoce fim da GCL, a LC foi a organização que deu continuidade às atividades dos trotskistas brasileiros. Ambas organizações contavam, com ex-membros do PCB que haviam rompido com a direção e se aproximaram das teses oposicionistas.

(Victor de Azevedo Pinheiro); Sérgio (Salvador Pintaúde); José (João Matheus); Djalma (Gofredo Rosini); John; Max; Luga; Klassenkampf; Paulo; Lopes; Ruivo; Neif. Os oito últimos não conseguimos identificar. (PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 1933, p. 1.).

Felizmente, a documentação produzida pela conferência foi preservada e se encontra disponível no Arquivo da Unesp CEDEM, para historiadores e outros pesquisadores que desejam investigar a questão. O corpo documental reúne não apenas o relatório final da conferência, mas também todas as atas das reuniões, registrando os comentários de todos os militantes, o que nos permite ter uma visão ampla sobre os debates e posicionamentos.

A conferência foi chefiada por Aristides Lobo, Secretário Geral da LC e contou com a seguinte ordem do dia: 1) Situação Internacional; 2) Questão Nacional; a) Questão agrária. 3) Oposição e Partido; 4) Questão Sindical; 5) Questão da URSS; 6) Imperialismo; 7) Tarefas práticas: a) jornal; b) campanha eleitoral; 8) Questões de organização: a) Relatório geral da atividade da LC. b) Estatutos; c) Eleição da CE.; d) Escolha do delegado a Conferência Internacional. (Ibidem).

A Conferência Nacional precedeu a Conferência Internacional da OIE que ocorreria em agosto de 1933. O grande debate que permeou diversos pontos tratados foi aquele sobre a repercussão da vitória de Hitler na Alemanha e a posição que os oposicionistas adotariam diante dessa nova traição da burocracia stalinista. No primeiro ponto, sobre a "situação internacional", a discussão partiu do texto "A chave da situação internacional está na Alemanha" de Trotsky (2011).

A questão central que permeava o debate era sobre a permanência do caráter de fração dos oposicionistas. A resolução formulada pela OIE apontou que os últimos acontecimentos mundiais, especialmente

a capitulação vergonhosa dos stalinistas diante de Hitler, "acentuaram o caráter organizatório independente de nossa fração". (PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 1933, p. 1.). Comparou-se o momento e a tática com a linha adotada pelos bolcheviques em 1912, quando romperam definitivamente com os mencheviques, mas não com a II Internacional. Naquele momento, foi preciso a lição do conflito mundial e a Revolução de Outubro para se colocar na ordem do dia a construção de uma nova Internacional. Assim, concluiu-se que "A nossa posição organizatória atual é idêntica a tomada em 1912 pelo Partido Bolchevique" (Ibidem).

Apesar de todos os equívocos políticos e do avanço da burocratização, apontou-se que ainda não havia chegado o momento de uma ruptura definitiva com a III Internacional.[6] A criação de um novo partido ou de uma nova internacional ainda não estava colocada. Todavia, se apresentava como necessário reforçar o caráter independente da Oposição. Permaneceria se apresentando como uma fração, mas com inteira autonomia política e organizatória:

> (...) se continuarmos como até aqui foi certo, com a nossa dependência do stalinismo, nós estaremos condenados a uma derrota que significará também a derrota da Revolução Proletária. (...) Depois da traição cometida pelo stalinismo na Alemanha, onde um partido de 6 milhões se apresentou como um cadáver, nós não temos outro remédio senão romper politicamente com os stalinistas. (Ibidem, p. 14).

Embora rejeitassem a criação de outro partido, optando por

[6] "Acontece que na Internacional Comunista a soma de ziguezagues à direita até hoje não foi suficiente para se considerar a Internacional como traidora do proletariado, e principalmente por que a existência da III Internacional está intimamente ligada a do Estado Proletário. Uma vez que reconheçamos que ainda existe na União Soviética a ditadura do proletariado, somos obrigados a reconhecer que ainda existe a III Internacional" (PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 1933, p. 13-14).

permanecer como fração, a ruptura com o stalinismo e a consequente ampliação da independência política e organizativa se apresentava na prática como a formação de um partido paralelo. Almejavam realizar uma política autônoma, mas ao mesmo tempo rejeitavam a alcunha de outro partido e também não desejavam perder o vínculo com a Internacional: "É preciso que internacionalmente tenhamos independência organizatória em todas as questões. Não rompemos inteiramente, nos constituindo em outro Partido. Continuamos a dizer-nos fração da III Internacional" (Ibidem, p. 14).

Essa primeira parte da discussão não suscitou discordâncias entre os militantes da Oposição brasileira. A polêmica se instalou no debate sobre o caráter da URSS. Por princípio, a luta pela formação de um partido paralelo ao Partido Comunista Russo, significava não reconhecer mais o Estado Operário e a Ditadura do Proletariado, pois a função de um partido é ser o instrumento político de uma classe para tomar o poder. Ao defender que a Oposição não conseguiria retornar ao Partido dominado pela burocracia e que era preciso construir um outro, apontava-se para a necessidade de uma nova revolução.

O primeiro a se pronunciar foi Aristides Lobo: ele não acreditava mais na possibilidade de se reformar ou regenerar o partido dominado por Stalin e defendeu a construção de outro: "nós podemos admitir teoricamente a fundação de um segundo partido na URSS, não para fazer uma segunda revolução, mas para fazer a reforma do Estado proletário" (Ibidem, p. 16). Todavia, seus companheiros consideraram esta posição inaceitável. Pinheiro afirmou que "a ideia de um segundo partido na URSS é prática e teoricamente colocar mal a questão" (Ibidem). "Neif" também se posicionou contra: "Na argumentação de Leônidas [Aristides Lobo], notei que houve um desvio monstruoso.

Teoricamente é impossível dois partidos do proletariado na URSS" (Ibidem, p. 17). Mesmo diante das críticas, Lobo manteve sua posição: "Se é uma questão de palavra, eu retiro a expressão de partido paralelo. Mas nesse caso também na URSS não se trata de partidos paralelos, por que o Partido Comunista Russo não existe mais" (Ibidem). Ao final da discussão a proposta de Lobo foi recusada.

A polêmica em torno da atitude da Oposição diante do Estado Soviético voltou à pauta no ponto cinco: "A URSS". A discussão tomou como base o artigo de Trotsky (1933d), "Sinal de alarme!", publicado em 3 de março de 1933. Neste texto-manifesto, o líder da OIE discutiu a situação econômica, política e social no interior da URSS, apontando os resultados insatisfatórios do Plano Quinquenal e o avanço da degeneração burocrática no Partido Comunista Russa e na III Internacional. Trotsky (1933d) afirmou que o perigo "termidoriano" se aprofundava e reivindicou o retorno da democracia operária e o reingresso da Oposição de Esquerda ao Partido Comunista Russo: As palavras de ordem exigiam: "Um regime partidário honesto!" e "Um congresso partidário honesto!".

Pinheiro abriu a discussão destacando que a análise de Trotsky era muito preocupante, pois evidenciava que a revolução e suas conquistas estavam em perigo: "chegamos a triste constatação de que a ditadura do proletariado está oscilando sobre os seus próprios alicerces" (PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 1933, p. 26.). Não obstante, ele apontou que as palavras de ordem levantadas não correspondiam ao processo de avanço termidoriano que estava em curso.[7] A urgência da situação impunha palavras de ordem mais enfáticas: "O camarada Trotsky dá o sinal de alarme, mas

[7] "Eu apenas tenho a impressão de que o camarada L.D.T. [Trotsky] procura atenuar

acho eu que não aconselha uma tática de acordo com os perigos que ele aponta" (Ibidem).

Por sua vez, Aristides Lobo afirmou que já não era mais possível acreditar na via reformista, uma vez que os princípios da democracia proletária estavam aniquilados nas fileiras do Partido Comunista Russo e da III Internacional. Destacou então que as palavras de ordem levantadas pela OIE nos seus dez anos de existência já não eram adequadas. Acrescentou que "é idealismo hoje esperar que uma reação da base do Partido possa derrubar a burocracia stalinista. Hoje, lutar pela democracia interna no Partido não é mais tática" (Ibidem, p. 27). Lobo questionou a manutenção de palavras de ordem reformistas e apontou que era preciso abandonar a via passiva e lançar uma tática mais agressiva e violenta: "Só podemos consegui-lo pela força. Não existe contradição entre o reconhecimento de um Estado proletário e a insurreição armada" (Ibidem).

Para Lobo, a estrutura burocrática e hierarquizada que dominava o Partido Comunista Russo impossibilitava qualquer ação reformista. Os oposicionistas não venceriam por meio de um congresso. Era preciso assumir uma nova tática e organizar a base nas fábricas: "o proletariado não pode derrotar a burocracia com o Partido, tem de derrotá-la como classe e na situação em que está a Rússia, só tem um meio: a greve geral" (Ibidem). Concluiu que a luta deveria ser travada junto aos trabalhadores e, para tanto, a Oposição deveria atuar como partido: "Naturalmente, se se vai preparar uma greve dentro da URSS,

---

um pouco, com as palavras de ordem que ele lança no seu estudo, a situação política que se criou na União Soviética, quer dizer, ele não lança palavras de ordem em exata correspondência com o conteúdo da análise. Constituem repetição quase que direta de todas as palavras de ordem que a Oposição de Esquerda em lançando desde as primeiras crises (...)" (Ibidem, p. 26).

a Oposição de Esquerda vai agir como partido" (Ibidem).

Por fim, Mário Pedrosa se posicionou sobre o debate e apresentou uma interpretação que se aproximava daquela de Trotsky. Após uma longa explanação sobre a situação econômica da URSS, ele apontou que em 1928, as medidas realizadas pela burocracia stalinista em direção à industrialização e a luta contra os *kulaks* se deram devido a "pressão" da OIE. Destacou que: "Não se deve subestimar a função política da Oposição" (Ibidem, p. 29). E, apontou que os oposicionistas deveriam seguir uma tática passiva: "Devemos aguardar os acontecimentos com confiança" (Ibidem). Pedrosa não acreditava que o momento exigia uma ação imediata. Para ele, o Termidor só ocorreria diante de uma luta violenta e a classe operária se levantaria para defender a sua ditadura. Assim, concluiu: "Quando chegar o momento em que se verá o chamamento do processo termidoriano, isso há de provocar uma reação" (Ibidem).

Ao final da discussão, havia três propostas sobre a questão da URSS; a tática ofensiva de Lobo, a passiva de Pedrosa e a centrista de Pinheiro. Diante deste cenário, este último retomou a palavra e defendeu sua posição intermediária, apresentando-a como a mais prudente. Pinheiro argumentou que não descartava a greve geral, mas afirmou que não cabia aos oposicionistas brasileiros levantarem essa bandeira, pois somente o proletariado russo poderia medir as condições para tal medida.[8]

Outros membros tomaram a palavra e se posicionaram, mas

[8] "Já demonstrei aos camaradas que não está excluída do meu pensamento a necessidade de uma greve geral e mesmo de uma insurreição armada chefiada pela Oposição russa contra a burocracia stalinista. Mas, como frisei, esta questão de greve geral é uma coisa muito séria que depende da relação das forças em presença. Todos os marxistas sabem disso. Isso aqui já não é uma questão de política, mas de tática militar e insurrecional" (Ibidem).

não houve qualquer consenso. Lobo, insistiu em defender uma tática mais ofensiva e a reelaborou. Ele propôs que a Conferência Nacional da LC deveria resolver: a) considerar errônea a tese adotada pela pré-Conferência Internacional, segundo a qual a OE deveria continuar como fração e não como partido; b) que só a OE poderia convocar o VII Congresso da IC; c) aprovar que a OE deveria se declarar com funções de partido; d) aprovar a tese da palavra de ordem de greve geral pela derrocada da burocracia stalinista e pela ascensão da OE, com o camarada Trotsky a frente; e) aprovar a tese de que é preciso estender a agitação e a propaganda das ideias da Oposição no Exército Vermelho e na Armada Vermelha, para, caso necessário, diante de uma greve geral, seja apoiada pelas forças armadas. (Ibidem, p. 33-34).

Posta em votação, a proposta de Lobo foi rejeitada com os votos contrários de Pinheiro, Pintaúde, "Lopes" e "Max". O impasse persistiu. Pedrosa então apresentou nova proposta. Ele não manteve a postura passiva e propôs que a Conferência Nacional aprovasse uma resolução manifestando inquietação diante do gravíssimo cenário soviético que colocava em risco a manutenção da Ditadura do Proletariado. Afirmou então que:

> (...) já é tempo de serem levantadas mais concretamente, dentro dos quadros da OIE, todas as questões concernentes a posição e a atitude políticas que a marcha dos acontecimentos internos e externos possa impor à Oposição de Esquerda russa, avultando dentre essas as formas de luta e resistência à reação termidoriana ou bonapartista, como por exemplo, uma greve geral ou até a insurreição armada, tendo em vista a defesa do sistema soviético (Ibidem, p. 34).

Esta segunda proposta apresentada por Pedrosa foi aprovada. Os delegados consideraram que a tática defendida por Lobo era demasiado ofensiva. A resolução aprovada tinha um caráter menos

agudo, mas não deixou de afirmar a necessidade de rever a tática passiva e debater os meios para a defesa da URSS, inclusive, considerando a possibilidade da greve e da insurreição.

A polêmica entre fração ou partido voltou ao centro do debate no item sobre as Tarefas Práticas que discutiu a "Campanha eleitoral". "Ruivo" apresentou a questão. Ele destacou que a LC reivindicou e lutou pela Assembleia Constituinte, pois, mesmo diante das limitações da democracia burguesa, a classe trabalhadora tinha de se posicionar e buscar influenciar o processo. Assim, Aristides Lobo foi lançado como candidato à constituinte. Por seu turno, o Partido Comunista do Brasil (PCB) boicotou e denunciou a campanha eleitoral como uma manobra burguesa e se absteve de mobilizar os operários para a luta parlamentar.

Todavia, no momento decisivo, a direção do PCB abandonou sua tática de abstenção e requereu sua inscrição eleitoral que foi rejeitada. Diante da negativa, os candidatos comunistas foram lançados sob a bandeira da União Operária e Camponesa (UOC), uma espécie de partido paralelo. Com o aparecimento de candidatos do Partido, a Comissão Executiva (CE) da LC se reuniu e optou por retirar a candidatura de Lobo para apoiar o nome do PCB. Mesmo assim, os oposicionistas foram perseguidos pela direção comunista. Em reunião na União dos Operários em Fábricas de Tecidos: "os oradores da Liga foram violentamente impedidos de falar, foram postos na rua com os adjetivos mais fortes" (Ibidem).

Quando se abriu o debate sobre a questão eleitoral, "Lopes" considerou que a CE da Liga errou ao retirar a candidatura de Aristides Lobo: "A CE da Liga devia ter examinado com mais atenção este detalhe, porque Partido Comunista não é a União Operária e

Camponesa" (Ibidem). Ele argumentou que o PCB não se apresentou como partido, assim, a fração de esquerda tinham o dever de substituí-lo. "Neif" concordou com a posição de Lopes. Por sua vez, Lobo afirmou que o PCB não se manifestou oficialmente declarando seus candidatos. E concluiu: "Diante do silêncio do Partido, endossamos a União Operária e Camponesa como organização paralela" (Ibidem, p. 42).

Por sua vez, Pedrosa defendeu a retirada da candidatura e disse que era a atitude correta de acordo com as orientações da OIE de que a posição de fração é incompatível com a apresentação de candidatos próprios. Não obstante, afirmou que em futuras eleições, a LC deveria sim, apresentar candidatos independentes: "E nós devemos dizer que só apoiaremos candidatos que venham sob a legenda do Partido Comunista e apresentar candidatos se o Partido continuar se escondendo na União Operária Camponesa" (Ibidem, p. 43). Em acordo com Pedrosa, Pinheiro apresentou uma proposta aprovando a atitude tomada pela CE, mas acrescentou que em futura eleição, a LC deveria lançar um candidato próprio, "se o PCB não aparecesse como partido" (Ibidem).

Pintaúde, por outro lado, afirmou que essa proposta implicava que o caráter de fração impossibilitava a Liga de apresentar candidatos próprios concomitantemente aos da burocracia. E justificou: "Entendo que essa autolimitação abre a porta a sabotagem da burocracia do Partido e que a apresentação de candidatos próprios em face aos da burocracia não é afirmar-se como um segundo partido" (Ibidem). Corroborando esta concepção, Lobo propôs que a LC levasse até à Conferência Internacional a proposta para que os oposicionistas pudessem apresentar "candidatos próprios nas eleições" (Ibidem, p.

44). Mais uma vez, Lobo se posicionou no sentido de que a Oposição deveria se tornar mais independente e, novamente foi derrotado. Sua proposta foi recusada por cinco votos contra e duas abstenções.

Ao final da discussão a proposta aprovada determinou que "a Conferência Internacional não se ponha como posição de princípio a não apresentação de candidatos da Oposição diante do Partido" (Ibidem). No fundo, esta proposta tinha o mesmo sentido daquela apresentada por Lobo. A apresentação de candidatos oposicionistas deixava de ser uma questão de princípio, ou seja, determinada de antemão, para ser debatida: "As seções oposicionistas se inspirarão a respeito tendo em vista apenas as circunstâncias do momento" (Ibidem, p. 45). Essa proposta foi aceita por três votos a favor, dois contrários e duas abstenções.

A I Conferência Nacional da LC deu a chance aos oposicionistas brasileiros discutirem os problemas que permeavam toda a organização da OIE. A questão em torno da independência da Liga e do rompimento com a burocracia stalinista era demasiado complexo e abarcava uma série de princípios e considerações sobre a URSS e a sua caracterização. Este debate colocou as duas principais lideranças da LC em campos opostos. Enquanto Aristides Lobo defendeu uma ruptura imediata com o Partido Comunista Russo e com a III Internacional, Pedrosa adotou uma orientação mais cautelosa. Diante do conflito, as resoluções apontaram soluções intermediárias, mas que mesmo sem abandonar a posição fracionista reforçaram a independência da LC.

A II Conferência Nacional (Extraordinária) da Liga Comunista

Em julho, dois meses após a realização da conferência, o debate sobre a construção da IV Internacional voltou ao centro da discussão. A LC recebeu uma carta para discussão interna assinada pelo Secretariado Internacional (SI) da OIE. O documento destacou que o movimento operário internacional havia chegado num ponto crucial e era o momento da OIE rever sua orientação: "A nossa situação de "fração" excluída da III Internacional não pode se prolongar eternamente" (SECRETARIADO INTERNACIONAL DA OPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ESQUERDA, 1933, p. 1).

Seis meses após a ascensão de Hitler na Alemanha e o posterior aniquilamento das organizações operárias, o SI encaminhou esse documento às seções nacionais apontando que o caminho que se colocava era o de completo rompimento com a burocracia stalinista: "Estamos prontos a colaborar como camaradas e mesmo a nos unir com todas as organizações e grupos que queiram realmente construir uma Internacional sobre as bases de Marx e Lenin" (Ibidem).

Em 1º de outubro a LC se reuniu em São Paulo para a Segunda Conferência Nacional (Extraordinária). A ata registrou a presença de onze membros: Gustavo (Aristides Lobo), Juliano (Mario Pedrosa), José (João Matheus), Novela (Lívio Xavier), Abaeté (José Neves), Andrade (Febus Gikovate), Eloy (Hilcar Leite), Waldo (Fúlvio Abramo), Leão, Korvinus, Frederico e Red.

A ordem do dia foi assim estabelecida: 1) Expediente; 2) Nova Internacional; 3) Questão da URSS; 4) Os onze pontos adotados pela pré-conferência Internacional; 5) Mudança de nome da organização; 6) Vários. O debate sobre a IV Internacional e a caracterização da URSS eram os problemas centrais. (SEGUNDA CONFERÊNCIA DA

LIGA COMUNISTA (Extraordinária), 1933, p. 1.).

Na discussão sobre a construção da IV Internacional, vários militantes apresentaram pontos de vistas divergentes e não houve consenso. Formou-se então uma comissão de resolução com três membros, sendo dois da maioria e um da minoria. Os eleitos foram Aristides Lobo, João Matheus e Korvinus. A comissão redigiu duas resoluções, a primeira apresentando a posição da maioria e outra com a posição da minoria.

A resolução da maioria, encabeçada por Lobo, defendeu a necessidade de um rompimento imediato com a III Internacional burocratizada. Sinalizou pelo fim da tática reformista que vinha sendo trilhada pela Oposição desde o seu aparecimento em 1923. Destacou que era preciso preparar novos quadros e novos partidos revolucionários e que esta tarefa se realizaria em escala mundial. Não obstante, os oposicionistas brasileiros pregaram cautela. Reconheceram que a tarefa que se propunham realizar não poderia se efetivar por meio de um decreto. Por fim, concluíram: A IV Internacional "exige antes uma preparação sistematizada e tenaz, até que possa tornar-se uma realidade concreta" (Ibidem, p. 11).

Por sua vez, a resolução da minoria, concordava que era preciso um rompimento imediato com a burocracia stalinista, o que implicava na tarefa de fundar novos partidos e da OIE se transformar na nova direção centralizada do proletariado internacional. A divergência tinha sua origem na situação da URSS e era apenas em relação a nomenclatura: "A questão do nome que deverá ter a OIE, nesta nova etapa depende da situação na URSS: Se o Estado proletários se regenerar, seremos a III Internacional; se, pelo contrário, a URSS deixar de ser um Estado proletário, seremos a IV Internacional" (ibidem). Essa tática,

argumentaram, visava impedir que fieis à III Internacional, enquanto o Estado proletário existisse, se separassem dos oposicionistas.

Aberta a votação, a resolução da maioria, que proclamava a necessidade de preparar a IV Internacional foi vitoriosa, com quatro votos contra um. Em seguida, passando ao próximo ponto, Aristides fez a leitura do artigo de Trotsky (1933b), intitulado "A natureza de Classe do Estado Soviético", que abordou a polêmica em torno da caracterização da URSS. Foi nesse período que Trotsky começou a traçar as linhas gerais sobre a posição política que a OIE deveria tomar diante do Estado Soviético. Abordagem esta que só apareceu de forma acabada nas páginas de *A Revolução traída*, publicada apenas em 1936. Mas nesta publicação, ele já apontou que a nova Internacional não estava em contradição com a existência do Estado Operário e afirmou que a sua constituição era necessária por ser o único meio de defesa da Revolução de Outubro.

No texto de 1933, Trotsky (1933b) afirmou que no campo político a ditadura do proletariado havia sido aniquilada. Mas as conquistas econômicas ainda justificavam a defesa da Revolução de Outubro: "Existe ainda atualmente uma estrutura econômica que justifica falar em Estado Operário. A estrutura econômica do Estado operário existe. A forma política da ditadura do proletariado é que não existe mais". O objetivo que se colocava para a Oposição era a de se aliar as massas operárias para derrubar a casta burocrática e reconstruir as bases democráticas desse Estado: "A tarefa do novo partido é organizar a vanguarda do proletariado. Isto quer dizer que a política de insurreição está implícita nas tarefas do novo partido e dentro das perspectivas gerais do desenvolvimento político interno" (Ibidem).

A discussão entre os membros da LC seguiu e houve um

consenso quanto a caracterização da URSS como Estado Operário, apesar dos desvios burocráticos. É importante destacar que nesse momento, ainda não havia surgido o conceito de "Estado Operário (burocraticamente) degenerado". A divergência surgiu apenas quando se tratou da tática para derrotar a burocracia stalinista e restabelecer a democracia operária. Mais uma vez, os delegados se dividiram e optaram por apresentar duas resoluções.

A primeira, resolução da maioria, defendeu que a transformação dos oposicionistas em um novo partido significava o fim do caminho da reforma pacífica, e que para a defesa das conquistas da Revolução de Outubro, "os oposicionistas devem recorrer a todos os meios políticos, inclusive aos meios insurrecionais" (SEGUNDA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA (Extraordinária), 1933, p. 17). Essa resolução, defendida por Lobo e outros, destacava que a via insurrecional estava no horizonte, mas não era apresentada como a única possibilidade para restaurar a ditadura proletária.

Já a segunda resolução, de forma mais radical, apontou que "A regeneração do Estado proletário só é possível por meio de uma insurreição de massas dirigida pela Oposição de Esquerda transformada em partido" (Ibidem). Aberta a votação, a primeira proposta foi vitoriosa com quatro votos contra um.

Por fim, o último ponto abordado na Conferência Extraordinária tratou da proposta de mudança de nome da organização. Lobo afirmou que junto com a papelada encaminhada pelo SI, veio um documento no qual o nome da Oposição constava como "Liga Comunista Internacionalista". Mas não havia qualquer orientação específica propondo esta alteração. Mesmo assim, o secretário afirmou que concordava com a mudança: "Como não somos mais fração, não

podemos continuar com nome de fração, mas precisamos um de Partido" (Ibidem, p. 18). E acrescentou: "o nome de Liga dos Comunistas tem uma tradição, pois foi o nome dado por Marx e Engels a primeira organização proletária marxista. Os camaradas do SI acrescentaram o adjetivo Internacionalista, que serve para nos separar bem dos stalinistas" (Ibidem). Para Lobo, o novo nome deixava explícito a posição contrária ao socialismo num só país e, portanto, achava que a mudança era positiva.

Não obstante, "Frederico" discordou da proposta e ainda se posicionou contrário a iniciativa do Secretariado. Acrescentou que se o SI encaminhasse uma resolução tratando da mudança de nome de forma explícita poderia tratar de discutir, mas de qualquer maneira, era preciso "protestar contra o fato de se tomarem decisões sem consultar" (Ibidem). A proposta de Frederico foi aceita por unanimidade. Não obstante, no jornal *A Luta de Classe*, nº 19, que foi publicado ainda em outubro de 1933, o nome da organização já aparece alterado, constando o adjetivo "internacionalista". Logo, podemos concluir que não foi alteração durante a Conferência Extraordinária, mas dias depois, o SI deve ter encaminhado uma proposta formal sugerindo a mudança e esta foi aceita.

Em outubro de 1933, a OIE e os oposicionistas brasileiros abandonavam a política fracionista e a perspectiva de reformar os PCs e a III Internacional. A partir de então, a Oposição brasileira deixou de ser fração de esquerda do PCB e se transformou em Partido independente. Transformada em Liga Comunista Internacionalista (LCI), a organização oposicionista ganhou autonomia e independência política e pôde se apresentar como nova direção da classe operária brasileira.

Referências:

PRADO, Carlos. *História do trotskismo no Brasil (1928-1936)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 6 a 10 mai. 1933, p. 1.

TROTSKY. "**A chave da situação mundial está na Alemanha".** In: TROTSY, Leon. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 29-48.

TROTSKY. *Es necesario construir partidos comunistas y una internacional nuevos*. En Biulleten Oppozitsii, Paris, n. 36-37, out. 1933a. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/ julio/15.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

TROTSKY. *La naturaleza de clase de estado soviético*. out. 1933b. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro3/T05V127.htm#_ftn1. Acesso em 20 set. 2021.

TROTSKY. *La tragédia del proletariado alemán*: los obreros alemanes se levantarán de nuevo. El stalinismo jamás! En Biulleten Oppozitsii, Paris, n. 34, mai. 1933c. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/marzo/14.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

TROTSKY. *Señal de alarma*. The militant, Paris, mar. 1933d. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol//trotsky/ceip/economicos/senaldealarma.htm Acesso em: 18 set. 2021.

SECRETARIADO INTERNACIONAL DA OPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ESQUERDA. *Discussão interna sobre a questão da IV Internacional*. 8 jul. 1933, p. 1.

SEGUNDA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA (Extraordinária). 1º out. 1933, p. 1.

O Partido Socialista Revolucionário e a alternativa trotskista ao PCB e à "União Nacional" (1945-1947)[1]

Henrique de Bem Lignani[2]

Em agosto de 1939, após um período de debates envolvendo o Partido Operário Leninista (POL) e o Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil (PCB), foi concretizada a unificação desses grupos, originando, assim, o Partido Socialista Revolucionário (PSR). O PSR estava inserido na tradição trotskista no Brasil, que vinha desde as primeiras manifestações da Oposição de Esquerda dentro do PCB, e representou o início da segunda geração daquele movimento no país[3]. Além disso, logo após sua fundação, também foi reconhecido como seção brasileira da IV Internacional.

O PSR existiu entre 1939 e o começo da década de 1950, porém

---

[1] Este artigo apresenta algumas das reflexões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado, defendida do PPGH-UFF e orientada pelo professor Paulo Cruz Terra. LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária*: construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948). 227 f. Dissertação (mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

[2] Mestre em História (PPGH-UFF); Professor I (Seduc – Prefeitura Municipal de Araruama). É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: hblignani@hotmail.com

[3] Os trabalhos que discutem a história do trotskismo no Brasil em geral compreendem o movimento como estando subdividido em diferentes gerações. A primeira geração inicia com o surgimento do movimento oposicionista no PCB, em 1928, e se prolonga até a cisão de 1940, liderada por Mario Pedrosa; compreende organizações como o Grupo Comunista Lenin, a Liga Comunista Internacionalista, o POL e o início do PSR. A segunda geração se estende desde 1940 até o final do PSR, no início dos anos 1950. O Partido Operário Revolucionário, fundado em 1952 e atravessado por uma série de crises nos anos 1960, representa a terceira geração. (KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organi-

a maior parte dos registros deixados pela sua atuação se concentram no período de 1945-48, ou seja, entre o momento final da ditadura varguista do Estado Novo e os primeiros anos daquilo que ficou conhecido como "período democrático". Isso se explica pois neste contexto da "redemocratização" de 1945-46 abriram-se possibilidades um pouco mais amplas para os trotskistas do PSR atuarem e divulgarem o seu programa, por exemplo, a partir da publicação com relativa regularidade de um periódico, *Orientação Socialista*, entre o fim de 1946 e o início de 1948.

Apesar do pequeno intervalo no qual se concentram as atividades políticas do PSR, é possível dizer que o partido constituiu uma importante página da história dos movimentos de esquerda no Brasil, atuando em oposição tanto aos governos e ao regime burguês, como também ao PCB, principal direção do movimento operário no período. Contrasta com isso o fato de ainda existirem poucos trabalhos dedicados a essa etapa do trotskismo no país[4]. Considerando isso, o presente artigo se volta para esse recorte temporal, tendo por objetivo estabelecer um resgate político e programático do trotskismo brasileiro naquele período de sua atuação. Nesse sentido, busco analisar algumas formulações do PSR e suas propostas para intervir na conjuntura em questão, inserindo-as em relação à realidade política no país, à estratégia desenvolvida pelo PCB no mesmo período e ao programa da IV Internacional.

---

zações políticas: 1930-1966. In RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. V. 5. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002).

[4] Cabe destacar entre os poucos trabalhos dedicados ao PSR o livro FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa política e ideologia*: Orientação Socialista: 1946-1948. São Paulo: Moraes, 1989.

As formulações programáticas do PSR no contexto da "redemocratização" de 1945-46

Ainda durante a primeira metade da década de 1940, começavam a ser sentidos no Brasil os primeiros elementos da redemocratização. De acordo com Carlos Sena Júnior, grandes manifestações de massa com caráter antifascista, bem como a divulgação do "Manifesto dos mineiros", expressando a oposição liberal ao Estado Novo, indicavam, em 1943, o início do processo de abertura política[5]. Naquele contexto, o isolamento político de Vargas, devido à adesão de parte de setores do governo à articulação de uma resolução política sem a sua presença, fez com que o ditador sinalizasse uma aproximação em relação aos trabalhadores, tendo em vista constituir uma base de apoio. Somando a tal conjuntura política interna o iminente fim da guerra, as eleições foram marcadas pelo governo para o fim do conflito.

Em meio a tais movimentações, merece destaque a atuação do PCB, principal partido de base operária no país e com crescente prestígio naquele contexto. Os comunistas, que já buscavam estabelecer uma aliança com Vargas sob o signo da "União Nacional", perceberam as movimentações do governo de forma favorável, procurando concretizar a aproximação e apresentar suas contrapartidas para o apoio a Vargas, por exemplo, a anistia aos presos políticos[6]. No segundo semestre de 1945, a partir do lançamento da campanha

---

[5] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia*: os comunistas brasileiros e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948. 463 f. Tese (doutorado em História)-Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007, p. 233.

[6] *Ibidem*, p. 241-243.

"queremista", a aproximação entre as partes se intensificou, ganhando os contornos de uma "cooperação prática entre as duas forças políticas para alcançar um objetivo comum", qual seja, uma "Constituinte com Getúlio"[7]. Segundo Weffort, essa movimentação política por parte do PCB se inseria na linha de colaboração de classes, marca da atuação das seções vinculadas à URSS durante aquele contexto, tendo levado os comunistas brasileiros a uma subordinação em relação aos interesses de Vargas[8].

De fato, desde 1935, quando se realizou o VII Congresso da Internacional Comunista, o stalinismo, do qual o PCB era a expressão nacional, passou a defender a formação de "Frentes Populares". Tratava-se de uma tática para enfrentar o fascismo, então já no poder na Itália e na Alemanha, a partir da formação de alianças com setores da burguesia considerados "progressistas" e supostamente "antifascistas". Tal política, que na prática levou os PC's stalinistas à conciliação de classes e até mesmo a governos em conjunto com a burguesia[9], teve sua versão nos países "semicoloniais" com a formação de alianças "anti-imperialistas" e "contra o latifúndio", junto à "burguesia nacional"[10]. Nesses casos, buscava-se também concretizar a "etapa democrático-burguesa" da revolução. Portanto, é esse o marco internacional da linha pecebista de "União Nacional", que se traduzia naquele momento em uma aliança com Vargas e, como podemos ver, não se tratava de uma

---

[7] WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, nº4, abr-jun/1973, p. 78.
[8] *Ibidem*, p. 78-79.
[9] Dois exemplos da participação do stalinismo em governos de conciliação de classes podem ser vistos nas experiências de Frente Popular na França e na Espanha, em 1936.
[10] BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tomo II. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 825-855.

política circunscrita ao Brasil.

Aprofundando a compreensão da posição assumida pelos comunistas brasileiros no contexto da redemocratização, Sena Júnior identifica que a "união nacional" com Vargas acabou por extrapolar o terreno tático, constituindo-se, então, no principal objetivo estratégico do partido. Isso ocorria na medida em que a "União Nacional" se associava à própria democracia e ao desenvolvimento industrial do país em bases capitalistas, sendo um requisito para a superação dos "resquícios feudais" no Brasil, ou seja, para a concretização da etapa de libertação nacional da revolução no país[11]. Dessa forma, segundo o autor:

> enquanto a União Nacional vinha sendo a tática privilegiada pelo PCB desde a derrota de 1935, ainda que com a defesa das mesmas tarefas da revolução no Brasil que seriam *democrático-burguesas* e de *libertação nacional*, a *democracia* devia ser o meio necessário para a consecução de tais objetivos estratégicos, sendo a *democracia burguesa* a etapa necessária e anterior ao advento do socialismo. Contudo, consoante o taticismo do movimento comunista do período, havia uma permanente tensão entre objetivos finais e imediatos, de maneira que não era incomum o aprisionamento do programa e da teoria na camisa de força das opções táticas de cada conjuntura ou, então, o abandono da perspectiva socialista, jogada agora para um futuro incerto, em função das alternativas infinitas que a "democracia" parecia proporcionar.[12]

A consideração do contexto imediatamente pré-redemocratização e dos primeiros anos após 1945, bem como a direção segundo a qual se dava a atuação política do PCB/stalinismo, são elementos fundamentais para a análise do programa formulado pelos

[11] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Op. Cit.*, 2007, p. 247.
[12] *Ibidem*, p. 247-248 (grifos do autor).

trotskistas naquele momento. Observa-se isso na medida em que, a partir da sua atuação no PSR, tal corrente desenvolveu sua intervenção política contrapondo-se justamente ao abandono da perspectiva socialista por parte dos pecebistas. Os trotskistas não se opunham apenas ao "taticismo", expresso no fato da tática de "União Nacional" e da defesa da "democracia" terem se convertido nos objetivos finais do PCB. A própria concepção de revolução que orientava essa tática, pautada no etapismo e na ideia de uma "revolução democrático-burguesa" para o Brasil, também era confrontada. Assim, com base na teoria da revolução permanente, desenvolvida por Trotsky, afirmava-se que, devido à impossibilidade do cumprimento de um papel revolucionário por parte da burguesia em países "semicoloniais", como o Brasil, as tarefas democrático-burguesas da revolução haveriam de ser realizadas pelo proletariado, no percurso de sua luta já pelo socialismo. Esse era, portanto, o fundamento de sua oposição ao PCB/stalinismo.

Um exemplo que apresenta os debates travados pelos trotskistas do PSR com a perspectiva pecebista pode ser visto no texto intitulado "O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário". O ponto fundamental do texto em questão era a crítica direta à linha defendida pelo stalinismo e exposta naquele momento por Luís Carlos Prestes em discursos proferidos em comícios públicos[13]. Tais críticas partiam do marco da aproximação entre o PCB/Prestes e Vargas, em torno da bandeira do "queremismo", ou seja, da permanência de Vargas

[13] Tratam-se dos discursos PRESTES, Luiz Carlos. União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso pronunciado no Estádio de São Januário, Rio de Janeiro, 23/05/1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm> e, sobretudo, PRESTES, Luiz Carlos. Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no Estádio do Pacaembu, São Paulo, 15/07/1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/15.htm>.

no poder após o fim do Estado Novo. Segundo o PSR, tal aliança era sustentada pela política "apaziguadora" assumida pelo stalinismo, diretamente vinculada à política da extinta IC, que, após a Segunda Guerra, afirmava ter-se entrado em uma etapa de "desenvolvimento pacífico"[14].

Os militantes do PSR denunciavam que a "União Nacional" apregoada pelos pecebistas apresentava, segundo as palavras do próprio Prestes, um chamado à "colaboração sincera (!) e leal (!) de todos os verdadeiros (!) patriotas, sem distinção de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos". Encontrando sua justificativa teórica no caráter "democrático burguês" daquela etapa da revolução brasileira, tal política escondia a colaboração dos stalinistas com a ditadura de Vargas, o abandono da luta de classes e a adesão a uma política de conciliação. O resultado era, inclusive, o abandono do caráter de classe do próprio partido, posto que buscava-se apresentar o PCB enquanto um "partido de todos"[15].

No que se refere às propostas apresentadas por Prestes, as críticas por parte dos trotskistas guardam igualmente um tom de denúncia. Afirmava-se que, em seu discurso, o líder do PCB não apresentava soluções para os problemas vitais da classe trabalhadora, como a carestia de vida, o pauperismo e as péssimas condições de trabalho, se limitando a afirmações genéricas. As críticas se restringiam ao setor latifundiário, poupando os elementos da "burguesia progressista" com os quais buscava o estabelecimento de aliança. Caracterizava-se,

---

Ambos acessados em 28/05/2019.

[14] COMITÊ Central do Partido Socialista Revolucionário (seção brasileira da IV Internacional). O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário. *Diário Carioca*, nº 5263, 12/08/1945. Referência: BR.SPAEL.HS.PSRr.11 (disponível no Arquivo Edgard Leuenroth).

[15] *Ibidem*.

assim, a política pecebista como nacional reformista[16].

Quanto à posição dos trotskistas, contrapondo-se ao PCB, o texto defendia a rejeição à noção de "desenvolvimento pacífico". Não haveria de se criar ilusões quanto a algumas posições assumidas por setores de "esquerda" em governos burgueses no pós-guerra, pois tratavam-se de manobras da burguesia para conter explosões revolucionárias. Nesse contexto, o programa de "paz social", na prática, contribuía exclusivamente para sufocar movimentos grevistas e insurrecionais por meio de acordos com o imperialismo[17].

A partir dessa perspectiva, o documento identificava o caráter das lutas a serem realizadas no Brasil no momento final do Estado Novo. Segundo o PSR,

> No Brasil, é hora de batalhas defensivas de retaguarda, contra a miséria crescente e pela democracia operária.
>
> No curso de escaramuças de classe pela reconquista e fortalecimento dos sindicatos, hora sob controle de uma burocracia corrupta a serviço do Ministério do Trabalho e da polícia; de arremetidas por aumento de salário mínimo, como base, e por uma escala móvel de salários; por melhores condições de trabalho, pela constituição e direito de existência legal dos Comitês de fábrica, fazendas e quartéis; pela organização e manutenção de seus partidos e jornais proletários, a classe operária readquirirá e ampliará a confiança em suas próprias forças, desenvolverá sua consciência de classe, delimitando, com rigor e precisão, seu próprio campo e o de seus inimigos.
>
> Esse plano de lutas parciais, posto em execução, rearticulará as forças operárias, unificará suas fileiras, forjará o exército do trabalho para as batalhas decisivas

[16] *Ibidem*.
[17] *Ibidem*.

da vanguarda, contra o capitalismo e pelo socialismo.[18]

Percebendo um contexto identificado pelos trotskistas como desfavorável, no qual estava colocada a defesa dos interesses mais imediatos do proletariado, a disputa eleitoral, convocada para dali a alguns meses, consistia em um terreno no qual deveriam ser travadas batalhas, como a luta pela conquista de amplas liberdades democráticas para a classe trabalhadora poder organizar-se de forma autônoma e com uma perspectiva revolucionária. Nesse sentido, a palavra de ordem agitada era a luta por eleições livres e por uma Assembleia Nacional Constituinte, "em que a voz do proletariado de vanguarda possa se fazer ouvir"[19]. Essa luta deveria ser travada, segundo os trotskistas, em frente única "com todas as forças democráticas e socialistas do campo pequeno-burguês, bem como, através de atos concretos, com a oposição liberal voltada agora contra o Estado Novo". Conforme entendiam, essa "frente única dinâmica de ação" não deveria restringir a autonomia e as críticas dos socialistas revolucionários aos seus aliados circunstanciais. Dessa forma, apresentava-se um programa como base para essa frente, no qual se elencavam as "aspirações mínimas e imediatas do proletariado e das massas trabalhadoras": derrubada do Estado Novo e convocação de Assembleia Constituinte; liberdade de associações operárias (partidos, sindicatos, imprensa, comitês); direito irrestrito de greve; elevação dos salários em 50%, escala móvel de salários; supressão do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e das polícias políticas; escala móvel de horas de trabalho, sem redução salarial; melhora de legislação trabalhista e extensão ao campo; melhora das pensões e aposentadorias; abolição de impostos

[18] *Ibidem*.
[19] *Ibidem*.

indiretos e confiscos de lucros extraordinários[20].

Pode-se perceber, portanto, no documento em questão, a partir da articulação de algumas demandas concretas, um esboço da política trotskista apresentada para se opor à "União Nacional" pecebista/stalinista. Destacavam-se, nesse sentido, além de algumas demandas econômicas, relativas ao nível de vida da classe trabalhadora, as palavras de ordem democráticas, cuja centralidade explica-se a partir da conjuntura existente naquele momento: o país ainda estava sob a ditadura do Estado Novo e, apesar da redemocratização já despontar no horizonte, ainda era incerta a forma que ela assumiria.

A política defendida pelos comunistas, alvo das críticas do PSR, não tinha suas consequências restritas a um terreno teórico. Ao contrário, na medida em que o PCB constituía a direção de grande parte dos movimentos da classe trabalhadora, naquele mesmo momento, a "União Nacional" também se manifestava em termos práticos, por exemplo, na linha de conciliação de classes assumida em sua intervenção no movimento sindical, traduzida no chamado para que os trabalhadores "apertassem os cintos". Em outras palavras, a linha do partido consistia em lutar contra a realização de greves, explicitando sua preocupação com a manutenção da "paz social". Isso pode ser percebido em documento de autoria do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organização intersindical promovida pelo PCB, no qual se afirmava:

> Conclamaremos a união para garantir, no muito que dela depende, a ordem e a tranquilidade da Pátria contra as manobras criminosas de seus inimigos externos e internos. Só a eles interessa explorar e acentuar os fatores de desunião, de desconfiança, de desordem, de debilitamento da própria soberania nacional. Por isso a

[20] *Ibidem*.

> classe operária quer e nós queremos a unidade. Esta é a nossa tarefa fundamental.[21]

A atuação do PCB/stalinismo a frente das direções sindicais, somando-se ainda ao forte peso exercido pela burocracia sindical diretamente vinculada ao Ministério do Trabalho e ao sindicalismo oficial, não impediu, porém, que uma enorme onda grevista fosse desencadeada nos anos de 1945 e 1946. Tais movimentos eram decorrentes, sobretudo, da grave situação vivida pela classe trabalhadora como resultado da política de "esforço de guerra", ou seja, da ênfase do governo na retórica nacionalista como forma de impor aos trabalhadores ("soldados da produção") a intensificação da exploração do trabalho. O resultado disso para a classe trabalhadora havia sido um brutal aumento do custo de vida, não acompanhado pelos salários[22], o que fez estourar o movimento grevista que teve seu pico em 1946, com a eclosão de 60 greves nos dois primeiros meses do ano[23].

Primeiramente, cabe destacar que tais movimentos foram realizados predominantemente à margem dos sindicatos, contando com outras formas de organização por local de trabalho[24]. O papel

---

[21] "Pela unidade dos trabalhadores". In: O Momento, 14/05/1945, *apud*, SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Op. Cit.*, 2007, p. 272.

[22] Conforme denunciavam os trotskistas, citando dados fornecidos pelo governo, entre 1935 e 1944, o preço de gêneros como feijão, arroz, ovo, carne, banana, agrião, alface e laranja havia tido uma elevação de 100 a 600%, enquanto o salário mínimo tinha sido reajustado em 31% (O PARTIDO Socialista Revolucionário Brasileiro – Quarta Internacional. Aos trabalhadores, 31/07/1944. Referência: BR.SPAEL. HS.03.04.PSRt.01).

[23] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 43; MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 82-83.

[24] Tal relação dos sindicatos com as greves de 1945-46 é afirmada, por exemplo, em MARANHÃO, Ricardo. *Op. Cit.*, 1979, cap. 2; e COSTA, Hélio da. *Em busca da*

dessas organizações, as comissões de fábrica, é ressaltado por Ricardo Maranhão, que em sua análise aponta para o caráter "espontâneo" dessas greves, decididas a partir das demandas específicas dos operários de cada setor[25]. Tal característica daqueles movimentos se explica na medida em que, como observado acima, a linha política predominante nas direções sindicais, sobretudo promovida pelo PCB, concebia não ser o momento propício para a realização de greves. Dessa forma, os movimentos dos trabalhadores despontavam à revelia da orientação de suas direções, o que impunha um problema aos comunistas: ao mesmo tempo em que buscavam aplicar a linha política do partido, caracterizada pela busca por "ordem e tranquilidade", sofriam pressões das bases de trabalhadores no interior dos sindicatos, consequentemente, atuando de forma ambígua diante das greves.

Esses eram os principais elementos que caracterizavam a situação vivenciada pelo movimento sindical no Brasil no momento final do Estado Novo e imediatamente após esse regime, em termos tanto da situação objetiva que impulsionava as greves, quanto do elemento subjetivo para o movimento político do proletariado, definido pelas suas direções. Era esse o contexto que se apresentava para o PSR, no qual o partido atuou buscando se aproximar da classe trabalhadora e constituir-se enquanto sua direção, para o que era necessário o diálogo e o embate com as demais forças políticas que atuavam no movimento operário.

Um primeiro aspecto a ser considerado quanto à diferenciação

---

memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo (1943-1953), 1993. 352 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História)-Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, cap. 1.

[25] MARANHÃO, Ricardo. *Op. Cit.*, 1979, p. 43.

política dos trotskistas em relação aos pecebistas consiste na posição que adotaram em decorrência da ascensão das lutas da classe trabalhadora. O periódico *Luta Proletária*[26] analisava aquela conjuntura do início de 1945, identificando que o proletariado começava a reagir a situação de carestia produzida pelo Estado Novo, o que se expressava em diversos movimentos reivindicativos, principalmente no estado de São Paulo. Diante da situação que se apresentava, os trotskistas se contrapunham ao que defendiam as direções do movimento operário, afirmando ser necessária a intensificação das greves. Assim, o PSR apresentava o seguinte chamado:

> Aos proletários conscientes cabe estender e aprofundar a ação reivindicatória que se manifesta cada vez em maior grau nas fábricas. É necessário que se constituam COMITÊS DE FRENTE ÚNICA em cada centro de trabalho, em torno de um programa em que, ao lado de reivindicações econômicas, figurem reivindicações políticas essenciais, como: liberdade e autonomia sindical, legalidade para os *comitês de fábrica*, liberdade para um jornal mural, legalidade para os grupos sindicais de empresa, amplo direito de discussão política, etc.[27]

Seis meses depois, a outra edição de *Luta Proletária* editada pelo PSR seguia abordando aqueles movimentos grevistas em São Paulo, apresentando um balanço parcial do que definia como "um movimento de amplas proporções, que esteve próximo a atingir o caráter de greve geral". Segundo a análise dos trotskistas, aqueles movimentos permitiam constatar, em primeiro lugar, a incapacidade

---

[26] Trata-se de uma efêmera publicação do PSR, anterior a *Orientação Socialista*, da qual foi possível localizar apenas duas edições, de janeiro e junho de 1945.

[27] GREVES proletárias rompem a tirania do Estado Novo. In: *Luta Proletária*, 01/1945 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp). (grifos do autor).

por parte do governo de impor todas as restrições legais à classe trabalhadora, como demonstrava o próprio fato de inúmeras greves terem sido deflagradas. Além disso, apesar da grande repressão imposta pelos anos de ditadura e da ausência de uma organização autônoma, os trabalhadores haviam obtido conquistas parciais com os movimentos, o que era indicativo de que sua disposição para a luta não fora aniquilada. Um último elemento observado consiste no surgimento espontâneo de lideranças no decorrer das lutas travadas, o que acontecia apesar da grande repressão, inclusive da prisão de trabalhadores[28].

Apesar dos aspectos positivos elencados, os trotskistas não deixavam de apontar o que consideravam ser elementos de debilidade daqueles movimentos. Primeiramente, a falta de unidade entre as diversas greves simultâneas, não havendo coordenação entre as diferentes categorias ou entre empresas do mesmo ramo, consistiu em um fator que enfraqueceu as lutas. Em segundo lugar, o fato de que as greves se limitaram ao terreno das reivindicações econômicas dos trabalhadores, deixando de lado um caráter político. Nesse sentido, o PSR apresentava um plano de reivindicações que, somadas as pautas específicas de cada categoria, teriam proporcionado um ganho qualitativo ao movimento, entre elas: "liberdade sindical, direito de greve, liberdade para os partidos operários, extinção do Tribunal de Segurança [Nacional]". Segundo entendiam, essas debilidades seriam consequência do peso ministerial sobre as organizações da classe trabalhadora, expressa na atuação burocrática dos sindicatos frente às greves[29].

---

[28] ALFREDO. O proletariado paulista em luta. In: *Luta Proletária*, 06/1945 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp).
[29] *Ibidem*.

A questão relativa ao papel das direções naquele movimento grevista, considerada fundamental para os trotskistas, aparece com ênfase em uma análise publicada *à posteriori*, em novembro de 1947. O texto constatava o fato de que o movimento emergiu por fora dos sindicatos, o que se explica na medida em que tais organizações eram ocupadas por representantes diretos do Ministério do Trabalho. Na medida em que os ministerialistas "refugiaram-se cada qual em seu canto quando a massa foi para a rua", o espaço à frente dos trabalhadores ficou aberto para ser ocupado pelos stalinistas do PCB, gozando do prestígio de Prestes, da vitória soviética sobre o fascismo, do retorno (momentâneo) à legalidade e da bandeira do "comunismo". Diante da situação, o PCB ocupou a maioria das direções sindicais, adotando, entretanto, uma política que consistia em fazer retrocederem os trabalhadores, com a lógica de que deviam "apertar os cintos"[30].

A atuação do PSR em tal cenário, marcado pela eclosão de um grande movimento, mas sem "uma direção à altura", se caracterizou, portanto, pela tentativa de preencher essa posição. Nesse sentido, o partido apresentava suas propostas para aqueles movimentos: "para as próximas lutas, devemos apresentar nossos comitês de empresa e comitês de profissão, devemos ligar às reivindicações econômicas, as reivindicações políticas tão necessárias como o pão". Além disso, a luta contra as tentativas reformistas por parte das burocracias sindicais, que procuravam encaminhar as soluções das greves para a conciliação entre patrões e empregados deveria ser combatida. Finalmente, contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade, que naquele momento já ameaçava os ganhos salariais obtidos pelas greves, os trabalhadores

[30] EXIJAMOS eleições sindicais livres. In: *Orientação Socialista*, nº 19, 11/1947 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp).

deveriam se manter organizados "através de comitês de fábrica, através de nossos sindicatos, e por todos os meios possíveis"[31].

Com o exame apresentado pelo PSR acerca do ascenso grevista desencadeado a partir de 1945, identifica-se alguns aspectos da política defendida pelo partido para aquele cenário de intensificação das lutas da classe trabalhadora. Sem abandonar as organizações sindicais dirigidas pela burocracia ministerialista, é possível perceber nos textos em questão a ênfase conferida aos comitês por local de trabalho. Tratava-se de adaptar as formas de organização ao momento vivido pelo movimento operário, buscando formas mais eficazes de se inserir nas bases dos trabalhadores em luta. A maior organicidade propiciada pelos comitês poderia permitir aos trotskistas uma aproximação em relação às demandas dos trabalhadores, sobretudo devido ao entrave representado pelos sindicatos naquela conjuntura grevista.

Como já mencionado, alguns autores destacaram o fato de que as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores durante a onda de greves iniciada em 1945 ocorreram fundamentalmente de forma paralela às organizações oficiais. Segundo Maranhão, no decorrer daqueles movimentos grevistas, com suas formas de organização por local de trabalho, ficaria evidenciada a capacidade da classe trabalhadora de "organizar e dirigir sua 'espontaneidade'", demonstrando que haveria a possibilidade de canalização dessa capacidade por parte de um partido operário. Por outro lado, o PCB, partido que poderia desempenhar esse papel, não buscava assentar sua intervenção sindical sobre as formas de organização autônomas dos trabalhadores[32]. A proposta

[31] ALFREDO. O proletariado paulista em luta. In: *Luta Proletária*, 06/1945.

[32] MARANHÃO, Ricardo, *Op. Cit.*, p. 69. Como ressalta o autor, no final de 1946 os comunistas adotaram a diretriz de organizar comissões de fábrica, mas entendiam que tais órgãos deveriam reforçar os organismos sindicais (*Ibidem*, p. 70).

defendida pelos trotskistas, portanto, realçando a importância da organização do proletariado por meio de comitês de fábrica, não era algo distante da realidade naquele momento; ao contrário, se pautava na forma de articulação que os trabalhadores já vinham impulsionando autonomamente, buscando expandir e dirigir esse movimento.

Indo além, outro aspecto marcante da proposta apresentada pelo PSR para o momento em foco consistiu na unificação entre as pautas econômicas e políticas dos trabalhadores. As demandas relativas sobretudo aos salários e à carestia de vida, mais sentidas pelos trabalhadores, eram o principal eixo em torno do qual se organizavam aqueles movimentos. Nesse sentido, apoiando tais demandas, os militantes do PSR se aproximavam dos problemas mais imediatos do proletariado. Entretanto, conforme apontavam, esses problemas não poderiam ser resolvidos sem se vincularem a questões mais amplas. Naquele momento, estando ainda em vigor o Estado Novo, a luta contra a ditadura era entendida como fundamental, mesmo para possibilitar a organização de forma autônoma por parte da classe trabalhadora. Assim, entende-se a presença de reivindicações com caráter democrático nos textos divulgados pelos trotskistas para aquela conjuntura.

Já após o fim do Estado Novo, sob um ano de vigência do governo Dutra, novamente seriam realizadas eleições (estaduais e municipais) em 1947. Apesar de concretizada a redemocratização, naquele momento já começavam a se manifestar os sinais da Guerra Fria, com o acirramento das tensões entre EUA e URSS no plano internacional. Tal processo revelou-se importante para a conjuntura brasileira, uma vez que, demonstrando seu alinhamento aos EUA, o governo Dutra adotou medidas como a restrição ao direito de greve,

ainda em 1946, e a cassação do PCB, no ano seguinte[33].

Novamente, os trotskistas buscaram aproveitar o momento de discussões políticas para desenvolver sua atuação e apresentar seu programa, dessa vez por meio do seu próprio periódico, *Orientação Socialista*. Diante da conjuntura que evidenciava os limites da redemocratização, o PSR considerava que o problema fundamental colocado naquele momento para a classe trabalhadora brasileira ainda dizia respeito a luta pelas frágeis liberdades democráticas existentes, porém entendendo que tal aspecto era inseparável da luta pelo socialismo. A partir dessa relação estabelecida entre os dois pontos, reafirmava-se o que consideravam ser um aspecto central para a atuação de um partido marxista, qual seja, a subordinação das manobras táticas ou estratégicas ao objetivo final, o socialismo. A desconsideração desse princípio faria com que o partido substituísse os fins da sua luta pelos meios adotados, como a participação nas eleições ou a luta por reformas[34].

A aproximação da reação contra os direitos da classe trabalhadora, somando-se ao fato de que os setores politicamente mais avançados do proletariado apoiavam o PCB devido ao seu simbolismo, levou os trotskistas a avaliarem que aquele processo eleitoral assumia um nítido caráter de luta de classes. Assim, sem modificar a caracterização atribuída ao PCB, "de estreita ideologia, pequeno-

---

[33] PANDOLFI, Dulce. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. In: CPDOC/FGV. *Navegando na História*. Dossiê: E ele voltou… O segundo governo de Vargas: de 1951-1954. 2004. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em 05/01/2020.

[34] VOTO em branco para as presidências. Pelas "chapas populares" contra a investida da reação. O PCB ver-se-á forçado a assumir posição de vanguarda contra o neofascismo. A gravidade do momento não autoriza abstencionismo. O apoio crítico dos trotskistas aos candidatos da "linha justa". *Orientação Socialista*, nº 5, 05/01/1947, p. 1-2 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp).

burguesa, reformista, colaboracionista", o PSR se posicionava pelo voto nos candidatos stalinistas, que seria um voto em defesa da legalidade operária que lhes permitisse divulgar o seu próprio programa socialista. Também expressava o apoio ao voto em branco para as presidências, dado o caráter estritamente burguês de todas as candidaturas apresentadas[35].

O "voto crítico" dos trotskistas no PCB, na medida em que não representava uma adesão ao programa pecebista, era apresentado ao lado de um programa de reivindicações ao qual se intitulava "Plano de reivindicações transitórias", cujo conteúdo compreendia:

> 1º – Pela liberdade e autonomia sindicais irrestritas e pelo direito de greve em toda a sua plenitude.
>
> 2º – Pela extinção da polícia política e de todos os órgãos especializados na repressão do movimento operário.
>
> 3º – Direito, sem limitações, de organização, reunião e manifestação do pensamento oral e escrito.
>
> 4º – Pelo reconhecimento legal dos comitês de fábrica. […]
>
> 5º – Escala móvel de salários e escala móvel de horas de trabalho. […]
>
> 6º – Pela abolição do "segredo" comercial e instituição do controle operário da indústria.
>
> 7º – Pela expropriação dos bancos particulares e a passagem do sistema de crédito para as mãos do Estado.
>
> 8º – Expropriação pelo Estado, sem indenização e nem compra, das indústrias monopolizadas e dos "trusts" e monopólios imperialistas.
>
> 9º – Pela confiscação dos lucros obtidos com a guerra.

[35] *Ibidem*.

> 10º – Pela expropriação de todas as fortunas acumuladas, direta ou indiretamente, no exercício dos cargos públicos.
>
> 11º – Centralização, num instituto único de pensões e aposentadorias, de todos os institutos atualmente existentes e entrega de sua direção a comitês constituídos exclusivamente de delegados eleitos pelos próprios contribuintes.
>
> 12º – Taxação apenas dos ricos, através dos impostos diretos, e supressão de todos os impostos indiretos, que concorrem para encarecer os artigos de consumo do povo.
>
> 13º – Reforma radical do imposto de renda com taxas altamente progressivas sobre as grandes fortunas e abolição de qualquer tributo sobre os que vivem de salários e ordenados.
>
> 14º – Nacionalização da terra, e sua entrega aos que nela trabalham, com abolição de todas as formas de trabalho anacrônicas, como a meia, a terça e as várias modalidades de arrendamento.
>
> 15º – Reforma completa da lei eleitoral. […][36]

Um plano de reivindicações muito próximo a esse também foi apresentado meses depois, em outubro, no pleito municipal, para o qual o PSR apresentou o nome de Antonio D'Elia[37], sob legenda do Partido Socialista Brasileiro[38], para a Câmara Municipal paulistana. Para esse

---

[36] *Ibidem*.

[37] J ornalista, escritor e intelectual, membro da Corporação dos Funcionários Públicos Municipais de São Paulo, fundador e membro do conselho diretor da Associação dos Servidores Municipais e secretário geral do Club Municipal.

[38] Devido ao fato de o PSR não possuir registro eleitoral, os militantes trotskistas apresentaram seu candidato pela legenda do PSB, sob filiação democrática. Isso era feito sem que se deixasse de criticar este partido, como afirmava-se em *Orientação Socialista*: "apontando Antonio D'Elia ao voto dos trabalhadores não sanciona[mos] o programa reformista nem aprova[mos] a atividade política oportunista do PSB.

momento, além do plano, o PSR apresentou o que considerava serem as demandas mais sentidas pelas massas trabalhadoras:

> Alimentação – mercadinhos em todos os bairros proletários e populares, em que os gêneros de primeira necessidade sejam vendidos a preço de custo, e cujo abastecimento seja promovido pelas Prefeituras. Comitês mistos, democraticamente eleitos, de representantes sindicais, de donas de casas e técnicos das Municipalidades, administrarão esses postos de abastecimento.
>
> Habitação – Construção de conjuntos residenciais pelas Prefeituras dentro do Município, o mais aproximadamente possível dos centros fabris, sendo locadores as próprias Municipalidades, que não deverão visar lucros. Comitês de controle compostos de representantes dos sindicatos e de associações populares, democraticamente eleitos, manterão as relações necessárias com os poderes públicos.
>
> Transportes – Municipalidade total da CMTC, em São Paulo, bem como de todas as empresas estrangeiras ou nacionais, que explorem serviços de transportes urbanos e fontes de energia, neste e nos demais municípios. Redução substancial dos preços das passagens. Ampliação do número de veículos do transporte. Entrega da administração desses serviços públicos a comitês mistos de representantes do proletariado e camadas afins, eleitos pelas suas associações, e de representantes dos poderes públicos.[39]

Analisando o programa apresentado pelos trotskistas brasileiros por meio da sua participação nas duas eleições disputadas em 1947, um

---

[…] o crédito que concedemos ao PSB não vai além de um antifascismo pequeno--burguês hesitante e tímido" [ANTONIO D'Elia para a Câmara Municipal. *Orientação Socialista*, nº 18, 25/10/1947, p. 2 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp)].

[39] NOSSOS objetivos imediatos e transitórios. *Orientação Socialista*, nº 18, 25/10/1947, p. 2 (disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp).

primeiro aspecto a ser ressaltado é novamente a aproximação que se observa entre diferentes tipos de reivindicações. Ao lado de demandas democráticas, como liberdade e autonomia para as organizações operárias, o fim da repressão política e o reconhecimento dos comitês de fábrica, incorporavam-se as demandas econômicas, por exemplo, sob a palavra de ordem de "escala móvel de salários e horas de trabalho", e mesmo reivindicações pela expropriação de bancos e determinadas indústrias, confisco de lucros e abolição do segredo comercial, sob controle operário das indústrias. Portanto, percebe-se de forma nítida a mobilização articulada de palavras de ordem que apresentavam as tarefas socialistas para o proletariado brasileiro.

Por outro lado, também é possível perceber que o programa político trotskista no qual estavam impressas as tarefas socialistas da revolução não era propagandeado de forma abstrata. Pelo contrário, apresentavam-se simultaneamente soluções para os problemas mais imediatos da classe trabalhadora, como a carestia de vida. Tais propostas, ao mesmo tempo em que buscavam mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que se vinculavam à formação de comitês, por exemplo, para o controle de preços e dos serviços públicos, também consistiam em uma forma de aproximação do partido em relação ao cotidiano da classe. Dessa forma, após identificar em janeiro de 1947 que o PCB "ainda" representava o principal partido com influência na classe trabalhadora, os trotskistas procuravam formas de se aproximar desses sujeitos, discutindo saídas para suas questões mais concretas e vinculando-as ao seu programa de superação do capitalismo.

Conclusão – a atuação do PSR a luz do Programa de Transição

O sentido do programa político que o PSR elaborava e contrapunha à conciliação de classes promovida pelo PCB deve ser apreendido a partir da vinculação internacional daquele partido. Por isso, mencionarei brevemente alguns aspectos presentes no Programa de Transição, redigido por Trotsky e adotado como documento programático no momento de fundação da IV Internacional.

Um ponto fundamental do documento redigido por Trotsky consiste na superação da divisão entre um "programa mínimo", restrito a reformas no âmbito da sociedade capitalista, e um "programa máximo", efetivamente socialista, mas que ficaria adiado para um futuro indefinido. Para isso, o Programa de Transição afirmava a necessidade de se estabelecerem mediações entre as duas partes, ou seja, uma "ponte" entre as demandas atuais das massas, marcadas pelo seu atual nível de consciência, e a necessidade histórica da revolução socialista[40]. É nesse sentido, buscando tais mediações, que o documento apresenta as chamadas reivindicações transitórias. Não se tratava, portanto, de um conjunto de reivindicações a ser mecanicamente aplicado à realidade e levantado em qualquer contexto. Ao contrário, o documento consistia em um "programa para a ação"[41]. Dessa forma, as bandeiras de luta e palavras de ordem expressas em cada contexto deveriam traduziam em termos práticos a ideia central

[40]TROTSKY, Leon. *O programa de transição* [1938], [s.p.]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/index.htm>. Acesso em 04/06/2018.

[41] *Idem*. [s.d.] *apud* INTERNATIONAL Bolshevik Tendency. Introduction. In: TROTSKY, Leon. *The Transitional Program*: the death agony of capitalism and the tasks of the Fourth International. [s.l.]: Bolshevik Publications, 1998. Disponível em: <http://www.bolshevik.org/tp/>. Acesso em 22/05/2019.

da necessidade da revolução socialista. Cabia aos partidos vinculados à IV Internacional impulsionar a reivindicações que auxiliassem no objetivo de desenvolver uma política revolucionária e mobilizar os trabalhadores, alcançando seu nível de consciência e elevando-o.

Portanto, as formulações programáticas e a atuação política dos militantes trotskistas brasileiros devem ser entendidas segundo essa concepção. Conforme analisado neste trabalho, no período histórico situado entre 1945 e 1947, o PSR elaborou e defendeu um programa alternativo à "União Nacional" e à conciliação de classes expressa pelo PCB/stalinismo, o que pôde ser visto em sua intervenção nos debates políticos do país e em sua atuação nas lutas da classe trabalhadora. Com isso, o que os militantes trotskistas buscavam era identificar quais eram as necessidades mais urgentes da classe trabalhadora brasileira e apresentar um plano de ação concreto capaz de mobilizar a classe em torno dessas demandas; mas, além disso, um plano de ação que, no percurso da conquista de demandas parciais, indicasse a necessidade da revolução socialista para satisfazê-las plenamente.

A "Questão Russa" no jornal *Orientação Socialista* (1946-48)

Ícaro Rossignoli[1]

Introdução

Nos anos 1970 e 1980, o movimento trotskista brasileiro apareceu como comentário pontual dentro de narrativas com tema mais amplo sobre a esquerda brasileira e o movimento operário. Mas é apenas na virada dos anos 1980 para os 1990 que a história do trotskismo em nosso país passa a ganhar mais destaque em trabalhos historiográficos. Os anos 1990 e 2000 em diante viram um grande florescimento de trabalhos sobre a história do trotskismo no Brasil, de forma que hoje ele já se constitui como um subcampo da história das esquerdas e do movimento operário. Predomina nesses estudos o enfoque na primeira geração do movimento (a década de 1930). Tais trabalhos abordaram ampla variedade de temas dessa primeira década: a formação do movimento trotskista no Brasil (MARQUES NETO, 1993) sua defesa de uma Assembleia Constituinte (CASTRO, 1993 e 1995), sua atuação sindical (LISBOA, 2014; PRADO, 2019), sua participação na luta antifascista (CASTRO, 1999), seus debates com o stalinismo e suas cisões (ROSSIGNOLI, 2018), e seus esforços pela formação da Quarta Internacional (KAREPOVS, 2001; KAREPOVS e MARQUES NETO, 2002).

Há, portanto, um enorme desequilíbrio em relação ao número

[1] Professor da rede pública de ensino e mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. Contato: icarorossignoli@gmail.com

de estudos de outras fases do movimento, havendo somente alguns trabalhos pioneiros dedicados à segunda, terceira e quarta gerações, mas que foram pouco comentados ou complementados por investigações posteriores. A segunda geração do trotskismo brasileiro, de que aqui tratamos, recebeu atenção de apenas dois estudos historiográficos profissionais. Ainda nos anos 1980, foi escrita a dissertação de mestrado de Pedro Roberto Ferreira, e que daria origem ao livro *Imprensa política e ideologia* (FERREIRA, 1989), obra que analisa o Partido Socialista Revolucionário entre 1946-1948 focada no discurso do seu periódico, *Orientação Socialista*. Henrique de Bem Lignani, em sua dissertação de mestrado de 2020, estudou o Partido Operário Leninista (POL) e o PSR entre os anos 1937 e 1948, em seus aspectos organizativos, seus jornais e textos programáticos, e sua intervenção nos movimentos da classe trabalhadora. Trata-se, por isso, da pesquisa mais completa sobre a segunda geração do trotskismo brasileiro até o momento. Em ambos os estudos até agora feitos sobre o PSR, houve foco no plano nacional de sua atuação.

Esta comunicação consiste em alguns apontamentos iniciais sobre um dos temas internacionais que ocupavam os trotskistas do PSR, tema sobre o qual elaboraram e debateram no interior da esquerda brasileira e do movimento operário, a chamada "questão russa". É um primeiro passo para começar a sanar uma lacuna nos estudos sobre a segunda geração do movimento trotskista no Brasil.

O retorno dos trotskistas à imprensa

Após sua fundação em agosto de 1939, o PSR sofreu uma devassa policial e praticamente se desorganizou, passando por um

interlúdio no início dos anos 1940 (LIGNANI, 2020, p. 43-47). As fontes históricas sobreviventes do trotskismo brasileiro desse período são escassas. Somente em 1943 que se restabeleceu o contato com outras seções da Quarta Internacional, por meio do Socialist Workers Party (SWP) dos EUA (KAREPOVS e MARQUES NETO, 2002, p.144). Em 1945, o PSR produziu um novo jornal mimeografado, *Luta Proletária,* do qual há duas edições preservadas (sem número), datadas de janeiro e de junho desse ano.

Nesse mesmo ano de 1945, o PSR publicou na grande imprensa alguns artigos de opinião. O jornal de outro grupo da esquerda, *Vanguarda Socialista*, também publicou artigos do PSR enquanto este não tinha periódico regular, e manteve com o PSR um diálogo crítico. Mas é dos anos 1946 até 1948 que está preservada a maior quantidade de fontes referentes a publicações do PSR, no jornal impresso *Orientação Socialista*. O PSR também publicou uma variedade de obras traduzidas da Quarta Internacional na forma de boletins.

O partido teve atuação principal *"restrita a São Paulo, com alguma intervenção no Rio de Janeiro e no Paraná"* (KAREPOVS e MARQUES NETO, 2002, p. 147), e atuou mais solidamente no sindicato dos jornalistas, vidreiros e funcionários públicos municipais de São Paulo. Também participou de encontros sindicais mais amplos, como no Congresso dos Trabalhadores de São Paulo em 1946 (LIGNANI, 2020, p. 146-164). A produção de um jornal impresso indica uma melhoria nas condições de organização de um grupo político das classes subalternas no período.

Cenário internacional de "Guerra Fria" contra o Estado soviético

Os anos 1946-1948 são do início do chamado "período democrático" da história do Brasil republicano, que se estende do fim do Estado Novo até o golpe militar de 1964. O uso das aspas aqui não é acidental, visto que logo no início de tal período, no ano de 1947, Partido Comunista do Brasil (PCB) é colocado novamente na ilegalidade, após breve período de legalidade (SENA Jr., 2008, p. 408-413). Apesar desses elementos, porém, tal período não deixou de oferecer maior abertura para debates políticos. Parte do entulho ditatorial fora removido, outra parte repaginada, após o Estado Novo varguista, e as eleições de 2 de dezembro de 1945 sagraram vencedor o General Eurico Gaspar Dutra do como presidente.

Internacionalmente, tal período é marcado pelo início da "Guerra Fria", um longo período de hostilidade diplomática, corrida armamentista, ameaças e intervenções indiretas entre as duas potências (econômicas e militares) dos EUA e a URSS. Porém, tal postura beligerante era, senão unilateral, ao menos preponderante dos EUA contra a URSS, buscando com maior ou menor pressa, a eliminação da experiência soviética. Em relação com esse contexto geral é que se dão o recrudescimento do anticomunismo na América Latina e a tutela na reconstrução europeia por meio do "Plano Marshall", buscando criar um cordão antissoviético. Na Europa, há por um lado a tentativa de estabilização de regimes capitalistas e, de outro, a reconstrução comandada pela União Soviética na parte Oriental, que fora ocupada pelo Exército Vermelho após a derrota nazista. Nesta comunicação, nos deteremos sobre os temas relacionados à União Soviética, que era referido pelos trotskistas dos anos 1930 e 1940 como "questão russa".

A perspectiva stalinista do "desenvolvimento pacífico"

A crítica principal feita pelos trotskistas do PSR aos stalinistas do PCB se deu por conta da política de "união nacional", derivada de visão de "desenvolvimento pacífico". No pós-guerra, Stálin e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) defenderam que havia se encerrado o período da guerra e poderia iniciar um período de paz prolongada entre a URSS e os países capitalistas (SENA Jr., 2008, p. 82-96; 172-185). Tal política nada mais foi que uma continuidade da orientação durante a guerra, de colaboração com os países "Aliados" até mesmo no plano da luta de classes no interior dos países "amigos", que levara os comunistas a uma política de apoio a regimes como de Vargas e ao governo Roosevelt nos EUA, à figura do general De Gaulle na França, etc. Para os trotskistas, tal política levava a subordinar os interesses dos trabalhadores a tais representantes da burguesia, mesmo quando suas organizações eram perseguidas, como fora o caso com militantes do próprio PCB (LIGNANI, 2020, p.109-122).

Como sinal dessa orientação, em 21 de dezembro de 1946, o jornalista Elliott Roosevelt entrevistou Stalin no Kremlin. A primeira dentre as doze perguntas feitas foi:

> "Você acredita que é possível para uma democracia como a dos Estados Unidos conviver neste mundo de forma pacífica lado a lado com uma forma comunista de governo como a da União Soviética, e sem tentativas de qualquer uma das partes em interferir com os assuntos políticos internos da outra?"

Stálin respondeu:

> "Sim, é claro. Isso não é apenas possível. É também sábio e inteiramente dentro das possibilidades de concretização. Nos momentos mais enérgicos da guerra,

> as diferenças nas formas de governo não impediram as nossas duas nações de se unirem e exterminarem nossos adversários. É ainda mais possível continuar essa relação em tempos de paz." (STALIN, 1946).

Em outra ocasião, 9 de abril de 1947, o jornalista Harold Strasser entrevistou Stalin e perguntou se era possível que os sistemas dos EUA e da URSS, um *"com o Partido Comunista e sua economia planejada e propriedade coletiva socializada"* e o outro *"com seu mercado livre e com capitalismo privado regulado"*, pudessem *"existir juntos no mesmo mundo moderno, em harmonia um com o outro"*. Ao que Stalin respondeu de forma bem direta:

> "É claro que eles podem. A diferença entre eles não é importante para a questão da cooperação. Os sistemas da Alemanha e dos Estados Unidos são os mesmos, mas a guerra eclodiu entre eles. Os sistemas da URSS e dos EUA são diferentes, mas nós não travamos uma guerra entre nós, e a URSS não propõe algo assim. Se eles puderam cooperar durante a guerra, porque eles não podem fazê-lo hoje, sob a paz, dado o desejo por cooperação? Claro, se não houver vontade de cooperar, mesmo com o mesmo sistema econômico, eles podem se desentender, como foi o caso da Alemanha." (STALIN, 1947).

A expectativa de Stalin e dos stalinistas, que levara ao apoio a políticos e governos capitalistas "antifascistas", e que apostava numa possibilidade de paz prolongada com a potência capitalista dos EUA logo se mostrou infundada, e conforme as tensões aumentavam, a URSS desenvolveu armas atômicas como forma de defesa.

Num artigo intitulado *A bancarrota do 'desenvolvimento pacífico'*, publicado no número 6 de *Orientação Socialista* (5 de fevereiro de 1947), os trotskistas comentavam com ironia a ideia da "era de desenvolvimento pacífico" defendida pelo Kremlin. Denunciavam a situação calamitosa do proletariado, especialmente

nas colônias e afirmavam: *"as guerras não cessarão enquanto existir o capitalismo"*.

Para os trotskistas, o que dominava o cenário internacional era *"a luta contra o sistema de propriedade coletivizada estabelecido na Rússia em 1917"*. Houvera uma "breve trégua" durante a II Guerra Mundial. Mas, uma vez resolvida, *"a luta antissoviética retornara seu curso, com a ameaça de desembocar numa III Guerra, para destruir o sistema superior de produção da URSS"*.

Ao contrário da política emanada pelo Kremlin, os trotskistas apontavam que a paz só poderia ser alcançada com a derrota do capitalismo, em novas revoluções, que não bastava o armamento atômico para deter de forma prolongada o cerco contra o Estado soviético, argumentação reiterada em *Duelo de bomba atômica em punho* (*Orientação Socialista* n. 20, segunda quinzena de dezembro de 1947).

Orientação Socialista e a URSS: defesa do Estado operário e revolução política

Como notado, apesar de suas fortes críticas ao stalinismo e ao regime soviético, o Partido Socialista Revolucionário colocava-se pela defesa da URSS contra as ameaças da potência imperialista dos EUA e contra a restauração do capitalismo. Isso estava de acordo com a posição desenvolvida por Trotsky e pela Oposição de Esquerda Internacional. Conforme argumentou Perry Anderson (ANDERSON, 1983) essa posição passou por uma evolução. Até o início da década de 1930, os trotskistas consideravam possível a reforma do Estado e do partido dirigentes. Após 1933 (TROTSKY, 1933), mudaram

a sua caracterização de que havia "deformações burocráticas" e passaram a considerar a URSS um "Estado operário burocraticamente degenerado", governado por uma camada de funcionários de Estado privilegiados hostis aos interesses revolucionários, e que precisariam ser removidos do poder por uma "revolução política".

Tal posição foi depois reforçada em obras como *Revolução Traída* (TROTSKY, 2005 [1936]) e os importantes escritos reunidos posteriormente na coletânea *Em Defesa do Marxismo* (TROTSKY, 2011 [1937-1940]). A URSS chegara a tal degeneração por meio do isolamento da revolução em um só país, ainda por cima um país com forças produtivas atrasadas quando comparado com as potências capitalistas. Isso exigira um inchaço do Estado operário para lidar com a pressão externa e com a escassez interna, o que fortalecera a camada de funcionários de Estado. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, essa burocracia travara uma luta política contra os quadros e órgãos proletários do Partido Comunista e do Estado, e saíra vitoriosa. Essa própria burocracia engendrava interesses os mais diversos, inclusive aqueles que apontavam para a restauração do capitalismo. A burocracia governante, por seus interesses conservadores, frustrava a preparação da tão necessária revolução internacional para romper o isolamento do Estado operário.

A posição trotskista da fase "madura", portanto, tinha um caráter duplo, que poderia ser resumido nas seguintes ideias: (1) de *defesa incondicional do Estado operário* contra a restauração capitalista, que poderia partir tanto de fora como de dentro do Estado operário; (2) da necessidade de uma *revolução política*, que derrubasse a burocracia governante e restaurasse a democracia proletária, entendida como governo dos *sovietes*.

Os trotskistas e a Quarta Internacional se propunham a ser o partido dirigente dessa revolução política no Estado operário soviético, mas tinham também a compreensão de que os riscos de burocratização de um Estado operário só poderiam se resolver de forma definitiva com a vitória da revolução internacional. Conforme pudemos analisar em *Orientação Socialista* (n. 6, 3 de fevereiro de 1947), o PSR manteve essa orientação no período pós-guerra, diante das ameaças de um novo conflito mundial entre as duas superpotências:

> "A III Grande Guerra deve ser evitada. E só o poderá ser com a formação de uma vanguarda autenticamente revolucionária, guiada pelos princípios de Marx, Engels, Lenin e Trotsky. (...) E a luta contra a III Grande Guerra significa, agora, em primeiro plano, a luta pela defesa revolucionaria da URSS ameaçada, o que quer dizer, pela derrocada das burguesias 'nacionais' que preparam a nova chacina. A luta pela defesa do sistema social implantado na Rússia trará consigo a derrubada dos sicários do Kremlin, a restauração da democracia soviética, por um lado, e por outro a extinção do regime capitalista, que perdeu sua razão de existência através do ciclo de desenvolvimento do sistema de produção que ele mesmo engendrou".

Os trotskistas brasileiros buscavam esclarecer a diferença entre os tipos de revolução necessários na URSS e nos países capitalistas:

> "Não obstante o stalinismo, e contra o stalinismo, o Estado operário dos povos russos é uma realidade, hoje cheia de falhas mas que uma simples revolução 'política' – e não mais social e econômica como se exige nos Estados Capitalistas – resolverá essa crise de regime." (Rússia livresca, Orientação Socialista n. 3, 20 de novembro de 1946).

Uma curiosa anedota (*História de cachorros*) no número 20 de *Orientação Socialista* (segunda quinzena de dezembro, 1947) deixava claro também que os trotskistas do PSR não eram ingênuos com relação

a certas figuras e às várias pressões imperialistas contra a URSS; não as confundiam com o caráter *proletário* da revolução política que almejavam. A anedota relatava que um ex-funcionário soviético, Viktor Kravchenko (que fora comissário da indústria pesada) se refugiara nos EUA e lançara um livro intitulado "Escolhi a Liberdade", criticando a URSS do ponto de vista da democracia capitalista dos EUA.

O plenipotenciário soviético na ONU, Andrey Gromyko teria respondido a esses acontecimentos com o comentário de que *"Quando um cão não tem nada a fazer, lambe o próprio traseiro. Às vezes, isso atrai espectadores"*. Kravchenko, em resposta na imprensa estrangeira, teria dito que um cão pode fazer isso por prazer, mas que Gromyko era obrigado a executar a mesma ação para todos os membros do *politburo* do Partido, motivo pelo qual devia andar muito ocupado. *Orientação Socialista* não rejeita essa caracterização sobre o papel de Gromyko, mas incluía algo "não dito": *"Resta apenas acrescentar que nos escritórios de Wall Street, o senhor Kravchenko não deve estar menos atarefado"*.

O debate com o jornal *Vanguarda Socialista* sobre o caráter da URSS

Um dos principais elementos para a transição da primeira para a segunda geração do trotskismo no Brasil foi o rompimento de Mário Pedrosa com a Quarta Internacional. Pedrosa vivia em Nova Iorque em 1939, onde participava do Secretariado Internacional (SI) da organização. Ele se aliou a Max Shachtman na disputa que se desenvolveu no partido trotskista estadunidense e no SI da Internacional contra a política de "defesa incondicional da URSS na

guerra atual" (ABRAMO e KAREPOVS, 2015, p.153-171). Pedrosa participou da discussão escrevendo um documento assinado e também enviou uma carta a Trotsky, expondo sua posição e questionando a do revolucionário russo. Os partidários de Shachtman e Pedrosa eram contra a política de defesa da URSS após a assinatura do pacto de não-agressão com a Alemanha nazista em 23 de agosto de 1939. Pedrosa projetava, em seu artigo, um cenário no qual essas duas potências trabalhariam juntas na guerra para a destruição das democracias (In: ABRAMO e KAREPOVS, 2015, p.434-474). Isso se inseria no argumento defendido por Shachtman à época, de que URSS não seria mais um Estado operário, mas se havia convertido em um "coletivismo burocrático", um modo de produção alternativo ao capitalismo, mas que seria regressivo devido à sua abolição dos espaços de auto-organização dos trabalhadores.

Pedrosa rompeu com o movimento trotskista em 1940, junto com boa parte do SI da Quarta Internacional e 40% dos membros da seção estadunidense (MONTEIRO, 2016, p.120). Quando retornou ao Brasil, em 1945, após o fim do Estado Novo, ele se alinhou à chamada "Esquerda Democrática", que chamou voto no candidato Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-líder do movimento tenentista e que logo formaria o partido da direita liberal, UDN (União Democrática Nacional). Posteriormente, Pedrosa contribuiu para a fundação do PSB em 1947, e o jornal por ele editado, *Vanguarda Socialista,* passou a falar de dentro de tal partido (LOUREIRO, 1984). *Vanguarda Socialista* defendeu que a URSS se convertera em um "capitalismo de Estado" (LOUREIRO, 1985). Vários membros do movimento trotskista do fim dos anos 1930 acabaram adotando a mesma posição que Pedrosa e se afastaram do PSR. Os remanescentes do PSR mantiveram a posição

de defesa incondicional da URSS contra as potências imperialistas e a restauração capitalista. Podemos ver nas páginas de *Orientação Socialista* o desenrolar do debate entre essas duas correntes, no qual nos limitaremos aqui aos argumentos apresentados em duas edições do jornal.

No primeiro número de *Orientação Socialista* (20 de outubro de 1946), a coluna *Tribuna Livre*, aberta a pessoas de fora do PSR, apresentou o texto de Domingos Taveira, do *Vanguarda Socialista*, intitulado *Rússia, capitalismo e sindicalismo.* Tal artigo era uma resposta à visão do PSR previamente publicada nas páginas do periódico de Mário Pedrosa, antes que o PSR tivesse organizado seu próprio jornal. Não se tratava, portanto, do início desse debate.

Taveira apontou que apesar do czarismo, os sindicatos haviam desempenhado "ação extraordinária" na revolução russa, e que "eram livres", afirmação essa que é no mínimo questionável, mas que segundo ele contrastava com a situação desses órgãos naquele momento, no qual Stálin e seu grupo haviam se apoderado do partido, traído a revolução, restabelecido o capitalismo e o "controle fascista dos sindicatos". Para definir o conteúdo social da URSS, Taveira afirmava seguir a metodologia de Bukharin, que elencara três traços do capitalismo: propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e produção para o mercado. Com base nisso, o colunista afirmava que a Rússia, *"de 17 a 21 pertenceu aos sovietes"*, mas agora, segundo ele, a situação seria drasticamente diferente. Lembremos que o período "de 17 a 21" correspondeu ao da guerra civil russa e ao da política chamada de "comunismo de guerra", posteriormente abandonada.

Tomando cifras levantadas pelo próprio Stálin no livro *Em marcha para o socialismo*, Taveira apontou que os operários soviéticos

eram obrigados a adquirir no comércio privado *"cerca de 25% dos artigos de consumo provenientes da agricultura"*. Reclamava do fato de que um varredor lixeiro não podia ganhar o mesmo que um torneiro, segundo Stálin. Isso provaria, para o colunista, a instituição do salariado na URSS *"e de forma mais revoltante que nos países capitalistas"*. Havia também o comércio privado (mercado negro) e propriedade privada da terra, de forma que estariam completos os elementos para caracterizar a URSS como capitalista. Ainda por cima, contra tal estado de coisas, *"a ditadura não permite comícios, nem reuniões, nem demonstrações de espécie alguma. Os sindicatos estão controlados pelos esbirros da GPU"*.

A resposta dos trotskistas vinha impressa a seguir, de forma curta, intitulada de *Embora degenerado, um Estado operário.* O texto começava explicando o significado de "revolução política", como aquelas que ocorreram dirigidas por certas frações burguesas no século XIX, para reformar o aparelho de Estado, sem subverter as estruturas econômicas do capitalismo. O PSR afirmava que o mesmo valia para os trotskistas em relação à União Soviética, pois eram partidários de um Estado de tipo soviético (ou seja, dirigido pelos conselhos, *sovietes*) ou do tipo da Comuna (de Paris). Que, além disso, não tinham esperança de uma reforma espontânea na URSS, *"inteiramente dominada pela casta burocrática dirigida pelo chefão Stálin"*. Mas que apesar *"de uma camada dirigente privilegiada que se colocou acima da população, que governa por intermédio da metralhadora e do campo de concentração, que destruiu todo vestígio da democracia soviética",* ainda assim *"nenhuma mudança fundamental se exige para tanto, na base econômica do Estado Soviético, nas suas formas de propriedade"*.

O PSR mencionava uma análise da economia soviética realizada pelo partido trotskista dos EUA, sem expor tal análise, mas afirmava que da manutenção das bases econômicas criadas pela revolução russa de 1917 é que se deduzia o caráter de classe do Estado. Nesse texto não ficavam claras ou demonstradas quais seriam tais bases. Os trotskistas aumentavam o tom, ao afirmar sobre as diferenças entre revolução social e política, que:

> "Pequenos burgueses pedantes e livrescos, como os que deitam sabença nas colunas de 'Vanguarda Socialista', jamais compreenderão esta atitude. E já inventam teorias. E escondem o seu oportunismo orgânico com uma fraseologia pretensamente marxista que, se chegaram a decorar nas suas penosas elucubrações, jamais conseguiram assimilar. De fato, identificando sumariamente a Rússia a um país imperialista – e são risíveis os caminhos 'científicos' que percorrem para chegar a esta extraordinária verificação...".

Depois de explicar a visão trotskista, apontavam que *"Isso é marxismo legítimo e não contrafação de literatos em férias. Se os pequenos burgueses de 'Vanguarda Socialista' querem criar uma nova 'doutrina', façam-no, mas tenham a menos a honestidade de se confessarem egressos do campo do proletariado"*. Apesar do tom elevado, como se pode ver, há uma enorme fraqueza de argumentos nessa primeira resposta dos trotskistas ao agrupamento de Mário Pedrosa, pois não engajavam diretamente com as ideias levantadas por Taveira. Talvez isso se devesse ao pequeno espaço da resposta ou porque, segundo o PSR, tal comentário já estava escrito antes e fora aproveitado para o tema.

De toda forma, os trotskistas voltaram ao assunto no número 2 de *Orientação Socialista*, em um artigo dedicado à comemoração de 29 anos da insurreição de 7 de novembro de 1917. A sobrevivência da

Rússia se deveria às condições criadas pela revolução: nacionalização da terra, estatização da indústria e criação dos sovietes. Se não fosse por isso, *"a enormidade de erros criminosos e traições sem precedentes na história do proletariado pelo ditador do Kremlin e seus sequazes"* teriam reduzido a insurreição russa apenas *"a mais uma tentativa heroica dos explorados para se libertarem dos grilhões capitalistas, como foi a Comuna de Paris"*. Denunciavam o aumento da desigualdade na sociedade soviética, apontavam que a vitória do socialismo estava a cada dia mais remota, e que pairava sobre o Estado operário uma ameaça dupla: uma interna, a burocracia que se apoderava de novos privilégios, e outra externa, o imperialismo que se preparava contra a União Soviética *"através de nova chacina guerreira, uma tempestade de bombas atômicas"*.

O artigo criticava então os "pequenos burgueses cansados e desiludidos", cujos nervos não teriam suportado a enxurrada de crimes e hipocrisias stalinistas e que buscaram dar à União Soviética caracterizações novas. Uns equiparavam a URSS às grandes potências imperialistas, enquanto outros "oportunistas envergonhados" consideravam o regime russo "um capitalismo de Estado". Essa tese era criticada como uma *"soma aritmética das ideias de Bruno Erre [sic], James Burnham, Max Eastman e outros publicistas pequeno-burgueses que agora se encontram do campo da burguesia liberal"*, que teria como preocupação central desacreditar o bolchevismo, responsabilizando-o pela degeneração do primeiro Estado operário da história.

Os defensores dessa posição (*Vanguarda Socialista*) eram caracterizados como "a um só tempo, ignorantes e de má fé", pois não entenderiam da economia soviética e falsificavam o pensamento

de Lenin sobre os limites do que poderia se chamar de "capitalismo de Estado" na Rússia. A ideia de "capitalismo de Estado" confundia estatismo proletário (de transição ao socialismo) com o estatismo burguês, este último como o da Itália fascista, o *New Deal* de Roosevelt ou a Frente Popular francesa de Leon Blum. Entretanto, o PSR dizia que um "exame minucioso" da diferença entre os dois tipos de estatismo seria feito em outra oportunidade.

O PSR apontava que subsistiam na União Soviética, *"as principais conquistas da revolução proletária de 1917: nacionalização do solo, estatização da indústria, apesar de apresentarem fortes traços de deformação"*. A burocracia *"se vê obrigada a defender com métodos próprios as bases sociais da Revolução Russa"*. Daí derivava a necessidade de defesa da URSS, complementada pelo programa da revolução política que *"não precisará lançar mão de medidas revolucionárias em matéria de propriedade. As reformas na economia não implicariam em revolução social"*.

Nesse segundo artigo, o PSR articulou melhor os elementos centrais que seriam necessários para uma resposta efetiva aos argumentos de *Vanguarda Socialista*: a natureza econômico-social distinta da URSS e a diferença entre o estatismo de transição ao socialismo e o estatismo para manejar o sistema capitalista. Porém, como era reconhecido pelos próprios polemistas, tal resposta fora apenas esboçada em seus traços gerais. Seria necessária uma resposta mais aprofundada, conectando a economia com o regime e a história soviética, para demonstrar a validade ou superioridade da análise e programa trotskista.

A crítica do PSR ao quarto plano quinquenal

Apesar de suas críticas aos dirigentes políticos da URSS e à degeneração e cerceamento do regime, os trotskistas brasileiros do POL, no fim dos anos 1930 careciam de uma análise significativa sobre a economia dessa sociedade (ROSSIGNOLI, 2018, p. 44-45). Tal ausência e limitação da crítica trotskista seriam sanadas pelo PSR, pois desde o primeiro número de *Orientação Socialista* eles se dedicaram a fazer uma pormenorizada análise do quarto plano quinquenal (janeiro de 1946-dezembro de 1950), revelando mais atenção a essa questão do que seus predecessores.

Podemos verificar tais análises nos artigos *O quarto plano quinquenal e a crise na economia soviética* (*Orientação Socialista* n.1, 20 de outubro de 1946) e sua continuação na edição seguinte (5 de novembro de 1946). Tais artigos usavam como fonte primária as próprias cifras oficiais do regime soviético, publicadas no *Pravda*.

Entre as críticas trotskistas, está a insuficiência do quarto plano, apontando que na previsão para os cinco anos de reconstrução do pós-guerra, apenas na indústria carvoeira se pretendia superar a produção do período pré-guerra. A agricultura estaria em crise, levando a que *"o pão, principal alimento das massas, continuará não apenas raro, como caro"*. O plano era declarado "vago e equívoco", visto que tabelas que separavam a produção de bens por região, como as de produção de tecidos e calçados, revelavam discrepâncias numéricas com o total nacional.

Segundo os trotskistas, apesar das gigantescas perdas humanas e materiais da URSS na guerra, que hoje são estimadas em 26 milhões de mortos, outro fator não poderia ser desconsiderado na perceptível

queda na produtividade do trabalho: o crescimento desenfreado da burocracia em comparação com o proletariado:

> "O problema da força de trabalho da União Soviética tornou-se agudo tanto na indústria como na agricultura pelo declínio da produtividade do trabalho, e pelo grande número de feridos de guerra, civis e militares. E ainda mais agravado por outro fato que acaba de ser 'descoberto' pela imprensa oficial russa. É o seguinte: a vida econômica soviética está abalada pela expansão sem precedentes da burocracia durante a guerra. A burocracia não apenas aumentou grandemente seus privilégios e poder, como cresceu em número. Além de uma grande nova casta militar, o aparelho policial muito ampliado, principalmente a polícia secreta, ou GPU, cujas tropas especialmente treinadas (e mais privilegiadas) aumentaram seis vezes de 250.000 a aproximadamente 1.500.000. Ao lado desse aparelho de repressão hipertrofiado, há as hostes de 'administradores' e 'técnicos' nas organizações civis".

O partido aumentara seu número de membros de um para cinco milhões quando comparado ao período pré-guerra, mas diminuindo a proporção de operários com relação aos funcionários. Antes da guerra, possuía um funcionário para cada dez operários (*"e isso era considerado alto na época"*); depois da guerra, um funcionário para cada cinco operários. Isso levava a casos absurdos, como um relatado em sessão do *politburo* do PCUS, de uma fábrica de sabão que contava com seis operários e um corpo técnico-administrativo de quinze! Para os trotskistas, a soma de pagamentos de prêmios ilegais, banquetes luxuosos, a multiplicação de fraudes e casos de corrupção era uma das causas da crise, e não se resolveria com um novo expurgo do Kremlin, mas deveria partir da própria eliminação do poder parasitário da burocracia, chamada de uma horda de "perdulários e defraudadores".

Sem nos determos sobre o mérito de cada elemento da crítica

dos trotskistas nesse ponto, que escapa às possibilidades desta comunicação, é possível afirmar que o PSR buscou articular uma análise realista sobre as condições concretas de vida e da economia com o fator da burocratização do regime soviético.

Defesa das calúnias contra Trotsky: o caso do tribunal de Nuremberg

No fim da década de 1930, os trotskistas começaram a ser imputados com a chaga de colaboradores nazistas antissoviéticos e sabotadores pró-imperialistas. Tais alcunhas tiveram seu principal sustentáculo nos Processos de Moscou, uma série de três julgamentos realizados na URSS entre 1936 e 1938. Os réus, antigos líderes do partido bolchevique e altos funcionários da polícia secreta soviética, foram acusados de conspirar com as potências mundiais para assassinar Stalin e outros líderes soviéticos, desmembrar a União Soviética por meio de sabotagem e restaurar o capitalismo. Trotsky estaria, segundo essa narrativa orquestrada pela Justiça soviética, por trás da maioria dessas intenções, e em ligação direta com agentes nazistas e do Império japonês, o que justificava a verdadeira caçada da polícia política soviética contra ele, e que culminaria em seu assassinato no México em 21 de agosto de 1940.

Desde o fim dos anos 1930, os trotskistas haviam se envolvido em dezenas de campanhas contra tais calúnias, o que levara a inúmeras manifestações, petições de apoio e mesmo ao estabelecimento de uma comissão independente de inquérito nos Estados Unidos, presidida pelo filósofo John Dewey, que concluiria a falsidade das acusações após analisar milhares de documentos e testemunhos. (DEWEY, 1938).

Essa controvérsia de forma alguma foi encerrada por tais esforços, e a disputa de narrativas e calúnias prosseguiu. No número 4 de *Orientação Socialista*, o PSR apontava que os trotskistas eram chamados de agentes da Gestapo quando *"Stalin fazia caretas a Hitler"*, mas que depois do breve pacto entre o III Reich e o Kremlin (em 1939), os stalinistas passaram a acusar os trotskistas de agentes das democracias imperialistas, *"instrumentos do capital americano colonizador"*, o que demonstraria a inconsistência da acusação.

Após o fim da Segunda Guerra, a instituição do Tribunal de Nuremberg para julgamento dos crimes e criminosos de guerra nazistas ofereceu uma oportunidade para o esclarecimento da questão – uma oportunidade que seria deixada de lado. No artigo *Renegados e caluniadores*, de 5 de dezembro de 1946, o PSR apontava como o PCB retomava esse tipo de ataque contra o trotskismo, explicando que os stalinistas precisavam encontrar alguém para atacar, já que *"os burocratas empedernidos que dirigem o PCB já não têm inimigos de classe"* devido a sua política de colaboração de classes.

No Tribunal de Nuremberg, os arquivos nazistas estavam à disposição, e o próprio Rudolph Hess, *"apontado na burla macabra de Moscou como um dos principais negociadores com Trotsky"*, estava no banco dos réus, à disposição do representante soviético, Rudenko. Diante desse cenário:

> "Grandes figuras intelectuais da Inglaterra e dos Estados Unidos... e os partidos trotskistas inglês e holandês pediram ao presidente do Tribunal de Nuremberg, Sir Lawrence e ao procurador soviético Rudenko que interrogassem ou permitissem o interrogatório dos criminosos de guerra nazistas a respeito dos entendimentos que teriam mantido com Trotsky e os dirigentes bolcheviques fuzilados pela camarilha termidoriana de 1936 a 1938. Essa petição foi subscrita

> por centenas de militantes operários, líderes sindicais e intelectuais ingleses e americanos. Melhor ocasião não se poderia apresentar para Stalin, através de Rudenko, mostrar ao proletariado do mundo que os trotskistas haviam sido agentes de Hitler e de Hiroito, como o soba do Kremlin afirmava."

Porém, tal petição havia sido ignorada e os agentes nazistas jamais foram interrogados a esse respeito. Apontando que "quem cala consente", os trotskistas afirmavam que o silêncio de Rudenko demonstrava a falsidade das acusações, e que tanto a burocracia soviética quanto os imperialistas eram cúmplices em justificar o massacre da velha guarda bolchevique.

A crítica das ações soviéticas na Europa Oriental ocupada

Houve no interior do movimento trotskista um intenso debate sobre a natureza social das regiões ocupadas pela União Soviética na Europa Oriental seguindo a derrota das forças de ocupação nazistas na Segunda Guerra Mundial (NORDEN, 1993; MONTEIRO, 2016; GAIDO, 2020). Até o Segundo Congresso Mundial da Quarta Internacional, realizado em 1948 (dez anos após seu congresso de fundação), a posição oficial do trotskismo era de que tais países da chamada "zona para-choque" (*buffer zone*) seriam mantidos como Estados burgueses mesmo sendo ocupados pelo Exército Vermelho triunfante. De fato, tal visão estava embasada pelas intenções declaradas dos oficiais soviéticos da época. Porém, poucos anos depois tal perspectiva mudaria por completo, conforme os stalinistas expropriassem os remanescentes capitalistas, rompessem os governos de coalizão que lideravam, e transformassem esses Estados em "democracias populares", no que constituiria o chamado

bloco soviético. Esses acontecimentos haviam sido antecipados por seções minoritárias do movimento trotskista, como o partido inglês, o *Revolutionary Communist Party* (MONTEIRO, 2016, p. 173-179; NORDEN, 1993, p.14-16), que analisaram a situação usando o arcabouço teórico original do trotskismo. Explicações diversas dessa transformação levaram a embates e divergências no interior da Quarta Internacional, ainda que sobressaísse a caracterização de que se consolidaram Estados operários burocraticamente deformados (degenerados desde sua origem).

As visões publicadas pelo PSR entre 1946 e 1948 em *Orientação Socialista* contêm três elementos discursivos essenciais: (1) a denúncia de pilhagens e cobrança de reparações feitas pela URSS aos recursos e aos trabalhadores da zona ocupada; (2) a denúncia da sabotagem ou destruição de insurreições e revoluções proletárias que se seguiram à vitória do Exército Vermelho; e (3) a crítica à perspectiva de manutenção de "governos capitalistas de frente popular" nesses países, manifestados em gabinetes de coalizão entre os comunistas e uma ampla gama de partidos políticos de todo o espectro. Tal argumentação pode ser vista, por exemplo, no artigo *Perguntas e respostas – revolução e contrarrevolução*, publicado no número 12 de *Orientação* Socialista (5 de junho de 1947).

Devido ao pouco tempo restante, não poderemos elaborar mais profundamente sobre esse importante tema, mas não deixaremos de dizer que o PSR previa a possibilidade teórica de consolidação de novos Estados operários, pois citava a análise de Trotsky em 1939 (TROTSKY, 2011 [1939]) sobre a transformação econômica operada pelo regime soviético na parte ocupada da Polônia. De acordo com os trotskistas brasileiros, isso ocorrera:

> "Não porque o Kremlin pretendesse sovietizar o que quer que fosse, mas porque ele não poderia tolerar a existência de qualquer outra classe dirigente dentro de suas fileiras. Para garantir seu regime, o Kremlin se via forçado a expropriar os latifundiários e os capitalistas das regiões incorporadas, nacionalizando a terra e a indústria de forma a enquadrá-las no conjunto da economia da URSS."

Porém, como a ocupação soviética avançara até Berlim, o Kremlin temia as consequências tanto de convulsão social (revolucionária) interna, quanto a reação do "imperialismo ocidental", caso realizasse tal transformação "em metade da Europa". Em outra análise publicada no mesmo número 6 de *Orientação Socialista*, intitulada *Dominação burocrática da Rússia na Hungria,* os trotskistas apontavam que os stalinistas já se viam forçados a desmontar as tentativas de governos de coalizão e assumir diretamente o poder em alguns casos:

> "[Tendo] Ocupado militarmente países da Europa Central em consequência da derrota do nazismo, entregou-se a burocracia soviética, apoiada no Exército Vermelho, a uma política de saques, complementada por uma opressão sem precedentes contra o proletariado revolucionário, em colaboração com as burguesias nacionais, cujos sacrossantos diretos de propriedade foram mantidos intactos. Isso ocorreu particularmente na Hungria, na Romênia, na Áustria e na Iugoslávia. A perspectiva de uma nova guerra, porém, obriga agora a burocracia do Kremlin a apertar as cravelhas, forçando a passagem total do poder para as mãos de seus agentes nacionais, isto é, os renegados dirigentes dos Partidos 'comunistas'".

Como se pode ver, os trotskistas brasileiros seguiram de perto os eventos na Europa Oriental e apontavam as possibilidades de que se realizasse a transformação similar à que ocorrera na Polônia antes da invasão alemã em 1941. Porém, não encontramos até o momento fontes

que mostrem uma antecipação da parte do PSR à compreensão de que tais países se consolidariam como Estados operários burocraticamente deformados.

Referências:

ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (Orgs.). *Na contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940).* 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Sundermann, 2015.

ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-58.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira: 1928-1934: teoria e prática***.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

_____. As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34**.** In: *História social*, Campinas, vol. 1, n. 2, 1995, p. 55-88.

_____. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo: 1933-1935*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

DEWEY, John and Others. *Not Guilty. Report of the Commission on Inquiry into the Charges Made Against Leon Trotsky in the Moscow Trials*. New York and London: Harper & Brothers, 1938.

FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa política e ideologia - Orientação Socialista: 1946-*

1948. São Paulo: Moraes, 1989.

GAIDO, Daniel Fernando. "Los orígenes del Pablismo: La Cuarta Internacional en la posguerra y la escisión de 1953". In: GAIDO, Daniel; QUIROGA, Manuel e LUPARELLO, Velia, *Historia del Socialismo Internacional: Ensayos marxistas*, Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2020, p. 565 – 656.

KAREPOVS, Dainis. "Mario Pedrosa e a Quarta Internacional" (1938-1940)**.** In: MARQUES NETO, José Castilho (org.). *Mario Pedrosa e o Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 99-134.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. "Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930 – 1966)". In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partido e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 109 – 165.

LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária: Construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948).* Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

LISBOA, Roberto Borges de. *Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira nos anos 1930*. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Vanguarda Socialista (1945-1948): um episódio do ecletismo na história do marxismo brasileiro***.** Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. A questão russa: seu lugar nas reflexões de Vanguarda Socialista. *Trans/Form/Ação*. Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, v. 8, 1985, p. 28-38.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re) leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

NORDEN, Jan. *Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism.* Prometheus Research Series n. 4, Nova York, 1993.

PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ROSSIGNOLI, Ícaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro: argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SENA Jr., Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936-1948).*

Tese (Doutorado em História). Recife, UFPE, 2008.

STALIN, J.V. *Replies to Questions put by Mr. Elliot Roosevelt in an Interview*, 21 de dezembro de 1946. Disponível em: https://tinyurl.com/mrxs23bh. Acesso em 22/05/2021.

_____. *Coexistence, American-Soviet Cooperation, Atomic Energy and Europe*, 9 de abril de 1947. Disponível em: https://tinyurl.com/77htdmy3. Acesso em 22/05/2021.

TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State*, 1º de outubro de 1933. Disponível em: https://tinyurl.com/45feysjc. Acesso em 21/03/2018.

_____. *A Revolução Traída. O que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Ed. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

Trotskistas contra a Ditadura Militar: a história da Organização Comunista 1º de Maio (1970-1976)[1]

Tiago de Oliveira[2]

A Organização Comunista Primeiro de Maio resultou de uma breve experiência política circunscrita à cidade de São Paulo, trata-se do Movimento Estudantil Primeiro de Maio (ME1ºM). Criado entre abril e maio de Mil novecentos e sessenta e oito (1968) por estudantes da USP. Um aspecto interessante a ser destacado é o por que desse nome. O nome fazia referência à contra-manifestação na praça da Sé, quando manifestantes, estudantes e trabalhadores das oposições sindicais, interromperam a celebração do Primeiro de Maio organizado pelo Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), que contava inclusive com a participação do então governador de São Paulo Ademar de Barros (conf. RIDENTI, 2005, p. 180; FREDERICO, 1987, pp. 53-57).

Vale destacar que perto das outras forças políticas que atuavam naquele contexto, eles eram uma organização nova e isso trouxe algumas desvantagens. As outras organizações vinham de uma trajetória política anterior ao golpe civil-militar de 1964 , como o PCB, o PCdoB, a POLOP por exemplo. E ainda que fossem dissidências, aquelas organizações possuíam um capital político, digamos assim, uma área de influência, militantes e quadros organizativos com experiência política. Isso não estava colocado para o ME1ºM .

[1] O presente texto é um adaptação da minha comunicação. As alterações feitas foram mais de estilo, adequando o texto à sua forma escrita. Nessa oportunidade acrescentei as referências, o que não foi possível fazer plenamente na minha apresentação.

[2] Professor, doutor em História pelo PPGH/UFF. Contato: tiagooliveira@id.uff.br

Contavam, é certo, com alguns poucos integrantes que passaram pelo Partido Operário Revolucionário–Trotskista o POR. A maioria dos integrantes, no entanto, estavam começando suas atividades políticas. Nesse sentido, podemos destacar a participação nas instâncias do movimento estudantil da época, o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Naquela ocasião, para o 30º Congresso da UNE, por exemplo, que aconteceu em Ibiúna, interior de São Paulo, ME1º1M não conseguiu eleger nenhum representante da sua chapa para delegado – o congresso, como sabemos foi reprimido pela ditadura, com a prisão dos estudantes.

A Greve de Osasco, em junho de 1968, foi um acontecimento que repercutiu na perspectiva política da organização que sucedeu o ME1ºM, a Organização Comunista 1º de Maio, em 1970. Há evidências de que os integrantes do então ME1ºM participaram, não diretamente, mas de maneira muito próxima na greve. O então José Ibrahim, por exemplo, uma das principais lideranças da greve, logo após a repressão ao movimento é escondido na casa de um dos seus integrantes.

O Ato Institucional Nº 5, em dezembro, fecha o ano de1968. A situação de intensa repressão impõe limites para a atuação do grupo. Com a desarticulação do movimento estudantil, os espaços para a atuação política praticamente desaparecem. Parte dos integrantes do ME1ºM são presos, alguns partem para o exílio, e outros mergulham na clandestinidade. É nesse contexto que os poucos remanescentes do grupo, principalmente Luiz Araújo, estudante de filosofia, refletem sobre essa experiência e projetam novos passos organizativos. Ao mesmo tempo, ocorreu uma aproximação com uma outra vertente do trotskismo a partir da região sul do Brasil, trata-se da regional

do Rio Grande do Sul que foi expulsa do POR e que deu origem à Fração Bolchevique Trotskista, a FBT. Essa aproximação, no entanto, não avançou e foi encerrada em abril de 1970, principalmente em decorrência da repressão que se abateu sobre a FBT.

No início do ano de 1970 o ME1ºM contava com apenas quatro integrantes, dois com atuação no movimento estudantil e outros que eram estudantes e também bancários, e por isso também atuavam na oposição bancária.

É nesse cenário que foi criada a Organização Comunista Primeiro de Maio (OC1ºM). Em uma carta de maio de 1970 à um integrante exilado na França, Luiz Araújo afirmava:

> Tudo isso [a repressão à FBT] trouxe-nos o caos (…) Mas, ao mesmo tempo, tudo remediado, parece ter servido como um divisor de águas (…) Tomamos consciência da situação e de nossas responsabilidades. Fizemos uma discussão ordenada e produtiva (…) muita coisa começou a se esclarecer, definir. Temos de tirar o programa, mas construí-lo através de profundos estudos, preparação de discussões (…) e através de uma prática revolucionária – mas claramente deduzida, em função de objetivos definidos e sem ativismo caótico.[3]

Duas iniciativas demonstram essa perspectiva de re-organização política. Em junho de 1970 é criada a *Frente Estudantil Socialista*. E em novembro, como parte da retomada de contatos com trabalhadores bancários e operários – entre eles Roberto Espinoza, de Osasco – surgiu o primeiro número do *jornal Primeiro de Maio, do setor Operário*. Foi nessa publicação que apareceu pela primeira vez a denominação Organização Comunista Primeiro de Maio.

A história da OC1ºM, como também ocorreu com outras

[3] CARTA. Lino [Luiz Araújo] a Raul [Arkan Simaan], 30/05/1970, 6 pp. In: Acervo pessoal Arkan Simaan.

organizações e vertentes políticas, foi marcada pela periodização histórica do regime político da Ditadura Militar. É possível delimitar dois momentos no itinerário da organização.

O primeiro momento compreende os anos 1970 até 1974. São os anos difíceis para a atuação política, algumas iniciativas sinalizam para as tentativas de estruturação da organização, ao mesmo tempo em que revelam os grandes obstáculos para a continuidade da atividade política.

O jornal para o setor operário, por exemplo, não ultrapassou o primeiro número. Somente em 1972 eles conseguem organizar uma nova imprensa voltada para os trabalhadores, o jornal mimeografado *O Batente*, que também não passa da sua primeira edição. Batente só volta a ser publicado em 1974 , com edição mensal até 1976. O setor estudantil parece ter tido mais sorte. Mesmo assim, o jornalzinho Frente, assinado pela Frente Estudantil Socialista, teve uma periodicidade irregular no período. Entre 1970 e 1973 foram lançadas seis edições: duas em 1970, uma em 1971, duas em 1972, e uma em 1973.

As atividades políticas eram as mais discretas possíveis. Caracterizavam-se principalmente por grupos de estudos e alguns protestos de âmbito local à universidade, como contra o aumento no preço das refeições universitárias.

A perspectiva política que perpassa a organização nesse período é a da necessidade de reorganização do movimento de massas, a reconquista das organizações e entidades de estudantes e trabalhadores. No movimento estudantil, por exemplo, isso se traduzia na defesa das entidades livres e independentes. Livres e independentes das tentativas da ditadura e das universidades de oficializar as organizações e instâncias do movimento estudantil. Através da FES, a OC1ºM tentava

de maneira imediata, contra as outras vertentes políticas que também atuavam no movimento estudantil, como o PCB, politizar os centros acadêmicos, com a defesa da re-fundação do DCE e a re-fundação da UNE.

A análise sobre a situação política desse período, no entanto, não captava em sua totalidade a desfavorável correlação de forças. O significado da derrota da etapa política que se abriu com o golpe civil-militar de 1964 era atribuído aos erros das direções políticas do período pré-64. E posteriormente, as dissidências políticas com a perspectiva da Guerra Revolucionária, concretamente com as ações armadas, desviaram o processo de formação de uma nova direção política que, segundo entendiam, já se esboçava e estava em desenvolvimento desde o golpe.

Pensavam que a reversão daquela conjuntura de repressão e de recuo do movimento de massas rapidamente seria superado. Pois, segundo a avaliação que faziam, já era possível vislumbrar o surgimento da retomada da formação de uma nova direção política, especialmente através das oposições sindicais. Estas cumpririam o papel de aglutinar tendências proletárias para a criação do partido revolucionário. O jornal O Batente tentava traduzir e ser o instrumento concreto daquela análise – seu subtítulo era *Movimento Pela Formação da Tendência Sindical Classista*.

Um segundo momento da história da OC1ºMcompreende os anos de 1974 até 1976, ano em que foi concluída a unificação da organização com uma outra, também de vertente trotskista, a Organização Marxista Brasileira (OMB). São os anos de início da *contrarrevolução democrática* – período mais conhecido por transição democrática – colocado em movimento através do *Projeto de Distensão*

Política, no governo do ditador Ernesto Geisel (LEMOS, 2014) .

Em resumo, para os propósitos dessa comunicação, essa fase de mudança, de auto-reforma do regime político, foi caracterizado pela *reativação, ou dinamização, da própria institucionalidade autoritária do regime* (conf. MACIEL, 2004). Especialmente o processo eleitoral, os partidos políticos permitidos (Arena e MDB) e o papel do Legislativo. E, claro, pela continuidade (corretiva e seletiva) da repressão política.

A quantidade de materiais voltados para fora da organização, de divulgação da sua política, nos mostram que a partir de 1974 Mila OC1ºM estava melhor estruturada do que no período anterior.

O jornal O Batente retorna, em edição mensal durante todo o ano de 1974 , de fevereiro à novembro. Embora em 1975 e 1976 a periodicidade ainda foi irregular. Pelas referências presentes no jornal ele era produzido e distribuído entre os operários da região do ABC de São Paulo. Inclusive em uma das suas edições é mencionado que o então jovem sindicalista Lula havia gostado de uma das matérias do jornal.

Por sua vez, foi no movimento estudantil, sem dúvidas, que a OC1ºM ganhou mais dinamismo. Logo no início do ano de 1974 ocorreram várias prisões de professores e estudantes na USP. Em resposta os estudantes conseguem articular uma forma para resistir àquele momento de repressão. Surgiu então o Comitê de Defesa dos Presos Políticos, o CDPP, um espaço de reunião e assembleia sobre o que fazer diante daquela situação. A partir desse instrumento criado pelos estudantes foi possível atrair outros setores da sociedade, como representantes da igreja católica, representantes da OAB e familiares de desaparecidos políticos.

Aquela experiência política do CDPP foi muito valorizada pela organização, pois representava, na prática, a possibilidade de organização e mobilização dos estudantes de forma democrática – diferente do que vinha ocorrendo com as articulações dos centros acadêmicos, onde predominava uma forma de organização clandestina e distante da participação ampla dos estudantes. Embora os trotskistas estivessema frente da gestão em alguns centros acadêmicos, como na Filosofia, Ciências Sociais, História e Física, as outras vertentes políticas eram totalmente contrárias a ampliação da participação dos estudantes e eram reticentes à viabilidade de refundação do DCE, por exemplo. Por isso o CDPP foi muito valorizado[4].

As mudanças também podem ser notadas na análise a respeito do regime político. Os trotskistas tentavam captar os significados daqueles primeiros lances da distensão lenta, gradual e segura Da ditadura.

Sobre as eleições e o papel do MDB, eles criticavam por um lado, a tese de que o regime era *fascista*, como argumentava principalmente o PCB, e por outro lado, também criticavam o apoio à candidatos do MDB por parte da esquerda. Argumentavam que a caracterização do regime como fascista servia aos propósitos de aliança de classes do partidão, que se traduzia em sua fórmula da *Frente Patriótica Anti-Fascista*, que tentava abarcar todos os setores oposicionistas, inclusive possíveis setores descontentes da ARENA. E apoiar o MDB significava colaborar com o papel político que poderia assumir esse partido dentro do processo de distensão em curso, ou seja, ser um mecanismo institucional por onde poderia ser canalizado

[4] Em 1975 a publicação da FES, agora com o nome Polêmica, no formato boletim, de março até setembro é lançada em edição semanal, além de duas edições no formato tabloide.

os conflitos sociais que estariam por vir.

À essas análises, mais conjunturais, surgiram também avaliações que tentavam captar a dinâmica das relações de classes e o Estado anteriores ao golpe de 1964. À luz do conceito de *bonapartismo*, os trotskistas do da OC1ºM buscavam interpretar o processo histórico-político dos anos 1930 até aquele momento, pós-1974. A ditadura de tipo bonapartista, formatada sob a política de distensão do governo Geisel, buscava se transformar através daquilo que entendiam ser uma *institucionalização da repressão*. Cito a passagem do jornal Polêmica de setembro de 1975:

> Com Geisel, o sistema tenta se recompor em bases mais amplas, conciliando interesses burgueses e optando pela combinação repressão e controle político dos movimentos contestatórios, em vez de repressão pura e simples. A política de institucionalização da repressão, de controle do movimento de massas pelo seu atrelamento aos 'órgãos competentes' é a grande arma da burguesia neste momento. Nesse momento, o MDB joga um papel chave como ponta de lança na destruição de canais independentes de manifestação política das massas.[5]

Nessa mesma edição é publicado também trechos de texto de Trotsky que ganhou o título posteriormente de Os sindicatos na Época da Decadência Imperialista.

É essa perspectiva analítica que fundamentou o projeto político da OC1ºM para aquela situação política , sintetizada na defesa da luta pelas liberdades democráticas e pela entidades livres e independentes dos estudantes e trabalhadores. É razoável afirmar que no movimento estudantil ela foi bem sucedida. Principalmente

[5] Para onde vai a ditadura ? POLÊMICA, nº9 Jornal mensal da Frente Estudantil Socialista, setembro de 1975, pp. 12.

a partir das mobilizações em torno da Greve da Eca em 1975 que se estendeu, em alguns momentos, por toda a universidade, a proposta pela refundação do DCE ganhou corpo, contra a maioria das outras vertentes políticas. A proposta pela refundação do DCE ganhou expressiva adesão do conjunto dos estudantes a partir das mobilizações em torno da Greve da Eca em 1975 – contra a maioria das outras vertentes políticas. A decisão pela re-fundação do DCE foi tomada em assembleia, apresentada e defendida pelo então militante da OC1ºM Júlio Turra, no começo do ano de 1976, aprovada pela maioria dos estudantes. Naquele mesmo ano o DCE da USP foi reconstruído, com o nome DCE Livre Alexandre Vanucci Leme, em homenagem ao estudante sorocabano da geologia assassinado pela ditadura 1973. Por fim, por ocasião da primeira eleição do DCE a unificação entre a Organização Comunista 1º de Maio e a Organização Marxista Brasileira é antecipada com a criação da chapa, e posterior tendência estudantil, *Liberdade e Luta*. Aí começa outra história!

Referências:

FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*, Vol I A resistência à ditadura 1964-1971. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda:* Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEMOS, R. L. do C. N e. *Contrarrevolução e ditadura*: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o Marxismo v. 2, n.2, jan/jul 2014, pp. 111–138.

MACIEL, D. *A argamassa da ordem:* da ditadura militar à nova

república (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2014.

REIS, D. A. e SÁ, J. F. de (orgs.). *Imagens da revolução:* documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 2005. 2ªedição revista e ampliada.

Fontes históricas:

CARTA. Lino [Luiz Araújo] a Raul [Arkan Simaan], 30/05/1970, 6 pp. In: Acervo pessoal Arkan Simaan.

Jornal O Batente [jornal da OC1ºde Maio]: 1974-1976. In: CEDEM/ CEMAP, Fundo Digital de Periódicos.

Para onde vai a ditadura? POLÊMICA, nº9 Jornal mensal da Frente Estudantil Socialista, setembro de 1975, pp. 12. In.: CEDEM/ CEMPAP, Periódicos.

A crise na Democracia Socialista e o Secretariado Unificado da IV Internacional (2003-2006)

Mauro Vinicius de Souza Floriano[1]

Introdução

A situação da seção brasileira do Secretariado Unificado da IV Internacional foi atentamente acompanhada pelo Bureau Político da IV. Diversos dirigentes vieram ao Brasil no período entre 2002 e 2004, especialmente Daniel Bensaid[2], da LCR da França, e Francisco Louçã[3], do Bloco de Esquerda de Portugal, que acompanharam de perto a situação da Democracia Socialista e a crise aberta pela chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. Para melhor compreensão da análise, o artigo está dividido em três partes: na primeira apresentarei um breve histórico da relação da Democracia Socialista e do PT com a IV Internacional; em um segundo momento, mostrarei os problemas enfrentados pela IV com a vitória eleitoral de 2002 e os rumos políticos que o PT toma a partir desse momento, exemplificando a posição da direção da IV sobre a "Questão Brasileira" (que envolve a fragmentação da DS onde uma parte de seus militantes saiu da corrente e do PT para fundar o Partido Socialismo e Liberdade a partir de

---

[1] Professor da Rede Municipal de Rio das Ostras, mestrando em história pelo PPGH UFF e militante da Comuna, tendência interna do PSOL e sessão Brasileira da IV Internacional. É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: 92viniciussouza@gmail.com

[2] Daniel Bensaid foi um importante militante da Liga Comunista Revolucionária, seção francesa da IV Internacional, além de prolífico intelectual marxista e membro da direção da IV.

[3] Francisco Louçã é um economista e militante político português, membro do Bloco de Esquerda, seção portuguesa da IV Internacional, e até hoje membro de seu Bureau Político.

2003)[4]; e, por último, tratarei do processo de rompimento da DS com a IV Internacional, que terá um ponto final apenas em 2006, com seu rompimento formal.

É importante anteriormente fazer alguns preâmbulos para explicar ao leitor tanto o que era a Democracia Socialista quanto em qual Internacional ela se localiza do ponto de vista histórico.

A Democracia Socialista foi fundada no fim dos anos 1970 por um processo de fusão de duas organizações de juventude, o Peleia do Rio Grande do Sul e o Centelha de Minas Gerais. Os militantes uniram com grupos oriundos de outras organizações políticas ao redor do jornal Em Tempo, que constituiu o meio de comunicação e aglutinação de uma nova geração de esquerda que surgia no Brasil. Além disso, a organização passou por diversos processos posteriores de fusão com setores que romperam com outras tradições do trotskismo, notadamente o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros, do qual era membro um importante futuro dirigente tanto da DS quando da IV, José Correia Leite[5] (BORGES NETO, 2013; MIRANDA, 2014; SILVA, s.d.).

Vale ressaltar que, diferentemente de outros grupos trotskistas que participaram da fundação do PT, a DS não praticou o entrismo no Partido dos Trabalhadores. Seguindo a linha de que o PT era um "partido revolucionário em construção", a DS buscava romper com a lógica clássica de disputa e fracionismo que marca setores do trotskismo, procurando construir efetivamente o PT enquanto um "partido amplo", o que seria outro fator de identificação entre seus militantes e os setores mandelistas da IV Internacional. (BORGES, 2013; MIRANDA, 2014).

A formação da DS é objeto de estudo de dois trabalhos que considero

---

[4] O Partido Socialismo e Liberdade é um partido político criado a partir de grupos que rompem com o PT desde 2003.

[5] José Correia é professor da Universidade de São Paulo, foi militante da DS entre 1984 e 2005 e é hoje militante da Insurgência/PSOL e do Comitê Internacional da IV Internacional.

deveras importantes, o primeiro, de Vitor Angelo, analisa a fundação da corrente até o processo de fundação do PT; o segundo, de Vinicius Almeida de Miranda, compara as análises feitas pela DS e pela CS sobre a criação do PT e a trajetória dessas organizações no partido até a década de 1990. O trabalho de Miranda, amparado em um amplo conjunto de fontes, demonstra que a fundação da DS respondia em parte ao processo de reorganização da esquerda, que ocorria no fim dos anos 1970 no Brasil ainda sob o jugo da ditadura militar. Tanto Angelo quanto Miranda concordam que a formação da DS começa ao redor de dois grupos de juventude, um no Rio Grande do Sul e outro em Minas Gerais. O grupo de Minas atendia pelo nome de A Organização ou "O."[6], assim como o grupo gaúcho, que também atendia pela sigla "O." [7] - o O. gaúcho, iria se organizar ao redor da ala vermelha do MDB do Rio grande do Sul. O contato entre os dois grupos, segundo Angelo, foi feito via encontros estudantis. Ainda segundo o historiador, um dos pontos de proximidade entre os dois grupos era justamente a sua diferença com outros grupos políticos da época como a LIBELU, a AP-ML e o PCdoB.

Os grupos de MG e RS atuavam de forma pública a partir de coletivos de juventude, o grupo mineiro animava o Centelha, o Gaúcho a Nova Proposta. A proximidade teórica, de leitura e das tarefas do período levariam os mineiros a convidarem os gaúchos para construírem juntos o Jornal Em Tempo (MIRANDA, 2014, p.8). Sobre isso, Leal e Karepovs (2007) afirmam que

> ...a simpatia pelas formulações de Trotsky começou com leituras dos livros de Isaac Deutscher [autor, entre outros títulos, de uma importante coleção de três volumes sobre o líder soviético], do próprio Trotsky, como a História da Revolução Russa, e de Ernest Mandel [dirigente do Secretariado Unificado].

---

[6] Carinhosamente conhecida por seus militantes como "O pontinho" (BORGES NETO, 2013).

[7] A falta de criatividade possivelmente é resultado da tentativa de se proteger da dura repressão da ditadura militar sobre os grupos de esquerda.

(KAREPOVS, LEAL, 2007, p.163).

Miranda concorda com a Leal e Karepovs e afirma que a proximidade de ambos os grupos em grande parte se dá pela referência teórica em Trotsky, aparentemente visto pelos grupos como o "sucessor de Lênin". Um outro motivo dessa proximidade era pelos militantes gaúchos terem em sua organização ex-militantes do Partido Operário Comunista (POC), que ao retornar do exílio trouxeram consigo a referência na IV Internacional. A proximidade das duas organizações a partir do conselho editorial do Jornal permitiria que, com o tempo, o namoro entre elas virasse casamento. Isso passaria também pelas movimentações de ambas para tomarem o controle editorial do Em Tempo, que em 1980 se torna a publicação oficial da recém-fundada Democracia Socialista.

Democracia Socialista e o Secretariado Unificado da IV Internacional

Como já citado, a DS se tornará a seção brasileira da IV Internacional Comunista, parte importante de sua identidade enquanto organização e de seus militantes como parte de uma tradição. Portanto, torna-se necessário apresentar a IV Internacional, precisar qual IV está sendo analisada no presente trabalho, e entender como a DS se situa nessa longa travessia do deserto que é o movimento internacional conhecido sob o nome de trotskismo. A fundação da IV Internacional responde ao processo de crise e degeneração da III Internacional[8], uma vez que a oposição de esquerda dessa internacional se via cada dia mais acuada pela perseguição stalinista. Além disso, o ainda vivo Trotsky via na iminência da 2ª Guerra Mundial a chance de se construir uma alternativa à política da III internacional e, ao mesmo tempo, da social-democracia. A internacional que seria criada diferentemente das anteriores, não iria se dar nem em um momento de ascenso das massas, como a I e a II, nem em um período revolucionário. Para o próprio Trotsky, os anos 30

[8] Para mais informações sobre a III Internacional ler Broé (2007 e 2020).

eram "um período de reação" (Mandel, 1978, p.99), isso colocava desafios até então não encontrados pelos revolucionários.

A construção da Internacional passou a ser um trabalho obsessivo do velho Trotsky. Mesmo com poucos seguidores e "organizações que careciam de meios materiais e estavam abaladas por cisões que tinham relação com seu próprio isolamento" (MANDEL, 1995 p.99), a IV Internacional era uma necessidade pela avaliação de que o pós-guerra levaria a uma nova vaga revolucionária, que permitiria rapidamente romper o isolamento dessas organizações antes divididas. Talvez por não serem neutros nesse processo, mas sim partícipes, alguns dos autores que pretendo mobilizar para esta parte do trabalho acabam por recontar uma "epopeia heroica", mesmo não escondendo suas limitações e fracassos, de todos aqueles que "salvaram os vencidos daquilo a que o historiador inglês E. P. Thompson chamava 'a esmagadora condescendência da posteridade'" (BENSAID, 2008. p.9).

O trotskista belga Ernst Mandel dirá que as avaliações de Trotsky eram excessivamente otimistas sobre a nascitura internacional, com expectativas de um levante pós-2ª Guerra – apesar de se confirmarem com as experiências chinesas, cubanas, iugoslavas etc. Ainda sim, tais experiências não acarretariam em um avanço da revolução mundial, mas sim na produção de novos estados burocratizados. Para Mandel, outro erro de Trotsky foi o relativo à análise da queda do stalinismo, que não só sobreviveu à 2ª GM, como saiu ainda mais fortalecido dela. Porém, para o belga, a tarefa de construir a IV Internacional foi acertada, por entender que ela significaria não aceitar que as condições históricas estavam dadas (MANDEL, 1979, pp.106-108).

Este trabalho se detém sobre uma ruptura dentro de uma organização trotskista, fato historicamente recorrente e frequentemente usado como piada por militantes de outras tradições histórico-políticas[9]. Para além de

[9] Qualquer militante trotskista que passou pelo movimento estudantil já ouviu músicas como "um trotskista é uma facção, dois trotskistas uma organização, três trotskistas uma internacional, quatro trotskistas mais um racha não faz mal".

trotskista, a Democracia Socialista também é mandelista, termo que utilizo já no título do trabalho. Para definir qual é o trotskismo[10] da Democracia Socialista, portanto, torna-se necessário localizar historicamente onde o mandelismo está no organograma geral dos rachas e fusões que, às vezes, parecem confundir até o mais experiente dos estudiosos.[11]

Pierre Frank e Daniel Bensaid concordam que alguns dos principais motivos para as constantes rupturas das organizações trotskistas eram o isolamento e o afastamento da prática política das massas, que acabava por levar disputas doutrinais ou meramente táticas às últimas consequências. Nas palavras do dirigente Francês, o tamanho diminuto dessas organizações fazia com que "cutting it in half did not seem to matter much, numerically speaking, especially for those who believed that they had found the orientation which would lead to rapid growth[12]" (FRANK, 2009, p.65). Tais afirmações devem nos lembrar que devido à incapacidade de testarem suas posições frente a largos setores de massas, isolados em organizações pequenas, os trotskistas teriam uma tendência a disputas excessivamente teórica, o que terá seus custos. O primeiro sinal disso se dá com Trotsky ainda vivo. Um setor do SWP[13] americano, dirigido por Sachtman, definiria que a partir do

---

[10] Utilizo trotskismos no plural por concordar com o argumento de Bensaid (2008) de que a amplitude do conceito faz com que seja necessário utilizá-lo no plural. As diversas correntes internacionais que reivindicam o legado de Trotsky e da IV Internacional acabam por formar uma miríade que o singular simplesmente não consegue captar. "Em termos de herança, a piedade filial nem sempre é a melhor prova de fidelidade e há frequentemente mais fidelidade na infidelidade crítica do que na beatice dogmática. É, portanto, mais conforme a realidade falar em trotskismos no plural, em vez de do trotskismo no singular". (BENSAID, 2008, p.16).

[11] O organograma sobre esses rachas foi retirado de Monteiro (2020) e está no Anexo do trabalho.

[12] "cortá-lo ao meio não parecia importar muito, numericamente falando, especialmente para aqueles que acreditavam ter encontrado a orientação que levaria a um crescimento rápido." (FRANK, 2009, p.65, tradução nossa).

[13] A polêmica feita por correspondência entre Trotsky e os estado-unidenses pode ser encontrada no arquivo da Enciclopedya of Trotskysm. Disponível em: https://

pacto de paz entre Stalin e Hitler não seria mais possível caracterizar a União Soviética como um estado operário e, portanto, isso não deveria mais ser defendido pela internacional recém-criada. A polêmica ao redor do tema levaria ao rompimento desse setor com a Internacional.

O fim da 2ª GM inaugurou um novo período na Internacional, grande parte de seus "pais fundadores" cairiam frente ao nazismo ou à repressão stalinista (BENSAID, 2008. P.60; Frank, 2009, p.50), o próprio Trotsky foi assassinado a mando de Stalin. Tal renovação forçada de quadros retirou da Internacional grande parte de seus dirigentes mais testados e colocou em seu lugar uma direção profundamente rejuvenescida, mesmo que à força. O congresso Mundial da IV Internacional, sediado logo após a 2ª GM, levou à reafirmação das posições de Trotsky sobre a URSS, o que mais uma vez causaria rupturas; além de demonstrar erros de análise de Trotsky sobre a nova situação mundial, em que considerava que o capitalismo entraria cada vez mais em crise mas, pelo contrário, mostrou-se o início de um período de desenvolvimento e estabilidade do capitalismo na Europa e nos EUA. Sobre isso Bensaid diz que:

> Relativamente correta num contexto determinado, a fórmula ritual do Programa de Transição segundo a qual a crise da humanidade se reduz à sua crise de direção revolucionária, erigida a generalidade atemporal, torna-se fonte de uma paranoia política: se as condições objectivas decretadas excelentes não levam a sucessos significativos, é preciso procurar a razão nas capitulações ou nas traições da vanguarda A viragem imprevista da situação mundial em 1947-1948 teria exigido uma redefinição mais radical do projeto da Internacional. Esta questão não resolvida esteve na raiz das dinâmicas centrífugas que o movimento trotskista internacional conheceu então. (BENSAID, 2008, p.75).

Os anos seguintes foram de crises profundas. A IV seria tomada pelas

---

www.marxists.org/history/etol/index.htm

polêmicas ao redor do "entrismo sui generis" e do que viria a ser chamado de "Pablismo" – corrente política ligada a Michael Pablo, codinome para Michael Rapsis, militante grego radicado em Amsterdã e importante dirigente da IV Internacional –, que causaria importantes rupturas na IV, especialmente na seção francesa. A disputa ao redor da linha definida por Pablo causou um rompimento com o grupo dirigido por Pierre Lambert, da seção francesa. A tática de Pablo se baseava na análise de que, ao contrário do previsto, os partidos comunistas não saíram enfraquecidos da 2ª Guerra, mas sim tiveram um crescimento. Pablo levava em conta também a necessidade de se adaptar à possibilidade de uma nova guerra mundial entre os EUA e a URSS, portanto seria necessário adotar a prática do entrismo nos partidos comunistas stalinizados. A ruptura do grupo de Lambert leva consigo um pedaço importante da Internacional na América Latina e a disputa entre o Pablismo e o Lambertismo entregará a seção argentina nas mãos da figura já excêntrica – mas não tanto quanto seria posteriormente – de Posadas, em detrimento do jovem Nahuel Moreno. Pierre Frank, que era da direção da IV e ficou ao lado de Pablo nesse debate, afirma que tal racha era mais do que evitável e que caso não tivesse acontecido "the International would have been able to reach the overall appraisal of the post-war world that it acquired at the reunification perhaps faster and certainly in a less costly way.[14]" (Frank, 2009, p.79). É preciso destacar que tanto Bensaid quanto Frank adotam uma posição que na prática justifica e defende a linha de Pablo. Mesmo criticando reservadamente o "pablismo", Bensaid afirma que

> Se o "pablismo" foi muitas vezes o título de um falso processo, ele resume perfeitamente uma tendência para confiar mais na influência das ideias, do que nas relações de forças efetivas, no papel dos indivíduos mais do que no colectivo, no sentido da oportunidade mais do que numa cultura organizativa. (BENSAID, 2008, p.93).

[14] "a Internacional teria sido capaz de alcançar a avaliação global do mundo do pós-guerra que adquiriu na reunificação talvez mais rapidamente e certamente de uma forma menos dispendiosa" (Frank, 2009, p.79, tradução nossa).

Os anos seguintes levariam a uma aproximação cada vez maior desses dois setores, de um lado o Comitê Internacional de Lambert e do outro o Secretariado Internacional de Pablo iriam convergir muito mais que divergir sobre os rumos mundiais e as tarefas dos revolucionários. Isso possibilitou um processo de reunificação que se concluiu ao largo dos anos 60. Porém, tal reunificação não seria integral, Lambert, Healy e o próprio Pablo ficariam de fora desse processo e seguiriam caminhos separados do grupo que passa a ser conhecido como "Secretariado Unificado da IV Internacional", Posadas em 1964 também rompeu com a IV para construir sua própria organização internacional. A reunificação da IV vem junto à abertura de um período promissor para a internacional: o avanço dos movimentos das mulheres; a entrada dos jovens estudantes no cenário político, especialmente na França e nos EUA, mas não só; o levante da juventude dos países do bloco socialistas; a luta contra a guerra do Vietnã etc inaugura um período de crescimento da IV até então desconhecido.

A entrada desses novos setores na luta mundial pelo socialismo coloca a IV no mapa, especialmente na França, onde a Juventude Comunista Revolucionária de Daniel Bensaid se aproximará de Mandel. A DS entra na IV Internacional na sequência desse movimento. Aproximada por militantes que retornavam do exílio a partir do início dos anos 1970. A IV agora já estava sob uma nova disputa, entre o setor majoritário dirigido por Ernst Mandel, o qual a DS estaria ligado, e o setor dirigido pelo argentino Nahuel Moreno, que no Brasil aproximaria a Convergência Socialista. O rompimento entre "morenistas" e "mandelistas" é até hoje uma discussão que faz parte do cotidiano de organizações trotskistas, e que se dá em diversas polêmicas no interior da Internacional. Sobre os movimentos de guerrilha na América Latina, Bensaid lembra que o X Congresso Mundial "mais parece um encontro diplomático de delegações do que uma deliberação colectiva. As questões importantes foram abordadas separadamente e à porta fechada" (Bensaid, 2008, p.116). As fronteiras retornaram à IV e "congelariam" as posições mais uma vez. Os anos seguintes, porém, foram marcados pela

conformação de uma maioria sólida ao redor do grupo de Mandel, e um aumento da disputa por Moreno. Nesse momento, as polêmicas não param de surgir, a começar pelas visões a respeito da revolução na Nicarágua[15], além da disputa sobre a concepção de democracia socialista no texto "Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado"[16], cujo principal redator é Mandel e que é respondido pelo documento "Ditadura Revolucionária do Proletariado" de Moreno. Aqui se cristalizava uma diferença importante sobre temas centrais, podemos listar: 1) o caráter da Democracia Socialista, 2) a caracterização do que é a vanguarda, 3) os rumos do movimento comunista mundial.

A partir do que foi analisado, é seguro afirmar que a corrente que a DS reivindica é a que deriva do tronco majoritário da IV Internacional, especialmente por pleitear os elementos centrais do documento popularmente conhecido como DSDP que se tornará, na opinião desse autor, a base política fundante do chamado mandelismo. É no DSDP que se demanda: a necessidade de colocar a democracia como condição para a realização do socialismo; a defesa do pluripartidarismo no pós-revolução; a necessidade de construir organizações de vanguarda que atuem junto aos movimentos realmente existentes, mas respeitando a autonomia dos mesmos. Já no mandelismo sem Mandel vivo, também se insere nas reivindicações de suas organizações a política dos "partidos amplos", aprovada na década de 90 e profundamente baseada nos documentos e na experiência da DS frente ao PT no Brasil. Como veremos mais adiante, uma construção inovadora. A IV Internacional reivindicada pela DS sem sombra de dúvidas não é a mesma dos anos 1930, e nem poderia ser. As mudanças da conjuntura internacional geraram mudanças, ou, pelo menos, deveriam gerar, dentro do movimento comunista mundial:

---

[15] Segundo Bensaid, Moreno se referirá ao "apoio das secções da IV Internacional à revolução centro-americana como a pior traição na história do trotskismo" (BENSAID, 2008, p.121).

[16] Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1985/01/dsdp.pdf. Acesso em 10 de Janeiro de 2022.

> Já não se trata de fornecer uma direção de mudança a um movimento operário internacional formado numa cultura revolucionária no seguimento da revolução russa Tratava-se então de ligar-se ao processo desigual e prolongado de uma reconstrução de longo fôlego. A IV Internacional podia ter aí um papel insubstituível, com a condição de não se tomar por um "partido mundial" imaginário. (BENSAID, 2008, p.127).

Entre o convencimento e a pressão: o Bureau Internacional do SU-QI e a crise da Democracia Socialista

A IV Internacional não iria passar incólume da crise de sua seção brasileira, como demonstrado anteriormente. A internacional que a DS constrói nos anos 2000 não é mais o partido centralizado internacionalmente dos anos 1950, o que na prática, deixaria a direção internacional da IV em uma posição difícil. Pois, se a DS ia cada vez mais em direção ao social-liberalismo – ou, pelo menos, o seu setor majoritário – como resolver isso se tornava uma questão importante, e será fruto de intenso debate dentro da internacional durante o período estudado. É importante ressaltar que 2002 não foi a primeira vez que o Bureau da IV discutiu a chance de uma eleição presidencial do PT, o próprio Mandel fez prognósticos que o tempo confirmou:

> Há um fato deste período que deve ser lembrado. Durante alguns meses, no início de 1994, Lula liderou as pesquisas das eleições para Presidente da República. Não chegou a haver na IV Internacional um debate sobre a hipótese de participação da DS no governo. Mas o tema preocupou Ernest Mandel, que durante uma reunião internacional chamou-me a atenção para o risco que estaria implicado nesta hipotética participação, já que seria muito improvável que Lula, no governo, adotasse uma linha de esquerda e de confronto com a burguesia e o imperialismo. (BORGES NETO, 2013, p.8).

Segundo Borges Neto, a visão que predominava na DS naquele momento e que se manteria até 2002 não era essa. Em 1994 se imaginava que a vitória de Lula necessariamente levaria a uma ruptura com a ordem burguesa no Brasil "mesmo contra a vontade de Lula" (BORGES NETO, 2013, p.8). Esse quadro mostra que a algum tempo setores do SU já estavam preocupados com a possibilidade de que a chegada do PT ao poder tivesse necessariamente que significar uma alteração na relação entre o braço da Internacional do Brasil e o Governo que se seguiria à vitória eleitoral.

Essa preocupação se manteve em 2002 e já em condições profundamente desfavoráveis. Desde 1995 Daniel Bensaid já colocava a questão da adaptação do PT à ordem como uma preocupação a ser tida em nível mundial. Em um informe ao congresso mundial, o filósofo francês alertou sobre os recuos programáticos claros na eleição de 1994, porém, tudo isso ainda era visto com certa tranquilidade pela maioria da DS que, apesar de ver "desde os anos 1990 a adaptação do PT a ordem" (BORGES NETO, 2012, p.10), seguia com a avaliação positiva da conjuntura do partido. A caracterização do governo Lula, aliás, seria um tema de divergência entre o setor majoritário da DS e a posição tanto da IV Internacional quanto da minoria da DS. O primeiro grande foco de crise foi participar ou não do governo, essa seria a polêmica com a qual "seriam testados tanto a coerência revolucionária da DS, quanto suas relações com a IV Internacional, quanto o próprio papel da IV Internacional enquanto organização revolucionária internacional" (BORGES NETO, 2012, p.10).

Esse desafio era ainda maior pelo fato de O SU não possuir centralismo político, logo não podia simplesmente impor à seção brasileira a política definida em Amsterdam. Isso se provou um desafio difícil de superar, especialmente levando em conta os problemas que surgiriam em 2003. O primeiro foi a escolha de compor ou não o governo, recebendo cargos e nomeações ministeriais; o segundo, ainda mais grave, a proposta de reforma da previdência que seria feita. Um ataque direto ao funcionalismo público, a questão da reforma da previdência merece atenção especial, pois seria ela a

razão da primeira grande cisão na DS.

Em 2003, o governo Lula propôs uma reforma previdenciária e o debate sobre isso toma proporções enormes na DS, acaba-se por decidir por votação em sua direção que todos os parlamentares deveriam seguir a linha do partido, atuar em uma linha de redução de danos e depois votar a versão aprovada pela Câmara de Deputados. Essa orientação não é seguida por João Alfredo, Deputado Federal pelo Ceará e membro da DS que se abstêm na votação. Ao chegar ao Senado, a situação piora, a Senadora Heloísa Helena, militante da DS e membro do Comitê Internacional da IV Internacional, votou contra a reforma da previdência, fato que causou a abertura de seu processo de expulsão do PT. A DS tentou articular uma resposta interna para impedir a expulsão dos "radicais"[17] do PT, estratégia fracassada. A partir daí, a confusão se instaura. Heloísa Helena não é apenas expulsa do PT mas também da DS. Um grupo de militantes sai com a senadora iniciando um processo de reorganização da IV no Brasil e de rachas na DS que só se encerraria em 2005.

Sobre esse processo, a saída da direção da IV Internacional foi tentar apostar na reunificação dos militantes, ainda que claramente tivesse posição favorável ao setor que rompeu com o PT. Em dezembro de 2003, o SU realizou uma campanha internacional contra as expulsões lançando um manifesto apoiado por suas seções pelo mundo e por importantes militantes e intelectuais do campo da esquerda mundial. A direção da DS entendeu isso como um ataque, além disso, a reunião da Coordenação Internacional em 2004 teve que decidir sobre a questão de quem ficaria com o direito de ser a seção da IV no Brasil. O entendimento foi o de que todos os militantes que foram da DS, estejam eles dentro ou fora do PT, seguiam na seção. Algo que favoreceu esse entendimento foi o fato de dois dos três nomes indicados pela

[17] Além da senadora Heloísa Helena (AL), foram também expulsos por votarem contra a Reforma da Previdência os deputados federais Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (AL).

DS para a direção da IV serem da Liberdade Vermelha[18] que, posteriormente, se transformou na Liberdade e Revolução[19].

Em resolução aprovada em Conferência Nacional, a direção da DS adotou um tom ambíguo. Ao mesmo tempo que procurou chamar de volta ao PT aqueles que haviam rompido com o partido. Também tentou demonstrar ao conjunto do PT que era contra a iniciativa de construção de um novo partido, apoiada por esses mesmos companheiros. A resolução diz o seguinte:

> […] to call on those members who have left the PT to rejoin, so that together we can carry out the resolutions of our VII Conference, strengthening and not weakening our current;
>
> […] to call on all these comrades to reactivate their links with our current and distance themselves from the creation of this new party;
>
> […] to help create a broad movement, in the party, in the government, in parliament and in society, that pushes the PT to recover its historic positions and the Lula government to carry out the social transformations that the workers and the Brazilian people desire.
>
> […] to explain to the Workers' Party as a whole that the actions and declarations of these comrades in leaving the PT and working for the creation of a new party do not represent the membership of DS, as expressed at our National Conference, nor do they have the approval of its National Coordination.[20] (STATEMENT BY

[18] A Liberdade Vermelha (LV) é um agrupamento fundado no início de 2004 ao redor de Heloísa Helena e João Machado.

[19] Liberdade e Revolução (LR) é um grupo fundado no final de 2004 a partir da fusão de grupos militantes oriundos da DS.

[20] [...] a apelar aos membros que saíram do PT para que, juntos, possamos levar a cabo as resoluções da nossa VII Conferência, reforçando e não enfraquecendo a nossa corrente;

[...] apelar a todos estes camaradas para que reativem as suas ligações com a nossa corrente e se distanciem da criação deste novo partido;

SOCIALIST DEMOCRACY, 2004, p.3).

A DS tentou remover João Machado Borges Neto e Heloísa Helena da direção da IV em 2005, fato que seria impossível devido ao estatuto da organização que garante eleição nominal para os membros de sua direção. O clima belicoso aumentou claramente durante o Fórum Social Mundial de 2005, quando Francisco Louçã, Michael Lowy e Daniel Bensaid assinaram uma carta direcionada ao conjunto da militância da DS. Os dirigentes quartistas indicaram na carta que o governo Lula era social-liberal e subserviente ao imperialismo e ao FMI. Nesta, o tom subiu rapidamente quando citou Miguel Rossetto, ex-prefeito de Porto Alegre e militante da DS, que assumiu em 2003 o posto de Ministro da Reforma Agrária do governo Lula. Sobre isso eles falaram:

> Nós nos esforçamos para convencer os camaradas de nossas próprias seções de que a questão da participação no governo deveria, logicamente, subordinar-se à avaliação das orientações governamentais. Infelizmente, não havia quase nenhum suspense neste ponto. E em todo caso, ele não durou quase nada: a nomeação de Meirelles e de Palocci e as primeiras medidas anunciaram muito depressa a cor do governo. Concordemos ou não com o argumento, podemos compreender a preocupação de não causar dificuldades adicionais, pela saída do governo, aos nossos candidatos a prefeituras, especialmente em Porto Alegre. Depois das eleições, esta reserva deixou de ser pertinente. (BENSAID, LOUÇA E LOWY, 2005, p.2).

[...] ajudar a criar um amplo movimento, no partido, no governo, no parlamento e na sociedade, que impulsione o PT a recuperar as suas posições históricas e o governo Lula a realizar as transformações sociais que os trabalhadores e o povo brasileiro desejam.

[...] para explicar ao Partido dos Trabalhadores como um todo que as ações e declarações destes camaradas ao deixarem o PT e trabalharem para a criação de um novo partido não representam a filiação do DS, tal como expresso na nossa Conferência Nacional, nem têm a aprovação da sua Coordenação Nacional. (Declaração da Democracia Socialista, 2004, p.3, tradução nossa).

Mais que isso, fazendo um balanço profundo da atuação dos militantes quartistas durante o governo do PT, Louçã e Bensaid acusaram os parlamentares da DS de capitularem frente à reforma da previdência e ajudarem um ataque direto contra os trabalhadores. Nesse momento, o tom chegou a ser melancólico e envergonhado, afirmando que nenhum dos argumentos utilizados pela direção da DS eram o bastante para justificar a fraqueza da sua posição. A carta finaliza com algumas indicações de resolução para os camaradas do Brasil, direcionando-se tanto aos militantes que estão dentro quanto fora da DS, e afirmando que a DS deveria

> ...engajar o diálogo entre as correntes de esquerda no interior do PT e as pequenas forças independentes como o PSOL. Uma complementaridade poderia então se estabelecer entre a esquerda crítica dentro e fora do PT, evitando os ataques recíprocos e respeitando as opções táticas respectivas. Isto diz respeito, em particular, aos camaradas de nossa corrente: se eles estão implicados, hoje, em opções e dinâmicas diferentes, devem ter a preocupação de não cortar as pontes e de preservar o futuro. (BENSAID, LOUÇA, LOWY, 2005, p.4).

Ao tentar não cortar pontes, o futuro que esses quadros queriam preservar era o peso político da tradição no Brasil pois, segundo João Machado, de 2000 militantes que a DS tinha em 2003, apenas 500 saíram durante esse processo e vários deles não seguiram militando de forma organizada dentro do PSOL. Podemos, porém, imaginar que este cenário seria ainda pior sem a atuação relevante da direção da Internacional ao lado dos setores mais radicais da corrente.

A DS foi se afastando dos espaços da IV de 2005 a 2007, porém, sem um rompimento oficial. Em 2007, a DS, aqui representada agora apenas pelo seu setor majoritário, publicou no blog International Viewpoint a resolução "An international policy for the 21 century" aprovada por sua direção nacional. Segundo essa resolução, a vitória de diversos governos progressistas da América Latina, somada à onda altermundista no caminho dos Fóruns Sociais Mundiais, criou uma nova situação internacional, na qual

a IV e o seu trotskismo seriam um fenômeno defasado e preso a contradições do século XX.

Segundo a DS, deveria-se mudar o foco em vez de estabelecer uma internacional hegemonizada pelos trotskistas. A tarefa seria se concentrar na construção de espaços diferentes, como o Foro de São Paulo, que, segundo a direção da DS, teria um papel cada vez maior de trocas e decisão junto aos partidos de esquerda na América Latina. A resolução termina com a afirmação da necessidade de uma recomposição da esquerda latino-americana:

> A new internationalism is necessary and it is being built in the struggles, in the campaigns and in the unitary regional and international spaces. The sectors that have not become contaminated with the spirit of factionalism and the sect - where some, anachronistically, seek refuge - will be our natural allies in this undertaking. DS will continue its Internationalist work with those sectors of the IV International with which it already has a relation of mutual collaboration and with all sectors of the international, regional and Brazilian left that are ready to renew internationalism and make it capable of confronting the challenge of building socialism in the XXIst century[21]. (An International Policy for the 21st century, Democracia Socialista, 2007, p.6).

Obviamente, a recepção desse texto nos fóruns da Internacional não foi das mais brandas. Em resposta enviada à direção da DS, a IV acusou a organização de romper com a perspectiva da revolução mundial, de ter posições políticas confusas, especialmente nas supostas "diferenças" na

---

[21] Um novo internacionalismo é necessário e está a ser construído nas lutas, nas campanhas e nos espaços regionais e internacionais unitários. Os setores que não se contaminaram com o espírito do facciosismo e da seita - onde alguns, anacronicamente, procuram refúgio - serão os nossos aliados naturais neste empreendimento. A DS continuará o seu trabalho internacionalista com os setores da IV Internacional com os quais já tem uma relação de colaboração mútua e com todos os setores da esquerda internacional, regional e brasileira que estão prontos para renovar o internacionalismo e torná-lo capaz de enfrentar o desafio da construção do socialismo no século XXI. (An International Policy for the 21st century, 2007, p.6, tradução nossa).

conjuntura e no excesso de centralismo com a qual a IV teria atuado. O Bureau Internacional lembrou DS que o governo que eles indicavam como o detentor dos novos rumos da esquerda global havia enviado tropas ao Haiti e participava de acordos com a OMC, atacando milhões de trabalhadores pelo mundo.

Para a direção da IV, o centro da posição da DS era, na verdade, que "detrás de todas las nuevas formulaciones y documentos de la DS sobre el internacionalismo del siglo XXI, plantea la cuestión de la mayoría de la dirección de la DS en un gobierno Lula, cuja política es globalmente social-liberal[22]" (CI da IV Internacional, 2007, p.5). Essa afirmação deixa cristalino que, para o CI da IV, o pecado original foi ter assumido cargos em um governo de orientação social-liberal e todos os crimes posteriores foram feitos para justificá-lo.

Para além disso, esse debate deixa nítido que não existia mais espaço de diálogo para que a DS mantivesse seus quadros na IV. A DS não foi expulsa, apenas se retirarou dos espaços internacionais e comunicou, posteriormente, que não se reconhecia mais como seção. O processo de reorganização dos mandelistas do Brasil seguiu seus rumos e apenas em 2013 a IV voltou a ter uma seção organizada no país.

Referências:

ANGELO, V. A. de. *A trajetória da Democracia Socialista da fundação ao PT*. XIX BRASA CONGRESS, 2008.

BENSAID, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2008.

[22] "Por trás de todas as novas formulações e documentos da DS sobre o internacionalismo do século XXI, se põe a questão de que a maioria da direção da DS está em um governo Lula, cuja política é globalmente social-liberal. (CI da IV Internacional, 2007, p.5, tradução nossa).

BIANCHI, Alvaro É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? *Perseu: história, memória e política*: No. 8, Ano 6. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital – o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: Ed. UEFS, 2012.

DA SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas).* Proposta Editorial. 2 ed.

FRANK, Pierre; BENSAID, Daniel. *The long march of the trotskists*: contributions to the history of the Fourth Internacional. Amsterdã, IIRE, 2009.

GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha. *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil:* Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002. Tese de Doutorado PPGCP/UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. 2014

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe.* São Paulo: Expressão Popular.

MIRANDA, Vinicius Almeida Ribeiro de. *Dois trotskismos num partido de massas:* As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992. Dissertação de Mestrado, PPGCP/UNICAMP. Campinas, 2014.

NETO, João Machado Borges. *Os governos do PT: poucas mudanças, nenhuma ruptura.* Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/J Machado.pdf. Acessado em:22 de Setembro de

2019.

_____. Um governo Contraditório. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* n. 12 , pp. 2 -27.junho 2003.

_____. *The weak arguments of the govermentalist left*. Disponível em: http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article588 Acesso em 22 de Setembro de 2019.

_____. *The experience of building DS and the PT, from 1979 to the first Lula government.* Disponível em: http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article2630 Acesso em 22 de Setembro de 2019.

_____. *PT local governments and socialism.* Disponível em: https://archive.4edu.info/Global_Justice_2005/ESN_19.2_local_Machado.html Acesso em 14 de Agosto de 2021.

OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas:* economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Critica à Razão Dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PONT, Raul. *Democracia participativa e poder local:* a experiência de Porto Alegre. Disponivel em: https://archive.4edu.info/Global_Justice_2001/CSN_08.3_DEMOCRACIA_%20PARTICIPATIVA_e_o_poder_local.html Acesso em 14 de Agosto de 2021.

Fontes históricas:

International Viewpoint 343-346. Disponível em: http://association-

radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

International Viewpoint 348-349. Disponível em: http://association-radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

International Viewpoint 353-357. Disponível em: http://association-radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

International Viewpoint 362. Disponível em: http://association-radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

International Viewpoint 375-381. Disponível em: http://association-radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

International Viewpoint 410. Disponível em: http://association-radar.org/?-Revue-&debut_Articles=160#pagination_Articles

Politique antisociale au Brésil La peur triomphe de l'espérance. Le Rouge ed 2033, 02/10/2003. Arquivo pessoa de João Machado Borges Neto.

Heloisa Helena: face a l'aligment de Lula. Le Rouge. Ed 2066. 27/05/2004.Arquivo pessoal de João Machado Borges Neto.

SABADO, François. Brasile: Esperança Tradite. Bandeira Rossa. 14/05/2004. Arquivo pessoal de João Machado Borges Neto.

_____. Brasil: construir uma alternativa. Le Rouge 09/09/2004.

Against the expulsion of PT Parlamentaries. 12/2003. Disponível em: http://internationalviewpoint.org/spip.php?article113

BENSAID, Daniel; LOWY, Michel; LOUÇA, Francisco. Carta a Democracia Socialista PT. 01/2005. Arquivo pessoal de Daniel Monteiro.

Letter to members of PT from FI leadership. 16/02/2005. Disponível em: http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article563

Mensagem do Bureau à seção Brasileira. 02/2005. Arquivo pessoal de João Machado.

Resposta à coordenação da DS. 17/03/2005. Arquivo pessoal de João Machado.

Statement by Social Democracy. 17/03/2004. Disponível em: http://internationalviewpoint.org/spip.php?article91

O PT e o Partido revolucionário no Brasil. Perspectiva Internacional 8. Disponível em: https://teoriamarxista.wixsite.com/blog-mri/post/pt-partido-revolucionario-brasil-ds-1981b

Documento Brasil: Resolução aprovada pelo encontro nacional da ISG – seção britânica da IV Internacional. 04/04/2004. Arquivo pessoal de João Machado.

20 theses on the situation in Brazil and the tasks of the revolutionaries. Resolução aprovada pelo congresso do SAP seção dinamarquesa da IV Internacional 9/09/2003.

Resolução da Coordenação Nacional da Democracia Socialista Tendência interna do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 24/02/2005.

Arquivo pessoal de João Machado.

Resolução da Coordenação Internacional da IV Internacional Sobre a Situação Brasileira. Amsterdã. 27/02/2005. Arquivo pessoal de Daniel Monteiro.

An international Policy for the 21 century. IV online magazine. 11/05/2007. Disponivel em http://internationalviewpoint.org/spip.php?article1263

El Nuevo Internacionalismo y la cuarta Internacional – una resposta ao documento "uma política internacional para o século XXI". Arquivo pessoal de Daniel Monteiro.

Resolução do Comitê Internacional sobre a situação brasileira. 02/2005. Arquivo pessoal de João Machado.

PARTE VIII

HISTÓRIA DO TROTSKISMO EM OUTROS PAÍSES

Trotsky, Krupskaya e a tradição bolchevique

Paul LeBlanc[1]

Esta discussão da relação de Trótski com a organização bolchevique de Lênin irá se basear nas reflexões de Nadejda Krupskaia, uma das figuras centrais e fundadoras da tradição bolchevique. Erroneamente percebida como "apenas" a companheira de Lênin, ela era uma revolucionária marxista de direito próprio, desempenhando um papel organizativo essencial no aparato bolchevique desde antes de 1917, o que lhe permitiu nos fornecer um relato perspicaz de seus vibrantes camaradas.

Krupskaia era muito próxima da revolucionária alemã Clara Zetkin, Depois de uma conversa com Krupskaia, em 1924, Zetkin escreveu a um amigo: "Ela me disse recentemente que é falsa a alegação de [Lev] Kamenev e [Grigori] Zinoviev de que Lênin nunca confiou em Trótski. Ao contrário: Lênin gostava de Trótski e tinha a mais alta estima por ele até o final de seus dias. Após a morte de Lênin, ela também escreveu a respeito a Tróstki."

Na edição de 1930 de suas memórias, Krupskaia descreve a vívida discussão entre Lênin e o jovem Trótski quando este os visitou pela primeira vez, em seu apartamento em Londres, no outono de 1902: "Tanto as calorosas recomendações da 'jovem águia' e essa primeira conversa fizeram Vladimir Ilitch prestar especial atenção ao recém-chegado. Eles conversaram muito e saiam para caminhar juntos." Lênin "ficou satisfeito com a maneira decidida com que

[1] Militante socialista de longa data, historiador na *La Roche University* (Pittsburgh, EUA) e autor de dezenas de livros sobre história do socialismo e das lutas proletárias. Tradução realizada por Seiji Seron Miyakawa. Contato: paul.LeBlanc@laroche.edu

Trótski formulava" suas posições, e "gostou do modo como Trótski foi capaz de apreender a substância mesma das diferenças" dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo. "Um pupilo de Lênin", ela nos diz, é como o velho teórico Marxista Gueórgui Plekhánov o via.

Tróstki estava decidido a ajudar a forjar o novo Partido Operário Social-Democrata Russo como uma organização centralizada em torno das perspectivas marxistas revolucionárias do jornal *Iskra*. Man quando ocorreu uma cisão entre os apoiadores do *Iskra* no segundo Congresso do Partido, em 1903, ele se sentiu repelido pelo que via como dimensões negativas da orientação de Lênin, o que feriu os sentimentos de alguns dos *iskristas* mais antigos. Krupskaia notou que uma expressiva minoria dos delegados "apoiou os 'ofendidos' mas, vendo apenas as personalidades envolvidas, perderam de visa toda a substância das discussões," acrescentando: Trótski também não apreendeu essa substância."

Uma diferença adicional logo aprofundou a separação entre bolcheviques e mencheviques. No esperado levante que derrubaria a monarquia absoluta da Rússia tsarista, a assim-chamada revolução democrático-burguesa, Lênin e os bolcheviques insistiram na necessidade de uma aliança operário-camponesas, enquanto os mencheviques argumentaram em favor de uma aliança operário-capitalista de orientação liberal. Trótski estava muito mais próximo da perspectiva bolchevique nisto, mas ele continuou aderindo a uma atitude conciliatória na questão organizativa, fundada um fatalismo revolucionário otimista. Ele posteriormente o explicou desta maneira: "Eu acreditava que a lógica da luta de classes compeliria as duas frações a seguir a mesma linha revolucionária. O grande significado histórico da postura de Lênin ainda não era claro para mim; sua política

de demarcação ideológica irreconciliável e, quando necessário, de divisão, para o propósito de unir e fortalecer a espinha dorsal do partido verdadeiramente revolucionário."

De 1904 a 1907, isso resultou em amargas polêmicas entre Lênin e Trótski. Em meio ao ascenso revolucionário de 1905, foram poderosas as tendências à convergência entre Trótski e o bolchevismo. Lunatcharski se lembra de alguém dizendo na presença de Lênin que Trótski estava assumindo a direção do altamente influente conselho democrático dos trabalhadores, o soviete de Petersburgo. "O rosto de Lênin se escureceu por um momento", mas "então ele disse: 'Bom, Trótski conquistou isso com seu trabalho brilhante e incansável.'" Foi neste período que Trótski começou a articular sua teoria da revolução permanente, e anos depois (como o bolchevique Adolf Joffe contou a Trótski) "com meus próprios ouvidos, eu ouvi Lênin admitir que, mesmo em 1905, você, e não ele, estava certo."

Mesmo assim, nos anos que se seguiram à derrota revolucionária, Trótski manteve seu fatalismo conciliador e Lênin gravitou para o desenvolvimento de um Partido Bolchevique independente, gerando ferozes recriminações de ambos os dados. Depois de quinze anos de experiências frustrantes, Trótski ficou fortemente impressionado pelo crescimento e pela qualidade da organização bolchevique de Lênin, e se juntou a ela. Lênin comentou que "daquele momento em diante, não houve melhor bolchevique."

Krupskaia insistiu em enfatizar o positivo quando ela participou, em 1924, dos debates sobre o brilhante, mas altamente controverso, *Lições de Outubro* de Trótski. Suas importantes críticas a Trótski foram precedidas de um comentário que contrasta dramaticamente com as asserções de Zinoviev, Stálin e outros críticos mais hostis. "O camarada

Trótski dedicou toda as suas capacidades à luta pelo poder soviético durante os anos decisivos da revolução", escreveu ela, referindo-se não apenas ao papel central dele em Outubro de 1917, mas também na organização e no comando do Exército Vermelho durante a guerra civil russa de 1918-1921. "Ele se manteve heroicamente nesta difícil posição de responsabilidade," Kruspkaia continou. "Ele trabalhou com uma energia incomparável e realizou maravilhas no interesse de assegurar a vitória da revolução. O Partido não esquecerá isso."

Mas os anos de independência, o relativo isolamento político e organizativo de ambas as frações bolchevique e menchevique, impactaram na forma como Trótski estava inclinado a atuar no Partido Bolchevique uma vez tendo se tornado membro deste. Segundo Lunatcharski, sua "arrogância colossal e uma inabilidade ou indisposição de demonstrar qualquer gentileza humana ou de ser atento às pessoas, a ausência daquele charme que sempre cercou Lênin, condenou Trótski a uma certa solidão." Esta afirmação é certamente exagerada, mas não se pode provar que seja inteiramente falsa. Lunatcharski alegou que "Trótski tinha pouco talento para o trabalho dentro de organismos políticos", mas ele acrescentou: "no grande oceano dos eventos políticos, onde esses traços de personalidade são completamente desimportantes, os dons inteiramente positivos de Trótski vieram à tona."

A verdade na crítica de Lunatcharski deve ser confrontada. É chamativa a atitude desdenhosa de Trótski em relação a outros que desempenharam papeis importantes na história do bolchevismo (exceto Lênin) – não só em *Lições de Outubro* mas ainda mais em sua clássica autobiografia, *Minha Vida*, assim como em outros escritos. O biógrafo de Trótski, Isaac Deutscher, sugeriu que, em sua discussão

da vida interna do bolchevismo, com sua gama de personalidades e ideias conflitantes (incluindo a de figuras como Zinoviev, Kamenev, Krupskaia, Stalin), ele às vezes "parece pressionado pela aparente necessidade de se colocar como o mais próximo de todos àquele que, para Trótski, era o genuíno herói da Revolução Russa, Lênin."

Isto nos traz à crítica de Krupskaia a *Lições de Outubro*, que enfatiza repetidamente a necessidade de ver os bolcheviques como uma coletividade revolucionária. "Trótski diz muito sobre o Partido mas, para ele, o Partido é o *staff* dirigente, as cabeças", ela nota. Mas ela insiste que "o Partido era um organismo vivo, em que o Comitê Central ('o *staff*') não estava separado do Partido, em que os membros dos organismos inferiores do Partido estavam em contato diário com os membros do Comitê Central. ... A vitória foi possível precisamente pelo fato que havia um contato próximo entre o C.C. e a organização coletiva." Disto, ela conclui: "Onde o partido é bem organizado, onde a direção conhece a vontade da organização coletiva – e não apenas por meio das resoluções – e trabalha em harmonia com esta vontade, os erros ou vacilações de membros individuais da direção não possuem o significado decisivo que o camarada Trótski lhes atribui."

Referindo-se à hesitação, em 1917, de Zinoviev e Kamenev, os dois principais alvos de Trótski em *Lições de Outubro*, Krupskaia argumentou: "Quando a história confronta o Partido com uma emergência inteiramente nova e até então sem paralelos, é apenas natural que a situação não seja estimada uniformemente por todos e, então, é tarefa da organização encontrar a linha correta comum." Ela enfatiza: "Lênin invariavelmente dava enorme importância à organização coletiva do Partido. Suas relações com as Conferências do Partido se baseavam nisto. Em cada Conferência do Partido, ele

expunha tudo o que tinha pensado desde a última Conferência do Partido. Ele se colocava como sumamente responsável perante à Conferência do Partido, à organização como um todo."

Ela comentou: "Trótski não reconhece o papel desempenhado pelo Partido como um todo, como uma organização única. ... Sim, a personalidade dos dirigentes é algo da maior importância. Sim, é necessário que os mais talentosos, os melhores, os mais firmes de caráter entre os nossos membros sejam selecionados para a nossa cúpula dirigente." Mas "não é somente uma questão de suas capacidades pessoais, mas uma questão de se a cúpula está intimamente vinculada à organização toda."

Em 1926, Krupskaia tornou-se uma figura proeminente da Oposição Unificada, junto com Trótski, Zinoviev e Kamenev, outrora antagonistas. A plataforma da oposição enfatizava vários pontos essenciais. Um destes era o internacionalismo: "O socialismo será vitorioso em nosso país em conexão inseparável com as revoluções do proletariado europeu e mundial e com a luta do Oriente contra o jugo imperialista." Outro ponto era sobre a crescente ditadura burocrática: "A causa imediata da crise, cada vez mais severa, em nosso partido é o burocratismo, que cresceu assustadoramente desde a morte de Lênin e continua a crescer ... A divergência de direção entre as políticas econômicas e os pensamentos e sentimentos da vanguarda proletária inevitavelmente fortalecem a necessidade de métodos de pressão extrema e assigna um caráter burocrático-administrativo a todas as políticas ... O burocratismo golpeia duramente os trabalhadores em todas as esferas – no partido, na economia, na vida doméstica, e na cultura ..." A plataforma também refletia as sensibilidades organizativas de Krupskaia: "É bastante claro que é cada vez mais difícil para a

direção levar adiante suas políticas por meio da democracia partidária quanto menos a vanguarda da classe operária percebe estas políticas como suas próprias.... A questão dos excessos daqueles no topo está totalmente vinculada à supressão das críticas.... Apenas em base à democracia partidária é possível uma direção coletiva saudável. ...”

A Oposição Unificada não foi capaz de resistir à intensificação das ameaças e perseguições, recriminações organizativas, violências físicas e forte repressão governamental orquestrada pelo poderoso aparato de Stálin. Zinoviev, Kamenev e outros renunciaram suas visões – mas foram, em menos de uma década, expurgados, presos, humilhados e mortos. Muitos outros foram presos, mandados para campos de trabalhos forçados na Sibéria e, então, executados. Trótski foi exilado e, finalmente, assassinado em 1940. Krupskaia abandonou a oposição mas corajosamente escreveu e publicou o que ela pôde de suas reminiscências de Lênin. Mesmo em 1935, Trótski remarcou que Krupskaia tinha “firme e consistentemente se recusado a agir contra sua consciência.” O regime stalinista foi capaz de tirar até isso dela nos quatro últimos anos de sua vida – obrigando-a a aceitar tudo que ela lutou contra e a aprovar formalmente a calúnia e o extermínio de seus antigos camaradas.

No exílio, Trótski continuou sendo tributário do coletivismo revolucionário da tradição bolchevique, mas ele, às vezes, recaiu naquela depreciação “individualista” de outros bolcheviques, anteriormente criticada por Krupskaia. É possível, entretanto, que esta fraqueza de Trótski tenha se provado como sendo uma fortaleza também – tornando-o mais capaz de resistir, criticar e mobilizar contra a tirania burocrática que se tornou conhecida como stalinismo. Ao mesmo tempo, ele tentou preservar para o uso das futuras gerações

o legado bolchevique de organização revolucionária que tanto ele quanto Krupskaia representavam no passado.

El trotskismo en la Revolución Portuguesa 1974-75

Marcelo Novello[1]

Introduccion

Antes que nada, un saludo militante a los participantes de este Evento online; un sincero agradecimiento a los organizadores; y un saludo especial para Frank García Hernández, quien fuera encarcelado por el Estado cubano hace menos de un mes atrás, y al día de hoy continúa en una especie de reclusión domiciliaria. Haré mi ponencia en castellano, pero sabré leer sus preguntas (y ojalá que sean muchas) también en portugués.

Comencemos diciendo que la Revolución Portuguesa de 1974/75 fue una arena para que la izquierda en general probara sus programas políticos. Y como quizás no podía ser de otra forma, también se evidenciaron los problemas de orientación política que acecharon al *trotskismo* de postguerra. Lamentablemente el tema del **Trotskismo en la Revolución Portuguesa** no ha sido tratado en todas sus aristas (o ha sido directamente omitido) en muchas obras que acaso debieran haberlo hecho. Para nombrar apenas algunas, por ejemplo: la monumental *International Trotskyism 1929-1985* (de Robert Alexander), *Combats et débats de la IVe Internationale* (Francois Moreau), *Le trotskysme et les trotskystes* (Jean Jacques Marie), los 7 volúmenes de *Trotskyism versus Revisionism – A documentary history* (Cliff Slaughter), o la autobiografía de Daniel Bensaid (*An impatient life*), De la misma manera, infelizmente la Revolución Portuguesa también quedó fuera del período histórico dedicado por prestigiosas

[1] Pesquisador independiente. Contato: marcelonovello@hotmail.com

revistas como *Revolutionary History*, los *Cahiers Leon Trotsky* y los *Cahiers du mouvement ouvrier*.

A nuestro entender, el tema solamente aparece tratado en el tomo II de *The Socialist Workers Party 1960-1988*, escrito por su ex-dirigente Barry Sheppard, donde en el Capítulo IX se le dedica apenas unas 12 páginas.

Esta omisión respecto de la Revolución Portuguesa es ciertamente de lamentar, incluso porque la historia del trotskismo ofrece demasiados **otros** puntos de polémica, comenzando por aquél texto *Adónde va Pablo?* de Bleibtreu-Favre en 1951 como respuesta al entrismo *sui generi*s adoptado por la dirección de la IV Internacional (Michel Raptis) que luego terminó en el cisma de 1953; el rol del POR en la revolución de 1952 en Bolivia; la lucha en Argelia entre el FLN y el MNA (y luego Michel Pablo oficiando de asesor del presidente Ben Bella); la caracterización de la revolución cubana y la estrategia del *foquismo* (el IX congreso de la IV Internacional); el ingreso del LSSP a un gobierno frente-populista en Sri Lanka (1964); la ruptura de la sección oficial argentina (el PRT de Santucho) con el SU en 1973; la revolución sandinista y el incidente de la *Brigada Simón Bolívar*; la invasión de Vietnam a Camboya bajo el régimen de Pol-Pot (1979); el gobierno de la *Union de la Gauche* en Francia (1981); la perestroika en la URSS; y un larguísimo etcétera.

El famoso *marxólogo* Perry Anderson, por esos años director de las influyentes *New Left Review* y *Verso Books*, en un ciclo de conferencias universitarias de 1981 que luego serán la base de su libro "*Tras las huellas del materialismo histórico*" hizo allí algunas afirmaciones muy llamativas, especialmente por provenir de alguien con estrecha relación con el sector *mandelista* del SU de

la IV Internacional (por ejemplo: Tariq Ali, Robin Blackburn, y el propio Ernest Mandel). Anderson se referirá al Partido Comunista Portugués como el único que rechazó el eurocomunismo (lo cual era inexacto, porque el PCP, abandonó la "*dictadura del proletariado*" en su Congreso Extraordinario de octubre del '74, es decir en pleno proceso revolucionario). Anderson también sostuvo que el PCP "*intentó en vano repetir la vía checoslovaca al poder burocrático de 1948 e inevitablemente fracasó… y con ello terminó la revolución portuguesa*" (lo cual era falso, y así fue reconocido por casi toda la izquierda en Portugal en 1975) y finalmente Anderson se refirió a la LCI portuguesa como "el pequeño movimiento trotskista que operaba al lado del PCP" dando la idea de un *seguidismo* político absoluto. Finalmente, Anderson sentenciaba que "*la IV Internacional se perdió en la encrucijada de la revolución portuguesa*" (ANDERSON, 1986, p. 98)

Si los aún polémicos acontecimientos del 25/Nov/75 hubiesen finalmente desatado una guerra civil en Portugal, acaso hubiéramos visto en trincheras enfrentadas a organizaciones que se reclamaban del trotskismo??

La caida del "Estado Novo"

Recordemos rápidamente que la Primera República portuguesa (1910-1926) cayó por un golpe militar de rumbo político incierto, abriendo un proceso que en 1933 dará nacimiento al corporativismo salazarista: el llamado *Estado Novo* y sus organizaciones (las milicias de la *Legião Portuguesa*, la *Mocidade Portuguesa*, los obreros compulsivamente bajo los *Sindicatos Nacionais*, etc). La derrota de la

huelga general revolucionaria contra la *fascistización* de los sindicatos, en enero de 1934, signará el inicio de una terrible represión sobre las organizaciones obreras (anarquistas, socialistas, comunistas) y así unos 5.000 activistas son encarcelados, incluyendo a Bento Gonçalves (secretario general del PCP) que luego morirá en la cárcel. Salazar llegó a concentrar simultáneamente en sus manos, entre 1936 y 1940, los cargos de Presidente del Consejo y los Ministerios de Guerra, Finanzas y Relaciones Exteriores. Durante la Segunda Guerra mundial Salazar mantuvo los históricos lazos diplomáticos de Portugal ("*el aliado más antiguo de Inglaterra*") a pesar de sus afinidades ideológicas con los regímenes nazi-fascistas de Alemania e Italia, manteniendo una actitud de "*neutralidad colaborante*" bipolar, que fluía en función del fiel de la balanza durante la contienda bélica (ROSAS, 2019, p. 259).

El llamado *Estado Novo* salazarista era un "capitalismo de amigos" (monopolistas) donde, por ejemplo, entre solamente tres empresas (la *Companhia União Fabril*, SACOR y la familia Champalimaud) se detentaba el 40% del capital de las 186 empresas más importantes, y el otro 60% estaba básicamente controlado por tres bancos: *Borges*; *Espírito Santo*; y *Portugues do Atlántico*. Hasta 1961 un tercio del PBI portugués provenía de las colonias y únicamente tras el estallido de las guerras independentistas comienza la penetración en gran escala del imperialismo europeo, acelerándose al compás de la expansión industrial, que se duplica entre 1963 y 1965. La crisis económica de 1973, junto con el peso insoportable de los gastos bélicos, llevó a una inflación descontrolada. De una población total en Portugal de 8 millones el Ejército tenía 170 mil hombres en 1974 (de los cuales 135 mil asentados en África) y de esta manera el gasto de las FF.AA. representaba un 7% del PBI.

Si la *necesidad* histórica usualmente espera agazapada el surgimiento de alguna *contingencia* para finalmente manifestarse a pleno, en el caso del agotado *salazarismo* esa contingencia fue el Decreto-Ley N°353/73 promulgado por Marcelo Caetano, que promovía fugazmente a los oficiales del *Cuadro Complementario* (milicianos), dejando a los militares profesionales del *Cuadro Permanente* en una situación comparativa muy desventajosa. La consiguiente reivindicación corporativa del sector profesional de las FF.AA. fue "*la gota que colmó el vaso*" en una coyuntura signada por el *impasse* de una guerra colonial que solamente podía perderse. Estos hechos darán lugar a la conspiración de un flamante *Movimento de Capitães*, que a su debido turno dará nacimiento al *Movimento das Forças Armadas* (MFA). Se dice que cuando en febrero de 1974 el dictador Marcelo Caetano leyó el recién publicado libro del general Antonio Spínola "*Portugal e o Futuro*" con una propuesta de solución neo-colonial a las guerras en Angola, Mozambique y Guinea, es que comprendió la inevitabilidad de un golpe militar.

Tras un primer intento de golpe (fallido) de los spinolistas en Caldas da Rainha (16/Mar/74), los conspiradores del MFA lanzan inmediatamente la operación "*Viragem histórica*" a cargo del mayor Otelo Saraiva de Carvalho, que sería ejecutada exitosamente en la madrugada del 25 de abril de 1974. Así la pequeña-burguesía agrupada en el *Movimento de Capitães* se alzaba con el poder, aunque naturalmente y en virtud de mantener incólume la *cadena de mandos* en las FF.AA. del estado burgués, solamente para cederlo *ipso facto* al Alto Mando militar (Spínola, Costa Gomes) formándose la llamada *Junta de Salvação Nacional.* Pero también a partir del 25 de abril de 1974 una "inesperada" revolución obrera (industrial y rural) en

la metrópolis portuguesa combinada con la lucha armada que desde 1961 desarrollaban los movimientos de liberación nacional africanos derrumbó en pocos meses no solo al régimen fascista de casi 50 años en Portugal sino también a su "natural" recambio imperialista personificado en el general António Spínola. Esta revolución obrera puso en jaque a todo el aparato del Estado incluyendo las FF.AA., exigió la remoción y cárcel de los personeros de la dictadura salazarista (un proceso conocido como *´saneamentos´*) no solamente en la administración pública sino también en las empresas privadas, y cuestionó de raíz las relaciones de producción (mediante toma de empresas, auto-gestión, *comissões de moradores*, ocupaciones de tierras en Alentejo, etc.).

Con impetuosa energía las masas portuguesas desoyeron ese mismo 25 de abril los reiterados llamamientos al "*orden y la calma*" por parte del MFA, y meses después derrotaron, en las barricadas y en confraternización con los soldados, los dos intentos contrarrevolucionarios de Spínola: primero la movilización de la llamada *Maioría Silenciosa*, y luego el ataque aéreo al regimiento RAL-1 el día 11/Mar/75.

Muy interesante para una caracterización de los insalvables límites políticos del MFA (que al fin y al cabo eran solamente 200 hombres armados entre otros varios miles, en un aparato de Estado en profunda crisis) resultará un Documento oficial, de fecha imprecisa pero redactado (según el *Centro de Documentação 25 de Abril* de la Universidad de Coímbra) entre Octubre del '74 y Marzo del '75, es decir durante el II Gobierno Provisorio dirigido por Vasco Gonçalves. En ese documento se promueve la necesaria "*institucionalización*" del MFA para así asegurar su papel de árbitro en el llamado "proceso

revolucionario", y allí la *intelligentzia* del MFA (¿quizás a través de la pluma de Melo Antunes?) sostenía bastante inverosímilmente que:

a) la intervención de las FF.AA. en la vida política es característica de situaciones en que existe democracia plena

b) la alianza Pueblo/FF.AA. no era un objetivo democrático con plazos

c) en contraposición a los gobiernos de la "alta burguesía" un gobierno de "clase media" como al que aspiraba el MFA tenía dos alternativas:

1. encontrar el apoyo de las clases dominantes con un esquema de compromiso, cuyo equilibrio sería usualmente asegurado por las FF.AA. (se mencionan los ejemplos de Argentina y Perú)
2. o bien procurar "*alianzas con los sectores populares políticamente organizados*", y se mencionan curiosamente los malhadados casos de Frondizi en Argentina (para aquellos incrédulos: sí, el mismo gobierno del espantoso *Plan Conintes* represivo) y de Joao Goulart en Brasil (sic)

Pero con la derrota del *putsch* spinolista del 11/Mar/75 se acentúa la radicalización de las masas y la "*institucionalización*" del MFA debe tomar nuevas formas y "maniobrar" en esta nueva coyuntura inesperada. Por ejemplo, los sindicalistas que asumen el "*control obrero*" sobre las operaciones del *Banco Espírito Santo,* registrando ***für ewig*** en el *Libro de Honor* de la institución bancaria, y en letras mayúsculas: "*AQUÍ TERMINÓ EL DOMINIO DE LOS CRIMINALES MONOPOLISTAS, ENEMIGOS DEL PUEBLO Y DE LA REVOLUCIÓN – 11/3/75 A LAS 14 HORAS* " (CASTRO, 2014, p. 28).

A partir de aquí la situación política entra en un vértigo absoluto: se rompe el *Frente Popular* entre PCP/PS; el MFA muestra una profunda fractura interna que amenaza zanjarse por las armas; el PS rompe con el *gonçalvismo* poco tiempo después de las elecciones a la Asamblea Constituyente; el PCP insinúa jugar a fondo la carta *bonapartista*, en el Norte del país la derecha fascista organiza *pogroms* anti-comunistas, etc.

En esa coyuntura vertiginosa se hacen muy evidentes las diferencias políticas *entre* las organizaciones trotskistas y al *interior* de cada una de ellas.

Organizaciones trotskistas en Portugal

Hasta donde yo sepa, no hay indicios de la existencia de militantes o corrientes trotskistas al interior del PCP, en un proceso de ruptura con el *estalinismo* que se dio al mismo tiempo que una dictadura militar se instalaba en el poder en Portugal (1926) que se transformaba en fascista hacia 1933, y se consolidaba en enero de 1934 tras la derrota de la huelga general en Marinha Grande, convocada por anarquistas y comunistas contra la *fascistización* de los sindicatos.

Quizás los primeros rastros ciertos de organizaciones trotskistas se remonten a 1971, cuando dos militantes revolucionarios (Cabral Fernandes y Jorge Novais) viajan a Francia y entran en contacto con la OCI lambertista y con la LCR (Mandel) tras lo cual deciden establecer relaciones políticas con esta última. En 1972 nacen los *Grupos de Acção Comunista* (GAC) en ciudades como Lisboa (donde se destaca Cabral Fernandes), Porto (con Francisco Sardo y Manuel Resende que proviene de la OCMLP, una organización maoísta portuguesa) y

también Coímbra (donde militaba Marinho da Silva) y comienzan a publicarse materiales, obviamente clandestinos (panfletos, el periódico *Toupeira Vermelha*). En Lisboa, también debido a la influencia de uno de los dirigentes de independentistas de Cabo Verde en Portugal (denominado *Faustino*) los GAC centran su intervención en la lucha anti-colonial. En cambio, en Porto se hace agitación orientada hacia algunas fábricas. La *União Operária Revolucionária* (UOR) en la que militan, por ejemplo, Francisco Vale, Heitor de Sousa y António Brandão, nacerá como una escisión de los GAC de Porto, e intervendrá tanto en el movimiento obrero como en el movimiento estudiantil.

En 1973, en las vísperas del 1º de Mayo, son capturados por la PIDE algunos militantes (Alfredo Frade, José Manuel Boavida, António Gomes) y son llevados a la prisión de Caxías y sometidos a torturas. António Gomes sería liberado solamente dos meses después. En Diciembre de 1973 los tres *Grupos de Acção Comunista* regionales (es decir: Lisboa, Porto, Coímbra) se reúnen en la Conferencia de Fundación de la *Liga Comunista Internacionalista* (LCI) en la localidad de Sao Bernardino. Habrían participado de la conferencia un par de delegados del S.U. de la IV Internacional (Michael Löwy y Paco Robs). La composición del Comité Central reflejaba también cierto resabio de regionalismo: Cabral Fernandes, João Alcântara y Faustino (por Lisboa); Francisco Sardo y Ferreira dos Santos (por Porto) y Carlos Queirós (por Coimbra).

A principios de 1974, en el X Congreso de la IV Internacional (famoso por la acalorada discusión sobre el balance del *giro foquista* del anterior IX Congreso) la LCI es oficialmente declarada organización "simpatizante". Cuando sucede el 25 de Abril la situación interna de la LCI se caracteriza por la existencia de dos fracciones de hecho, siendo

la mayoría partidaria detentada por Francisco Sardo, pero apenas por 1 voto. La primera polémica interna fue acerca de la legalización inmediata. Francisco Sardo y Ferreira dos Santos, dos fundadores históricos, están en contra. Pero la mayoría está a favor. En Julio de 1974 los dirigentes de Porto (que respondían a Sardo) deciden la inmediata unificación con la UOR. Gracias a la mediación del delegado de la IV Internacional (Charles-André Udry) la ruptura de la LCI es evitada, con una composición reformulada del Comité Central y con amplia autonomía para cada regional. En abril de 1975 la LCI, ya legalizada, concurre a las elecciones para la Asamblea Constituyente: se presenta en solamente 5 distritos electorales y cosecha apenas 11.000 votos, o sea un promedio de 22 sufragios por cada militante.

El *anti-militarismo* de la LCI giraba alrededor de la lucha contra la jerarquía militar reaccionaria que dominaba la cadena de mandos de las FF.AA. (Jaime Neves y Pires Veloso, entre otros); contra el llamado *Consejo de la Revolución* (instituido después de la segunda intentona spinolista del 11/Mar/75) y sobre todo en la lucha por los derechos de los soldados y marineros, incluyendo su derecho a la auto-organización en *Comités de Soldados*. Durante la campaña electoral para la Asamblea Constituyente de 1975 la LCI vería revocada su participación en espacios gratuitos de TV por efectuar este tipo de críticas al Estado burgués dirigido por el MFA. Tal como otras organizaciones centristas y revolucionarias en Portugal, la LCI también encaró un trabajo político (clandestino) específico dentro de las FF.AA. con una agrupación llamada *Frente dos Soldados e Marinheiros Revolucionários* y el boletín llamado "*A Caserna*".

El 2° Congreso de la LCI (Ago/75) se realiza después de un largo período de activismo extremo y de conflictos internos –dadas

las divergencias no resueltas del período anterior a la caída de la dictadura– y las discusiones congresales son altamente polémicas. Así, por la dirección de la LCI se enfrentan cuatro "tendencias" y, quizás inesperadamente, gana una línea más heterodoxa liderada por Francisco Vale, proveniente de la antigua UOR. La tendencia del oficialismo *mandelista* (Cabral Fernandes, José Manuel Boavida y un muy joven Francisco Louca) es apenas la segunda corriente más votada. A los pocos días la LCI adhiere al Frente Unidad Revolucionaria (FUR) en una perspectiva de apoyo crítico al V Gobierno Provisorio de Vasco Gonçalves, y contra el avance de la oposición cívico-militar derechista encarnada en el Grupo dos Nove junto con los partidos PS, PPD y CDS.

En septiembre del '75 la LCI participa activamente del nacimiento de los *Soldados Unidos Vencerão* (SUV) con el aporte de militantes como Ferreira Fernandes, Manuel Resende, Pedro Fernandes, José Carvalho y Heitor de Sousa. Los SUV animarán manifestaciones de miles de soldados y trabajadores, y se convertirá inmediatamente en un factor de polarización política.

A mediados de Oct/75 el Comité Central de la LCI envía un *comunicado* a Nueva York (o sea, a la sede del SWP que era la principal fuerza de la *Facción Leninista Trotskista* dentro del SU) para quejarse fuertemente de la actividad absolutamente **faccional** desarrollada en Portugal por dos militantes de la LCR francesa (Charles Michaloux y Charles-André Udry) que operaban allí como enviados del SU. Apenas unos meses después, en Ene/76 se realiza el 3° Congreso (Extraordinario) de la LCI y la dirección saliente (Francisco Vale) termina siendo expulsada por faccionalismo.

En las Tesis aprobadas por este 3° Congreso se critica la

"*inadaptación flagrante de la línea salida del 2° Congreso, sea respecto a la realidad portuguesa, sea respecto a los principios revolucionarios marxistas*".

La autocrítica de la LCI planteada por la nueva dirección estuvo basada en 4 ejes:

- la política frentista (FUR) que habría sido "*una combinación de sectarismo hacia el PS y seguidismo hacia la política del centrismo y del PCP*"
- la ausencia de cualquier política de Frente Único;
- la caracterización de la social-democracia como "*hermana gemela*" del fascismo;
- el desarrollo de concepciones *putschistas* que facilitaron los acontecimientos del 25 de Noviembre

En las Tesis aprobadas hubo también una crítica al PRT morenista, acusándolo de incomprensión del carácter burgués y contrarrevolucionario de la dirección del PS y, consecuentemente, por la errónea aplicación de consignas "*democráticas*" en el período actual de la Revolución Portuguesa, y terminaba señalando los "bruscos virajes" del PRT, que lo habrían llevado a abandonar las posiciones sectarias y dogmáticas por otras, de carácter oportunista (sobre el MFA, sobre la Asamblea Constituyente, sobe el Copcon, etc).

En mayo de 1976, un grupo de ex-militantes de la LCI (que fueron dirección partidaria entre el 1° Congreso y marzo de 1975) deciden romper con la organización para formar la efímera *União Socialista Revolucionária* (USR) adjudicándole a las direcciones políticas salidas de los 2° y 3° Congresos y al SU de la IV Internacional con "*pesadas responsabilidades… en la degeneración y ruptura del proyecto revolucionario de la LCI*".

Según los militantes de la USR ya desde el 1° Congreso de la LCI (Diciembre del '73) fue posible advertir dos tendencias, que correspondían a meros criterios geográficos (Porto + Coímbra por un lado, Lisboa por el otro) en la que la "cuestión colonial" y la cuestión estratégica de si había que apoyar la "*lucha de los trabajadores en las colonias*" o simplemente a los "*movimientos de liberación*" fue insuficientemente discutida y acordada, lo que terminó desencadenando una crisis en la dirección de la LCI.

Caracterizando la LCI en el intento de golpe (fallido) del 16/Mar/74 única y exclusivamente los planes del general Spínola, es que la LCI distribuirá ampliamente un comunicado llamado "*Ni Caetano, ni Spínola*" que, según la USR, no era capaz de analizar cómo el gran problema de la descolonización y la lucha de clases se terminaba reflejando en el cuerpo de oficiales. También tras este 3° Congreso de la LCI algunos altos dirigentes (como Francisco Sardo y Ferreira dos Santos) terminarán saliendo de la organización hacia mediados del '76 en oposición tanto a la consigna de "*Ni capitalistas, ni generales*", como al apoyo electoral al candidato presidencial del PCP (Octavio Pato) y reclamando en cambio el apoyo a Otelo Saraiva de Carvalho, ex-líder de Copcon, detrás del cual marchaba la mayoría de la llamada *izquierda revolucionaria* en un proceso político donde se crearon cientos de comités de base llamados *Grupos Dinamizadores de Unidade Popular* (GDUP) y se obtuvo 800 mil votos, minando tradicionales bastiones del PCP y alcanzando el 35% en la región de Alentejo, 25% en Lisboa y 42% en Setúbal.

Señalemos además que en oposición al *mandelismo* existió en Portugal también el llamado *Grupo Marxista Revolucionário* (GMR) que era un núcleo político muy joven donde el promedio de edades

estaba por debajo de los 20 años. A fines de 1974 llegan para una estadía de largo plazo los militantes argentinos Aldo Casas y Lidia Daleffe del PST de Nahuel Moreno, mientras que Gerry Foley del SWP norteamericano también realizó varias visitas durante el proceso revolucionario.

Casi inmediatamente Ernest Mandel intercambiará correspondencia con Joe Hansen del SWP (01/Dic/74) reprochándole que en las páginas de *Intercontinental Press* se publicara un reportaje a estudiantes secundarios portugueses junto con las posiciones del nuevo GMR, ambas notas con alto tenor crítico respecto de la LCI, que era la única organización "simpatizante" reconocida por el X Congreso del SU, mientras que el GMR (ni ningún otro grupo) no había solicitado contacto formal alguno con la IV Internacional.

En su respuesta (10/Dic/74) Hansen le preguntaba a Mandel si lo que molestaba era que se recordase que la LCI usó la consigna "*Ni Caetano ni Spínola, revolución socialista!*", luego retirada tras no obtener impacto alguno. Hansen sostenía que lo resuelto por el X Congreso había sido antes del estallido revolucionario del 25 de Abril, que había vuelto visibles a muchos otros grupos y que la capacidad de la LCI debía probarse en la práctica.

Finalmente, Hansen mencionaba que el reporte de Gerry Foley de su viaje a Portugal indicaba que LCI/GMR estaban en un inminente proceso de unificación, lo cual era absolutamente falso (y en todo caso ese proceso no maduró sino hasta junio de 1978).

Lo cierto es que a fines de Ene/75 el GMR se transformó en el *Partido Revolucionário dos Trabalhadores* (PRT) siendo "Combate Socialista" su periódico y durante el auge del proceso revolucionario llegó a contar con quizás unos 200 militantes. Pero tras el *golpe de*

estado de Eanes en noviembre del ´75, y similar a lo ocurrido en la LCI, también en el PRT hubo una serie de expulsiones sumarias (de acuerdo con el informe redactado por Barry Sheppard de la dirección del SWP) bajo un clima de histeria y acusaciones (infundadas) de infiltración de "*agentes provocadores*" provenientes del ultra-derechista *Ejército Liberación de Portugal* (ELP) o del FUR. A esta situación se refiere un documento del 18/Ene/76 firmado por la dirección del PRT que fuera titulado "*Parar el faccionalismo anti-partido sin principios*" donde se acusa que los militantes sancionados hubieran criticado la línea del PRT (básicamente la *estalinofobia* de la dirección partidaria, y el apoyo total hacia el PS en su choque contra Vasco Gonçalves) pero **por fuera** de los canales e instancias partidarias.

Por otro lado, y alineado con la OCI francesa liderada por Pierre Lambert, estaba el llamado *Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses* que practicó el *entrismo* en el *Partido Socialista* con cuadros como Carmelinda Pereira y António Aires Rodrigues (quien llegó a ser miembro del Secretariado Nacional del PS, y responsable de "*Movilización y Organización*"), y estos militantes lambertistas fueron electos bajos las listas del PS tanto a la Asamblea Constituyente en 1975 como al Parlamento en 1976. Los choques del lambertismo con la dirección del PS se dan solamente a mediados de 1976: **primero**, se oponen al apoyo electoral a la candidatura presidencial del general Ramalho Eanes (líder del golpe militar del 25 de Noviembre) y **luego**, ya bajo el primer Gobierno Constitucional liderado por Mário Soares, desde sus bancas en el Parlamento votan contra el Presupuesto del Estado, contra un paquetazo *anti-obrero* (que permitía despidos, contratos temporarios de trabajo, etc) y también se oponen a la "*contra-reforma agraria*" (la llamada

ley Barreto, ahijada por el ministro de Agricultura del gobierno del PS que en breve se estaría pasando a las filas de la derecha sin maquillaje del PPD liderado por Sá Carneiro). En el 2° Congreso del *Partido Socialista* portugués de octubre del '76, es decir, con el PS ya a cargo del gobierno y con el vendaval revolucionario visiblemente por detrás, la moción impulsada por los *lambertistas* consigue el 25% del apoyo de los congresales, hasta que la dirección del *Partido Socialista* termine expulsándolos en enero de 1977 emitiendo un comunicado titulado "*Infiltración Trotskista en el PS*". Tras su expulsión, tanto Aires Rodrigues como Carmelinda Pereira conservan sus bancas en el Congreso como diputados "*independientes*" y se reagrupan en el nuevo *Partido Operário de Unidade Socialista* (POUS).

Mencionemos brevemente que también *International Socialists* es decir, la tendencia inglesa liderada por Tony Cliff, intentó incidir en los acontecimientos en Portugal mediante su relación política, aunque algo tormentosa, con el neo-foquista *Partido Revolucionario do Proletariado/Brigadas Revolucionarias* (PRP/BR) liderado por Carlos Antunes e Isabel do Carmo, que a partir de 1975 intentó darle vida a los *Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros* (CRTSM) y tuviera una fuerte influencia en Copcon y en el FUR.

Mucho más minoritario, y enfrentado políticamente a todos los demás grupos trotskistas, en Portugal también existió la *Liga para a Construção do Partido Revolucionário* (LCPR) vinculado al llamado Comité Internacional del *Workers' Revolutionary Party* liderado por Gerry Healy.

El debate sobre Portugal en el S.U. de la IV Internacional

Veamos ahora solamente algunas de las muchas discusiones relacionadas con la Revolución Portuguesa que se suscitaron en el seno del SU de la IV Internacional:

A) La polémica sobre el llamado "caso República": desatado a raíz de un conflicto que enfrentó a los trabajadores gráficos y administrativos (ligados a una organización maoísta) por un lado, y la redacción/administración del periódico *República* por el otro, que explotó el 19/May/75 cuando la *Comisión de Trabajadores* decide "*suspender en el ejercicio de sus funciones*" a la Administración y jefatura de Redacción del periódico, acusándolos de transformar al diario en un órgano oficioso del *Partido Socialista*. El ministro de *Comunicación Social* (el gonçalvista Correia Jesuíno) afirmó ese mismo día que "*existe una Ley de Prensa que debe ser aplicada, y ella da completamente la razón a la administración de esta empresa, que tiene todo el derecho de hacer el periódico como le parezca*". Pero aun así los trabajadores no cedieron. Entonces el PS hizo una amplia campaña internacional con el caso República, denunciando la amenaza de una "*dictadura comunista*" en Portugal y, mientras tanto, fundó un nuevo periódico llamado "*A Luta*" que continuó su línea editorial. Así el diario *República* dejará de publicarse, y un mes después Copcon acepta el pedido de la CT y decide reabrir el diario aunque sin la administración de los antiguos dueños, *en contra* de la postura del *Conselho da Revolução*, tras lo cual el PS y el PPD deciden abandonar el IV Gobierno Provisorio, que finalmente caerá el 17/Jul/75. Solamente tras el golpe de Eanes, el *Conselho da Revolução* decidirá entregar *República* a sus antiguos propietarios.

En medio del conflicto hubo primero una carta del 05/Jun/75

de Mandel/Frank/Maitan (SU) para Hansen (SWP) reprochando las posturas de *Intercontinental Press* respecto del caso República. Mandel comenzaba declarándose favorable a que el PS tenga su propio periódico y que publique sin censura alguna. Pero esta misma frase de Mandel parecía desconocer que *República* nunca fue un periódico del PS (cuya prensa partidaria era en cambio "*Portugal Socialista*") mientras que el propio editor de *República* (Raúl Rego, miembro de la dirección nacional del PS) no tuvo ningún empacho en multar económicamente a su propio diario por publicar informaciones contrarias al Gobierno, mientras Rego ejercía como *Ministro de Comunicación Social* en el gabinete del general Spínola. Mandel también señalaba luego que el artículo en cuestión publicado en Intercontinental Press ("*The seizure of 'Republica' -a bad omen*") interpretaba incorrectamente el significado del "incidente" y su importancia en esa etapa del proceso revolucionario, siendo que el SWP criticaba la supuesta "*propaganda neo-anarquista de los satélites ultra-izquierdistas del PCP que hicieron un fetiche con las "organizaciones de base" abstraídas de la democracia política y las soluciones políticas generales*". La respuesta epistolar de Hansen (11/Jun/75) indicaba que el propósito del artículo de *Intercontinental Press* era protestar contra un "golpe a la libertad de prensa" y para zanjar la cuestión pretendía usar la autoridad del mismísimo Trotsky (un viejo artículo de 1938 en polémica contra el *estalinista* Lombardo Toledano) mientras denunciaba la "mano siniestra" del Gobierno y del PCP detrás del incidente. Para Hansen indicar que detrás del "incidente" había trabajadores (y otras organizaciones maoístas) era "*hacerle el juego a Cunhal*". Y si Cunhal era un agente de la burocracia soviética, entonces forzosamente debía ser también el culpable del *caso República*.

Digamos que casi en simultáneo con el *caso República* estalló también un conflicto similar en *Rádio Renascença* perteneciente al Arzobispado, que pasó a estar ocupada por sus trabajadores. Y aunque tanto Vasco Gonçalves como el *Conselho da Revolução* eran partidarios de devolver la radio a la Iglesia, los militares operacionales de Copcon simplemente se recusaron de tomar partido por la gerencia de *Rádio Renascença* contra los trabajadores. Unos meses después, el 07/Nov/75 y bajo el VI Gobierno Provisorio liderado de Pinheiro de Azevedo (que contaba con una amplia mayoría ministerial del PS) las tropas paracaidistas de Tancos se encargarán de acallar la voz de los trabajadores de *Rádio Renascença* al bombardear y destruir la planta emisora de la radio, en el barrio lisboeta de Buraca. Quizás afortunadamente (para Hansen) el SWP nunca explicitó si la línea política para el *caso República* debía ser idéntica a la del conflicto en *Rádio Renascença*.

B) La polémica sobre el efímero *Frente de Unidade Popular* (luego FUR): a inicios de Ago/75, el líder del PCP Álvaro Cunhal decide "*soltarle la mano*" al gobierno de Vasco Gonçalves y así, en la reunión del Comité Central en Alhandra anuncia que la Comisión Política, en sentido *contrario* a la orientación del CC, ya había comunicado que el Partido no apoyaría la formación del V Gobierno de Vasco Gonçalves si no existía un amplio apoyo militar (CUNHAL, 1976, p. 137-8). En esos meses, en la propia dirección del PCP, a medida que se profundizaba la crisis política, se manifestaban reservas, aunque nunca francamente explicitadas, a la línea de conciliación con el PS y el *Grupo dos Nove*. (BRITO, 2010, p. 172). En ese contexto Vasco Gonçalves da su incendiario discurso en Almada: después de despotricar contra el *Grupo dos Nove* y el PS, pero de manera oblicua

también contra el PCP, donde sostuvo "*dicen que este Gobierno tiene muy poca base de apoyo [pero] no hay ninguna revolución, en una determinada fase de su historia, que no haya tenido una base de apoyo restricta. Pues es precisamente en este momento en que es necesario un Gobierno fuerte y con autoridad*". (GONÇALVES, 1976, p. 477-8)

Las consecuencias de ese discurso de Vasco Gonçalves en Almada fueron al menos tres:

- enfado de Cunhal, porque ese discurso dificultaba aún más la tarea *auto-asumida* del PCP de acercar al *Grupo dos Nove* con la izquierda goncalvista
- ruptura violenta de un posible aliado militar (Otelo Saraiva de Carvalho, jefe de Copcon y de la Región Militar de Lisboa) que a partir de allí le prohibió a Vasco Gonçalves visitar las unidades militares bajo su control
- la llamada *izquierda militar* propició la creación del FUP – *Frente de Unidade Popular* en la reunión del 25/Ago/75 donde participan PCP, MDP/CDE, PRP/BR, FSP, LCI, MES y LUAR. Ausente con aviso la *Uniao Democratica Popular* maoísta, que no accedía a sentarse en una misma mesa con el PCP.

Sorpresivamente quizás, también el PRT portugués que integraba la *Fracción Leninista Trotskista* del SU**,** sacó una declaración ese 25/Ago titulada "*Frente único en defensa de la revolución obrera y socialista*" en la que llamaba a luchar contra la reacción inclusive al lado de este V Gobierno y de las organizaciones que lo apoyan. La declaración del PRT también se delimitaba explícitamente del PCP sosteniendo "*no confiamos en que ellos conduzcan correctamente las luchas, porque jamás lo hicieron. La única garantía para derrotar a la derecha yace en la unidad pública, abierta, de todos los trabajadores*

y organizaciones, luchando contra la reacción a través de medidas concretas e inmediatas".

Para ponerlo en perspectiva: por primera vez en décadas un Partido Comunista de Europa Occidental entraba en un frente con organizaciones de la llamada *izquierda revolucionaria*, antes siempre calumniadas como "*grupúsculos provocadores y contra-revolucionarios"*.

Por el PCP participaron de esa reunión Carlos Brito y Raimundo Narciso y se llegó a un arduo consenso sobre dos puntos básicos: la izquierda revolucionaria aceptaba dar "*apoyo crítico*" al V Gobierno, y el PCP aceptaba apoyar el Documento político de COPCON.

Pero al día siguiente Cunhal, recién regresado de Europa del Este, rechazó duramente lo actuado por Brito y Narciso, acusándolos de haber envuelto al Partido en un compromiso político con el *izquierdismo*, lo cual iba en dirección contraria a la orientación del Comité Central, y perjudicaba los esfuerzos por alcanzar un acuerdo con el *Grupo dos Nove* (BRITO, 2010, p. 177). Casi inmediatamente la *Comisión Política* refrendó la posición de Cunhal, y el PCP se retiró del FUP apenas 72 horas después de su conformación, mientras los demás grupos deciden mantener el frente, pero ahora bajo el acrónimo de FUR – *Frente Unitária Revolucionaria.* Este *zig-zag* del PCP terminaría mareando hasta a los militantes más abnegados como José Saramago, quien desde su columna de opinión en el *Diário de Notícia* llegó a escribir "*si el PCP integra un frente unitario de izquierda y, tres días después, llama a negociaciones donde caben Dios y el Diablo -como deberemos, de ahora en adelante, definir estrategia y táctica?*"

Firmada el 02/Sep/75 apareció la Declaración del SU publicada oficialmente en Inprecor N° 33 (Sept/75, p. 15-17) donde básicamente

se rechazaba lo actuado por la LCI portuguesa y se delimitaba de ella sosteniendo que "*el acuerdo unitario evidencia el cambio en las relaciones de fuerza entre la vanguardia obrera y los aparatos reformistas. En la presente coyuntura la búsqueda de un acuerdo de frente único con el PCP fue políticamente correcto. Pero este acuerdo del 25/Ago no responde a las exigencias efectivas de la situación, porque*

- *respalda de facto la política del PCP de apoyo al gobierno y de unidad del MFA, justamente en el momento en que se desgarran bajo la presión de fuerzas de clase antagónicas*
- *No menciona ningún objetivo concreto que permita unir a la clase obrera y de estimular efectivamente la auto-organización y la autodefensa de los trabajadores*
- *Por su ausencia y la inexistencia de consignas hacia la dirección del PS, que reúne cerca de la mitad del proletariado, el acuerdo refrenda la división actual del movimiento obrero, y no contribuye a superar el obstáculo mayor al desarrollo del proceso revolucionario*

La Declaración oficial del SU terminaba afirmando, en tono crítico hacia lo actuado por la LCI, que "*una vez más, la falta de objetivos concretos y las concesiones hechas a la orientación del PCP impidió sacar claramente, frente a las masas, las lecciones sobre la política de la dirección del PCP y su ruptura del FUP*".

Con independencia de los *zig-zags* del PCP durante el proceso revolucionario, la más certera caracterización del *gonçalvismo* la dio el Prof. José Teixeira Ribeiro, quien fuera Vice-Primer ministro del V Gobierno Provisorio, en un texto que pretendía ser leído nada menos que como una defensa "leninista" de su legado: "*déficit de balanza de*

pagos, desempleo e inflación, contra cuyo agravamiento habría que tomar medidas inmediatas…Esas medidas, implicando sacrificios para los propios trabajadores, se volverían necesariamente impopulares. Por lo tanto, solamente un gobierno que mereciese la confianza de los trabajadores podía conseguir que éstos las aceptasen sin una fuerte reacción…Con este espíritu se formó el V Gobierno" (GONÇALVES, 1976, p.10).

Señalemos además que, no casualmente, sólo el 7 de Septiembre, tras la dura derrota del *gonçalvismo* en la *Asamblea de Tancos* del MFA y la formación de un *VI Governo Provisório* más derechista (el objetivo del *Grupo dos Nove* con el apoyo de PS, PPD y CSD) es que los grupos del FUR se dan, tardíamente, la tarea de formar los SUV - *Soldados Unidos Vencerão*, agrupando a los soldados rasos en función de sus propias reivindicaciones de clase (interpelando a ese obrero/campesino en uniforme) agudizando la deliberación política en las FF.AA. y, por ende, en contra de la tradicional jerarquía militar defendida a rajatabla por **todas** las corrientes internas del MFA. En apenas 15 días de organización, los SUV fueron capaces de reunir 100 mil manifestantes en Lisboa, para apoyar a los CRTSM y los CT.

C) El texto del famoso documento "*Key Issues in the Portuguese Revolution*": comenzó a redactarse por la dirección de la *Fracción Leninista Trotskista* (FLT) del SU en Jun/75 bajo el impacto del *caso Republica* y así, en una carta de Hansen a Moreno, el primero notará que la OCI de Lambert "*ha asumido una posición pública parecida a la nuestra en por lo menos 2 cuestiones de la revolución portuguesa: la importancia de la lucha por los derechos democráticos y la caracterización del MFA como gobierno burgués cuyo verdadero objetivo es mantener el capitalismo en Portugal.*" Pero unas semanas

después, la respuesta de Moreno a Hansen intenta dejar en claro que "*puede que hayamos dado la impresión de estar buscando una conciliación* (con el SWP) *al minimizar las diferencias políticas y privilegiando así un* 'frente único' *contra Mandel sin prestar suficiente atención a las cuestiones de principios*" y menciona diez puntos básicos que parecían omitidos (o descontados, por obvios) en el borrador, entre ellos: resaltar el surgimiento de embriones de "*doble poder*", la necesidad de su centralización, luchar contra el intento del MFA/PCP de subordinar esos embriones al aparato estatal, luchar contra la orientación de PCP/PS también en los embriones controlados por MFA/PCP, denunciar al MFA como el principal sostén del carácter capitalista e imperialista de las FF.AA, dejar en "*segundo plano*" las tácticas de frente único y denunciar a los partidos reformistas como agentes del MFA contra-revolucionario, sin que esto signifique un obstáculo para llegar a acuerdos con el PS y los maoístas (MRPP, PCP-ml, etc.) en defensa de los derechos democráticos y mostrando a las masas que el mayor enemigo inmediato era la alianza gubernamental MFA/PCP.

Un *borrador* fue aprobado unánimemente en la reunión del 30/Ago de la FLT pero luego Moreno planteó ásperamente en una carta del 05/Nov/75 que el documento "*Key Issues in the Portuguese Revolution*" en realidad no reflejaba fielmente lo que habría sido acordado en Agosto, especialmente las consideraciones preliminares hechas por Moreno por vía epistolar (y supuestamente aceptadas por el SWP). Esa carta preliminar de Moreno dirigida a Joe Hansen con fecha 21/Ago/75, y cuyo espíritu estaría ausente luego en "*Key Issues in the Portuguese Revolution*" fijaba el eje de intervención política en "*cómo hacer para desarrollar y centralizar los embriones de* doble

poder *que habían surgido, y cómo ayudar a su creación allí donde todavía no habían surgido*". Pero en cambio, el documento finalmente redactado por el SWP sostenía que "*la táctica correcta en el momento presente es fundamentalmente defender los derechos democráticos, defender los derechos del PS, luchar para establecer una Asamblea Constituyente libre y soberana, y romper el pacto (con el MFA). Sin estas luchas políticas no hay posibilidad de desarrollar la estrategia. Las necesidades tácticas no deben ni pueden hacernos olvidar que la tarea estratégica es el desarrollo de los órganos de poder obrero*".

La advertencia de Moreno fue leída por la dirección del SWP (correcta o incorrectamente) como una acusación de maniobra y/o torpe manipulación textual, y entonces se generó todo un escándalo y controversia, tras lo cual se realizó una increíble encuesta el 28/Nov/75 (o sea durante los primeros 3 días después del golpe de estado de Eanes!!) entre todos los miembros del Comité Ejecutivo de la *Facción Leninista Trotskista*, para ratificar si el documento "*Key Issues in the Portuguese Revolution*" reflejaba (o no) lo discutido y acordado, con 29 de los 34 miembros votando por la afirmativa, tal cual era obviamente la posición del SWP.

Final y conclusiones

Al día siguiente del golpe militar de Eanes, el cerebro del *Grupo dos Nove* (Melo Antunes) declaraba que "*el PCP era indispensable para la construcción de la democracia*".

Por el contrario, y representativo intelectual de un sector no desdeñable del bando golpista, el reconocido analista e historiador Medeiros Ferreira (que tampoco era un *fascista* nato) sostenía que sin

la marginalización del PCP sería imposible construir una democracia.

Lo fundamental es que tras el golpe militar del 25/Nov/75 se cierra la crisis en el aparato represivo estatal: vuelven todos los oficiales *spinolistas* tras ser readmitidos los involucrados con los golpes de la *Mayoría Silenciosa* y el 11 de Marzo del ´75, se libera a ex-miembros de la PIDE. En contrapartida, el mayor Otelo Saraiva de Carvalho (una suerte de Emil Eichhorn involuntario del proceso revolucionario portugués) es puesto bajo arresto durante 44 días, y la *Guardia Nacional Republicana* comienza a reprimir las tomas de tierras en Alentejo. Familiares y amigos de detenidos por el 25 de Noviembre intentaron manifestarse frente a la cárcel de Custóias para exigir su liberación, pero fueron atacados a balazos por las fuerzas represivas, que así asesinaron a 4 personas. El dirigente socialista Mário Sottomayor Cardia, vocero partidario del PS, director de la prensa partidaria *Portugal Socialista* y miembro de la Asamblea Constituyente justificará la acción criminal, diciendo que "*si algún exceso puede ser reclamado a las autoridades relacionadas con el 25 de Noviembre, es su exceso de benevolencia y de escrúpulo en la adopción de medidas policiales*" (citado en la revista *Seara Nova*, 1976, p. 48) y en el mismo espíritu puede citarse también a Francisco Salgado Zenha, aquél otro alto dirigente del PS, que acuñó la famosa consigna de "*parar de hacer la revolución y reconstruir el Estado*".

Pero políticamente se trata de una combinación altamente inestable entre el bonapartismo militar personificado en Eanes y la "*contrarrevolución democrática*" liderada por el tándem de Mário Soares (PS) y Francisco Sá Carneriro (PPD), y así por ejemplo podía leerse en la Constitución portuguesa, promulgada en Abril del '76:

Artículo 1° - Portugal es una República soberana, basada

en la dignidad de las personas humanas y en la voluntad popular, empeñada en su transformación en una sociedad sin clases.

Artículo 2° - La República Portuguesa es un Estado Democrático [...] que tiene por objetivo asegurar la transición para el socialismo mediante la creación de condiciones para el ejercicio democrático del poder por las clases trabajadoras.

Artículo 3° - El Movimiento de las Fuerzas Armadas, como garante de las conquistas democráticas y del proceso revolucionario, participa, en alianza con el pueblo, en el ejercicio de la soberanía, en los términos de esta Constitución

El congresal constituyente José Luis Nunes dirá que "el *Partido Socialista procuró utilizar la tribuna constitucional para denunciar los errores y los desmadres practicados durante el período gonçalvista y también de las fuerzas que, en la derecha o en la extrema izquierda* [tuvieron una] *política contraria al interés nacional, a través del incitamiento al desorden y la destrucción*". Por su lado, el PPD aprobó el texto a pesar "*del sectarismo verbalista de filón marxista o marxizante*" (sic). Solamente el *salazarismo* reconvertido en el *Centro Democrático Social* (CDS) de Freitas Amaral votó en contra de la Constitución "*socialista*" de 1976, culpada de haber sido redactada "*bajo coacción de las masas*". En cambio, el PCP llamó durante años a defender la Constitución "socialista" (que nunca fue más que *papel mojado* bajo el dominio del Estado Capitalista) y a defender las "*conquistas de Abril*" (vulneradas día a día precisamente por el régimen político amparado por la Constitución).

Mientras el llamado "*Primer Gobierno constitucional*" liderado por Mário Soares del PS, devaluaba el Escudo, subía la tasa de interés, recortaba gasto público y subsidios, congelaba salarios ante

una inflación anual de 20%, aumentaba el desempleo y se sometía al *diktat* del *Fondo Monetario Internacional* (FMI) la izquierda revolucionaria portuguesa se desentendía de la lucha reivindicativa y reculaba hacia el parlamentarismo "*como no hay posibilidad alguna, en este momento, de crear asambleas populares con poder de decisión, por qué no intentamos crear un grupo que participe en las elecciones parlamentarias, para poder afirmar nuestras posiciones en la Asamblea de la República*?" (MOURA, 2012, p. 341). Pareciera como si, para la mayoría de la "*izquierda revolucionaria*" portuguesa, la única alternativa a la malhadada alianza Povo/MFA fuese, en los hechos, sólo el "*salto al vacío*" electoralista. Por otra parte, esa misma *izquierda revolucionaria* irá a ser perseguida por el nuevo régimen "constitucional" y fue así que Carlos Antunes (líder del PRP/BR) fue acusado de autoría moral de varias acciones armadas, permaneciendo detenido bajo *prisión preventiva* (!!) entre 1977 y 1982.

En apenas 4 años, desde 1976 y hasta 1980, hubo una serie de 6 gobiernos constitucionales, todos débiles e inestables, sin mayoría electoral propia y siempre sujetos al bonapartismo militar del presidente Eanes. El primer *Gobierno Constitucional* fue liderado por Mário Soares del PS, quien viajó a Brasil en misión oficial para persuadir a los capitalistas exiliados (sea por *saneamento* o por sabotaje económico) a que volvieran a Portugal, prometiéndoles a cambio la cesión de jugosas compensaciones. El segundo *Gobierno Constitucional* fue una muy clarificadora coalición del PS con los viejos *salazaristas aggiornados* del CDS; y luego seguirán tres gobiernos apartidarios (designados *a dedo* por Eanes); hasta que llegue el turno del gobierno del PPD, liderado por Sá Carneiro.

En medio de este proceso político inestable, en junio del '78,

surgió el *Partido Socialista Revolucionário* (PSR) producto de la fusión de las dos organizaciones del SU, es decir: LCI y PRT. En su mismo nacimiento el PSR traza un balance histórico sobre la *Revolucao dos Cravos* en un documento llamado "*As tarefas dos revolucionários perante a situação política em Portugal*" que fuera aprobado en su 1° Congreso.

Allí se identificaba al PCP -aliado al MFA y miembro de todos los Gobiernos Provisorios- como el principal responsable por la "decapitación" del proceso revolucionario; el PS es caracterizado como un agente del imperialismo; y el *centrismo* revolucionario (MES, FSP, UDP, FUR) es presentado como una política que combinaba el aventurerismo *putschista* con la subordinación oportunista al sector "radical" del MFA. El documento concluía sosteniendo que la "debilidad" del trotskismo (¿numérica? ¿táctica? ¿estratégica? No lo sabemos, porque el documento no lo especificaba) no le había permitido desempeñar una gran influencia en los eventos, pero no obstante habían sido los únicos que buscaron defender la independencia política del movimiento obrero frente a la burguesía y al MFA, en una afirmación que evidentemente **no** hacía justicia a lo visto en la práctica, Es que, como ya vimos, la LCI hizo seguidismo del PCP (véase el breve comentario, pero extrañamente laudatorio, del propio PCP hacia una organización trotskista como la LCI, en el boletín "*O Militante*"; Junio 1976, p. 14) mientras el PRT hizo seguidismo del PS (véase por ejemplo: MORENO, 2019, p. 207-247) y también la OCI *lambertista* convivió en harmonía con la dirección del PS por lo menos hasta Mayo de 1976. Cabe mencionar que casi inmediatamente, en 1979, en el PSR se produce la escisión de la mayoría del antiguo PRT (habrá sido por el acalorado debate generado por el incidente de la Brigada Simón

Bolivar en Nicaragua??) tras la cual el PSR se mantiene básicamente como la continuidad histórica de la LCI exclusivamente.

Finalmente, y a modo de breve conclusión: en 1974/75 las organizaciones trotskistas en Portugal estuvieron marcadas, por un lado, por el legado del *pablismo* (algo más que evidente en la LCI) y, por el otro lado, por la noción de que los aparatos socialdemócratas serían dependientes de la democracia burguesa o de sus migajas (y por lo tanto más "*progresivos*") en contraposición al *estalinismo* para quien la forma específica del régimen político burgués le sería relativamente indiferente (idea visible en el PRT y en el *lambertismo*).

De algún modo, como si eternamente se debiera elegir a uno entre Largo Caballero y Jesús Hernández en la España del '36, entre León Blum y Maurice Thorez en el *Frente Popular* francés, o entre Luis Corvalán y Carlos Altamirano durante la *Unidad Popular* chilena.

Bibliografía (brevemente) anotada:

ABREU PESSEGUEIRO, Francisco. **Portugal/ Revolução: unidade socialista. Balanço duma experiencia e perspectivas**. Porto: Coopag Scarl, 1977: *una proclamada reflexión colectiva realizada por ex-militantes de la LCI que se apartaron de la organización en mayo del '76 tras haber constatado "*el fracaso del proyecto de la LCI y de la actuación de la IV Internacional en relación a Portugal*". Se trata de una obra de casi 300 páginas, que incluye un análisis del proceso revolucionario que llega hasta enero de 1977*

ANDERSON, Perry. **Tras las huellas del materialismo histórico**.

México: Siglo XXI Editores, 1986: *el autor dedica apenas un par de páginas al tema de la revolución portuguesa, pero suficientes como para propagar la mitología del* "golpe de Praga" *(o de Lisboa) intentado por el PCP, y además una bastante discutible caracterización de lo que significó el proceso revolucionario portugués para las filas de la IV Internacional (aunque Anderson se refiera concretamente al SU, parece estar enjuiciando a toda la tradición política-histórica)*

BRITO, Carlos. **Álvaro Cunhal - Sete Fôlegos do Combatente**. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2010: *interesante libro de memorias escrito por quien fuera presidente de la bancada parlamentaria del PCP desde 1976 a 1991, y pre-candidato presidencial para las elecciones de 1980. Repasa en detalle el rol asignado a los militares en el célebre informe* Rumo á Vitoria *preparatorio al VI Congreso partidario (1964); la "moderación" del VII Congreso (Oct/74) celebrado luego de la salida de Spínola del poder; las relaciones con Mário Soares inmediatamente después del 25 de Abril; el resultado de las elecciones a la Asamblea Constituyente del '75; las relaciones con la llamada "izquierda militar" y el* Grupo dos Nove*; los cambios tácticos rocambolescos en los fugaces días del FUP/FUR; los supuestos méritos históricos de Cunhal; etc.*

CASTRO, Pedro Jorge. **O ataque aos milionários**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014: *con basamento en entrevistas y documentos alegadamente inéditos, el libro narra como las pobres familias Espírito Santo, Mello y Champalimaud (es decir, la crema de la burguesía portuguesa durante el salazarismo, cuando aportaban generosas sumas a las finanzas de la temible PIDE) tuvieron que*

enfrentar algunos contratiempos inusuales –detención, breve prisión, congelamiento de cuentas bancarias, exilio dorado– tras el fracaso golpista de Spínola en el 11/Mar/75, en el cual pudieron haber dejado imprudentemente marcadas sus huellas digitales

CONTREIRAS, Carlos de Almada (coord.). **A noite que mudou a Revolução de Abril. A assembleia militar de 11 de Março de 1975**. Lisboa: Edições Colibrí, 2019: *después de décadas de ignorada existencia, finalmente aparecieron unas cintas de grabación que contienen el audio de las discusiones en la Asamblea del MFA convocada por el presidente Costa Gomes para la misma noche después de producida la derrota del segundo intento golpista de Spínola. Lo que numerosos escribas, oficiosos o no, de la burguesía catalogaron inmediatamente como* "la Asamblea Salvaje" *fue en realidad, y queda muy en claro leyendo las intervenciones ahora desgrabadas, un auténtico "monumento" a la moderación política, donde ciertas loables voces indignadas (por ejemplo: el coronel Varela Gomes, y en menor medida también el capitán Dinis de Almeida) fueron anuladas por las maniobras dilatorias tanto de Costa Gomes como de Rosa Coutinho (llamado "o Almirante Vermelho")*

CRUZEIRO, María Manuela (entrevista). **Vasco Gonçalves, um General na Revolução**. Lisboa: Editorial Noticias, 2002: *un extenso reportaje a este personaje histórico, auténtico y esmerado* compagnon de route *del PCP, que alguna vez fuera definido por Valerio Arcary como siendo* "menos trágico que Allende, menos torvo que Kerensky, menos retórico que Largo Caballero y menos bufón que Daniel Ortega". *Durante la entrevista Vasco Gonçalves admite haber sido*

visceralmente hostil al izquierdismo *(p.143-144) y lo caracteriza poco menos que como* idiotas útiles *de las fuerzas que se oponían a la Revolución, con una política perjudicial tanto en el movimiento obrero como en el seno de las FF.AA. Pero, tal como ya señalara Francisco Martins Rodrigues, este general, reformista improvisado, aliado del PCP (hasta que Cunhal le "soltó la mano" en la reunión del CC en Alhandra, para buscar un entendimiento con el bloque PS/PPD) nunca pareció haber entendido que de no haber sido por las huelgas y manifestaciones anti-coloniales del "izquierdismo" el presidente Spinola jamás lo hubiera invitado a hacerse cargo del gobierno; como tampoco pareció entender que sin las masivas ocupaciones de fábricas y los* saneamentos *nunca hubiera sido siquiera pensable la Ley de Nacionalizaciones después del 11/Mar/75; ni tampoco pareció entender que la Reforma Agraria sólo se firmó en el verano del '75 después de haber comenzado una ola de ocupaciones "descontroladas" de tierras en la región de Alentejo*

CUNHAL, Álvaro. **A crise político-militar**. **Maio/Novembro de 1975. Discursos políticos.** Lisboa: Editorial "Avante!", 1976: *contiene la versión íntegra (previamente omitida) de la reveladora intervención en la Reunión Plenaria del Comité Central del PCP, celebrada el 10 de Agosto del '75 que dejaba ver (además de como la Comisión Política liderada por Cunhal pasaba por encima del mismísimo CC) que la decisión de "sacrificar" a Vasco Gonçalves en aras de un nuevo entendimiento con el bloque cívico-militar PS/Grupo dos Nove ya había sido tomada mucho antes del famoso discurso de Almada*

CUNHAL, Álvaro. **A verdade e a mentira na Revolução de Abril**

(a contra-revolução confessa-se). Lisboa: Editorial "Avante!", 1999: *el mítico secretario general del PCP desde 1961 (poco después de su fuga de la prisión de Peniche) hasta 1992, en un curioso libro donde al autor, dispuesto estoicamente a defender simultáneamente la* infalibilidad papal *de su Partido y absolutamente* todos *los zig-zags del PCP (por ejemplo: primero con Spínola, y luego contra Spínola; luego con Soares, y después contra Soares; al inicio contra Eanes, pero luego con Eanes) simplemente se le "escapan" algunas verdades esenciales para entender la estrategia del PCP antes, durante y después del proceso iniciado el 25 de Abril*

DE ALMEIDA, Diniz. **Ascensão, apogeu e queda do M.F.A. Volume I y II**. Lisboa: Edições Sociais, 1978: *una obra indispensable para conocer el desarrollo político del MFA, escrito por un "insider" de auténtico relieve, dado que su decidida acción en el RAL-1 de Lisboa el 11/Mar/75 impidió el éxito de la intentona golpista de Spínola*

FILOCHE, Gérard. **Printemps portugais**. Paris: Editions Acteon, 1984: *a lo largo de casi 600 páginas el autor, redactor en* Rouge *(periódico de la LCR francesa) durante el proceso revolucionario portugués, logra trazar un cuadro muy vívido tanto de los acontecimientos como de las fuerzas políticas y sociales actuantes. Leído entre líneas es posible adivinar algunas de las razones por las cuales Filoche chocó con las posiciones de la mayoría en la dirección de la LCR, y que le valieron la interdicción para seguir escribiendo sobre Portugal en* Rouge, *lo que a su vez llevó a Filoche a renunciar inmediatamente tanto al Comité Central como a su membresía en la* Tendencia Mayoritaria Internacional *mandelista del SU*

GOMES, Bernardino y SÁ, Tiago Moreira. **Carlucci *vs.* Kisssinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008: *importante reconstrucción histórica por parte de autores (especialmente en el caso de Bernardino Gomes) con membresía en asociaciones de la OTAN y contactos con el cuerpo diplomático del Estado portugués. Sostener un amplio abanico partidario (PS, PPD, CDS) durante el proceso electoral para la Asamblea Constituyente y, sobre todo, sostener a los militares "moderados" del MFA que luego conformarían el* Grupo dos Nove *(sin descartar un posible escenario de* blitzkrieg *civil) fue, tras la segunda derrota de Spínola en 1975, el plan maestro de Frank Carlucci (embajador en Portugal) mientras, en cambio, Henry Kissinger (Secretario de Estado del presidente Nixon) era partidario de "vacunar" duramente a Portugal para prevenir posibles "contagios" en varios países de Europa Occidental (España, Italia, Francia, Grecia). El libro narra infinidad de pequeños hechos reveladores: el generoso apoyo financiero del* Departamento de Estado*, incluso por intermedio del aparato de la* Internacional Socialista*, hacia el partido de Mário Soares; la ciega y absoluta oposición a Vasco Gonçalves como Comandante en Jefe de las FF.AA. tras su dimisión como Primer Ministro; el apoyo total al VI Gobierno Provisorio liderado por Pinheiro de Azevedo; entre otros.*

GOMES MOTA, José. **A resistência. Subsídios para o estudo da crise político-militar do Verão de 1975**. Lisboa: Edições "Jornal Expresso", 1976: *desnuda la manera como, lenta y no tan arduamente, se fue armando la coalición cívico-militar que se alzaría con el poder tras el golpe del 25 de Noviembre. El libro está dedicado con*

admiración al coronel Vasco Lourenço, líder del llamado Grupo dos Nove*, por haber motorizado "*el aplastamiento por el *Movimento das Forças Armadas* de las aberrantes aventuras revolucionarias de sus facciones disidentes*" y narra con muchísimos detalles algunos de los mojones claves: la salida del PS y PPD que produjo la caída del IV Gobierno Provisorio; la difusión del "Documento dos Nove"; la Asamblea de Tancos en Sep/75; la participación de Mário Soares en la reunión militar del 18/Nov/75 que decidió la "auto-suspensión" de actividades del VI Gobierno Provisorio de Pinheiro de Azevedo; la tensa nominación de Vasco Lourenço como comandante de la Región Militar Lisboa en reemplazo de Otelo; etc.*

GONÇALVES, Vasco. **Discursos, *conferências* de imprensa, entrevistas**. Porto: Augusto Paulo da Gama, 1976: *casi 500 páginas con la noción (y la verborragia) política de quien fuera Primer Ministro durante la mayor parte del proceso revolucionario. Inicialmente convocado al gobierno por el propio Spínola (que habrá de arrepentirse rápidamente) trató siempre de mantener tanto al PS como al PCP dentro de la órbita de gobierno. Ni siquiera su inesperada "radicalización" después del fracasado intento golpista de 11/Mar/75 (que gracias a la colosal torpeza de Spínola desató una nueva alza de masas) logró mitigar su ciega oposición al llamado "izquierdismo". El intento bonapartista de la llamada alianza* Povo/MFA *naufragará porque, no habiendo logrado desmovilizar a casi nadie, al final desapareció la "sombra de la burguesía" cuando ésta decidió cruzarse de vereda*

MAILER, Phil. **Portugal: the impossible revolution?**. London:

Solidarity, 1977: *aunque es usualmente citado como un clásico sobre el tema, contiene muchas afirmaciones que causan "*cringe*", como por ejemplo: el PBI habría caído en Portugal un 24% entre 1974/75 (p. 12); habría sido en 1951 que Cunhal se escapó de la cárcel de máxima seguridad (p. 58); Lisboa habría tenido una población de un millón al momento del multitudinario acto del 1° de Mayo del'74 (p. 61). Más allá de este alarmante desprecio por la exactitud, el "apartidismo" anarquista de Mailer, aunque con muchas observaciones políticas correctas, también demoniza casi ontológicamente a todos los partidos "leninistas" pero sin embarcarse en discusiones sobre programas, tácticas o estrategias. Curiosamente, el Partido Socialista portugués parece escapar de esta satanización. A favor de Mailer digamos que no intentó hacer del llamado "*caso República*" un episodio en la escalada hacia la irrefrenable dictadura bonapartista de Vasco Gonçalves y el PCP (tal como, en cambio, lo hicieran el SWP de Joe Hansen, el PST de Moreno y la OCI de Lambert) si no que vio los hechos, correctamente a nuestro entender, como otra legítima lucha por el incipiente* control obrero *tal como sucedía en varias plantas fabriles e incluso en la Rádio Renascença perteneciente a la Iglesia Católica*

MARTINS RODRIGUES, Francisco. **O futuro era agora. O movimiento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994: *reúne importantes testimonios de numerosos activistas populares y militantes de la izquierda revolucionaria, acompañada de una muy útil cronología y, fundamentalmente, del desencarnado análisis político de FMR (el padre del maoísmo portugués) que, históricamente, y siendo en ese momento miembro del Comité Central*

*del PCP, tuvo el mérito de romper políticamente con Álvaro Cunhal en 1963, acusándolo corajosamente de "*oportunismo*" (tanto respecto de las guerras coloniales del salazarismo en África, como respecto del derribamiento del fascismo portugués) durante una reunión partidaria en la mismísima Moscú, por añadidura*

MATEUS, Rui. **Contos proibidos. Memórias de um PS desconhecido**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996: *uno de los miembros fundadores en 1973 del PS portugués en el exilio, en una reunión celebrada en la ciudad alemana de Bad Münstereifel, narra aquí, con lujo de detalles, algunos hechos realmente sabrosos de 1974/75. Pero políticamente se trata de un texto extremadamente anticomunista, donde el PCP es convertido en* deus-ex-machina *del proceso revolucionario, capaz de infiltrar totalmente al MFA, engañar como niños a Spínola y a Mário Soares, e intentar dar un "golpe de Praga" en alianza conspirativa con la "izquierda militar", el FUR y la UDP. Empecinado en querer mostrar a Mário Soares con una tozuda propensión a convertirse en el "Kerensky portugués" por su acercamiento inicial al PCP (por lo menos hasta la salida de Spínola del poder tras el fracaso de la manifestación de la* Maioría Silenciosa*) luego el autor procede a detallar la generosa financiación de parte de la CIA hacia el PS, especialmente después de las elecciones del '75, para lo cual la CIA contó con la ayuda del gobierno laborista británico de James Callaghan y de la socialdemocracia alemana. Incluso narra como el lambertista Aires Rodrigues (por entonces* Responsable de Organización *del PS) pertrechado al estilo* Comando *y con ametralladora incluida, habría recibido de sus propias manos un par de paquetes con dinero de la CIA, en las vísperas del golpe del*

25 de Noviembre (p.89-90)

MEYRAND, Jacques. **Portugal, nouvelle défaite de la contre-révolution**. *La Verité* N° 568, París, Septembre 1975, p. 1-34: *el análisis de la OCI francesa sobre los eventos en Portugal en medio del Verão Quente del '75 donde se caracteriza que el MFA no era de manera alguna la vanguardia "democrática" del cuerpo de oficiales, si no la expresión política de la* ***totalidad*** *del cuerpo de oficiales del ejército portugués. Afirmación polémica que parecía ignorar completamente tanto el proceso evolutivo del MFA (el fracaso de Spinola de subordinar al MFA a su autoridad durante la asamblea de* Manutenção Militar*; la recolección de firmas para el documento* Engrácia Antunes/Hugo dos Santos *que buscaba terminar con el estado deliberativo en las FF.AA.; la realización de la "asamblea de los 200", etc.) así como las disputas (violentas, pero en sordina) al interior del MFA. Pero, fundamentalmente, una afirmación polémica que sería refutada en los hechos por esos mismos días, con la decisión de "desactivar" el MFA (o dejarlo apenas en "estado de espíritu") tras la Asamblea de Tancos que desplazara al* gonçalvismo *del poder. En estas páginas el lambertismo se mimetiza con el PS declarándose* ***en contra*** *de la Central sindical única (imaginamos por el peso del aparato del PCF dentro de la llamada Intersindical-CGT portuguesa) pero simultáneamente a favor de la "unidad sindical". La OCI aparentemente creía que el PS realmente se oponía al "*pluralismo sindical de inspiración burguesa*" por lo que no conseguimos imaginar la sorpresa causada en el domicilio de* Rue de Faubourg # 87 *en Saint Denis, cuando tiempo después se formase la UGT totalmente dominada por el PS. La feroz discusión posterior dentro del CORCI,*

con Política Obrera, sobre los "sindicatos burgueses" venía quizás ya marcada por este llamativo antecedente. En el artículo también se sostiene que no era el PS en Portugal quien libraba un combate feroz contra las masas y a favor de la restauración del poder de la burguesía (rol jugado, aparentemente en solitario, por el PCP) si no que el PS habría sido convertido por las mismas masas (a tientas, sin estar exentas de ilusiones, pero con "instinto de clase" sobre las cuestiones fundamentales) en un canal para avanzar políticamente, en tanto que "partido obrero parlamentario"

MEYRAND, Jacques. **Portugal: aprés le 25 novembre 1975**. *La Verité* N° 570, París, Février 1976, p. 48-58: *un breve análisis lambertista escrito apenas cinco semanas después del golpe de Eanes, donde la OCI francesa sigue llamando a un "*gobierno del PS y del PCP sin ministros burgueses y sin el MFA*" a la vez que culpabiliza a* **les gauchistes** *por haber luchado, de manera complementaria al PCP,* contra *la "unidad del frente proletario" y de haber sido usados como "instrumentos de provocación" en manos de la reacción durante los hechos del 25 de Noviembre*

MORENO; Nahuel. **Revolução e contrarrevolução em Portugal**. São Paulo: Sundermann, 2019: *a favor del texto, diremos que se trata de una extensa y clara exposición, de marcado tono polémico, acerca del proceso revolucionario y de algunos conceptos marxistas esenciales (bonapartismo, frente popular, naturaleza de los PC y los PS, etc.) En contra del texto (y haciendo abstracción de las muchas diferencias políticas que este autor tiene con el* morenismo*) diremos que, habiendo sido fechado 10/Jul/75 por el mismo Moreno, el texto*

"envejeció" demasiado rápidamente a la luz de los acontecimientos políticos posteriores, popularmente conocidos como Verão Quente *del '75 y, lo más importante, lamentablemente no se conocen "actualizaciones" posteriores, de igual tenor y jerarquía, realizadas por el mismo Nahuel Moreno. En este sentido, es como si se tratase de una "Historia de la Revolución Rusa" que se detuviese en las* Tesis de Abril*, valga como ejemplo burdo*

MOURA, Paulo Veiga. **Otelo o revolucionário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012: *la biografía de Otelo Saraiva de Carvalho, el controversial Comandante de Copcon que alguna vez declaró "*si tuviese una cultura que no tengo, yo pudiera haber sido el Fidel Castro de Europa*". En este libro es posible captar imágenes que grafican claramente la psicología (y los evidentes límites políticos) de este miembro clave del MFA que, siempre e indefectiblemente, eligió privilegiar la "lealtad" para con sus viejos camaradas en las FF.AA.* (por ejemplo: Vasco Lourenço, Eanes, Vítor Alves, es decir, la *cara militar* de la contrarrevolución del 25 de Noviembre)

RODRIGUES, A. **Como nós marxistas-leninistas temos sabotado o movimento revolucionário**. Lisboa: Edição do autor, 1976: *escrito aparentemente bajo pseudónimo, el autor declamaba militancia en la ORPC(m-l), una de las fuerzas integrantes del PCP(R) maoísta (donde también militara Francisco Martins Rodrigues en esa época) fundado tras un arduo proceso de unificación sólo a fines de Dic/75. Además de las críticas a la dirección del PCP(R) liderado por Diógenes Arruda (el brasilero exiliado en Portugal, y uno de los fundadores del PC do B) por una línea derechista, electoralista, y una concepción "etapista"*

del proceso revolucionario en Portugal, que enchalecaba dentro de los estrechos límites de la "revolución democrática" lo que iba a ser impulsado como "línea" partidaria. En resumen, en el laberinto de la Revolución Portuguesa también las organizaciones que se reclamaban del maoísmo (MRPP y PCP-ml por un lado, con su teoría que caracterizaba de "social-fascista" al PCP, convertido así en el "enemigo principal"; y la UDP por el otro lado, con su sectarismo respecto de los "órganos populares de base" y su inmovilismo ante el VI Gobierno y el golpe en ciernes) se hubieran enfrentado a tiros en trincheras opuestas si el 25 de Noviembre hubiese habido un enfrentamiento militar en oposición a los 200 comandos de la tropa de élite, al mando del fascista Jaime Neves (oportunamente salvado de un saneamento *gracias a la intervención ¿inexplicable? de Otelo) que fueron disuadiendo a la rendición, uno a uno, a los Regimientos "de izquierda" de la Región Militar Lisboa*

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2019: *uno de los estudios comparativos más profundos del régimen de* Estado Novo *salazarista, producido por uno intelectuales más prestigiosos de la izquierda portuguesa contemporánea, que además militó en el maoísta M.R.P.P. antes y durante los años del proceso revolucionario*

SOARES, Mário. **Portugal: que revolução? Diálogo com Dominique Pouchin.** Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976: *se trata de la dilatada visión, en 232 páginas, del proceso revolucionario por parte del líder del PS, a quien tempranamente el presidente Spinola le confió (nada menos!!) que el* Ministerio de Relaciones Exteriores,

encargado de negociar el estatuto neo-colonial con los movimientos de liberación nacional de Angola, Mozambique, Guinea-Bissau y Cabo Verde. El entrevistado habla de su relación con Manuel Serra (líder de una tendencia interna MSP que rompió con el PS en enero del '75); del muy publicitado caso República*; del 11 de Marzo, el significado político de las elecciones a la Asamblea Constituyente; del* gonçalvismo *y los acontecimientos del 25 de Noviembre; etc. El periodista francés Pouchin del diario* Le Monde *fue públicamente amonestado en esos años por el socialista François Mitterrand, quien se quejó amargamente que Francia estuviese sido informada de los eventos revolucionarios portugueses* "a través de los ojos de un trotskista" *(por las relaciones de Pouchin con la LCR mandelista)*

VARELA, Raquel. **A História do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011: *a nuestro juicio, se trata realmente del mejor libro para entender la actuación del Partido Comunista Portugués durante el proceso revolucionario. Desde la entrada del PCP al 1° Gobierno Provisorio (o sea,* Goodbye Lenin*!!) liderado por el derechista Spínola, donde el PCP cumplió simultáneamente los roles de* rompe-huelgas *y piedra angular de la reconstrucción del Estado burgués en tanto que, en 1974, único partido realmente "nacional" y activo durante las largas décadas del régimen fascista. Es que, tal como se mofaban los militantes del PCP al resumir la historia del PS hasta ese momento: "*100 años de historia, y 40 años de ausencia*". Luego el libro también analiza el obstinado* seguidismo *al MFA (y a las FF.AA. en general); la "radicalización" después del 11/Mar/75; el vértigo político del* Verão Quente *del '75 y las fortísimas disputas con el PS; hasta llegar al verdadero papel del PCP durante*

*el golpe del 25 de Noviembre, tema en el que la autora no suscribe en absoluto a la mitología del "*golpe de Praga*" tan cara, hasta el mismo día de hoy, al enorme arco de la burguesía y sus intelectuales.*

El trotskismo en la Argentina: análisis de una sub-cultura política dentro del campo de las izquierdas

Martín Mangiantini[1]

Introducción

El presente trabajo aborda la trayectoria de una corriente política que formó parte del amplio abanico de las izquierdas en la Argentina, específicamente dentro del campo ideológico del trotskismo, entre los años 1965 y 1976. A lo largo de este período de convulsión social, radicalización ideológica e incipiente crisis orgánica, esta expresión partidaria se manifestó a través de tres organizaciones consecutivas: el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) desde su fundación en 1965 hasta su ruptura, el Partido Revolucionario de los Trabajadores – La Verdad (PRT – LV) entre 1968 y 1972 y, finalmente, el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) desde su conformación hasta los inicios de la dictadura cívico-militar acaecida en 1976.[2]

Una característica de este período recae en la existencia de una

---

1 Doctor, magister y profesor en Historia por la Universidad de Buenos Aires. Investigador asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede en el Instituto de Historia Argentina y Americana "Emilio Ravignani". Autor de los libros "Itinerarios Militantes. Del Partido Revolucionario de los Trabajadores al Partido Socialista de los Trabajadores (1965-1976)" (2018); "El trotskismo y el debate en torno a la lucha armada. Moreno, Santucho y la ruptura del PRT" (2014) y "El movimiento obrero y las izquierdas en América Latina. Experiencias de lucha, inserción y organización" (en coautoría con Hernán Camarero) (2018) y de decenas de artículos sobre la militancia revolucionaria en la Argentina de los años sesenta y setenta. Forma parte del Comité Editor de la Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda. Contato: martinmangiantini@gmail.com

2 Representada por la figura de Nahuel Moreno, esta trayectoria política se

proliferación de organizaciones autodefinidas como revolucionarias. Se trató de una etapa marcada por la aparición de un conjunto de agrupaciones de izquierda, a la vez críticas de los tradicionales Partido Socialista y Comunista. Expresiones trotskistas y maoístas son ejemplo de ello, a lo que se sumó una proliferación de estructuras simultáneamente políticas y militares además del amplio arco de la izquierda peronista. Resulta de interés preguntarse sobre la existencia de aquellas características específicas de esta corriente trotskista en perspectiva comparativa con las restantes propuestas presentes.

La identidad que construyeron los militantes de los partidos estudiados supuso la adopción de determinados valores, ideas y conductas dentro de un proceso dinámico de producción, transformación y actualización de símbolos (BOURDIEU, 1988). Esta se construye sobre la base de la percepción que un individuo o colectivo posee acerca de sus propias características y, al mismo tiempo, a partir de la comparación entre ellas y aquellas pertenecientes a otros sujetos. Esto da cuenta de la conformación de nuevas subjetividades que contradicen normas y convenciones instituidas estructurándose sobre la base de una actuación grupal (en este caso, dentro de una esfera partidaria) más allá de no desaparecer por completo las singularidades de unos sujetos que, al integrarse a un colectivo, ven alternadas sus individualidades (FOUCAULT, 1991; DOUGLAS, 1988).

En este período pueden identificarse, por lo menos, seis rasgos identitarios de peso al interior de esta corriente, mantenidos como premisas de relieve no sólo por sus organismos de dirección sino también, de distinta manera, por el conjunto de su militancia en la cotidianeidad dando como resultado un perfil organizativo definido.

---

originó en los años cuarenta y actuó bajo diversas nomenclaturas.

Los debates en torno a la lucha armada

El triunfo de la Revolución cubana generó en la izquierda latinoamericana redefiniciones y discusiones en torno a los paradigmas organizativos y metodológicos vigentes. Este proceso puso de manifiesto un nuevo tipo de esquema, el *guevarismo*, consistente en la construcción de organizaciones simultáneamente políticas y militares, la primacía del campesinado como sujeto y la guerra de guerrillas como método para forjar la transformación de la sociedad. Este tipo de debate abarcó a un amplio conjunto de organizaciones en el que también se incluyeron diversos partidos encuadrados en la tradición marxista-leninista como, por ejemplo, aquellos de impronta trotskista.

La organización Palabra Obrera, agrupamiento dirigido por Nahuel Moreno previo a su fusión con el FRIP, tras una primer caracterización negativa, desde 1960 realizó definiciones que, más allá de resaltar diferencias y delimitaciones, se basaron en la defensa de este proceso. Se argumentó que Cuba se convirtió en un estado obrero con el componente ventajoso de tratarse de un gobierno no asimilado al denominado "socialismo real" dirigido por la URSS lo que alejó a Cuba de la caracterización de "estado obrero degenerado" (GONZÁLEZ, 1999).

En 1962, este partido editó un folleto titulado *La Revolución Latinoamericana* (MORENO, 1962). Allí, Moreno esbozó una producción más cercana a los paradigmas teórico-organizativos del proceso cubano. La hipótesis acerca de la importancia de este documento como el momento de mayor acercamiento teórico a los preceptos de la Revolución se podría sintetizar en diversas definiciones de peso. En

primer lugar, la reivindicación por parte de Moreno de la dirección cubana como la "vanguardia de la revolución latinoamericana" y su identificación con la teoría de la revolución permanente de Trotsky, dado que Cuba demostró cómo una transformación política, que inicialmente tuvo rasgos democrático-burgueses en su contenido, se radicalizó y convirtió en una revolución socialista con características agrarias y antiimperialistas. En segundo lugar, en lo que se convirtió en la concesión de mayor envergadura al paradigma *castrista*, afirmó que el campesinado y la pequeña-burguesía podrían poseer en América Latina un papel revolucionario aunque, simultáneamente, sostuvo que la clase obrera era la única capacitada para cumplir con la transición al socialismo más allá de que otros sujetos iniciaran el proceso (MORENO, 1962). Este análisis se imbricó, a su vez, con la identificación de aquellas consignas que, según esta corriente, eran fundamentales que el trotskismo tomara para sus programas en los países latinoamericanos semi-coloniales como, por ejemplo, la liberación nacional y la revolución agraria.[3]

Sin embargo, estos elementos de contacto con el paradigma cubano no eliminan su rasgo más relevante, a saber, la diferenciación allí establecida entre la lucha armada como parte de la práctica política y la guerra de guerrillas como estrategia revolucionaria. En este documento, Moreno afirmó que la lucha armada era un método indiscutible, pero que debía llevarse a la práctica de diversas formas como, por ejemplo, en la defensa de las huelgas y las ocupaciones de fábrica, en los sindicatos campesinos y ocupaciones de tierras, o para contrarrestar el accionar de los grupos reaccionarios, bandas fascistas y rompehuelgas (MORENO, 1962).

3 "Latinoamérica y Cuba", Ediciones Palabra Obrera, Nº 2, 1961.

La necesidad de no equiparar el concepto de lucha armada (en un marco de inserción de una organización en las acciones de masas) con la guerrilla como estrategia de lucha (en el sentido de una vanguardia armada que, a partir de acciones aisladas se convertiría en gestora de conciencia) se reveló como una afirmación fundamental en los años venideros. En este sentido, el debate que derivó en la ruptura del PRT en 1968 se convirtió en una de las polémicas de mayor peso dentro de las izquierdas argentinas alrededor de la puesta en práctica de la lucha armada. La tendencia que conformaría el PRT – El Combatiente postuló la necesidad de conformación de un "partido armado militarmente" que preparara, organizara y culminara el accionar de las masas.[4] Sin negar la necesidad de forjar una herramienta partidaria, promovió la gestación de un ejército revolucionario que actuaría como su brazo armado en el marco de una "guerra civil prologada". Este debía residir en un ámbito rural adecuado para su preservación y, al mismo tiempo, preparar a centenares de grupos armados obreros y populares para actuar en las ciudades como apoyo a las movilizaciones de masas. Así, a partir de una acción militar independiente, el ejército revolucionario crearía las condiciones pertinentes para una revolución socialista triunfante. Esta tendencia destacó que al no existir un partido revolucionario en la Argentina, la existencia de un ejército revolucionario era fundamental, siendo su tarea central la ligazón con las necesidades y simpatías de las masas partiendo, de manera gradual, de las acciones simples a las más complejas (SANTUCHO, PRADA Y PRIETO, 1968). Desde una perspectiva distinta, la facción que derivaría en el PRT – LV, mediante la utilización del concepto de "resistencia técnica parcial", argumentó

4 "Documento de Bernardo para el IV Congreso del PRT", Comité Central del PRT, 1967.

la necesidad de llevar a cabo acciones armadas en el marco de las propias luchas defensivas que sostenía el proletariado y no como instancias ajenas a este.[5]

Este mismo debate, desde 1969, esta corriente lo sostuvo de un modo aún más álgido a nivel internacional en el marco del Secretariado Unificado de la IV Internacional. En su IX Congreso, realizado en Francia, Moreno polemizó en torno a la estrategia a aplicar en América Latina, principalmente con el dirigente italiano Livio Maitán, autor de un documento en el que instaba a impulsar una guerra de guerrillas en todos los países latinoamericanos dada la existencia de una "guerra civil prolongada a escala continental" (MORENO Y OTROS, 1973 y MORENO, 1989).

Como base del pensamiento desarrollado, se destaca la diferenciación establecida en torno a los conceptos de "teoría", "estrategia" y "táctica". Moreno entendió por *teoría* aquellas leyes generales del proceso histórico que, en el caso del trotskismo, se vinculaban con la *teoría de la revolución permanente*, convertida en la ley general de la revolución y del movimiento de masas en la etapa de transición del capitalismo al socialismo. La *estrategia*, por su parte, eran los objetivos de largo plazo de movilización de las masas y de construcción de partidos según el modelo bolchevique como condición y única herramienta necesaria para tomar el poder junto a la clase obrera e instaurar un régimen socialista. Por último, se definió a la *táctica* como los medios para alcanzar dichos objetivos estratégicos. En relación con ello, para forjar la construcción de un partido político revolucionario y lograr la movilización de las masas,

5 "La Revolución Latinoamericana, Argentina y nuestras tareas", PRT, Noviembre de 1967.

era necesario redefinir la táctica en cada momento y de acuerdo a los cambios coyunturales. Por ello, Moreno criticó la política de colocar en un primer plano a la táctica y que ella se convirtiera en un fin en sí mismo (MORENO, 1989).

Esta concepción no descartó ninguna de las tácticas que pudieran sucederse al calor de las luchas de acuerdo al devenir del momento histórico. Tomar las armas, decretar una huelga general por tiempo indeterminado o presentarse a elecciones y forjar una disputa en el terreno institucional, eran opciones válidas siempre y cuando se mantuvieran presentes como objetivos de fondo la necesidad de la construcción partidaria y la movilización de las masas para la toma del poder. En este esquema, la gestación de una guerrilla se convertiría en una opción más. El error político radicaba en convertir una táctica en orientación estratégica lo que, inevitablemente, relegaría la construcción partidaria (MORENO Y OTROS, 1973).

En este análisis, la lógica del accionar de la guerrilla generaba una brecha entre las acciones militares y las políticas y, consecuentemente, la separación entre vanguardia y masas. Desde esta óptica, una vez que un grupo, aislado del movimiento social, iniciaba acciones como, por ejemplo, robo de bancos, ataques a comisarías o secuestros, se hacía cada vez más dificultosa la tarea de inserción entre los trabajadores, dado que la actividad guerrillera implicaba una lógica de clandestinidad frente a las fuerzas represivas que la alejaban indefectiblemente de la población. Al mismo tiempo, cuando las organizaciones armadas percibían la problemática del aislamiento, tendían a resolverla con acciones definidas como paternalistas (como las entregas de alimentos) lo que, en la práctica, no revertía la ausencia de una ligazón real (MORENO Y OTROS, 1973).

El internacionalismo

Acorde a la teoría trotskista, esta corriente compartió la necesidad de forjar un modo de producción socialista a escala mundial lo que se justificaba dada la internacionalidad del sistema capitalista y la imposibilidad de supervivencia de un estado obrero en un solo país. Pero, más allá de sus rasgos teóricos, el internacionalismo como aspecto identitario conllevó diversos momentos y esferas de intervención en la cotidianeidad. Por un lado, implicó la intervención en distintas entidades internacionales. Durante el período del PRT, participó de instancias de coordinación relacionadas con el apoyo a la Revolución cubana como, por ejemplo, el Congreso Pro Solidaridad con Cuba realizado en Chile.[6] No obstante, la mayor expresión fue el intento de involucramiento con la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), coordinación impulsada y apoyada por la propia dirección gubernamental cubana desde 1967 para su extensión y el apoyo a diversos procesos revolucionarios del continente. Su lanzamiento fue recibido positivamente por el PRT que se propuso su integración y la construcción en Argentina de comités de base de esta entidad a nivel fabril, barrial, zonal y estudiantil tras sostener, públicamente, la necesidad de transformación de este organismo en una estructura de masas que sirviera como dirección de la revolución latinoamericana.[7] Luego de la ruptura, el PRT – LV continuó destacando esta instancia de coordinación al caracterizarla como una entidad creada por un estado socialista con el objetivo de extender la revolución por fuera de sus fronteras. Pero, al mismo tiempo, esbozó sus limitaciones afirmando

6 "El Militante", Periódico interno del PRT, Año 1, Nº 7, 10-06-1965.
7 "Documentos internos", Comité Central del PRT, 1967.

que se trataba de una forma de reclutamiento y propaganda de la dirección cubana y de los movimientos guerrilleros siendo la actividad armada la única practicada y, en razón de ello, el error de ignorar la importancia de los partidos marxistas que actuaban en los organismos tradicionales del movimiento de masas y la adeudada necesidad de impulsar fracciones sindicales de la OLAS.[8] La exclusividad de la estrategia armada y, luego, la clara subordinación de la dirección *castrista* al bloque de países liderado por la URSS implicaron el distanciamiento definitivo con respecto al proceso cubano.

Otra instancia de coordinación internacional, cuya participación se mantuvo siempre activa, fue en el seno del Secretariado Unificado de la IV Internacional. Allí, la organización argentina sostuvo importantes polémicas con aquellas tendencias favorables a la construcción de guerrillas rurales en Latinoamérica como única táctica viable. En relación con este posicionamiento, desde 1970, profundizó su vínculo con el Socialist Workers Party (SWP) de EE.UU. Años después, esta relación adoptó una mayor sistematicidad a través de viajes de referentes del partido norteamericano a la Argentina, el intercambio de experiencias concretas y, simultáneamente, mediante la construcción de una expresión minoritaria en el seno de la IV Internacional denominada Tendencia Leninista Trotskista (TLT).[9]

Otro ejemplo consistió en la realización de campañas públicas alrededor de problemáticas vinculadas a otras latitudes. Fueron habituales las acciones llevadas a cabo por la militancia estudiantil

---

8 "La revolución latinoamericana, Argentina y nuestras tareas", IV Congreso Nacional del PRT-LV, 1968.

9 "Informe de actividades", Comité Central del PRT-LV, 23-09-1970; "Proyecto de resoluciones", VI Congreso del PRT-LV, Septiembre de 1971; "Informe internacional", Comité Central del PST, 1972.

para repudiar la invasión norteamericana a Santo Domingo en 1965, o bien, las campañas en rechazo a la guerra de Vietnam mediante pintadas callejeras y afiches en las facultades.[10] Dentro de este abanico de actividades, se destacaron dos campañas de peso. Por un lado, el reclamo por la libertad del dirigente campesino peruano Hugo Blanco, detenido en su país desde 1963 y condenado a muerte por la justicia. Posteriormente, en 1973, el PST sostuvo otra campaña de relieve a favor de los exiliados chilenos ante el golpe de Estado de Augusto Pinochet.

Otra expresión de la mirada internacionalista fueron los intentos de relacionamiento con las respectivas camadas de exiliados en la Argentina, provenientes de sendos procesos dictatoriales en sus países de origen. Embrionariamente, la militancia estudiantil del PRT se relacionó con núcleos de exiliados bolivianos y, más tarde, con refugiados uruguayos y, sobre todo, chilenos tras el golpe de Estado de 1973.[11]

Sin embargo, la manifestación más clara de esta impronta recayó en la puesta en práctica de relaciones con diversos agrupamientos, partidos y corrientes a nivel mundial en vistas a la construcción de una articulación de estas expresiones. Al mencionado lazo con el SWP de EE.UU., puede sumarse una multiplicidad de ejemplos de dispar éxito, particularmente en Sudamérica (lo que redundó en la colaboración de militantes argentinos en la fundación o consolidación de partidos en las respectivas naciones tales como los PST de Perú, Colombia y Venezuela, el PRT de Uruguay, la Liga Operaria de Brasil, entre otros ejemplos).

---

10 "Nuestras campañas y actos", II Congreso Ordinario del PST, 2 y 3 de noviembre de 1974.

11 "Carta de Tantí", PRT Bahía Blanca, 14-06-1965; "Internacional", II Congreso Ordinario del PST, 2 y 3 de noviembre de 1974.

Es menester destacar que los lazos internacionales construidos en estos años resultarán de especial importancia cuando, una vez iniciado el terrorismo de Estado en marzo de 1976, estas relaciones fueron utilizadas como forma de refugio de diversos militantes del PST ante una obligada partida dada la represión imperante. En relación con ello, el exilio, más allá de la lógica de supervivencia que conllevó, fue a la vez asimilado como la posibilidad de incrementar una militancia política internacional ya iniciada con anterioridad. La finalización de la dictadura en 1983 encontró la existencia de una organización que, más allá de la represión, logró sobrevivir como tal a partir de la conjunción de tres elementos: el exilio y posterior retorno de diversos referentes; el trabajo internacional; y la continuidad del funcionamiento partidario clandestino en Argentina (MANGIANTINI, 2017).

El discurso y la práctica internacional fue, en definitiva, una aspiración por forjar un tipo de intervención que superara la perspectiva nacional en vistas a alcanzar una filosofía cosmopolita de la cultura revolucionaria. Su intento de materialización se produjo por dos vías. Por un lado, la teórica, mediante el estudio y la difusión de problemáticas ajenas a la realidad nacional y, por otro, práctica, a través de las relaciones que la dirección argentina entabló con otras tendencias y grupos en diversos países. Esta prédica marcó un rasgo diferenciador, principalmente con aquellas propuestas en boga ancladas en el denominado socialismo nacional.[12]

La vinculación con la identidad obrera peronist*a*

12 El denominado "socialismo nacional" fue un concepto utilizado por el ala izquierda del peronismo como un modo de presentar la posibilidad de alcanzar un proyecto de carácter socialista por intermedio del peronismo al resaltar sus rasgos

En el período inmediatamente anterior al estudiado, con posterioridad a la caída de Perón y ante la resistencia obrera y el enfrentamiento contra el régimen militar, esta corriente impulsó el Movimiento de Agrupaciones Obreras con el objetivo de construcción de una tendencia sindical y clasista independiente y, desde 1957, comenzó a practicar el *entrismo* en el marco de las estructuras sindicales que respondían al movimiento peronista. Esta táctica consistió en el ingreso de los militantes a una organización con una ideología diferente a la propia pero con profundo arraigo entre los sectores trabajadores con el fin de provocar un viraje ideológico de sus adherentes hacia la izquierda. Con esta orientación, editó el periódico *Palabra Obrera*, el cual utilizó como herramienta para relacionarse con distintos núcleos fabriles (CAMARERO, 1997). Esta publicación fue de utilidad para la inserción de los trotskistas en el seno de la clase obrera peronista y en sus espacios de trabajo, al grado que a la propia organización se la empezó a conocer y denominar directamente con el nombre de su prensa. La justificación de esta táctica recayó en la necesidad de aplicar una metodología que permitiera la ligazón de una organización revolucionaria con el movimiento de masas lo que, por otros medios, resultaba dificultosa y, simultáneamente, formar parte del accionar que los trabajadores ponían en práctica contra un régimen que vulneraba sus conquistas.[13]

Si bien el balance del *entrismo* es ambiguo en cuanto a los resultados objetivos dada la imposibilidad de un notorio crecimiento cuantitativo, esta experiencia se transformó en un rasgo reivindicado entre sus miembros en los años sucesivos a partir de una resignificación

---

nacionalistas sus roces con el imperialismo.

13 "¿Nos "desubica" enfrentar al peronismo?", en: *LV,* Nº 290, 17-11-1971, p. 4.

que sostuvo que, desde una propuesta de izquierda, podría forjarse un diálogo y acercarse hacia la numerosa clase obrera identificada con el peronismo. Esta línea marcó una delimitación con respecto a la izquierda tradicional. Mientras que el Partido Socialista apoyó públicamente el golpe de Estado de 1955 caracterizando en este hecho la caída de una dictadura (BLANCO, 2005), el PC identificó, inicialmente, una continuidad entre el gobierno de facto y aquel derrotado convocando a la clase obrera a obtener, mediante la lucha, un régimen democrático (MURMIS, 2017).

En lo sucesivo, esta corriente, preocupándose por delimitarse de diversas características representativas del peronismo tales como el verticalismo, el proyecto policlasista, los rasgos "paternalistas" de la figura de Perón o las metodologías de su dirigencia sindical, indagó mediante diversas fórmulas distintos modos de vinculación hacia la numerosa cantidad de trabajadores que se referenciaban en esta tradición política. El diálogo con los trabajadores de tradición peronista adoptó como herramienta, en la mayoría de las oportunidades, la figura de la interpelación, es decir, la puesta en práctica de una retórica que pretendía exponer las contradicciones entre su propia realidad y la lógica de construcción del movimiento al que adscribían.

El aprovechamiento de los procesos electorales

Un rasgo característico fue el aprovechamiento de aquellos resquicios legales que la coyuntura política permitió. En un período mayoritariamente marcado por la represión estatal y la ausencia de garantías democráticas, la posibilidad de instancias de participación por fuera de la lógica de la clandestinidad, fueron vislumbradas como

una vía plausible de crecimiento y difusión de su ideario.

Ante el fracaso del proyecto golpista iniciado en 1966 y la posibilidad de un retorno a los mecanismos constitucionales, el PRT – LV desarrolló una búsqueda de alianzas con el objetivo de construcción de una alternativa electoral nacional. En noviembre de 1971, planteó públicamente la necesidad de aprovechar el hipotético devenir electoral mediante la consigna de conformación de un "polo socialista".[14] Tras diversas discusiones y encuentros, se produjo la fusión con una de las agrupaciones desprendidas del atomizado Partido Socialista, el Partido Socialista Argentino (PSA), encabezado por la figura de Juan Carlos Coral, unión de la que surgió el PST. Su participación fue vislumbrada por su dirección como una posibilidad de denuncia al régimen económico por otros medios y justificada como parte de una estrategia para la fortificación partidaria al permitirle un contacto más amplio con la población.[15] Por otro lado, se argumentó la necesidad de un involucramiento en el proceso electoral ante una caracterización del contexto que visualizó una expectativa positiva y generalizada hacia la apertura democrática (MORENO, 1989).

La formación de un "polo obrero y socialista" consistió en la gestación de candidaturas provenientes de aquellos sectores protagonistas de la conflictividad reciente que, hasta ese momento, se habían desarrollado únicamente en el plano sindical y, en razón de ello, manifestó la intención de poner a disposición del activismo obrero la personería jurídica, la legalidad del partido y las listas de

14 "Por un polo socialista en las elecciones", en: *La Verdad,* Nº 290, 17-11-1971, p. 3.

15 "Nuestra campaña electoral", I Congreso Nacional del PST, Diciembre de 1972.

candidatos.[16]

Es factible considerar la participación electoral del PST como un rasgo distintivo con relación al conjunto de las izquierdas dado que, ante este proceso, se visualizó con notoriedad las diferencias entre las diversas expresiones. El PRT-ERP, por ejemplo, planteó que, frente a una salida electoral que la dictadura utilizaba como engaño, ofrecía al pueblo la opción de la guerra revolucionaria (MATTINI, 1996). Las variantes maoístas se abstuvieron sosteniendo consignas radicales proponiendo el voto en blanco a través de consignas como "Ni golpe ni elección, revolución". En otro orden, el PC participó de la contienda electoral mediante la conformación de un frente que integró junto a un conjunto de partidos que participaron, con escaso éxito, de las tratativas de conformación del conglomerado peronista. Luego, meses después, llamó a votar por el peronismo afirmando que ello era un modo de freno al ascenso de la derecha (CASOLA, 2015).

La búsqueda de articulación con otras identidades

Al margen del sostenimiento de una concepción partidaria que respondió a los lineamientos provenientes del leninismo y la adopción del marco teórico-conceptual subsidiario del trotskismo, un último rasgo distintivo recayó en la búsqueda de confluencia y articulación con otro tipo de estructuras y agrupamientos que formaban parte de dispares tradiciones e identidades. Hasta 1964, esta corriente esbozó una experiencia de construcción en el seno de la tradición peronista en la búsqueda de una profundización de los vínculos con una clase

16 "Intervención de Hugo" [Nahuel Moreno], I Congreso Nacional del PST, Diciembre de 1972.

obrera mayoritariamente afín a esta identidad. Una vez agotada esta práctica, existió una continuidad en los intentos de articulación con otro tipo de propuestas destacándose dos instancias de confluencia con sendas tradiciones de las que se desprendieron respectivos resultados.

Desde 1964, Palabra Obrera se hallaba en un proceso de vinculación y puesta en práctica de actividades comunes con el FRIP. Fundado en 1961 y dirigido por los hermanos Santucho, se trató de un grupo que actuó casi exclusivamente entre sectores estudiantiles y trabajadores de las provincias de Tucumán, Santiago del Estero y Salta. Sus fuentes ideológicas iniciales abrevaron en las figuras del revisionismo argentino y en el peruano Víctor Haya de la Torre. Sus análisis en torno a la clase obrera dieron cuenta de la relación con su propio medio geográfico, reivindicando a los hacheros y jornaleros rurales como sujetos sociales propicios. Por otra parte, el indigenismo antiimperialista fue otra de sus improntas (POZZI, 2004; CARNOVALE, 2011).

La posibilidad de confluir con otras expresiones idiosincráticas y la reivindicación de sujetos sociales (como el proletariado rural o el campesinado) que excedían el tipo ideal del obrero industrial, formaban parte de la concepción morenista. A la vez, la conformación del PRT fue producto de un vínculo que se gestó en la práctica en el marco de una militancia conjunta del FRIP y Palabra Obrera a través de la unificación de sus equipos en los ingenios azucareros tucumanos. A la luz de la ruptura, sucedida tres años después, resulta evidente que, para la corriente trotskista, el balance de la fusión se reveló negativo no obstante lo cual se convirtió en un ejemplo de peso en cuanto a la posibilidad de confluencia con otro tipo de propuestas.

Otra experiencia, aunque disímil, acaeció en 1972 cuando el

PRT – LV, en su búsqueda por conformarse como una organización de alcance nacional en vistas a la presentación electoral, sostuvo reuniones con diversas facciones del decimonónico y atomizado Partido Socialista[17]. A lo largo de la década de 1960, este partido experimentó diversas escisiones y tendencias internas. En 1958, se produjo su fractura en dos ramas, el Partido Socialista Argentino (PSA) y el Partido Socialista Democrático (PSD). A su vez, el PSA protagonizó durante los años sesenta diversos quiebres. Uno de ellos fue conocido como PSA - Secretaría Juan Carlos Coral[18], que se uniría con el PRT – LV.

Es factible concluir que este rasgo identitario se encontró marcado por una cierta ambigüedad dado que la relativa amplitud desarrollada al momento de confluir con otras tradiciones no tuvo como meta la superación de la propia identidad sino más bien la asimilación de otras expresiones en su seno. En definitiva, tradiciones provenientes del paradigma peronista, indigenista-ruralista o del viejo socialismo reformista eran posibles de incorporar en la medida en que éstas se diseminaran en los patrones identitarios del trotskismo lo que permite reflexionar por qué estos ejemplos de confluencia se revelaron, en general, conflictivos o escasamente duraderos.

La militancia en favor de la mujer y de la diversidad sexual

Una temática que esta corriente comenzó a ponderar hasta

17 "Minuta y orden del día del CE del 5/6/71", Comité Ejecutivo del PRT-LV, 05-061971.

18 Juan Carlos Coral fue un militante del Partido Socialista que, tras su fractura en 1958, integró el Partido Socialista Argentino junto a la figura de Alfredo Palacios. Como parte de esta estructura fue elegido diputado nacional en 1963.

convertirse en un rasgo identitario más consistió en la reivindicación en torno a la liberación de la mujer. Abrazar una militancia bajo este nombre supuso el desafío de conseguir estabilizar algunos sentidos y desterrar otros lo que, además, debe reflexionarse en un contexto en el que diversas expresiones de la izquierda rechazaron abordar estas problemáticas. La proclama en favor de la liberación de la mujer se tornó parte de una militancia activa entre 1971 y 1972. La principal explicación en torno a su incorporación se encuentra en la influencia que sobre la organización argentina ejerció el SWP de EE.UU. cuyo programa abordaba reivindicaciones pertinentes a estas temáticas. A partir del rechazo conjunto a la estrategia militarista adoptada por la mayoría de la IV Internacional, el partido norteamericano y la corriente argentina estrecharon lazos que trajeron consigo frecuentes viajes e intercambio de experiencias. Así, el PST adoptó temáticas antes relegadas.

En este mismo período, diversas organizaciones construyeron sus propias entidades femeninas. Por ejemplo, en estructuras político-militares tales como el PRT-ERP con la creación del Frente de Mujeres y en Montoneros con la Agrupación Evita. No obstante, una característica coincidente de ambas experiencias recayó en que estos frentes fueron creados con el objeto de formación política de sus mujeres pero no para el desarrollo una militancia específica o feminista. Se trató, en definitiva, de agrupaciones femeninas que, al mismo tiempo, se declaraban antifeministas (GRAMMÁTICO, 2011; MARTÍNEZ, 2009) y, en este punto, radica la diferencia central con el PST.

Respecto a la experiencia de este partido, la militancia en torno a la liberación de las mujeres no estuvo ausente de tensiones ni

contradicciones. Puede afirmarse que, entre 1971 y 1975, ella atravesó momentos diferenciados que supusieron distintas lecturas respecto de cuáles eran las problemáticas específicas de las mujeres y cuáles debías ser las estrategias o políticas de militancia. El primero de ellos, se ubica en coincidencia con el proceso formativo del PST. La aparición de *Avanzada Socialista* incluyó un tratamiento prácticamente constante de la lucha por la liberación de las mujeres, analizadas en un sentido amplio y no restringido a aquellas comprometidas con la lucha política, sindical o estudiantil. El interés recae en visibilizar la situación de doble explotación que padecían las mujeres en tanto trabajadoras y amas de casa, por un lado, y, por otro, analizar y denunciar el papel jugado por los medios de comunicación, la publicidad, la familia y la escuela en la reproducción de un estereotipo de la mujer, pasivo y objeto del placer masculino.[19] De esta visión se desprende la influencia que sobre la corriente argentina ejerció el feminismo socialista norteamericano de finales de los sesenta y los debates contemporáneos del feminismo local que identificaban la opresión femenina como consecuencia de su sexo y no sólo como efecto de su situación con respecto a las relaciones de producción lo que redundaba en un antagonismo de clases sexuales (el patriarcado) paralelo al de clases sociales. La aceptación de dos sistemas paralelos de opresión, el capitalismo y el patriarcado, le permitió al PST caracterizar positivamente la aparición de organizaciones feministas que luchaban contra la opresión de las mujeres sin que se implicaran en una militancia anticapitalista.

Un segundo momento puede ubicarse entre finales de 1972 y los últimos meses de 1974. En este período la preocupación en torno a la militancia específica de las mujeres pierde lugar en la prensa

19 "Mujeres en lucha", en *Avanzada Socialista*, año 1, nº 3, 15-03-72, p. 10.

del partido y queda concentrada en las noticias sobre las campañas electorales acaecidas en 1973 dado que la plataforma electoral incluyó un bloque de reivindicaciones pertinente a la lucha por la liberación de la mujer con el sostenimiento de consignas tales como la legalización y gratuidad del aborto, la venta libre de remedios anticonceptivos, la protección estatal de la madre soltera y la supresión de las diferencias jurídicas entre los hijos legítimos y los naturales, la igualdad de derechos de la familia legítima y la naturalmente constituida, la apertura de guarderías infantiles, la igualdad salarial, la participación obligatoria de las mujeres en todos los organismos sindicales en proporción a las labores femeninas en las ramas de producción y la supresión de toda legislación discriminatoria.[20]

Finalmente, se identifica un último momento desde fines de 1974 hasta los últimos meses de 1975, en el que se ve al PST experimentar una disputa y redefinir su militancia feminista. La sección *Mujer* adoptó otro perfil y comenzó a representar exclusivamente la realidad de las mujeres inscriptas en luchas sindicales o estudiantiles. Ello supuso la clausura de la relación con los feminismos no alineados a una lucha anticapitalista y una depuración de cierta militancia feminista interna del partido. La sección se convirtió en un llamado a las mujeres a participar de la lucha sindical o partidaria. En coincidencia con esta línea, se trató del período con una mayor cantidad de actividades relacionadas con la temática tanto hacia el afuera como para la propia estructura partidaria.[21]

Por otra parte, esta corriente se brindó una política hacia la homosexualidad. Por aquellos años ella se convirtió en un tema

20 "Los comités ejecutivos del Partido Socialista Argentino y del PRT (La Verdad) afirman". Comité Ejecutivo del PRT-LV, 1972.

21 "Minuta sobre el trabajo de la mujer", Comité Central del PST, 18-07-

medianamente destacado, no tanto por una militancia en sí que no conseguía ser numerosa, sino porque en el contexto cultural de la denominada "revolución sexual" era caracterizada "como una patología que requería intervención" (SIMONETTO, 2017). Desde el campo de las izquierdas, el rechazo a la homosexualidad tuvo otras motivaciones. En los regímenes del llamado socialismo real, fue considerada un peligro social bajo el argumento de tratarse de un producto de contenido burgués y fascista. Los partidos comunistas y sus pares maoístas sostuvieron una posición crítica y de rechazo identificando a la homosexualidad con diversos tipos de desviaciones ajenas a la vida cotidiana del proletariado y revalorizando a las estructuras familiares clásicas como sustento de la reproducción y la economía (GOLDMAN, 2010).

En Argentina, la condena a la homosexualidad al interior de las izquierdas fue un fenómeno extendido. Una excepción la constituyó la corriente estudiada que sostuvo su rechazo a la discriminación y opresión por orientación sexual. Aunque es necesario aclarar que, a diferencia de la proclama en torno a la liberación de la mujer, la defensa a las orientaciones sexuales disidentes fue más bien una actitud y un posicionamiento sostenido internamente que un programa político públicamente defendido. De hecho, resulta sintomático que la problemática alrededor de la persecución a la homosexualidad o de sus organizaciones militantes no tuviera referencia alguna en la prensa partidaria.

A nivel orgánico, la temática se desarrolló de un modo laxo e inconstante. Su principal expresión fue la relación forjada entre esta corriente y el Frente de Liberación Homosexual (FLH), organización

---

1975.

surgida en 1968. La vinculación entre el FLH y este grupo trotskista se produjo por diversas vías. Una de ellas fue a través de la participación de algunos militantes en ambas entidades, como fue el caso de Néstor Perlongher quien, a partir de su militancia en el FLH, se vinculó con el PST. Otra forma de relación se experimentó mediante la realización de campañas conjuntas por diversas temáticas como la derogación del decreto que prohibía la información y difusión de métodos anticonceptivos. El retorno del peronismo profundizó estos lazos dado que, parte de la militancia homosexual esperó en la llegada de Cámpora un cese de la política represiva hacia ellos. Sin embargo, la continuidad de una legislación persecutoria por parte del gobierno peronista y el rechazo de otras fuerzas de izquierda a sostener sus reivindicaciones, hizo que el PST fuera uno de los pocos apoyos orgánicos (BELUCCI, 2010). En relación con ello, en 1972, esta organización cedió su local central para la realización de las reuniones del Grupo de Política Sexual (GPS) en las que se esbozó una confluencia entre la militancia feminista y la homosexual (SIMONETTO, 2017).

Independientemente de estas iniciativas, esta temática no se profundizó lo que redundó internamente en ciertas tensiones en torno al modo de desarrollar este tipo de reivindicaciones. Más adelante, la dirigencia de esta corriente señalará que brindarle al homosexual una entidad particular dentro de la organización era una política errónea para la defensa de sus derechos porque se produciría una segregación dentro de la propia estructura partidaria. Esta concepción se puede analizar en un reportaje realizado con posterioridad a Moreno:

> - Yo considero a la homosexualidad algo tan normal que me opongo a hacer propaganda. (…) [Daniel] Guérin alerta a los homosexuales contra su tendencia a hacer de su liberación un fin en sí mismo, y que el gran problema que debe plantearse todo militante es la transformación

> de la sociedad. Un compañero homosexual, dirigente del partido brasileño, quería hacer una corriente dentro del partido a favor de la homosexualidad. Yo me opuse, justamente porque considero a la homosexualidad tan normal como la heterosexualidad. Supongamos que se crea una corriente así dentro del partido, con derechos de fracción. Quiere decir que en los locales habría salitas, cada una con su cartel: "Hombres con Mujeres", "Hombres con Hombres", "Mujeres con Mujeres", y cada fracción tendría su boletín.
>
> - Pero los homosexuales son reprimidos, los heterosexuales no.
>
> - Ah, no, eso es completamente distinto. Dentro de la sociedad luchamos a muerte contra la opresión de los homosexuales y todo tipo de opresión: nacional, racial, etcétera. Yo me refería a que me opongo a hacer ese tipo de actividad hacia el interior del partido. Hacia afuera sí combatimos la opresión de los homosexuales, que para mí es una colateral de la opresión de la mujer (S/A, 1986).

Esta cita revela el balance realizado algunos años después sobre esta experiencia dando cuenta de las dificultades que implicaron estos tópicos. El modo de concebir la relación entre la homosexualidad, su militancia y el activismo revolucionario no siempre fue compartido por aquellos que encabezaban las luchas por tales reivindicaciones para quienes estas posturas suponían una minimización o relego de sus problemáticas. En definitiva, la aceptación que la organización profesó sobre la homosexualidad se produjo simultáneamente a la invisibilización de la misma lo que se manifestó, en los hechos, en una cierta prudencia que impidió su transformación en una militancia activa o en una propuesta programática.

Conclusiones

La conclusión que se desprende del trabajo sostiene que, en un contexto de proliferación de estructuras políticas consideradas revolucionarias, esta propuesta trotskista tuvo diversos rasgos y especificidades que significaron una novedad dentro del campo de las izquierdas argentinas y que imprimieron una impronta particular a través del desarrollo de su militancia. En relación con ello, el abordaje de estas organizaciones es también un modo de comprensión del debate teórico, ideológico y conceptual que englobó a las izquierdas en estos años alrededor de tópicos tales como el papel del peronismo, la metodología de la lucha armada o la utilización de los procesos electorales o de los espacios de legalidad existentes, entre otros.

Lo dicho permite articular con una reflexión historiográfica. Los estudios sobre los años sesenta y setenta fueron atravesados por diversos intentos de conceptualizar a sus actores radicalizados. En un contexto marcado por la proliferación de organizaciones consideradas revolucionarias se presenta una tipología tendiente a su categorización en dos posibilidades divergentes. Determinados abordajes utilizaron el criterio de identificación y subdivisión entre una "Izquierda Tradicional" (IT) representada por aquellos partidos políticos de tradición y estructura "marxista-leninista" y, en contraposición, la presencia de una "Nueva Izquierda" (NI) marcada por la aparición de flamantes actores, especialmente las organizaciones político-militares (ZOLOV, 2012; TORTTI, 2014).

En ocasiones, se afirmó que aquellas estructuras pertenecientes a la NI presentaron una mayor democracia interna y una praxis más horizontal que los partidos tradicionales. En otras producciones, se identificó a la IT como una corriente reformista, pacifista y electoralista

mientras que la NI produjo un nuevo significado y valorización del uso de la violencia y, de allí, su identificación con el accionar de las organizaciones político-militares. A su vez, la apelación a una NI también remitió a aquellas estructuras que pugnaron por la fusión de un ideario marxista con otras tradiciones políticas como el peronismo, o bien, a las organizaciones que, si bien no asumieron la lucha armada, no desdeñaron el papel de la violencia como un modo de alcanzar la transformación socialista. En definitiva, la utilización de estas categorías se reveló laxa y multifacética.

Al interrogarse sobre la definición conceptual de una estructura como la estudiada en el presente trabajo, la respuesta da cuenta de la presencia de matices. Ideológicamente opositora al carácter reformista de las expresiones de la izquierda vernácula (como el socialismo o el comunismo), se trató de una corriente que, a la vez, puso en práctica una experiencia organizativa propia de la tradicional izquierda marxista-leninista con la consecuente aplicación de los preceptos del centralismo democrático, la búsqueda de conformar un partido de militantes profesionales y otras premisas ancladas al paradigma bolchevique. Pero, al mismo tiempo, se trató de una alternativa que rechazó la construcción de organizaciones simultáneamente políticas y militares, no desde una retórica pacifista, sino mediante la negación del uso de la violencia política por fuera de los organismos creados por el propio activismo lo cual la diferenció de la NI encarnada en las organizaciones político-militares. Simultáneamente, fue el caso de una estructura que sostuvo reivindicaciones y pautas culturales hasta entonces escasamente abordadas por el conjunto de la izquierda argentina tradicional y que, de hecho, fueron asimiladas al contenido propio de la NI como, así también, que pugnó por vincularse con

diversas expresiones y tradiciones políticas más allá de su propia identidad trotskista. La experiencia previa del *entrismo* y los intentos de vinculación con la clase obrera peronista; el acercamiento a una tendencia como el FRIP que reivindicaba el indigenismo y el papel del proletariado rural o la fusión con una agrupación proveniente del viejo socialismo, son expresiones de ello.

Los intentos de acercamiento al movimiento obrero peronista, la propuesta de confluir con otras identidades divergentes al trotskismo, la aceptación de la violencia como metodología (más allá del rechazo a la conformación de estructuras política-militares aisladas de la conflictividad cotidiana) dan cuenta de una expresión que, independientemente de su modo de organización interno, se acercó a los preceptos y paradigmas de la Nueva Izquierda. No obstante, la laxitud en la utilización del concepto y los matices necesarios de resaltar abren el interrogante sobre la utilidad de estas categorías para realizar una tipología apropiada que describa la amplia diversidad de actores que coexistieron en esta convulsionada coyuntura por fuera de los tradicionales partidos de izquierda.

Por último, y como corolario, resulta válido preguntarse si la experiencia de esta corriente en los convulsionados sesentas y setentas, a partir de los sendos rasgos identitarios descriptos, no significó un quiebre para forjar la implantación del trotskismo dentro del movimiento social argentino con una mayor consistencia que en los tiempos preexistentes y dar comienzo a un derrotero que hallaría continuidad y profundidad en las décadas posteriores dando lugar a una subcultura militante dentro del arco de las izquierdas.

Referencias:

BELUCCI, Mabel (2010). *Orgullo. Carlos Jáuregui una biografía política.* Buenos Aires: Emece.

BLANCO, Cecilia (2005). "La erosión de la unidad partidaria en el Partido Socialista, 1955-1958", en: CAMARERO, Hernán y HERRERA, Carlos (editores). *El Partido Socialista en Argentina. Sociedad, política e ideas a través de un siglo.* Buenos Aires: Prometeo.

BOURDIEU, Pierre (1998). *La distinción.* Madrid: Taurus.

CAMARERO, Hernán (1997). "Una experiencia de la izquierda en el movimiento obrero. El trotskismo frente a la crisis del peronismo y la resistencia de los trabajadores (1954-1957)", en: *Razón y Revolución,* Nº 3, reedición electrónica

CARNOVALE, Vera (2011). *Los combatientes. Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI

CASOLA, Natalia (2015). *El PC argentino y la dictadura militar. Militancia, estrategia política y represión estatal*. Buenos Aires: Colección Archivos. Estudios de historia del movimiento obrero y la izquierda

DOUGLAS, Mary (1988). *Símbolos naturales: exploraciones en cosmología*. Madrid: Alianza

FOUCAULT, Michel (1991). El sujeto y el poder. Bogotá: Carpe Diem.

GOLDMAN, Wendy (2010). *La mujer, el estado y la revolución. política familiar y vida social soviéticas 1917-1936*. Buenos Aires: IPS.

GONZÁLEZ, Ernesto (Coord.) (1999). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina. Tomo 3: Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana. Volumen 1 (1959-1963).* Buenos Aires: Editorial Antídoto

GRAMMÁTICO, Karin (2011). *Montoneras. Una historia de la Agrupación Evita, 1973-1974*. Buenos Aires: Luxemburgo

MANGIANTINI, Martín (2017). "Redes militantes y acciones en el exilio. La política internacionalista del Partido Socialista de los Trabajadores (1976-1982)", en: *Revista Estudios, Revista del Centro de Estudios Avanzados*, Universidad Nacional de Córdoba, N° 38, pp. 87-104.

MARTÍNEZ, Paola (2009). *Género, política y revolución en los años setenta. Las mujeres del PRT-ERP.* Buenos Aires: Imago Mundi.

MATTINI, Luis (1996). *Hombres y mujeres del PRT-ERP*. Buenos Aires: De la Campana

MORENO, Nahuel (1962). *La Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones PO.

MORENO, Nahuel y otros (1973), "Argentina y Bolivia: un balance", en: *Boletín de Informaciones Internacionales*, Nº 1, PST, Buenos Aires.

MORENO Nahuel (1989). *Un documento escandaloso (En respuesta a 'En defensa del leninismo, en defensa de la Cuarta Internacional' de Ernest Germain).* Buenos Aires: Ediciones Antídoto.

MURMIS, Ezequiel (2017). "El Partido Comunista en el movimiento obrero argentino durante la "Revolución Libertadora": del golpe de estado a la alianza entre el sindicalismo comunista y peronista (1955-1958)", en: *Revista Izquierdas*, Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile, USACH, Nº 28, pp. 114-136.

POZZI, Pablo (2004). *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi.

SANTUCHO, Mario, PRADA, Oscar y PRIETO, Helios (1968). "El único camino hacia el poder obrero y el socialismo", en: DE SANTIS, Daniel (1998). *A vencer o morir. PRT-ERP. Documentos. Tomo 1.* Buenos Aires: EUDEBA.

S/A (1986), *Conversaciones con Nahuel Moreno,* Buenos Aires: Antídoto.

SIMONETTO, Patricio (2017). *Entre la injuria y la revolución. El Frente de Liberación Homosexual. Argentina, 1967-1976.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

TORTTI, M. (2014). La nueva izquierda argentina. La cuestión del peronismo y el tema de la revolución. En M. TORTTI. *La nueva izquierda argentina (1955-1976). Socialismo, peronismo y revolución*. Prohistoria.

ZOLOV, Eric (2012). “Expandiendo nuestros horizontes conceptuales: El pasaje de una ‘vieja’ a una ‘nueva izquierda’ en América Latina en los años sesenta”, en: *Revista Aletheia,* Vol. 2, Nº 4.

ENCERRAMENTO

¿Para qué leer hoy a Trotski en Cuba?

Frank García Hernandez[1]

O seguinte texto foi originalmente publicado pelo site cubano ***Comunistas*** *(https://www.comunistascuba.org) em 21 de agosto de 2020, em homenagem a Trótski na data de seu assassinato. Como explicado no Prefácio deste livro, seu autor foi o idealizador do "I Encontro Internacional Leon Trotsky", ocorrido em Havana, em julho de 2019. Não fosse essa sua iniciativa, não teria existido o Evento Online Trótski em Permanência. Como atividade de encerramento do nosso evento e mantendo vivo os laços Brasil-Cuba construídos no evento de 2019, Hernandez debateu os protestos que haviam ocorrido na ilha pouco antes do Evento Online, em julho de 2021. No site Comunistas há vários artigos de análise sobre tais protestos, de forma que optamos por reproduzir aqui esse texto de relevância mais geral, que debate a importância das ideias de Trótski em ajudar os trabalhadores e trabalhadoras de Cuba a encontrarem uma solução comunista para os problemas que enfrentam, tema que se tornou ainda mais importante diante da eclosão de tais protestos e da perigosíssima disputa da consciência das massas cabanas por forças pró-capitalistas conforme a situação socioeconômica na ilha se degrada. Esperamos que o Evento Online Trótski em Permanência e a publicação deste livro também possam ser de alguma valia para camaradas cubanos*

[1] Sociólogo e historiador cubano, membro do Instituto de Pesquisa Cultural Juan Marinello (Havana).

em luta pelo socialismo, contra a ditadura burocrática e forças pró-capitalistas.

***

Nunca en Cuba socialista se ha publicado un libro de León Trotski. En los textos oficiales de historia contemporánea, con los cuales se estudia en nuestras escuelas, tampoco se habla de Trotski. Mucho menos lo menciona la televisión, la radio o la prensa plana cubana. Salvo en escasos círculos académicos, hoy, ni siquiera se habla de él para descalificarlo. Simplemente, no existe.

El imaginario de la juventud comunista cubana se construye pues, sin el organizador de la insurreción de Petrogrado, sin el fundador del Ejército Rojo y sin el que se enfrentó, desde adentro, al poderío de Stalin, no por un cargo, sino por evitar la muerte del socialismo soviético.

Es decir: si una o un estudiante en Cuba, aspirante a formar parte de la Unión de Jóvenes Comunistas, se atiene solo a lo que dicen los libros y el programa de estudio de Historia Contemporánea, y se informa estrictamente por los medios oficiales, habrá desconocido la mitad de la Rusia bolchevique.

En consecuencia, le será imposible entender qué sucedió en la Unión Soviética y por tanto, cuáles fueron las causas de su desaparición. De continuar así, y si a esto le sumamos la escasa divulgación de Marx, con "El Capital" que no se publica hace décadas, y la también casi nula existencia de textos de Rosa Luxemburgo y Alexandra Kollantai; esa o ese estudiante, no tendrá las herramientas suficientes para construirse un pensamiento marxista revolucionario.

Estaremos viendo nacer al clásico joven militante ejemplar que asume acríticamente las consignas, hasta que, por algún choque con la

burocracia, se desmoraliza y se rinde.

Surge entonces la pregunta: ¿cuál es el motivo para este silencio? Podemos decir que, en cierta medida, se debe al inmovilismo. Cuando Cuba fue una estrecha aliada de la Unión Soviética, en las librerías abundaban ejemplares de títulos impresos en Moscú con el nombre de "Trotsky: el falso profeta" o "La lucha del trotskismo contra el partido bolchevique".

Esto se debía a que, aunque Stalin -el perseguidor y asesino del viejo líder bolchevique-, fallecía en Moscú en 1953, y en 1956 Nikita Jruschov denunciaba sus crímenes, nunca se rehabilitó a León Trotski en la URSS. Antes bien, en el XX Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética, donde se destronaba a Iosif Dzhugashvili, Jruschov continuó atacando al "bloque trotskista-zinovietista".

Cuando en 1964 Leonid Brezhnev dio el golpe palaciego a su mentor, y con él se estableciera un sistema que algunos han caracterizado como "neoestalinismo", la difamación contra todo lo que oliera a trotskismo tomó nuevas fuerzas. De modo que, en Cuba, nuestros censores, más ignorantes que los brezhnevianos e influenciados de manera directa por el viejo Partido Comunista, adoptaban un rigor infalible contra León Bronstein.

Hoy ya no existe la URSS y ningún dirigente, en público, dice que Trotski fue un agente del nazifascismo alemán y el militarismo japonés. Sin embargo, cuando el buen burócrata recibe una orientación, no la olvida. Aunque la medida haya caducado, mientras no reciba la contraorden, la seguirá aplicando con rigor. Al igual que en la época de Jruschov, en Cuba se lanzó abajo a Stalin, pero nunca se colocó en su justo lugar al fundador del Ejército Rojo.

Sin embargo, esto no se debe nada más a la obediencia y la

mala memoria de un funcionario. Cada vez que se intenta en Cuba hacer algo que tenga como objetivo central a León Trotski: surgen problemas.

La realización en La Habana del 1er. Evento Académico Internacional León Trotski tuvo más obstáculos que ayudas. Casi siempre las sugerencias de modificaciones y las excusas para prohibiciones venían acompañadas con el mismo e incomprensible susurro "ya sabes: es un tema delicado".

Recientemente, cuando alguien propuso crear en cierta biblioteca -recién fundada y por tanto supuestamente abierta a innovaciones-, una sección especializada con más de 30 libros autoría de Trotski, la idea fue desechada con la excusa de que, quien lo proponía, solo por el hecho de proponerlo, tenía intenciones de transformar dicha biblioteca en un centro trotskista.

Desde ese ignorante ángulo de vista, quien propuso fundar el "Departamento de Asuntos Religiosos en el Comité Central del Partido Comunista de Cuba", se proponía, cuando menos, evangelizar al Buró Político.

Pero, ¿por qué provoca Trotski tanta alergia en buena parte del funcionariado cubano? Además del mencionado inmovilismo, hay algo que ciertos decisores conocen muy bien: su crítica a la burocracia.

La variante reduccionista de la historia, la que replican los marxistas positivistas y el liberalismo burgués, defiende que Trotski fue expulsado de la URSS por el hecho de querer destronar a Stalin. De ser esto cierto, cuando en 1927 la Oposición Unida fue derrotada, Trotski habría capitulado ante Stalin como tan servicialmente lo supieron hacer Lev Kámenev y Grigori Zinoviev.

El gran pecado de Trotski -y es por ello algunos funcionarios

cubanos le temen-, es que demostró, especialmente desde su ensayo "La Revolución Traicionada", que: la burocracia soviética, tras desarrollar un modo de vida pequeñoburgués, enfocada cada vez más en sus intereses y no en los de la clase trabajadora, apoyada en un discurso vacío, estimulando así la doble moral y haciendo, a la vez, terribles concesiones al capitalismo mundial en aras de la coexistencia pacífica. Después de asumir estos comportamientos como algo natural, la dirección de la URSS terminó identificándose más con la burguesía que debía combatir, que con la clase trabajadora que debía representar.

He ahí el final de la Unión Soviética: los burócratas se cansaron de vivir como burgueses y decidieron convertirse en burgueses. Una vez que ellos mismos dieron la orden de bajar la bandera roja del Kremlin, ya no tenían por qué robar, ni esconder sus viajes al extranjero, ni sus privilegios: ahora eran capitalistas que vivían en un sistema capitalista, y su forma de vida quedaba refrendada en las leyes.

He ahí el miedo hoy de algunos funcionarios cubanos: temen que quienes lean en estos momentos en Cuba "La Revolución Traicionada" hagan incómodas comparaciones.

Publicar a Trotski en Cuba, implica, además, darle a la clase trabajadora la posibilidad de percatarse de que la burocracia no es el burocratismo, sino el funcionariado de todo sistema político. En el socialismo, la burocracia, solo por el hecho de ser burocracia, no tiene por qué traicionar a la clase trabajadora. De hecho, lo sucedido en la URSS y el Campo Socialista fue una completa anomalía.

Por demás, el inmovilismo y el temor de determinados funcionarios ante el marxismo crítico, ha hecho que en Cuba el público lector se pierda la oportunidad de conocer excelentes títulos como la ya mencionada "Historia de la Revolución rusa" , o la autobiografía "Mi

Vida": dos libros los cuales sus editores están en la más sincera disposición de que se puedan publicar en la isla, sin cobrar un centavo por ello.

André Bretón, al concluir la redacción del "Manifiesto por un Arte Revolucionario Independiente" quiso finalizar el documento con la frase "Total libertad en el arte, salvo contra la revolución proletaria". Trotski, quien fue coautor del texto, se opuso y suprimió la peligrosa condicionante "salvo contra revolución proletaria".

Publicar a León Bronstein hoy en Cuba, también sería demostrar que las originales políticas culturales comunistas no son la censura, ni el pensamiento dogmático, sino que las políticas culturales marxistas proponen que, dentro de la total libertad del arte: todo; fuera de la total libertad del arte: nada.

Pero no se puede olvidar un detalle de suma importancia: lo que más le preocupa a los burócratas que hoy en Cuba silencian a Trotski, es que "La Revolución Traicionada" fue escrita por un comunista, y no por un renegado de Lenin. Publicar hoy en Cuba a León Trotski es publicar un libro en defensa de la revolución socialista cubana.